**ÍNDICE DE CONTEÚDOS**

<table>
<thead>
<tr>
<th>SUMÁRIO EXECUTIVO</th>
<th>38</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1 INTRODUÇÃO</td>
<td>43</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1 APRESENTAÇÃO</td>
<td>43</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÔMICO</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>1.3 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA</td>
<td>59</td>
</tr>
<tr>
<td>2 INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E RESPETIVAS PRIORIDADES</td>
<td>63</td>
</tr>
<tr>
<td>2.1 ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR DAS OPERAÇÕES DO PDR2020</td>
<td>65</td>
</tr>
<tr>
<td>2.2 CONCURSOS / PERÍODOS ABERTOS</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td>2.3 CANDIDATURAS APRESENTADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO</td>
<td>79</td>
</tr>
<tr>
<td>2.4 PROCESSO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td>3 EXECUÇÃO FINANCEIRA</td>
<td>84</td>
</tr>
<tr>
<td>4 METAS E INDICADORES</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td>4.1 INDICADORES COMUNS</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td>4.2 ANÁLISE DE DESEMPENHO</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td>4.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO POR PRIORIDADES</td>
<td>94</td>
</tr>
<tr>
<td>5 BALANÇO DETALHADO POR OPERAÇÃO</td>
<td>97</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1 A1. INOVAÇÃO E CONHECIMENTO</td>
<td>97</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.1 M1. Inovação</td>
<td>97</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.1.1 OP. 1.0.1 – Grupos Operacionais</td>
<td>97</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.2 M02. Conhecimento</td>
<td>105</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.2.1 OP. 2.1.1 – Ações de Formação</td>
<td>105</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.2.2 OP. 2.1.4 – Ações de Informação</td>
<td>113</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.2.3 OP. 2.2.1 – Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal</td>
<td>121</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.2.4 OP. 2.2.2 – Apoio à criação de serviços de aconselhamento</td>
<td>128</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.2.5 OP. 2.2.3 – Apoio à Formação de Conselheiros das Entidades Prestadoras de Serviços de Aconselhamento</td>
<td>134</td>
</tr>
<tr>
<td>5.2 A2. COMPETITIVIDADE E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO</td>
<td>136</td>
</tr>
<tr>
<td>5.2.1 M03. Valorização da Produção Agrícola</td>
<td>136</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.1.1</td>
<td>Jovens Agricultores</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.1.2</td>
<td>Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.1.3</td>
<td>Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.2.1</td>
<td>Investimento na Exploração Agrícola</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.2.2</td>
<td>Pequeno Investimento na Exploração Agrícola</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.2.3</td>
<td>Investimento na Exploração Agrícola apoiado por um instrumento financeiro</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.3.1</td>
<td>Investimento, Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.3.2</td>
<td>Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.3.3</td>
<td>Investimento, Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas apoiado por um Instrumento Financeiro</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.4.1</td>
<td>Desenvolvimento do Regadio Eficiente</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.4.2</td>
<td>Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 3.4.3</td>
<td>Drenagem e Estruturas Fundiárias</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>M04. Valorização dos Recursos Florestais</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 4.0.1</td>
<td>Investimentos em Produtos Florestais Identificados como Agrícolas no Anexo I do Tratado</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 4.0.2</td>
<td>Investimentos em Produtos Florestais não Identificados como Agrícolas no Anexo I do Tratado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>M05. Organização da Produção</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 5.1.1</td>
<td>Criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 5.2.1</td>
<td>Organizações Interprofissionais</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>M06. Gestão de Risco e Estabelecimento do Potencial Produtivo</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 6.1.1</td>
<td>Seguros</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 6.2.1</td>
<td>Prevenção de Calamidades e Catástrofes Naturais</td>
</tr>
<tr>
<td>OP. 6.2.2</td>
<td>Restabelecimento do Potencial Produtivo</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A3. AMBIENTE, EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E CLIMA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>M07. Agricultura e Recursos Naturais</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.1.1 OP. 7.1.1 – Conversão para Agricultura Biológica .............................................. 250
5.3.1.2 OP. 7.1.2 – Manutenção em Agricultura Biológica ........................................... 257
5.3.1.3 OP. 7.2.1 – Produção Integrada ........................................................................ 263
5.3.1.4 OP. 7.3.1 – Pagamentos Rede Natura - Pagamento Natura .................................. 270
5.3.1.5 OP. 7.3.2 – Pagamentos Rede Natura - Apoios Zonais de Carácter Agroambiental ................................................................. 276
5.3.1.6 OP. 7.4.1 – Conservação do Solo - Sementeira Direta ou Mobilização na Linha ................................................................. 281
5.3.1.7 OP. 7.4.2 – Conservação do Solo - Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes ................................................................. 287
5.3.1.8 OP. 7.5.1 – Uso Eficiente da Água ........................................................................ 293
5.3.1.9 OP. 7.6.1 – Culturas Permanentes Tradicionais ................................................... 300
5.3.1.10 OP. 7.6.2 – Culturas Permanentes Tradicionais - Douro Vinhateiro .... 306
5.3.1.11 OP. 7.7.1 – Pastoreio Extensivo - Apoio à Manutenção de Lameiros de Alto Valor Natural ................................................................. 311
5.3.1.12 OP. 7.7.2 – Pastoreio Extensivo - Apoio à Manutenção de Sistemas Agro-silvo-pastoris sob Montado ................................................................. 317
5.3.1.13 OP. 7.7.3 – Pastoreio Extensivo - Apoio à Proteção do Lobo-Ibérico .. 322
5.3.1.14 OP. 7.8.1 – Recursos Genéticos - Manutenção de Raças Autóctones em Risco ......................................................................................... 327
5.3.1.15 OP. 7.8.3 – Recursos Genéticos - Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos Animais ................................................................. 335
5.3.1.16 OP. 7.8.4 – Recursos Genéticos - Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos Vegetais ................................................................. 341
5.3.1.17 OP. 7.8.5 – Recursos Genéticos - Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos Florestais ................................................................. 346
5.3.1.18 OP. 7.9.1 – Mosaico Agroflorestal ........................................................................ 347
5.3.1.19 OP. 7.10.1 – Manutenção de Habitats do Lince-Ibérico ................................. 352
5.3.1.20 OP. 7.10.2 – Manutenção e Recuperação de Galerias Ripícolas ........ 353
5.3.1.21 OP. 7.11.1 – Investimentos Não Produtivos ......................................................... 358
5.3.1.22 OP. 7.12.1 – Apoio Agroambiental à Apicultura .................................................. 365
5.3.2 M08. Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais ..................................... 370
5.3.2.1 OP. 8.1.1 – Florestação de Terras Agrícolas e Não Agrícolas .......... 370
5.3.2.2 OP. 8.1.2 – Instalação de Sistemas Agroflorestais ....................... 378
5.3.2.3 OP. 8.1.3 – Prevenção da Floresta Contra Agentes Bióticos e Abióticos ........................................................................................................ 385
5.3.2.4 OP. 8.1.4 – Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou Acontecimentos Catastróficos ....................................... 393
5.3.2.5 OP. 8.1.5 – Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas ........................................................................................................ 401
5.3.2.6 OP. 8.1.6 – Melhoria do Valor Económico das Florestas .............. 409
5.3.2.7 OP. 8.2.1 – Gestão de Recursos Cinegéticos .............................. 417
5.3.2.8 OP. 8.2.2 – Gestão de Recursos Aquícolas ............................... 423
5.3.3 M09. Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas ... 424
5.3.3.1 OP. 9.0.1 – Zonas de Montanha .............................................. 424
5.3.3.2 OP. 9.0.2 – Zonas, que Não as de Montanha, Sujeitas a Condicionantes Naturais Significativas ................................................................. 431
5.3.3.3 OP. 9.0.3 – Zonas Sujeitas a Condicionantes Específicas .......... 437
5.4 A4. DESENVOLVIMENTO LOCAL .............................................. 443
5.4.1 M10. Leader .......................................................................... 443
5.4.1.1 OP. 10.1.1 – Preparação e Reforço das Capacidades, Formação e Ligação em Rede dos GAL ................................................................. 443
5.4.1.2 OP. 10.2.1 – Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local ........................................................................................................ 448
5.4.1.3 OP. 10.3.1 – Cooperação Interterritorial e Transnacional dos Grupos de Ação Local ......................................................................................... 495
5.4.1.4 OP. 10.4.1 – Custos de Funcionamento e Animação .................. 499
5.5 REFORMA ANTECIPADA .......................................................... 503
6 PROGRESSOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO .......... 504
6.1 ALTERAÇÕES AO PLANO DE AVALIAÇÃO .................................. 504
6.2 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS ................. 505
6.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM RELAÇÃO AO FORNECIMENTO E À GESTÃO DE DADOS .............................................................. 508
6.4 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO CONCLUÍDAS ................................. 509
6.5 ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO EMPREENDIDAS RELACIONADAS COM A DIVULGAÇÃO DAS CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO

7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E EFICÁCIA DO PROGRAMA

7.1 MEDIDAS TOMADAS PELA AG E PELO CA

7.1.1 Informação sobre Auditoria e Controlo

7.1.2 Informação sobre Sistemas de Informação

7.2 CONSTRAINGIMENTOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA E MEDIDAS CORRETIVAS

7.2.1 Monitorização das Medidas / Operações

7.2.2 Monitorização dos Projetos Aprovados - “Operação Limpeza”

8 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE PUBLICIDADE DO PROGRAMA

8.1 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL

8.1.1 Balanço da Implementação da RRN

8.1.2 Balanço da Execução do Plano de Ação

8.2 FUNCIONAMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PROGRAMA

8.2.1 OP. 20.1 - Assistência Técnica (exceto RRN)

8.2.2 OP. 20.2 - Rede Rural

8.3 MEDIDAS DE PUBLICIDADE DO PROGRAMA

8.3.1 Estratégia da Autoridade de Gestão

8.3.2 Estratégia dos Grupos de Ação Local

9 IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 5, 7 E 8 DO REGULAMENTO Nº 1303/2013

9.1 PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E NÃO DESCRIMINAÇÃO (ARTIGO 7º DO REGULAMENTO Nº 1303/2013)

9.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ARTIGO 8º DO REGULAMENTO Nº 1303/2013)

9.3 PAPEL DOS PARCEIROS NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (ARTIGO 5º DO REGULAMENTO Nº 1303/2013)

10 PROGRESSOS ALCANÇADOS NA ABORDAGEM INTEGRADA
10.1 COMPLEMENTARIDADE COM O FINANCIAMENTO DOS FEEI E OUTROS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO E NACIONAIS, E COM O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI) ........................................ 568

10.1.1 Complementaridade com o financiamento dos FEEI .......................... 569

10.1.2 Complementaridade com outros instrumentos de financiamento da união e nacionais, e com o banco europeu de investimento (BEI) ......... 587

10.2 COMPLEMENTARIDADE COM O FINANCIAMENTO DO 1º PILAR DA PAC .............................................................................................................. 588

ANEXOS ........................................................................................................ 592
ÍNDICE DE QUADROS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Quadro</th>
<th>Descrição</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Enquadramento Internacional</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>PIB na ótica da despesa</td>
<td>48</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Importância do complexo agroflorestal no PIB, no emprego, nas exportações</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>e nas importações da economia em 2018*</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>VAB do complexo agroflorestal e economia</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Emprego do complexo agroflorestal e economia</td>
<td>51</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Exportações, importações e saldo comercial do complexo agroflorestal e</td>
<td>52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>economia</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>Taxa de variação da produção, dos consumos intermédios e do VAB agrícola</td>
<td>53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>e PIB</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Taxa de variação anual de alguns indicadores relativos à atividade</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>agrícola</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Investimento agrícola e total da economia</td>
<td>55</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Estrutura da produção agrícola, a preços base, e respetivas variações</td>
<td>56</td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>Estrutura dos consumos intermédios e respetivas variações</td>
<td>58</td>
</tr>
<tr>
<td>12</td>
<td>Concurso abertos até 31-12-2018 (exclui as medidas de superfície)</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td>13</td>
<td>Candidaturas apresentadas até 31-12-2018 (exclui as medidas de superfície)</td>
<td>79</td>
</tr>
<tr>
<td>14</td>
<td>Candidaturas às medidas de superfície apresentadas até 31-12-2018</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td>15</td>
<td>Compromissos assumidos e contratações até 31-12-2018</td>
<td>81</td>
</tr>
<tr>
<td>16</td>
<td>Compromissos assumidos por prioridade/domínio até 31-12-2018</td>
<td>82</td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>Execução financeira por prioridade/domínio até 31-12-2018</td>
<td>84</td>
</tr>
<tr>
<td>18</td>
<td>Indicadores de monitorização 2014-2020 (por áreas de intervenção e medidas</td>
<td>86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PDR)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>19</td>
<td>Indicadores de monitorização 2014-2020 (por medidas COM)</td>
<td>87</td>
</tr>
<tr>
<td>20</td>
<td>Reserva de desempenho</td>
<td>89</td>
</tr>
<tr>
<td>21</td>
<td>Quadro de desempenho</td>
<td>93</td>
</tr>
<tr>
<td>22</td>
<td>Execução por prioridade</td>
<td>96</td>
</tr>
<tr>
<td>23</td>
<td>Op. 1.0.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas</td>
<td>99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>e decididas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>24</td>
<td>Op. 1.0.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>26</td>
<td>Op. 1.0.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos</td>
<td>102</td>
</tr>
</tbody>
</table>
QUADRO 52: OP. 2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ENCERRADOS E DOS VALORES LIBERTADOS ……126
QUADRO 53: OP. 2.2.1 – INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO E RESULTADO…………………………..127
QUADRO 54: OP. 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS …………………………………………………………………………………………………………………129
QUADRO 55: OP. 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPROMISSOS POR PRIORIDADE/DOMÍNIO……………130
QUADRO 56: OP. 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS ………131
QUADRO 57: OP. 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS COM EXECUÇÃO INICIADA E DOS ENCERRADOS …………………………………………………………………………………………………………………132
QUADRO 58: OP. 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ENCERRADOS E DOS VALORES LIBERTADOS ……132
QUADRO 59: OP. 2.2.2 – INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO E RESULTADO…………………………..133
QUADRO 60: OP. 2.2.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS …………………………………………………………………………………………………………………135
QUADRO 61: OP. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDOS …………………………………………………………………………………………………………………138
QUADRO 62: OP. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO …..138
QUADRO 63: OP. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR GÉNERO…………………………139
QUADRO 64: OP. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR SETOR ……………………………139
QUADRO 65: OP. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPROMISSOS POR PRIORIDADE/DOMÍNIO……………140
QUADRO 66: OP. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS ………141
QUADRO 67: OP. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS COM EXECUÇÃO INICIADA E DOS ENCERRADOS …………………………………………………………………………………………………………………142
QUADRO 68: OP. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ENCERRADOS E DOS VALORES LIBERTADOS ……142
QUADRO 69: OP. 3.1.1 – INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO E RESULTADO…………………………..143
QUADRO 70: OP. 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS …………………………………………………………………………………………………………………145
QUADRO 71: OP. 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS …………………………………………………………………………………………………………………149
QUADRO 72: OP. 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E APROVADAS DE JOVENS AGRICULTORES …………………………………………………………………………………149
QUADRO 73: OP. 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APROVADAS …………………150
QUADRO 74: OP. 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR SETOR ……………………………151
QUADRO 75: OP. 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR SETOR DE JOVENS AGRICULTORES …………………………………………………………………………………………………………………151
QUADRO 76: OP. 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO ……152
<table>
<thead>
<tr>
<th>Quadro No.</th>
<th>Descrição</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>77</td>
<td>Op. 3.2.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento de jovens agricultores</td>
<td>153</td>
</tr>
<tr>
<td>78</td>
<td>Op. 3.2.1 – Composição da SAU das explorações apoiadas</td>
<td>153</td>
</tr>
<tr>
<td>79</td>
<td>Op. 3.2.1 – Composição da SAU das explorações apoiadas de jovens agricultores</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>80</td>
<td>Op. 3.2.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio</td>
<td>155</td>
</tr>
<tr>
<td>81</td>
<td>Op. 3.2.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos</td>
<td>157</td>
</tr>
<tr>
<td>82</td>
<td>Op. 3.2.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados</td>
<td>157</td>
</tr>
<tr>
<td>83</td>
<td>Op. 3.2.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados</td>
<td>158</td>
</tr>
<tr>
<td>84</td>
<td>Op. 3.2.1 – Indicadores comuns de realização e resultado</td>
<td>158</td>
</tr>
<tr>
<td>85</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas</td>
<td>160</td>
</tr>
<tr>
<td>86</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas</td>
<td>161</td>
</tr>
<tr>
<td>87</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por setor</td>
<td>161</td>
</tr>
<tr>
<td>88</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento</td>
<td>162</td>
</tr>
<tr>
<td>89</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipo de rubrica de investimento</td>
<td>162</td>
</tr>
<tr>
<td>90</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário</td>
<td>163</td>
</tr>
<tr>
<td>91</td>
<td>Op. 3.2.2 – Composição da SAU das explorações apoiadas</td>
<td>163</td>
</tr>
<tr>
<td>92</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio</td>
<td>164</td>
</tr>
<tr>
<td>93</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>94</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>95</td>
<td>Op. 3.2.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>96</td>
<td>Op. 3.2.2 – Indicadores comuns de realização e resultado</td>
<td>167</td>
</tr>
<tr>
<td>97</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas</td>
<td>170</td>
</tr>
<tr>
<td>98</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas</td>
<td>171</td>
</tr>
<tr>
<td>99</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição dos projetos aprovados por setor</td>
<td>172</td>
</tr>
<tr>
<td>100</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição dos projetos aprovados por rubricas de investimento</td>
<td>172</td>
</tr>
<tr>
<td>101</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento</td>
<td>173</td>
</tr>
<tr>
<td>102</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário</td>
<td>173</td>
</tr>
<tr>
<td>Quadro</td>
<td>Descrição</td>
<td>Página</td>
</tr>
<tr>
<td>-----------------------------</td>
<td>---------------------------------------------------------------------------</td>
<td>--------</td>
</tr>
<tr>
<td>103</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio</td>
<td>174</td>
</tr>
<tr>
<td>104</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos</td>
<td>175</td>
</tr>
<tr>
<td>105</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados</td>
<td>176</td>
</tr>
<tr>
<td>106</td>
<td>Op. 3.3.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados</td>
<td>176</td>
</tr>
<tr>
<td>107</td>
<td>Op. 3.3.1 – Indicadores comuns de realização</td>
<td>177</td>
</tr>
<tr>
<td>108</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas</td>
<td>179</td>
</tr>
<tr>
<td>109</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas</td>
<td>180</td>
</tr>
<tr>
<td>110</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição dos projetos aprovados por setor</td>
<td>180</td>
</tr>
<tr>
<td>111</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento</td>
<td>181</td>
</tr>
<tr>
<td>112</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento</td>
<td>181</td>
</tr>
<tr>
<td>113</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio</td>
<td>182</td>
</tr>
<tr>
<td>114</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos</td>
<td>183</td>
</tr>
<tr>
<td>115</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados</td>
<td>183</td>
</tr>
<tr>
<td>116</td>
<td>Op. 3.3.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados</td>
<td>184</td>
</tr>
<tr>
<td>117</td>
<td>Op. 3.3.2 – Indicadores comuns de realização</td>
<td>184</td>
</tr>
<tr>
<td>118</td>
<td>Op. 3.4.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas</td>
<td>188</td>
</tr>
<tr>
<td>119</td>
<td>Op. 3.4.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas</td>
<td>188</td>
</tr>
<tr>
<td>120</td>
<td>Op. 3.4.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento</td>
<td>189</td>
</tr>
<tr>
<td>121</td>
<td>Op. 3.4.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário</td>
<td>189</td>
</tr>
<tr>
<td>122</td>
<td>Op. 3.4.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio</td>
<td>190</td>
</tr>
<tr>
<td>123</td>
<td>Op. 3.4.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos</td>
<td>191</td>
</tr>
<tr>
<td>124</td>
<td>Op. 3.4.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados</td>
<td>192</td>
</tr>
<tr>
<td>125</td>
<td>Op. 3.4.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados</td>
<td>192</td>
</tr>
<tr>
<td>126</td>
<td>Op. 3.4.1 – Indicadores comuns de realização e resultado</td>
<td>193</td>
</tr>
<tr>
<td>127</td>
<td>Op. 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas</td>
<td>196</td>
</tr>
<tr>
<td>128</td>
<td>Op. 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas</td>
<td>197</td>
</tr>
</tbody>
</table>
QUADRO 129: Op. 3.4.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escala de investimento …198
QUADRO 130: Op. 3.4.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário …198
QUADRO 131: Op. 3.4.2 – Distribuição dos projetos aprovados e contratados por CIM ……199
QUADRO 132: Op. 3.4.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ………200
QUADRO 133: Op. 3.4.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ………..201
QUADRO 134: Op. 3.4.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados …………………………………………………………………………….201
QUADRO 135: Op. 3.4.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados …202
QUADRO 136: Op. 3.4.2 – Indicadores comuns de realização e de resultado ……………….203
QUADRO 137: Op. 3.4.3 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas …………………………………………………………………………….205
QUADRO 138: Op. 3.4.3 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário …206
QUADRO 139: Op. 3.4.3 – Distribuição dos projetos aprovados por CIM …………………206
QUADRO 140: Op. 3.4.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ………207
QUADRO 141: Op. 3.4.3 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ………209
QUADRO 142: Op. 3.4.3 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados …………………………………………………………………………….209
QUADRO 143: Op. 3.4.3 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados …210
QUADRO 144: Op. 3.4.3 – Indicadores comuns de realização e de resultado ……………….210
QUADRO 145: Op. 4.0.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas …………………………………………………………………………….212
QUADRO 146: Op. 4.0.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escala de investimento …213
QUADRO 147: Op. 4.0.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário …213
QUADRO 148: Op. 4.0.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ………214
QUADRO 149: Op. 4.0.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ………215
QUADRO 150: Op. 4.0.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados …………………………………………………………………………….216
QUADRO 151: Op. 4.0.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados …216
QUADRO 152: Op. 4.0.1 – Indicadores comuns de realização ……………………………217
QUADRO 153: Op. 4.0.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas …………………………………………………………………………….219
QUADRO 154: Op. 4.0.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escala de investimento …220
Quadro 155: Op. 4.0.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário ...
Quadro 156: Op. 4.0.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ...............221
Quadro 157: Op. 4.0.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ..............223
Quadro 158: Op. 4.0.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos
encerrados ....................................................................................................................223
Quadro 159: Op. 4.0.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados .......224
Quadro 160: Op. 4.0.2 – Indicadores comuns de realização e resultado ................................224
Quadro 161: Op. 5.1.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e
decididas .........................................................................................................................226
Quadro 162: Op. 5.1.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas ......................227
Quadro 163: Op. 5.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento ...227
Quadro 164: Op. 5.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário ...
228
Quadro 165: Op. 5.1.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..............228
Quadro 166: Op. 5.2.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e
decididas .........................................................................................................................231
Quadro 167: Op. 5.2.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..............232
Quadro 168: Op. 5.2.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ..............233
Quadro 169: Op. 5.2.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos
encerrados .......................................................................................................................233
Quadro 170: Op. 5.2.1 – Indicadores comuns de realização e resultado .............................233
Quadro 171: Op. 6.1.1 – Distribuição dos compromissos por tipologias de apólice e por NUTII235
Quadro 172: Op. 6.1.1 – Distribuição dos compromissos por tipos de cultura abrangidos nas
apólices e por NUTII .......................................................................................................236
Quadro 173: Op. 6.1.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..............237
Quadro 174: Op. 6.1.1 – Distribuição regional dos projetos pagos ....................................238
Quadro 175: Op. 6.1.1 – Indicadores comuns de realização ............................................239
Quadro 176: Op. 6.2.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e
decididas .........................................................................................................................243
Quadro 177: Op. 6.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento ...
243
Quadro 178: Op. 6.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento....244
Quadro 179: Op. 6.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário ...
244
Quadro 180: Op. 6.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipo de catástrofe .........245
Quadro 181: Op. 6.2.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ……………245
Quadro 182: Op. 6.2.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos …………247
Quadro 183: Op. 6.2.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ………………………………………………………………………………………………………247
Quadro 184: Op. 6.2.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ………248
Quadro 185: Op. 6.2.2 – Indicadores comuns de realização …………………………………248
Quadro 186: Op. 7.1.1 – Distribuição regional dos compromissos …………………………………251
Quadro 187: Op. 7.1.1 – Distribuição da previsão de compromissos por prioridade/domínio ……252
Quadro 188: Op. 7.1.1 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento pagos …………………253
Quadro 189: Op. 7.1.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação …………253
Quadro 190: Op. 7.1.1 – Indicadores de monitorização – Efetivos declarados, por região e por tipo de animal ………………………………………………………………………………………………………..254
Quadro 191: Op. 7.1.1 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região e por grupo de cultura …………………………………………………………………………………………………………………..254
Quadro 192: Op. 7.1.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações por região e por grupo de cultura ………………………………………………………………………………………………………….255
Quadro 193: Op. 7.1.1 – Indicadores comuns de realização ………………………………………..255
Quadro 194: Op. 7.1.1 – Indicadores comuns de realização – NATURA …………………………256
Quadro 195: Op. 7.1.2 – Distribuição regional dos compromissos …………………………………258
Quadro 196: Op. 7.1.2 – Distribuição da previsão de compromissos por prioridade/domínio ……258
Quadro 197: Op. 7.1.2 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento pagos …………………259
Quadro 198: Op. 7.1.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação …………260
Quadro 199: Op. 7.1.2 – Indicadores de monitorização – Efetivos declarados, por região e por tipo de animal ……………………………………………………………………………………………………….260
Quadro 200: Op. 7.1.2 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região e por grupo de cultura …………………………………………………………………………………………………………………..261
Quadro 201: Op. 7.1.2 – Indicadores de monitorização – Número de explorações por região e por grupo de cultura ………………………………………………………………………………………………………….261
Quadro 202: Op. 7.1.2 – Indicadores comuns de realização ………………………………………262
Quadro 203: Op. 7.1.2 – Indicadores comuns de realização – NATURA …………………………262
Quadro 204: Op. 7.2.1 – Distribuição regional dos compromissos …………………………………264
Quadro 205: Op. 7.2.1 – Distribuição da previsão de compromissos por prioridade/domínio ……265
Quadro 206: Op. 7.2.1 – Distribuição regional dos projetos pagos ………………………………..266
QUADRO 207: Op. 7.2.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação ........267
QUADRO 208: Op. 7.2.1 – Indicadores de monitorização – Efetivos declarados, por região e por tipo de animal ..........................................................267
QUADRO 209: Op. 7.2.1 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região e por grupo de cultura ..............................................................268
QUADRO 210: Op. 7.2.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações por região e por grupo de cultura ..............................................................268
QUADRO 211: Op. 7.2.1 – Indicadores comuns de realização ........................................269
QUADRO 212: Op. 7.2.1 – Indicadores comuns de realização - Natura..........................269
QUADRO 213: Op. 7.3.1 – Distribuição regional dos compromissos ...................................271
QUADRO 214: Op. 7.3.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ................272
QUADRO 215: Op. 7.3.1 – Distribuição regional dos projetos pagos ................................273
QUADRO 216: Op. 7.3.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação ....273
QUADRO 217: Op. 7.3.1 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região e por área geográfica condicionada .........................................................274
QUADRO 218: Op. 7.3.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações por região e por área geográfica condicionada .........................................................274
QUADRO 219: Op. 7.3.1 – Indicadores comuns de realização ........................................274
QUADRO 220: Op. 7.3.1 – Indicadores comuns de realização - Natura..........................275
QUADRO 221: Op. 7.3.2 – Distribuição regional dos compromissos ...................................277
QUADRO 222: Op. 7.3.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ................277
QUADRO 223: Op. 7.3.2 – Distribuição regional dos projetos pagos ................................278
QUADRO 224: Op. 7.3.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação ....279
QUADRO 225: Op. 7.3.2 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região e por tipo de apoio ..........................................................279
QUADRO 226: Op. 7.3.2 – Indicadores de monitorização – Número de explorações por região e por tipo de apoio ..........................................................280
QUADRO 227: Op. 7.3.2 – Indicadores comuns de realização ........................................280
QUADRO 228: Op. 7.3.2 – Indicadores comuns de realização - Natura..........................280
QUADRO 229: Op. 7.4.1 – Distribuição regional dos compromissos .................................282
QUADRO 230: Op. 7.4.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ................283
QUADRO 231: Op. 7.4.1 – Distribuição regional dos projetos pagos ................................284
QUADRO 232: Op. 7.4.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação ....284
QUADRO 233: Op. 7.4.1 – Indicadores de monitorização – Área, região, grupo de cultura e compromisso opcional ................................................................. 285
QUADRO 234: Op. 7.4.1 – Indicadores de monitorização – Número explorações, por região, grupo de cultura e compromisso opcional........................................ 285
QUADRO 235: Op. 7.4.1 – Indicadores comuns de realização ................................................................. 286
QUADRO 236: Op. 7.4.1 – Indicadores comuns de realização - NATURE P4 ........................................ 286
QUADRO 237: Op. 7.4.1 – Indicadores comuns de realização - NATURE P5E................................. 286
QUADRO 238: Op. 7.4.2 – Distribuição regional dos compromissos .................................................. 288
QUADRO 239: Op. 7.4.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ......................... 289
QUADRO 240: Op. 7.4.2 – Distribuição regional dos projetos pagos ................................................. 290
QUADRO 241: Op. 7.4.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação ................. 290
QUADRO 242: Op. 7.4.2 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região ....................... 291
QUADRO 243: Op. 7.4.2 – Indicadores de monitorização – Número de explorações pagas por região ................................................................. 291
QUADRO 244: Op. 7.4.2 – Indicadores comuns de realização ................................................................. 292
QUADRO 245: Op. 7.4.2 – Indicadores comuns de realização - NATURE P4 ........................................ 292
QUADRO 246: Op. 7.4.2 – Indicadores comuns de realização P5E................................................ 292
QUADRO 247: Op. 7.5.1 – Distribuição regional dos compromissos .................................................. 294
QUADRO 248: Op. 7.5.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ......................... 295
QUADRO 249: Op. 7.5.1 – Distribuição regional dos projetos pagos ................................................. 296
QUADRO 250: Op. 7.5.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação ................. 297
QUADRO 251: Op. 7.5.1 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região, por classe e por grupo de cultura ................................................................. 297
QUADRO 252: Op. 7.5.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações pagas por região, por classe e por grupo de cultura................................................................. 298
QUADRO 253: Op. 7.5.1 – Indicadores comuns de realização ................................................................. 298
QUADRO 254: Op. 7.5.1 – Indicadores comuns de realização - NATURE P4 ........................................ 299
QUADRO 255: Op. 7.5.1 – Indicadores comuns de realização P5A................................................ 299
QUADRO 256: Op. 7.6.1 – Distribuição regional dos compromissos .................................................. 301
QUADRO 257: Op. 7.6.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ......................... 302
QUADRO 258: Op. 7.6.1 – Distribuição regional dos projetos pagos ................................................. 303
QUADRO 259: Op. 7.6.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação ................. 303
Quadro 260: Op. 7.6.1 – Indicadores específicos de realização – Áreas pagas por região ……304
Quadro 261: Op. 7.6.1 – Indicadores específicos de realização – Número Explorações pagas por região ……………………………………………………………………………………304
Quadro 262: Op. 7.6.1 – Indicadores comuns de realização ………………………………………304
Quadro 263: Op. 7.6.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA ……………………………305
Quadro 264: Op. 7.6.2 – Distribuição regional dos compromissos ………………………………………307
Quadro 265: Op. 7.6.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio …………307
Quadro 266: Op. 7.6.2 – Distribuição regional dos projetos pagos ……………………………308
Quadro 267: Op. 7.6.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação …………309
Quadro 268: Op. 7.6.2 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região …………………309
Quadro 269: Op. 7.6.2 – Indicadores de monitorização – Número Explorações pagas por região ……………………………………………………………………………………………………309
Quadro 270: Op. 7.6.2 – Indicadores comuns de realização ………………………………………310
Quadro 271: Op. 7.6.2 – Indicadores comuns de realização – NATURA ……………………………310
Quadro 272: Op. 7.7.1 – Distribuição regional dos compromissos ………………………………………312
Quadro 273: Op. 7.7.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio …………………313
Quadro 274: Op. 7.7.1 – Distribuição regional dos projetos pagos ………………………………………314
Quadro 276: Op. 7.7.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação – Sequeiro …………………………………………………………………………………………………………………………………………………315
Quadro 277: Op. 7.7.1 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região e por tipo de lâmeiro …………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………………
Quadro 286: Op. 7.7.2 – Indicadores comuns de realização .................................................. 321
Quadro 287: Op. 7.7.2 – Indicadores comuns de realização - NATURA .................................. 321
Quadro 288: Op. 7.7.3 – Distribuição regional dos compromissos ........................................ 323
Quadro 289: Op. 7.7.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio .................. 323
Quadro 290: Op. 7.7.3 – Distribuição regional dos projetos pagos ....................................... 324
Quadro 291: Op.7.7.3 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação ............. 325
Quadro 292: Op. 7.7.3 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região ..................... 325
Quadro 293: Op. 7.7.3 – Indicadores de monitorização – CN declaradas, por região ............. 325
Quadro 294: Op. 7.7.3 – Indicadores comuns de realização .................................................. 326
Quadro 295: Op. 7.7.3 – Indicadores comuns de realização - NATURA .................................. 326
Quadro 296: Op. 7.8.1 – Distribuição regional dos compromissos ......................................... 328
Quadro 297: Op. 7.8.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio .................. 329
Quadro 298: Op. 7.8.1 – Distribuição regional dos projetos pagos ........................................ 330
Quadro 300: Op. 7.8.1 – Indicadores de monitorização – CN sobre compromisso, por região e por espécie/raça ........................................................................................................... 331
Quadro 301: Op. 7.8.1 – Indicadores de monitorização – CN pagas, por região e por espécie/raça. ................................................................................................................................. 332
Quadro 302: Op. 7.8.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações pagas, por região e por espécie/raça ........................................................................................................... 333
Quadro 303: Op. 7.8.1 – Indicadores comuns de realização .................................................. 334
Quadro 305: Op. 7.8.1 – Indicadores comuns de realização – NATURA-PSE ..................... 334
Quadro 306: Op. 7.8.3 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ................................................................................................................................. 337
Quadro 307: Op. 7.8.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio .................. 338
Quadro 309: Op. 7.8.3 – Distribuição regional dos projetos c/ execução iniciada e dos encerrados ................................................................................................................................. 339
Quadro 310: Op. 7.8.3 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ........ 340
Quadro 311: Op. 7.8.3 – Indicadores comuns de realização .................................................. 340
| Quadro 312: | Op. 7.8.4 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas | 342 |
| Quadro 313: | Op. 7.8.4 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio | 343 |
| Quadro 314: | Op. 7.8.4 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos | 344 |
| Quadro 315: | Op. 7.8.4 – Distribuição regional dos projetos c/ execução iniciada e dos encerrados | 344 |
| Quadro 316: | Op. 7.8.4 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados | 345 |
| Quadro 317: | Op. 7.8.4 – Indicadores comuns de realização | 345 |
| Quadro 318: | Op. 7.9.1 – Distribuição regional dos compromissos | 348 |
| Quadro 319: | Op. 7.9.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio | 349 |
| Quadro 320: | Op. 7.9.1 – Distribuição regional dos projetos pagos | 350 |
| Quadro 321: | Op. 7.9.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação | 350 |
| Quadro 322: | Op. 7.9.1 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região | 351 |
| Quadro 323: | Op. 7.9.1 – Indicadores comuns de realização | 351 |
| Quadro 324: | Op. 7.9.1 – Indicadores comuns de realização – NATURA | 351 |
| Quadro 325: | Op. 7.10.2 – Distribuição regional dos compromissos | 354 |
| Quadro 326: | Op. 7.10.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio | 355 |
| Quadro 327: | Op. 7.10.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos | 356 |
| Quadro 328: | Op. 7.10.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação | 356 |
| Quadro 329: | Op. 7.10.2 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região | 357 |
| Quadro 330: | Op. 7.10.2 – Indicadores comuns de realização | 357 |
| Quadro 331: | Op. 7.10.2 – Indicadores comuns de realização – NATURA | 357 |
| Quadro 332: | Op. 7.11.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas | 359 |
| Quadro 333: | Op. 7.11.1 – Distribuição regional dos projetos aprovados | 360 |
| Quadro 334: | Op. 7.11.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalação de investimento | 360 |
| Quadro 335: | Op. 7.11.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento | 361 |
| Quadro 336: | Op. 7.11.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário | 361 |
| Quadro 337: | Op. 7.11.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio | 362 |
| Quadro 338: | Op. 7.11.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos | 363 |
| Quadro 339: | Op. 7.11.1 – Distribuição regional dos projetos c/ execução iniciada e dos encerrados | 363 |
QUADRO 340: Op. 7.11.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ENCERRADOS E DOS VALORES LIBERTADOS … 364
QUADRO 341: Op. 7.11.1 – INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO ........................................ 364
QUADRO 344: Op. 7.12.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS PAGOS ……………… 368
QUADRO 346: Op. 7.12.1 – INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO ........................................ 369
QUADRO 348: Op. 8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E DECIDIDAS ……………………………………………………………………… 371
QUADRO 350: Op. 8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO .. 372
QUADRO 351: Op. 8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO … 373
QUADRO 352: Op. 8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS APROVADOS POR ESPÉCIE FLORESTAL E ÁREA ……………………………………………………………………… 373
QUADRO 353: OPERAÇÃO 8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPROMISSOS POR PRIORIDADE/DOMÍNIO …… 374
QUADRO 354: OPERAÇÃO 8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS …… 375
QUADRO 355: OPERAÇÃO 8.1.1 – MONTANTES PAGOS RELATIVOS A PRÉMIOS POR PERDA DE RENDIMENTO COMPROMETIDOS EM ANTERIORES PROGRAMAS ………………………………………………… 375
QUADRO 356: Op. 8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS COM EXECUÇÃO INICIADA E DOS ENCERRADOS ……………………………………………………………………… 376
QUADRO 357: Op. 8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ENCERRADOS E DOS VALORES LIBERTADOS …… 376
QUADRO 358: OPERAÇÃO 8.1.1 – INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO ……………………………. 377
QUADRO 359: OPERAÇÃO 8.1.1 – INDICADOR COMUM DE RESULTADO ………………………………….. 377
QUADRO 360: Op. 8.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS, ANALISADAS E APROVADAS ……………………………………………………………………… 379
QUADRO 361: Op. 8.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS APROVADAS ……………… 379
QUADRO 363: Op. 8.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO .. 380
QUADRO 364: Op. 8.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO … 381
QUADRO 365: OPERAÇÃO 8.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS COMPROMISSOS POR PRIORIDADE/DOMÍNIO …… 381
QUADRO 366: Op. 8.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJETOS CONTRATADOS E PAGOS ………. 383
QUADRO 367: Op. 8.1.2 – Distribuição regional dos projetos c/ execução iniciada e dos encerrados ..................................................................................................................383
QUADRO 368: Op. 8.1.2 – Indicadores comuns de realização ..............................................384
QUADRO 369: Op. 8.1.2 – Indicador comum de resultado ..................................................384
QUADRO 370: Op. 8.1.3 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ..........................................................................................................................387
QUADRO 372: Op. 8.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento ....388
QUADRO 373: Op. 8.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de intervenção ...389
QUADRO 374: Op. 8.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário ...389
QUADRO 375: Op. 8.1.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ...............390
QUADRO 376: Op. 8.1.3 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos .............391
QUADRO 378: Op. 8.1.3 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ......392
QUADRO 379: Op. 8.1.3 – Indicadores comuns de realização ..............................................392
QUADRO 380: Op. 8.1.4 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ..........................................................................................................................395
QUADRO 381: Op. 8.1.4 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas ..................395
QUADRO 382: Op. 8.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento ....396
QUADRO 383: Op. 8.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento ..396
QUADRO 384: Op. 8.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário ...397
QUADRO 385: Operação 8.1.4 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ........397
QUADRO 386: Operação 8.1.4 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos .......399
QUADRO 387: Op. 8.1.4 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ..........................................................................................................................399
QUADRO 388: Op. 8.1.4 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ......400
QUADRO 389: Op. 8.1.4 – Indicadores comuns de realização ..............................................400
QUADRO 390: Op. 8.1.5 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ..........................................................................................................................403
QUADRO 391: Op. 8.1.5 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas ..................403
QUADRO 392: Op. 8.1.5 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento ....404
QUADRO 393: Op. 8.1.5 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento ........404
QUADRO 394: Op. 8.1.5 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário ....405
QUADRO 395: Op. 8.1.5 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio .................405
QUADRO 396: Op. 8.1.5 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos .............407
QUADRO 397: Op. 8.1.5 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados .............................................................................................................407
QUADRO 398: Op. 8.1.5 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ......408
QUADRO 399: Op. 8.1.5 – Indicadores comuns de realização .................................................408
QUADRO 400: Op. 8.1.6 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ...........................................................................................................411
QUADRO 401: Op. 8.1.6 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas ......................411
QUADRO 402: Op. 8.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento ..........412
QUADRO 403: Op. 8.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento ........412
QUADRO 404: Op. 8.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário ......413
QUADRO 405: Op. 8.1.6 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio .................413
QUADRO 406: Op. 8.1.6 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos .............415
QUADRO 407: Op. 8.1.6 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados .............................................................................................................415
QUADRO 408: Op. 8.1.6 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ......416
QUADRO 409: Op. 8.1.6 – Indicadores comuns de realização .................................................416
QUADRO 410: Op. 8.2.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ...........................................................................................................418
QUADRO 411: Op. 8.2.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas ......................419
QUADRO 412: Op. 8.2.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio .................419
QUADRO 413: Op. 8.2.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos .............420
QUADRO 414: Op. 8.2.1 – Distribuição regional dos projetos c/ execução iniciada e dos encerrados .............................................................................................................421
QUADRO 415: Op. 8.2.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ......421
QUADRO 416: Op. 8.2.1 – Indicadores comuns de realização .................................................422
QUADRO 417: Op. 9.0.1 – Distribuição regional dos compromissos .......................................426
QUADRO 418: Op. 9.0.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ...............427
QUADRO 419: Op. 9.0.1 – Distribuição regional dos projetos pagos .....................................428
QUADRO 421: Op. 9.0.1 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região ...........429
QUADRO 422: Op. 9.0.1 – Indicadores comuns de realização ........................................430
QUADRO 423: Op. 9.0.1 – Indicadores comuns de realização – Natura ..........................430
QUADRO 424: Op. 9.0.2 – Distribuição regional dos compromissos ...............................432
QUADRO 425: Op. 9.0.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..........433
QUADRO 426: Op. 9.0.2 – Distribuição regional dos projetos pagos .............................434
QUADRO 427: Op. 9.0.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação .....435
QUADRO 428: Op. 9.0.2 – Indicadores específicos de realização – Áreas pagas por região ..435
QUADRO 429: Op. 9.0.2 – Indicadores comuns de realização ........................................436
QUADRO 430: Op. 9.0.2 – Indicadores comuns de realização – Natura ..........................436
QUADRO 431: Op. 9.0.3 – Distribuição regional dos compromissos ...............................438
QUADRO 432: Op. 9.0.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..........439
QUADRO 433: Op. 9.0.3 – Distribuição regional dos projetos pagos .............................440
QUADRO 434: Op. 9.0.3 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação .....440
QUADRO 435: Op. 9.0.3 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região ..........441
QUADRO 436: Op. 9.0.3 – Indicadores comuns de realização ........................................441
QUADRO 437: Op. 9.0.3 – Indicadores comuns de realização – Natura ..........................442
QUADRO 438: Op. 10.1.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas .................................................................444
QUADRO 439: Op. 10.1.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas ...............445
QUADRO 440: Op. 10.1.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..........445
QUADRO 441: Op. 10.1.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos .........446
QUADRO 442: Op. 10.1.1 – Indicadores comuns de realização .......................................447
QUADRO 443: Op. 10.1.1 – Indicadores comuns de resultado .......................................447
QUADRO 444: Op. 10.2.1 – Execução das EDL (por GAL) ..............................................451
QUADRO 445: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.1 (por GAL) ............452
QUADRO 446: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.2 (por GAL) ............453
QUADRO 447: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.3 (por GAL) ............454
QUADRO 448: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.4 (por GAL) ............455
QUADRO 449: Op. 10.2.1 - Execução das EDL - Operação 10.2.1.5 (por GAL) ................................................................. 456
QUADRO 450: Op. 10.2.1 - Execução das EDL - Operação 10.2.1.6 (por GAL) ................................................................. 457
QUADRO 451: Op. 10.2.1 - Distribuição por GAL dos projetos com execução iniciada, encerrados e valor libertado ........................................................................................................ 458
QUADRO 452: Op. 10.2.1 - Indicadores comuns de realização ............................................................................................ 459
QUADRO 453: Op. 10.2.1.1 - Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ................................................................. 461
QUADRO 454: Op. 10.2.1.1 - Distribuição regional das candidaturas aprovadas ................................................................. 461
QUADRO 455: Op. 10.2.1.1 - Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento 462
QUADRO 456: Op. 10.2.1.1 - Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento 462
QUADRO 457: Op. 10.2.1.1 - Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário… ................................................................. 463
QUADRO 458: Op. 10.2.1.1 - Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ......... 463
QUADRO 459: Op. 10.2.1.1 - Distribuição regional dos projetos contratados e pagos........ 464
QUADRO 460: Op. 10.2.1.1 - Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ........................................................................................................ 465
QUADRO 461: Op. 10.2.1.1 - Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados .. 465
QUADRO 462: Op. 10.2.1.1 - Indicadores comuns de realização ................................................................. 466
QUADRO 463: Op. 10.2.1.2 - Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ........................................................................................................ 467
QUADRO 464: Op. 10.2.1.2 - Distribuição regional das candidaturas aprovadas ................................................................. 468
QUADRO 465: Op. 10.2.1.2 - Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento 468
QUADRO 466: Op. 10.2.1.2 - Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento 469
QUADRO 467: Op. 10.2.1.2 - Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário… ................................................................. 469
QUADRO 468: Op. 10.2.1.2 - Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ......... 470
QUADRO 469: Op. 10.2.1.2 - Distribuição regional dos projetos contratados e pagos........ 471
QUADRO 470: Op. 10.2.1.2 - Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ........................................................................................................ 471
QUADRO 471: Op. 10.2.1.2 - Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados .. 472
QUADRO 472: Op. 10.2.1.2 - Indicadores comuns de realização ................................................................. 472
QUADRO 473: Op. 10.2.1.3 - Distribuição regional das candidaturas apresentadas analisadas e decididas ........................................................................................................ 474
QUADRO 474: Op. 10.2.1.3 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas .................474
QUADRO 475: Op. 10.2.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento 475
QUADRO 476: Op. 10.2.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento 475
QUADRO 477: Op. 10.2.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário.... .................................................................475
QUADRO 478: Op. 10.2.1.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio .........476
QUADRO 479: Op. 10.2.1.3 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ........477
QUADRO 480: Op. 10.2.1.3 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ..................................................................................................................478
QUADRO 481: Op. 10.2.1.3 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ..478
QUADRO 482: Op. 10.2.1.3 – Indicadores comuns de realização .........................................479
QUADRO 483: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas .............................................................................................................480
QUADRO 484: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas .................481
QUADRO 485: Op. 10.2.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento 481
QUADRO 486: Op. 10.2.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento 482
QUADRO 487: Op. 10.2.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário.... .................................................................482
QUADRO 488: Op. 10.2.1.4 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ........482
QUADRO 489: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ........483
QUADRO 490: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ..................................................................................................................484
QUADRO 491: Op. 10.2.1.4 – Indicadores comuns de realização .........................................484
QUADRO 492: Op. 10.2.1.5 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas .............................................................................................................486
QUADRO 493: Op. 10.2.1.5 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ........486
QUADRO 494: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas .............................................................................................................489
QUADRO 495: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas .................489
QUADRO 496: Op. 10.2.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento 490
QUADRO 497: Op. 10.2.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento 490
QUADRO 498: Op. 10.2.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário.... .................................................................491
QUADRO 499: Op. 10.2.1.6 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..........491
QUADRO 500: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ..........492
QUADRO 501: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados .................................................................................................................493
QUADRO 502: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ..493
QUADRO 503: Op. 10.2.1.6 – Indicadores comuns de realização .........................................494
QUADRO 504: Op. 10.3.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ......................................................................................................................496
QUADRO 505: Op. 10.3.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..........497
QUADRO 506: Op. 10.3.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ............497
QUADRO 507: Op. 10.3.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ..........................................................................................................................498
QUADRO 508: Op. 10.3.1 – Indicadores comuns de realização .............................................498
QUADRO 509: Op. 10.4.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas .......................................................................................................................500
QUADRO 510: Op. 10.4.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas ..................500
QUADRO 511: Op. 10.4.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio ..........500
QUADRO 512: Op. 10.4.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ............502
QUADRO 513: Op. 10.4.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ..........................................................................................................................502
QUADRO 514: Op. 10.4.1 – Indicadores comuns de realização .............................................502
QUADRO 515: Reforma Antecipada – Compromissos transitados e execução ......................503
QUADRO 516: Auditoria e controlo – Insuficiências DRAP e ST ........................................511
QUADRO 517: Auditoria e controlo – Insuficiências GAL ..................................................513
QUADRO 518: Balanço RRN – Área de intervenção 1 ..........................................................540
QUADRO 519: Balanço RRN – Área de intervenção 2 ..........................................................541
QUADRO 520: Balanço RRN – Área de intervenção 3 ..........................................................542
QUADRO 521: Op. 20.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas - TOTAL .................................................................................................................545
QUADRO 522: Op. 20.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas - AT (que não RRN) ...........................................................545
QUADRO 523: Op. 20.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas - ELAS ...........................................................546
QUADRO 524: Op. 20.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos - TOTAL .....547
QUADRO 525: Op. 20.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos - ELAS .....547
QUADRO 526: Op. 20.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados - TOTAL.................................................................548
QUADRO 527: Op. 20.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados – TOTAL. ..........................................................548
QUADRO 528: Op. 20.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados - ELAS .................................................................548
QUADRO 529: Op. 20.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas ..................................................................................550
QUADRO 530: Op. 20.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas – AI1 ..................................................................................550
QUADRO 531: Op. 20.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas – AI2 ..................................................................................551
QUADRO 532: Op. 20.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas – AI3 ..................................................................................552
QUADRO 533: Op. 20.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas – AI4 ..................................................................................553
QUADRO 534: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos ............553
QUADRO 535: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados ..................................................................................554
QUADRO 536: Op. 20.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados ......554
QUADRO 537: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos – AI1 ....555
QUADRO 538: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos – AI2 ....555
QUADRO 539: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos – AI4 ....555
QUADRO 540: Publicidade – Comunicação online ..........................................................557
QUADRO 541: Publicidade – Emails recebidos e respondidos.........................................557
QUADRO 542: Transferência de conhecimento e capacitação técnica dos ativos do setor agrícola, alimentar e florestal - Operação 2.1.1 do PDR2020 ..............................570
QUADRO 543: Transferência de conhecimento e capacitação técnica dos ativos do setor agrícola, alimentar e florestal – Eixo 3 do COMPETE2020 ........................................571
QUADRO 544: Transferência de conhecimento e capacitação técnica dos ativos do setor agrícola, alimentar e florestal – Eixo 1 do POISE ..................................................572
QUADRO 545: Transformação e comercialização de produtos agrícolas - Operação 3.2.1 do PDR2020..........................................................573
QUADRO 546: TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS - SISTEMA DE INCENTIVOS “INOVAÇÃO PRODUTIVA” DO COMPETE 2020 ..........................................................574
QUADRO 547: TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS - OPERAÇÃO 4.0.1 DO PDR2020 ..................................................................................................................576
QUADRO 548: TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS - OPERAÇÃO 4.0.2 DO PDR2020 ..................................................................................................................576
QUADRO 549: TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS - SISTEMA DE INCENTIVOS “INOVAÇÃO PRODUTIVA” DO COMPETE 2020 ..........................................................577
QUADRO 550: DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - OPERAÇÃO 8.1.3 DO PDR2020 ..........................................................578
QUADRO 551: DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – EIXO 2 DO PO SEUR ..........................................................579
QUADRO 552: REDE NATURA 2000 - OPERAÇÃO 7.3.1 DO PDR2020 ..................................................................................................................580
QUADRO 553: REDE NATURA 2000 - OPERAÇÃO 7.3.2 DO PDR2020 ..................................................................................................................580
QUADRO 554: PDCT – CONTRATUALIZAÇÃO POR OPERAÇÃO ..................................................................................................................582
QUADRO 555: PDCT – CONTRATUALIZAÇÃO POR TIPOLOGIA ..................................................................................................................582
QUADRO 556: PDCT – OPERACIONALIZAÇÃO DA TIPOLOGIA “SEGURANÇA NAS BARRAGENS” ..........................................................583
QUADRO 557: PDCT – OPERACIONALIZAÇÃO DA TIPOLOGIA “REGADIOS TRADICIONAIS” ..........................................................584
QUADRO 558: PDCT – OPERACIONALIZAÇÃO DA TIPOLOGIA “ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA” ..........................................................584
QUADRO 559: PDCT – OPERACIONALIZAÇÃO DA TIPOLOGIA “DRENAGEM E DEFESA” ..........................................................584
QUADRO 560: PDCT – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ..................................................................................................................585
ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E DO VAB AGRÍCOLA – VOLUME (2010=100) .............................................................................................................. 53

FIGURA 2: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E DO VAB AGRÍCOLA – PREÇOS (2010=100) .............................................................................................................. 54

FIGURA 3: OPERAÇÕES IMPLEMENTADAS ATÉ 31-12-2018 ......................................................... 64

FIGURA 4: SELEÇÃO DE CANDIDATURAS ATÉ 31-12-2018 (EXCLUI AS MEDIDAS DE SUPERFÍCIE) .............. 80

FIGURA 5: DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA COMPROMETIDA ATÉ 31-12-2018 .............................. 83

FIGURA 6: EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO POR TIPOLOGIA.................................................................. 85

FIGURA 7: Op. 1.0.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO ........... 102

FIGURA 8: Op. 2.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO ........... 110

FIGURA 9: Op. 2.1.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO ........... 118

FIGURA 10: Op. 2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO DOS SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO POR TIPOLOGIA E DO Nº DE SA POR PRIORIDADE ................................................................. 123

FIGURA 11: Op. 2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 125

FIGURA 12: Op. 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 131

FIGURA 13: Op. 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 140

FIGURA 14: Op. 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 156

FIGURA 15: Op. 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 165

FIGURA 16: Op. 3.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 175

FIGURA 17: Op. 3.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 182

FIGURA 18: Op. 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 190

FIGURA 19: Op. 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 200

FIGURA 20: Op. 3.4.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 208

FIGURA 21: Op. 4.0.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 215

FIGURA 22: Op. 4.0.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 222

FIGURA 23: Op. 5.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 229

FIGURA 24: Op. 5.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DESPESA PÚBLICA POR PRIORIDADE/DOMÍNIO........... 232

FIGURA 25: Op. 6.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA COMPROMETIDA POR TIPOLOGIA DE APÓLICE .236

<table>
<thead>
<tr>
<th>Página 31</th>
</tr>
</thead>
</table>

**Figura 27:** Op. 6.2.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..246

**Figura 28:** Op. 7.1.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..252

**Figura 29:** Op. 7.1.2 – Distribuição regional da despesa pública paga por prioridade/domínio .259

**Figura 30:** Op. 7.2.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..265

**Figura 31:** Op. 7.3.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..272

**Figura 32:** Op. 7.3.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..278

**Figura 33:** Op. 7.4.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..283

**Figura 34:** Op. 7.4.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..289

**Figura 35:** Op. 7.5.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..295

**Figura 36:** Op. 7.6.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..302

**Figura 37:** Op. 7.6.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..308

**Figura 38:** Op. 7.7.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..313

**Figura 39:** Op. 7.7.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..319

**Figura 40:** Op. 7.7.3 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..324

**Figura 41:** Op. 7.8.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..329

**Figura 42:** Op. 7.8.3 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..338

**Figura 43:** Op. 7.8.4 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..343

**Figura 44:** Op. 7.9.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..349

**Figura 45:** Op. 7.10.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..355

**Figura 46:** Op. 7.11.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..362

**Figura 47:** Op. 7.12.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..367

**Figura 48:** Op. 8.1.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..374

**Figura 49:** Op. 8.1.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..382

**Figura 50:** Op. 8.1.3 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..390

**Figura 51:** Op. 8.1.4 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..398

**Figura 52:** Op. 8.1.5 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..406

**Figura 53:** Op. 8.1.6 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..414

**Figura 54:** Op. 8.2.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..420

**Figura 55:** Op. 9.0.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..427

**Figura 56:** Op. 9.0.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio……..434
FIGURA 57. Op. 9.0.3 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……439
FIGURA 58. Op. 10.1.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……446
FIGURA 59: Op. 10.2.1.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……464
FIGURA 60: Op. 10.2.1.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……470
FIGURA 61: Op. 10.2.1.3 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……477
FIGURA 62: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……483
FIGURA 63: Op. 10.2.1.5 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……487
FIGURA 64: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……492
FIGURA 65: Op. 10.4.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio ……501
FIGURA 66: Monitorização de projetos – Projetos transitados ………………………………………531
FIGURA 67: Monitorização de projetos – Despesa pública libertada pelos projetos desistidos …532
FIGURA 68: Monitorização de projetos – Projetos encerrados ………………………………………533
FIGURA 69: Despesa pública libertada pelos projetos encerrados …………………………………533
FIGURA 70: Monitorização de projetos – N.º Projetos anulados por caducidade da decisão - 2018 . ……………………………………………………………………………………………………..535
FIGURA 71: Monitorização de projetos – Despesa pública libertada por projetos anulados por caducidade da decisão - 2018 …………………………………………………………………………..535
FIGURA 72: Monitorização de projetos – N.º Projetos anulados por incumprimento das condicionantes estabelecidas no TA - 2018 …………………………………………………………….536
FIGURA 73: Monitorização de projetos – Despesa pública libertada por incumprimento das condicionantes estabelecidas no TA - 2018 …………………………………………………………….537
FIGURA 74: Monitorização de projetos – N.º Projetos anulados por incumprimento da comprovação da titularidade da exploração - 2018 ……………………………………………………………………538
FIGURA 75: Monitorização de projetos – Despesa pública libertada por incumprimento da comprovação da titularidade da exploração agrícola - 2018 …………………………………538
FIGURA 76: Publicidade – Comunicação ……………………………………………………………….559
FIGURA 77: Modelo de governação do Portugal 2020 …………………………………………………563
FIGURA 78: Modelo de governação do PDR2020 ……………………………………………………564
**ABREVIATURAS**

**AFN:** Autoridade Florestal Nacional  
**AG:** Autoridade de Gestão  
**AGRO:** Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural  
**AJAP:** Associação dos Jovens Agricultores de Portugal  
**CAP:** Confederação dos Agricultores de Portugal  
**CCDR:** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional  
**CCDRC:** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro  
**CEA:** Contas Económicas da Agricultura  
**CN:** Cabeças Normais  
**CNA:** Confederação Nacional da Agricultura  
**CNJ:** Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal  
**CONFAGRI:** Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal  
**CQ:** Controlo de Qualidade  
**DE:** Dimensão Económica  
**DGADR:** Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
**DGV:** Direção-Geral de Veterinária  
**DOP:** Denominação de Origem Protegida  
**DRAP:** Direção Regional de Agricultura e Pescas  
**ELA:** Estrutura Local de Apoio  
**ELD:** Estratégia Local de Desenvolvimento  
**FEADER:** Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural  
**FFP:** Fundo Florestal Permanente  
**FTA:** Primeira Florestação de terras agrícolas  
**GAL:** Grupos de Ação Local  
**GPP:** Gabinete de Planeamento e Políticas  
**GTAA:** Grupo Técnico de Acompanhamento e Avaliação  
**HA:** Hectares  
**IC:** Indemnizações Compensatórias  
**ICNB:** Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP  
**IFAP:** Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP  
**IGAMAOT:** Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território  
**IGF:** Inspeção-Geral de Finanças  
**IGP:** Indicação Geográfica Protegida  
**INE:** Instituto Nacional de Estatística  
**ISIP:** Sistema de Identificação Parcelar  
**ITI:** Intervenções Territoriais Integradas  
**LVT:** Lisboa e Vale do Tejo  
**MAA:** Medidas Agro Ambientais
**VABpb**: Valor Acrescentado Bruto a Preços de Base

**VAL**: Valor Atual Líquido

**VALcf**: Rendimento dos Fatores

**VPP**: Valor de Produção Padrão

**ZIF**: Zonas de Intervenção Florestal
DEFINIÇÕES/PRESSUPOSTOS

CANDIDATURAS APRESENTADAS: Candidaturas apresentadas deduzidas das desistidas, das canceladas e das rescindidas.

CANDIDATURAS DECIDIDAS: Candidaturas que foram objeto de decisão nos termos legais, após audição da Comissão de Gestão.

DESPESA DECLARADA: Despesa incluída nas Declarações Trimestrais, apresentadas pelo Organismo Pagador à Comissão Europeia.

PEDIDOS DE ALTERAÇÃO: Pedidos de alteração (PALTs) aos projetos aprovados. Tipos de pedidos de alteração: os que alteram datas de início/encerramento, os que alteram a titularidade dos projetos e os físico-financeiros. Estes últimos foram tidos em conta na informação prestada neste relatório. Assim, os dados de investimento e apoio contemplam os valores aprovados em sede de PALTs.

PROJETOS CONTRATADOS: Projetos cujo termo de aceitação já se encontra assinado pelas partes. No caso dos projetos transitados o valor contratado já se encontra expurgado do valor libertado pelos projetos encerrados. Podem ocorrer situações de projetos desistidos/rescindidos, já refletidos em candidaturas aprovadas, que ainda não se encontram refletidos nas contratações, uma vez que ainda não foram recuperadas verbas anteriormente pagas.

PROJETOS COM EXECUÇÃO INICIADA (PARA EFEITOS DE APURAMENTO DE INDICADORES): Projetos que tenham recebido pagamentos que não se refiram exclusivamente a adiantamentos. Os adiantamentos, na aceção do artigo 63º do Regulamento (UE) N° 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, por si só não indicam que uma operação foi iniciada. Eles foram, no entanto, levados em conta quando foi verificado que a operação foi iniciada, comprovado através da apresentação de um pedido de pagamento. O universo dos projetos com execução iniciada inclui o universo dos projetos encerrados.

PROJETOS ENCERRADOS: Projetos cuja execução foi encerrada com a apresentação do último pedido de pagamento.

PROJETOS TRANSITADOS ENCERRADOS: Projetos transitados do PRODER cuja execução foi encerrada na vigência do PDR2020. Nos casos em que foram encerrados neste período mas sem pagamentos considera-se que o valor da despesa pública transitada é igual a zero, libertando toda a despesa pública transitada.

PROJETOS TRANSITADOS ENTRE AVISOS: Projetos que transitaram para o aviso seguinte nos termos da legislação aplicável, por não terem sido aprovados no aviso de abertura de candidaturas a que se candidataram, por falta de dotação orçamental no respetivo aviso.
COMPROMISSOS – CORRESponde ao valor da despesa pública ou do Feader associado às operações aprovadas.

EXECução – CORRESponde ao valor da despesa pública ou do Feader pago pelo organismo pagador ao beneficiário.

TAXA DE APROVAÇÃO: Total dos projetos aprovados / total dos projetos decididos.

TAXA DE COMPROMISSO: Valor da despesa pública ou do Feader comprometido / valor da despesa pública ou do Feader programado.

TAXA DE EXECução: Valor da despesa pública ou do Feader executado / valor da despesa pública ou do Feader programado.

TAXA DE SUSBEXECução: Valor da despesa pública libertada pelos projetos encerrados / valor da despesa pública aprovada dos projetos encerrados.
SUMÁRIO EXECUTIVO


- Em 2018 foram efetuadas duas modificações. A primeira modificação de junho de 2018 - Decisão C(2018)3653 da Comissão Europeia, decorreu da necessidade de fazer face aos compromissos assumidos ou dotações consignadas muito elevadas face à programação total, da necessidade de rever o Programa no sentido de analisar da pertinência de algumas medidas ainda não operacionalizadas e da necessidade de reforço de outras medidas e ou prioridades. Sob o ponto de vista das alterações técnicas, identificou-se no decorrer do processo da operacionalização do PDR2020 a necessidade de efetuar pequenas alterações de natureza eminentemente técnica. Nesta modificação foram suprimidas cinco operações nacionais: Operação 2.1.2 (Código COM 1.2) – “Atividades de demonstração”; Operação 2.1.3 (Código COM 1.3) – “Intercâmbios de curta duração no domínio da gestão e visitas a explorações agrícolas e florestais; Operação 5.3.1 (Código COM 16.3) – Cooperação empresarial; Operação 7.8.2 (Código COM 10.1) – Recursos genéticos – Utilização de variedades vegetais tradicionais. Por outro lado verificou-se que no caso na Operação 3.1.1 (Código COM 6.1) – Jovens agricultores, o valor da dotação era excessivo uma vez que a adesão a esta medida sem o complemento do apoio ao investimento era muito baixo, pelo que se criou uma nova Operação 3.1.2 (Código COM 4.1) - Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola, com verbas provenientes da Operação 3.1.1 (Código COM 6.1). A publicação do Regulamento (UE) 2017/2393 do Parlamento Europeu e do Conselho (Omnibus) originou também a necessidade de algumas alterações nas medidas.

A segunda modificação de novembro de 2018 - Decisão C(2018)7646 da Comissão Europeia, decorreu da necessidade de aplicação dos
instrumentos financeiros (IF) no PDR2020, da necessidade de rever a delimitação das zonas sujeitas a condicionantes naturais significativas, enquadradas na Operação 9.0.2 (Código COM 13.2) – “Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas”, nos termos do nº 3 do artigo 32º, e do nº 5 do artigo 31º do Regulamento (UE) nº 1305/2013, de 17 de dezembro, e da necessidade de permitir que as despesas em que o beneficiário tenha incorrido, provenientes da ocorrência de calamidades, sejam elegíveis após o acontecimento e que, no caso de despesas elegíveis até 5 mil €, o apoio dado seja de 100%.

- A estrutura do Programa manteve-se com as intervenções financiadas agrupadas por medidas e estas em quatro áreas de intervenção.

As áreas de intervenção: A1 “Inovação e conhecimento”, A2 “Competitividade e organização da produção”, A3 “Ambiente, eficiência no uso de recursos e clima” e A4 “Desenvolvimento local”, visam promover ações que contribuem diretamente para a prossecução dos objetivos assumidos na estratégia nacional para o desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, foram delineados em consonância com as orientações estratégicas comunitárias vertidas nas medidas 1 a 19 do FEADER.

- O contexto socioeconómico do ano foi marcado pela continuação da trajetória positiva de variação do PIB em termos reais nas economias avançadas (OCDE). O PIB da zona euro abrandou assumindo uma variação de 1,9% (2,5% em 2017), com Portugal a crescer acima da média da zona euro (2,1%).

A variação positiva do PIB em Portugal resultou dos contributos positivos do consumo privado e do investimento, sendo que o contributo do mercado externo foi negativo devido ao menor crescimento das exportações face às importações; a taxa de desemprego continuou a diminuir, quer na zona euro, quer em Portugal.

No período 2010–2018, o VAB do complexo agroflorestal, em volume, cresceu a uma média anual de 0,8%, notando-se um maior dinamismo da componente agroalimentar face à florestal (1,0% face a 0,4% ao ano). Em particular no último ano, o complexo agroflorestal sofreu um decréscimo (-1,7%) mais acentuado na componente florestal (-2,0%).
Quanto ao comércio internacional agroflorestal entre 2010 e 2018, as exportações cresceram acima das importações (5,1% face a 3,3% ao ano) favorecendo a diminuição do défice da balança comercial agroflorestal, o que terá contribuído para o saldo comercial positivo da economia, destacando-se o setor agrícola com um crescimento das exportações superior ao da média da economia (8,5% face a 6,3% ao ano entre 2010 e 2018).

A produtividade do trabalho agrícola tem vindo a assumir uma tendência de crescimento desde 2010 (3,7% ao ano), com o VAB, em volume, a crescer 0,7% ao ano, enquanto o volume de trabalho tem continuado a diminuir a uma média anual de 2,9%. Em 2018, a produtividade diminuiu 3,6% depois de um forte crescimento em 2017 (16,2%).

- Globalmente, o ano de 2018 foi um ano marcado pelo esforço de operacionalizar os pedidos de alteração a projetos aprovados, bem como de dar continuidade à resposta aos impactos negativos decorrentes da situação de seca extrema e dos incêndios ocorridos, para além de se prosseguir com a abertura de avisos de acordo com o calendário previsto.
- O valor acumulado dos compromissos assumidos ascendeu a cerca de 3,6 mil milhões € de despesa pública, ou seja 86% do programado para o período 2014-2020. Destes, cerca de 666 milhões € referem-se a projetos transitados.
- No final de 2018, o PDR2020 apresentava uma execução de 2.144 milhões € de despesa pública e uma taxa global de execução de 53%, aferida pelo Fundo, e acima da média da União Europeia.

A execução registou-se em todas as áreas de intervenção, com taxas de 25% para a A1 “Inovação e conhecimento”, 38% para A2 “Competitividade e organização da produção”, 71% para A3 “Ambiente, eficiência no uso de recursos e clima” e 16% para a A4 “Desenvolvimento local”.

- Em 2018 assumiu particular importância a monitorização dos projetos aprovados sem execução, quer relativamente aos projetos transitados quer aos projetos decididos ao abrigo do Regulamento nº 1305/2013. O valor libertado, decorrente do encerramento dos projetos e da desistência daqueles que não têm condições para executar os
investimentos aprovados continua a ser fundamental para apoiar os novos investimentos nas medidas com maior adesão.

- Nas atividades de avaliação destaca-se o trabalho de avaliação ao Programa que decorreu em 2018, relativo aos resultados até ao final do ano. Deste trabalho resultou um Relatório onde constam as respostas às Questões de Avaliação Comuns (QAC).

- Quanto ao sistema de informação (SIPDR2020), foi dada sequência à operacionalização das operações previstas no calendário de abertura de anúncios de 2018. A operacionalização dos pedidos de alteração foi uma das principais tarefas, permitindo efetuar alterações às candidaturas relativamente à titularidade, às datas de execução e a alterações físico-financeiras. Foi operacionalizado o controlo dos incumprimentos: titularidade do parcelário e início da execução dos investimentos. Em 2018 foi adjudicado o desenvolvimento de um Sistema de Suporte à Decisão (SSD) baseado num sistema de Business Intelligence (BI), de modo a que com um acesso simples e rápido seja possível ter uma visão transversal de toda a informação do PDR2020. Ainda durante o ano de 2018, a AG desenvolveu trabalhos relevantes no âmbito da segurança da informação e do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

No âmbito da implementação de uma medida de modernização administrativa prevista no quadro do programa simplex, foi iniciado o processo de criação e desenvolvimento de uma aplicação (APP) para mobilidade (smartphones e tablets). Visa-se disponibilizar mais uma forma de comunicação do PDR2020 com as principais partes interessadas, nomeadamente com os beneficiários do Programa e os consultores que poderão fazer o acompanhamento dos seus projetos em qualquer lugar, de forma rápida e simples, bem como ao público em geral.

- Manteve-se a estratégia de comunicação que vinha a ser implementada e continuou a registar-se a participação da AG na Rede de Comunicação Portugal 2020, enquanto plataforma de partilha de informação e boas práticas entre todos os responsáveis pela comunicação que integram os FEEI.

- Em 2018 procedeu-se a uma reprogramação do PDR2020 com vista à operacionalização do apoio ao investimento em explorações agrícolas e agroindústria através de instrumentos financeiros, em resposta a
uma necessidade identificada na avaliação ex-ante e aos elevados níveis de compromisso registados nos apoios a estas áreas no âmbito do PDR2020, tendo o Programa afetado uma contribuição financeira de 20,1 milhões € para a constituição do instrumento de garantia de carteira – Linha de Crédito Garantida.

Neste contexto, foram estabelecidas negociações com o Fundo Europeu de Investimentos (FEI), situação que se consubstanciou, já em 2019, na assinatura de um Acordo de Financiamento com o FEI, acrescido do fato de o FEI e a Comissão Europeia decidirem um financiamento adicional através do Plano Juncker (FEIE), permitindo assim que o montante total agregado da carteira de crédito garantido para o setor atinja cerca de 190 milhões €.
1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO


Esta última decorreu essencialmente da operacionalização dos Instrumentos Financeiros, da nova delimitação das zonas sujeitas a condicionantes naturais significativas, enquadradas na Operação do PDR2020 “9.0.2 - Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas”, devendo ser revista e aplicada o mais tardar em 2019, nos termos do nº 3 do artigo 32º, e do nº 5 do artigo 31º do Regulamento nº 1305/2013, de 17 de dezembro. Esta modificação contemplou ainda alterações decorrentes da necessidade de permitir que no caso de incêndios de grandes proporções que provocam danos substanciais ao potencial agrícola e florestal, as despesas em que o beneficiário tenha incorrido, provenientes da ocorrência de calamidades, sejam elegíveis após o acontecimento e que, no caso de despesas elegíveis até 5.000 €, o apoio dado seja de 100%, atenta a importância de incentivar os agricultores a, rapidamente, restabelecerem a sua capacidade produtiva.

O PDR2020 é um instrumento financeiro de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural na União Europeia, complementando os restantes instrumentos da política agrícola comum (PAC), da política de coesão e da política comum de pescas, enquadrados na Estratégia 2020.
Tendo como princípio o crescimento de forma sustentável das atividades agroflorestais em todo o território nacional, o PDR2020 tem como objetivos estratégicos:

- O crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e a rentabilidade econômica da agricultura;
- A promoção de uma gestão eficiente e a proteção dos recursos;
- A criação de condições para a dinamização econômica e social do espaço rural.

Paralelamente, procura ainda aumentar a capacidade de inovação e transferência de conhecimentos para o setor agroflorestal, e melhorar o nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais.

Estes objetivos são operacionalizados no PDR2020 através de medidas e ações integradas em quatro grandes áreas de intervenção:

- Inovação e conhecimento;
- Competitividade e organização da produção;
- Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima;
- Desenvolvimento local.

Neste contexto, e de forma a avaliar a concretização da estratégia determinada, os Estados-Membros têm que apresentar à Comissão Europeia um relatório anual relativo à execução do Programa no ano civil anterior. Este constitui um dos instrumentos privilegiados de acompanhamento e monitorização do PDR2020, conforme previsto no artigo 50º do Regulamento nº 1303/2013 e no artigo 75º do Regulamento nº 1305/2013.

O presente relatório visa, assim, apresentar à Comissão Europeia e a todos os parceiros uma visão global do desempenho do PDR2020 no exercício financeiro de 2018 e também do exercício acumulado até ao final de 2018, procurando-se, designadamente:

- Incluir informações sobre a aplicação do Programa e suas prioridades;
- Efetuar uma síntese dos progressos na execução do Plano de Avaliação;
- Descrever as questões que afetam o desempenho do Programa e quais as medidas adotadas;
➢ Descrever as medidas tomadas para cumprimento dos requisitos de assistência técnica e de publicidade do Programa;

➢ Incluir informações sobre as ações realizadas para cumprir as condicionalidades ex ante;

➢ Apresentar dados sobre a execução do Programa, medida por indicadores de monitorização e em indicadores comuns e específicos;

➢ Incluir informações sobre a implementação de ações em conformidade com os princípios estabelecidos nos artigos 5º, 7º e 8º do regulamento nº 1303/2013.

Toda a informação relativa a pagamentos das medidas de superfície (vulgo SIGC), seguros e prémios das medidas de florestas, é da responsabilidade do Organismo Pagador (OP) – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) e é apresentada neste relatório com a repartição regional por unidades territoriais para fins estatísticos de nível 2 (NUTS 2), com exceção das medidas de manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (MAZD) que, por dificuldades na obtenção da informação, são apresentadas com a repartição regional referente ao território das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP).

Toda a informação financeira apresentada neste Relatório, nomeadamente a relativa ao balanço global do Programa (pontos 2, 3, e 4) e ao balanço detalhado por operação (pontos 5 e 8.2) tem como fonte a informação residente no sistema de informação da Autoridade de Gestão (AG) - SIPDR2020 e a informação proveniente do OP.
1.2 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÔMICO

O ambiente macroeconómico

O ano de 2018 foi marcado pela continuação da trajetória positiva de variação do PIB em termos reais nas economias avançadas (OCDE) (2,4%; 2,5% em 2017). Destaca-se a aceleração da economia americana com o PIB a crescer 2,9% em termos reais, mais do que o ano anterior (2,2% em 2017). Em particular, o PIB da zona euro abrandou assumindo uma variação de 1,9% (2,5% em 2017), com Portugal a crescer acima da média da zona euro (2,1%).

Quadro 1: Enquadramento internacional

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2000-2008</th>
<th>2010-2018</th>
<th>2017-2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Taxa de variação anual real PIB</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portugal</td>
<td>3,8</td>
<td>0,8</td>
<td>1,9</td>
</tr>
<tr>
<td>EUA</td>
<td>4,1</td>
<td>3,5</td>
<td>2,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Zona Euro</td>
<td>4,0</td>
<td>1,8</td>
<td>2,0</td>
</tr>
<tr>
<td>OCDE</td>
<td>4,2</td>
<td>2,9</td>
<td>3,0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2000-2018</th>
<th>2010-2018</th>
<th>2017-2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Taxa de variação anual real do consumo privado</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portugal</td>
<td>3,7</td>
<td>1,6</td>
<td>2,5</td>
</tr>
<tr>
<td>EUA</td>
<td>5,1</td>
<td>3,6</td>
<td>1,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Zona Euro</td>
<td>3,0</td>
<td>0,9</td>
<td>0,7</td>
</tr>
<tr>
<td>OCDE</td>
<td>4,1</td>
<td>2,9</td>
<td>2,1</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2000-2018</th>
<th>2010-2018</th>
<th>2017-2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Taxa de desemprego</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portugal</td>
<td>4,0</td>
<td>7,6</td>
<td>10,8</td>
</tr>
<tr>
<td>EUA</td>
<td>4,0</td>
<td>5,1</td>
<td>9,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Zona Euro</td>
<td>8,6</td>
<td>9,0</td>
<td>10,2</td>
</tr>
<tr>
<td>OCDE</td>
<td>6,1</td>
<td>6,6</td>
<td>8,4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2000-2018</th>
<th>2010-2018</th>
<th>2017-2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Taxa de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>EUA</td>
<td>6,5</td>
<td>3,5</td>
<td>0,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Zona Euro</td>
<td>4,5</td>
<td>2,2</td>
<td>0,8</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2000-2018</th>
<th>2010-2018</th>
<th>2017-2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Taxa de câmbio Euro/Dólar - média do período</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portugal</td>
<td>0,92</td>
<td>1,24</td>
<td>1,33</td>
</tr>
<tr>
<td>EUA</td>
<td>6,5</td>
<td>3,5</td>
<td>0,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Zona Euro</td>
<td>4,5</td>
<td>2,2</td>
<td>0,8</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2000-2018</th>
<th>2010-2018</th>
<th>2017-2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Índice de preços (2000=100)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Petróleo¹</td>
<td>100,0</td>
<td>142,3</td>
<td>194,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Alimentos²</td>
<td>100,0</td>
<td>129,4</td>
<td>206,3</td>
</tr>
<tr>
<td>CPI (2000=100)</td>
<td>100,0</td>
<td>117,0</td>
<td>127,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Divida pública (em % do PIB)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portugal</td>
<td>50,3</td>
<td>67,4</td>
<td>96,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Défice público (em % do PIB)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portugal</td>
<td>-3,2</td>
<td>-6,2</td>
<td>-11,2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Para o comportamento do PIB da zona euro terá contribuído o abrandamento da procura externa, a qual terá sido influenciada pela valorização do euro face ao dólar (4,6%), tendo-se observado também uma desaceleração do consumo privado. Estas evoluções terão sido afetadas, nomeadamente, pelo enfraquecimento do comércio mundial\textsuperscript{1} e pelas perturbações relacionadas com especificidades a nível dos países (arrefecimento das economias italiana, alemã e francesa) e dos setores da zona euro, em particular do setor da indústria automóvel alemã, e pela incerteza em relação ao \textit{Brexit}.

O défice público em % do PIB continua a descer na zona euro e a taxa de juro mantém-se a níveis baixos (-0,3%). Mantém-se a recuperação do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a recuar para 8,2% (7,1% em Portugal), com efeitos positivos no rendimento disponível das famílias e na rentabilidade das empresas.

A inflação na zona euro, medida pelo IHPC\textsuperscript{2}, foi 1,8% no último ano. Para esta evolução, terá contribuído a evolução do preço das matérias-primas energéticas no mercado internacional, nomeadamente o preço do petróleo que cresceu 25% em resultado dos cortes de produção acordados entre os países produtores e da incerteza associada às exportações de petróleo pelo Irão na sequência da reintrodução de sanções pelos EUA.

Em particular em Portugal, os dados mais recentes publicados pelo INE, apontam para um menor crescimento do PIB, em volume, em 2018 (2,1%, após 2,8% em 2017), à semelhança da zona euro. Especificamente a procura interna, que inclui o consumo privado, consumo público e investimento, mantem a tendência de crescimento que tem vindo a verificar-se desde 2014, embora abrandando em 2018 (2,8% face a 3,0% em 2017), devido ao menor crescimento do investimento (5,7% face a 9,2% em 2017), sobretudo das componentes “Outras máquinas e equipamentos” (6,9% face a 14,4% em 2017) e “construção” (3,1% face a 8,3% em 2017).

Relativamente à procura externa, salienta-se o crescimento contínuo das exportações desde 2010, assumindo um valor de 3,6% em 2018. Já as importações têm crescido

\textsuperscript{1} "(…) a incerteza no contexto do comércio aumentou na sequência de medidas tomadas pela Administração dos Estados Unidos e da reação dos seus parceiros comerciais. Esta situação culminou com dois anúncios pela Administração dos Estados Unidos da imposição de tarifas a USD 250 mil milhões de exportações chinesas no verão e no anúncio pela China de uma retaliação relativamente a USD 110 mil milhões de exportações dos Estados Unidos. (…)" (Fonte: Relatório anual 2018 – BCE).

\textsuperscript{2} Índice harmonizado de preços no consumidor.
sucessivamente desde 2013 a par da evolução do consumo privado, apresentando um crescimento menos acentuado no último ano (4,9% face a 8,1% em 2017).

Destaca-se que, na ótica da despesa, a variação positiva do PIB em volume resultou, sobretudo, dos contributos positivos do consumo privado (1,6 p.p.) e do investimento (1,0 p.p.). Já o impacto do mercado externo foi negativo: o contributo positivo das exportações (1,7 p.p.) foi ultrapassado pelo contributo negativo das importações (-2,4 p.p.).

Quadro 2: PIB na ótica da despesa

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PIB</td>
<td>3,8</td>
<td>0,8</td>
<td>1,9</td>
<td>-1,8</td>
<td>-4,0</td>
<td>-1,1</td>
<td>0,9</td>
<td>1,8</td>
<td>1,9</td>
<td>2,8</td>
<td>2,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Procura interna</td>
<td>3,3</td>
<td>1,3</td>
<td>1,9</td>
<td>-5,7</td>
<td>-7,3</td>
<td>-2,0</td>
<td>2,2</td>
<td>2,7</td>
<td>2,0</td>
<td>3,0</td>
<td>2,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo privado</td>
<td>3,7</td>
<td>1,6</td>
<td>2,5</td>
<td>-3,7</td>
<td>-5,7</td>
<td>-1,3</td>
<td>2,3</td>
<td>2,1</td>
<td>2,5</td>
<td>2,4</td>
<td>2,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo público</td>
<td>4,4</td>
<td>2,7</td>
<td>-1,3</td>
<td>-3,8</td>
<td>-3,3</td>
<td>-2,0</td>
<td>-0,5</td>
<td>1,3</td>
<td>0,8</td>
<td>0,2</td>
<td>0,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento</td>
<td>1,6</td>
<td>0,7</td>
<td>3,4</td>
<td>-14,0</td>
<td>-18,1</td>
<td>-5,1</td>
<td>5,1</td>
<td>6,4</td>
<td>1,8</td>
<td>9,2</td>
<td>5,7</td>
</tr>
<tr>
<td>FBCF</td>
<td>4,1</td>
<td>0,1</td>
<td>-0,9</td>
<td>-12,5</td>
<td>-16,6</td>
<td>-5,1</td>
<td>2,3</td>
<td>5,8</td>
<td>2,3</td>
<td>9,2</td>
<td>4,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>8,4</td>
<td>0,5</td>
<td>9,5</td>
<td>7,0</td>
<td>3,4</td>
<td>7,0</td>
<td>4,3</td>
<td>6,1</td>
<td>4,4</td>
<td>7,8</td>
<td>3,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>5,5</td>
<td>2,2</td>
<td>7,8</td>
<td>-5,8</td>
<td>-6,3</td>
<td>4,7</td>
<td>8,5</td>
<td>4,7</td>
<td>8,1</td>
<td>4,9</td>
<td>2,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxa de variação anual dos preços implícitos no PIB</td>
<td>3,5</td>
<td>3,3</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,3</td>
<td>-0,4</td>
<td>2,3</td>
<td>0,8</td>
<td>2,0</td>
<td>1,8</td>
<td>1,5</td>
<td>1,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Procura interna</td>
<td>4,6</td>
<td>3,6</td>
<td>1,3</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
<td>1,6</td>
<td>0,3</td>
<td>0,7</td>
<td>1,1</td>
<td>1,6</td>
<td>1,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo privado</td>
<td>3,6</td>
<td>3,9</td>
<td>1,8</td>
<td>1,7</td>
<td>1,9</td>
<td>0,8</td>
<td>0,3</td>
<td>1,0</td>
<td>1,0</td>
<td>1,2</td>
<td>1,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo público</td>
<td>7,7</td>
<td>4,1</td>
<td>0,4</td>
<td>-2,4</td>
<td>-7,9</td>
<td>6,4</td>
<td>-0,5</td>
<td>0,1</td>
<td>1,4</td>
<td>2,0</td>
<td>1,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento</td>
<td>4,7</td>
<td>2,5</td>
<td>0,6</td>
<td>0,4</td>
<td>-1,4</td>
<td>-0,8</td>
<td>1,2</td>
<td>1,0</td>
<td>1,2</td>
<td>2,6</td>
<td>2,0</td>
</tr>
<tr>
<td>FBCF</td>
<td>4,7</td>
<td>2,7</td>
<td>0,5</td>
<td>0,4</td>
<td>-1,4</td>
<td>-0,8</td>
<td>1,1</td>
<td>1,2</td>
<td>1,2</td>
<td>2,6</td>
<td>2,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>5,5</td>
<td>1,6</td>
<td>3,3</td>
<td>5,0</td>
<td>1,7</td>
<td>-1,0</td>
<td>-1,2</td>
<td>-1,3</td>
<td>-1,6</td>
<td>3,3</td>
<td>2,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>8,4</td>
<td>2,9</td>
<td>4,7</td>
<td>7,1</td>
<td>1,1</td>
<td>-2,7</td>
<td>-2,3</td>
<td>-4,4</td>
<td>-3,2</td>
<td>4,0</td>
<td>4,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxa de variação anual nominal PIB</td>
<td>7,4</td>
<td>4,1</td>
<td>2,6</td>
<td>-2,1</td>
<td>-4,4</td>
<td>1,1</td>
<td>1,7</td>
<td>3,9</td>
<td>3,7</td>
<td>4,4</td>
<td>3,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Procura interna</td>
<td>8,1</td>
<td>4,9</td>
<td>3,2</td>
<td>-5,1</td>
<td>-7,9</td>
<td>-0,4</td>
<td>2,5</td>
<td>3,5</td>
<td>3,2</td>
<td>4,7</td>
<td>4,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo privado</td>
<td>7,4</td>
<td>5,5</td>
<td>4,4</td>
<td>-2,1</td>
<td>-3,9</td>
<td>-0,5</td>
<td>2,6</td>
<td>3,2</td>
<td>3,5</td>
<td>3,6</td>
<td>3,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo público</td>
<td>12,4</td>
<td>6,9</td>
<td>0,9</td>
<td>-6,1</td>
<td>-10,9</td>
<td>4,2</td>
<td>-0,9</td>
<td>1,2</td>
<td>2,2</td>
<td>2,2</td>
<td>2,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento</td>
<td>6,5</td>
<td>1,9</td>
<td>4,0</td>
<td>-13,6</td>
<td>-19,2</td>
<td>-5,9</td>
<td>6,3</td>
<td>7,4</td>
<td>3,0</td>
<td>11,1</td>
<td>7,9</td>
</tr>
<tr>
<td>FBCF</td>
<td>9,0</td>
<td>2,8</td>
<td>-0,5</td>
<td>-12,1</td>
<td>-17,8</td>
<td>-5,8</td>
<td>3,5</td>
<td>7,1</td>
<td>3,5</td>
<td>12,0</td>
<td>6,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>14,4</td>
<td>2,1</td>
<td>13,1</td>
<td>12,4</td>
<td>5,1</td>
<td>6,0</td>
<td>3,1</td>
<td>4,7</td>
<td>2,7</td>
<td>11,4</td>
<td>5,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>14,4</td>
<td>5,1</td>
<td>12,9</td>
<td>0,9</td>
<td>-5,3</td>
<td>1,9</td>
<td>5,3</td>
<td>3,7</td>
<td>1,3</td>
<td>12,4</td>
<td>7,4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PIB</td>
<td>3,8</td>
<td>0,8</td>
<td>1,9</td>
<td>-1,8</td>
<td>-4,0</td>
<td>-1,1</td>
<td>0,9</td>
<td>1,8</td>
<td>1,9</td>
<td>2,8</td>
<td>2,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Procura interna</td>
<td>3,6</td>
<td>1,4</td>
<td>2,0</td>
<td>-6,2</td>
<td>-7,6</td>
<td>-2,0</td>
<td>2,2</td>
<td>2,8</td>
<td>2,0</td>
<td>3,1</td>
<td>2,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo privado</td>
<td>2,3</td>
<td>1,0</td>
<td>1,6</td>
<td>-2,4</td>
<td>-3,6</td>
<td>-0,8</td>
<td>1,4</td>
<td>1,3</td>
<td>1,6</td>
<td>1,5</td>
<td>1,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo público</td>
<td>0,8</td>
<td>0,5</td>
<td>-0,3</td>
<td>-0,8</td>
<td>-0,7</td>
<td>-0,4</td>
<td>-0,1</td>
<td>0,3</td>
<td>0,2</td>
<td>0,0</td>
<td>0,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento</td>
<td>0,4</td>
<td>-0,2</td>
<td>0,7</td>
<td>-3,0</td>
<td>-3,4</td>
<td>-0,8</td>
<td>0,8</td>
<td>1,0</td>
<td>0,3</td>
<td>1,5</td>
<td>1,0</td>
</tr>
<tr>
<td>FBCF</td>
<td>1,1</td>
<td>0,0</td>
<td>-0,2</td>
<td>-2,6</td>
<td>-3,1</td>
<td>-0,8</td>
<td>0,4</td>
<td>0,9</td>
<td>0,4</td>
<td>1,5</td>
<td>0,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>2,0</td>
<td>0,1</td>
<td>2,8</td>
<td>2,2</td>
<td>1,2</td>
<td>2,6</td>
<td>1,7</td>
<td>2,5</td>
<td>1,9</td>
<td>3,4</td>
<td>1,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>-1,9</td>
<td>-0,8</td>
<td>-3,0</td>
<td>2,3</td>
<td>2,4</td>
<td>-1,8</td>
<td>-3,1</td>
<td>-3,6</td>
<td>-2,1</td>
<td>-3,8</td>
<td>-2,4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

P – dados provisórios

Na ótica da produção, o crescimento do PIB, em volume, decorreu sobretudo dos ramos de atividade ligados aos setores “Energia, água e saneamento” (4,9%), “Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (2,9%) e “Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (2,5%).

Em 2018, a dívida pública portuguesa representou 121,7% do PIB\(^3\), assumindo um decréscimo face ao ano anterior, em resultado do crescimento do PIB a preços correntes (3,6%), já que a dívida pública cresceu 0,9%\(^4\) em relação a 2017.

Quanto ao défice público, prolongou-se a trajetória de diminuição do seu peso no PIB (-0,7%), para tal terá sido determinante o crescimento da receita em 5,5% e a diminuição da despesa (-0,3%). O comportamento da receita foi influenciado sobretudo pela variação dos “impostos sobre a produção e importação” (6,3%), pelos “Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.” (6,4%) e pelas “contribuições sociais” (4,9%).

✿ O complexo agroflorestal na economia

O complexo agroflorestal, que inclui uma componente agroalimentar (agricultura e indústrias alimentares das bebidas e do tabaco) e uma componente florestal (silvicultura e indústrias florestais), representa 5,7% do valor acrescentado nacional, 12,8% do emprego, 14,9% das importações e 12,9% das exportações de bens e serviços.

---

\(^3\) Dívida calculada de acordo com a definição utilizada no Procedimento dos Défices Excessivos (Regulamento (CE) 479/2009, de 25 de maio), isto é, dívida bruta consolidada das administrações públicas (AP) ao valor nominal ou facial vulgo, dívida de Maastricht). Este conceito inclui os passivos nos instrumentos de numerário e depósitos (AF.2), títulos de dívida (AF.3) e empréstimos (AF.4).

\(^4\) A partir de Banco de Portugal - “Nota de Informação Estatística - Dívida pública - dezembro de 2018 (1 de fevereiro de 2019).
No período 2010-2018, o VAB do complexo agroflorestal, em volume, cresceu a uma média anual de 0,8%, notando-se um maior dinamismo da componente agroalimentar face à florestal (1,0% face a 0,4% ao ano). Em particular no último ano, o complexo agroflorestal sofreu um decréscimo (-1,7%) mais acentuado na componente florestal (-2,0%).
O emprego agroflorestal continua em fase descendente tendo vindo a decrescer a uma média anual de -2,8% ao ano desde 2010, mais do que o resto da economia (-0,8% ao ano entre 2010 e 2016). Especificamente em 2016, o emprego agroflorestal diminuiu 2,2% contrastando com a economia no seu conjunto (+1,6%).

Quanto ao comércio internacional agroflorestal entre 2010 e 2018, as exportações cresceram acima das importações (5,1% face a 3,3% ao ano) favorecendo a diminuição do défice da balança comercial agroflorestal, o que terá contribuído para o saldo comercial positivo da economia, destacando-se o sector agrícola com um crescimento das exportações superior ao da média da economia (8,5% face a 6,3% ao ano entre 2010 e 2018). Contudo, a partir de 2014, com a recuperação económica e consequente retoma dos rendimentos, as importações agroflorestais passaram a crescer mais do que as exportações (5,3% face a 4,1% ao ano entre 2014 e 2018), apesar de, em 2018, as exportações agroflorestais terem crescido 5,1% e as importações 4,5%.

No conjunto da economia, as exportações cresceram menos do que as importações (5,7% face a 7,4%), o que teve efeitos no saldo comercial da economia que assumiu o valor mais baixo de superavit comercial desde 2014 (267 milhões €).
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Complexo agroflorestal</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>4 690</td>
<td>5 484</td>
<td>7 595</td>
<td>8 268</td>
<td>9 241</td>
<td>9 623</td>
<td>9 963</td>
<td>10 124</td>
<td>10 750</td>
<td>11 299</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>7 158</td>
<td>7 826</td>
<td>10 016</td>
<td>10 757</td>
<td>10 868</td>
<td>10 586</td>
<td>11 031</td>
<td>11 438</td>
<td>12 459</td>
<td>13 018</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo comercial</td>
<td>-2 468</td>
<td>-2 342</td>
<td>-2 421</td>
<td>-2 489</td>
<td>-1 650</td>
<td>-1 445</td>
<td>-964</td>
<td>-1 067</td>
<td>-1 314</td>
<td>-1 709</td>
<td>-1 719</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Complexo agroalimentar</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>1 969</td>
<td>2 737</td>
<td>4 289</td>
<td>4 757</td>
<td>5 056</td>
<td>5 488</td>
<td>5 840</td>
<td>5 996</td>
<td>6 155</td>
<td>6 661</td>
<td>6 945</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>5 438</td>
<td>6 111</td>
<td>8 084</td>
<td>8 804</td>
<td>8 528</td>
<td>8 837</td>
<td>8 616</td>
<td>9 001</td>
<td>9 326</td>
<td>10 201</td>
<td>10 587</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo comercial</td>
<td>-3 469</td>
<td>-3 374</td>
<td>-3 795</td>
<td>-4 047</td>
<td>-3 472</td>
<td>-3 349</td>
<td>-2 776</td>
<td>-3 006</td>
<td>-3 171</td>
<td>-3 540</td>
<td>-3 642</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Agricultura</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>207</td>
<td>396</td>
<td>670</td>
<td>680</td>
<td>753</td>
<td>744</td>
<td>873</td>
<td>973</td>
<td>1 028</td>
<td>1 217</td>
<td>1 286</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>1 793</td>
<td>1 924</td>
<td>2 507</td>
<td>2 752</td>
<td>2 686</td>
<td>2 740</td>
<td>2 567</td>
<td>2 731</td>
<td>3 029</td>
<td>3 170</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo comercial</td>
<td>-1 586</td>
<td>-1 528</td>
<td>-1 837</td>
<td>-2 072</td>
<td>-1 933</td>
<td>-1 996</td>
<td>-1 694</td>
<td>-1 758</td>
<td>-1 802</td>
<td>-1 812</td>
<td>-1 884</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IABT</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>1 761</td>
<td>2 341</td>
<td>3 620</td>
<td>4 077</td>
<td>4 303</td>
<td>4 744</td>
<td>4 967</td>
<td>5 023</td>
<td>5 127</td>
<td>5 444</td>
<td>5 659</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>3 645</td>
<td>4 188</td>
<td>5 577</td>
<td>6 052</td>
<td>5 842</td>
<td>6 097</td>
<td>6 049</td>
<td>6 271</td>
<td>6 495</td>
<td>7 172</td>
<td>7 417</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo comercial</td>
<td>-1 884</td>
<td>-1 847</td>
<td>-1 957</td>
<td>-1 975</td>
<td>-1 539</td>
<td>-1 353</td>
<td>-1 082</td>
<td>-1 248</td>
<td>-1 369</td>
<td>-1 728</td>
<td>-1 758</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Silvicultura</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>67</td>
<td>114</td>
<td>103</td>
<td>121</td>
<td>106</td>
<td>122</td>
<td>97</td>
<td>48</td>
<td>52</td>
<td>57</td>
<td>64</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>271</td>
<td>158</td>
<td>188</td>
<td>216</td>
<td>208</td>
<td>264</td>
<td>267</td>
<td>253</td>
<td>267</td>
<td>274</td>
<td>287</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Indústria florestal</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>2 654</td>
<td>2 632</td>
<td>3 203</td>
<td>3 390</td>
<td>3 476</td>
<td>3 631</td>
<td>3 686</td>
<td>3 920</td>
<td>3 916</td>
<td>4 032</td>
<td>4 290</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>1 449</td>
<td>1 557</td>
<td>1 744</td>
<td>1 737</td>
<td>1 553</td>
<td>1 585</td>
<td>1 704</td>
<td>1 776</td>
<td>1 845</td>
<td>1 984</td>
<td>2 144</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo comercial</td>
<td>1 205</td>
<td>1 076</td>
<td>1 459</td>
<td>1 653</td>
<td>1 923</td>
<td>2 045</td>
<td>2 012</td>
<td>2 044</td>
<td>2 072</td>
<td>2 048</td>
<td>2 146</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Complexo florestal</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>2 722</td>
<td>2 746</td>
<td>3 306</td>
<td>3 511</td>
<td>3 582</td>
<td>3 753</td>
<td>3 782</td>
<td>3 968</td>
<td>3 969</td>
<td>4 089</td>
<td>4 354</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>1 720</td>
<td>1 714</td>
<td>1 932</td>
<td>1 953</td>
<td>1 761</td>
<td>1 849</td>
<td>1 970</td>
<td>2 029</td>
<td>2 112</td>
<td>2 258</td>
<td>2 431</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo comercial</td>
<td>1 001</td>
<td>1 032</td>
<td>1 374</td>
<td>1 558</td>
<td>1 822</td>
<td>1 904</td>
<td>1 812</td>
<td>1 939</td>
<td>1 857</td>
<td>1 831</td>
<td>1 923</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Economia bens e serviços</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>36 216</td>
<td>42 415</td>
<td>53 751</td>
<td>60 410</td>
<td>63 504</td>
<td>67 284</td>
<td>69 360</td>
<td>72 648</td>
<td>74 619</td>
<td>83 098</td>
<td>87 865</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>50 401</td>
<td>56 857</td>
<td>67 351</td>
<td>67 952</td>
<td>64 359</td>
<td>65 573</td>
<td>69 033</td>
<td>71 601</td>
<td>72 543</td>
<td>81 538</td>
<td>87 599</td>
</tr>
<tr>
<td>Saldo comercial</td>
<td>-14 185</td>
<td>-14 443</td>
<td>-13 600</td>
<td>-7 542</td>
<td>-8 855</td>
<td>-1 711</td>
<td>327</td>
<td>1 047</td>
<td>2 076</td>
<td>1 560</td>
<td>267</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Peso do complexo agroflorestal no comércio internacional de bens e serviços (%)</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Exportações</td>
<td>13,0</td>
<td>12,9</td>
<td>14,1</td>
<td>13,7</td>
<td>13,6</td>
<td>13,7</td>
<td>13,9</td>
<td>13,7</td>
<td>13,6</td>
<td>12,9</td>
<td>12,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Importações</td>
<td>14,2</td>
<td>13,8</td>
<td>14,9</td>
<td>15,8</td>
<td>16,0</td>
<td>16,3</td>
<td>15,3</td>
<td>15,4</td>
<td>15,8</td>
<td>15,3</td>
<td>14,9</td>
</tr>
</tbody>
</table>

P – dados provisórios

Economia agrícola

Quadro 7: Taxa de variação da produção, dos consumos intermédios e do VAB agrícola e PIB

Entre 2010 e 2018, o VAB gerado pela agricultura cresceu mais que o conjunto da economia, quer em valor (1,8% face a 1,4% ao ano) quer em volume (0,7% face a 0,3% ao ano).

O último ano foi marcado por um recuo do VAB agrícola em volume (-3,2%), embora em valor tenha evoluído positivamente (0,8%) devido ao efeito dos preços implícitos que cresceram de forma acentuada (4,2%), uma vez que os preços na produção agrícola (2,0%) cresceram mais que os dos consumos intermédios (0,9%).

Figura 1: Evolução da produção, dos consumos intermédios e do VAB agrícola – volume (2010=100)
Quadro 8: Taxa de variação anual de alguns indicadores relativos à atividade agrícola

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Produção pm</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços correntes</td>
<td>2,9</td>
<td>0,5</td>
<td>2,7</td>
<td>2,9</td>
<td>0,5</td>
<td>4,1</td>
<td>7,4</td>
<td>0,1</td>
<td>1,4</td>
<td>4,5</td>
<td>-0,5</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços constantes 2011</td>
<td>3,6</td>
<td>0,9</td>
<td>2,7</td>
<td>3,2</td>
<td>0,7</td>
<td>2,2</td>
<td>2,7</td>
<td>0,7</td>
<td>1,5</td>
<td>2,1</td>
<td>1,2</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IPI</td>
<td>8,1</td>
<td>6,2</td>
<td>6,2</td>
<td>6,3</td>
<td>6,1</td>
<td>6,1</td>
<td>6,2</td>
<td>6,3</td>
<td>6,2</td>
<td>6,1</td>
<td>6,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Consumos intermédios</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços correntes</td>
<td>3,5</td>
<td>4,1</td>
<td>3,5</td>
<td>3,5</td>
<td>3,5</td>
<td>3,5</td>
<td>3,5</td>
<td>3,5</td>
<td>3,5</td>
<td>3,5</td>
<td>3,5</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços constantes 2011</td>
<td>3,2</td>
<td>0,7</td>
<td>3,2</td>
<td>3,2</td>
<td>0,7</td>
<td>3,2</td>
<td>0,7</td>
<td>3,2</td>
<td>0,7</td>
<td>3,2</td>
<td>0,7</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IPI</td>
<td>1,2</td>
<td>0,0</td>
<td>1,2</td>
<td>1,2</td>
<td>0,0</td>
<td>1,2</td>
<td>0,0</td>
<td>1,2</td>
<td>0,0</td>
<td>1,2</td>
<td>0,0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VAB pm</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços correntes</td>
<td>5,4</td>
<td>4,4</td>
<td>5,4</td>
<td>5,4</td>
<td>5,4</td>
<td>5,4</td>
<td>5,4</td>
<td>5,4</td>
<td>5,4</td>
<td>5,4</td>
<td>5,4</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços constantes 2011</td>
<td>5,5</td>
<td>2,6</td>
<td>5,5</td>
<td>5,5</td>
<td>2,6</td>
<td>5,5</td>
<td>2,6</td>
<td>5,5</td>
<td>2,6</td>
<td>5,5</td>
<td>2,6</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IPI</td>
<td>2,6</td>
<td>1,0</td>
<td>2,6</td>
<td>2,6</td>
<td>1,0</td>
<td>2,6</td>
<td>1,0</td>
<td>2,6</td>
<td>1,0</td>
<td>2,6</td>
<td>1,0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fígpm</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços correntes</td>
<td>2,9</td>
<td>4,1</td>
<td>2,9</td>
<td>2,9</td>
<td>4,1</td>
<td>2,9</td>
<td>4,1</td>
<td>2,9</td>
<td>4,1</td>
<td>2,9</td>
<td>4,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços constantes 2011</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IPI</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td>1,9</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Em percentagem**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Preços correntes</strong></td>
<td>4,5</td>
<td>4,1</td>
<td>4,5</td>
<td>4,5</td>
<td>4,1</td>
<td>3,7</td>
<td>3,7</td>
<td>3,7</td>
<td>3,7</td>
<td>3,7</td>
<td>3,7</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Preços constantes 2011</strong></td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td>0,5</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Emprego (UTA)</strong></td>
<td>3,2</td>
<td>2,2</td>
<td>3,2</td>
<td>2,2</td>
<td>3,2</td>
<td>2,2</td>
<td>3,2</td>
<td>2,2</td>
<td>3,2</td>
<td>2,2</td>
<td>2,2</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Preços correntes</strong></td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td>0,4</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Preços constantes 2011</strong></td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Preços constantes 2011</strong></td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Subsídios líquidos de impostos | 2013 | 2,0  | 2014 | 2,0  | 2015 | 2,0  | 2016 | 2,0  | 2017 | 2,0   | 2018 | 2,0   |

VAB pm volume /UTA | -0,5 | -0,5 | -0,5 | -0,5 | -0,5 | -0,5 | -0,5 | -0,5 | -0,5 | -0,5   | -0,5   | -0,5   |

Rendimento | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0   | 2,0   | 2,0   |

Rendimento | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0   | 2,0   | 2,0   |

Esforço de investimento | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0  | 2,0   | 2,0   | 2,0   |

A produtividade do trabalho agrícola tem vindo a assumir uma tendência de crescimento desde 2010 (3,7% ao ano), com o VAB, em volume, a crescer 0,7% ao ano, enquanto o volume de trabalho tem continuado a diminuir a uma média anual de 2,9%. Em 2018, a produtividade diminuiu 3,6% depois de um forte crescimento em 2017 (16,2%), uma vez que o VAB diminuiu 3,2% e o volume de trabalho manteve-se estável (0,3%).

O rendimento da atividade agrícola tem vindo a crescer a uma média anual de 3,6% ao ano desde 2010, devido à evolução da produtividade do trabalho (3,7% ao ano) e dos subsídios (0,6% ao ano). No último ano, o acréscimo dos subsídios (4,4%) compensou a diminuição da produtividade do trabalho (-3,6%), permitindo uma estabilização do rendimento agrícola, que tinha vindo a assumir crescimentos sucessivos desde 2012.

Entre 2010 e 2017 o investimento na agricultura tem vindo a crescer em volume, contrariamente à economia no seu conjunto (2,3% face a -2,5% ao ano). Contudo, no último ano as tendências inverteram-se (-4,5% na agricultura e 9,2% na economia).

Quadro 9: Investimento agrícola e total da economia

<table>
<thead>
<tr>
<th>Em milhões €</th>
<th>Taxa de crescimento médio anual</th>
<th>Taxa de variação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>FBCF agricultura</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços correntes</td>
<td>809 825 838 835 853 857 905 970 946 924</td>
<td>0,8 1,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Preços constantes 2011</td>
<td>777 809 854 835 835 825 937 1069 1047 1000</td>
<td>1,5 2,3</td>
</tr>
<tr>
<td>FBCF economia</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Preços correntes</td>
<td>35 959 36 645 36 938 32 452 26 672 25 122 25 993 27 844 28 830 32 290</td>
<td>-0,6 -1,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Preços constantes 2011</td>
<td>43 568 39 485 37 095 32 452 27 058 25 690 26 287 27 822 28 472 31 087</td>
<td>-2,0 -2,5</td>
</tr>
</tbody>
</table>

P - Dados provisórios

Entre 2010 e 2018, a produção agrícola, a preços base, cresceu a uma média anual de 2,0% em valor e 1,9% em volume. Para a evolução em volume foram sobretudo relevantes as produções de frutos, que cresceram a uma média anual de 3,7% e passaram a representar a maior componente na estrutura de produção agrícola (18,2%), e a produção bovina que também aumentou em volume (3,7% ao ano), com um peso de 8,7% na estrutura de produção. Destaque-se também o crescimento dos cereais em volume (4,2% ao ano), em resultado sobretudo da evolução positiva do milho (1,5% ao ano), nomeadamente do milho de regadio\(^5\), e também do arroz (1,2% ao ano). Embora com menor importância na estrutura de produção, será também de salientar a evolução, em valor, das produções de azeite (9,0% ao ano), das plantas industriais (7,8% ao ano), de outros produtos vegetais (5,8% ao ano), da produção ovina e caprina (4,4% ao ano) e de outra produção animal (4,3% ao ano), que têm vindo a conquistar maior expressão na agricultura portuguesa.

\(^{5}\) De acordo com as Estatísticas agrícolas – INE, o milho de regadio, a componente com maior peso na produção de cereais, a evolução diferenciada no período em análise, devido nomeadamente a questões conjunturais ligadas às condições climatéricas ou de mercado que condicionaram a área cultivada, com um crescimento no período 2010-2013 (+51%), seguido de um decréscimo em 2013-2016 (-24%) e um novo incremento em 2016-2018 (+5,2%).
Especificamente em 2018, a produção agrícola, a preços base, cresceu 0,4%, em valor, em resultado da evolução positiva do preço (2,1%) dado que o volume de produção diminuiu 3,7%. Saliente-se que:

- A produção vegetal diminuiu em valor (-0,9%) em resultado da variação negativa em volume (-3,7%) uma vez que o preço cresceu 2,9%. Para a variação em volume foi determinante a evolução da produção de vinho (6%) e para a variação do preço os vegetais e produtos hortícolas (6,6%).
- Já a produção animal cresceu em valor (1,7%) fruto da variação em volume (1,0%) e, em menor grau, do preço (0,7%). Para a variação em volume foi importante a produção bovina (3,6%) e para a variação do preço a produção bovina (2,9%) e de leite (3,6%).

Os consumos intermédios agrícolas cresceram no decurso de 2010-2018 (média anual: 2,2% em valor e 2,3% em volume). A evolução em volume foi determinada, em maior grau, pelas variações dos outros bens e serviços (7,0% ao ano), a segunda componente com maior peso na estrutura de consumos intermédios (24,5%), da manutenção e reparação de materiais e ferramentas (11,6% ao ano) e de edifícios agrícolas e de outras obras (5,7% ao ano), componentes ligadas à aquisição de serviços pelo setor. A alimentação animal manteve-se relativamente estável no período perdendo peso (-7,1p.p.) para as componentes ligadas à aquisição de serviços.

---

6 A produção de vinho apresentou uma forte quebra em volume (-20,0%), a menor produção dos últimos 20 anos, tendo sido afetada pela vaga de calor em agosto que terá causado escaldões nos bagos, contudo atingindo de forma diferenciada conforme a casta, exposição e idade da vinha.

7 Já a produção de vegetais e produtos hortícolas foi caracterizada por apresentar um ligeiro decréscimo em volume (-0,1%), devido à quebra de produção nos hortícolas frescos (-7,7%), na qual se distingue o tomate para indústria que registou um decréscimo de 25,7% face a 2017, por motivo de atraso na plantação e abandono da cultura por parte de alguns produtores, devido à desvalorização do tomate na campanha anterior que tinha sido afetado por pragas e doenças. Apesar disso, a boa qualidade do produto em 2018 teve impacto no preço que cresceu 7,1%.

8 Note-se que "as dificuldades de separação agricultura/serviços também começam a ter um impacto significativo nas contas sectoriais. A substituição da aquisição de serviços de forma direta por meios indiretos leva a que uma parte do que anteriormente era contabilizado em remunerações ou excedente líquido da exploração (e portanto contabilizado no VAB agrícola) passe a ser contabilizado como aquisições de serviços, cujo impacto em termos de produto é imputado ao sector dos serviços" (Fonte: Publicação Cultivar nº1, GPP).
Em particular em 2018, os consumos intermédios agrícolas diminuíram (-0,3% em valor e -1,2% em volume). Para a variação negativa em volume contribuíram sobretudo os outros bens e serviços (-2,9%), os fertilizantes (-8,2%) e as sementes e plantas (-6,1%).

---

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Volume</td>
<td>Preço</td>
<td>Valor</td>
<td>Volume</td>
</tr>
<tr>
<td>Sementes e plantas</td>
<td>0,3</td>
<td>0,1</td>
<td>0,4</td>
<td>-0,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Energia e lubrificantes</td>
<td>0,7</td>
<td>0,2</td>
<td>0,9</td>
<td>1,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Adubos e corretivos do solo</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Produtos fitossanitários</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com veterinários</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Alimentos para animais</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Manutenção e reparação de material e ferramentas</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Manutenção e reparação de edifícios agrícolas e de outras obras</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços agrícolas</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de intermediância financeira indiretamente medidos (SIFIM)</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros bens e serviços</td>
<td>0,6</td>
<td>0,0</td>
<td>0,6</td>
<td>-0,6</td>
</tr>
</tbody>
</table>

1.3 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA

❖ Decisão da Comissão C(2018) 3653

A 6 de abril de 2018 foi apresentada uma proposta de alteração ao Programa que foi aprovada a 1 de junho pela Decisão da Comissão C(2018) 3653.

Esta alteração decorreu da necessidade de efetuar alterações de carácter técnico, de forma a assegurar que o Programa aprovado refletisse ajustamentos efetuados em sede de produção legislativa. Acresce a este facto a publicação do Regulamento (UE) 2018/2393 do Parlamento Europeu e do Conselho (*Omnibus*) que origina algumas alterações nas medidas. Todas as alterações propostas visam clarificar alguns conceitos e aspetos do Programa, flexibilizar o acesso às medidas, simplificar algumas condições de acesso e de compromissos, o que contribuirá para a melhoria da eficácia e eficiência do PDR2020.


Foi criada também uma nova Operação 3.1.2 (Código COM 4.1) – “Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola”, com verbas provenientes da Operação 3.1.1 (Código COM 6.1), uma vez que se constatou que 97% dos jovens que se candidataram ao prémio de primeira instalação recorreram ao apoio ao investimento para dar resposta à concretização dos investimentos previstos no seu Plano Empresarial, ou seja verificou-se que para a concretização dos objetivos da Operação 3.1.1 é indispensável assegurar uma dotação específica para o financiamento dos planos empresariais dos Jovens Agricultores, através da criação de uma nova Medida no PDR2020.

Foi ainda prevista a possibilidade de adoção de medidas excecionais nas situações de seca extrema ou severa reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes em diversas operações da Medida 7 – Agricultura e recursos Naturais e da Medida 9 –
Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, nomeadamente ao nível do encabeçamento mínimo por superfície forrageira e da possibilidade de aceitar aumentos de efetivo pecuário, para reposição do efetivo reduzido na sequência de situações de seca extrema ou severa.

Em termos financeiros foram feitas alterações que tiveram em conta:

- O nível de compromissos assumidos em 2015 face à dotação programada no âmbito da Medida 7 “Agricultura e recursos naturais”, em que o valor comprometido em determinadas operações excedeu o valor programado, verificando-se a necessidade de efetuar o seu reforço financeiro por forma a fazer face aos pagamentos previstos para 2018 através da realocação de verbas entre operações das medidas COM 10 e 11, para além do reforço a partir de outras medidas/operações;
- A redistribuição da dotação das medidas florestais (Código COM 8) por forma a reforçar mais as medidas de prevenção contra agentes bióticos e abióticos e o restabelecimento da floresta afetada por acontecimentos catastróficos;
- A redistribuição da dotação adicional atribuída a Portugal, nos termos da alínea f) do nº 4 do artigo nº 59 do Regulamento nº 1305/2013, uma vez que o início dos pagamentos com verbas do PDR2020 foi antecipado atendendo à boa execução do PRODER;
- A redistribuição da dotação por prioridade/domínio de intervenção de algumas operações;
- A redistribuição da dotação nas regiões (regiões menos desenvolvidas, regiões em transição-Algarve, outras regiões-Lisboa);
- A revisão do quadro indicativo para as disposições transitórias uma vez que, fruto do percurso normal da vida dos projetos, os compromissos têm vindo a ser revistos em baixa;
- E o reforço da medida de Assistência Técnica, de forma a adequar a sua dotação às necessidades.

A alteração efetuada manteve a estratégia global do Programa, designadamente, o equilíbrio entre as questões da competitividade e da sustentabilidade/eficiência na utilização dos recursos e a manutenção da atividade em todo o território.
Quanto ao impacto desta reprogramação nos indicadores, apesar da diversidade de alterações propostas, este não foi significativo. Apenas foram alterados indicadores de realização, fruto das alterações financeiras registadas em algumas medidas.

Considerando estas alterações financeiras, e com vista a monitorizar os progressos efetuados durante o período de programação na prossecução dos objetivos e das metas estabelecidos para cada prioridade, o Quadro de Desempenho e, consequentemente, a Reserva de Desempenho do PDR2020 foram adaptados à nova realidade.

✈ Decisão da Comissão C(2018) 7646

A 8 de outubro de 2018 foi apresentada uma nova proposta de alteração ao Programa que foi aprovada a 13 de novembro pela Decisão da Comissão C(2018) 7646.

Esta modificação permitiu a operacionalização dos Instrumentos Financeiros e levou à criação de três operações:

- **Operação 3.1.3** – “Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro”, com verbas provenientes da Operação 3.1.2 - Código COM 4.1;

- **Operação 3.2.3** – “Investimento nas explorações agrícolas apoiado por um instrumento financeiro”, com verbas provenientes da Operação 3.2.1 – Código COM 4.1;

- **Operação 3.3.3** – “Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro”, com verbas provenientes da Operação 3.3.1 - Código COM 4.2.

Foi também revista a delimitação das zonas sujeitas a condicionantes naturais significativas, enquadradas na Operação do PDR2020 9.0.2 – “Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas”, nos termos do nº 3 do artigo 32º, e do nº 5 do artigo 31º do Regulamento nº 1305/2013, de 17 de dezembro.

Por outro lado, a existência de incêndios de grandes proporções que provocam danos substanciais no potencial agrícola e florestal, leva à necessidade de permitir que as despesas em que o beneficiário tenha incorrido, provenientes da ocorrência de calamidades, sejam elegíveis após o acontecimento e que, no caso de despesas
elegíveis até 5.000 €, o apoio dado seja de 100%, atenta a importância de incentivar os agricultores a, rapidamente, restabelecerem a sua capacidade produtiva.

Não se verificou um impacto significativo nos indicadores, tendo apenas sido alterados alguns indicadores de realização, fruto das alterações financeiras registadas em algumas medidas. Considerando estas alterações financeiras, e com vista a monitorizar os progressos efetuados durante o período de programação na prossecução dos objetivos e das metas estabelecidos para cada prioridade, o Quadro de Desempenho do PDR2020 foi adaptado em conformidade.
2 INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E RESPETIVAS PRIORIDADES

Em 2018, com o Programa já em fase cruzeiro, foi dada particular atenção aos pedidos de alteração dos projetos aprovados, à monitorização da execução dos projetos, com a consequente anulação de decisões em caso de incumprimento (“operação limpeza”). Prosseguiu a abertura de novos avisos, incluindo o apoio a situações de catástrofes naturais e calamidades.

As operações por implementar representam, no final do ano, cerca de 0,6% da dotação total do Programa, correspondendo a 8 operações (12% do número de operações do Programa). De referir que 5 das 8 operações foram objeto de criação ou reformulação no âmbito das reprogramações do PDR2020 ocorridas em 2018.

Operações ainda não operacionalizadas:

- 3.1.3 (Código COM 4.1) - Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro;
- 3.2.3 (Código COM 4.1) - Investimentos em explorações agrícolas apoiados por um instrumento financeiro;
- 3.3.3 (Código COM 4.2) - Investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro;
- 6.2.1 (Código COM 5.1) - Prevenção de calamidades e catástrofes naturais;
- 6.3.1 (Código COM 17.2) - Fundo mutualista de calamidades;
- 7.8.5 (Código COM 15.2) - Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais;
- 7.10.1 (Código COM 15.1) - Manutenção de habitats do lince-ibérico;
- 8.2.2 (Código COM 7.4) - Gestão de recursos aquícolas.

No âmbito da reprogramação ao PDR2020, apresentada no início de 2018, foi proposta a supressão de algumas operações devido à situação em que o Programa se encontra, com compromissos assumidos ou dotações consignadas muito elevadas face à programação. Considerou-se também que existem operações cuja resposta pode ser encontrada, de uma forma mais ou menos abrangente ou dirigida, noutras medidas em curso.

Estão neste caso as seguintes operações:
Nos pontos seguintes apresenta-se um balanço da operacionalização do PDR2020, até ao final de 2018, incluindo:

- Uma síntese da legislação comunitária e nacional do Programa;
- Um balanço dos concursos abertos ou avisos de abertura de candidaturas e montantes financeiros disponibilizados;
- Um balanço das candidaturas apresentadas pelos beneficiários a esses mesmos concursos e o investimento proposto.
2.1 ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR DAS OPERAÇÕES DO PDR2020

Legislação comunitária

Os regulamentos comunitários que enquadram os Programas de Desenvolvimento Rural no período de programação 2014/2020 são os seguintes:


- **Reg. (UE) 1306/2013**, de 17 de dezembro, alterado pelo Reg. (UE) 1310/2013 de 17 de dezembro, pelo Reg. (UE) 2016/791 de 11 de maio e pelo
Reg. (UE) 2017/2393 de 13 de dezembro – estabelece as regras relativas: ao financiamento das despesas no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), incluindo as do desenvolvimento rural; o sistema de aconselhamento agrícola; os sistemas de gestão e de controlo a instituir pelos Estados-Membros; o sistema de condicionalidade e o apuramento das contas.

➢ Reg. (UE) 1310/2013, de 17 de dezembro - estabelece as disposições transitórias que permitem aos Estados-Membros continuar a assumir compromissos jurídicos no âmbito do anterior quadro de financiamento em relação a determinadas medidas, sendo que as despesas daí resultantes deverão ser elegíveis para apoio no quadro do novo período de programação.

❖ Legislação nacional

A legislação específica para a operacionalização do PDR2020 encontra-se detalhada no Anexo II. Para além desta legislação de implementação, no ano de 2018 foi ainda produzida a seguinte a legislação nacional:

Transversal

➢ Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro: Atento o elevado nível de compromisso do PDR2020, não se afigurou necessário prever um procedimento específico para as situações de insuficiência orçamental, antes se justificando a revogação do referido procedimento, salvaguardando, naturalmente, a transição das candidaturas já apresentadas. Tornou-se também necessário assegurar os ajustamentos necessários a uma maior eficiência na operacionalização das medidas no que respeita às obrigações dos beneficiários e ao cumprimento dos critérios de seleção das candidaturas. Assim, procedeu-se à alteração das seguintes Portarias:

- Portaria n.º 402/2015, de 9 de novembro (Operação 1.0.1);
- Portaria n.º 145/2016, de 17 de maio (Operação 2.1.1);
- Portaria n.º 165/2015, de 3 de junho (Operação 2.1.4);
- Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro (Operação 3.1.1);
- Portaria n.º 230/2014, de 11 de novembro (Operações 3.2.1 e 3.3.1);
- Portaria n.º 107/2015, de 13 de abril (Operações 3.2.2 e 3.3.2);
- Portaria n.º 201/2015, de 10 de julho (Operação 3.4.2);
- Portaria n.º 229/2016, de 26 de agosto (Operações 3.4.1 e 3.4.3);
- Portaria n.º 150/2016, de 25 de maio (Operações 4.0.1 e 4.0.2);
Portaria n.º 254-A/2016, de 26 de setembro (Operação 5.1.1);
- Portaria n.º 381/2015, de 23 de outubro (Operação 5.2.1);
- Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho (Operação 6.2.2);
- Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro (Ações 7.1 e 7.2);
- Portaria n.º 261/2015, de 27 de agosto (Operação 7.11.1);
- Portaria n.º 268/2015, de 1 de setembro (Operação 7.8.3);
- Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro (Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.5 e 8.1.6);
- Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio (Operações 8.1.3 e 8.1.4);
- Portaria n.º 188/2016, de 13 de julho (Ação 8.2);
- Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio (Ação 10.2);
- Portaria n.º 313-A/2016, de 12 de dezembro (Ação 10.3).

Por outro lado, com a entrada em vigor do Regulamento (UE) n.º 2017/2393, de 13 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2018 a distinção entre agricultores ativos e não ativos tornou-se facultativa nos casos em que a mesma se traduzisse em encargos administrativos excessivos. Assim, no que respeita à condição de agricultor ativo, aplicável em algumas das medidas do PDR2020, face à dificuldade verificada na aplicação da lista negativa de atividades e aos elevados custos administrativos daí decorrentes, estabeleceu-se a sua não aplicação, a partir de 1 de janeiro de 2018, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro, na sua redação atual. Por este motivo, procedeu-se à alteração das seguintes Portarias:

- Portaria n.º 402/2015, de 9 de novembro (Operação 1.0.1);
- Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro (Operação 3.1.1);
- Portaria n.º 150/2016, de 25 de maio (Operações 4.0.1 e 4.0.2);
- Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro (Ações 7.1 e 7.2);
- Portaria n.º 261/2015, de 27 de agosto (Operação 7.11.1);
- Portaria n.º 268/2015, de 1 de setembro (Operação 7.8.3);
- Portaria n.º 24/2015, de 9 de fevereiro (Medida 9).
Portaria n.º 303/2018, de 26 de novembro: Por forma a melhor adaptar os regimes de aplicação do PDR2020 à dinâmica das operações, designadamente no que respeita às obrigações dos beneficiários e aos pedidos de pagamento, e assim promover uma operacionalização mais eficiente das medidas, aumentou-se o limite ao número de pedidos de pagamento que podem ser apresentados e consagrou-se uma obrigação de comprovação do início da execução física das operações, visando avaliar se os beneficiários dos projetos já aprovados pretendem ou não dar execução aos mesmos, para que as verbas eventualmente libertadas por projetos não executados possam, em tempo útil, ser canalizadas para outras ações ou projetos. Quanto ao efeito do incumprimento de critérios de seleção, considerando que a sanção introduzida pela Portaria n.º 301-B/2016, de 30 de novembro, se revelou desadequada face ao efeito visado, introduziu-se o necessário ajustamento à aplicação da mesma, até à entrada em vigor da solução introduzida pela Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro. Estes ajustamentos implicaram as seguintes alterações:

- Portaria n.º 402/2015, de 9 de novembro (Operação 1.0.1);
- Portaria n.º 145/2016, de 17 de maio (Operação 2.1.1);
- Portaria n.º 165/2015, de 3 de junho (Operação 2.1.4);
- Portaria n.º 324-A/2016, de 19 de dezembro (Ação 2.2);
- Portaria n.º 150/2016, de 25 de maio (Operações 4.0.1 e 4.0.2);
- Portaria n.º 381/2015, de 23 de outubro (Operação 5.2.1);
- Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho (Operação 6.2.2);
- Portaria n.º 261/2015, de 27 de agosto (Operação 7.11.1);
- Portaria n.º 268/2015, de 1 de setembro (Operação 7.8.3);
- Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro (Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.5 e 8.1.6);
- Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio (Operações 8.1.3 e 8.1.4);
- Portaria n.º 188/2016, de 13 de julho (Ação 8.2);
- Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio (Ação 10.2);
- Portaria n.º 313-A/2016, de 12 de dezembro (Ação 10.3);
- Portaria n.º 418/2015, de 10 de dezembro (Ação 10.4).

9 Retificada pela Declaração de Retificação n.º 40/2018, de 12 de dezembro.
Medida 1: Inovação

Sem prejuízo das alterações transversais, tornou-se, entretanto, necessário efetuar alguns ajustamentos ao regime de aplicação da Ação 1.1 “Grupos Operacionais”, designadamente, introduzindo a possibilidade de se efetuarem adiantamentos aos beneficiários, à semelhança de outras medidas do PDR2020, de modo a criar mecanismos específicos de agilização financeira junto dos mesmos e promover uma maior celeridade na execução das operações. Nesse sentido, foi promovida a quarta alteração à Portaria n.º 402/2015, de 9 de novembro, através da publicação da Portaria n.º 55/2018, de 22 de fevereiro.

Medida 2: Conhecimento

Com a entrada em vigor do Regulamento (EU) 2017/2393, de 13 de dezembro, impôs-se a alteração do procedimento de seleção dos prestadores de serviços de aconselhamento, previsto na Portaria n.º 324-A/2016, de 19 de dezembro, deixando de ser aplicáveis as regras de contratação pública no âmbito da seleção de candidaturas das operações 2.2.1 “Apoio ao fornecimento de serviços aconselhamento agrícola e florestal”, 2.2.2 “Apoio à criação de serviços de aconselhamento” e 2.2.3 “Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras dos serviços de aconselhamento”, uniformizando-se os procedimentos de seleção de candidaturas com os das restantes medidas do PDR2020. Neste sentido, a Portaria n.º 92/2018, de 2 de abril, procedeu à segunda alteração à Portaria n.º 324-A/2016, de 19 de dezembro, que estabelece o regime de aplicação daquelas operações.

Medida 3: Valorização da produção agrícola

Entendendo-se adequado que o cumprimento do plano empresarial fosse avaliado face aos investimentos concretizados e ao período mínimo de exercício da atividade agrícola na exploração, quanto ao compromisso de instalação na exploração e respetiva condução, e face à aquisição de formação agrícola, no que respeita ao desenvolvimento das aptidões e competências profissionais demonstradas em sede de apresentação do plano, procedeu-se à quinta alteração da Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o
regime de aplicação da Ação 3.1 “Jovens agricultores”. Nessa conformidade, foi publicada a Portaria n.º 8/2018, de 5 de janeiro.

Tornando-se necessário ajustar o valor mínimo do investimento na exploração, quando incluído no plano empresarial, para efeitos de atribuição de um acréscimo ao prémio à instalação, aproveitou-se para precisar o objeto do regime de aplicação ao âmbito da Operação 3.1.1 “Jovens agricultores”, face à recente definição do regime da Operação 3.1.2 “Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola”, que integra a mesma ação, e para, por questões de segurança jurídica, clarificar a redação do preceito relativo aos beneficiários da operação. Estes ajustamentos foram realizados através da Portaria n.º 203/2018, de 11 de julho, que procedeu à sétima alteração da Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro.

Confirmando-se a elevada procura de jovens empreendedores com projetos inovadores na utilização do recurso terra e no desenvolvimento empresarial do meio rural, justificou-se autonomizar uma operação que visasse estimular diretamente o investimento da parte dos jovens, nomeadamente em processos e técnicas mais inovadoras e mais eficientes, reforçando a produtividade e a escala da oferta e contemplando a atratividade de investimentos relacionados com matérias de sustentabilidade económica e ambiental que reforçam a competitividade sectorial a longo prazo. Neste sentido, foi publicada a Portaria n.º 118/2018, de 30 de abril, estabelecendo o regime da Operação 3.1.2, “Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola”.

Tendo sido detetados alguns lapsos redaccionais num dos preceitos desta nova portaria, tornou-se necessário proceder ao seu ajustamento, assegurando assim a clareza jurídica do regime em causa. Por este motivo, foi publicada a Portaria n.º 225/2018, de 6 de agosto, que introduziu a primeira alteração à Portaria n.º 118/2018, de 30 de abril.

Na sequência da publicação da Portaria n.º 118/2018, de 30 de abril, houve que introduzir os ajustamentos necessários para assegurar a coerência das ações regulamentadas pela Portaria n.º 230/2014, de 11 de novembro, face à nova Operação (3.1.2) agora autonomizada. Também as sucessivas alterações à Portaria n.º 230/2014, de 11 de novembro, revelaram a necessidade de clarificar as despesas elegíveis e não elegíveis, por razões de certeza e
segurança jurídicas, assim se justificando a sétima alteração à referida Portaria n.º 230/2014, assegurada pela Portaria n.º 206/2018, de 11 de julho.

- A Portaria n.º 107/2015, de 13 de abril, que estabelece o regime de aplicação da Operação 3.2.2 “Pequenos investimentos na exploração agrícola”, e da Operação 3.3.2 “Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas”, foi também objeto de alteração específica em 2018, refletindo a reprogramação efetuada ao PDR2020, que determinou a necessidade de assegurar uma maior eficiência na operacionalização da medida, nomeadamente no que respeita aos critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, bem como aos critérios de seleção das candidaturas, alteração que foi introduzida pela Portaria n.º 34/2018, de 24 de janeiro.

- Tornando-se necessário adotar a solução já acolhida noutras ações do PDR2020, de modo que, para efeitos de validação no controlo administrativo do pedido de pagamento, o início de execução da operação pudesse corresponder à data da fatura mais antiga, quer essa despesa dissesse respeito a investimentos imateriais ou materiais, e, no sentido de agilizar a execução das operações no que diz respeito à gestão de tesouraria dos beneficiários, criando a possibilidade da existência de adiantamentos contra fatura, a Portaria n.º 202/2018, de 11 de julho, procedeu à quarta alteração à Portaria n.º 201/2015, de 10 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Operação 3.4.2 “Melhoria da eficiência dos regadios existentes”, e à terceira alteração à Portaria n.º 229/2016, de 26 de agosto, que estabelece o regime de aplicação das Operações 3.4.1 “Desenvolvimento do regadio eficiente”, e 3.4.3 “Drenagem e estruturação fundiária”.

Medida 4: Valorização dos recursos florestais

- Sem prejuízo das alterações transversais, a experiência adquirida durante a execução do PDR2020, aconselhou a introdução de alguns ajustamentos ao regime de aplicação da Operação 4.0.1 “Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no anexo I do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia (TFUE)” e da Operação 4.0.2 “Investimentos em produtos florestais não identificados como agrícolas no anexo I do TFUE”, necessários

**Medida 6: Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo**

- Verificando-se que, em sede de limites às elegibilidades, não estava consagrada a regra (prevista no PDR2020) nos termos da qual, dos apoios a conceder deverão ser deduzidos os montantes das indemnizações de seguros ou outros mecanismos de gestão de risco, bem como outras ajudas recebidas a título de compensação pelas perdas registadas, foi introduzida a quarta alteração à Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, visando assegurar a conformidade do regime de aplicação da Operação 6.2.2 com o PDR2020, no que respeita aos limites às elegibilidades. Aproveitou-se também para revogar a não elegibilidade dos bens cuja amortização a legislação fiscal permitisse ser efetuada num único ano, atenta a existência de inúmeros investimentos de valor inferior a mil euros e cuja elegibilidade se considera justificada, uniformizando-se assim essa matéria no âmbito do PDR2020. Estas alterações foram introduzidas pela Portaria n.º 9/2018, de 5 de janeiro.

- A Portaria n.º 204/2018, de 11 de julho, consubstanciou a sexta alteração à Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, introduzindo a possibilidade da existência de adiantamentos contra fatura, na perspetiva de agilizar a execução das operações no que diz respeito à gestão de tesouraria dos beneficiários.

- A Portaria n.º 232-B/2018, de 20 de agosto, promoveu uma alteração no sentido da simplificação e consolidação (atendendo às sucessivas alterações de que o mesmo já foi objeto, com a consequente dispersão das suas normas por vários diplomas), do artigo 10.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho.

- Ainda no âmbito desta Medida 6, relevam os seguintes:

  - Despacho n.º 2679-A/2018 (publicado no Diário da República n.º 52/2018, 2ª série, de 14 de março), que reconhece como "fenômeno climático adverso", nos termos e para os efeitos do disposto na Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, alterada pelas Portarias n.ºs 56/2016, de
28 de março, 223-A/2017, de 21 de julho, e 260-A/2017, de 23 de agosto, o violento tornado verificado no dia 4 de março de 2018, na região litoral de Sotavento Algarvio, e estabelece as regras do apoio à reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas danificadas;

- Portaria n.º 88-A/2018, de 28 de março, que reconhece como fenómeno climático adverso, para efeitos da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, o violento tornado que atingiu no dia 14 de março de 2018 a freguesia de Belinho e Mar, do município de Esposende;

- Despacho n.º 10178-A/2018 (publicado no Diário da República, n.º 211/2018, 2ª série, de 2 de novembro), que reconhece como “fenómeno climático adverso”, nos termos do disposto na alínea d) do artigo 3.º e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, na sua redação atual, a depressão pós-tropical associada ao furacão Leslie ocorrida entre 13 e 14 de outubro de 2018, que afetou diversas freguesias;


Medida 7: Agricultura e recursos naturais

➢ Tornando-se necessário prever que, nos casos em que o beneficiário se viu impedido de candidatar determinada área por a mesma se encontrar sujeita a emparcelamento ou intervenção fundiária similar ou por se encontrar em curso execução de empreitada no âmbito de aproveitamentos hidroagrícolas, pudesse proceder ao aumento da área objeto de apoio, aquando da apresentação do pedido de pagamento anual, a Portaria n.º 91/2018, de 2 de abril, veio introduzir a quinta alteração à Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro, que estabelece o regime das Ações 7.1 “Agricultura biológica” e 7.2 “Produção integrada”; a quarta alteração à Portaria n.º 50/2015, de 25 de fevereiro, que estabelece o regime das Ações 7.4 “Conservação do solo”, 7.5 “Uso eficiente da água”, 7.6 “Culturas permanentes tradicionais”, 7.7 “Pastoreio extensivo”, 7.9 “Mosaico agroflorestal” e 7.12 “Apoio agroambiental
à apicultura”, e a sexta alteração à Portaria n.º 56/2015, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da Ação 7.3 “Pagamentos Rede Natura”.

- No seguimento da reprogramação do PDR 2020, com o objetivo de assegurar ajustamentos necessários a uma maior eficiência na operacionalização da Medida 7 “Agricultura e recursos naturais”, tornando-se necessário alterar as portarias que estabelecem os respetivos regimes de aplicação, designadamente reconhecendo os efeitos de situações de seca extrema ou severa reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes, a Portaria n.º 144/2018, de 21 de maio, veio introduzir a sexta alteração à Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro, que estabelece o regime das Ações 7.1 e 7.2; a quinta alteração à Portaria n.º 50/2015, de 25 de fevereiro, que estabelece o regime das Ações 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.9 e 7.12; a sexta alteração à Portaria n.º 55/2015, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da Operação 7.8.1 “Manutenção de raças autóctones em risco”, e a sétima alteração à Portaria n.º 56/2015, de 27 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da Ação 7.3.

Medida 8: Proteção e reabilitação de povoamentos florestais

- Verificou-se a necessidade de acolher a utilização de critérios de seleção específicos para determinados sistemas de exploração e tipologias de investimento, bem como uma maior preocupação de coesão territorial, e alguns ajustamentos que se traduzem na redução do nível máximo de investimento elegível por beneficiário, na redefinição dos níveis de apoio, privilegiando as regiões desfavorecidas, na organização das despesas elegíveis por tipologia de investimento, e na clarificação das despesas complementares às intervenções principais. Na estabilização de emergência após um incêndio, distinguiram-se as intervenções cuja realização se afigura urgente após a ocorrência, das outras intervenções que, embora necessárias, podem concretizar-se num segundo momento. Neste sentido, a Portaria n.º 15-C/2018, de 12 de janeiro, procedeu à terceira alteração à Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, que estabelece o regime de aplicação da Operação 8.1.3 “Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos” e da Operação 8.1.4 “Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos”. 
Tornou-se necessário introduzir a utilização de critérios de seleção específicos para determinados sistemas de exploração e tipologias de investimento, uma maior preocupação de coesão territorial, bem como alguns ajustamentos que se traduzem na redução do nível máximo de investimento elegível por beneficiário, na redefinição dos níveis de apoio, privilegiando as regiões desfavorecidas, na organização das despesas elegíveis por tipologia de investimento, e na clarificação das despesas complementares às intervenções principais. No âmbito do regime de aplicação das Operações 8.1.1 “Florestação de terras agrícolas e não agrícolas”, 8.1.2 “Instalação de sistemas agroflorestais”, 8.1.5 “Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas” e 8.1.6 “Melhoria do valor económico das florestas”, tornou-se necessário proceder ao alargamento das intervenções cujo apoio concedido tem por base as tabelas normalizadas de custos unitários, e ao reajustamento das dotações disponíveis, com o reforço da Operação 8.1.5. Estes ajustamentos foram introduzidos na terceira alteração à Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro, através da publicação da Portaria n.º 89/2018, de 29 de março.

Justificando-se introduzir alguns ajustamentos no âmbito do regime de aplicação da Operação 8.2.1 “Gestão de recursos cinegéticos” e da Operação 8.2.2 “Gestão de recursos aquícolas”, foi publicada a Portaria n.º 90/2018, de 29 de março, que procedeu à terceira alteração à Portaria n.º 188/2016, de 13 de julho.

Tornando-se necessário reforçar a complementaridade com outros regimes jurídicos, reforçando a unidade e coerência de um sistema jurídico cujas medidas traduzem manifesto interesse público, como sejam as intervenções na defesa da floresta contra incêndios, bem como introduzir ajustamentos em alguns dos preceitos, de modo a tornar mais efetiva a aplicação do presente regime e afastar dúvidas interpretativas pelos seus destinatários, a Portaria n.º 105-A/2018, de 18 de abril, veio consubstanciar a quinta alteração à Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio.

A Portaria n.º 205/2018, de 11 de julho, veio introduzir a quarta alteração à Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro, considerando que, da experiência adquirida durante a execução do PDR2020 resultou a necessidade de reforçar a sua complementaridade com outros regimes jurídicos, visando a unidade e coerência do sistema jurídico, aproveitando-se para introduzir alguns
ajustamentos em alguns dos preceitos da portaria, de modo a tornar mais efetiva a aplicação daquele regime de aplicação.

Considerando a necessidade de assegurar a realização das intervenções urgentes após a ocorrência de incêndio, houve que agilizar a execução das referidas operações. Nesse sentido, foi criada a possibilidade da existência de adiantamentos contra fatura nas intervenções de estabilização de emergência, no âmbito da contribuição pública nacional para o financiamento desta medida, introduzindo-se ainda alguns ajustamentos em sede de elegibilidade de despesas, e de forma e níveis de apoio, instituindo um apoio complementar para a reflorestação com folhosas autóctones de áreas que estivessem ocupadas com eucaliptal antes da ocorrência de incêndio. Assim, a Portaria n.º 237-B/2018, de 28 de agosto, veio proceder à sexta alteração à Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio.

Ainda no âmbito desta Medida 8, releva a publicação da Portaria n.º 111-A/2018, de 27 de abril, que procedeu à primeira alteração à Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro, que aprova a tabela normalizada de custos unitários, a que se referem os artigos 16.º e 27.º da Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio, que estabelece o regime de aplicação das Operações 8.1.3 e 8.1.4, e o n.º 4 do artigo 34.º da Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro, que estabelece o regime de aplicação das Operações 8.1.1, 8.1.2, 8.1.5 e 8.1.6.

Medida 9: Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas

No seguimento da reprogramação do PDR2020, com o objetivo de assegurar ajustamentos necessários a uma maior eficiência na operacionalização da Medida 9 do Programa, tornando-se necessário alterar a portaria que estabelece o respetivo regime de aplicação, designadamente reconhecendo os efeitos de situações de seca extrema ou severa reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes, a Portaria n.º 144/2018, de 21 de maio, veio introduzir a quarta alteração à Portaria n.º 24/2015, de 9 de fevereiro.

Medida 10: LEADER
Visando alargar os potenciais beneficiários da Operação 10.2.1.5 “Promoção de produtos de qualidade locais”, retirando o exercício de atividade exclusiva das organizações profissionais e interprofissionais devido à excessiva limitação que impedia a apresentação de candidaturas por parte de um conjunto alargado de entidades, tendo como consequência a não apresentação de candidaturas a esta Operação em diversos territórios rurais, foi promovida a quarta alteração à Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, que estabelece o regime de aplicação da Ação 10.2 “Implementação das estratégias”, através da Portaria n.º 214/2018, de 18 de julho.
2.2 CONCURSOS / PERÍODOS ABERTOS

A legislação específica de cada operação estabelece as modalidades de apresentação das candidaturas, tendo sido privilegiada a modalidade de períodos de acordo com o Plano de Abertura de candidaturas anual previsto na alínea m) do nº 1 do artigo 31º do Decreto-Lei 137/2014, de 12 de setembro, sempre que a tipologia da operação o permita. Para além das operações que seguem o modelo estabelecido para as medidas de superfície, esta modalidade só não foi aplicada no caso da Operação 6.1.1 “Seguros”.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição dos concursos abertos por operação, com indicação da dotação inicial colocada a concurso e da dotação ajustada.

A “dotação ajustada” corresponde à dotação efetivamente utilizada no aviso em causa, sendo que reflete o reforço da dotação colocada a concurso ou o encerramento do mesmo por valores inferiores, sempre que o montante aprovado foi inferior à dotação colocada a concurso.

De referir que até ao limite de 20% das dotações colocadas a concurso, o reforço foi feito por decisão da gestora do PDR2020, sendo que, a partir do momento em que deixou de haver transição de projetos entre avisos, foram efetuados reforços que permitissem ajustar melhor os valores a concurso, por decisão da Comissão de Gestão do PDR2020.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição dos concursos abertos por operação:

Quadro 12: Concursos abertos até 31-12-2018 (exclui as medidas de superfície)
2.3 CANDIDATURAS APRESENTADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO

Até ao final de 2018, foram apresentadas cerca de 289 mil candidaturas, tendo as medidas de superfície\(^{10}\) (considerando aqui os pedidos de pagamento anuais) um peso significativo, representando 81% do total das candidaturas e envolvendo um custo total de 1.592.717 mil €.

No que respeita às restantes medidas, que não de superfície, foram apresentadas 54.496 candidaturas que representam um investimento de 8.451.378 mil €.

No universo destas últimas medidas, a medida 3 “Valorização da produção agrícola” tem uma particular expressão uma vez que representa cerca de 59% do número total de candidaturas apresentadas e cerca de 77% do investimento total proposto.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por medida, do número de candidaturas e do investimento/custo total apresentado.

Quadro 13: Candidaturas apresentadas até 31-12-2018 (exclui as medidas de superfície)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Medidas PDR2020 (exclui as medidas de superfície)</th>
<th>2018</th>
<th>Acumulado a 31-12-2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nº de candidaturas</td>
<td>Investimento/custo total</td>
<td>Nº de candidaturas</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 1</td>
<td></td>
<td>1 468</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 2</td>
<td>259</td>
<td>19 876</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 3</td>
<td>2 940</td>
<td>562 861</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 4</td>
<td>117</td>
<td>87 097</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 5</td>
<td></td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 6</td>
<td>814</td>
<td>30 269</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 7</td>
<td>94</td>
<td>22 451</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 8</td>
<td>754</td>
<td>86 263</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida 10</td>
<td>3 165</td>
<td>159 982</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistência técnica</td>
<td>251</td>
<td>27 915</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>8 394</td>
<td>996 713</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: candidaturas apresentadas expurgadas das candidaturas desistidas, rescindidas e canceladas.

\(^{10}\) No âmbito do presente relatório, entende-se por medidas de superfície os apoios PDR2020 com candidatura apresentada no Pedido Único (PU).
2.4 PROCESSO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Cerca de 84% das candidaturas apresentadas ao PDR2020 (excluindo as medidas de superfície) encontravam-se analisadas no final de 2018. Foram decididas cerca de 42 mil candidaturas, sendo que destas, 51% correspondem a decisões de aprovação.

No gráfico seguinte apresenta-se um balanço do processo de seleção de candidaturas distribuído pelas diferentes medidas do PDR2020.

Até ao final de 2018 foram aprovadas 21.334 candidaturas associadas a um investimento total de 3.293.548 mil € que representa uma despesa pública de 1.558.755 mil €. As medidas mais significativas em termos de compromissos assumidos foram:
Medida 3 “Valorização da produção agrícola” - é a mais representativa em termos de compromissos, com 12.751 projetos aprovados (60% do total dos aprovados) que correspondem a um investimento total de 2.438.394 mil €;

Medida 8 “Proteção e reabilitação de povoamentos florestais” - com 1.951 projetos aprovados (9% do total dos aprovados) que representam um investimento total de 308.848 mil €;

Medida 10 “LEADER” – com 2.007 projetos aprovados (9% do total dos aprovados) que representam um investimento total de 178.735 mil €.

A estes valores devem, ainda, ser adicionados os projetos transitados ao abrigo do Regulamento nº 1306/2013. Estes continuam a ter um peso muito significativo no PDR2020 representando cerca de 30% do total dos projetos aprovados e, portanto, dos compromissos (não considerando as medidas de superfície) no âmbito do Programa.

De seguida apresenta-se um resumo dos compromissos assumidos em cada medida PDR2020 já operacionalizada, a 31 de dezembro de 2018, incluindo as medidas de superfície.

Quadro 15: Compromissos assumidos e contratações até 31-12-2018

<table>
<thead>
<tr>
<th>Medida PDR</th>
<th>Designação</th>
<th>Compromissos assumidos</th>
<th>Contratações (1)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Despesa pública</td>
</tr>
<tr>
<td>M1</td>
<td>Inovação</td>
<td>1,322</td>
<td>39,950</td>
</tr>
<tr>
<td>M2</td>
<td>Conhecimento</td>
<td>548</td>
<td>18,207</td>
</tr>
<tr>
<td>M3</td>
<td>Valorização da produção agrícola</td>
<td>19,233</td>
<td>1,423,346</td>
</tr>
<tr>
<td>M4</td>
<td>Valorização dos recursos florestais</td>
<td>158</td>
<td>23,182</td>
</tr>
<tr>
<td>M5</td>
<td>Organização da produção</td>
<td>11</td>
<td>3,875</td>
</tr>
<tr>
<td>M6</td>
<td>Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo</td>
<td>14,212</td>
<td>63,915</td>
</tr>
<tr>
<td>M7</td>
<td>Agricultura e recursos naturais</td>
<td>89,517</td>
<td>864,224</td>
</tr>
<tr>
<td>M8</td>
<td>Proteção e reabilitação de povoamentos florestais</td>
<td>3,066</td>
<td>348,406</td>
</tr>
<tr>
<td>M9</td>
<td>Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas</td>
<td>141,528</td>
<td>652,471</td>
</tr>
<tr>
<td>M10</td>
<td>LEADER</td>
<td>2,030</td>
<td>97,359</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Assistência técnica</td>
<td>261</td>
<td>73,229</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Reforma antecipada</td>
<td>185</td>
<td>856</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>272,071</td>
<td>3,609,019</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) UN...mil euros
Considerando o universo total das operações do PDR2020, foram aprovados até ao final de 2018 cerca de 272 mil projetos (que no caso das medidas de superfície correspondem a pedidos de pagamento) que representam um apoio de 3.609.019 mil € e uma taxa de compromissos (relação entre a despesa pública aprovada e a programada para o período 2014-2020) de 86%, i.e., mais 11 p.p. face a 2017.

Relativamente às contratações, até ao final de 2018 estas compreendiam cerca de 271 mil projetos que representam um apoio de 3.549.471 mil € e uma taxa de contratação (relação entre a despesa pública contratada e a programada para o período 2014-2020) de 85%, i.e., mais 14% face a 2017.

À semelhança dos restantes PDR, também o PDR2020 contribui para os objetivos da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, realizados através do contributo do Programa para as prioridades e domínios da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 16: Compromissos assumidos por prioridade/domínio até 31-12-2018

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Dotação programada (mil euros)</th>
<th>Compromissos assumidos (mil euros)</th>
<th>FEADER %</th>
<th>%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>Melhoria do desempenho económico e modernização das explorações</td>
<td>1 302 017</td>
<td>2 068 384</td>
<td>1 035 837</td>
</tr>
<tr>
<td>P2B</td>
<td>Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas</td>
<td>543 944</td>
<td>97 508</td>
<td>66 802</td>
</tr>
<tr>
<td>P3A</td>
<td>Aumento da competitividade dos produtores mediante a melhor integração</td>
<td>32 755</td>
<td>60 366</td>
<td>30 998</td>
</tr>
<tr>
<td>P3B</td>
<td>Apoio à prevenção e gestão de riscos</td>
<td>87 012</td>
<td>102 214</td>
<td>63 915</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e do</td>
<td>1 388 936</td>
<td>1 523 578</td>
<td>1 254 560</td>
</tr>
<tr>
<td>P5A</td>
<td>Melhoria da eficiência na utilização da água</td>
<td>382 380</td>
<td>456 133</td>
<td>379 673</td>
</tr>
<tr>
<td>P5B</td>
<td>Melhoria da eficiência na utilização da energia</td>
<td>94 152</td>
<td>232 182</td>
<td>49 401</td>
</tr>
<tr>
<td>P5C</td>
<td>Facilitação da utilização de fontes de energia renováveis</td>
<td>29 580</td>
<td>88 267</td>
<td>27 603</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>Promoção da conservação e do sequestro de carbono</td>
<td>424 515</td>
<td>320 822</td>
<td>333 121</td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais</td>
<td>422 779</td>
<td>348 389</td>
<td>263 024</td>
</tr>
<tr>
<td>Sem Prioridade/Domínio associado (AT e RA)</td>
<td>54 152</td>
<td>96 689</td>
<td>74 085</td>
<td>57 701</td>
</tr>
</tbody>
</table>

TOTAL 4 183 424 5 330 256 3 609 017 3 091 584 86%
Neste quadro destacam-se as Prioridades 4 e 5A com as mais elevadas taxas de compromissos alcançadas face à despesa pública programada (evidenciando mesmo um ligeiro overbooking, no caso da Prioridade 4), i.e., 105% e 99%, respectivamente.

Por sua vez, e quanto à distribuição da despesa pública comprometida por prioridades e domínios, conforme refletido no gráfico seguinte, distinguem-se as Prioridades 2A e novamente a 4 com o maior peso de compromissos submetidos até ao final de 2018, somando as duas cerca de 63%.

![Figura 5: Distribuição da despesa pública comprometida até 31-12-2018](image)

Para o nível de compromissos atingido na Prioridade 4 (35%), contribuíram fortemente os pedidos de pagamento das medidas 7 “Agricultura e recursos naturais” e 9 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”.

Para a Prioridade 2A (com 29% do total de compromissos) contribuíram na sua maioria os projetos aprovados no âmbito da Medida 3 “Valorização da produção agrícola”.
3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

No final do ano, o montante total dos pagamentos aos beneficiários efetuados no âmbito do PDR2020 foi de 2.144.423 mil € de despesa pública e 1.881.889 mil € de comparticipação FEADER, dos quais cerca de 28% relativos a projetos transitados ao abrigo do Regulamento nº 1698/2005 - 570.376 mil € de despesa pública e 524.490 mil € de comparticipação FEADER.

Face à dotação FEADER prevista para todo o período de programação, os pagamentos acumulados a 31 de dezembro correspondem a uma taxa de 53% (relação entre o fundo pago e o programado).

Quanto à distribuição dos pagamentos pelas prioridades e domínios de intervenção, até ao final de 2018 distinguiram-se mais uma vez as Prioridades 4, 2A e 5E com uma taxa de execução de 38%, 29% e 12%, respectivamente.

Quadro 17: Execução financeira por prioridade/domínio até 31-12-2018

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Despesa pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>118.851</td>
<td>99.507</td>
<td>620.594</td>
<td>547.725</td>
</tr>
<tr>
<td>P2B</td>
<td>10.440</td>
<td>9.377</td>
<td>66.681</td>
<td>60.437</td>
</tr>
<tr>
<td>P3A</td>
<td>6.144</td>
<td>5.152</td>
<td>10.570</td>
<td>8.862</td>
</tr>
<tr>
<td>P3B</td>
<td>12.032</td>
<td>10.078</td>
<td>43.912</td>
<td>37.745</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>233.363</td>
<td>157.278</td>
<td>830.293</td>
<td>723.017</td>
</tr>
<tr>
<td>P5A</td>
<td>27.994</td>
<td>22.854</td>
<td>74.373</td>
<td>64.905</td>
</tr>
<tr>
<td>P5C</td>
<td>2.265</td>
<td>1.929</td>
<td>6.184</td>
<td>5.253</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>53.201</td>
<td>44.789</td>
<td>260.961</td>
<td>231.164</td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>42.455</td>
<td>36.625</td>
<td>177.174</td>
<td>159.570</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistência técnica</td>
<td>13.804</td>
<td>11.734</td>
<td>33.696</td>
<td>26.346</td>
</tr>
<tr>
<td>Reforma antecipada</td>
<td></td>
<td></td>
<td>670</td>
<td>569</td>
</tr>
</tbody>
</table>


A execução financeira do ano de 2018 foi de 528.298 mil € de despesa pública e 445.885 mil € de comparticipação FEADER. Esta execução representou cerca de 12%
do total programado, mantendo-se o ritmo de execução do ano anterior embora com uma composição diferente, conforme se pode ver no gráfico seguinte.

Figura 6: Evolução da execução por tipologia

Segue-se apresentam-se os quadros que resumem os indicadores de monitorização do Programa, por área de intervenção e medida PDR, e por medida da Comissão.

A informação em detalhe relativa à informação das despesas declaradas à Comissão pelo OP, por medida e prioridade é apresentada no Anexo III.
## Quadro 18: Indicadores de monitorização 2014-2020 (por áreas de intervenção e medidas PDR)

Dados reportados a 31 dezembro 2018

<table>
<thead>
<tr>
<th>ÁREAS DE INTERVENÇÃO / MEDIDAS PDR</th>
<th>PROGRAMAÇÃO 2014-2020 (a)</th>
<th>COMPROMISSOS ASSUMIDOS (b)</th>
<th>PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS</th>
<th>INDICADORES</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública FEADER</td>
<td>Despesa pública FEADER</td>
<td>Despesa pública FEADER</td>
<td>Despesa pública FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>mil euros</td>
<td>mil euros</td>
<td>mil euros</td>
<td>mil euros</td>
</tr>
<tr>
<td>1</td>
<td>2</td>
<td>3</td>
<td>4</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>PDR2020</td>
<td>4 183 424</td>
<td>3 583 729</td>
<td>3 609 019</td>
<td>3 091 584</td>
</tr>
<tr>
<td>A1 INOVAÇÃO E CONHECIMENTO</td>
<td>80 217</td>
<td>70 242</td>
<td>58 157</td>
<td>50 564</td>
</tr>
<tr>
<td>M1 Inovação</td>
<td>42 139</td>
<td>37 648</td>
<td>39 950</td>
<td>35 200</td>
</tr>
<tr>
<td>M2 Conhecimento</td>
<td>38 078</td>
<td>32 594</td>
<td>18 207</td>
<td>15 364</td>
</tr>
<tr>
<td>A2 COMPETITIVIDADE E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO</td>
<td>1 801 757</td>
<td>1 525 782</td>
<td>1 514 318</td>
<td>1 295 395</td>
</tr>
<tr>
<td>M3 Valorização da produção agrícola</td>
<td>1 671 530</td>
<td>1 417 145</td>
<td>1 423 346</td>
<td>1 217 661</td>
</tr>
<tr>
<td>M4 Valorização dos recursos florestais</td>
<td>37 625</td>
<td>31 288</td>
<td>23 182</td>
<td>20 091</td>
</tr>
<tr>
<td>M5 Organização da produção</td>
<td>5 064</td>
<td>4 535</td>
<td>3 875</td>
<td>3 447</td>
</tr>
<tr>
<td>M6 Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo</td>
<td>87 538</td>
<td>72 814</td>
<td>63 915</td>
<td>54 195</td>
</tr>
<tr>
<td>A3 AMBIENTE, EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E CIUDADE</td>
<td>1 196 342</td>
<td>1 171 975</td>
<td>1 185 015</td>
<td>1 180 514</td>
</tr>
<tr>
<td>M7 Agricultura e recursos naturais</td>
<td>732 892</td>
<td>628 848</td>
<td>684 224</td>
<td>633 004</td>
</tr>
<tr>
<td>M8 Proteção e reabilitação de povosamentos florestais</td>
<td>508 333</td>
<td>425 719</td>
<td>348 406</td>
<td>297 551</td>
</tr>
<tr>
<td>M9 Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas</td>
<td>745 120</td>
<td>657 408</td>
<td>652 471</td>
<td>568 894</td>
</tr>
<tr>
<td>A4 DESENVOLVIMENTO LOCAL</td>
<td>220 596</td>
<td>197 689</td>
<td>97 359</td>
<td>87 320</td>
</tr>
<tr>
<td>M10 LEADER</td>
<td>220 596</td>
<td>197 689</td>
<td>97 359</td>
<td>87 320</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>93 656</td>
<td>77 313</td>
<td>73 220</td>
<td>57 063</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>856</td>
<td>727</td>
<td>856</td>
<td>727</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>610 009</td>
<td>613 004</td>
<td>613 004</td>
<td>659</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>78%</td>
<td>74%</td>
<td>76%</td>
<td>78%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Notas:**


[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.
Quadro 19: Indicadores de monitorização 2014-2020 (por medidas COM)

<table>
<thead>
<tr>
<th>MEDIDAS COM</th>
<th>PROGRAMAÇÃO 2014-2020 (a)</th>
<th>COMPROMISSOS ASSUMIDOS (b)</th>
<th>PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS</th>
<th>INDICADORES</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública FEADER</td>
<td>Despesa pública FEADER</td>
<td>Despesa pública FEADER</td>
<td>Preços relevantes 2014-2020 Tasa de execução 2014-2020</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>mil euros</td>
<td>mil euros</td>
<td>mil euros</td>
<td>Tasa de execução 2014-2020</td>
</tr>
<tr>
<td>PDR2020</td>
<td>4 183 424</td>
<td>3 583 729</td>
<td>3 609 019</td>
<td>3 091 584</td>
</tr>
<tr>
<td>M1</td>
<td>Transferência de conhecimentos e ações de informação</td>
<td>18 833</td>
<td>1 267 13 425</td>
<td>4 100</td>
</tr>
<tr>
<td>M2</td>
<td>Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas</td>
<td>19 246</td>
<td>2 740 1 940</td>
<td>885</td>
</tr>
<tr>
<td>M4</td>
<td>Investimentos em ativos físicos</td>
<td>1 567 448</td>
<td>1 353 015 1 153 835</td>
<td>567 027</td>
</tr>
<tr>
<td>M5</td>
<td>Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas</td>
<td>34 912</td>
<td>2 785 24 975</td>
<td>9 831</td>
</tr>
<tr>
<td>M6</td>
<td>Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas</td>
<td>141 909</td>
<td>95 120 85 806</td>
<td>65 796</td>
</tr>
<tr>
<td>M7</td>
<td>Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais</td>
<td>4 208</td>
<td>3 479 2 042</td>
<td>419</td>
</tr>
<tr>
<td>M8</td>
<td>Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas</td>
<td>526 255</td>
<td>440 629 312 838</td>
<td>190 102</td>
</tr>
<tr>
<td>M9</td>
<td>Criação de agrupamentos e organizações de produtores</td>
<td>4 767</td>
<td>4 287 3 600</td>
<td>3 200</td>
</tr>
<tr>
<td>M10</td>
<td>Agroambiente e clima</td>
<td>557 672</td>
<td>478 127 673 605</td>
<td>571 437</td>
</tr>
<tr>
<td>M11</td>
<td>Agricultura biológica</td>
<td>107 380</td>
<td>92 902 129 355</td>
<td>102 695</td>
</tr>
<tr>
<td>M12</td>
<td>Pagamentos a título da Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água</td>
<td>44 753</td>
<td>37 638 33 826</td>
<td>30 475</td>
</tr>
<tr>
<td>M13</td>
<td>Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas</td>
<td>745 120</td>
<td>657 408 652 471</td>
<td>568 894</td>
</tr>
<tr>
<td>M15</td>
<td>Auxílios aos serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas</td>
<td>751</td>
<td>631 98 83</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td>M16</td>
<td>Cooperação</td>
<td>42 415</td>
<td>37 955 40 225</td>
<td>35 447</td>
</tr>
<tr>
<td>M17</td>
<td>Gestão de riscos</td>
<td>52 626</td>
<td>44 029 34 081</td>
<td>29 220</td>
</tr>
<tr>
<td>M19</td>
<td>Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER</td>
<td>220 596</td>
<td>197 689 97 359</td>
<td>87 320</td>
</tr>
<tr>
<td>M20</td>
<td>Assistência técnica aos Estados-Membros</td>
<td>93 656</td>
<td>77 313 75 229</td>
<td>57 063</td>
</tr>
<tr>
<td>M97</td>
<td>Reforma antecipada</td>
<td>856</td>
<td>727 856</td>
<td>727</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Notas:
[b] - Dados referem-se a candidaturas aprovadas e, no caso das ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.
4 METAS E INDICADORES

4.1 INDICADORES COMUNS

De acordo com o nº 2 do artigo 69º do Regulamento nº 1305/2013 de 17 de dezembro, os indicadores comuns baseiam-se nos dados disponíveis e estão associados à estrutura e aos objetivos do quadro estratégico para o desenvolvimento rural. Estes indicadores permitem, ainda, a avaliação dos progressos, da eficiência e da eficácia da execução da política de desenvolvimento rural.

Uma vez que o artigo 5º do Regulamento de Execução 215/2014 da Comissão, de 7 de março, foi alterado pelo Regulamento de Execução 2018/276 da Comissão, de 23 de fevereiro, o apuramento dos indicadores do Programa passou, a partir do REA 2017, a ser efetuado com base na informação dos projetos com execução iniciada (estejam ou não concluídos/encerrados).

Apresenta-se no Anexo IV o conjunto de tabelas de indicadores de realização e de resultado que são parte integrante do reporte à Comissão Europeia e que decorrem do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (CMEF). Estes indicadores são calculados com base nos valores pagos entre 2014 e 2018, dos projetos com execução iniciada, e no caso das medidas de superfície (SIGC) com base nos pedidos de pagamento. A informação incluída nestas tabelas é apresentada por medidas da Comissão e medidas nacionais.

Relativamente à informação agora apresentada e comparativamente ao REA 2017, verificou-se a necessidade de efetuar algumas correções aos pressupostos de obtenção de alguns destes valores, nomeadamente no que se refere ao Indicador O2 “Total do investimento” uma vez que passou a ser considerado o "Investimento Elegível" em vez do "Investimento Proposto".

Para além destas alterações, e por se ter detetado um erro de cálculo no REA 2017, foram também efetuadas as seguintes correções na Tabela B1:

- Medida 01, Operação 2.1.4, Prioridade/domínio de incidência P4;
- Medida 04, Operação 3.3.1, Prioridade/domínio de incidência P5C.
4.2 ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em 2019, a Comissão vai proceder a uma análise de desempenho dos seus Programas, em cooperação com os Estados-Membros, com base no respetivo quadro de desempenho.

A análise de desempenho monitoriza o cumprimento dos objetivos intermédios dos Programas a nível das prioridades, com base nas informações e nas avaliações contidas no REA 2018. Caso os objetivos intermédios tenham sido atingidos, a reserva de desempenho fica definitivamente afeta ao PDR2020.

Quadro 20: Reserva de desempenho

<table>
<thead>
<tr>
<th>PRIORIDADES</th>
<th>RESERVA DE DESEMPENHO (mil euros)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2: Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas, todos os tipos de agricultura, em todas as regiões, e promover tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas</td>
<td>75 692</td>
</tr>
<tr>
<td>P3: Promover a organização da cadeia alimentar, incluindo a transformação e comercialização dos produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura</td>
<td>6 173</td>
</tr>
<tr>
<td>P4: Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas</td>
<td>62 810</td>
</tr>
<tr>
<td>P5: Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a passagem para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal</td>
<td>47 283</td>
</tr>
<tr>
<td>P6: Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais</td>
<td>23 026</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>214 983</td>
</tr>
</tbody>
</table>

De acordo com o Regulamento de Execução nº 215/2014, artigo 6º, ponto 2 da Comissão:

- Tendo as prioridades 2 e 4 apenas 2 indicadores de desempenho, ambos os indicadores têm de atingir 85% do seu valor intermédio, para que possam ser considerados cumpridos os objetivos intermédios e atribuída, em 2019, a respetiva reserva de desempenho.

- Para as prioridades 3, 5 e 6 que incluem 3 indicadores de desempenho, os objetivos intermédios podem ser considerados cumpridos desde que 2 dos
indicadores tenham atingido pelo menos 85% da meta e o 3º indicador, pelo menos, 75% do objetivo intermédio.

Os objetivos intermédios (2018) foram definidos com base no pressuposto que os valores considerados para os indicadores eram referentes a projetos encerrados. Com a publicação do Regulamento de Execução (UE) 2018/276 da Comissão, de 23 de fevereiro, que alterou o pressuposto da determinação dos objetivos intermédios e das metas para os indicadores de realizações no quadro de desempenho para os diferentes Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), veio permitir utilizar como valores de referência os relativos a operações que tenham visto a sua execução iniciada. Esta alteração levou a que os valores considerados nos indicadores sofrassem um incremento que não estava previsto inicialmente no apuramento do objetivo intermédio.

Por outro lado a elevada realização do Programa, cuja taxa de execução já atingiu 53%, permite que os indicadores de uma forma geral ultrapassem os objetivos estipulados, em particular os objetivos intermédios que foram calculados com base numa percentagem média de 25% do valor alvo de 2023 (com exceção da meta “população abrangida pelos GAL” e “Terras agrícolas sob contrato de gestão (...) da prioridade 4, com 90% e 60% de objetivo intermédio, respetivamente). Assim, analisando os resultados do quadro de desempenho, com os dados relativos aos projetos com execução iniciada até final de 2018, verifica-se que em termos de desempenho todos os objetivos intermédios de todas as prioridades se encontram superados:

- **A prioridade 2** (com uma reserva de desempenho de cerca de 76 milhões €) ultrapassou o objetivo intermédio relativo à despesa pública e ao número de explorações, com 189% e 395%, respetivamente. Nesta prioridade o indicador do número de explorações é composto pelas explorações das medidas COM 4.1 e 6.1 (Operações 3.2.1, 3.2.2 e 3.1.1) enquanto para o indicador da despesa pública contribuem todas as medidas com execução iniciada nesta prioridade. A diferença da percentagem do cumprimento destas duas metas deve-se ao facto da percentagem de projetos iniciados no universo dos aprovados ser maior que a percentagem da despesa pública executada. Como exemplo, apresentamos o caso da Operação 3.2.1 – “Investimento na Exploração Agrícola”, a com maior peso nesta prioridade, em que 76% dos projetos
aprovados iniciaram a execução mas só 54% do apoio aprovado já se encontra executado. Por outro lado não se teve em consideração no cálculo da meta os projetos transitados do PRODER que, só no caso da Operação 3.2.1 - “Investimento na Exploração Agrícola”, foram de 4.445 com uma despesa pública 188.698 mil €.

No que se refere ao valor alvo de 2023, verifica-se que nenhum dos indicadores foi atingido.

➢ A **prioridade 3** (que tem a menor reserva de desempenho, cerca de 6 milhões €) superou o objetivo intermédio dos 3 indicadores: a despesa pública com 178%; o número de explorações do domínio de incidência 3A com um valor de 6.091 explorações agrícolas o que permite ultrapassar este indicador atingindo 295%; o número de explorações agrícolas participantes em regimes de gestão dos riscos (indicador do domínio de incidência 3B) ultrapassou o objetivo intermédio, registando 714%. Este último indicador tem, até à data, a Operação 6.1.1 – “Seguros” como única medida que está a contribuir para o seu valor e que devido à forte adesão registada a este tipo de apoio (seguro de colheitas) já se ultrapassou o valor alvo de 2023 em 79%, pelo que deverá ser adaptado na próxima modificação estratégica. Em termos do indicador da despesa pública, esta Operação tem também um papel muito importante uma vez que representa cerca de 61% do mesmo, a par com a Operação 6.2.2 – "Restabelecimento do potencial produtivo" aonde os incêndios de 2017 tiveram um papel importante.

Ainda na prioridade 3 existe um indicador alternativo para o domínio de incidência 3A que superou também o objetivo intermédio.

➢ A **prioridade 4** (com uma reserva de desempenho de cerca de 63 milhões €) atingiu o objetivo intermédio relativo à despesa pública e à área apoiada, com 234% e 239% respectivamente. Nesta prioridade, em que para os indicadores físicos contribuem as medidas agroambientais, o valor da execução reflete o overbooking registado nestas medidas na campanha de 2015. Apesar do valor alvo de 2023 estar já ultrapassado (136%) esta meta foi revista na modificação estratégica aprovada em março de 2019.

➢ A **prioridade 5** (com uma reserva de desempenho de cerca de 47 milhões €) tal como as outras prioridades superou os três objetivos intermédios:
despesa pública com 198%, número de explorações, do domínio de incidência 5B e 5C, com 262% e área [terras agrícolas e florestais sob contrato de gestão que contribuam para o sequestro de carbono ou a conservação (ha) (5E) + terras irrigadas, em mudança para sistemas de irrigação mais eficientes (ha) (5A)] com 746%. Para o indicador físico do apuramento das áreas, bem como para o indicador financeiro, contribuem, entre outras, medidas agroambientais. Como já foi referido nestas medidas, o valor da execução reflete o overbooking registado na campanha de 2015, pelo que a sua meta foi revista na modificação estratégica aprovada em março de 2019. A Operação 3.4.2 – “Melhoria da eficiência dos regadios existentes”, que contribui também para este indicador registou valores de áreas beneficiadas muito acima do previsto uma vez não se teve em consideração no cálculo da meta os projetos transitados do PRODER.

A prioridade 6 (com uma reserva de desempenho de cerca de 23 milhões €) superou o objetivo intermédio relativo à despesa pública, ao número de operações apoiadas para melhorar serviços de base e infraestruturas em zonas rurais e à população coberta pelos GAL, com 168%, 115% e 145% respetivamente.

Apenas o indicador da população coberta pelos GAL terá o valor alvo de 2023 ultrapassado. Na construção do Programa, estava previsto que a população abrangida pelos GAL seria inferior, porém aquando da operacionalização foi possível aprovar 54 GAL em vez dos 47 inicialmente previstos.
### Quadro 21: Quadro de desempenho

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2</td>
<td>Total de despesas públicas P2 (euros)</td>
<td>682 219 546</td>
<td>361 531 834</td>
<td>189%</td>
<td>1 400 743 254</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Número de explorações agrícolas com apoio do PDR para investimentos na reestruturação ou na modernização (Quadro 21A)</td>
<td>13 173</td>
<td>3 336</td>
<td>305%</td>
<td>15 261</td>
</tr>
<tr>
<td>P3</td>
<td>Total dos despesas públicas P3 (euros)</td>
<td>53 751 526</td>
<td>30 169 637</td>
<td>178%</td>
<td>138 076 140</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Número de explorações agrícolas que receberam apoio para participação em regimes de qualidade, mercados locais e cadeias de abastecimento curtos, e aperfeiçoamentos ou organizações de produtores (Quadro 21A)</td>
<td>6 091</td>
<td>2 083</td>
<td>335%</td>
<td>3 538</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>Total dos despesas públicas P4 (euros)</td>
<td>841 998 314</td>
<td>359 772 145</td>
<td>254%</td>
<td>1 360 711 591</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Número de explorações agrícolas em terras sob contrato de gestão, que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos (ha) (Quadro 21A)</td>
<td>1 687 761</td>
<td>834 620</td>
<td>239%</td>
<td>2 096 670</td>
</tr>
<tr>
<td>P5</td>
<td>Total dos despesas públicas P5 (euros)</td>
<td>357 144 953</td>
<td>180 122 758</td>
<td>198%</td>
<td>907 419 435</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Número de operações de investimento em poupança e eficiência na utilização de energia (Quadro 21A)</td>
<td>226</td>
<td>86</td>
<td>262%</td>
<td>610</td>
</tr>
<tr>
<td>P6</td>
<td>Total dos despesas públicas P6 (euros)</td>
<td>177 298 745</td>
<td>105 735 667</td>
<td>168%</td>
<td>414 285 529</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Número de operações de investimento em poupança e eficiência na utilização de energia (Quadro 21A)</td>
<td>21</td>
<td>18</td>
<td>115%</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>População abrangida por GAL</td>
<td>4 874 295</td>
<td>3 161 108</td>
<td>145%</td>
<td>3 734 564</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Prioridade

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P3</td>
<td>N.º de operações apoiadas para investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas (Quadro 21A)</td>
<td>16</td>
<td>12</td>
<td>136%</td>
<td>47</td>
</tr>
</tbody>
</table>
4.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO POR PRIORIDADES

Em complemento da análise de desempenho efetuada no ponto anterior, é também efetuada uma análise à execução total de cada prioridade/domínio de intervenção.

Assim, para a **prioridade 2** domínio de intervenção 2A “Melhoria do desempenho econômico e modernização das explorações”, com 50% de taxa de execução, as medidas 4.1 “Apoio aos investimentos nas explorações agrícolas”, 4.2 “Apoio aos investimentos em transformação/comercialização e/ou desenvolvimento de produtos agrícolas” e 13 “Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais”, contribuíram com, respetivamente, 52%, 15% e 28% do total da execução desta prioridade.

Na **prioridade 3** domínio de intervenção 3B “Apoio à prevenção e gestão de riscos”, com 52% de taxa de execução, a medida 17.1 “Contribuição financeira para prémios de seguro de colheitas, de animais e de plantas” continua a ser a mais representativa com 78% do total da execução da prioridade embora tenha diminuído novamente o seu peso, em 4 p.p., face a 2017, a favor da medida 5.2 “Apoio aos investimentos para restauro da superfície agrícola e potencial produtivo afetados por desastres naturais, eventos climáticos adversos e eventos catastróficos” que em 2018 representou 22%.

A **prioridade 4** “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas” é a que apresenta a maior execução, com 71% de taxa de execução e 38% do total da execução do Programa. Para esta prioridade contribuíram maioritariamente a medida 10 “Agroambiente e clima”, a medida 13 “Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais”, com 57% e 14% respetivamente.

Na **prioridade 5**, domínio de intervenção 5A, as medidas mais representativas foram a medida 4.3 “Apoio aos investimentos em infraestruturas associadas ao desenvolvimento, modernização ou adaptação da agricultura e floresta” com 71% do total da execução desta prioridade, e a medida 10.1 “Pagamento por compromissos respeitantes ao agroambiente e clima” (em particular a Operação 7.5.1 “Uso eficiente da água”) com 10%.

Ainda na prioridade 5 mas no domínio de intervenção 5E “Promoção da conservação e do sequestro de carbono”, cuja taxa de execução foi de 63%, as
medidas mais representativas foram a medida 13 “Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais”, com 54% do total executado, e as medidas 8.1 “Apoio aos custos de implantação em florestação e criação de zonas arborizadas” e 8.2 “Apoio aos custos de implantação/manutenção de sistemas agroflorestais”, representando estas 42% do total da prioridade.

Na prioridade 6, domínio de intervenção 6B “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”, apesar da operacionalização mais tardia das medidas LEADER estas representaram já 20% da execução da prioridade ao passo que a medida 13 “Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais” representou 80% da execução total da prioridade.

Em algumas prioridades a execução foi da responsabilidade maioritariamente de uma medida, como são os seguintes casos:

- A medida 6.1 “Apoio ao arranque de atividade dos jovens agricultores” foi a responsável por 99% da prioridade 2 domínio de intervenção 2B “Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas”;

- A medida 4.2 “Apoio aos investimentos em transformação/comercialização e/ou desenvolvimento de produtos agrícolas” representou 90% da execução da prioridade 3 domínio de intervenção 3A “Aumento da competitividade dos produtores mediante a melhor integração”;

- A medida 4.1 “Apoio aos investimentos nas explorações agrícolas” foi responsável por 90% da execução da prioridade 5 domínio de intervenção 5B “Melhoria da eficiência na utilização da energia”;

- A medida 4.2 “Apoio aos investimentos em transformação/comercialização e/ou desenvolvimento de produtos agrícolas” representou 58% da execução da prioridade 5 domínio de intervenção 5C “Facilitação da utilização de fontes de energia renováveis”.

No quadro seguinte apresenta-se a execução por cada uma das prioridades e domínios de intervenção para o qual o PDR2020 contribui.
### Quadro 22: Execução por prioridade

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública</th>
<th>Despesa FEADER</th>
<th>Execução total</th>
<th>Taxas de Execução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>1 302 017</td>
<td>1 104 577</td>
<td>620 594</td>
<td>547 725</td>
</tr>
<tr>
<td>P2B</td>
<td>143 944</td>
<td>129 721</td>
<td>66 681</td>
<td>60 437</td>
</tr>
<tr>
<td>P3A</td>
<td>32 755</td>
<td>27 603</td>
<td>10 570</td>
<td>8 862</td>
</tr>
<tr>
<td>P3B</td>
<td>87 012</td>
<td>73 120</td>
<td>43 912</td>
<td>37 745</td>
</tr>
<tr>
<td>P4A</td>
<td>1 104 916</td>
<td>1 024 128</td>
<td>832 293</td>
<td>723 017</td>
</tr>
<tr>
<td>P5A</td>
<td>382 380</td>
<td>325 417</td>
<td>74 373</td>
<td>64 805</td>
</tr>
<tr>
<td>P5B</td>
<td>64 103</td>
<td>53 984</td>
<td>19 315</td>
<td>16 295</td>
</tr>
<tr>
<td>P5C</td>
<td>29 369</td>
<td>24 946</td>
<td>6 184</td>
<td>5 253</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>434 515</td>
<td>366 705</td>
<td>260 961</td>
<td>238 164</td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>422 779</td>
<td>375 418</td>
<td>177 174</td>
<td>159 570</td>
</tr>
<tr>
<td>AT</td>
<td>93 056</td>
<td>77 313</td>
<td>33 696</td>
<td>26 346</td>
</tr>
<tr>
<td>RA</td>
<td>854</td>
<td>727</td>
<td>670</td>
<td>569</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>4 183 424</td>
<td>3 583 719</td>
<td>2 144 023</td>
<td>1 881 889</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5 BALANÇO DETALHADO POR OPERAÇÃO

5.1 A1. INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

5.1.1 M1. INOVAÇÃO

5.1.1.1 OP. 1.0.1 – Grupos Operacionais

Enquadramento

A Operação 1.0.1 – *Grupos Operacionais*, enquadrada na Medida COM - Cooperação (16), submedida de apoio à criação e ao funcionamento dos grupos operacionais da PEI para a produtividade e sustentabilidade agrícolas (16.1) destina-se a apoiar a criação e funcionamento dos Grupos Operacionais no âmbito da Parceria Europeia para a Inovação, para a produtividade e sustentabilidade agrícolas (PEI).

A implementação da cooperação através da constituição de Grupos Operacionais permite criar ligações entre a investigação, os agricultores, os gestores florestais, as comunidades rurais e as empresas, as ONG e os Serviços de Aconselhamento, promovendo de acordo com os objetivos da PEI:

- A eficiência dos recursos, a viabilidade econômica, a produtividade, a competitividade, a baixa emissão de GEE, a compatibilidade com o clima e a resiliência dos setores agrícola e florestal, tendo em vista um sistema de produção agro ecológico, que preserve os recursos naturais dos quais a agricultura e a floresta dependem;
- A oferta de alimentação humana e animal e biomateriais seguros e sustentáveis;
- A preservação do ambiente e a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Promover o funcionamento de Grupos Operacionais que desenvolvam, em cooperação, um plano de ação para realizar projetos de inovação nas áreas temáticas consideradas prioritárias pelo setor, tendo em vista a produtividade e sustentabilidade agrícolas, conforme consideradas na PEI;
Apoiar a operacionalização do Plano de Ação a implementar pelo Grupo Operacional.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P1A, P1B\(^{11}\);
- P2A, P3A, P4, P5A, P5B, P5C, P5E e P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 encontravam-se apurados 368 projetos transitados da Medida 4.1 – “Cooperação para a inovação” do PRODER, que representam um total de 9.829 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de projetos cancelados e da subexecução de projetos encerrados.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

No ano de 2015 foi criada a Bolsa de Iniciativas da Parceria Europeia de Inovação para a produtividade e sustentabilidade agrícolas, através da Portaria n.º324/2015, de 1 de outubro, cujo objetivo, entre outros, é o de preparar a constituição de Grupos Operacionais para o apoio previsto nesta Operação.

A apresentação de iniciativas encontrava-se aberta em contínuo desde meados de novembro de 2015, com um elevado volume de candidaturas submetidas, que ultrapassou largamente as expectativas, pelo que se verificou a necessidade de proceder à suspensão da apresentação de novas iniciativas (maio 2016) com vista à conclusão do processo de análise das

\(^{11}\) O contributo para os domínios de intervenção sem programação financeira resulta do desempenho registado nos outros domínios associados a esta Operação.
iniciativas e compatibilização com o prazo de apresentação de candidaturas ao aviso de abertura de candidaturas desta Operação.

i. Processo de decisão

Tal como já referido em relatórios anteriores no ano de 2016 esta Operação foi operacionalizada. Foi aberto um aviso de abertura de candidaturas com uma dotação total colocada a concurso de 30.432 mil € de despesa pública, representando cerca de 72% da dotação programada para esta Operação.

No final de 2018, encontravam-se 1.468 candidaturas ativas nesta Operação, representando 176 parcerias, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Tal como já referido anteriormente a análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região Centro é a mais representativa quer em termos de investimento proposto, quer em número de candidaturas (26% e 28% respetivamente).

Quadro 23: Op. 1.0.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>354</td>
<td>16 897</td>
<td>354 16 897</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>408</td>
<td>19 770</td>
<td>408 19 770</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>271</td>
<td>19 312</td>
<td>270 19 018</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>397</td>
<td>16 878</td>
<td>395 16 690</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>38</td>
<td>2 059</td>
<td>38 2 059</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 468</td>
<td>74 916</td>
<td>1 465 74 435</td>
</tr>
</tbody>
</table>

As candidaturas apresentadas foram analisadas e decididas, com uma taxa de não aprovação de 0,2%. Foram aprovadas 954 candidaturas que representam um total de 113 parcerias. Às 954 candidaturas decididas acrescem 503 que não prosseguiram por falta de dotação.

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que esta é equilibrada, com exceção da região do Algarve que apenas representa 1,5% do total dos projetos e 2% do total do investimento proposto.
Do total de projetos aprovados encontravam-se contratados, no final de 2018, 947 projetos associados a uma despesa pública total de 30.179 mil €. O motivo pela qual, a 31.12.2018, se encontrava contratada mais despesa pública do que a aprovada deve-se ao facto de existirem desistências/rescisões de projetos cujo contrato ainda não se encontra rescindido.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 1.0.1 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte. Contribui também para os domínios de intervenção sem programação financeira P1A – “Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais” e P1B – “Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura, e a investigação e a inovação”, através da execução associada aos restantes domínios de intervenção.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir, ao domínio de intervenção considerado como o mais relevante para a Operação, a execução dos compromissos assumidos na Medida 4.1 – “Cooperação para a inovação” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 9.829 mil € de despesa pública, foi a P2A – “Melhoria do desempenho econômico de todas as explorações agrícolas e facilitação da restruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>230</td>
<td>10 365</td>
<td>8 689</td>
<td>6 517</td>
<td>5 865</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>250</td>
<td>12 656</td>
<td>10 283</td>
<td>7 711</td>
<td>6 934</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>173</td>
<td>12 068</td>
<td>10 359</td>
<td>7 751</td>
<td>6 224</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>287</td>
<td>12 190</td>
<td>10 086</td>
<td>7 564</td>
<td>6 801</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>14</td>
<td>976</td>
<td>795</td>
<td>578</td>
<td>521</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>954</td>
<td>48 254</td>
<td>40 211</td>
<td>30 120</td>
<td>26 345</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 24: Op. 1.0.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas
mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola”.

A estes projetos acrescem as candidaturas decididas ao abrigo das regras do Regulamento n.º 1305/2013 que totalizam, a 31.12.2018, 954 projetos com um montante total de despesa pública de 30.120 mil € e com uma comparticipação FEADER de 26.345 mil €.

Quadro 25: Op. 1.0.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada aos domínios de intervenção do desenvolvimento rural a prioridade P2A é a mais representativa em todas as regiões, fruto da imputação dos projetos transitados a esta prioridade. As regiões Centro e Alentejo concentram cerca de 51% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso12:

- P2A – 92%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P3A – 100%
- P4A – 100%
- P5A – 78%
- P5B – 94%
- P5C – 97%
- P5E – 97%
- P6B – 82%

12 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de valor de 14.940 mil € de despesa pública e de 13.273 mil € de FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 35% face ao programado, mais 17 p.p. do que em 2017.

No universo de 527 projetos pagos no período em análise, cerca de 59% da execução concentrou-se nas regiões Norte (26%) e Alentejo (32%). Regista-se um equilíbrio entre todas as regiões, no que se refere ao peso dos projetos contratados com pagamentos, variando este entre 30% e 47%.

Quadro 26: Op. 1.0.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>323</td>
<td>9 450</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>326</td>
<td>9 163</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>228</td>
<td>9 067</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>418</td>
<td>11 562</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>20</td>
<td>766</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 315</td>
<td>40 008</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.
Do universo de projetos contratados, que a 31.12.2018 continua a integrar projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, 28% encontram-se encerrados, assumindo estes um maior peso na região do Alentejo.

Quadro 27: Op. 1.0.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>nº de Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>nº de Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>nº de Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>nº</td>
<td>Dep. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>323</td>
<td>9 450</td>
<td>8 557</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>326</td>
<td>9 163</td>
<td>8 242</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>228</td>
<td>9 067</td>
<td>7 337</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>418</td>
<td>11 562</td>
<td>10 412</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>20</td>
<td>766</td>
<td>690</td>
</tr>
</tbody>
</table>

TOTAL 1 315 40 008 35 238 393 10 074 9 073 367 9 684 8 724

* Fundo dos transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser maioritariamente (99%) constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 34%, assumindo esta o valor maior (45%) na região do Centro.

Quadro 28: Op. 1.0.1 – Distribuição regional dos projetos encerrados e valor libertado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>nº de Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>nº de Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (inclui transitados)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>nº</td>
<td>Dep. pública</td>
<td>FEADER*</td>
<td>nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>323</td>
<td>9 450</td>
<td>8 557</td>
<td>94</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>326</td>
<td>9 163</td>
<td>8 242</td>
<td>82</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>228</td>
<td>9 067</td>
<td>7 337</td>
<td>52</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>418</td>
<td>11 562</td>
<td>10 412</td>
<td>133</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>20</td>
<td>766</td>
<td>690</td>
<td>6</td>
</tr>
</tbody>
</table>

TOTAL 1 315 40 008 35 238 367 9 684 8 724 5 020 4 523 34%

* Fundo dos transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos
indicadores de realização, destaca-se o da despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada que, para a presente Operação integrava no final de 2018 cerca de 394 projetos, num total de 10.074 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 63%, 1%, 0,3%, 4%, 3%, 1% e 0,4% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A, P3A, P4, P5A, P5B, P5C, P5E e P6B, respetivamente.

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa que pretende aferir a proporção de despesa pública alocada à promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais. A meta definida para este indicador global é de 2%, contribuindo para a sua concretização diversas medidas do PDR2020.

O contributo da Operação 1.0.1 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 1% (meta indicativa). Desta forma, a despesa pública acumulada a 31.12.2018 (10.074 mil €) dos projetos com execução iniciada representa um progresso de 24%, face à meta indicativa definida para o domínio de intervenção P1A.

Quadro 29: Op. 1.0.1 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P2A</td>
<td>P3A</td>
<td>P4</td>
<td>P5A</td>
<td>P5B</td>
<td>P5C</td>
<td>P5E</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida</td>
<td>39 950</td>
<td>32 119</td>
<td>95%</td>
<td></td>
<td>31 251</td>
<td>21 521</td>
<td>92%</td>
<td>5 908</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada)</td>
<td>10 074</td>
<td>32 119</td>
<td>24%</td>
<td></td>
<td>9 810</td>
<td>21 521</td>
<td>63%</td>
<td>57</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de grupos PEI apoiados</td>
<td>89</td>
<td>93</td>
<td>100%</td>
<td></td>
<td>63</td>
<td>3</td>
<td>18</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas PEI</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>357</td>
<td>6</td>
<td>17</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P2A</td>
<td>P3A</td>
<td>P4</td>
<td>P5A</td>
<td>P5B</td>
<td>P5C</td>
<td>P5E</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida</td>
<td>2 315</td>
<td>2 950</td>
<td>78%</td>
<td>769</td>
<td>922</td>
<td>98%</td>
<td>1 363</td>
<td>1 484</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos encerrados)</td>
<td>126</td>
<td>2 950</td>
<td>8%</td>
<td>27</td>
<td>922</td>
<td>3%</td>
<td>8</td>
<td>1 484</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de grupos PEI apoiados</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas PEI</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 29: Op. 1.0.1 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% da despesa pública realizada na promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais - (1)</td>
<td>P2A</td>
<td>24%</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta indicativa - (2)</td>
<td>1%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa - (1)/(2)</td>
<td>24%</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.1.2 **M02. CONHECIMENTO**

5.1.2.1 OP. 2.1.1 – Ações de Formação

**Enquadramento**

A Operação 2.1.1 – Ações de formação, integrada na Medida COM – Transferência de conhecimentos e ações de informação (1), submedida de apoio a ações de formação profissional e de aquisição de competências (1.1), destina-se a apoiar ações/iniciativas que têm como objetivo melhorar a informação e a capacitação técnica e empresarial dos ativos do setor agrícola, alimentar e florestal, tendo em vista a promoção do crescimento económico e o desenvolvimento das zonas rurais através da melhoria da sustentabilidade, competitividade, eficiência de recursos e desempenho ambiental das explorações e empresas.

Esta Operação complementa a ação dos Fundos de Coesão, de acordo com o previsto no Acordo de Parceria e atua de forma sinérgica com outras medidas no âmbito do PDR2020, designadamente os Serviços de Aconselhamento e a Cooperação.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Complementar a resposta dos fundos europeus de coesão disponíveis e vocacionados para o apoio à qualificação dos recursos humanos e das empresas, nomeadamente do FSE;
- Promover a aquisição de conhecimento necessário à concretização de projetos de investimento apresentados para financiamento;
- Satisfazer necessidades de conhecimento, em matérias setoriais e não setoriais, que se colocam aos ativos do setor agroalimentar e florestal e às PME em zonas rurais.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P1A, P1C\(^{13}\);

---

\(^{13}\) O contributo para os domínios de intervenção sem programação financeira resulta do desempenho registado nos outros domínios associados a esta Operação.
➤ P2A, P4A, P5A, P5B e P6B;
➤ Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Tal como já referido em relatórios anteriores esta Operação foi operacionalizada em 2016. No cômputo geral esta Operação teve três avisos de abertura de candidaturas. Dois em 2016 destinados aos jovens agricultores (JA) e a promover a formação específica de técnicos do setor e um em 2017, este último dirigido às ações de formação dos ativos do setor florestal. A dotação total colocada a concurso foi de 7.750 mil € de despesa pública, representando cerca de 87% da dotação programada para esta Operação.

No final de 2018 permaneciam ativas 250 candidaturas a esta Operação, das quais 124 candidaturas diziam respeito ao 1º aviso de abertura de candidaturas, 114 candidaturas ao 2º e 12 candidaturas ao 3º aviso de abertura de candidaturas.

Mantém-se a distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso já referida anteriormente em que as regiões Norte e Centro representam em conjunto cerca de 78% do total das candidaturas e 83% do total do investimento proposto.

Quadro 30: Op. 2.1.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº Investimento proposto</td>
<td>Nº Investimento proposto</td>
<td>Nº Investimento proposto</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>100 13 883</td>
<td>100 13 883</td>
<td>12 1 498</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>95 15 339</td>
<td>95 15 339</td>
<td>12 1 152</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>21 1 535</td>
<td>21 1 535</td>
<td>1 16</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>24 3 547</td>
<td>24 3 547</td>
<td>4 7</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>10 927</td>
<td>10 927</td>
<td>2 2</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>250 35 230</td>
<td>250 35 230</td>
<td>32 3 588</td>
</tr>
</tbody>
</table>
No final de 2018, todas as candidaturas estavam analisadas e decididas, com uma taxa de aprovação de 34%. Registaram-se 132 candidaturas decididas favoravelmente, que não prosseguiram por falta de dotação.

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que estes se localizavam na região do Norte e Centro, representando 40% e 31%, respectivamente.

Quadro 31: Op. 2.1.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>34</td>
<td>5 215</td>
<td>4 125</td>
<td>3 305</td>
<td>2 951</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>27</td>
<td>3 245</td>
<td>2 903</td>
<td>2 379</td>
<td>2 132</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>16</td>
<td>916</td>
<td>878</td>
<td>527</td>
<td>451</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>7</td>
<td>457</td>
<td>443</td>
<td>262</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>62</td>
<td>61</td>
<td>37</td>
<td>33</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>86</td>
<td>9 895</td>
<td>8 410</td>
<td>6 509</td>
<td>5 800</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total de projetos aprovados encontravam-se contratados, no final de 2018, 87 projetos associados a uma despesa pública total de 6.688 mil €. No universo destes projetos contratados encontram-se 3 projetos desistidos/cancelados que ainda não foi possível rescindir o respetivo contrato.

b) Caracterização do investimento

A distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento, tal como já referido em anteriores relatórios verifica-se que 36% do investimento proposto destina-se a apoiar despesas com formadores e 28% com formandos, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 32: Op. 2.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento proposto

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Continente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Outros custos com organização</td>
<td>18,8%</td>
<td>11,6%</td>
<td>3,0%</td>
<td>1,6%</td>
<td>0,2%</td>
<td>35,2%</td>
</tr>
<tr>
<td>Custos com formandos</td>
<td>14,8%</td>
<td>9,0%</td>
<td>2,9%</td>
<td>1,6%</td>
<td>0,2%</td>
<td>28,4%</td>
</tr>
<tr>
<td>Custos com formadores</td>
<td>19,1%</td>
<td>12,2%</td>
<td>3,4%</td>
<td>1,4%</td>
<td>0,2%</td>
<td>36,4%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>53%</td>
<td>33%</td>
<td>9%</td>
<td>5%</td>
<td>1%</td>
<td>100%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>5 215</td>
<td>3 245</td>
<td>916</td>
<td>457</td>
<td>62</td>
<td>9 895</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Estes custos contêm aluguéis, custos com a organização, custos indiretos e bens e serviços técnicos.
Mantém-se as duas tipologias de beneficiários com uma maior representatividade: as “Associações” e as “Sociedades” com 39% e 52%, respectivamente, do investimento proposto.

Quadro 33: Op. 2.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Acumulado</th>
<th>Nº PA</th>
<th>Investimento proposto</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mil euros</td>
</tr>
<tr>
<td>Associações</td>
<td>40</td>
<td>3 844</td>
<td>39%</td>
</tr>
<tr>
<td>Cooperativas</td>
<td>7</td>
<td>898</td>
<td>9%</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedades</td>
<td>39</td>
<td>5 153</td>
<td>52%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>86</td>
<td>9 895</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 2.1.1 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte. Contribui também para os domínios de intervenção sem programação financeira P1A – “Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais” e P1B – “Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura, e a investigação e a inovação”, através da execução associada aos restantes domínios de intervenção.

A Prioridade/domínio de intervenção para o qual se registou maior número de projetos aprovados, cerca de 41%, foi a Prioridade/domínio de intervenção P2A – “Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas”, conforme quadro que se apresenta em seguida.
Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada aos domínios de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se que, em termos de despesa pública aprovada, a prioridade mais representativa em todas as regiões foi a P2A, com exceção do Algarve em que a prioridade P4 é a mais representativa, até 31.12.2018.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso:

- P2A – 92%
- P4 – 83%
- P5A – 45%
- P5B – 20%
- P6B – 31%

---

14 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

Até 31.12.2018 foram registados, no âmbito desta Operação, pagamentos no montante de 278 mil € de despesa pública com uma comparticipação FEADER que ascendeu a 247 mil €.

Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) residual de 3% face ao programado.

A execução, relativa a 5 projetos pagos no período em análise, concentrou-se nas regiões Norte e Centro.

Quadro 35: Op. 2.1.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>34</td>
<td>3 472</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>27</td>
<td>2 379</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>16</td>
<td>527</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>8</td>
<td>274</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>37</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>87</td>
<td>6 688</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do universo de projetos contratados, apenas 6% iniciaram a sua execução, num total de 5 projetos.
Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram espelhados nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização releva-se o da despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, num total de 278 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 5% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A.

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa que pretende aferir a proporção de despesa pública alocada à promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais. A meta definida para este indicador global é de 2%, contribuindo para a sua concretização diversas medidas do PDR2020.

O contributo da Operação 2.1.1 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 0,2% (meta indicativa). Desta forma, a despesa pública acumulada a 31.12.2018 (278 mil €) dos projetos com execução iniciada representa um progresso de 3,1%, face à meta indicativa definida para o domínio de intervenção P1A.
Quadro 37: Op. 2.1.1 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P5A</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>6 509</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução) (mil euros)</td>
<td>278</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de Ações de Formação</td>
<td>237</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de Dias de Formação</td>
<td>3 568</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de Participantes</td>
<td>3 704</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PSA</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>403</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução) (mil euros)</td>
<td>889</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de Ações de Formação</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de Dias de Formação</td>
<td>14 400</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de Participantes</td>
<td>1 978</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PIA</td>
</tr>
<tr>
<td>% da despesa pública realizada na promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais - (1)</td>
<td>0,007%</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta indicativa - (2)</td>
<td>0,2%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa - (1)/(2)</td>
<td>3,1%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.1.2.2 OP. 2.1.4 – Ações de Informação

Enquadramento
A Operação 2.1.4 – Ações de informação, integrada na Medida COM – Transferência de Conhecimento e Ações de Informação (1), submedida de apoio para atividades de demonstração/ações de informação (1.2), destina-se a promover a realização de atividades de disseminação de informação relativa aos setores agrícola, agroalimentar e florestal, nomeadamente informação técnica, econômica ou organizacional.

Esta Operação complementa a ação dos Fundos de Coesão, de acordo com o previsto no Acordo de Parceria e atua de forma sinérgica com outras medidas no âmbito do PDR2020, designadamente os Serviços de Aconselhamento e a Cooperação.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Melhorar o desempenho dos ativos no setor, designadamente nos domínios da competitividade, da organização da produção, do ambiente e clima, e do desenvolvimento dos territórios rurais.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P1A, P1C
- P2A, P4, P5A, P5B e P5E;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro,
transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 encontavam-se registados 40 projetos transitados da Ação 4.2.2 – “Redes temáticas de informação e divulgação” do PRODER, que representam um total de 515 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, devido à subexecução de projetos encerrados.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

O aviso de abertura de candidaturas aberto no ano de 2015, com uma dotação de 9.800 mil € de despesa pública, acolheu 74 candidaturas ativas associadas a um investimento total de 24.144 mil €. Em 2018 foi aberto um segundo aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 10/01/2018 e 09/02/2018 com uma dotação de 1.200 mil euros. Neste período foram submetidas 4 candidaturas com um investimento proposto de 1.833 mil euros.

No final do ano de 2018 encontravam-se analisadas a totalidade das candidaturas, encontrando-se aprovadas 56 candidaturas o que representa uma taxa de aprovação de 72% do total de candidaturas.

Quadro 38: Op. 2.1.4 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td></td>
<td>23</td>
<td>5 983</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td>20</td>
<td>5 358</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td>20</td>
<td>11 602</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td>14</td>
<td>3 740</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>293</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>78</td>
<td>26 977</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Analisando a distribuição regional das candidaturas aprovadas verifica-se que a região de Lisboa e do Alentejo representam 59% das candidaturas aprovadas e 67% do investimento proposto, conforme quadro seguinte.
No final de 2018 existiam 57 projetos contratados representando 8.565 mil€ de despesa pública. O motivo pela qual se encontravam mais projetos contratados do que aprovados deve-se ao facto de existirem desistências/rescisões de projetos com pagamentos cujo contrato será rescindido após a recuperação dessas verbas.

ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento, mantém-se a tendência já verificada em relatórios anteriores ou seja verifica-se que nos escalões entre os 100 mil € e os 500 mil € se concentram 82% dos projetos aprovados, o que, em termos de investimento proposto, corresponde a cerca de 56% do investimento total.

Quanto à distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento, verifica-se que 58% do investimento apoiado destina-se a apoiar despesas com pessoal, conforme quadro que se apresenta em seguida.
Quadro 41: Op. 2.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Região</th>
<th>Contíngente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Norte</td>
<td>Centro</td>
</tr>
<tr>
<td>Aquisição de bens e serviços</td>
<td>5,6%</td>
<td>5,9%</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com pessoal</td>
<td>10,7%</td>
<td>7,8%</td>
</tr>
<tr>
<td>Imateriais</td>
<td>1,0%</td>
<td>0,6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>17,3%</td>
<td>14,3%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>3 928</td>
<td>3 241</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiário mais representativo é a das “Associações” com cerca de 88% do investimento apoiado.

Quadro 42: Op. 2.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Acumulado</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto (mil euros)</th>
<th>%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Associações</td>
<td>50</td>
<td></td>
<td>19 869</td>
<td>87,6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Cooperativas</td>
<td>5</td>
<td></td>
<td>2 422</td>
<td>10,7%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>1</td>
<td></td>
<td>400</td>
<td>1,8%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>56</td>
<td></td>
<td>22 691</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 2.1.4 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido. Contribui também para o domínio de intervenção sem programação financeira P1A – “Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais”.

Para esta Operação, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção considerado como o mais relevante para a Operação a execução dos compromissos assumidos na Ação 4.2.2 – “Redes temáticas de informação e divulgação” do anterior período de programação. Na Operação em causa, o domínio ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a
515 mil € de despesa pública, foi o P2A – “Melhoria do desempenho económicoo de todas as explorações agrícolas e facilitação da restruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola”.

Quadro 43: Op. 2.1.4 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P2A, verifica-se que os projetos nas regiões Norte e Lisboa concentram cerca de 74% da despesa pública comprometida neste domínio de intervenção.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso16:

- P2A – 83%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P4 – 119%
- P5A – 23%
- P5B – 38%
- P5E – 151%

16 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

Até 31.12.2018 foram registados, no âmbito desta Operação, pagamentos no montante de 3.822 mil € de despesa pública com uma comparticipação FEADER que ascendeu a 3.263 mil €.

Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 37% face ao programado.

No universo de 59 projetos pagos no período em análise, cerca de 80% da execução concentrou-se nas regiões Norte (23%) e Lisboa (57%). Em termos relativos é a região do Norte que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (67%), seguida da região do Alentejo com 60% dos projetos contratados já com pagamentos. De realçar que 46% dos projetos com pagamentos referem-se a projetos transitados do PRODER.

Quadro 44: Op. 2.1.4 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>18</td>
<td>1 724</td>
<td>1 552</td>
<td>12</td>
<td>866</td>
<td>779</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>12</td>
<td>1 193</td>
<td>1 069</td>
<td>5</td>
<td>273</td>
<td>244</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>30</td>
<td>5 040</td>
<td>4 095</td>
<td>18</td>
<td>2 192</td>
<td>1 799</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>35</td>
<td>1 028</td>
<td>924</td>
<td>23</td>
<td>471</td>
<td>423</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>95</td>
<td>86</td>
<td>1</td>
<td>21</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>97</td>
<td>9 080</td>
<td>7 726</td>
<td>59</td>
<td>3 822</td>
<td>3 263</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base no taxa média de cofinanciamento da Operação.
Do universo de projetos contratados, que a 31.12.2018 integra projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 e projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1305/2013, 60% encontrava-se com a execução iniciada e 41% encontrava-se encerrado (no ano de 2018 encerraram 25 projetos).

Quadro 45: Op. 2.1.4 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>18</td>
<td>1 724</td>
<td>1 552</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>12</td>
<td>1 193</td>
<td>1 069</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>30</td>
<td>5 040</td>
<td>4 095</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>35</td>
<td>1 028</td>
<td>924</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>95</td>
<td>86</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>97</td>
<td>9 080</td>
<td>7 726</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser majoritariamente (98%) constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 38%, assumindo esta o valor maior (55%) na região do Alentejo.

Quadro 46: Op. 2.1.4 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (inclui transitados)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>M</td>
<td>M</td>
<td>M</td>
<td>M</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>18</td>
<td>1 724</td>
<td>1 552</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>12</td>
<td>1 193</td>
<td>1 069</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>30</td>
<td>5 040</td>
<td>4 095</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>35</td>
<td>1 028</td>
<td>924</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>95</td>
<td>86</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>97</td>
<td>9 080</td>
<td>7 726</td>
<td>40</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo de Transitado apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.
e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram espelhados nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização releva-se o da despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (58 no final de 2018), num total de 3.784 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 41% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A, 35% da P4, 8% da P5A, 7% da P5B e 57% da P5E, conforme quadro.

Em termos de indicadores de resultado, esta Operação contribui para o indicador global do Programa que pretende aferir a proporção de despesa pública alocada à promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais. A meta definida para este indicador global é de 2%, contribuindo para a sua concretização diversas medidas do PDR2020.

O contributo da Operação 2.1.4 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 0,2% (meta indicativa). Desta forma, a despesa pública acumulada a 31.12.2018 (3.784 mil €) dos projetos com execução iniciada representa um progresso de 38%, face à meta indicativa definida para o domínio de intervenção P1A.

Quadro 47: Op. 2.1.4 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P1A</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>8 958</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>3 784</td>
</tr>
<tr>
<td>Número de medidas/operações apoiadas</td>
<td>42</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PSA</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>207</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>73</td>
</tr>
<tr>
<td>Número de medidas/operações apoiadas</td>
<td>2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% da despesa pública realizada na promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais - (1)</td>
<td>0,09%</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta indicativa - (2)</td>
<td>0,2%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa - (1)/(2)</td>
<td>38%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.1.2.3  OP. 2.2.1 – Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal

Enquadramento

A Operação 2.2.1 – Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal, integrada na Medida COM – Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas (2), submedida de apoio destinado a facilitar o aproveitamento de serviços de aconselhamento (2.1), destina-se a promover a utilização de serviços de aconselhamento nos setores agrícola e florestal, incentivando os agricultores e produtores florestais a tirar proveito da utilização desses serviços de aconselhamento, com o objetivo de melhorar o desempenho das suas explorações em termos de resultados económicos e ambientais, num contexto de uma melhor utilização dos recursos.

Objetivos

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Promover o fornecimento de serviços de aconselhamento nos setores agrícola e florestal, aplicados à realidade concreta das explorações.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P1A;
- P2A, P2B, P3A, P3B, P4, P5A, P5B e P5E;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

---

17 O contributo para os domínios de intervenção sem programação financeira resulta do desempenho registado nos outros domínios associados a esta Operação.
Assim, no final de 2018 estavam registados 283 projetos transitados da Subação 4.3.1.2 – “Aquisição de serviços de aconselhamento” do PRODER, que representam um total de 264 mil € de despesa pública. Este valor diminuiu face a 2017 fruto de projetos cancelados e da subexecução de projetos encerrados em 2018.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Foi aberto em 2017 um procedimento concursal por lotes, com um montante previsional de apoio máximo de 2.500 mil € de despesa pública. Registou-se a submissão de 81 candidaturas associadas a um investimento total de 10.099 mil €.

Todas as candidaturas encontram-se analisadas e decididas, tendo sido aprovadas com dotação 34 candidaturas o que representa uma taxa de aprovação de 42% do total de candidaturas.

Quadro 48: Op. 2.2.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>25</td>
<td>4 277</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>18</td>
<td>2 840</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>38</td>
<td>2 569</td>
<td>38</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>81</td>
<td>9 686</td>
<td>81</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tal como já referido no relatório anterior a distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Alentejo e a do Algarve não apresentaram candidaturas e que a de Lisboa é a mais representativa (47% do total de candidaturas).

Nesta análise por regiões deve ser tido em conta o facto de, em sede de candidatura ainda não ser conhecida a localização real aonde irá ser prestado o aconselhamento, tendo sido considerada a localização da sede das entidades líderes prestadoras do serviço de aconselhamento agrícola e florestal.
ii. Caracterização do investimento

No universo das candidaturas aprovadas consta a prestação de 5.245 serviços de aconselhamento, dos quais 80% dos serviços são de Aconselhamento Agrícola.

![Figura 10: Op. 2.2.1 – Distribuição do investimento dos Serviços de Aconselhamento por tipologia e do nº de SA por Prioridade](image)

- Aconselhamento Agrícola: 24%
- Aconselhamento Florestal: 76%
- P2B: 40%
- PSE: 60%


c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 2.2.1 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte. Contribui igualmente para o domínio de intervenção sem programação financeira P1A – “Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais”, através da execução associada aos restantes domínios de intervenção.

Tal como já referido nos anteriores relatórios, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção considerado como o mais relevante para a Operação a execução dos compromissos assumidos na Subação 4.3.1.2 – “Aquisição de serviços de aconselhamento” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 264 mil € de despesa pública, foi a P2B – “Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da renovação geracional”.

A distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P2B apresenta a região Lisboa com um peso de 72% e a Região do Norte a concentrar cerca de 23% da despesa pública comprometida, uma vez que não é possível, em sede de candidatura efetuar a distribuição regional dos serviços de aconselhamento previstos.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso18:

- P2A – 0%
- P2B – 282%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P3A – 0%
- P3B – 0%
- P4 – 0%
- P5A – 0%
- P5B – 0%
- P5E – 84%

18 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No ano de 2018 não se registaram pagamentos nesta Operação. O montante total dos pagamentos acumulados, referentes a projetos transitados, mantém-se em 252 mil € de despesa pública e 251 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 3% face ao programado.

De referir que a totalidade de pagamentos diz respeito a projetos transitados do PRODER.

Quadro 50: Op. 2.2.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos
Do universo de projetos contratados, cerca de 89% encontrava-se com a execução iniciada e 52% encontrava-se encerrado naquela data, conforme quadro que se apresenta em seguida. Todos estes projetos se referem a projetos transitados do PRODER.

Quadro 51: Op. 2.2.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incluindo transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (incluindo transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (incluindo transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>242</td>
<td>220</td>
<td>228</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>33</td>
<td>100</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>31</td>
<td>1 268</td>
<td>673</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>11</td>
<td>11</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>317</td>
<td>1 610</td>
<td>1 000</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser constituído apenas por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 38%, assumindo esta o valor maior (66%) na região do Centro.

Quadro 52: Op. 2.2.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incluindo transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (incluindo transitados)</th>
<th>Valor Libertado (incluindo transitados)</th>
<th>TX Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>242</td>
<td>230</td>
<td>228</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>33</td>
<td>100</td>
<td>88</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>31</td>
<td>1 268</td>
<td>673</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>11</td>
<td>11</td>
<td>11</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>317</td>
<td>1 610</td>
<td>1 000</td>
<td>166</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram espelhados nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por
base o universo de projetos com execução iniciada (281 no final de 2018), num total de 252 mil € de despesa pública. Este montante diz respeito apenas a projetos que se encontram no domínio de intervenção P2B e representa cerca de 72% do total de despesa pública programada para esse domínio de intervenção.

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa que pretende aferir o peso na promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais. A meta definida para este indicador global é de 2%, contribuindo para a sua concretização a despesa pública realizada nesta Operação em projetos com execução iniciada, para além de outras Operações.

Desta forma, a 31.12.2018, a execução representa um progresso de 8%, face à meta definida. O contributo esperado desta Operação é de 0,1%.

Quadro 53: Op. 2.2.1 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Meta</th>
<th>A cumulado</th>
<th>% da meta indicativa</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>1 610</td>
<td>3 146</td>
<td>51%</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>252</td>
<td>3 146</td>
<td>8%</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Nº de ações/operações apoiadas na criação de serviços de aconselhamento</td>
<td>514</td>
<td>281</td>
<td>72%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

P1A

<table>
<thead>
<tr>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Meta indicativa - (2)</th>
<th>% da meta indicativa - (1)/2</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>% da despesa pública realizada na promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais - (1)</td>
<td>0,01%</td>
<td>8%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.1.2.4 OP. 2.2.2 – Apoio à criação de serviços de aconselhamento

Enquadramento
A Operação 2.2.2 – Apoio à criação de serviços de aconselhamento, integrada na Medida COM – Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas (2), submedida de apoio à criação de serviços de gestão agrícola, de substituição e de aconselhamento agrícolas, assim como de serviços de aconselhamento florestal (2.2), destina-se a promover a criação serviços de aconselhamento nos setores agrícola e florestal, nas diferentes áreas temáticas, com o objetivo de melhorar o desempenho das explorações em termos de resultados económicos e ambientais, num contexto de uma melhor utilização dos recursos.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Promover a diversificação de serviços de aconselhamento nas diferentes áreas temáticas;
- Apoiar entidades na criação de serviços de aconselhamento nas diferentes áreas temáticas.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P1A
- P2B, P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

O contributo para os domínios de intervenção sem programação financeira resulta do desempenho registado nos outros domínios associados a esta Operação.
Assim, no final de 2018 existem 40 projetos transitados da Subação 4.3.1.1 – “Desenvolvimento de serviços de aconselhamento agrícola” do PRODER, que representam um total de 691 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos com pagamentos no PRODER.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Foi aberto em 2018 um aviso de abertura de candidaturas, com uma dotação de 13.500 mil €, que decorreu entre 06.04.2018 e 29.06.2018. Neste concurso foram submetidas 251 candidaturas com um investimento proposto de 17.764 mil €.

Ainda em 2018 foram analisadas 215 candidaturas e decididas favoravelmente 9 candidaturas.

Quadro 54: Op. 2.2.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>126</td>
<td>8 714</td>
<td>109</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>76</td>
<td>5 109</td>
<td>64</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>7</td>
<td>1 012</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>34</td>
<td>2 162</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>8</td>
<td>7 768</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>251</td>
<td>17 764</td>
<td>215</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Norte e Centro são as mais representativas com um total de 80% de candidaturas e 78% do investimento.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 2.2.2 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte. Contribui também para o domínio de intervenção sem programação financeira P1A – “Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de
conhecimentos nas zonas rurais”, através da execução associada aos restantes domínios de intervenção.

Tal como já referido no relatório anterior, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção considerado como o mais relevante para a Operação a execução dos compromissos assumidos na Subação 4.3.1.1 – “Desenvolvimento de serviços de aconselhamento” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 691 mil € de despesa pública, foi o P2B – “Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da renovação geracional”.

Quadro 55: Op. 2.2.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P2B, verifica-se que os projetos transitados concentram-se nas regiões Norte, Centro e Alentejo. As regiões do Centro e de Lisboa são as que apresentam maiores montantes de despesa pública aprovada no domínio de intervenção P4, num total que ascende a 413 mil €.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso20:

- P2B – 41%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P4 – 4%

---

20 Razão entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, todos referentes a projetos transitados, foi de 633 mil € de despesa pública e 584 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 5% face ao programado.

No universo de 37 projetos pagos, cerca de 89% da execução concentrou-se nas regiões Norte (76%) e Centro (13%). Todos os projetos com pagamentos dizem respeito a projetos transitados.

Quadro 56: Op. 2.2.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projeto Contratado (transitados)</th>
<th>Total Pago (transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº _ Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>28</td>
<td>524</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>6</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>6</td>
<td>68</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>40</td>
<td>691</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base no taxa média de cofinanciamento da Operação.
Do universo de projetos contratados, que integra projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, 95% encontram-se encerrados. Os 38 projetos encerrados são projetos transitados do quadro comunitário anterior.

Quadro 57: Op. 2.2.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada21 e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados ** (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>28</td>
<td>524</td>
<td>480</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>6</td>
<td>100</td>
<td>87</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>6</td>
<td>68</td>
<td>67</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>6</td>
<td>68</td>
<td>67</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>40</td>
<td>691</td>
<td>633</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.  
** Inclui projetos transitados com pagamentos no PDR2020 a zero.

Analisando os projetos encerrados, que a 31.12.2018 continuam a ser apenas projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 32%, assumindo esta o valor maior (51%) na região do Alentejo.

Quadro 58: Op. 2.2.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (inclui transitados)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>28</td>
<td>524</td>
<td>480</td>
<td>27</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>6</td>
<td>100</td>
<td>87</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>6</td>
<td>68</td>
<td>67</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>6</td>
<td>68</td>
<td>67</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>40</td>
<td>691</td>
<td>633</td>
<td>38</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

21 O universo dos projetos com execução iniciada inclui o universo dos projetos encerrados.
e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Uma vez que a 31.12.2018 continuam a não existir projetos aprovados ao abrigo do atual regime de apoio, apenas é possível apresentar informação relativa aos indicadores de realização e de resultado apurados com base no universo de projetos transitados do anterior quadro de financiamento e que foram concluídos/encerrados no PDR2020.

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos transitados do anterior período de programação, num total de 633mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 38% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2B.

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa que pretende aferir a proporção de despesa pública alocada à promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais (P1A). A meta definida para este indicador global é de 2%, contribuindo para a sua concretização diversas medidas do PDR2020.

O contributo da Operação 2.2.2 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 0,3% (meta indicativa da Operação 2.2.2). Desta forma, a despesa pública acumulada a 31.12.2018 (633 mil €) representa um progresso de 4%, face à meta indicativa definida.

Quadro 59: Op. 2.2.2 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>P1A</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>Meta</td>
</tr>
<tr>
<td>1.130</td>
<td>143</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução iniciada)</td>
<td>633</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de ações/operações apoiadas na criação de serviços de aconselhamento</td>
<td>185</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% da despesa pública realizada na promoção da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais - (1)</td>
<td>P1A</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta indicativa - (2)</td>
<td>0,02%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa - (1)/(2)</td>
<td>4%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.1.2.5 OP. 2.2.3 – Apoio à Formação de Conselheiros das Entidades Prestadoras de Serviços de Aconselhamento

Enquadramento
A Operação 2.2.3 – Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras de serviços de aconselhamento, integrada na Medida COM – Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas (2), submedida de apoio à formação de conselheiros (2.3), destina-se a promover a capacitação técnica das entidades prestadoras dos serviços de aconselhamento através da formação profissional dos seus técnicos, de modo a assegurar um aconselhamento que vá ao encontro da realidade concreta das explorações agrícolas e florestais.

Objetivos
Esta Operação tem como objetivo apoiar as entidades prestadoras de serviços na formação dos seus técnicos para efeitos da melhoria da qualidade do serviço prestado no âmbito do sistema de aconselhamento agrícola e/ou florestal, tendo como preocupação central a atualização permanente das suas competências.

Prioridades
Contribui para as seguintes Prioridades/Domínios:
- P1A22;
- P2A, P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação
a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013
   i. Processo de decisão
      Foi aberto em 2018 um aviso de abertura de candidaturas, com uma dotação de 1.500 mil €, que decorreu entre 20.04.2018 e 06.07.2018. Neste

22 O contributo para os domínios de intervenção sem programação financeira resulta do desempenho registado nos outros domínios associados a esta Operação.
concurso foram submetidas 4 candidaturas com um investimento proposto de 279 mil €.

Quadro 60: Op. 2.2.3 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

A distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região de Lisboa e a do Algarve não apresentaram candidaturas e que a do Norte é a mais representativa (50% do total de candidaturas e 79% do investimento proposto).

Até ao final de 2018 não foram decididas candidaturas nesta Operação.
5.2 A2. COMPETITIVIDADE E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

5.2.1 M03. VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

5.2.1.1 OP. 3.1.1 – Jovens Agricultores

**Enquadramento**

A Operação 3.1.1 – Jovens Agricultores, integrada na Medida COM – Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas (6), submedida de apoio ao arranque de atividade dos JA (6.1), destina-se a apoiar a renovação geracional e a entrada de novos agricultores com melhores qualificações técnicas e de gestão, de modo a potenciar a dinamização do setor e dos territórios onde estes se instalam.

Com esta Operação pretende-se favorecer a atratividade do setor aos jovens investidores, através do apoio aos jovens que se instalam pela 1ª vez na atividade agrícola, promovendo o investimento, a organização da produção e a transferência do conhecimento.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Renovação e melhoria de gestão das estruturas agrárias, com o aumento da dimensão física e económica das explorações;
- Promoção do acesso à terra, nomeadamente a jovens e ativos qualificados;
- Formação técnica empresarial.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2B;
- Prioridade horizontal – Inovação.

**Implementação da Operação**

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de
programação. Assim, no final de 2018 existiam 860 projetos transitados da Ação 1.1.3 – “Instalação de jovens agricultores” do PRODER, que representam um total de 8.636 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto, em baixa, face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER e de projetos cancelados e da subexecução de projetos encerrados em 2018.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão


A dotação total colocada a concurso, desde o início do PDR 2020, foi de 195.400 mil € de despesa pública.

No final de 2018 registava-se um total de 10.222 candidaturas (excluindo as desistidas/rescindidas) submetidas a esta Operação conforme quadro que se apresenta em seguida, das quais 10.128 foram simultaneamente acompanhadas de um pedido de apoio ao investimento no âmbito da Operação 3.2.1 – “Investimento na exploração agrícola” ou da Operação 3.1.2 – “Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola”.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região Norte se mantém como a mais representativa em número de candidaturas (47% do total de candidaturas).
Até ao final de 2018 encontravam-se analisadas 7.516 candidaturas (74% das candidaturas apresentadas). Foi decidido um total de 6.765 candidaturas, das quais 1.988 sem dotação. A taxa de aprovação situa-se agora nos 45%.

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que 94% dos projetos se concentram na região do Norte, do Centro e do Alentejo.


ii. Caracterização do investimento

Em termos de tipologia de promotores verifica-se que a tipologia “Produtor individual” mantém-se predominante com 60% do total de JA aprovados, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

**Quadro 62: Op. 3.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Acumulado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº PA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Produtor Individual</td>
<td>2 048</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedades</td>
<td>1 018</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>3 066</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A distribuição por género dos JA aprovados alterou-se ligeiramente face ao PRODER uma vez que aumentou o peso do género masculino para 62% vs. 60% no PRODER.

Quadro 63: Op. 3.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por género

<table>
<thead>
<tr>
<th>Género</th>
<th>Aprovados</th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>&lt;35</td>
<td>&gt;=35</td>
<td>TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Feminino</td>
<td>21%</td>
<td>16%</td>
<td>38%</td>
</tr>
<tr>
<td>Masculino</td>
<td>41%</td>
<td>21%</td>
<td>62%</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>62%</td>
<td>38%</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O setor de atividade predominante, no final de 2018, é o da “fruticultura” com 45% dos projetos aprovados seguido do setor “horticultura” com 17% dos projetos aprovados, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 64: Op. 3.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por setor

<table>
<thead>
<tr>
<th>Setor</th>
<th>Nº</th>
<th>Despesa Pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Apicultura</td>
<td>157</td>
<td>3 704</td>
<td>3 328</td>
</tr>
<tr>
<td>Bovinicultura</td>
<td>278</td>
<td>8 228</td>
<td>7 272</td>
</tr>
<tr>
<td>Caprincultura e Ovinicultura</td>
<td>106</td>
<td>2 956</td>
<td>2 659</td>
</tr>
<tr>
<td>Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguinhas</td>
<td>72</td>
<td>2 220</td>
<td>1 986</td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura</td>
<td>1 389</td>
<td>39 493</td>
<td>35 452</td>
</tr>
<tr>
<td>Horticultura</td>
<td>529</td>
<td>14 260</td>
<td>12 763</td>
</tr>
<tr>
<td>Olivicultura</td>
<td>169</td>
<td>5 020</td>
<td>4 518</td>
</tr>
<tr>
<td>Outra Produção Animal</td>
<td>143</td>
<td>4 593</td>
<td>4 123</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas permanentes</td>
<td>52</td>
<td>1 484</td>
<td>1 331</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas temporárias</td>
<td>44</td>
<td>1 264</td>
<td>1 129</td>
</tr>
<tr>
<td>Suinicultura</td>
<td>39</td>
<td>1 018</td>
<td>916</td>
</tr>
<tr>
<td>Viticultura</td>
<td>88</td>
<td>2 246</td>
<td>2 018</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>3 066</td>
<td>86 484</td>
<td>77 494</td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 3.1.1 contribui apenas para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P2B - “Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola, em particular, da renovação geracional”.

Página 139

A estes projetos acrescem as candidaturas decididas ao abrigo das regras do Regulamento n.º 1305/2013 que totalizam, a 31.12.2018, 3.066 projetos com um montante total de despesa pública (prémios) de 86.484 mil € e com uma comparticipação FEADER de 77.494 mil €.

Quadro 65: Op. 3.1.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio (1)</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>P2B</strong></td>
<td>860</td>
<td>8 636</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>860</td>
<td>8 636</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P2B, verifica-se que os projetos aprovados nas regiões Norte, Centro e Alentejo concentram cerca de 94% da despesa pública comprometida.

Figura 13: Op. 3.1.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio
O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\textsuperscript{23} de 67% (considerando neste apuramento o montante de compromissos transitados).

d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 65.796 mil € de despesa pública e de 59.602 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 47% face ao programado.

Em termos regionais, cerca de 71% da execução e 72% do número de projetos pagos concentraram-se nas regiões Norte e Centro. Em termos relativos é a região de Lisboa que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (94%), seguida da região do Alentejo e do Centro com 90% dos projetos contratados já com pagamentos.

Quadro 66: Op. 3.1.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 886</td>
<td>43 487</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>997</td>
<td>25 108</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>93</td>
<td>2 397</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>814</td>
<td>21 448</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>179</td>
<td>3 223</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>3 969</td>
<td>95 662</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundos do Transfeito apurado com base na taxa média de contribuição da Operação.

Do universo de projetos contratados, 22% já se encontram encerrados, sendo a grande maioria (766 projetos) projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005.

\textsuperscript{23} Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser maioria (89%) constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 49%, assumindo esta o valor maior (68%) na região de Lisboa.

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram espelhados nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (3.529 no final de 2018), num total de 65.662 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 46% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2B.
Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa que pretende aferir o universo de explorações agrícolas que beneficiam de apoio à instalação de JA. A meta definida para este indicador global é de cerca de 2,7%, contribuindo para a sua concretização a instalação de 7.553 jovens ao abrigo deste regime de apoio (3.1.1).

Desta forma, a 31.12.2018, os 3.529 jovens já instalados (com projetos iniciados) representam um progresso de 47%, face à meta definida.

Quadro 69: Op. 3.1.1 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil€)</td>
<td>141.909</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução iniciada) mil€</td>
<td>65.662</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de Jovens agricultores apoiados - (2)</td>
<td>3.529</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta Despesa Pública - (3)</td>
<td>141.909</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta Número de Jovens - (4)</td>
<td>7.553</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta despesa pública - (1)/(3)</td>
<td>46%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta do Nº JA - (2)/(4)</td>
<td>47%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% de explorações agrícolas com planos de desenvolvimento empresarial/ investimentos para jovens agricultores apoiados - (1)</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta - (2)</td>
<td>2,7%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta - (1)/(2)</td>
<td>47%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Enquadramento
A Operação 3.1.2 – “Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola”, integrada na Medida COM – “Investimentos em ativos físicos” (4), submedida de apoio a investimentos na exploração agrícola (4.1), destina-se a apoiar a realização de investimentos dos JA para a concretização de um Plano Empresarial que inclui investimentos em bens materiais (incluindo terra e animais) e imateriais na atividade agrícola, garantindo o respeito pelas regras ambientais, de bem-estar animal e de higiene e segurança no trabalho.

Com esta Operação pretende-se favorecer a atratividade do setor aos jovens investidores, através do apoio aos jovens que se instalam pela 1ª vez na atividade agrícola, promovendo o investimento, a organização da produção e a transferência do conhecimento.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Renovação e melhoria de gestão das estruturas agrárias, com o aumento da dimensão física e económica das explorações;
- Promoção do acesso à terra, nomeadamente a jovens e ativos qualificados;
- Potenciar o investimento agrícola;
- Promover a integração nos mercados;
- Potenciar uma utilização eficiente e sustentável dos recursos;
- Acrescentar valor na economia nacional em todo o território.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A;
- Prioridade horizontal – Aumento da capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal.

Implementação da Operação
a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

A dotação total colocada a concurso foi de 35.415 mil € de despesa pública e o total de candidaturas a esta Operação foi de 2.786 candidaturas, todas apresentadas em simultâneo com o pedido de apoio ao arranque de atividade dos JA Operação 3.1.1.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Norte é a mais representativa em número de candidaturas (47%) e em investimento proposto (40% do total do investimento).

Quadro 70: Op. 3.1.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1.319</td>
<td>262.694</td>
<td>37</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>804</td>
<td>204.343</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>60</td>
<td>14.584</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>483</td>
<td>134.733</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>120</td>
<td>26.459</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2.798</td>
<td>682.783</td>
<td>91</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até ao final de 2018 foram analisadas 81 candidaturas (3% das candidaturas apresentadas).
5.2.1.3 OP. 3.1.3 – Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro

Enquadramento
A Operação 3.1.3 – “Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro”, integrada na Medida COM – “Investimentos em ativos físicos” (4), submedida de apoio a investimentos na exploração agrícola (4.1), destina-se a apoiar a realização de investimentos dos JA para a concretização de um Plano Empresarial através de um Instrumento financeiro de garantia de carteira.

Com esta Operação pretende-se favorecer a atratividade do setor aos jovens investidores, através do apoio aos jovens que se instalam pela 1ª vez na atividade agrícola, promovendo o investimento, a organização da produção e a transferência do conhecimento.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Renovação e melhoria de gestão das estruturas agrárias, com o aumento da dimensão física e económica das explorações;
- Promoção do acesso à terra, nomeadamente a jovens e ativos qualificados;
- Potenciar o investimento agrícola;
- Promover a integração nos mercados;
- Potenciar uma utilização eficiente e sustentável dos recursos;
- Acrescentar valor na economia nacional em todo o território.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A;

- Prioridade horizontal – Aumento da capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal.

Implementação da Operação
Esta Operação ainda não se encontra implementada.
5.2.1.4 OP. 3.2.1 – Investimento na Exploração Agrícola

Enquadramento
A Operação 3.2.1 – Investimento na Exploração Agrícola, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4), submedida de apoio a investimentos na exploração agrícola (4.1), destina-se a apoiar a realização de investimentos na exploração agrícola com vista a melhorar o desempenho e a viabilidade da exploração, aumentar a produção, criar valor, melhorar a qualidade dos produtos, introduzir métodos e produtos inovadores e garantir a sustentabilidade ambiental da exploração, visando nomeadamente:

- A utilização eficiente do recurso água, incluindo a adoção de tecnologias de produção;
- A gestão do recurso água, incluindo investimento em melhoramento de infraestruturas de rega tendo em vista as suas condições de segurança;
- A proteção e utilização eficiente do recurso energia, incluindo a adoção de tecnologias de produção;
- A melhoria de fertilidade e da estrutura do solo;
- A redução da volatilidade dos preços dos fatores/produtos agrícolas;

A produção e/ou utilização de energias renováveis, com exceção da bioenergia a partir de cereais e outras culturas ricas em amido, açucares e oleaginosas, desde que pelo menos 70% produção de energia seja para consumo da exploração.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Renovar e melhorar a gestão das estruturas agrárias;
- Potenciar o investimento agrícola;
- Potenciar a inovação nos territórios rurais;
- Ultrapassar as limitações decorrentes das condições edafoclimáticas;
- Potenciar uma utilização eficiente e sustentável dos recursos;
- Acrescentar valor na economia nacional em todo o território.
**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A, P4B, P4C, P5A, P5B e P5C;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

**Implementação da Operação**

a) **Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)**

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação. Assim, no final de 2018 existiam 4.445 projetos transitados da Ação 1.1.1 – “Modernização e capacitação das empresas – componente 1” e da Ação 1.1.3 – “Instalação de jovens agricultores” do PRODER, que representam um total de 188.698 mil € de despesa pública. Este valor diminuiu face a 2017 fruto de projetos cancelados e da subexecução de projetos encerrados em 2018.

b) **Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013**

i. **Processo de decisão**

No ano de 2018 foram abertos 4 avisos de abertura de candidaturas.

O primeiro decorreu entre 26.04.2018 e 26.09.2018 com uma dotação de 5.000 mil € e destinava-se apoiar investimentos específicos nas explorações agrícolas do setor da suinicultura, tendo sido submetidas 29 candidaturas com um investimento proposto de 2.546 mil €. O segundo aviso de abertura de candidaturas decorreu entre 02.05.2018 e 07.09.2018 com uma dotação de 1.692 mil € e abrangia apenas o território abrangido pela alínea b) do ponto 2 da RCM 1/2018 que aprovou o Programa de Revitalização do Pinhal Interior. Neste aviso de abertura de candidaturas registaram-se 26 novas candidaturas submetidas com um investimento proposto de 3.350 mil €. O terceiro aviso de abertura de candidaturas decorreu entre 02.07.2018 e 30.09.2018 com uma dotação de 2.000 mil € e destinava-se a apoiar investimentos específicos em viveiros para a produção de plantas de citrinos ou outras rutáceas. Neste aviso de abertura de candidaturas registaram-se 11 novas candidaturas submetidas com um investimento proposto de 3.367 mil €. O quarto aviso de abertura de candidaturas, de caráter geral, decorreu
entre 27.07.2018 e 08.08.2018 com uma dotação de 40.000 mil € distribuída por vários setores. Até ao final de 2018 tinham sido submetidas 1.810 candidaturas com um investimento proposto de 569.070 mil €.

Em termos acumulados a dotação total colocada a concurso foi de 687.692 mil € de despesa pública e o total de candidaturas a esta Operação foi de 15.522 candidaturas, das quais 7.400 (ainda ativas no final de 2018) foram apresentadas em simultâneo com o pedido de apoio ao arranque de atividade dos JA Operação 3.1.1.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Norte é a mais representativa em número de candidaturas (38%) mas em termos de investimento proposto a região mais representativa é a do Alentejo (40% do total do investimento).

Quadro 71: Op. 3.2.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4 909</td>
<td>1 032 237</td>
<td>4 863</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3 113</td>
<td>908 468</td>
<td>3 273</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>368</td>
<td>114 296</td>
<td>366</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>3 723</td>
<td>1 452 328</td>
<td>3 625</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>527</td>
<td>145 248</td>
<td>518</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>12 840</td>
<td>3 652 575</td>
<td>12 645</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A representatividade da região do Norte deve-se muito às candidaturas dos JA que representam 70% do total das candidaturas e do investimento desta região, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 72: Op. 3.2.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e aprovadas de jovens agricultores

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3 439</td>
<td>728 094</td>
<td>3 435</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>2 016</td>
<td>541 034</td>
<td>2 015</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>176</td>
<td>49 447</td>
<td>176</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1 400</td>
<td>498 546</td>
<td>1 397</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>313</td>
<td>77 108</td>
<td>312</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>7 344</td>
<td>1 894 317</td>
<td>7 335</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Até ao final de 2018 foram analisadas 12.645 candidaturas (98% das candidaturas apresentadas) e destas foram decididas 11.178 candidaturas (das quais 3.530 candidaturas foram aprovadas sem dotação), com uma taxa de aprovação de 44%.

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que as regiões do Norte e do Alentejo representam 70% do total destes projetos e 69% do investimento aprovado.

Do total de projetos aprovados foram enviados para contratação 4.758 projetos, associados a uma despesa pública total de 523.871 mil €. Destes, 3.053 referiam-se a projetos de JA.

Quadro 73: Op. 3.2.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 844</td>
<td>412 993</td>
<td>292 734</td>
<td>156 518</td>
<td>132 993</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1 189</td>
<td>350 072</td>
<td>257 915</td>
<td>133 369</td>
<td>113 312</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>136</td>
<td>52 736</td>
<td>37 645</td>
<td>16 763</td>
<td>10 519</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1 626</td>
<td>613 475</td>
<td>472 207</td>
<td>229 246</td>
<td>194 804</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>164</td>
<td>47 911</td>
<td>32 772</td>
<td>14 953</td>
<td>10 021</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>4 959</td>
<td>1 477 187</td>
<td>1 093 273</td>
<td>550 848</td>
<td>461 648</td>
</tr>
</tbody>
</table>

ii. Caracterização do investimento

O setor de atividade predominante é, no final de 2018, o da “fruticultura” com 39% dos projetos aprovados seguido do setor da “horticultura” com 13% e a “bovinicultura” com 13%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Em termos de investimento alavancado, o setor da “fruticultura” lidera com 528 milhões € (34% do investimento total proposto), seguido do setor da “olivicultura” com cerca de 206 milhões € (15% do investimento total proposto).
O peso do setor da “fruticultura” deve-se na sua esmagadora maioria (74% dos projetos e 70% do investimento proposto) aos JA, conforme quadro que se segue.

Quadro 75: Op. 3.2.1 – Distribuição dos projetos aprovados por setor de jovens agricultores

<table>
<thead>
<tr>
<th>Setor</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Apicultura</td>
<td>160</td>
<td>22 120</td>
<td>14 000</td>
<td>7 920</td>
<td>6 543</td>
</tr>
<tr>
<td>Bovinicultura</td>
<td>277</td>
<td>74 345</td>
<td>54 183</td>
<td>30 016</td>
<td>25 276</td>
</tr>
<tr>
<td>Caprinicultura e Ovinicultura</td>
<td>107</td>
<td>24 242</td>
<td>16 543</td>
<td>9 263</td>
<td>7 822</td>
</tr>
<tr>
<td>Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas</td>
<td>75</td>
<td>24 094</td>
<td>10 065</td>
<td>10 928</td>
<td>9 216</td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura</td>
<td>1 415</td>
<td>368 938</td>
<td>255 263</td>
<td>144 592</td>
<td>120 774</td>
</tr>
<tr>
<td>Horticultura</td>
<td>534</td>
<td>117 438</td>
<td>84 924</td>
<td>48 475</td>
<td>40 393</td>
</tr>
<tr>
<td>Olivicultura</td>
<td>173</td>
<td>56 752</td>
<td>79 477</td>
<td>44 443</td>
<td>37 745</td>
</tr>
<tr>
<td>Outra Produção Animal</td>
<td>145</td>
<td>56 086</td>
<td>51 971</td>
<td>26 944</td>
<td>24 339</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas permanentes</td>
<td>52</td>
<td>9 850</td>
<td>7 326</td>
<td>4 267</td>
<td>3 599</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas temporárias</td>
<td>44</td>
<td>13 741</td>
<td>9 216</td>
<td>4 925</td>
<td>4 044</td>
</tr>
<tr>
<td>Suinicultura</td>
<td>42</td>
<td>17 383</td>
<td>12 130</td>
<td>6 839</td>
<td>5 813</td>
</tr>
<tr>
<td>Viticultura</td>
<td>84</td>
<td>17 113</td>
<td>9 831</td>
<td>5 435</td>
<td>4 604</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>3 108</td>
<td>854 104</td>
<td>613 927</td>
<td>346 126</td>
<td>290 169</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto à distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento, verifica-se que o investimento nas explorações agrícolas, em geral, se concentra no escalão entre os 100 mil € e os 200 mil €, com 38,2% dos projetos aprovados, o que, em termos de investimento proposto, corresponde a cerca de 19% do investimento total.

Os investimentos de maior dimensão, envolvendo mais de 1 milhão €, representam apenas 4% do total de projetos aprovados, correspondendo a
cerca de 25% do investimento proposto. As classes de investimento abaixo dos 100 mil € (19% do total de PA) correspondem a cerca de 5% do investimento total proposto.

A dimensão média do investimento total por projeto voltou a aumentar ligeiramente, passando de cerca de 289 mil € em 2017, para 298 mil € no final de 2018.

Quadro 76: Op. 3.2.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

Os investimentos dos JA, tal como já verificado nesta Operação, concentram-se no escalão de investimento entre os 100 mil € e os 200 mil € e a dimensão média do investimento total por projeto voltou a subir face a 2017, sendo agora de cerca de 275 mil € (em 2017 era de cerca de 263 mil €).
Quadro 77: Op. 3.2.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento de jovens agricultores

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe de investimento proposto</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 50 mil euros</td>
<td>4</td>
<td>167</td>
<td>145</td>
<td>72</td>
<td>61</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 50 mil e &lt; 100 mil euros</td>
<td>397</td>
<td>33 522</td>
<td>24 709</td>
<td>13 695</td>
<td>11 478</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 100 mil e &lt; 200 mil euros</td>
<td>1 416</td>
<td>205 651</td>
<td>143 165</td>
<td>81 357</td>
<td>68 353</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 200 mil e &lt; 500 mil euros</td>
<td>946</td>
<td>280 477</td>
<td>195 731</td>
<td>111 061</td>
<td>93 147</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 500 mil e &lt; 1000 mil euros</td>
<td>247</td>
<td>165 567</td>
<td>122 859</td>
<td>67 196</td>
<td>56 017</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 1000 mil euros</td>
<td>98</td>
<td>168 721</td>
<td>127 318</td>
<td>72 745</td>
<td>61 114</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>3 108</td>
<td>854 104</td>
<td>613 927</td>
<td>346 126</td>
<td>290 169</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A composição da SAU das explorações agrícolas, apresentada no quadro seguinte, evidencia o peso da atividade da “bovinicultura” com 42% seguida da atividade “cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas” com 16% e da “olivicultura” com 12% do total da SAU. Por outro lado o setor com maior investimento por unidade de área é o da “outra produção animal”, composto essencialmente por produção intensiva, aonde se encontra inserido por exemplo a “avicultura”, a “helicicultura” e “cunicultura”.

Quadro 78: Op. 3.2.1 – Composição da SAU das explorações apoiadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Setor</th>
<th>Investimento médio por ha (mil €)</th>
<th>ha</th>
<th>% do total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Apicultura</td>
<td>20</td>
<td>1 152</td>
<td>0%</td>
</tr>
<tr>
<td>Bovinicultura</td>
<td>1</td>
<td>132 538</td>
<td>42%</td>
</tr>
<tr>
<td>Caprinicultura e Ovinicultura</td>
<td>2</td>
<td>19 037</td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas</td>
<td>2</td>
<td>50 577</td>
<td>16%</td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura</td>
<td>17</td>
<td>30 226</td>
<td>10%</td>
</tr>
<tr>
<td>Horticultura</td>
<td>12</td>
<td>14 882</td>
<td>5%</td>
</tr>
<tr>
<td>Olivicultura</td>
<td>5</td>
<td>38 776</td>
<td>12%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outra Produção Animal</td>
<td>108</td>
<td>941</td>
<td>0%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas permanentes</td>
<td>7</td>
<td>1 522</td>
<td>0%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas temporárias</td>
<td>4</td>
<td>6 217</td>
<td>2%</td>
</tr>
<tr>
<td>Suinicultura</td>
<td>31</td>
<td>1 916</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Viticultura</td>
<td>0</td>
<td>14 909</td>
<td>5%</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>5</td>
<td>312 692</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A SAU das explorações agrícolas de JA apoiadas representa 24% do total apoiado no investimento das explorações agrícolas e evidencia, para além do peso da atividade da “bovinicultura” com 33% do total da SAU, o peso da
atividade da “fruticultura” e da “olivicultura” que representam 19% e 13% do total, respectivamente.

Quadro 79: Op. 3.2.1 – Composição da SAU das explorações apoiadas de jovens agricultores

<table>
<thead>
<tr>
<th>Setor</th>
<th>Investimento médio por ha (mil €)</th>
<th>SAU ha</th>
<th>% do total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Apicultura</td>
<td>19</td>
<td>1 139</td>
<td>1,5%</td>
</tr>
<tr>
<td>Bovinicultura</td>
<td>3</td>
<td>25 820</td>
<td>34%</td>
</tr>
<tr>
<td>Caprinicultura e Ovinicultura</td>
<td>3</td>
<td>8 048</td>
<td>11%</td>
</tr>
<tr>
<td>Cerealicultura, oleaginosas, proteaginosas e leguminosas</td>
<td>3</td>
<td>7 001</td>
<td>9%</td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura</td>
<td>26</td>
<td>14 076</td>
<td>19%</td>
</tr>
<tr>
<td>Horticultura</td>
<td>29</td>
<td>4 017</td>
<td>5%</td>
</tr>
<tr>
<td>Olivicultura</td>
<td>10</td>
<td>9 638</td>
<td>13%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outra Produção Animal</td>
<td>141</td>
<td>484</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas permanentes</td>
<td>11</td>
<td>502</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas temporárias</td>
<td>7</td>
<td>1 901</td>
<td>3%</td>
</tr>
<tr>
<td>Suinicultura</td>
<td>26</td>
<td>648</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Viticultura</td>
<td>0</td>
<td>1 737</td>
<td>2%</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>11</td>
<td>75 412</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 3.2.1 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural. Dos projetos aprovados no atual período de programação, cerca de 75% contribuem para o P2A – “Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas”.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção considerado como o mais relevante a execução dos compromissos assumidos na Ação 1.1.1 – “Modernização e capacitação das empresas – componente 1” e na Ação 1.1.3 – “Instalação de jovens agricultores” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio de intervenção ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 188.698 mil € de despesa pública foi o P2A.
Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada aos domínios de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se que em todas as regiões o domínio P2A absorveu em média 75% da despesa pública aprovada até 31.12.2018. As regiões do Norte e do Alentejo são as que apresentam maiores montantes de despesa pública aprovada no domínio de intervenção P2A, num total que ascende a 360.937 mil €.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso24:

- P2A – 90%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P4 – 100%
- P5A – 68%
- P5B – 81%
- P5C – 104%

24 Índice entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 365.478 mil € de despesa pública e 317.726 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 46% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 67% da despesa pública paga concentrou-se nas regiões Centro e Alentejo, embora em termos de projetos com pagamentos o maior peso encontra-se no Norte e Centro (com 67% do total). Em termos relativos é a região de Lisboa que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (84%), seguida da região Centro com 80% dos projetos contratados já com pagamentos. De realçar que 58% dos projetos com pagamentos referem-se a projetos transitados do PRODER.
Do universo de projetos contratados 76% encontra-se com a execução iniciada e 51% encontra-se já encerrado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Dos 9.203 projetos contratados até ao final de 2018 e transitados do quadro comunitário anterior 4.712 projetos encontram-se encerrados, com uma libertação de compromissos de 62.737 mil euros de despesa pública o que representa uma taxa de subexecução de 24%. Esta taxa elevada é fruto do facto da maioria dos projetos (87%) que se encontram encerrados serem projetos transitados do PRODER.
Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram espelhados nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização releva-se o da despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (7.005 no final de 2018), num total de 364.381 mil € de despesa pública.

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa, associado ao domínio P2A, que pretende aferir o universo de explorações agrícolas que beneficiam de apoio à reestruturação e modernização. A meta definida para este indicador global é de 1%.

O contributo da Operação 3.2.1 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 1% (meta indicativa). Desta forma, as 7.005 explorações agrícolas com o projeto iniciado até 31.12.2018 permitem registar um progresso de 242%, face à meta indicativa definida.

**Quadro 84: Op. 3.2.1 – Indicadores comuns de realização e resultado**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (Inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (Inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (Inclui transitados)</th>
<th>% Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3.620</td>
<td>185.835</td>
<td>1.798</td>
<td>53.575</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>2.948</td>
<td>185.745</td>
<td>1.436</td>
<td>53.745</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>271</td>
<td>15.378</td>
<td>148</td>
<td>4.743</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>2.342</td>
<td>226.053</td>
<td>226.161</td>
<td>66.829</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>422</td>
<td>24.318</td>
<td>17.350</td>
<td>7.452</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>9.203</td>
<td>712.570</td>
<td>608.381</td>
<td>181.591</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundos dos Transitados apurados com base no peso médio de cofinanciamento da Operação.

**Indicadores de resultado**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% Explorações agrícolas com apoio à reestruturação e modernização</td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta indicativa</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa</td>
<td>242%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Quadro 83: Op. 3.2.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados**
5.2.1.5 OP. 3.2.2 – Pequeno Investimento na Exploração Agrícola

**Enquadramento**
A Operação 3.2.2 – Pequeno Investimento na Exploração Agrícola, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4), submedida de apoio a investimentos na exploração agrícola (4.1), destina-se a melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção, com reflexo no desempenho das explorações agrícolas, através do apoio à realização de investimentos materiais de pequena dimensão, de natureza pontual e não inseridos em planos de investimento. Tendo em conta a natureza destes investimentos considera-se haver vantagens na operacionalização deste regime de apoio ao nível do território do Continente preferencialmente através da abordagem LEADER nos territórios cobertos por EDL e GAL.

**Objetivos**
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores;
- Contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do sector agrícola;
- Promover o desenvolvimento e sustentabilidade das produções locais.

**Prioridades**
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A;
- Prioridade horizontal – Inovação.

**Implementação da Operação**

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação. Assim, no final de 2018 existem 748 projetos transitados da Ação 1.1.2 – "Investimentos de pequena dimensão" do PRODER, que representam um total de 4.121 mil € de despesa pública. Este valor foi
revisto em baixa, face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER e de projetos encerrados com subexecução.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Nesta Operação foram abertos 6 avisos de abertura de candidaturas, dos quais 1 em 2018, num total de 5.097 candidaturas, considerando a desistência/rescisão de 121 candidaturas anuladas por caducidade da decisão de aprovação.

A dotação total colocada a concurso foi de 40.360 mil € de despesa pública.

Quadro 85: Op. 3.2.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2 140</td>
<td>46 443</td>
<td>2 138</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1 306</td>
<td>27 238</td>
<td>1 306</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>74</td>
<td>1 749</td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1 469</td>
<td>29 705</td>
<td>1 467</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>108</td>
<td>2 552</td>
<td>108</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>5 097</td>
<td>107 688</td>
<td>5 093</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até ao final de 2018 encontravam-se analisadas 5.093 candidaturas (99,9% das candidaturas apresentadas), das quais 674 foram analisadas em 2018. Do total de candidaturas analisadas foram decididas 5.088 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 79%.

Analisando a distribuição regional do investimento aprovado, verifica-se que se mantêm como mais representativas as regiões do Norte e do Alentejo com 72% do total dos projetos, do investimento e 73% da despesa pública apoiada. Tal como já referido anteriormente a posição de relevo da região do Alentejo justifica-se pela abertura de períodos de candidatura específicos para colmar os efeitos da seca extrema e severa em particular no abeberamento dos animais.
Do total de projetos aprovados encontram-se contratados 4.103 projetos associados a uma despesa pública total de 31.539 mil €. O motivo pela qual, a 31.12.2018, se encontravam mais projetos contratados do que aprovados deve-se ao facto de existirem desistências/rescisões de projetos com pagamentos cujo contrato será rescindido após a recuperação dessas verbas.

ii. Caracterização do investimento

O setor de atividade predominante continua a ser o da “Bovinicultura” com 32% dos projetos aprovados seguido da “Viticultura” com 18% do total de projetos aprovados, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Em termos de investimento alavancado o comportamento é semelhante: o setor da “Bovinicultura” lidera com cerca de 26,6 milhões € (32% do investimento total), logo seguido pelo setor da “Viticultura” com 14,8 milhões € (18% do investimento total) e da “fruticultura” com 15,3 milhões € de investimento total, conforme quadro que se apresenta em seguida.
Quanto à distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que no escalão inferior a 15 mil € e no intervalo entre os 25 mil € e os 30 mil € se concentram 62% dos projetos aprovados, o que, em termos de investimento proposto, corresponde a cerca de 70% do investimento total.

Quadro 88: Op. 3.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

A tipologia de rubrica de investimento “Máquinas e Equipamentos” continua a ser a mais representativa, com 66% do total do investimento proposto, seguida da tipologia “Edifícios e outras construções” com 24% do total do investimento proposto.

Quadro 89: Op. 3.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipo de rubrica de investimento

Relativamente à tipologia de beneficiários, os produtores individuais continuam a ser os mais representativos desta Operação com 72% do total dos beneficiários e 68% do investimento elegível.
Quadro 90: Op. 3.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Mil euros</td>
</tr>
<tr>
<td>Produtor Individual</td>
<td>2 899</td>
<td>57 517</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedades</td>
<td>976</td>
<td>23 155</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>164</td>
<td>3 380</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>4 039</td>
<td><strong>84 051</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A SAU das explorações agrícolas apoiadas nesta Operação evidencia o peso da atividade da “bovinicultura” com 74% do total da SAU. A segunda atividade mais representativa em termos de SAU é a “caprinicultura e ovinocultura” com 12%.

Quadro 91: Op. 3.2.2 – Composição da SAU das explorações apoiadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Setor</th>
<th>SAU</th>
<th>% do total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Apicultura</td>
<td>160</td>
<td>0,1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Bovinicultura</td>
<td>157 787</td>
<td>74%</td>
</tr>
<tr>
<td>Caprinicultura e Ovinicultura</td>
<td>26 767</td>
<td>12%</td>
</tr>
<tr>
<td>Cerealicultura, oleaginasas, proteaginosas e leguminosas</td>
<td>6 496</td>
<td>3%</td>
</tr>
<tr>
<td>Fruticultura</td>
<td>3 856</td>
<td>2%</td>
</tr>
<tr>
<td>Horticultura</td>
<td>1 055</td>
<td>0,5%</td>
</tr>
<tr>
<td>Olivicultura</td>
<td>4 329</td>
<td>2%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outra Produção Animal</td>
<td>1 853</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas permanentes</td>
<td>661</td>
<td>0%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas temporárias</td>
<td>3 313</td>
<td>1,5%</td>
</tr>
<tr>
<td>Suinicultura</td>
<td>1 864</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Viticultura</td>
<td>6 499</td>
<td>3%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>214 638</strong></td>
<td><strong>100%</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 3.2.2 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P2A - “Melhoria do desempenho econômico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas”, quando executada nos territórios não abrangidos por
EDL. A operacionalização deste regime de apoio no âmbito da abordagem LEADER contribuirá, igualmente, para o domínio de intervenção P6B - “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, existem compromissos no domínio de intervenção P2A referentes aos valores aprovados na Ação 1.1.2 – “Investimentos de pequena dimensão” do anterior período de programação, cujo montante ascende a 4.121 mil € de despesa pública.


**Quadro 92: Op. 3.2.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>748</td>
<td>4.121</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>748</td>
<td>4.121</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P2A, verifica-se que os projetos transitados e aprovados nas regiões Norte e Alentejo concentram cerca de 73% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso de 85% (considerando neste apuramento o montante de compromissos transitados). A redução da taxa de compromisso deve-se ao facto da dotação desta Operação ter sido reforçada aquando da alteração do Programa aprovada pela Decisão C(2018) 3653 de 01.06.2018.

---

25 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) **Execução financeira**

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de 23.195 mil € de despesa pública e 19.910 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 58% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 70% da despesa pública paga concentrou-se nas regiões Norte (41%) e Alentejo (29%), logo seguidas pelo Centro com 26%. Relativamente ao número de projetos a distribuição regional é semelhante, 71% dos projetos concentraram-se nas regiões Norte e Alentejo, seguidos pela região Centro com 25%. Regista-se um equilíbrio entre todas as regiões, no que se refere ao peso dos projetos contratados com pagamentos, variando este entre 78% no Alentejo e 98% no Algarve.
Quadro 93: Op. 3.2.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incl. transitados)</th>
<th>Total Pago (incl. transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 565</td>
<td>12 325</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>981</td>
<td>7 288</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>66</td>
<td>400</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1 400</td>
<td>10 899</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>91</td>
<td>691</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>4 103</td>
<td>31 613</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de financiamento da Operação.

Do universo de projetos contratados 70% encontram-se encerrados, assumindo estes um maior peso na região Norte.

Quadro 94: Op. 3.2.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incl. transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (incl. transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (incl. transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 565</td>
<td>12 325</td>
<td>10 485</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>981</td>
<td>7 288</td>
<td>6 195</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>66</td>
<td>400</td>
<td>212</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1 400</td>
<td>10 899</td>
<td>9 254</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>91</td>
<td>691</td>
<td>436</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>4 103</td>
<td>31 613</td>
<td>26 581</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de financiamento da Operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 já apenas era constituído por 25% de projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 7%, assumindo esta o valor maior (12%) na região do Algarve.

Quadro 95: Op. 3.2.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incl. transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (incl. transitados)</th>
<th>Valor Libertado (incl. transitados)</th>
<th>Taxa Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 565</td>
<td>12 325</td>
<td>10 485</td>
<td>1 125</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>981</td>
<td>7 288</td>
<td>6 195</td>
<td>792</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>66</td>
<td>400</td>
<td>212</td>
<td>47</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1 400</td>
<td>10 899</td>
<td>9 254</td>
<td>818</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>91</td>
<td>691</td>
<td>436</td>
<td>70</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>4 103</td>
<td>31 613</td>
<td>26 581</td>
<td>2 852</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de financiamento da Operação.
Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (3.536 no final de 2018), num total de 23.164 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 56% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A.

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa, associado ao domínio P2A, que pretende aferir o universo de explorações agrícolas que beneficiam de apoio à reestruturação e modernização. A meta definida para este indicador global é de 2%.

O contributo da Operação 3.2.2 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 1,5% (meta indicativa da Operação 3.2.2). Desta forma, as 3.536 explorações agrícolas apoiadas com projetos com execução iniciada a 31.12.2018 permitem registar um progresso de 83%, face à meta indicativa definida.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>23 164</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>3 536</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>3 450</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total</td>
<td>42 754</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% Explorações agrícolas com apoio à reestruturação e modernização - (1)</td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta indicativa - (2)</td>
<td>1,5%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa - (1)/(2)</td>
<td>83%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 96: Op. 3.2.2 – Indicadores comuns de realização e resultado
5.2.1.6 OP. 3.2.3 – Investimento na Exploração Agrícola apoiado por um instrumento financeiro

Enquadramento
A Operação 3.2.3 – Investimento na Exploração Agrícola apoiado por um instrumento financeiro, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4), submedida de apoio a investimentos na exploração agrícola (4.1), destina-se a apoiar a realização de investimentos na exploração agrícola com vista a melhorar o desempenho e a viabilidade da exploração, aumentar a produção, criar valor, melhorar a qualidade dos produtos, introduzir métodos e produtos inovadores e garantir a sustentabilidade ambiental da exploração através de um instrumento financeiro de garantia de carteira.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Renovar e melhorar a gestão das estruturas agrárias;
- Potenciar o investimento agrícola;
- Potenciar a inovação nos territórios rurais;
- Ultrapassar as limitações decorrentes das condições edafoclimáticas;
- Potenciar uma utilização eficiente e sustentável dos recursos;
- Acrescentar valor na economia nacional em todo o território.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A;
- Prioridade horizontal – Inovação.

Implementação da Operação
Esta Operação ainda não se encontra operacionalizada.
5.2.1.7 OP. 3.3.1 – Investimento, Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

Enquadramento
A Operação 3.3.1 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4), submedida de apoio a investimentos na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas (4.2), visa contribuir para o adensamento do tecido agroindustrial, por via do reforço das cadeias de valor que resultam da interação coordenada entre a produção agrícola, a transformação de produtos agrícolas e o retalho alimentar. Pretende-se, assim, reforçar a dinâmica de investimento do período anterior, expandindo e renovando a estrutura produtiva agroindustrial, através do apoio a iniciativas empresariais orientadas para a criação de valor, tendo como referência a inovação, a qualidade e segurança alimentar, a produção de bens transacionáveis e a internacionalização do sector, potenciando por essa via, o reforço da competitividade dos sistemas de produção agrícola a montante.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

➢ Melhorar o desempenho competitivo das unidades industriais, através do aumento da produção, da criação de valor baseada no conhecimento, em processos e produtos inovadores, na melhoria da qualidade dos produtos, numa gestão eficiente dos recursos, e no uso de energias.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

➢ P2A, P3A, P5B e P5C;
➢ Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação. Assim, no final de 2018 existiam 302 projetos transitados da...
Ação 1.1.1 – “Modernização e capacitação das empresas – componente 2” do PRODER, que representam um total de 63.046 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto em baixa face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER e da subexecução dos projetos encerrados.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão


A dotação total colocada a concurso subiu para 157.000 mil € de despesa pública. O total de candidaturas apresentadas a esta Operação foi de 839 candidaturas, tendo-se registado 89 desistências/rescisões em 2018.

Tal como já referido no relatório anterior, a distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região Norte é a mais representativa quer em número de candidaturas (37%), quer em termos de investimento com 31% do investimento total proposto.

Quadro 97: Op. 3.3.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>315</td>
<td>330 623</td>
<td>273</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>261</td>
<td>323 447</td>
<td>230</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>31</td>
<td>59 094</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>215</td>
<td>331 465</td>
<td>183</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>17</td>
<td>12 781</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>839</td>
<td>1 037 410</td>
<td>729</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No ano de 2018 foram analisadas 249 candidaturas (34% do total das candidaturas analisadas). Em termos acumulados encontravam-se analisadas a 31.12.2018, 729 candidaturas (87% das candidaturas apresentadas) e destas foram decididas 666 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 71%, tendo sido decididas 148 candidaturas sem dotação.
Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que as regiões Norte e Centro representam 68% do total destes projetos logo seguidas da região Alentejo com 28%. Em termos de investimento a distribuição regional altera-se ligeiramente, concentrando-se cerca de 65% nas regiões Centro e Alentejo.

Quadro 98: Op. 3.3.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>129</td>
<td>145 967</td>
<td>106 082</td>
<td>35 306</td>
<td>30 010</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>119</td>
<td>153 212</td>
<td>125 349</td>
<td>44 909</td>
<td>38 137</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>11</td>
<td>16 970</td>
<td>13 780</td>
<td>3 681</td>
<td>2 052</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>103</td>
<td>163 440</td>
<td>124 160</td>
<td>42 192</td>
<td>35 863</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>5</td>
<td>4 054</td>
<td>3 833</td>
<td>1 341</td>
<td>952</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>367</td>
<td>483 643</td>
<td>373 203</td>
<td>127 429</td>
<td>107 014</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total de projetos aprovados foram contratados, até ao final de 2018, 372 projetos associados a uma despesa pública total de 129.774 mil €.

ii. Caracterização do investimento

O setor de atividade predominante é o do “vinho” com 40% dos projetos aprovados seguido das “frutas e produtos hortícolas” com 13%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Em termos de investimento proposto também é o setor do “vinho” que lidera com 165 milhões € (34% do investimento total proposto), logo seguido pelo setor das “frutas e produtos hortícolas” e do setor do “azeite” com 120 milhões € e 53 milhões € respectivamente.

---

26 Existem projetos contratados que têm pedidos de alteração aprovados e ainda não refletidos nos termos de aceitação.
Analisando o investimento proposto pelas grandes rubricas regista-se que os investimentos imateriais representam, em termos globais, 9%, sendo este peso maior no Alentejo e no Norte aonde representa cerca de 3% do total do investimento proposto.

Quanto à distribuição dos projetos aprovados, por escalão de investimento, verifica-se que 59% dos projetos apoiados se encontra nos escalões de investimento ≥ 500 mil € e <2.000 mil €), o que corresponde a cerca de 47% do total de investimento proposto aprovado.
A tipologia de beneficiário mais representativa continua a ser a das sociedades que representa 79% do total do investimento apoiado.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 3.3.1 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural. Dos projetos aprovados no atual período de programação, cerca de 75% contribuem para a P2A – “Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas”.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio considerado como a mais relevante a execução dos compromissos assumidos na Ação 1.1.1 – “Modernização e capacitação das empresas – componente 2” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio de intervenção ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 63.046 mil € de despesa pública foi o P2A. Este valor alterou-se face a 2017 fruto de projetos cancelados, reanalisados e da subexecução de projetos encerrados em 2018.
Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada aos domínios de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se que em todas as regiões, o domínio P2A absorveu entre 72% e 94% da despesa pública aprovada até 31.12.2018 (incluindo os compromissos transitados). As regiões do Centro, Alentejo e Norte são as que apresentam maiores montantes de despesa pública aprovada alocada a este domínio de intervenção, num total que ascende a 151.280 mil €.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso27:

- P2A – 86%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P3A – 101%
- P5B – 77%
- P5C – 83%

O domínio de intervenção P3A apresenta uma taxa de compromisso que ultrapassa os 100%, sendo que 84% do total de compromissos assumidos neste domínio resulta de projetos aprovados nas regiões do Centro e do Alentejo.

---

27 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 102.768 mil € de despesa pública e 89.770 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 49% face ao programado.

Cerca de 96% desta execução concentrou-se nas regiões Norte (28%), Centro (38%) e Alentejo (30%), mas em termos de número a região Norte continua a liderar com cerca de 35% de projetos pagos. Regista-se um equilíbrio entre todas as regiões, no que se refere ao peso dos projetos contratados com pagamentos, variando este entre 62% na região do Alentejo e 88% na região do Algarve.

Quadro 104: Op. 3.3.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº de Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago ** (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>231</td>
<td>52 269</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>220</td>
<td>66 102</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>33</td>
<td>8 772</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>173</td>
<td>63 481</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>17</td>
<td>2 196</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>674</td>
<td>192 820</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.
** No ano de 2018 registou-se nesta Operação um acerto da conta anual.
Do universo de projetos contratados, 46% encontram-se encerrados, assumindo estes um peso semelhante em todas as regiões com exceção do Algarve onde 88% dos projetos se encontram encerrados.

**Quadro 105: Op. 3.3.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados**

O universo de projetos encerrados continua a ser majoritariamente, cerca de 87%, constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005. A taxa de subexecução desta Operação é de 19%, assumindo esta o valor maior (39%) na região do Algarve.

**Quadro 106: Op. 3.3.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados**

**e) Indicadores de acompanhamento do Programa**

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos...
com execução iniciada (455 no final de 2018), num total de 101.741 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 49% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A, 45% para o domínio de intervenção P3A, 15% para o domínio de intervenção P5B e 30% para o domínio de intervenção P5C.

Quadro 107: Op. 3.3.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>151 280</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>87 224</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>413</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>409</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento Elegível (mil euros)</td>
<td>149 378</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2.1.8 OP. 3.3.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

Enquadramento

A Operação 3.3.2 – Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4.0), submedida de apoio a investimentos na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas (4.2), visa apoiar iniciativas empresariais orientadas para a criação de valor, tendo como referência a inovação, a qualidade e segurança alimentar, a eficiência dos recursos, através de pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos de qualidade, promovendo, desta forma, o aumento do valor acrescentado das atividades agrícolas a nível local. Tendo em conta a natureza destes investimentos, considera-se haver vantagens na operacionalização deste regime de apoio ao nível do território do Continente, preferencialmente através da abordagem LEADER nos territórios cobertos por EDL e GAL.

Objetivos

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

➢ Aumento do valor acrescentado das atividades agrícolas a nível local através da valorização dos produtos locais de qualidade.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

➢ P2A;

➢ Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Para esta Operação não transitaram projetos aprovados ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro.
b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Em 2018 não foram abertos avisos de abertura de candidaturas. Os 2 avisos de abertura de candidaturas abertos em 2015 representaram uma dotação total colocada a concurso de 17.500 mil € de despesa pública.

O total de candidaturas a esta Operação é de 186 candidaturas, uma vez que se registou 1 desistência no ano de 2018, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 108: Op. 3.3.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

Estas candidaturas encontravam-se já analisadas e decididas no final de 2016. A taxa de aprovação nesta Operação foi de 58%.

Tal como já referido em relatórios anteriores a distribuição regional dos projetos aprovados mostra que na região Norte se encontram 39% do total destes projetos logo seguida das regiões Centro e Alentejo com 29% e 28%, respetivamente. Em termos de investimento proposto a distribuição regional é idêntica, concentrando-se cerca de 35% na região Norte, logo seguida pelo Alentejo e Centro, com 33% e 30%, respetivamente.
Quadro 109: Op. 3.3.2 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td></td>
<td>42</td>
<td>6 118</td>
<td>5 309</td>
<td>2 389</td>
<td>2 031</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td>31</td>
<td>5 211</td>
<td>4 372</td>
<td>1 968</td>
<td>1 672</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>269</td>
<td>233</td>
<td>82</td>
<td>43</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td>30</td>
<td>5 681</td>
<td>4 312</td>
<td>1 940</td>
<td>1 649</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>180</td>
<td>148</td>
<td>59</td>
<td>37</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>107</td>
<td>17 460</td>
<td>14 374</td>
<td>6 437</td>
<td>5 432</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Todas as candidaturas aprovadas no âmbito desta Operação encontravam-se contratadas no final de 2018.

ii. Caracterização do investimento

Quanto aos setores de atividade, o “Vinho” destaca-se largamente representando 54% dos projetos aprovados, seguido pelo setor do “Azeite” com 14%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Em termos de investimento alavancado também é o setor do “Vinho” que lidera com cerca de 9,3 milhões € (53% do investimento total), logo seguido pelo setor das “Frutas e produtos hortícolas” e do “Azeite” com 2,7 milhões € e 2,2 milhões € (15% e 14% do investimento total) respectivamente.

Quadro 110: Op. 3.3.2 – Distribuição dos projetos aprovados por setor

<table>
<thead>
<tr>
<th>Setor</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Azeite</td>
<td>15</td>
<td>2 226</td>
<td>1 944</td>
<td>867</td>
<td>724</td>
</tr>
<tr>
<td>Carne de aves de capoeira</td>
<td>2</td>
<td>503</td>
<td>314</td>
<td>141</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>Carne de bovino</td>
<td>1</td>
<td>56</td>
<td>56</td>
<td>25</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td>Carne de suíno</td>
<td>4</td>
<td>769</td>
<td>705</td>
<td>317</td>
<td>270</td>
</tr>
<tr>
<td>Cereais</td>
<td>2</td>
<td>269</td>
<td>238</td>
<td>107</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td>Frutas e produtos hortícolas</td>
<td>16</td>
<td>2 724</td>
<td>2 259</td>
<td>1 001</td>
<td>833</td>
</tr>
<tr>
<td>Leite e produtos lácteos</td>
<td>8</td>
<td>1 561</td>
<td>1 245</td>
<td>560</td>
<td>476</td>
</tr>
<tr>
<td>Mel</td>
<td>1</td>
<td>54</td>
<td>31</td>
<td>14</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Vinho</td>
<td>58</td>
<td>9 297</td>
<td>7 581</td>
<td>3 404</td>
<td>2 885</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>107</td>
<td>17 460</td>
<td>14 374</td>
<td>6 437</td>
<td>5 432</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Quanto à distribuição dos projetos aprovados, por escalão de investimento, verifica-se que 91% do investimento total se encontra no escalão entre os 100 mil € e os 250 mil €, estando associado este investimento a cerca de 67% do total de projetos aprovados.

Quadro 111: Op. 3.3.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 25 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>20</td>
<td>18</td>
<td>8</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 25 mil e &lt; 100 mil euros</td>
<td>26</td>
<td>1 716</td>
<td>1 503</td>
<td>661</td>
<td>540</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 100 mil e &lt; 250 mil euros</td>
<td>72</td>
<td>13 132</td>
<td>11 384</td>
<td>5 107</td>
<td>4 323</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 250 mil e &lt; 500 mil euros</td>
<td>8</td>
<td>2 592</td>
<td>1 469</td>
<td>661</td>
<td>562</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 500 mil euros</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>107</td>
<td>17 460</td>
<td>14 374</td>
<td>6 437</td>
<td>5 432</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Analisando o investimento dos projetos aprovados por grandes rubricas, investimentos “Materiais” e “Imateriais”, verifica-se que os investimentos “Imateriais” representam, nesta Operação, um peso superior ao registado na Operação 3.3.1 (13 % vs.9%).

Quadro 112: Op. 3.3.2 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Região (%)</th>
<th>Continente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Imateriais</td>
<td>3,7%</td>
<td>3,1%</td>
<td>0,1%</td>
<td>5,8%</td>
<td>0,1%</td>
<td>35%</td>
<td>13%</td>
</tr>
<tr>
<td>Materiais</td>
<td>31,4%</td>
<td>26,8%</td>
<td>1,5%</td>
<td>26,7%</td>
<td>1,0%</td>
<td>30%</td>
<td>87%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>35%</td>
<td>30%</td>
<td>2%</td>
<td>33%</td>
<td>1%</td>
<td>100%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>6 118</td>
<td>5 211</td>
<td>269</td>
<td>5 681</td>
<td>180</td>
<td>17 460</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 3.3.2 contribui apenas para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P2A - “Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas”, quando executada nos territórios não abrangidos por EDL e GAL. A operacionalização deste regime de apoio no âmbito da
abordagem LEADER contribuirá, igualmente, para o domínio de intervenção P6B - “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

Quadro 113: Op. 3.3.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio (1)</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>107</td>
<td>17 460</td>
<td>14 374</td>
<td>6 437</td>
<td>5 432</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>107</td>
<td>17 460</td>
<td>14 374</td>
<td>6 437</td>
<td>5 432</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção P2A, verifica-se que os projetos aprovados nas regiões Norte e Centro concentram cerca de 68% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio uma taxa de compromisso28 de 51%.

Figura 17: Op. 3.3.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

28 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 4.276 mil € de despesa pública e 3.619 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 34% face ao programado.

Cerca de 72% desta execução concentrou-se nas regiões do Norte (37%) e do Centro (35%), o mesmo se passando em termos de número de projetos apoiados. Regista-se um equilíbrio entre todas as regiões, no que se refere ao peso dos projetos contratados com pagamentos, apresentando o Continente uma taxa de 83%.

Quadro 114: Op. 3.3.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>43</td>
<td>2 455</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>31</td>
<td>1 968</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>82</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>31</td>
<td>2 028</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>59</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>109</td>
<td>6 590</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do universo de projetos contratados 81% encontram-se com execução iniciada e 41% encerrados, assumindo estes um peso maior na região Centro.

Quadro 115: Op. 3.3.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada</th>
<th>Projetos Encerrados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>43</td>
<td>2 455</td>
<td>2 087</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>31</td>
<td>1 968</td>
<td>1 672</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>82</td>
<td>43</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>31</td>
<td>2 028</td>
<td>1 723</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>59</td>
<td>37</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>109</td>
<td>6 590</td>
<td>5 563</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A taxa de subexecução desta Operação é de apenas 3%, assumindo esta o valor maior (4%) na região do Centro.

Quadro 116: Op. 3.3.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Projetos Encerrados</th>
<th>Valor Libertado</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(1)</td>
<td>(2)</td>
<td>(3)</td>
<td>(4)</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>43</td>
<td>2 455</td>
<td>2 087</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Centro</td>
<td>31</td>
<td>1 968</td>
<td>1 672</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>82</td>
<td>43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alentejo</td>
<td>31</td>
<td>2 028</td>
<td>1 723</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>59</td>
<td>37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>109</td>
<td>6 590</td>
<td>5 563</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciado (88 no final de 2018), num total de 4.180 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 33% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A.

Quadro 117: Op. 3.3.2 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>6 437 12 824</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>50%</td>
</tr>
<tr>
<td>% Meta</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>4 180 12 824</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>33%</td>
</tr>
<tr>
<td>% Meta</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>88 88</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>100%</td>
</tr>
<tr>
<td>% Meta</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>87 70</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>124%</td>
</tr>
<tr>
<td>% Meta</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento Elegível (mil euros)</td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>9 421 30 533</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>31%</td>
</tr>
<tr>
<td>% Meta</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2.1.9 OP. 3.3.3 – Investimento, Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas apoiado por um Instrumento Financeiro

Enquadramento

A Operação 3.3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4), submedida de apoio a investimentos na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas (4.2), visa contribuir para o adensamento do tecido agroindustrial, por via do reforço das cadeias de valor que resultam da interação coordenada entre a produção agrícola, a transformação de produtos agrícolas e o retalho alimentar. Pretende-se, assim, reforçar a dinâmica de investimento do período anterior, expandindo e renovando a estrutura produtiva agroindustrial, através do apoio a iniciativas empresariais orientadas para a criação de valor, tendo como referência a inovação, a qualidade e segurança alimentar, a produção de bens transacionáveis e a internacionalização do sector, potenciando por essa via, o reforço da competitividade dos sistemas de produção agrícola a montante.

Objetivos

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Melhorar o desempenho competitivo das unidades industriais, através do aumento da produção, da criação de valor baseada no conhecimento, em processos e produtos inovadores, na melhoria da qualidade dos produtos, numa gestão eficiente dos recursos, e no uso de energias.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A;
- Prioridade horizontal – Inovação.

Implementação da Operação

Esta Operação ainda não se encontra operacionalizada.
AÇÃO 3.4 – Infraestruturas coletivas

Esta ação é composta por três Operações: 3.4.1, 3.4.2 e 3.4.3 que contribuem para a promoção de infraestruturas coletivas de regadio, de estruturação fundiária e da melhoria de outras infraestruturas coletivas, numa ótica de sustentabilidade.

Uma parte das intervenções, a desenvolver nestas medidas, enquadram-se no âmbito dos Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), conforme descrito no ponto 10 do presente relatório.

5.2.1.10 OP. 3.4.1 – Desenvolvimento do Regadio Eficiente

Enquadramento

A Operação 3.4.1 – Desenvolvimento do regadio eficiente, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4), submedida de apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e da silvicultura (4.3), destina-se a apoiar investimentos em infraestruturas coletivas que permitam a obtenção de economias de escala e uma utilização mais eficiente de recursos, não só no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, mas também ao nível da política de desenvolvimento regional, pelos efeitos diferenciados que muitas das infraestruturas permitem, os quais extravasam claramente o âmbito estrito da atividade agrícola, nomeadamente em termos dos impactos a nível da preservação e melhoria do ambiente, das acessibilidades e ao nível das condições de vida das populações rurais.

A promoção do regadio, da estruturação fundiária e de outras infraestruturas coletivas terá igualmente impacto positivo na adaptação às alterações climáticas, no combate à desertificação e na utilização mais eficiente dos recursos.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades, através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas nas áreas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as infraestruturas associadas ao regadio;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:
- P2A e P5A;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Para esta Operação transitaram projetos, aprovados no anterior período de programação, ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro. Assim, no final de 2018 existiam 16 projetos transitados das Ações 1.6.1 – “Desenvolvimento do Regadio” e 1.6.2 – “Regadio do Alqueva” do PRODER, que envolvem um total de 58.829 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013
i. Processo de decisão
No ano de 2018 não foram abertos avisos de abertura de candidaturas. A dotação total colocada a concurso até ao final de 2018 foi de 50.000 mil € de despesa pública.
Tal como já referido no relatório anterior foram apresentadas a esta Operação 13 candidaturas com um investimento total associado de 128.376 mil €.
Até ao final de 2018 foram decididas todas as candidaturas entradas, num total de 13 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 54%.

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados, conclui-se que os sete projetos aprovados são da região do Norte, do Alentejo e do Algarve.


**ii. Caracterização do investimento**

Na análise da distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que a maioria (86%) dos investimentos aprovados situam-se até aos 20.000 mil €.
Quadro 120: Op. 3.4.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>Un. milhões</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
</tr>
<tr>
<td>&lt; 10.000 mil euros</td>
<td>3</td>
<td>7 523</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 10.000 mil e &lt; 20.000 mil euros</td>
<td>3</td>
<td>39 276</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 20.000 mil e &lt; 30.000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>24 968</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 30.000 mil</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>7</td>
<td>71 767</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto à tipologia dos beneficiários verifica-se que a maioria dos beneficiários são “Organismos Públicos” e que representa 53% do investimento aprovado.

Quadro 121: Op. 3.4.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Acumulado</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Mil euros</th>
<th>%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Organismo Público</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td>38 297</td>
<td>53%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Privado</td>
<td>1</td>
<td></td>
<td>5 084</td>
<td>7%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td>28 386</td>
<td>40%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>7</td>
<td></td>
<td>71 767</td>
<td>100%</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 3.4.1 contribui para dois domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção com maior dotação orçamental programada a execução dos compromissos assumidos nas Ações 1.6.1 – “Desenvolvimento do Regadio” e 1.6.2 – “Regadio do Alqueva” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio de intervenção ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 58.829 mil € de despesa pública foi a P5A.

Quanto aos compromissos assumidos ao abrigo do Regulamento n.º 1305/2013, estes contribuem também para a prioridade P5A.
Quadro 122: Op. 3.4.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>2</td>
<td>15 974</td>
</tr>
<tr>
<td>P5A</td>
<td>16</td>
<td>58 829</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>16</td>
<td>58 829</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das prioridades é apresentado no Anexo I.

Quanto à distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção P5A, verifica-se que os projetos aprovados na região do Alentejo concentram cerca de 35% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio as seguintes taxas de compromisso:

- P2A – 73%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P5A – 61%

Figura 18: Op. 3.4.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

---

29 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, referentes a projetos transitados, foi de 33.398 mil € de despesa pública e 28.396 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 29% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 51% da execução concentrou-se na região Centro. Do total de projetos pagos 87% (6 projetos) eram transitados do quadro comunitário anterior.

Quadro 123: Op. 3.4.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>25 246</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3</td>
<td>27 510</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>3</td>
<td>30 545</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>13</td>
<td>44 854</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>1 717</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>23</td>
<td>129 872</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base no percentual de custeio da Operação.

Do universo de projetos contratados, até 31.12.2018, 61% encontram-se encerrados e 30% iniciaram a sua execução. O motivo pela qual, nesta data, se encontravam mais projetos encerrados do que projetos com execução iniciada deve-se ao facto de existirem projetos transitados que encerraram com os valores executados no PRODER, libertando a totalidade da verba transitada.
Quadro 124: Op. 3.4.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projeto Contratado (inclui transitados)</th>
<th>Projeto Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projeto Encerrado (inclui transitados)</th>
<th>Un.: mil euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>25 246</td>
<td>21 459</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3</td>
<td>27 510</td>
<td>24 106</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>3</td>
<td>30 545</td>
<td>22 961</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>13</td>
<td>44 854</td>
<td>38 230</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>1 717</td>
<td>1 288</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>23</td>
<td>129 872</td>
<td>108 044</td>
<td>7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser apenas constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 84%. Esta taxa elevada justifica-se pelo facto do cálculo estar a ser feito com base no valor que transitou.

Quadro 125: Op. 3.4.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projeto Contratado (inclui transitados)</th>
<th>Projeto Encerrado (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (inclui transitados)</th>
<th>Taxa Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>25 246</td>
<td>21 459</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3</td>
<td>27 510</td>
<td>24 106</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>3</td>
<td>30 545</td>
<td>22 961</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>13</td>
<td>44 854</td>
<td>38 230</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>1 717</td>
<td>1 288</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>23</td>
<td>129 872</td>
<td>108 044</td>
<td>14</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

**e) Indicadores de acompanhamento do Programa**

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (7 no final de 2018), num total de 33.398 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 35% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P5A.
Quadro 126: Op. 3.4.1 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>20 997</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>20 997</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Área apoiada no âmbito de investimentos em irrigação</td>
<td>33 832</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento elegível (mil euros)</td>
<td>-</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Enquadramento

A Operação 3.4.2 – Melhoria da eficiência dos regadios existentes, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4.0), submedida de apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e da silvicultura (4.3), destina-se a apoiar investimentos em infraestruturas coletivas que permitam a obtenção de economias de escala e uma utilização mais eficiente de recursos, não só no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, mas também ao nível da política de desenvolvimento regional, pelos efeitos diferenciados que muitas das infraestruturas permitem, os quais extravasam claramente o âmbito estrito da atividade agrícola, nomeadamente em termos dos impactos a nível da preservação e melhoria do ambiente, das acessibilidades e ao nível das condições de vida das populações rurais.

A promoção do uso mais eficiente da água e da energia dos aproveitamentos hidroagrícolas existentes e dos regadios tradicionais, da estruturação fundiária e da reabilitação, modernização e segurança de infraestruturas coletivas terá igualmente impacto positivo na adaptação às alterações climáticas, no combate à desertificação e na utilização mais eficiente dos recursos.

A implementação desta Operação conta com o envolvimento das Comunidades Intermunicipais (CIM), contribuindo para a concretização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial em territórios correspondentes a NUTS III.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Promover o uso mais eficiente da água e da energia nos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, através de:
  - Reabilitação e modernização das infraestruturas primárias e secundárias (captação, transporte e distribuição de água);
  - Reabilitação e modernização das estações elevatórias e centrais hidroelétricas;
  - Melhoria da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;
Melhoria da segurança das infraestruturas;
Incentivo à introdução de tecnologias mais eficientes.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A e P5A;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Para esta Operação transitaram projetos, aprovados no anterior período de programação, ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro. Assim, no final de 2018 existiam 73 projetos transitados das Ações 1.6.3 – “Sustentabilidade dos regadios públicos” e 1.6.4 – “Modernização dos regadios coletivos tradicionais” do PRODER, que envolvem um total de 13.991 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

No ano de 2018 foram abertos três avisos de abertura de candidaturas que decorreram entre 10.05.2018 e 15.06.2018, entre 16.05.2018 e 31.10.2018 e entre 29.08.2018 e 21.09.2018, respectivamente, com uma dotação total de 9.366 mil € de despesa pública. O primeiro aviso de abertura de candidaturas deste ano destinava-se à tipologia da melhoria das condições de segurança das barragens. O segundo destinava-se à tipologia dos regadios tradicionais, destinado às CIM do Região de Aveiro, Região de Leiria, Terras de Trás-os-Montes, Cávado, Douro, Médio Tejo, Tâmega e Sousa e Área Metropolitana do Porto e o terceiro destinava-se a Operações de Reabilitação e Modernização na CIM das Terras de Trás-os-Montes.

A dotação total colocada a concurso até 2018 foi de 196.355 mil € de despesa pública.

O total de candidaturas apresentadas a esta Operação e referentes ao 1º aviso de abertura de candidaturas (aberto em 2015), da tipologia de
“Operações de reabilitação e modernização”, foi de 112 candidaturas com um investimento total associado de 489.472 mil €.

Ao 2º aviso de abertura de candidaturas, que é relativo à tipologia “Segurança de Barragens”, que encerrou em 2018, foram submetidas 28 candidaturas com um investimento de 10.604 mil €. No 3º aviso de abertura de candidaturas, relativo à tipologia de “Regadios tradicionais”, que também encerrou em 2018 registaram-se 168 candidaturas com um investimento total de 26.383 mil €. As candidaturas apresentadas no ano de 2017 ascenderam, no âmbito do 4º aviso de abertura de candidaturas a 1 candidatura, na tipologia da “segurança de barragens”, com um investimento de 1.209 mil €. No âmbito do 5º aviso de abertura de candidaturas registaram-se 27 candidaturas, na tipologia dos “regadios tradicionais”, com um investimento total de 2.888 mil €.

No ano de 2018 registaram-se: no 6º aviso de abertura de candidaturas na tipologia da “segurança de barragens”, 1 candidatura com um investimento de 5.000 mil €, no 7º aviso de abertura de candidaturas na tipologia da “regadios tradicionais”, 36 candidaturas com um investimento de 4.369 mil € e no 8º aviso de abertura de candidaturas, na tipologia da “reabilitação e modernização”, 1 candidatura com um investimento de 264 mil €.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Norte é a mais representativa, em número de candidaturas (56%), e a do Alentejo em termos de investimento com 50% do total proposto. Nas restantes regiões o Centro destaca-se com cerca de 32% do investimento proposto para financiamento.

Quadro 127: Op. 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº Investimento proposto</td>
<td>Nº Investimento proposto</td>
<td>Nº Investimento proposto</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>209</td>
<td>186</td>
<td>130</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>90</td>
<td>83</td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>67</td>
<td>67</td>
<td>59</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>7</td>
<td>7</td>
<td>27</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>374</td>
<td>344</td>
<td>193</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Un.: mil euros

Página 196
Até ao final de 2018 foram analisadas cerca de 92% das candidaturas apresentadas, num total de 344 candidaturas, das quais foram objeto de decisão 337 candidaturas (das quais, 86 sem dotação).

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que as regiões Centro e Alentejo representam 62% do total do investimento aprovado logo seguidas das regiões do Norte e do Algarve com 22% e 14% respectivamente.

Quadro 128: Op. 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>130</td>
<td>41 732</td>
<td>39 709</td>
<td>39 709</td>
<td>33 752</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>41</td>
<td>60 505</td>
<td>60 112</td>
<td>60 112</td>
<td>51 096</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>3 137</td>
<td>3 104</td>
<td>3 104</td>
<td>2 328</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>26</td>
<td>59 996</td>
<td>58 382</td>
<td>58 382</td>
<td>49 625</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>5</td>
<td>27 925</td>
<td>26 696</td>
<td>26 696</td>
<td>20 022</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>203</td>
<td>193 294</td>
<td>188 003</td>
<td>188 003</td>
<td>156 822</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até 31.12.2018 foram contratadas 72% das candidaturas aprovadas, num total de 147.

ii. Caracterização do investimento

Na análise da distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que os investimentos de maior dimensão, acima dos 3.000 mil € representam apenas 7% dos projetos aprovados, o que, em termos de investimento proposto, corresponde a cerca de 75% do investimento total e estes projetos respeitam fundamentalmente à tipologia de reabilitação e modernização. No escalão abaixo dos 300 mil € encontram-se 77% dos projetos aprovados e respeitam essencialmente à tipologia de “regadios tradicionais”.
A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados mantém-se a de “Organismo Público” que representa 72% do investimento aprovado.

Tal como já referido uma parte das intervenções, a desenvolver nesta Operação, enquadram-se no âmbito dos Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) no total de 17 PDCT, correspondentes a uma dotação total de 34.628 mil € de despesa pública e 29.434 mil € de FEADER, para esta Operação.

Até 31.12.2018 foram aprovados 163 projetos no âmbito dos PDCT num total de 27.327 mil € de despesa pública e 23.228 mil € de FEADER, conforme quadro apresentado de seguida.
Quadro 131: Op. 3.4.2 – Distribuição dos projetos aprovados e contratados por CIM

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>CIM</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento Elegível</th>
<th>Despesa Pública</th>
<th>FEADER Nº</th>
<th>Nº</th>
<th>Despesa Pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Alto Minho</td>
<td>22</td>
<td>3 613</td>
<td>3 607</td>
<td>3 607</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
<td>4 533</td>
<td>2 085</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alto Tâmega</td>
<td>38</td>
<td>5 679</td>
<td>5 364</td>
<td>4 576</td>
<td>7</td>
<td>1</td>
<td>5 793</td>
<td>1 342</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Área Metropolitana do Porto</td>
<td>2</td>
<td>127</td>
<td>127</td>
<td>127</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>127</td>
<td>106</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Ave</td>
<td>9</td>
<td>1 229</td>
<td>1 113</td>
<td>946</td>
<td>9</td>
<td>2</td>
<td>427</td>
<td>363</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Câvado</td>
<td>9</td>
<td>893</td>
<td>689</td>
<td>581</td>
<td>9</td>
<td>2</td>
<td>684</td>
<td>581</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Douro</td>
<td>10</td>
<td>2 058</td>
<td>2 058</td>
<td>1 749</td>
<td>11</td>
<td>4</td>
<td>279</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Tâmega e Sousa</td>
<td>15</td>
<td>1 731</td>
<td>1 616</td>
<td>1 374</td>
<td>12</td>
<td>1</td>
<td>1 329</td>
<td>1 129</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Terras de Trás-os-Montes</td>
<td>25</td>
<td>4 438</td>
<td>4 317</td>
<td>3 009</td>
<td>20</td>
<td>4</td>
<td>3 317</td>
<td>2 069</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alto Tejo</td>
<td>5</td>
<td>1 117</td>
<td>1 004</td>
<td>854</td>
<td>9</td>
<td>1</td>
<td>1 004</td>
<td>854</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alto Vouga</td>
<td>5</td>
<td>521</td>
<td>492</td>
<td>412</td>
<td>5</td>
<td>1</td>
<td>492</td>
<td>412</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Beiramar</td>
<td>4</td>
<td>497</td>
<td>488</td>
<td>414</td>
<td>5</td>
<td>1</td>
<td>228</td>
<td>193</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Baixo Alentejo</td>
<td>5</td>
<td>4 152</td>
<td>3 952</td>
<td>3 952</td>
<td>5</td>
<td>1</td>
<td>3 952</td>
<td>3 952</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alto Alentejo</td>
<td>145</td>
<td>28 409</td>
<td>27 327</td>
<td>27 327</td>
<td>111</td>
<td>19 351</td>
<td>19 351</td>
<td>16 449</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total de projetos aprovados, 111 encontravam-se já contratados no final de 2018 e 2 destes tinham iniciado a sua execução.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 3.4.2 contribui para dois domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no próximo quadro.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção com maior dotação orçamental programada a execução dos compromissos assumidos nas Ações 1.6.3 – “Sustentabilidade dos regadios públicos” e 1.6.4 – “Modernização dos regadios coletivos tradicionais” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio de intervenção ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 13.991 mil € de despesa pública foi a P5A.

Quanto aos compromissos assumidos ao abrigo do Regulamento n.º 1305/2013, estes dizem respeito a projetos com o objetivo de reabilitação e modernização contribuindo para a prioridade P2A e com o objetivo de aumentar a eficiência na utilização da água pelo setor agrícola P5A.
Quadro 132: Op. 3.4.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>67</td>
<td>16 135</td>
<td>15 501</td>
<td>501</td>
<td>13 176</td>
<td></td>
<td>15 501</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5A</td>
<td>136</td>
<td>177 159</td>
<td>172 502</td>
<td>502</td>
<td>143 647</td>
<td></td>
<td>172 502</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>203</td>
<td>193 294</td>
<td>188 003</td>
<td>003</td>
<td>156 822</td>
<td></td>
<td>188 003</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das prioridades é apresentado no Anexo I.

Quanto à distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção P5A, verifica-se algum equilíbrio entre as regiões (com exceção da região de Lisboa) sendo a região do Centro a mais representativa com cerca de 33% do total da despesa pública comprometida neste domínio de intervenção. No domínio de intervenção P2A a região Norte representa 49% do total da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar uma taxa de compromisso\(^{30}\) de 64% e 100% respetivamente para o domínio de intervenção P2A e P5A.

Figura 19: Op. 3.4.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

---

\(^{30}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 20.098 mil € de despesa pública e 18.924 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 11% face ao programado.

Em termos regionais é a região do Alentejo que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (51%). De realçar que 65% dos projetos desta região com pagamentos referem-se a projetos transitados do quadro comunitário anterior.

Quadro 133: Op. 3.4.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incl. transitados)</th>
<th>Total Pago (incl. transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>87</td>
<td>32 308</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>47</td>
<td>55 041</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>3 104</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>73</td>
<td>65 077</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>11</td>
<td>33 414</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>220</td>
<td>188 940</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Do universo de projetos contratados, incluindo os transitados, apenas 24% tinham iniciado a execução, a maioria na região do Alentejo (70%).

Quadro 134: Op. 3.4.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incl. transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (incl. transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (incl. transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>87</td>
<td>22 363</td>
<td>27 517</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>47</td>
<td>55 041</td>
<td>46 813</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>3 104</td>
<td>2 328</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>73</td>
<td>65 077</td>
<td>56 188</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>11</td>
<td>33 414</td>
<td>26 634</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>220</td>
<td>188 940</td>
<td>159 480</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser apenas constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 72%
que tal como já referido na Operação 3.4.1 se deve ao facto do cálculo estar a ser feito com base apenas no valor que transitou.

Quadro 135: Op. 3.4.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incl. transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (incl. transitados)</th>
<th>Valor Libertado (incl. transitados)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>87</td>
<td>32 305</td>
<td>27 517</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>47</td>
<td>55 041</td>
<td>46 813</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>3 104</td>
<td>2 328</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>73</td>
<td>65 077</td>
<td>56 188</td>
<td>47</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>11</td>
<td>33 414</td>
<td>26 634</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>220</td>
<td>188 940</td>
<td>159 480</td>
<td>72</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo do Transitado apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

**e) Indicadores de acompanhamento do Programa**

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, num total de 18.225 mil € de despesa pública, todos contribuindo para o domínio de intervenção P5A. Este montante representa cerca de 10% do total de despesa pública programada para o referido domínio de intervenção.

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa, associado ao domínio P5A, que pretende aferir o universo de operações que beneficiam do apoio à melhoria da eficiência na utilização da água. A meta definida para este indicador é de 10,24%, contribuindo também para a sua concretização a Operação 7.5.1.

O contributo da Operação 3.4.2 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 9%. Desta forma, a área de irrigação apoiada a 31.12.2018 permite registar uma ultrapassagem da meta definida.
### Quadro 136: Op. 3.4.2 – Indicadores comuns de realização e de resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th>PSA</th>
<th>% Meta</th>
<th>Acumulado</th>
<th>% Meta</th>
<th>Acumulado</th>
<th>% Meta</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>15 501</td>
<td>24 307</td>
<td>64%</td>
<td>186 493</td>
<td>187 342</td>
<td>100%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>24 307</td>
<td>18 225</td>
<td>10%</td>
<td>187 342</td>
<td>100%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>40</td>
<td>53</td>
<td>100%</td>
<td>145</td>
<td>100%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Área apoiada no âmbito de investimentos em irrigação</td>
<td>77 607</td>
<td>42 321</td>
<td>183%</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento elegível (mil euros)</td>
<td>24 307</td>
<td>15 683</td>
<td>8%</td>
<td>187 342</td>
<td>100%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th>PSA</th>
<th>% Meta</th>
<th>% da meta</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>´% da área das terras irrigadas em mudança para sistemas de irrigação mais eficientes` (1)</td>
<td></td>
<td>17%</td>
<td></td>
<td>183%</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta = (2)</td>
<td></td>
<td>9%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta = (1)/(2)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2.1.12 OP. 3.4.3 – Drenagem e Estruturas Fundiárias

Enquadramento
A Operação 3.4.3 – Drenagem e estruturas fundiárias, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4), submedida de apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e da silvicultura (4.3), destina-se a apoiar investimentos na estruturação fundiária, na drenagem e qualidade dos solos, com impacto positivo na adaptação às alterações climáticas, no combate à desertificação e na utilização mais eficiente dos recursos.

A implementação desta Operação conta com o envolvimento das Comunidades Intermunicipais (CIM), contribuindo para a concretização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial em territórios correspondentes a NUTS III.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

➢ Melhorar as condições de drenagem e prevenir a salinização dos solos, através do controle do nível freático e da defesa contra cheias;

➢ Combater a erosão dos solos agrícolas;

➢ Promover a melhoria da estrutura fundiária, através da reorganização da propriedade e das explorações.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

➢ P2A, P5A e P5B;

➢ Prioridade horizontal – ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Para esta Operação transitaram projetos, aprovados no anterior período de programação, ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro. Assim, no final de 2018 existem 38 projetos transitados da Ação 1.6.5 – “Projetos Estruturantes” do PRODER, que envolvem um total de 1.406 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto, em alta face ao
indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Em 2016 foram abertos 2 avisos de abertura de candidaturas, o primeiro decorreu entre 30.09.2016 e 31.01.2018 e destinou-se a apoiar “Operações de drenagem, defesa contra cheias e a conservação do solo”, localizados no território da CIM de Aveiro. O segundo, que decorreu entre 30.09.2016 e 21.03.2018, destinou-se a “Operações de estruturação fundiária relativas a emparcelamento total” localizados no território das CIM do Alto Minho, do Médio Tejo e da Leziria do Tejo.

A dotação total colocada a concurso foi de 24.273 mil € de despesa pública. Registaram-se 3 candidaturas submetidas com um total de 24.508 mil € de investimento proposto.

Quadro 137: Op. 3.4.3 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1</td>
<td>4 808</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1</td>
<td>14 700</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>5 000</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>3</strong></td>
<td><strong>24 508</strong></td>
<td><strong>3</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até ao final de 2018 foram analisadas, decididas e contratadas todas as candidaturas.

iii. Caracterização do investimento

Na análise da distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário regista-se que a tipologia de beneficiário “Organismo Público” é a mais representativa nos projetos aprovados.
Quadro 138: Op. 3.4.3 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Acumulado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Organismo Público</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Privado</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>3</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tal como já referido as intervenções, a desenvolver nesta Operação, enquadram-se no âmbito dos Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT). Esta Operação está prevista em 4 dos 17 PDCT, correspondentes a um compromisso total de 24.273 mil € de despesa pública e 20.632 mil € de FEADER, para esta Operação.

Os projetos aprovados até 31.12.2018, um da CIM Alto Minho e um da CIM Lezíria do Tejo relativos à estruturação fundiária, emparcelamento total, e outro na CIM Região de Aveiro relativo à Operação de drenagem, defesa contra cheias e conservação, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 139: Op. 3.4.3 – Distribuição dos projetos aprovados por CIM

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>CIM</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>Projetos Contratados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento Proposto</td>
<td>Investimento Elegível</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>El.</td>
<td>4 808</td>
<td>3 591</td>
</tr>
<tr>
<td>Alto Minho</td>
<td>1</td>
<td>14 700</td>
<td>14 609</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>El.</td>
<td>5 000</td>
<td>5 000</td>
</tr>
<tr>
<td>Região de Aveiro</td>
<td>1</td>
<td>14 700</td>
<td>14 609</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>Lez.</td>
<td>5 000</td>
<td>5 000</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>3</td>
<td>24 508</td>
<td>23 200</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Os três projetos encontram-se já contratados no final de 2018 e 1 destes com a sua execução iniciada.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 3.4.3 contribui para três domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção P2A a execução dos compromissos assumidos na
Ação 1.6.5 - “Projetos Estruturantes” do anterior período de programação num total de 1.406 mil € de despesa pública.

Quanto aos compromissos assumidos ao abrigo do Regulamento n.º 1305/2013, os projetos aprovados contribuem para a prioridade P2A e P5A.

Quadro 140: Op. 3.4.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>38</td>
<td>1 406</td>
<td>1 259</td>
<td>1</td>
<td>4 808</td>
<td>3 591</td>
<td>3 591</td>
<td>3 053</td>
</tr>
<tr>
<td>P5A</td>
<td>2</td>
<td>19 700</td>
<td>19 608</td>
<td>1</td>
<td>19 608</td>
<td>16 687</td>
<td>16 687</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>38</td>
<td>1 406</td>
<td>1 259</td>
<td>3</td>
<td>24 508</td>
<td>23 200</td>
<td>23 200</td>
<td>19 720</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto à distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção P2A, verifica-se que os projetos da região Norte concentram cerca de 76% da despesa pública comprometida para este domínio de intervenção. Quanto ao domínio de intervenção P5A os projetos que se encontram aprovados estão localizados um na região Centro e o outro no Alentejo.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o domínio de intervenção P2A uma taxa de compromisso\(^{31}\) de 64% e para o domínio de intervenção P5A uma taxa de compromisso de 102%.

---

\(^{31}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, referentes exclusivamente a projetos transitados, foi de 1.528 mil € de despesa pública e de 1.350 mil € de FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 6% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 59% da execução concentrou-se na região do Alentejo, seguida da região do Centro com 25% da execução. Em termos relativos é a região do Alentejo que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (73%), seguida da região Centro com 47% dos projetos contratados já com pagamentos. De realçar que 94% dos projetos com pagamentos referem-se a projetos transitados do quadro comunitário anterior.
O universo de projetos contratados a 31.12.2018 integra na sua maioria (93%) projetos aprovados ao abrigo do Regulamento nº 1698/2005. Do total de projetos contratados 90% encontram-se encerrados.

À semelhança das outras Operações de Regadio a taxa de subexecução desta Operação é elevada (86%) uma vez que o universo dos encerrados é constituído apenas por projetos transitados e o cálculo desta taxa é feita apenas com base no valor que transitou.
e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Destes indicadores releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (18 no final de 2018), num total de 1.512 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 17% e 1%, respectivamente do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A e P5A.

Quadro 144: Op. 3.4.3 – Indicadores comuns de realização e de resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de Intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>4 997</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>1 328</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>Área aposa no âmbito de investimentos em irrigação</td>
<td>2 148</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento elegível (mil euros)</td>
<td>1 328</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2.2 **M04. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS**

5.2.2.1 OP. 4.0.1 – Investimentos em Produtos Florestais Identificados como Agrícolas no Anexo I do Tratado

**Enquadramento**

A Operação 4.0.1 – Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4.0), submedida de apoio a investimentos na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas (4.2), visa contribuir para reforço da capacidade produtiva das pequenas e médias empresas de base florestal, promovendo a requalificação do tecido empresarial, através do apoio às empresas de exploração florestal (abate, apanha ou extração), comercialização e transformação de matérias-primas provenientes de sistemas florestais ou agroflorestais, capaz de proporcionar, designadamente, o seu ajustamento tecnológico, a otimização dos fatores de rendimento e ganhos de eficiência, com vista ao aumento da competitividade do sector e à manutenção de emprego em zonas economicamente pouco favoráveis no contexto económico nacional.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Criação e modernização das empresas de transformação;
- Adaptação às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos;
- Participação dos produtores agroflorestais na criação de novos produtos, de processos e tecnologias e processos de certificação;
- Promoção de uma gestão eficiente dos recursos e do uso de energias renováveis, desde que pelo menos 70% produção de energia seja para consumo próprio.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A, P5B e P5C;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.
Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação. Assim, no final de 2018 existiam 8 projetos transitados da Ação 1.3.3 – “Modernização e capacitação das empresas florestais” do PRODER, que representam um total de 1.739 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Esta Operação foi operacionalizada em 2016 com a abertura de um aviso de abertura de candidaturas. Em 2018 foi aberto o segundo aviso de abertura de candidaturas, entre 12.04.2018 e 11.06.2018, com uma dotação de 6.000 mil € de despesa pública no qual foram submetidas 15 candidaturas, associadas a um investimento total de 23.951 mil €.

Quadro 145: Op. 4.0.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Nº</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>15</td>
<td>9</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>22</td>
<td>17</td>
<td>23</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até ao final de 2018 foram analisadas 17 candidaturas e decididas 9 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 56%. Todas as candidaturas aprovadas foram contratadas.

ii. Caracterização do investimento

Na análise da distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que os investimentos repartiram-se
de forma equitativa pelos vários escalões de investimento, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 146: Op. 4.0.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 250 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>65</td>
<td>56</td>
<td>22</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 250 mil e &lt; 500 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>387</td>
<td>324</td>
<td>130</td>
<td>110</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 500 mil e &lt; 1000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>661</td>
<td>234</td>
<td>117</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 1000 mil e &lt; 2000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>1 223</td>
<td>908</td>
<td>454</td>
<td>386</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 2000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>3 886</td>
<td>2 624</td>
<td>1 312</td>
<td>1 115</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>5</td>
<td>6 222</td>
<td>4 146</td>
<td>2 035</td>
<td>1 713</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiário com mais representatividade nos projetos aprovados foi a das "Sociedades por quotas" que representou 93% do investimento aprovado e 60% dos projetos aprovados.

Quadro 147: Op. 4.0.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Acumulado</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sociedade por Quotas</td>
<td>3</td>
<td></td>
<td>5 770</td>
<td>93%</td>
</tr>
<tr>
<td>Associação de direito privado</td>
<td>1</td>
<td></td>
<td>65</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedade Unipessoal por Quotas</td>
<td>1</td>
<td></td>
<td>387</td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>5</td>
<td></td>
<td>6 222</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 4.0.1 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro 148.

Em 2018, nesta Operação foram registadas as aprovações ao abrigo do Regulamento n.º 1305/2013, de 17 de dezembro, bem como os compromissos assumidos que foram adotados no anterior quadro de financiamento de desenvolvimento rural.
Assim, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção considerado como o mais relevante para a Operação, a execução dos compromissos assumidos na Ação 1.3.3 – “Modernização e capacitação das empresas florestais” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio ao qual foram associados os compromissos transitados no montante de 1.739 mil € de despesa pública foi o P2A – “Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas”.

Quadro 148: Op. 4.0.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio (1)</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Apropiados</th>
<th>Un. mil euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>8</td>
<td>1 739</td>
<td>1 630</td>
</tr>
<tr>
<td>P5B</td>
<td>1</td>
<td>387</td>
<td>324</td>
</tr>
<tr>
<td>P5C</td>
<td>2</td>
<td>4 547</td>
<td>2 858</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>10</td>
<td>1 739</td>
<td>1 630</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das prioridades é apresentada no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada aos domínios de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se que na região Norte, o domínio P2A absorveu 100% da despesa pública aprovada até 31.12.2018 (incluindo os compromissos transitados). A região do Alentejo é a única que apresenta compromissos para o domínio de intervenção P5B e as regiões do Centro e de Lisboa não têm compromissos em nenhum dos domínios de intervenção do desenvolvimento rural.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso:\n
- P2A – 18%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P5B – 17%
- P5C – 62%

32 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, a maioria referentes a projetos transitados, era de 2.172 mil € de despesa pública e 1.990 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 15% face ao programado.

Quadro 149: Op. 4.0.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>738</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>6</td>
<td>2 895</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>13</td>
<td>3 774</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.
Do universo de projetos contratados 12 projetos iniciaram a sua execução e, destes, 8 encontram-se encerrados, representando estes últimos 62% do total de projetos contratados.

Quadro 150: Op. 4.0.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>738</td>
<td>711</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>6</td>
<td>2 895</td>
<td>2 528</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>141</td>
<td>104</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>13</td>
<td>3 774</td>
<td>3 343</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

O universo de projetos encerrados continua a ser maioria de projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005. Analisando a taxa de subexecução desta Operação verifica-se que a mesma é de 32%, assumindo esta o valor maior (68%) na região do Algarve.

Quadro 151: Op. 4.0.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (inclui transitados)</th>
<th>% Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>738</td>
<td>711</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>6</td>
<td>2 895</td>
<td>2 528</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>141</td>
<td>104</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>13</td>
<td>3 774</td>
<td>3 343</td>
<td>8</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos
com execução iniciada, num total de 2.172 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 15%, 4% e 12% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A, P5B e P5C, respectivamente.

Quadro 152: Op. 4.0.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th>P2A</th>
<th>P5B</th>
<th>P5C</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>Acumulado</td>
<td>Meta</td>
<td>Meta</td>
<td>Meta</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2 216</td>
<td>12 403</td>
<td>18%</td>
<td>130</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>1 865</td>
<td>12 403</td>
<td>15%</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>0</td>
<td>11</td>
<td>82%</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>0</td>
<td>11</td>
<td>82%</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento elegível (mil euros)</td>
<td>2 098</td>
<td>24 806</td>
<td>8%</td>
<td>70</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2.2.2 OP. 4.0.2 – Investimentos em Produtos Florestais não Identificados como Agrícolas no Anexo I do Tratado

Enquadramento
A Operação 4.0.2 – Investimentos em produtos florestais não identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado, integrada na Medida COM – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (8.0), submedida de apoio a investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais (8.6), visa contribuir para reforço da capacidade produtiva das pequenas e médias empresas de base florestal, promovendo a requalificação do tecido empresarial, através do apoio às empresas de exploração florestal (abate, apanha ou extração), comercialização e transformação de matérias-primas provenientes de sistemas florestais, capaz de proporcionar, designadamente, o seu ajustamento tecnológico, a otimização dos fatores de rendimento e ganhos de eficiência, com vista ao aumento da competitividade do sector e à manutenção de emprego em zonas economicamente pouco favoráveis no contexto económico nacional.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Criação e modernização das empresas florestais;
- Adaptação às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos;
- Participação dos produtores florestais na criação de novos produtos, de processos e tecnologias de certificação;
- Promoção de uma gestão eficiente dos recursos e do uso de energias renováveis, desde que pelo menos 70% produção de energia seja para consumo próprio.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A, P3A, P5B e P5C;
- Prioridade horizontal – Ambiente, clima e inovação.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação. Assim, no final de 2018 existiam 56 projetos transitados da Ação 1.3.3 – “Modernização e capacitação das empresas florestais” do PRODER, que representam um total de 3.355 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas, entre 01.03.2018 e 23.04.2018, com uma dotação de 8.000 mil € de despesa pública. A este aviso de abertura de candidaturas foram submetidas 138 candidaturas associadas a um investimento total de 82.208 mil €.

Quadro 153: Op. 4.0.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

Até ao final de 2018 foram analisadas 262 candidaturas, que representam 99% das candidaturas entradas e decididas 184 candidaturas (das quais 91 candidaturas decididas em 2018), com uma taxa de aprovação de 48%.

Destes projetos aprovados foram contratados, até ao final de 2018, 76 projetos (86% do total aprovado) no âmbito desta Operação.

ii. Caracterização do investimento

Na análise da distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que os investimentos de menor dimensão, inferior a 300 mil € representam 39% dos projetos aprovados, o
que, em termos de investimento proposto, corresponde a cerca de 12% do investimento total.

Quadro 154: Op. 4.0.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

A tipologia de beneficiário com mais representatividade nos projetos aprovados foi a das “sociedades por quotas” que representou 84% do investimento aprovado.

Quadro 155: Op. 4.0.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 4.0.2 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte.

Esta Operação regista aprovações ao abrigo do Regulamento nº 1305/2013, de 17 de dezembro, pelo que os compromissos assumidos para efeitos do exercício de monitorização, apresentado neste documento, contemplam também aqueles que foram adotados no anterior quadro de financiamento do desenvolvimento rural.
Assim, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção considerado como o mais relevante para a Operação, a execução dos compromissos assumidos na Ação 1.3.3 – “Modernização e capacitação das empresas florestais” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 3.355 mil € de despesa pública foi a P2A – “Melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas”.

Quadro 156: Op. 4.0.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade / Domínio</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>56</td>
<td>3 355</td>
<td>3 091</td>
<td>81</td>
<td>50 177</td>
<td>35 897</td>
<td>14 567</td>
<td>12 382</td>
</tr>
<tr>
<td>P3A</td>
<td>3</td>
<td>2 038</td>
<td></td>
<td>1 523</td>
<td>762</td>
<td>647</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5B</td>
<td>2</td>
<td>1 155</td>
<td></td>
<td>569</td>
<td>284</td>
<td>242</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5C</td>
<td>2</td>
<td>2 785</td>
<td></td>
<td>1 787</td>
<td>761</td>
<td>647</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>56</td>
<td>3 355</td>
<td>3 091</td>
<td>88</td>
<td>56 155</td>
<td>39 776</td>
<td>16 374</td>
<td>13 918</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada aos domínios de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se que nas regiões de Lisboa e do Alentejo, o domínio P2A absorveu 100% e que no Centro absorveu 62% da despesa pública aprovada em todos os domínios de intervenção até 31.12.2018 (incluindo os compromissos transitados). A região do Algarve não tem projetos aprovados.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para cada domínio de intervenção as seguintes taxas de compromisso:

- P2A – 93%, inclui compromissos dos projetos transitados.
- P3A – 68%
- P5B – 25%
- P5C – 136%

33 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, referentes a projetos transitados, era de 7.848 mil € de despesa pública e 6.910 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento nº 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rácios entre o fundo pago e o programado) de 38% face ao programado.

Em termos regionais, cerca de 90% desta execução concentrou-se nas regiões Norte (28%) e Centro (63%). Em termos relativos e não contando com a região de Lisboa que tem como contratado apenas 1 projeto, é também a região Norte que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (80%), seguida da região Alentejo com 76% dos projetos contratados já com pagamentos. De notar que 56% dos projetos com pagamentos referem-se a projetos transitados do quadro comunitário anterior.
Quadro 157: Op. 4.0.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>45</td>
<td>4 136</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>65</td>
<td>9 870</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>113</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>21</td>
<td>2 546</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>132</td>
<td>16 665</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Do universo de projetos contratados, que a 31.12.2018, 100 projetos tinham iniciado a sua execução e cerca de 56% encontram-se encerrados, com especial relevo para a região Centro.

Quadro 158: Op. 4.0.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>45</td>
<td>4 136</td>
<td>3 668</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>65</td>
<td>9 870</td>
<td>8 480</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>113</td>
<td>60</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>21</td>
<td>2 546</td>
<td>2 197</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>132</td>
<td>16 665</td>
<td>14 405</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que 56% é constituído por projetos transitados do quadro comunitário anterior, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 11%.
e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (100 no final de 2018), num total de 7.355 mil € de despesa pública.

Quadro 160: Op. 4.0.2 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PSA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>17.922</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>7.222</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>98</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>98</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento elegível (mil euros)</td>
<td>12.775</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2.3 M05. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

5.2.3.1 OP. 5.1.1 – Criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores

Enquadramento
A Operação 5.1.1 – Criação de agrupamentos e organizações de produtores, integrada na Medida COM – Criação de agrupamentos e organizações de produtores (9.0), submediada de apoio à criação de agrupamentos e organizações de produtores nos setores da agricultura e silvicultura (9.1), destina-se a fomentar a concentração da oferta ao nível da produção através da promoção da organização. Desta forma, o apoio concedido aos Agrupamentos e Organizações de Produtores, no âmbito desta Operação, deve ser encarado como um instrumento de política agrícola para fazer frente a um dos principais problemas estruturais do setor, contribuindo assim para aumentar a capacidade de gerar valor a montante, e contrariar o desequilíbrio que se verifica na cadeia de valor.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

❯ Facilitar a criação de agrupamentos e organizações de produtores nos setores agrícola e florestal para efeitos de:
   a) Adaptação da produção e dos resultados dos membros desses agrupamentos ou organizações às exigências do mercado;
   b) Comercialização conjunta de produtos, incluindo a preparação para a venda, a centralização das vendas e o fornecimento aos grossistas;
   c) Estabelecimento de normas comuns em matéria de informação sobre a produção, em especial no que diz respeito às colheitas e disponibilidades;
   d) Outras atividades que possam ser realizadas por agrupamentos e organizações de produtores, tais como o desenvolvimento de competências empresariais e comerciais e a organização e facilitação de processos de inovação.

Prioridades
Contribui para a seguinte prioridade/domínio:
- P3A;

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Esta Operação foi operacionalizada em 2016. Teve um aviso de abertura de candidaturas nesse ano com a dotação de 8.000 mil € de despesa pública. No ano de 2017 teve o segundo aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 06.07.2017 e 30.11.2017 com uma dotação de 5.000 mil € de despesa pública.

No total encontram-se submetidas, a esta Operação, 9 candidaturas com um investimento proposto de 5.204 mil €.

Quadro 161: Op. 5.1.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1</td>
<td>472</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>1 089</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>7</td>
<td>3 643</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>9</td>
<td>5 204</td>
<td>9</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No final de 2018 todas as candidaturas tinham sido analisadas, decididas e contratadas.

Analisando a distribuição regional do investimento aprovado, verifica-se que a região mais representativa é a do Alentejo com 78% do total dos projetos e 70% do investimento proposto.
ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que no escalão no intervalo entre os 300 mil € e os 500 mil € se concentram 56% dos projetos aprovados, o que, em termos de investimento proposto, corresponde a cerca de 40% do investimento total.

Quadro 163: Op. 5.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 300 mil euros</td>
<td>5</td>
<td>2 107</td>
<td>1 832</td>
<td>2 000</td>
<td>1 800</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 300 mil e &lt; 500 mil euros</td>
<td>3</td>
<td>2 008</td>
<td>1 819</td>
<td>1 200</td>
<td>1 080</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 500 mil euros e &lt; 1.000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>2 089</td>
<td>716</td>
<td>400</td>
<td>320</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 1.000 mil</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>9</td>
<td>5 204</td>
<td>4 367</td>
<td>3 600</td>
<td>3 200</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Relativamente à tipologia de beneficiários, as “sociedades anónimas” são as mais representativas desta Operação com 44% do total dos beneficiários e 48% do investimento proposto seguidas pelas “Cooperativas” que representam 33% dos beneficiários.
Quadro 164: Op. 5.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Acumulado</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
</tr>
<tr>
<td>Agrupamento Complementar de Empresas</td>
<td>1</td>
<td>437</td>
</tr>
<tr>
<td>Cooperativa</td>
<td>3</td>
<td>1 904</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedade Anónima</td>
<td>4</td>
<td>2 503</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedade por Quotas</td>
<td>1</td>
<td>360</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>9</strong></td>
<td><strong>5 204</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 5.1.1 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P3A - “Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais”.

Tal como já referido não se registaram projetos transitados nesta Operação. Assim, os compromissos desta Operação apenas dizem respeito a candidaturas decididas ao abrigo das regras do Regulamento n.º 1305/2013 num total de 9 projetos com um montante total de despesa pública de 3.600 mil € com uma comparticipação FEADER de 3.200 mil €.

Quadro 165: Op. 5.1.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento Proposto</td>
</tr>
<tr>
<td>P3A</td>
<td>9</td>
<td>5 204</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>9</strong></td>
<td><strong>5 204</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P3A, verifica-se que os projetos concentram-se na região do Alentejo que representa 81% da despesa pública comprometida.
O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso de 75%.

Figura 23: Op. 5.1.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

c) Execução financeira

No final de 2018, esta Operação não apresentava execução financeira.
5.2.3.2 OP. 5.2.1 – Organizações Interprofissionais

Enquadramento
A Operação 5.2.1 – Organizações Interprofissionais, enquadrada na Medida COM - Cooperação (16.0), submedida Outros (16.10), destina-se a apoiar abordagens de cooperação entre os diferentes intervenientes no sector agrícola, no sector florestal e na cadeia alimentar que contribuam para concretizar os objetivos e as prioridades da política de desenvolvimento rural, nomeadamente através da promoção de interações intensivas, intercâmbio de conhecimentos e experiências e da contribuição efetiva para a transferência de conhecimento permitida pela ligação em rede e divulgação da informação entre as empresas ao longo da cadeia alimentar no contexto das organizações interprofissionais.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Apoiar a execução de Planos de Ação a implementar por Organizações Interprofissionais (OI), no âmbito dos respetivos setores e áreas de abrangência, tendo em conta os objetivos estabelecidos estatutariamente e as respetivas metas a atingir.

- Reforçar a cooperação dos agentes representativos da fileira, com o incremento do esforço de autorregulação que permita desenvolver ações que vão para além do funcionamento e gestão corrente destas estruturas associativas e que permitam uma evolução qualitativa e quantitativa das fileiras que estas organizações representam.

- Promover a melhoria da rentabilidade económica das fileiras, a melhoria da segurança alimentar ou da qualidade dos produtos das fileiras e a melhoria do acesso dos produtos ao mercado com base no orçamento do plano de ação com atividades inerentes à atuação da OI.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P1B35;

---

35 O contributo para os domínios de intervenção sem programação financeira resulta do desempenho registado nos outros domínios associados a esta Operação.
P3A;

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Em 2015 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas com uma dotação de 1.000 mil € de despesa pública. Apresentaram-se à esta Operação 2 candidaturas, uma na região Norte e outra na região do Alentejo, envolvendo no seu conjunto um investimento proposto de 654 mil euros.

No ano de 2016 as candidaturas foram analisadas e decididas, com uma taxa de aprovação de 100%.

Quadro 166: Op. 5.2.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

As 2 candidaturas decididas foram contratadas em 2017.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 5.2.1 contribui para um único domínio de intervenção do desenvolvimento rural: o P3A – “Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acrescento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais”.

Página 231
O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^{36}\) de 100%:

Quadro 167: Op. 5.2.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio (I)</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P3A</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Figura 24: Op. 5.2.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era apenas de 122 mil € de despesa pública e 109 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 44% face ao programado.

Em termos regionais apenas existiu execução na região Norte e o projeto em causa iniciou a sua execução.

\(^{36}\) Rádio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Quadro 168: Op. 5.2.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2</td>
<td>275</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>67</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2</td>
<td>275</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do universo de projetos contratados nenhum se encontra encerrado.

Quadro 169: Op. 5.2.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Projetos com execução iniciada</th>
<th>Projetos encerrados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1</td>
<td>200</td>
<td>122</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>75</td>
<td>67</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2</td>
<td>275</td>
<td>122</td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (1 no final de 2018), num total de 122 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 44% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P3A.

Quadro 170: Op. 5.2.1 – Indicadores comuns de realização e resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (prév.)</td>
<td>275 276 100%</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (prév.)</td>
<td>122 276 44%</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de explorações apoiadas</td>
<td>6 091</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento pago elegível (prév.)</td>
<td>378</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2.4 M06. GESTÃO DE RISCO E ESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO

5.2.4.1 OP. 6.1.1 – Seguros

Enquadramento
A Operação 6.1.1 – Seguros, enquadrada na Medida COM – Gestão de Riscos (17.0), submedida de apoio aos prémios de seguro de colheitas, de animais e de plantas (17.1), destina-se a assegurar alguma previsibilidade e estabilidade financeira às explorações agrícolas, sem a qual a atratividade sectorial decresce de modo significativo. Neste sentido, os seguros constituem um importante instrumento de gestão do risco, proporcionando a partilha de risco do agricultor, contribuindo para atratividade e sustentabilidade da atividade agrícola.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Comparticipação dos prémios relativos a seguros, contratados pelos agricultores, que cubram as perdas resultantes de um fenómeno climático adverso, de uma doença dos animais ou das plantas, de uma praga, ou de acidentes ambientais, cuja ocorrência seja reconhecida pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, ou de uma medida adotada em conformidade com a Diretiva 2000/29/CE para erradicar ou circunscrever uma doença das plantas ou praga.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P3B;
- Prioridade horizontal – Clima.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Para esta Operação não transitaram projetos aprovados ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013
Este regime de apoio foi operacionalizado recorrendo à modalidade de apresentação de candidaturas em contínuo, tendo contado em 2018 com uma dotação de 9.200 mil € de despesa pública para financiamento das apólices constituídas, que neste ano ascenderam a 2.922. O total de aderentes/beneficiários distintos a esta Operação, no período de 2014/2018, foi de 4.503.

A análise da distribuição regional (por NUTSII) das candidaturas apresentadas mostra que a região do Alentejo é a mais representativa em número de aderentes (53%) às apólices constituídas, mas em termos de despesa pública é a região do Norte que concentra 29% de um total de 31.558 mil € comprometidos até 2018.

Quadro 171: Op. 6.1.1 – Distribuição dos compromissos por tipologias de apólice e por NUTII

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO</th>
<th>Tipo de apólice</th>
<th>COMPROMISSOS (ANO)</th>
<th>COMPROMISSOS (ACUMULADO)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Área Segura</td>
<td>N.º de Aderentes*</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>NORTES</td>
<td>Individual</td>
<td>462</td>
<td>63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Coletiva</td>
<td>3.432</td>
<td>130</td>
</tr>
<tr>
<td>CENTRO</td>
<td>Individual</td>
<td>1.781</td>
<td>130</td>
</tr>
<tr>
<td>LISBOA</td>
<td>Individual</td>
<td>705</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Coletiva</td>
<td>6.094</td>
<td>149</td>
</tr>
<tr>
<td>ALGARVE</td>
<td>Individual</td>
<td>34.285</td>
<td>744</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Coletiva</td>
<td>62.882</td>
<td>813</td>
</tr>
<tr>
<td>ALMEIDAS</td>
<td>Individual</td>
<td>689</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Coletiva</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Lisboa pode abranger mais tipos de cultura, pelo que o n.º de aderentes contém duplicados

Relativamente à tipologia das apólices constituídas em todas as campanhas, verifica-se que, dos 11.292 aderentes, 64% (menos 1 p.p. face a 2017) encontram-se abrangidos por uma apólice de grupo e 36% por uma apólice individual. Esta tendência verifica-se igualmente na despesa pública comprometida, tendo-se registado no final de 2018 um compromisso de 27.499 mil € nas apólices de grupo e de 4.059 mil € nas apólices individuais.
Analisando a distribuição das apólices por tipo de cultura realizada, verifica-se que apesar das culturas temporárias representarem 73% da área segura no total das apólices constituídas, o montante de despesa pública comprometida até ao ano de 2018, no valor de 7.805 mil €, representa apenas 21% dos cerca de 37.640 mil € comprometidos nesta Operação. Em termos regionais, registar-se que a região do Alentejo concentra cerca de 83% da área total segura.

Quadro 172: Op. 6.1.1 – Distribuição dos compromissos por tipos de cultura abrangidos nas apólices e por NUTII

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO</th>
<th>Tipo de Cultura</th>
<th>COMPROMISSOS (ANO)</th>
<th>COMPROMISSOS (ACUMULADO)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Área Segura (ha)</td>
<td>N.º de Aderentes</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>NORTE</td>
<td>CULTURAS PERMANENTES</td>
<td>3 755</td>
<td>572</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CULTURAS TEMPORÁRIAS</td>
<td>130</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>CENTRO</td>
<td>CULTURAS PERMANENTES</td>
<td>6 251</td>
<td>750</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CULTURAS TEMPORÁRIAS</td>
<td>4 282</td>
<td>190</td>
</tr>
<tr>
<td>LISBOA</td>
<td>CULTURAS PERMANENTES</td>
<td>298</td>
<td>79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CULTURAS TEMPORÁRIAS</td>
<td>6 406</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td>ALENTEJO</td>
<td>CULTURAS PERMANENTES</td>
<td>32 974</td>
<td>356</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CULTURAS TEMPORÁRIAS</td>
<td>64 197</td>
<td>1 201</td>
</tr>
<tr>
<td>ALGARVE</td>
<td>CULTURAS PERMANENTES</td>
<td>639</td>
<td>31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CULTURAS TEMPORÁRIAS</td>
<td>60</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>Nº de Aderentes*</td>
<td>159 091</td>
<td>3 354</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Uma apólice pode abranger de 1 a 3 tipos de cultura, pelo que o n.º de aderentes contém duplicados.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 6.1.1 contribui para apenas o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P3B - "Apoyo à prevenção e à gestão de riscos nas explorações agrícolas", conforme apresentado no quadro seguinte.
A distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P3B é idêntica à já acima apresentada, i.e. a região do Norte concentra cerca de 39% dos cerca de 37.640 mil € de despesa pública comprometida até 2018.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^{37}\) de 77%.

---

\(^{37}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, referentes a apólices constituídas nas campanhas 2014, 2015, 2016 e 2017, era de 34.081 mil € de despesa pública e 29.220 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 72% face ao programado.

Quadro 174: Op. 6.1.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº Aderentes</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2 082</td>
<td>11 546</td>
<td>10 123</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3 317</td>
<td>11 346</td>
<td>9 906</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>422</td>
<td>1 718</td>
<td>1 070</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>5 800</td>
<td>9 136</td>
<td>7 893</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>133</td>
<td>336</td>
<td>228</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>11 754</td>
<td>34 081</td>
<td>29 220</td>
</tr>
</tbody>
</table>

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada até ao ano de 2018, num total de 34.081 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 70% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P3B.

Relativamente ao indicador que avalia o número de explorações/beneficiários abrangidos pelos prémios de seguro, verifica-se uma ultrapassagem da meta definida (2.161 beneficiários) com o desempenho aferido nestes primeiros anos de execução do programa (4.402 beneficiários).
Quadro 175: Op. 6.1.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>P3B 37 640</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução) (mil euros) - (1)</td>
<td>34 081</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de explorações/beneficiários abrangidos pelos prémios de seguro - (2)</td>
<td>4 402</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta Despesa Pública - (3)</td>
<td>48 627</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta Número de explorações/beneficiários abrangidos pelos prémios de seguro - (4)</td>
<td>2 161</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta despesa pública - (1)/(3)</td>
<td>70%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta do n.º explorações - (2)/(4)</td>
<td>204%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.2.4.2 OP. 6.2.1 – Prevenção de Calamidades e Catástrofes Naturais

**Enquadramento**

A Operação 6.2.1 – Prevenção de calamidades e catástrofes naturais, enquadrada na Medida COM – Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas (5.0), submedida de apoio a investimentos em medidas de prevenção destinadas a atenuar as consequências de eventuais catástrofes naturais, fenómenos climáticos adversos e eventos catastróficos (5.1), destina-se a reduzir a exposição dos agricultores aos riscos económicos e ambientais decorrentes das alterações climáticas, no contexto das quais, fenómenos como por exemplo tempestades e chuvas fortes podem tornar-se mais frequentes.

**Objetivos**

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- apoiar investimentos de carácter coletivo destinados a reduzir o impacto de prováveis calamidades naturais, acidentes climáticos adversos ou eventos catastróficos.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P3B;
- Prioridade horizontal – Clima.

**Implementação da Operação**

Esta Operação não foi operacionalizada.
5.2.4.3 OP. 6.2.2 – Restabelecimento do Potencial Produtivo

Enquadramento
A Operação 6.2.2 – Restabelecimento do potencial produtivo, enquadrada na Medida COM – Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas (5.0), submedida de apoio a investimentos destinados à recuperação de terras agrícolas e ao restabelecimento do potencial produção agrícola afetado por catástrofes naturais, fenómenos climáticos adversos e acontecimentos catastróficos. (5.2), destina-se a financiar o reinvestimento de capital necessário para restituir às explorações uma situação idêntica à existente previamente à ocorrência dos acidentes catastróficos ou calamitosos que as atinjam.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

> apoiar a reconstituição ou reposição das condições de produção das explorações agrícolas afetadas por calamidades naturais, acidentes climáticos adversos ou eventos catastróficos, após prévio reconhecimento dessa ocorrência por decisão governamental.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

> P3B;
> Prioridade horizontal – Clima.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 existiam 80 projetos transitados da Ação 1.5 – “Restabelecimento do potencial produtivo” do PRODER, que representam em 2018 um total de 1.328 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face
ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER e da subexecução de projetos encerrados.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Em 2016 esta Operação foi operacionalizada tendo sido abertos 5 avisos de abertura de candidaturas e em 2017 foram abertos mais 4 avisos de abertura de candidaturas.

Em 2018 foram abertos 3 avisos de abertura de candidaturas: o décimo (Despacho n.º 2679-A/2018 de 14 de março) decorreu entre 22.03.2018 e 16.04.2018, com uma dotação de 3.000 mil € com o objetivo de apoiar explorações agrícolas do sotavento Algarvio com danos provocados por um forte tornado; o décimo primeiro (Portaria n.º 232-B/2018 de 20 de agosto) decorreu entre 22.08.2018 e 30.11.2018, com uma dotação de 5.000 mil € para apoiar explorações agrícolas com danos provocados por incêndios florestais de grandes proporções que deflagraram nas freguesias dos municípios de Monchique, Portimão, Silves e Odemira; o décimo segundo (Despacho n.º 10178-A/2018 de 02 de novembro) decorreu entre 05.11.2018 e 15.12.2018, com uma dotação de 15.000 mil €. Este último destinava-se a apoiar explorações agrícolas com danos provocados pela depressão pós-tropical associada ao furacão Leslie.

Em 2018 foram submetidas 814 candidaturas com um investimento total proposto de 30.269 mil €.

A análise da distribuição regional de todas as candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Norte é a mais representativa, em número de candidaturas (47%), mas em montante de investimento proposto é a região Centro a que concentra cerca de 66% do investimento total.
Até ao final de 2018 foram analisadas 2.962 candidaturas (85% das candidaturas entradas) das quais 42% (1.256 candidaturas) foram analisadas no ano de 2018. Do total das candidaturas analisadas foram decididas 2.886 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 82%.

Até 31.12.2018 foram contratadas 2.196 candidaturas no âmbito desta Operação representando um total de 27.086 mil € de despesa pública.

### iii. Caracterização do investimento

Na análise da distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que os investimentos de menor dimensão, abaixo dos 30 mil € representam 79% dos projetos aprovados, o que, em termos de investimento proposto, corresponde a cerca de 30% do investimento total.
Analisando o investimento proposto por rúbrica de investimento verifica-se a rúbrica de "edifícios e outras construções" aumentou o seu peso passando a representar 41% (vs. 18% em 2017) do total de investimento apoiado, que a rúbrica "Máquinas e Equipamentos" também aumentou o seu peso passando de 13% em 2017 para 26% em 2018. Em compensação a rúbrica "Recuperação de muros de pedra posta" baixou o seu peso relativo de 65% do investimento total em 2017 para 18% em 2018.

Quadro 178: Op. 6.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Animais</td>
<td>0,1%</td>
<td>1%</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,2%</td>
<td>2%</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>4%</td>
<td>31%</td>
<td>2%</td>
<td>4%</td>
<td>41%</td>
</tr>
<tr>
<td>Imateriais</td>
<td>0,1%</td>
<td>1%</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,2%</td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Máquinas e Equipamentos</td>
<td>1%</td>
<td>20%</td>
<td>2%</td>
<td>2%</td>
<td>26%</td>
</tr>
<tr>
<td>Plantações - Investimentos</td>
<td>2%</td>
<td>9%</td>
<td>0,4%</td>
<td>2%</td>
<td>13%</td>
</tr>
<tr>
<td>Recuperação de muros de pedra posta</td>
<td>17%</td>
<td>0,2%</td>
<td>18%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>24%</td>
<td>63%</td>
<td>5%</td>
<td>9%</td>
<td>100%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>16 002</td>
<td>41 791</td>
<td>3 257</td>
<td>5 673</td>
<td>66 723</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiário com mais representatividade nos projetos aprovados foi a de “Pessoa Singular” que representou 67% do investimento aprovado, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 179: Op. 6.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Mil euros</td>
</tr>
<tr>
<td>Organismo da Administração Pública</td>
<td>1</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa singular</td>
<td>1 990</td>
<td>44 941</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedades</td>
<td>297</td>
<td>19 975</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>90</td>
<td>1 795</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>2 378</td>
<td>66 723</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto à distribuição por tipo de “catástrofe” natural registou-se uma alteração uma vez que os apoios com maior peso passaram a ser os dados para a reposição de danos causados por incêndios que representam, no final de 2018, 72% do investimento e 45% dos projetos apoiados enquanto os
causados por excesso de precipitação representam 21% do investimento e 46% dos projetos apoiados.

Quadro 180: Op. 6.2.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipo de catástrofe

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de catástrofe</th>
<th>Nº PA</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Mil euros</th>
<th>%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Incêndios</td>
<td>1 063</td>
<td>48 091</td>
<td>72%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Precipitação</td>
<td>1 103</td>
<td>13 744</td>
<td>21%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Seca</td>
<td>184</td>
<td>2 046</td>
<td>3%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ventos extremos e pequeno tornado</td>
<td>28</td>
<td>2 841</td>
<td>4%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>2 378</td>
<td>66 723</td>
<td>100%</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 6.2.2 contribui apenas para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P3B - “Apoio à prevenção e à gestão de riscos nas explorações agrícolas”.

Decorrente do processo de transição para o PDR2020, existiam a 31.12.2018 compromissos assumidos neste domínio de intervenção referentes a projetos aprovados na ação 1.5 – “Restabelecimento do potencial produtivo” do anterior período de programação, cujo montante ascende a 1.328 mil € de despesa pública.

Quadro 181: Op. 6.2.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P3B, verifica-se que os projetos se concentram na região Centro com cerca de 59% da despesa pública comprometida.
O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\textsuperscript{38} de 88%.

Figura 27: Op. 6.2.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

\begin{center}
\includegraphics[width=0.5\textwidth]{image.png}
\end{center}

d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, era de 9.831 mil € de despesa pública e de 8.526 mil € de FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 31% face ao programado.

Em termos relativos é a região do Alentejo que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (79%), e a região do Algarve em menor número, apenas com 23%, dos projetos contratados já com pagamentos.

---

\textsuperscript{38} Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Do universo de projetos contratados, 1.395 têm a execução iniciada e cerca de 37% encontram-se encerrados a 31.12.2018, com especial expressão na região Norte.

Analisando o universo de projetos encerrados verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 15%, assumindo esta o valor maior (71%) na região do Algarve.
Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (1.395 no final de 2018), num total de 9.816 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 29% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P3B.

Quadro 185: Op. 6.2.2 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>29 833</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>9 816</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>1 395</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil euros)</td>
<td>12 396</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3 A3. AMBIENTE, EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E CLIMA

5.3.1 MO7. AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

Esta medida contempla vinte e duas operações, das quais dezanove encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação dos pedidos de apoio é formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de pagamento no formulário do pedido único.

Nesta medida, e nas Operações implementadas no âmbito do SIGC, verificou-se no ano de 2018 uma alteração significativa na informação sobre os beneficiários que são JA e sobre os beneficiários que recorrem a serviços de aconselhamento, fruto de ter sido detetado um erro, em anos anteriores, na contabilização destes indicadores.

AÇÃO. 7.1 – Agricultura biológica

As Operações 7.1.1 e 7.1.2 encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento das operações em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio no formulário do PU de 2015. Em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento.
5.3.1.1 OP. 7.1.1 – Conversão para Agricultura Biológica

**Enquadramento**
A Operação 7.1.1 – Conversão para agricultura biológica, integrada na Medida COM – Agricultura biológica (11), submedida de pagamento à reconversão para as práticas e métodos da agricultura biológica (11.1), destina-se a apoiar a conversão dos sistemas de produção de agricultura convencional para a agricultura biológica.

**Objetivos**
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Melhorar a sustentabilidade da produção;
- Dar uma resposta aos consumidores finais com maiores preocupações ambientais, de segurança alimentar e de preferência por produtos de qualidade.

**Prioridades**
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

**Implementação da Operação**

a) **Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013**

No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 420 pedidos de pagamento com uma área total sobre compromisso de 17.796 ha. O número de pedidos de pagamento diminuiu substancialmente, face a 2017, uma vez que a grande maioria dos beneficiários já fez 3 anos de conversão para a agricultura biológica, permanecendo apenas aqueles que transitaram da produção integrada para a biológica.
Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 3 anos, após o qual o beneficiário transitará automaticamente para a Operação 7.1.2 “Manutenção em agricultura biológica”, por um período de compromisso complementar. O período de compromisso total, no conjunto das duas Operações, será de 5 anos, podendo ser prolongado, no conjunto das duas Operações, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

No ano de 2017, aos beneficiários com compromisso na Operação 7.2.1 “Produção Integrada” foi permitido, aquando da apresentação do pedido de pagamento anual, transitar para a Operação 7.1.1 “Conversão para a Agricultura Biológica”, na condição de se verificar o cumprimento das respetivas condições de elegibilidade. Nesta situação encontram-se 83 beneficiários com um compromisso anual de 366 mil € de despesa pública.

Quadro 186: Op. 7.1.1 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade do Domínio</th>
<th>Compromissos 2018</th>
<th>Compromissos plurianuais (3 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Despesa pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>65</td>
<td>55</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>90</td>
<td>76</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>205</td>
<td>174</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>7</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td></td>
<td><strong>366</strong></td>
<td><strong>310</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 53% da despesa pública comprometida, num total que ascende a 28.801 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.1.1 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foram associados os compromissos de 28.801 mil € de despesa pública ao domínio P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.
c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 27.983 mil € de despesa pública e de 24.790 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de cofinanciamento comunitário de 88,6% uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 96% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 99% da execução concentrou-se nas regiões do Alentejo, Norte e Centro.
Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, e como já referido em relatórios anteriores realça-se na caracterização da Operação que apenas 15% dos beneficiários desta Operação não receberam apoios no âmbito do PRODER e que 81% dos beneficiários recorreram à assistência técnica contratualizada com organizações de agricultores munidas de técnicos reconhecidos ao abrigo da legislação aplicável prevista na Operação.

Quanto aos efetivos declarados por região e por tipo de animal regista-se um aumento face a 2017 do peso da espécie “bovinos” que representa 88% do efetivo declarado e da importância da região do Alentejo que representa 77% dos efetivos.
Quadro 190: Op. 7.1.1 – Indicadores de monitorização – Efetivos declarados, por região e por tipo de animal

No total da área paga por grupo de cultura, 85.698 ha, mantém-se a tendência de anos anteriores, com 61% referente a “Prados e pastagens permanentes” e 21% a “Outras culturas temporárias”, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 191: Op. 7.1.1 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região e por grupo de cultura

No que se refere ao número de explorações verifica-se que 30% se candidatou com culturas de “olival e frutos secos de sequeiro”, 19% com “Prados e Pastagens Permanentes” e 16% com “outras culturas temporárias”, conforme se pode verificar no quadro seguinte. Em termos regionais, o Norte é o mais representativo quando consideramos o número
de explorações apoiadas, com 37%, seguido da região do Alentejo com 34% do total das explorações.

Quadro 192: Op. 7.1.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações por região e por grupo de cultura

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 27.983 mil € de despesa pública. Este montante representa 95% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4. Quanto ao indicador da área física registou-se uma ultrapassagem da meta em 328%.

Quadro 193: Op. 7.1.1 – Indicadores comuns de realização
Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 20% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 61% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 194: Op. 7.1.1 – Indicadores comuns de realização – NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública paga (€)</th>
<th>FEADER pago (€)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>83</td>
<td>216</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1 955</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>22</td>
<td>89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3 626</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>4</td>
<td>46</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>125</td>
<td>510</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6 792</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>6</td>
<td>32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5 195</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>230</td>
<td>821</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>27 983</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>195</td>
<td>697</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>24 790</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.1.2 OP. 7.1.2 – Manutenção em Agricultura Biológica

Enquadramento
A Operação 7.1.2 – Manutenção em agricultura biológica, integrada na Medida COM – Agricultura biológica (11), submedida de pagamento à manutenção das práticas e métodos da agricultura biológica (11.2), destina-se a apoiar a manutenção dos sistemas de produção agrícola em agricultura biológica.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

➢ Manter os sistemas de produção agrícola em agricultura biológica, suportando os custos acrescidos relacionados com este modo de produção comparativamente à agricultura convencional.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

➢ P4;
➢ Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação
a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 2.779 pedidos de pagamento com uma área total sobre compromisso de 206.238 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos para os casos em que os beneficiários se candidataram a esta Operação e de 2 anos para os beneficiários que transitam automaticamente da Operação 7.1.1 “Conversão para a agricultura
biológica”, por um período de compromisso complementar. O período de compromisso total, no conjunto das duas Operações, será de 5 anos, podendo ser prolongado, no conjunto das duas Operações, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 195: Op. 7.1.2 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Compromissos 2018</th>
<th>Compromissos plurianuais (5 anos + 2 anos da 7.1.1)</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>Despesa pública</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>5 652</td>
<td>4 802</td>
<td>22 572</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5 926</td>
<td>5 029</td>
<td>24 286</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>125</td>
<td>94</td>
<td>521</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>13 022</td>
<td>11 067</td>
<td>52 495</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>144</td>
<td>108</td>
<td>680</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>24 869</td>
<td>21 101</td>
<td>100 554</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 52% da despesa pública comprometida, num total que ascende a 100.554 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.1.2 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foram associados os compromissos de 100.554 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 196: Op. 7.1.2 – Distribuição da previsão de compromissos por prioridade/domínio
c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 74.712 mil € de despesa pública e de 65.001 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 97% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 99% da execução concentrou-se nas regiões do Alentejo, Norte e Centro.

Quadro 197: Op. 7.1.2 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1278</td>
<td>16 768</td>
<td>14 615</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>804</td>
<td>17 960</td>
<td>15 657</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>34</td>
<td>382</td>
<td>302</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>860</td>
<td>39 085</td>
<td>34 015</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>33</td>
<td>517</td>
<td>411</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>3 009</td>
<td>74 712</td>
<td>65 001</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, continua a ser de realçar, na caracterização da Operação, que 87% dos beneficiários desta Operação mantêm apoios agroambientais desde o PRODER e que 86% dos beneficiários recorreram à assistência técnica contratualizada com organizações de agricultores munidos de técnicos reconhecidos ao abrigo da legislação aplicável prevista na Operação.

Quanto aos efetivos declarados por região e por tipo de animal regista-se que 83% do efetivo declarado é da classe de “bovinos” e que 72% dos efetivos se concentram na região do Alentejo.

Do total da área paga por grupo de cultura, 224.265 ha, 65% refere-se a “Prados e pastagens permanentes” e 18% a “Outras culturas temporárias”, conforme se pode verificar no quadro seguinte.
No que se refere ao número de explorações verifica-se que 29% se candidatou com culturas de “Olival e frutos secos de sequeiro” e 17% com “Prados e Pastagens Permanentes”, sendo as regiões do Norte e do Alentejo as mais representativas, com 35% e 33% respetivamente.

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurada tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 74.712 mil € de
despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 96% do total de despesa pública programada nesta Operação para o domínio de intervenção P4. Quanto ao indicador da área física registou-se uma ultrapassagem da meta em 164%.

Quadro 202: Op. 7.1.2 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>100 554</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (mil euros)</td>
<td>74 712</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>3 009</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>224 265</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 19% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 64% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 203: Op. 7.1.2 – Indicadores comuns de realização - NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Despesa pública paga* (mil euros)</th>
<th>FEADER paga* (mil euros)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Acumulada</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>NATURA</td>
<td>TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>764</td>
<td>5 570</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>995</td>
<td>5 782</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>4</td>
<td>1 118</td>
<td>3 382</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>3 016</td>
<td>12 973</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>63</td>
<td>152</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>4 840</td>
<td>24 596</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Un: mil euros
AÇÃO. 7.2 – Produção Integrada

5.3.1.3 OP. 7.2.1 – Produção Integrada

A Operação 7.2.1 encontra-se implementada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação do 1º pedido de pagamento é formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de apoio pagamento no formulário do PU 2015. Em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento.

Enquadramento

A Op.7.2.1 – Produção Integrada, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambientais e clima (10.1), destina-se a apoiar um sistema agrícola de produção de alimentos e de outros produtos alimentares de alta qualidade, através de uma gestão racional dos recursos naturais, privilegiando uma utilização dos mecanismos de regulação natural em substituição de utilização de fatores de produção, contribuindo, deste modo, para uma agricultura mais sustentável.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Apoiar os agricultores na adoção das práticas da produção integrada.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente.
Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 14.171 pedidos de pagamento com uma área total sobre compromisso de 828.349 ha.

No ano de 2018 aos beneficiários com compromisso nesta Operação foi permitido, aquando da apresentação do pedido de pagamento anual, transitar para a Operação 7.1.1 “Conversão para Agricultura Biológica”, na condição de se verificar o cumprimento das respetivas condições de elegibilidade. Nesta situação encontram-se 83 beneficiários com um compromisso anual de 366 mil € de despesa pública.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 204: Op. 7.2.1 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade e/ou Domínio</th>
<th>Compromissos 2018</th>
<th>Compromissos plurianuais</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td></td>
<td>14 412</td>
<td>12 250</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>74 915</td>
<td>62 946</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td>12 318</td>
<td>10 470</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>62 822</td>
<td>53 412</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td>2 532</td>
<td>1 904</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>12 821</td>
<td>9 652</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td>40 582</td>
<td>34 474</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>204 663</td>
<td>173 862</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td>2 055</td>
<td>1 548</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>10 596</td>
<td>7 994</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>71 900</td>
<td>60 646</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>364 916</td>
<td>307 866</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 56% da despesa pública comprometida, num total que ascende a 364.916 mil € de despesa pública.
b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.2.1 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foram associados os compromissos de 364.916 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 205: Op. 7.2.1 – Distribuição da previsão de compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos plurianuais (5 anos)</th>
<th>Un. mil euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P4</td>
<td>15 658</td>
<td>364 916 307 866</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>15 658</td>
<td>364 916 307 866</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.

Figura 30. Op. 7.2.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>% de despesa pública associada ao domínio</th>
<th>Algarve</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Centro</th>
<th>Norte</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% de despesa pública</td>
<td>3%</td>
<td>56%</td>
<td>4%</td>
<td>4%</td>
<td>20%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>% de despesa pública associada ao domínio</th>
<th>59º, n.º 4, alínea f)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Em 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 287.111 mil € de despesa pública e 249.781 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa
de execução (rátio entre o fundo pago e o programado) de 98% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 56% da execução concentrou-se na região do Alentejo.

Quadro 206: Op. 7.2.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>7 612</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3 154</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>359</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4 149</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>384</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>15 658</td>
</tr>
</tbody>
</table>

\[ Un. mil euros \]

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, mantem-se o peso elevado dos beneficiários desta Operação já se tinham candidatado no período de programação anterior (PRODER) em 79% e que 94% dos beneficiários recorreram à assistência técnica contratualizada com organizações de agricultores, dotados de técnicos reconhecidos, ao abrigo da legislação aplicável prevista na Operação.
Quanto aos efetivos declarados por região e por tipo de animal regista-se que 89% do efetivo declarado é da classe de “bovinos” e que 89% dos efetivos se concentra na região do Alentejo.

Do total da área paga por grupo de cultura, 941.660 ha, 44% refere-se a “Prados e Pastagens Permanentes” e 22% a “Outras culturas temporárias”, conforme se pode verificar no quadro seguinte.
No que se refere ao número de explorações verifica-se que as regiões mais representativas são o Norte e o Alentejo, com 43% e 33% respetivamente. Em termos de tipo de cultura, 23% candidatou-se com culturas de “Vinha” e do “Olival e frutos secos de sequeiro”, 12% com “Frutos Frescos de Regadio” e 11% com “Outras culturas temporárias”, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

**Quadro 210: Op. 7.2.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações por região e por grupo de cultura**

<table>
<thead>
<tr>
<th>GRUPO DE CULTURA</th>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>Frutos Frescos de Regadio</td>
<td>1 449</td>
</tr>
<tr>
<td>Frutos Frescos de Sequeiro</td>
<td>529</td>
</tr>
<tr>
<td>Olival e Frutos Secos de Regadio</td>
<td>515</td>
</tr>
<tr>
<td>Olival e Frutos Secos de Sequeiro</td>
<td>4 224</td>
</tr>
<tr>
<td>Vinha</td>
<td>4 502</td>
</tr>
<tr>
<td>Prados e Pastagens Permanentes</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>Horticultura</td>
<td>219</td>
</tr>
<tr>
<td>Arroz</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras Culturas temporárias Primavera Verão regadio</td>
<td>233</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras culturas temporárias</td>
<td>223</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>12 046</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Uma exploração pode ter mais de 1 cultura.

Dos indicadores comuns de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de
pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 287.111 mil euros de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 98% do total de despesa pública programada nesta Operação para o domínio de intervenção P4. Quanto ao indicador da área física registou-se uma ultrapassagem da meta em 297%.

Quadro 211: Op. 7.2.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>364 916</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (mil euros)</td>
<td>287 111</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>15 658</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>941 660</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 12% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 76% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 212: Op. 7.2.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA

Un.: mil euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>1 340</td>
<td>17 464</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>1 062</td>
<td>14 866</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>35</td>
<td>3 184</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>8 690</td>
<td>49 481</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>269</td>
<td>2 450</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>11 395</td>
<td>87 446</td>
</tr>
</tbody>
</table>
AÇÕES. 7.3 – Pagamentos Rede Natura

As Operações 7.3.1 e 7.3.2 encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas Operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação dos pedidos de apoio é formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de pagamento no formulário do pedido único.

No caso da Op.7.3.1, todos os anos, no PU, é apresentado em simultâneo o pedido de apoio e o pedido de pagamento.

Relativamente à Op. 7.3.2, a apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de apoio no formulário do pedido único de 2015. Em 2018 foi formalizado o 4º pedido de pagamento.

5.3.1.4 OP. 7.3.1 – Pagamentos Rede Natura - Pagamento Natura

Enquadramento

A Op.7.3.1 – Pagamento Natura, integrada na Medida COM – Pagamentos diretos a título da rede Natura 2000 e da Diretiva-Quadro Água (12), submedida de pagamento compensatório em superfície agrícola Natura 2000 (12.1), destina-se a apoiar os agricultores ativos com parcelas de superfície agrícola, situadas nas áreas designadas ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Compensar parcialmente os agricultores ativos com parcelas de superfície agrícola, situadas nas áreas designadas ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats, das desvantagens e restrições impostas pelos planos de gestão ou outros instrumentos equivalentes e que se traduzem em restrições na alteração de uso do solo na adoção das práticas da produção integrada.
Restaurar, valorizar e proteger a biodiversidade no âmbito da Rede Natura 2000.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

**Implementação da Operação**

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se, no ano de 2018, 6.660 candidaturas com uma área total candidata de 357.224 ha.

Os compromissos a título do Pagamento Natura são assumidos anualmente.

---

**Quadro 213: Op. 7.3.1 – Distribuição regional dos compromissos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade / Domínio</th>
<th>Compromissos anuais</th>
<th>Compromissos acumulados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Despesa pública FEDAER</td>
<td>Despesa pública FEDAER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>164 140 566 481</td>
<td>164 140 566 481</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>789 670 2 768 2 351</td>
<td>789 670 2 768 2 351</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>7 6 11 9</td>
<td>7 6 11 9</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>9 934 8 444 36 194 30 764</td>
<td>9 934 8 444 36 194 30 764</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>100 75 291 219</td>
<td>100 75 291 219</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>10 994 9 334 39 831 33 826</td>
<td>10 994 9 334 39 831 33 826</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 91% da despesa pública comprometida, num total de 39.831 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural
A Operação 7.3.1 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foram associados os compromissos de 39.831 mil € de Despesa Pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 214: Op. 7.3.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio (1)</th>
<th>Compromissos Acumulados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>7477</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>7477</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das Prioridades é apresentado no Anexo I

Figura 31. Op. 7.3.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 30.475 mil € de Despesa Pública e 25.881 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 69% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta
Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 91% da execução concentrou-se na Região do Alentejo.

Quadro 215: Op. 7.3.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 747</td>
<td>434</td>
<td>369</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1 267</td>
<td>214</td>
<td>1 796</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>5</td>
<td>6</td>
<td>5</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4 304</td>
<td>2710</td>
<td>23 553</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>154</td>
<td>211</td>
<td>159</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>7 477</td>
<td>30 475</td>
<td>25 881</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores específicos de realização, verifica-se que 75% dos beneficiários desta Operação mantêm-se desde o PRODER.

Quadro 216: Op. 7.3.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL</td>
<td>Jovens Agricul-tores</td>
<td>Recorrem a serviços de aconselhamento</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 747</td>
<td>68</td>
<td>84</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1 267</td>
<td>80</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>5</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4 304</td>
<td>264</td>
<td>30</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>154</td>
<td>9</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>7 477</td>
<td>421</td>
<td>131</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Relativamente às áreas condicionadas verificou-se, tal como tinha acontecido em anos anteriores, que a área condicionada do tipo 2 foi a mais representativa com 94% do total da área apoiada. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição das áreas por tipo de área condicionada.
Quadro 217: Op. 7.3.1 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região e por área geográfica condicionada

No que se refere ao número de explorações verifica-se que 64% se candidataram na área geográfica condicionada do tipo 2 com particular incidência da região do Alentejo, com 4.305 explorações, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 218: Op. 7.3.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações por região e por área geográfica condicionada

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integra no final de 2018 um total de 30.475 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 68% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Quadro 219: Op. 7.3.1 – Indicadores comuns de realização
Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, a totalidade da área está integrada na rede NATURA, cerca de 91% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.

**Quadro 220: Op. 7.3.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Dominio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>116</td>
<td>116</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>568</td>
<td>568</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>7 206</td>
<td>27 710</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>65</td>
<td>211</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>7 959</td>
<td>30 475</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.1.5 OP. 7.3.2 – Pagamentos Rede Natura - Apoios Zonais de Carácter Agroambiental

**Enquadramento**

A Op.7.3.2 – Apoios zonais de carácter agroambiental, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10.0), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se, numa lógica de gestão ativa, dar continuidade a algumas Intervenções Territoriais Integradas que tiveram significativa adesão no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente relativo ao período 2007 -2013, permitindo de uma forma eficaz e focada responder aos objetivos de conservação de zonas inseridas na Rede Natura 2000 com valores naturais específicos.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Restaurar, valorizar e proteger a biodiversidade no âmbito da Rede Natura 2000;
- Apoiar os agricultores que, numa lógica de gestão ativa, assumam compromissos agroambientais em zonas inseridas na Rede Natura 2000 com valores naturais específicos.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

**Implementação da Operação**

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.
Registou-se um total de 1.154 pedidos de pagamento com uma área total sobre compromisso de 69.848 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 221: Op. 7.3.2 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos 2018</th>
<th>Compromissos plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4 1 600</td>
<td>1 360</td>
<td>8 087</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4 13</td>
<td>2</td>
<td>67</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4 2 827</td>
<td>2 050</td>
<td>14 510</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4 7</td>
<td></td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>4 447</td>
<td>3 413</td>
<td>22 700</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo e do Norte absorvem quase 100% da despesa pública comprometida, num total de 22.700 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.3.2 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foi associado o montante de compromissos de 22.700 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 222: Op. 7.3.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio (1)</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>1 236</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 236</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das Prioridades é apresentada no Anexo I.
c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 14.924 mil € de despesa pública e de 12.685 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 72% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 65% da execução concentrou-se na Região do Alentejo.

Quadro 223: Op. 7.3.2 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P4</td>
<td>978</td>
<td>5 236</td>
<td>4 450</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>P4</td>
<td>7</td>
<td>39</td>
<td>35</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>P4</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>P4</td>
<td>250</td>
<td>9 628</td>
<td>8 184</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>P4</td>
<td>1</td>
<td>22</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>1 236</td>
<td>14 924</td>
<td>12 685</td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a presente Operação foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.
É de notar que 49% da área sob compromisso encontra-se em Rede Natura e que do total das explorações pagas 85% já eram beneficiárias do PRODER.

Quadro 224: Op. 7.3.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

Relativamente às áreas verificou-se que a área relativa à “manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio” do AZ de Castro Verde representou 50% do total da área apoiada, seguida da área relativa a “Gestão do pastoreio em áreas de baldio” do AZ da Peneda-Gerês com 39% do total da área apoiada.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição das áreas por tipo de apoio.

Quadro 225: Op. 7.3.2 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região e por tipo de apoio

No que se refere ao número de explorações verifica-se que 53% dos beneficiários se candidataram no AZ Peneda-Gerês “Manutenção de Socalcos”, conforme se pode verificar no quadro seguinte.
Os indicadores de realização, realçam-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 14.924 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho, este montante representa cerca de 72% do total de despesa pública programada para esta Operação no domínio de intervenção P4.

Da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, 62% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, representando o Alentejo cerca de 91%, conforme apresentado no quadro seguinte.
AÇÃO. 7.4 – Conservação do Solo

As Operações 7.4.1 e 7.4.2 encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas Operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de apoio no formulário do pedido único de 2015. Em 2018 foi formalizado o 4º pedido de pagamento.

5.3.1.6 OP. 7.4.1 – Conservação do Solo - Sementeira Direta ou Mobilização na Linha

Enquadramento
A Op.7.4.1 – Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se a contribuir para obter benefícios ambientais diretos ao nível do recurso solo, através da adoção de práticas benéficas para a sua conservação, permitindo reduzir fenómenos de erosão, melhorar a estrutura, aumentar o teor em matéria orgânica do solo e com efeitos diretos nas alterações climáticas pelo sequestro de carbono no solo. A adoção voluntária de rotações específicas permite melhorar a estrutura do solo.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Promover a adoção de práticas benéficas ambientais;
- Prevenir a erosão e melhorar os solos;
- Promover a conservação e o sequestro de carbono na agricultura.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:
P4 e P5E;

Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 191 pedidos de pagamento no ano com uma área total candidata de 15.824 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 229: Op. 7.4.1 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade / Domínio</th>
<th>Compromissos 2018</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P4</td>
<td>2</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
<td>2</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>P4</td>
<td>39</td>
<td>220</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
<td>39</td>
<td>220</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>P4</td>
<td>15</td>
<td>101</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
<td>15</td>
<td>101</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>P4</td>
<td>282</td>
<td>1.534</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
<td>282</td>
<td>1.534</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>P4</td>
<td>3</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
<td>3</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>682</td>
<td>3.766</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 81% da despesa pública comprometida, num total de 3.766 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural
A Operação 7.4.1 contribui para dois domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.
Assim, foram associados os compromissos de 1.883 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas” e 1.883 mil € de despesa pública à P5E – “Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura”.

Quadro 230: Op. 7.4.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio (1)</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>235</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>235</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>235</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das Prioridades é apresentado no Anexo I

Figura 33. Op. 7.4.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 2.987 mil € de despesa pública e 2.611 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global (rácio
entre o fundo pago e o programado) de 82% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 59% da execução concentrou-se na Região do Alentejo.

Quadro 231: Op. 7.4.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>P4</th>
<th>P5A</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>5</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>19</td>
<td>70</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>13</td>
<td>773</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>195</td>
<td>773</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>3</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>235</td>
<td>1305</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 232: Op. 7.4.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL</td>
<td>Jovens Agricul-tores</td>
<td>Recorrem a serviços de aconselhamento</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Norte</td>
<td>5</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Centro</td>
<td>19</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>LVT</td>
<td>13</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alentejo</td>
<td>195</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Algarve</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>235</td>
<td>25</td>
<td>9</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.
Relativamente aos compromissos opcionais que os beneficiários podem assumir verificou-se que 39% dos beneficiários optou por compromissos opcionais, destes 55% da área em culturas temporárias de regadio. Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição da área e dos beneficiários por tipo de compromisso opcional.

Quadro 233: Op. 7.4.1 – Indicadores de monitorização – Área, região, grupo de cultura e compromisso opcional

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO/ACUMULADO</th>
<th>GRUPO DE CULTURA</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Culturas temporárias de regadio</td>
<td>36</td>
<td>1 157</td>
<td>417</td>
<td>3 097</td>
<td>87</td>
<td>4 793</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Compromisso opcional:</td>
<td>480</td>
<td>417</td>
<td>1 692</td>
<td>2 536</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Palha no solo</td>
<td>136</td>
<td>185</td>
<td>321</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Culturas melhoradoras</td>
<td>26</td>
<td>803</td>
<td>425</td>
<td>15 556</td>
<td>67</td>
<td>16 877</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Compromisso opcional:</td>
<td>62</td>
<td>82</td>
<td>1 439</td>
<td>1 583</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Palha no solo</td>
<td>313</td>
<td>483</td>
<td>796</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>62</td>
<td>1 959</td>
<td>843</td>
<td>18 653</td>
<td>154</td>
<td>21 671</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Notas: 1. As áreas de acumulados foram consideradas os valores sem repetições e considerado o valor máximo da área paga por grupo de cultura.

Quadro 234: Op. 7.4.1 – Indicadores de monitorização – Número explorações, por região, grupo de cultura e compromisso opcional

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO/ACUMULADO</th>
<th>GRUPO DE CULTURA</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Culturas temporárias de regadio</td>
<td>4</td>
<td>16</td>
<td>8</td>
<td>78</td>
<td>1</td>
<td>107</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Compromisso opcional:</td>
<td>7</td>
<td>8</td>
<td>37</td>
<td>52</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Palha no solo</td>
<td>1</td>
<td>7</td>
<td>8</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Culturas melhoradoras</td>
<td>3</td>
<td>13</td>
<td>5</td>
<td>181</td>
<td>2</td>
<td>204</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Compromisso opcional:</td>
<td>5</td>
<td>1</td>
<td>38</td>
<td>44</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Palha no solo</td>
<td>3</td>
<td>14</td>
<td>17</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Culturas melhoradoras</td>
<td>7</td>
<td>29</td>
<td>13</td>
<td>259</td>
<td>3</td>
<td>311</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Notas: 1. Uma exploração pode ter mais de 1 cultura.

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa Pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 2.987 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 81% do total de despesa pública programada quer para o domínio de intervenção P4, quer para o PSE.
Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 18% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 88% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado nos quadros seguintes.

**Quadro 235: Op. 7.4.1 – Indicadores comuns de realização**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>1 883</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (mil euros)</td>
<td>1 494</td>
</tr>
<tr>
<td>Beneficiários (nº)</td>
<td>235</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>10 835</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Quadro 236: Op. 7.4.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA P4**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>6 104</td>
<td>28 511</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>16 1</td>
<td>87</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>62 207</td>
<td>238 877</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>1 3</td>
<td>3 14</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>69</td>
<td>332</td>
<td>270</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Quadro 237: Op. 7.4.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA P5E**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>SE</td>
<td>2</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>SE</td>
<td>6 101</td>
<td>28 500</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>SE</td>
<td>16 1</td>
<td>85</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>SE</td>
<td>58 200</td>
<td>235 883</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>SE</td>
<td>1 3</td>
<td>3 14</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>65</td>
<td>322</td>
<td>266</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.1.7 OP. 7.4.2 – Conservação do Solo - Enrelvamento da Entrelinha de Culturas Permanentes

Enquadramento

A Op.7.4.2 – Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10.0), submedida de pagamento para compromissos Agroambiente e clima (10.1), destina-se a contribuir para obter benefícios ambientais diretos ao nível do recurso solo, através da adoção de práticas benéficas para a sua conservação, permitindo reduzir fenómenos de erosão, melhorar a estrutura, aumentar o teor em matéria orgânica do solo e com efeitos diretos nas alterações climáticas pelo sequestro de carbono no solo.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Promover a adoção de práticas benéficas ambientais;
- Prevenir a erosão e melhorar os solos;
- Promover a conservação e o sequestro de carbono na agricultura.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4 e P5E;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 1.927 pedidos de pagamento com uma área total candidata de 29.589 ha.
Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

**Quadro 238: Op. 7.4.2 – Distribuição regional dos compromissos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Dominio</th>
<th>Compromissos 2018</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Despesa pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>534</td>
<td>2 842</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SE</td>
<td>534</td>
<td>2 842</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>132</td>
<td>701</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SE</td>
<td>132</td>
<td>701</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>5</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SE</td>
<td>5</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>547</td>
<td>2 960</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SE</td>
<td>547</td>
<td>2 960</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>3</td>
<td>24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SE</td>
<td>3</td>
<td>24</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>2 443</td>
<td>2 075</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 45% da despesa pública comprometida, num total de 13.118 mil €.

**b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural**

A Operação 7.4.2 contribui para dois domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, tendo já em consideração o PU de 2018, foram associados os compromissos de 6.559 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas” e 6.559 mil € de despesa pública à P5E – “Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura”.

c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 10.396 mil € de despesa pública e 9.111 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rácib entre o fundo pago e o programado) de 96% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 88% da execução concentrou-se nas regiões do Alentejo e do Norte.
Quadro 240: Op. 7.4.2 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
<th>P4</th>
<th>P5A</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 191</td>
<td>2 246</td>
<td>1 969</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>377</td>
<td>554</td>
<td>486</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>9</td>
<td>28</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>778</td>
<td>2 351</td>
<td>2 063</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>17</td>
<td>19</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2 372</td>
<td>5 198</td>
<td>4 555</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**d) Indicadores de acompanhamento do Programa**

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, na caracterização da Operação regista-se que 17% dos beneficiários desta Operação são JA e uma parte significativa das explorações pagas (81%) recebeu apoio no PRODER.

Quadro 241: Op. 7.4.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2 372 406 171 1 931 635 36 922 5 154</td>
<td>36 922</td>
<td>5 154</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Relativamente às áreas foram pagos 36.744 ha dos quais 90% localizam-se nas regiões do Alentejo e do Norte, conforme o quadro seguinte.
No que se refere ao número de explorações verifica-se que 50% dos beneficiários se localizam na região Norte, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

**Quadro 243: Op. 7.4.2 – Indicadores de monitorização – Número de explorações pagas por região**

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1 191</td>
<td>377</td>
<td>9</td>
<td>778</td>
<td>17</td>
<td>2 372</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1 191</td>
<td>377</td>
<td>9</td>
<td>778</td>
<td>17</td>
<td>2 372</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 10.396 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 94% e 95% do total de despesa pública programada respetivamente para o domínio de intervenção P4 e P5E.

Quanto ao indicador da área física registou-se uma ultrapassagem da meta em 182%.
Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 12% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 80% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.
AÇÃ"O. 7.5 – Uso Eficiente da Água

A Operação 7.5.1 encontra-se implementada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas Operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de apoio no formulário do pedido único de 2015. Em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento.

5.3.1.8 OP. 7.5.1 – Uso Eficiente da Água

Enquadramento
A Op.7.5.1 – Uso eficiente da água, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10.0), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10), destina-se a obter benefícios ambientais diretos, por um lado ao nível da melhor gestão do recurso água, permitindo uma poupança efetiva no consumo de água de rega, através do aumento da eficiência de rega e, por outro, contribuindo para o combate às alterações climáticas, através da melhoria da eficiência do uso da energia.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Promover a adoxão de práticas ambientais benéficas;
- Melhorar a gestão da água, dos adubos e dos pesticidas;
- Melhorar a eficiência na utilização da água pelo sector agrícola;
- Compensar os agricultores na adoxão de práticas de regadio que assegurem condições para um uso mais eficiente e sustentável do recurso água.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4 e P5A;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

**Implementação da Operação**

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 781 pedidos de pagamento com uma área total de 73.261 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

**Quadro 247: Op. 7.5.1 – Distribuição regional dos compromissos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Anuais</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Despesa pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>30</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>140</td>
<td>119</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>140</td>
<td>119</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>140</td>
<td>119</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>55</td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>55</td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>2 100</td>
<td>1 785</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>2 100</td>
<td>1 785</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>27</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>27</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>4 705</td>
<td>3 984</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 89% da despesa pública comprometida, num total de 24.624 mil €.
b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.5.1 contribui para dois domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foram associados os compromissos de 12.312 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas” e de 12.312 mil € de despesa pública à P5A – “Aumento da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola”.

Tendo em consideração que estes compromissos são plurianuais, foram considerados, em termos acumulados, os compromissos que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 248: Op. 7.5.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>871</td>
</tr>
<tr>
<td>P5A</td>
<td>871</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>871</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descriptivo das Prioridades é apresentado no Anexo I

Figura 35. Op. 7.5.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio
c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 15.175 mil € de despesa pública e 12.842 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rádio entre o fundo pago e o programado) de 78% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 89% da execução concentrou-se na Região do Alentejo.

Quadro 249: Op. 7.5.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nº</td>
<td>29</td>
<td>65</td>
<td>27</td>
<td>727</td>
<td>23</td>
<td>871</td>
</tr>
<tr>
<td>Desp. pública</td>
<td>87</td>
<td>447</td>
<td>183</td>
<td>6.791</td>
<td>80</td>
<td>7.587</td>
</tr>
<tr>
<td>FEADER</td>
<td>74</td>
<td>380</td>
<td>139</td>
<td>5.767</td>
<td>61</td>
<td>6.421</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>29</td>
<td>87</td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>65</td>
<td>447</td>
<td>380</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>27</td>
<td>183</td>
<td>139</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>727</td>
<td>6.791</td>
<td>5.767</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>23</td>
<td>80</td>
<td>61</td>
</tr>
</tbody>
</table>

TOTAL: 871 7.587 6.421

Un.: mil euros


Quadrado da esquerda:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>29</td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>65</td>
<td>380</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>27</td>
<td>139</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>727</td>
<td>5.767</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>23</td>
<td>61</td>
</tr>
</tbody>
</table>

TOTAL: 871 7.587 6.421


d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, para além do peso que os beneficiários já existentes no PRODER têm (80%) é de realçar que 20% dos beneficiários desta Operação são JA e que 57% são membros de AP/OP.
Relativamente às áreas foram já pagos 88.469 ha dos quais 91% localizam-se na região do Alentejo e destas 50% referem-se a culturas de “Vinha para Vinho, Olival e Frutos Secos”. O regante da classe A representa 82% da área total paga, conforme o quadro seguinte.

No que se refere ao número de explorações verifica-se que 84% dos beneficiários se localizam na região do Alentejo, conforme se pode verificar no quadro seguinte. O regante da classe A representa 75% do total de explorações pagas, conforme o quadro seguinte.
Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 15.175 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 77% do total de despesa pública programada quer para o domínio de intervenção P4 e quer para o PSA.

Quanto ao indicador da área física registou-se uma ultrapassagem da meta em 342%.

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 12% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e desta, cerca de 96% situa-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.
**Quadro 254: Op. 7.5.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA P4**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>NATURA</td>
<td>TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>3</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>6</td>
<td>138</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>1</td>
<td>58</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>285</td>
<td>2196</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>3</td>
<td>23</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>297</td>
<td>2444</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Quadro 255: Op. 7.5.1 – Indicadores comuns de realização P5A**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>NATURA</td>
<td>TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>5A</td>
<td>3</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5A</td>
<td>6</td>
<td>138</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>5A</td>
<td>1</td>
<td>58</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>5A</td>
<td>285</td>
<td>2196</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>5A</td>
<td>3</td>
<td>23</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>297</td>
<td>2444</td>
</tr>
</tbody>
</table>
AÇÃO. 7.6 – Culturas Permanentes Tradicionais

Esta ação contempla duas Operações, a 7.6.1 e a 7.6.2. Ambas encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas Operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de apoio no formulário do Pedido Único de 2015. Em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento.

5.3.1.9 OP. 7.6.1 – Culturas Permanentes Tradicionais

Enquadramento
A Op.7.6.1 – Culturas permanentes tradicionais, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiental clima (10.1), destina-se a assegurar a manutenção de sistemas tradicionais de culturas permanentes (olival tradicional e pomares tradicionais) importantes para a preservação do ambiente, para a manutenção da biodiversidade, do património genético vegetal e da preservação de paisagens características.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Apoiar os agricultores que assegurem a manutenção de sistemas tradicionais de culturas permanentes em áreas geográficas específicas, de forma a assegurar uma gestão ambientalmente sustentável das áreas em questão, permitindo preservar os benefícios ambientais e em termos de biodiversidade associados a estes sistemas de produção.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 31.155 pedidos de pagamento com uma área total candidata de 115.948 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 256: Op. 7.6.1 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Anuais</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Despesa pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>4 741</td>
<td>4 029</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>2 882</td>
<td>2 449</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>6 983</td>
<td>5 936</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>508</td>
<td>381</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>15 117</td>
<td>12 798</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 46% da despesa pública comprometida, num total de 79.220 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.6.1 contribui para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.
Assim, foram associados os compromissos de 79.220 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Tendo em consideração que estes compromissos são plurianuais, foram considerados, em termos acumulados, os compromissos que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 257: Op. 7.6.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>34 570</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>34 570</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das Prioridades é apresentada no Anexo I

Figura 36. Op. 7.6.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 56.902 mil € de despesa pública e 48.181 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rácio entre o fundo pago e o programado) de 87% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez
que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 77% da execução concentrou-se nas Regiões do Alentejo e do Norte.

Quadro 258: Op. 7.6.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
<th>P4</th>
<th>Nº Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>14 235</td>
<td>16 630</td>
<td>14 136</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>9 739</td>
<td>10 047</td>
<td>9 390</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>9</td>
<td>29</td>
<td>23</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>9 728</td>
<td>27 344</td>
<td>23 241</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>859</td>
<td>1 853</td>
<td>1 391</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>34 570</td>
<td>56 902</td>
<td>48 181</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 259: Op. 7.6.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>34 570</td>
<td>1216</td>
<td>26 682</td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, realça-se na caracterização da Operação que 12% dos beneficiários desta Operação são membros de AP/OP e uma parte significativa das explorações pagas (77%) recebeu apoio no PRODER.

Foram pagos 133.463 ha a 34.570 explorações, dos quais 50% localiza-se na região do Alentejo, conforme quadros seguintes.
Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurada tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 56.902 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 86% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 20% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 54% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.
Quadro 263: Op. 7.6.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>NATURA</td>
<td>TOTAL</td>
<td>NATURA</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>429</td>
<td>2 791</td>
<td>3 049</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>347</td>
<td>2 652</td>
<td>1 519</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>1 628</td>
<td>6 882</td>
<td>6 154</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>55</td>
<td>144</td>
<td>654</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>2 460</td>
<td>12 474</td>
<td>11 376</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.1.10  OP. 7.6.2 – Culturas Permanentes Tradicionais - Douro Vinhateiro

Enquadramento
A Op.7.6.2 – Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se a assegurar a preservação do património de alto valor paisagístico característico da Região Demarcada do Douro, classificada como património mundial, através de apoios à manutenção dos muros de pedra posta que delimitam parcelas com culturas permanentes de vinha, olival, amendoal, citrinos, cerejeiras e mortórios.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

➢ Preservar as paisagens tradicionais da Região Demarcada do Douro, mantendo os muros de pedra posta no Douro Vinhateiro respondendo à necessidade de preservar o efeito positivo que os mesmos têm na biodiversidade, nomeadamente enquanto local de refúgio e de alimentação para a fauna bravia local e preservação da paisagem característica do Douro.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

➢ P4;
➢ Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação
a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

   No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.
Registou-se um total de 5.847 pedidos de pagamento com uma área total candidata de 14.361 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 264: Op. 7.6.2 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Anuais</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Despesa pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>7.452</td>
<td>6.334</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>107</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td>467</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td>397</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td>397</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>7.559</td>
<td>6.425</td>
<td>35.093</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Un. milhões

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.6.2 contribui para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, tendo já em consideração o PU de 2018, foram associados os compromissos de 35.093 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 265: Op. 7.6.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>6.401</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>6.401</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descriptivo das Prioridades é apresentado no Anexo I
c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 20.565 mil € de despesa pública e de 17.480 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (ráció entre o fundo pago e o programado) de 93% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>6 288</td>
<td>20 224</td>
<td>17 191</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>113</td>
<td>341</td>
<td>290</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>6 401</td>
<td>20 565</td>
<td>17 480</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 266: Op. 7.6.2 – Distribuição regional dos projetos pagos

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.
Dos indicadores de monitorização, verifica-se que uma parte significativa das explorações pagas (80%) recebeu apoio no PRODER e apenas 6% da área sob compromisso encontra-se em rede Natura.

Quadro 267: Op. 7.6.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Jovens Agricultores</th>
<th>Recorrem a serviços de accionamento</th>
<th>Que receberam apoio no PRODER</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>6 288</td>
<td>433</td>
<td>170</td>
<td>5 019</td>
<td>15 916</td>
<td>566</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>113</td>
<td>6</td>
<td>95</td>
<td>519</td>
<td>16 528</td>
<td>321</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>16 528</td>
<td>321</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>16 528</td>
<td>321</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>6 401</td>
<td>439</td>
<td>170</td>
<td>5 114</td>
<td>16 528</td>
<td>931</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições

Relativamente às áreas foram pagos 16.484 ha, dos quais 97% localizam-se na região do Norte, conforme quadros seguintes.

Quadro 268: Op. 7.6.2 – Indicadores de monitorização – áreas pagas por região

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
<th>unid: ha</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>15 916</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>568</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>6 401</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>16 484</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 269: Op. 7.6.2 – Indicadores de monitorização – Numero Explorações pagas por região

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
<th>unid: Nº</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>6 288</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>113</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>6 401</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>16 401</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 20.565 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante
representa cerca de 92% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Quadro 270: Op. 7.6.2 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>35 093</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamento anual) (mil euros)</td>
<td>20 565</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>6 401</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>16 484</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, apenas 6% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 271: Op. 7.6.2 – Indicadores comuns de realização – NATURA
AÇÃO. 7.7 – Pastoreio Extensivo

Esta ação contempla três operações, a Operação 7.7.1, a Operação 7.7.2 e a Operação 7.7.3. Todas estas operações encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação do 1º pedido de pagamento foi formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de apoio no formulário do Pedido Único de 2015. Em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento.

5.3.1.11 OP. 7.7.1 – Pastoreio Extensivo – Apoio à Manutenção de Lameiros de Alto Valor Natural

Enquadramento

A Op.7.7.1 – Pastoreio Extensivo – Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se a assegurar a manutenção ou a adoção de modos extensivos de exploração pecuária que, sendo compatíveis com uma utilização sustentável dos recursos naturais, permitem assegurar a manutenção de lameiros de elevado valor natural, gerando dessa forma benefícios agroambientais nos territórios onde se inserem.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Promover a adoção de práticas ambientais benéficas;
- Assegurar a manutenção de modos extensivos de produção pecuária;
- Prevenir e melhorar a gestão dos solos;
- Manter o património genético vegetal;
- Promover a conservação e o sequestro de carbono na agricultura.
Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 4.952 pedidos de pagamento com uma área total candidata de cerca de 17.143 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 272: Op. 7.7.1 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade / Domínio</th>
<th>Compromissos Anuais</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P4</td>
<td>1 735</td>
<td>1 474</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>P4</td>
<td>363</td>
<td>309</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>P4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>P4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>P4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>2 098</td>
<td>1 783</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Norte absorveu 83% da despesa pública comprometida, num total de 10.836 mil €.
b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.7.1 contribui para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foram associados os compromissos de 10.836 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 273: Op. 7.7.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>5 552</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>5 552</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das Prioridades é apresentado no Anexo I

Figura 38. Op. 7.7.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

C) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 6.397 mil € de despesa pública e 5.437 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rádio entre o fundo pago e o programado) de 73% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez
que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 83% da execução concentrou-se na Região do Norte.

Quadro 274: Op. 7.7.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº projetos pagos</th>
<th>Nº desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4 811</td>
<td>5 310</td>
<td>4 513</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>741</td>
<td>1 087</td>
<td>924</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>5 552</td>
<td>6 397</td>
<td>5 437</td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, realça-se na caracterização da Operação que 93% dos beneficiários desta Operação já foram beneficiários do PRODER.

Quadro 275: Op. 7.7.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação – Regadio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2 652</td>
<td>7 970</td>
<td>1 360</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>726</td>
<td>2 794</td>
<td>648</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>3 378</td>
<td>10 764</td>
<td>2 008</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.
Relativamente à área paga por tipo de lameiro verificou-se que 55% da área de lameiro é de regadio. Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição regional, por tipo de lameiro, das áreas pagas e do número de explorações.

Quadro 277: Op. 7.7.1 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região e por tipo de lameiro

Quadro 278: Op. 7.7.1 – Indicadores de monitorização – Numero Explorações pagas por região e por tipo de lameiro

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 6.397 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa
cerca de 72% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Quadro 279: Op. 7.7.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>10 836 8 859 122%</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (mil euros)</td>
<td>6 397 8 859 72%</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>5 552</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>19 580 78 161 25%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 20% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 83% situam-se na região do Norte, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 280: Op. 7.7.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>324</td>
<td>1 690</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>94</td>
<td>344</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>418</td>
<td>2 034</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>418</td>
<td>2 034</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A Op. 7.7.2 – Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se a assegurar a manutenção de práticas de pastoreio extensivo que assegurem a manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris no montado de sobro, azinho ou carvalho negral, permitindo gerar benefícios agroambientais nos territórios onde se inserem.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Promover a adoção de práticas ambientais benéficas;
- Assegurar a manutenção de modos extensivos de produção pecuária;
- Prevenir e melhorar a gestão dos solos;
- Promover a biodiversidade;
- Promover a conservação e o sequestro de carbono na agricultura.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

**Implementação da Operação**

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.
Registou-se um total de 1.385 pedidos de pagamento com uma área total candidata de 188.512 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 281: Op. 7.7.2 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Compromissos 2018</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P4</td>
<td>7</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>P4</td>
<td>270</td>
<td>229</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>P4</td>
<td>53</td>
<td>42</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>P4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

TOTAL 4 516 3 835 23 439 19 905

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Alentejo absorveu 93% da despesa pública comprometida, num total de 23.439 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.7.2 contribui para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, tendo já em consideração o PU de 2018, foram associados os compromissos de 23.439 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 282: Op. 7.7.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>1 589</td>
</tr>
</tbody>
</table>

TOTAL 1 589 23 439 19 905

(1) Descrição das Prioridades é apresentado no Anexo 1
c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 13.119 mil € de despesa pública e 11.142 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rádio entre o fundo pago e o programado) de 73% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 93% da execução concentrou-se na Região do Alentejo.

Quadro 283: Op. 7.7.2 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>5</td>
<td>20</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>169</td>
<td>763</td>
<td>648</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>13</td>
<td>142</td>
<td>111</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1 402</td>
<td>12 194</td>
<td>10 365</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 589</td>
<td>13 119</td>
<td>11 142</td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.
Dos indicadores de monitorização, realça-se na caracterização da Operação que 81% dos beneficiários desta Operação já foram beneficiários do PRODER.

Quadro 284: Op. 7.7.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL</td>
<td>Jovens</td>
<td>Agricul-</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>5</td>
<td>1</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>169</td>
<td>25</td>
<td>142</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>13</td>
<td>1</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1 402</td>
<td>162</td>
<td>1 128</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 589</td>
<td>188</td>
<td>33</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições

Relativamente à distribuição regional da área paga verificou-se que 94% da área total paga se encontra na região do Alentejo, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 285: Op. 7.7.2 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região

<table>
<thead>
<tr>
<th>TIPO DE CULTURA</th>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
<th>Un. ha</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Norte</td>
<td>Centro</td>
</tr>
<tr>
<td>Pastoreio Extensivo - Montado</td>
<td>233</td>
<td>10 586</td>
</tr>
<tr>
<td>Compromisso opcional:</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Área com majoração Porco em regime de montanheira</td>
<td>1 185</td>
<td>31 871</td>
</tr>
<tr>
<td>Compromisso regeneração natural</td>
<td>27</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>Corta-mato no montado</td>
<td>46</td>
<td>2 216</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>233</td>
<td>10 586</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 13.119 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 73% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.
Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 19% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 95% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 287: Op. 7.7.2 – Indicadores comuns de realização - NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>NATURA</td>
<td>TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>3</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>30</td>
<td>221</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>740</td>
<td>3 891</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>776</td>
<td>4 165</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.1.13  OP. 7.7.3 – Pastoreio Extensivo - Apoio à Proteção do Lobo-Ibérico

Enquadramento
A Op.7.7.3 – Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo-ibérico, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se a, através de um apoio à manutenção do cão de guarda de rebanho, ajudar os produtores pecuários a proteger melhor os seus efetivos contra os ataques de Lobo, minimizando assim o conflito que se verifica entre a atividade pecuária em pastoreio e a conservação desta espécie selvagem, protegida por lei.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

➤ Assegurar a manutenção de modos extensivos de produção pecuária;
➤ Reduzir a conflitualidade entre a atividade de pastoreio extensivo e a necessidade de conservação da espécie «lobo ibérico».

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

➤ P4;
➤ Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação
a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 2.550 pedidos de pagamento com uma área total candidata de 24.480 ha.
Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

**Quadro 288: Op. 7.7.3 – Distribuição regional dos compromissos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Anuais</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>985</td>
<td>837</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>359</td>
<td>305</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td></td>
<td><strong>1 245</strong></td>
<td><strong>1 144</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região Norte absorveu 73% da despesa pública comprometida, num total de 6.926 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.7.3 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, tendo já em consideração o PU de 2018, foram associados os compromissos de 6.926 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

**Quadro 289: Op. 7.7.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio (1)</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>2 852</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>2 852</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das Prioridades é apresentado no Anexo I
c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 4.149 mil € de despesa pública e 3.526 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rácio entre o fundo pago e o programado) de 74% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 73% da execução concentrou-se na Região Norte.

Quadro 290: Op. 7.7.3 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P4</td>
<td>2.119</td>
<td>3.044</td>
<td>2.587</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td>729</td>
<td>1.098</td>
<td>934</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>6</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>2.852</td>
<td>4.149</td>
<td>3.526</td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.
Dos indicadores de monitorização, realça-se na caracterização da Operação que 94% dos beneficiários desta Operação já foram beneficiários do PRODER.

Quadro 291: Op.7.7.3 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Nº de cães de guarda</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL Jovens Agricultores</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2 119</td>
<td>127</td>
<td>1 992</td>
<td>4 297</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>729</td>
<td>74</td>
<td>689</td>
<td>1 433</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td>4</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>2 241</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2 852</td>
<td>151</td>
<td>5 738</td>
<td>13 576</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições

Relativamente à distribuição regional da área paga verificou-se que 82% da área total paga se encontra na região Norte, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 292: Op. 7.7.3 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 293: Op. 7.7.3 – Indicadores de monitorização – CN declaradas, por região

<table>
<thead>
<tr>
<th>CN</th>
<th>REGIÃO / ANO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>Associado ao Compromisso</td>
<td>18 502</td>
</tr>
<tr>
<td>Associado ao Pagamento</td>
<td>17 980</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que,
para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 4.149 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 73% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Quadro 294: Op. 7.7.3 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>6 926</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (mil euros)</td>
<td>4 149</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>2 852</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>40 804</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 18% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 64% situam-se na região do Norte, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 295: Op. 7.7.3 – Indicadores comuns de realização - NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>NATURA</td>
<td>TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>160</td>
<td>978</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>87</td>
<td>351</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>247</td>
<td>1 330</td>
</tr>
</tbody>
</table>
AÇÃO. 7.8 – Recursos Genéticos

Esta ação contempla cinco operações, a Operação 7.8.1, a Operação 7.8.2, a Operação 7.8.3, a Operação 7.8.4 e a Operação 7.8.5. As duas primeiras operações encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Operação 7.8.1 são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU), ou seja, a apresentação do 1.º pedido de pagamento foi formalizado conjuntamente com a apresentação do pedido de apoio no formulário do PU de 2015, de 2017 e de 2018, uma vez que esta Operação para além de 2015 teve candidaturas abertas a JA em 2017 e 2018. Assim, em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento de quem começou os compromissos em 2015, o 2.º pedido de pagamento dos beneficiários com apoios enquanto JA que iniciaram compromisso em 2017 e o 1.º pedido de pagamento dos beneficiários com apoios enquanto JA que iniciaram compromisso em 2018.

5.3.1.14 OP. 7.8.1 – Recursos Genéticos - Manutenção de Raças Autóctones em Risco

Enquadramento

A Op.7.8.1 – Recursos Genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se a promover a conservação in situ dos recursos genéticos animais autóctones em risco de extinção.

Objetivos

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

➢ Promover a utilização sustentada in situ dos recursos genéticos animais autóctones, designadamente os que estão em risco de extinção.
Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4 e P5E;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Clima.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 5.405 pedidos de pagamento com um total de 70.931 CN candidatadas.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 296: Op. 7.8.1 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>CompromISSOS Anuais 2018</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Despesa pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P4</td>
<td>4 092</td>
<td>3 476</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>P4</td>
<td>1 309</td>
<td>1 106</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>P5E</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>P4</td>
<td>8</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>P4</td>
<td>2 867</td>
<td>2 436</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>P5E</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>P4</td>
<td>131</td>
<td>99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>P5E</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>8 406</td>
<td>7 123</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Norte e do Alentejo foram as mais representativas com 47% e 39%, respectivamente, da despesa pública comprometida, num total de 56.308 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.8.1 contribui para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foram associados os compromissos de 56.294 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas” e 14 mil € de despesa pública à P5E - “Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura”.

Quadro 297: Op. 7.8.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio (1)</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
<th>Disp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P4</td>
<td>6.648</td>
<td>56.294</td>
<td>49.106</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>14</td>
<td>14</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>6.662</td>
<td>56.308</td>
<td>49.120</td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Execução financeira
No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 31.191 mil € de despesa pública e 27.180 mil € comparticipações FEADER, representando uma taxa de execução global de (rádio entre o fundo pago e o programado) de 97% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 86% da execução concentrou-se na Região do Norte e do Alentejo.

Quadro 298: Op. 7.8.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
<th></th>
<th>Projetos Pagos</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4 961</td>
<td>15 135</td>
<td>13 231</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>884</td>
<td>3 678</td>
<td>3 207</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>31</td>
<td>208</td>
<td>167</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>718</td>
<td>11 704</td>
<td>10 202</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>54</td>
<td>452</td>
<td>359</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>6 648</td>
<td>31 177</td>
<td>27 185</td>
<td>14</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, realça-se na caracterização da Operação que 77% dos beneficiários desta Operação já foram beneficiários do PRODER.

Quadro 299: Op. 7.8.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL</td>
<td>Jovens Agrícolares</td>
<td>Recorrem a serviços de aconselhamento</td>
<td>Que receberam apoio no PRODER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4 961</td>
<td>296</td>
<td>132</td>
<td>1 843</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>884</td>
<td>65</td>
<td>14</td>
<td>729</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>31</td>
<td>1</td>
<td>10</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>718</td>
<td>80</td>
<td>12</td>
<td>492</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>54</td>
<td>3</td>
<td></td>
<td>49</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>6 648</td>
<td>445</td>
<td>158</td>
<td>5 123</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições
Relativamente às CN sobre compromisso por espécie e raça autóctone verificou-se que 70% das CN são da espécie “Bovinos” sendo a segunda espécie mais representativa a dos “Ovinos” com 18% do total das CN sobre compromisso.

Quadro 300: Op. 7.8.1 – Indicadores de monitorização – CN sobre compromisso, por região e por espécie/raça

<table>
<thead>
<tr>
<th>Espécie</th>
<th>Raça autóctone</th>
<th>REGIÃO / COMPROMISSO</th>
<th>unid: CN</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Norte</td>
<td>Centro</td>
</tr>
<tr>
<td>Bovino</td>
<td>ALENTEJANA</td>
<td>12</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ARQUEGUESA</td>
<td>1 910</td>
<td>963</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BARRELA</td>
<td>5 315</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BRAVA</td>
<td>126</td>
<td>433</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CACHENA</td>
<td>3 800</td>
<td>510</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GARVONESA</td>
<td></td>
<td>614</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>JARQUELÂMBIDA</td>
<td>1</td>
<td>146</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MARINHOA</td>
<td>18</td>
<td>669</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MARINHOA</td>
<td>2 879</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MEROLAQUEIRA</td>
<td>294</td>
<td>253</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MINHO</td>
<td>4 323</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MIRANDES</td>
<td>2 890</td>
<td>251</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PRETA</td>
<td>213</td>
<td>1 573</td>
</tr>
<tr>
<td>Caprino</td>
<td>ALGARVA</td>
<td></td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BRAVA</td>
<td>1 272</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHARNEQUEIRA</td>
<td>259</td>
<td>79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SERPINHITA</td>
<td>16</td>
<td>673</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SERRANA</td>
<td>969</td>
<td>758</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PRETA de MONTEZINHO</td>
<td>110</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Equino</td>
<td>LUSITANO</td>
<td>3</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GARRÃO</td>
<td>1 116</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SORRAIA</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ASINHO de MIRANDA</td>
<td>185</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>Equino</td>
<td>ALGARVA PRÉIA LUSIT.</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ALGARVA PEDRÉ PORT.</td>
<td>3</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ALGARVA ANARELA</td>
<td>3</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ALGARVA BRANCA</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ovino</td>
<td>CAMANCA</td>
<td>5</td>
<td>848</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BORDALEIRÁ do ENTRE DURO e MINHO</td>
<td>555</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA ALGARVA</td>
<td>45</td>
<td>266</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA BADANA</td>
<td>478</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA da TERRA QUIENTE</td>
<td>1 736</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA GALEGA BRAGAÇANA BRANCA</td>
<td>1 375</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA GALEGA BRAGAÇANA PRETA</td>
<td>1 54</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GALAGA MIRANDESA</td>
<td>759</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA do CAMPO</td>
<td>55</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA do ENTRE DURO E MINHO</td>
<td>451</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MIRINHO BRANCO</td>
<td>1</td>
<td>1 199</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MIRINHO BIRABAIÁ</td>
<td>801</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MIRINHO PRETA</td>
<td>96</td>
<td>1 359</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MONTEGUEIRA</td>
<td>28</td>
<td>246</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SALDA</td>
<td>113</td>
<td>261</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SERRA da ESTRELA</td>
<td>6</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Suino</td>
<td>ALVENTUANO</td>
<td>1</td>
<td>973</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BISARO</td>
<td>1 008</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MALHADO de ALCOBAÇA</td>
<td>4</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>31 363</td>
<td>7 818</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Relativamente às CN pagas até ao final de 2018 regista-se a mesma tendência já referida para as CN sobre compromisso, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 301: Op. 7.8.1 – Indicadores de monitorização – CN pagas, por região e por espécie/raça

<table>
<thead>
<tr>
<th>Espécie</th>
<th>Raça autóctone</th>
<th>REGIÃO / PAGO</th>
<th>unid: CN</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Norte</td>
<td>Centro</td>
</tr>
<tr>
<td>Bovino</td>
<td>ALENTEJANA</td>
<td>11</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ARDUGUESA</td>
<td>1 891</td>
<td>955</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BARRIGUDA</td>
<td>5 270</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BRAVA</td>
<td>126</td>
<td>423</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CACHENA</td>
<td>3 783</td>
<td>510</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GARVONESA</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>JARNELEISTA</td>
<td>145</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MARINHINHA</td>
<td>18</td>
<td>657</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MININESE</td>
<td>2 849</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MERTELEIROS</td>
<td>294</td>
<td>231</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MINHOTA</td>
<td>4 274</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MIRANDESE</td>
<td>2 865</td>
<td>245</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PRETA</td>
<td>211</td>
<td>1 517</td>
</tr>
<tr>
<td>Caprino</td>
<td>ALGARVIA</td>
<td>20</td>
<td>276</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BRAVA</td>
<td>1 266</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHARMOLAIXA</td>
<td>249</td>
<td>79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SERVENTINA</td>
<td>16</td>
<td>667</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SERRANA</td>
<td>956</td>
<td>746</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PRETA do MONTENEGRO</td>
<td>108</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Equino</td>
<td>LUSITANO</td>
<td>17</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GARRANO</td>
<td>1 066</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SORREIRA</td>
<td>12</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ASININO de MIRANDA</td>
<td>176</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Gallinas</td>
<td>GALINHA PRETA LUXET</td>
<td>3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GALINHA PIEDADES PORT.</td>
<td>3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GALINHA AMARELA</td>
<td>3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GALINHA BRANCA</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ovinho</td>
<td>CAMPAÃAÇA</td>
<td>5</td>
<td>846</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BORDALTEIRA do ENTRE DOURO e MINHO</td>
<td>549</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA ALGARVIA</td>
<td>43</td>
<td>264</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA BADANA</td>
<td>474</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA da TERRA DUENTE</td>
<td>1 709</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA GALIZA BRAGAÃÑA BRANCA</td>
<td>1 354</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA GALIZA BRAGAÃÑA PRETA</td>
<td>126</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GALEGA MIRANDESA</td>
<td>747</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA do CAMPO</td>
<td>54</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>CHURRA da TERRA DUENTE e MINHO</td>
<td>448</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MERINO BRANCO</td>
<td>1 192</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MERINO BEIRA BAIXA</td>
<td>783</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MERINA PFEITA</td>
<td>96</td>
<td>1 351</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MONEGUEIRA</td>
<td>26</td>
<td>239</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SALDIA</td>
<td>113</td>
<td>261</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SIERRA do ESTRELA</td>
<td>6</td>
<td>1 770</td>
</tr>
<tr>
<td>Suino</td>
<td>ALENTEJANO</td>
<td>1</td>
<td>943</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BISADO</td>
<td>1 003</td>
<td>230</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>MALHADO do ALCÔNCA</td>
<td>4</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL</td>
<td>30 982</td>
<td>7 670</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Analisando o número de explorações pagas por região e por espécie/raça verifica-se que é na região do Alentejo onde as explorações apresentam o maior número médio de CN por exploração (41 CN) quando a média nacional é de 10 CN por exploração.

Quadro 302: Op. 7.8.1 – Indicadores de monitorização – Número de explorações pagas, por região e por espécie/raça

<table>
<thead>
<tr>
<th>Espécie</th>
<th>Raça autóctone</th>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bovino</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ALENTEJANA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>4</td>
<td>1</td>
<td>101</td>
<td></td>
<td>108</td>
</tr>
<tr>
<td>AROQUIESA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>483</td>
<td>237</td>
<td>3</td>
<td>723</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BARROSÁ</td>
<td></td>
<td></td>
<td>776</td>
<td>5</td>
<td>15</td>
<td>796</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BRAVA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>8</td>
<td>68</td>
<td></td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td>CACIADA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>400</td>
<td>16</td>
<td>35</td>
<td>1</td>
<td>452</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>GAVONESE</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>11</td>
<td></td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>JAMMELETA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>18</td>
<td></td>
<td></td>
<td>18</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MAKINHIDA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>11</td>
<td>169</td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>181</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MARONESA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>552</td>
<td>1</td>
<td>6</td>
<td>559</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MITROULINHO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>5</td>
<td>8</td>
<td>142</td>
<td></td>
<td>155</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MINHOTA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>1 055</td>
<td>1</td>
<td></td>
<td>1 056</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MIRandesA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>229</td>
<td>7</td>
<td>8</td>
<td>244</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PRETA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>6</td>
<td>26</td>
<td></td>
<td>32</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cabra</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ALGARVA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>30</td>
<td></td>
<td>34</td>
</tr>
<tr>
<td>BRAVA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>89</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>89</td>
</tr>
<tr>
<td>CHARMEDEIRA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>29</td>
<td>8</td>
<td>2</td>
<td>39</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SERPINTINA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>1</td>
<td>38</td>
<td></td>
<td>43</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SERRANA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>131</td>
<td>56</td>
<td>2</td>
<td>8</td>
<td>197</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PRETA-do-MONTEZINHO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>22</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cavalo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>LUSITANO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>5</td>
<td>7</td>
<td>4</td>
<td>38</td>
<td></td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>GARRANO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>274</td>
<td>4</td>
<td>5</td>
<td>2</td>
<td>285</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SERRA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>ASPENA-do-MIRANDA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>205</td>
<td>27</td>
<td>3</td>
<td>8</td>
<td>1</td>
<td>244</td>
</tr>
<tr>
<td>Galinha</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>GALINHA-PRETA-LUSIT.</td>
<td></td>
<td></td>
<td>14</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>GALINHA-PEDRÊS-PORT.</td>
<td></td>
<td></td>
<td>20</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>23</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>GALINHA-MARELA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>17</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>GALINHA-BRANCA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>6</td>
<td>1</td>
<td></td>
<td>7</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ovelha</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CAPIFANCA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>142</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>BORDADEIRA-do-ENTE-Douro-e-Minho</td>
<td></td>
<td></td>
<td>142</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CHIURA-ALGARVA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>16</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>CHIURA-BADANA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>33</td>
<td>1</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>34</td>
</tr>
<tr>
<td>CHIURA-do-TERRA-QUENT.</td>
<td></td>
<td></td>
<td>133</td>
<td>1</td>
<td></td>
<td>134</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CHIURA-GALINHA-BRAGA-CA-NA-BLANCA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>104</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CHIURA-GALINHA-BRAGA-CA-NA-PRETA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>26</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>GALINHA-MIRANDESA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>66</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CHIURA-do-CAMPO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CHIURA-do-ENTE-Douro-EMPHIO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>53</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td>55</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MERINHO-BRANCO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>25</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MERINHO-BRAMAXA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>43</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MINHA-PRETA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>6</td>
<td>52</td>
<td></td>
<td>58</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>MONDEGUEIRA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>26</td>
<td></td>
<td>28</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SALZAZA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>7</td>
<td></td>
<td>8</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SERRA-da-ESTRELA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>180</td>
<td></td>
<td>181</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Suino     |                |                     |      |        |        |          |         |       |
| ALENTEJANO |              |                     |     |        |      |          |         |       |
| BISARO     |              |                     | 110 | 17     |      | 1        | 128     |       |
| MALHADO-de-ALCOBAIA | | | 3 | 2 | | 2 | | |

| TOTAL     | 4 961 | 884 | 31  | 718  | 54  | 6 648   |         |       |
Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 31.191 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 96% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

**Quadro 303: Op. 7.8.1 – Indicadores comuns de realização**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (pagamentos)</td>
<td>56 294</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (pagamentos)</td>
<td>31 177</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>6 648</td>
</tr>
<tr>
<td>CN pagas</td>
<td>69 566</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação, cerca de 18% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 54% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.

**Quadro 304: Op. 7.8.1 – Indicadores comuns de realização – NATURA – P4**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>549</td>
<td>4 137</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>131</td>
<td>898</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>51</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>800</td>
<td>2 967</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>24</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>1 507</td>
<td>5 174</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Quadro 305: Op. 7.8.1 – Indicadores comuns de realização – NATURA-P5E**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td>NATURA P5E</td>
<td>TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>5E</td>
<td>1</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5E</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>5E</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>5E</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>5E</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1</td>
<td>14</td>
<td>1</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Enquadramento

A Operação 7.8.3 – Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10.0), submedida de apoio à conservação dos recursos genéticos na agricultura (10.2), destina-se a promover a conservação in situ das raças autóctones, bem como a conservação ex situ, apoiando o fornecimento de material genético e promovendo a gestão do Banco Português de Germoplasma Animal (BPGA), a assegurar a continuidade da caracterização e do melhoramento genético das raças autóctones e das raças exóticas. Através da avaliação genética visa também promover o funcionamento regular dos Livros Genealógicos e Registos Fundadores, divulgar e promover as raças, fomentar a realização de estudos e de ações de caracterização, inventariação de tendências e riscos de extinção dos efetivos das raças autóctones.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Assegurar a conservação e melhoramento dos recursos genéticos animais, de raças autóctones e raças exóticas;
- Assegurar os trabalhos de caracterização genética de raças autóctones e exóticas;
- Promover o progresso das características de interesse em cada raça, através da avaliação genética, como objetivo final dos programas de melhoramento;
- Recolher e conservar material genético no banco português de germoplasma animal.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4A;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 estavam registados 64 projetos transitados da Ação 2.2.3.2 – “Conservação e melhoramento de recursos genéticos – componente animal” do PRODER, que representam um total de 4.191 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Foi aberto um aviso de abertura de candidaturas para esta Operação, no ano de 2015, com uma dotação de 29.000 mil € de despesa pública em que se registou a entrada de 59 candidaturas associadas a um investimento total de 33.625 mil €. No ano de 2017 abriu um segundo aviso de abertura de candidaturas, com uma dotação de 350 mil € que teve 3 candidaturas com 208 mil € de investimento proposto. Em 2018 voltou a abrir um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 19.10.2018 e 07.12.2018, com uma dotação de 18.100 mil €. Este período teve 60 candidaturas com um investimento de 21.810 mil €.

A análise destas candidaturas iniciou-se em 2015, encontrando-se todas as candidaturas do 1º e 2º aviso de abertura de candidaturas analisadas e decididas.
A 31.12.2018 todas as candidaturas aprovadas encontravam-se contratadas, num total de 61 projetos e de 25.517 mil € de Despesa Pública apoiada. O motivo pela qual, nesta data, se encontrava mais despesa pública contratada do que aprovada deve-se ao facto de existirem Pedidos de Alteração de projetos já aprovados mas que ainda não se encontram refletidos nos contratos.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.8.3 contribui apenas para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P4A - “Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas «Natura 2000», e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias”.

Para além das candidaturas decididas ao abrigo das regras do Regulamento n.º 1310/2013, decorrente do processo de transição para o PDR2020, existiam a 31.12.2018 compromissos assumidos neste domínio de intervenção referentes a projetos aprovados na Ação 2.2.3.2 – “Conservação e melhoramento de recursos genéticos – componente animal” do anterior período de programação, no montante de 4.191 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER.
Quadro 307: Op. 7.8.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P4A, verifica-se que os projetos na região Norte concentraram cerca de 44% da despesa pública comprometida, logo seguida pela região do Alentejo com 33%.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\textsuperscript{39} de 57%.

Figura 42: Op. 7.8.3 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P4A</td>
<td>64</td>
<td>4 191</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>64</td>
<td>4 191</td>
</tr>
</tbody>
</table>

\textsuperscript{39} Descrição das prioridades é apresentada no Anexo I.

d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de 22.064 mil € de despesa pública e 19.181 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de

\[ \text{Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.} \]
execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 44% face ao programado.

Quadro 308: Op. 7.8.3 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>47 13 637 11 809 45 10 432 9 084</td>
<td>20 1 366 1 364</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>19 5 561 4 813 16 4 597 3 994</td>
<td>9 546 536</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>8 396 302 5 21 21</td>
<td>4 17 17</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>44 9 541 8 254 43 6 697 5 836</td>
<td>18 1 396 1 331</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>7 573 436 4 318 245</td>
<td>2 27 27</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do universo de projetos contratados cerca de 42% encontra-se encerrado, 38% dos quais na região Norte.

Quadro 309: Op. 7.8.3 – Distribuição regional dos projetos c/ execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>47 13 637 11 809 45 10 432 9 084</td>
<td>20 1 366 1 364</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>19 5 561 4 813 16 4 597 3 994</td>
<td>9 546 536</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>8 396 302 5 21 21</td>
<td>4 17 17</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>44 9 541 8 254 43 6 697 5 836</td>
<td>18 1 396 1 331</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>7 573 436 4 318 245</td>
<td>2 27 27</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser apenas constituído apenas por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 19%, assumindo esta o valor maior (80%) na região de Lisboa.
Quadro 310: Op. 7.8.3 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

Quadro 311: Op. 7.8.3 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incl. transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (incl. transitados)</th>
<th>Valor Libertado (incl. transitados)</th>
<th>Un.</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>47</td>
<td>13 637</td>
<td>11 809</td>
<td>20</td>
<td>1 366</td>
<td>1 364</td>
<td>249</td>
<td>248</td>
<td>15%</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>19</td>
<td>5 561</td>
<td>4 813</td>
<td>9</td>
<td>546</td>
<td>536</td>
<td>139</td>
<td>137</td>
<td>20%</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>8</td>
<td>396</td>
<td>302</td>
<td>4</td>
<td>17</td>
<td>17</td>
<td>67</td>
<td>67</td>
<td>80%</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>44</td>
<td>9 541</td>
<td>8 254</td>
<td>18</td>
<td>1 396</td>
<td>1 331</td>
<td>313</td>
<td>298</td>
<td>18%</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7</td>
<td>573</td>
<td>436</td>
<td>2</td>
<td>27</td>
<td>27</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>14%</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>125</td>
<td>29 708</td>
<td>25 615</td>
<td>53</td>
<td>3 353</td>
<td>3 275</td>
<td>772</td>
<td>755</td>
<td>19%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*Nº Feito Transitado aplicado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (113 no final de 2018), num total de 22.064 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 43% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Quadro 311: Op. 7.8.3 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>28 773</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>22 064</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>113</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>47</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Enquadramento

A Operação 7.8.4 – *Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais*, integrada na Medida COM – Agroambiente e Clima (10.0), submedida de apoio à conservação dos recursos genéticos na agricultura (10.2), destina-se a apoiar a execução do programa de conservação de recursos genéticos vegetais, o qual deve promover e facilitar a sua utilização, através da acessibilidade de material viável e de informação relevante, obtida através de uma adequada caracterização e avaliação. A caracterização e avaliação asseguram em primeiro lugar a descrição individual de cada acesso e também disponibilizam informação sobre caracteres agronómicos capazes de identificar os acessos com caracteres desejáveis a incluir em futuros programas de melhoramento, com vista a harmonizar a produção agrícola com a salvaguarda do ambiente e a segurança alimentar.

Objetivos

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Apoiar as ações para conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais previstas nos programas de conservação ou de melhoramento genético aprovados pela entidade competente.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4A;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 existiam 20 projetos transitados da Ação 2.2.3.1 – “Conservação e melhoramento de recursos genéticos – componente vegetal”
do PRODER, que representam um total de 166 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto em alta, face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


A este aviso de abertura de candidaturas foram submetidas 22 candidaturas com um investimento proposto de 5.055 mil €.

Quadro 312: Op. 7.8.4 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>462</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>6</td>
<td>1.535</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>770</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>8</td>
<td>1.837</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>3</td>
<td>452</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>22</td>
<td>5.055</td>
<td>22</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No final de 2018 todas as candidaturas se encontravam analisadas, decididas e contratadas.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.8.4 contribui apenas para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P4A - “Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas «Natura 2000», e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de EVN, bem como do estado das paisagens europeias”.

Decorrente do processo de transição para o PDR2020, existiam a 31.12.2018 compromissos assumidos neste domínio de intervenção referentes a projetos aprovados na Ação 2.2.3.1 – “Conservação e melhoramento de recursos genéticos – componente vegetal” do anterior período de programação, cujo
montante ascende a 166 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER.

Quadro 313: Op. 7.8.4 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>N°</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>N°</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P4A</td>
<td>20</td>
<td>166</td>
<td>153</td>
<td>22</td>
<td>5 055</td>
<td>3 472</td>
<td>3 059</td>
<td>2 521</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>20</td>
<td>166</td>
<td>153</td>
<td>22</td>
<td>5 055</td>
<td>3 472</td>
<td>3 059</td>
<td>2 521</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P4A, verifica-se que a região do Alentejo concentra cerca de 39% da despesa pública comprometida, logo seguida pela região do Centro com 29%.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso de 90%.

Figura 43: Op. 7.8.4 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

40 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, referentes a projetos transitados, mantinha-se nos 261 mil € de despesa pública e 225 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 7% face ao programado.

Quadro 314: Op. 7.8.4 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>7</td>
<td>197</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>11</td>
<td>879</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>3</td>
<td>605</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>17</td>
<td>1 252</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>291</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>42</td>
<td>3 225</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo Transitado apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.


Quadro 315: Op. 7.8.4 – Distribuição regional dos projetos c/execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>7</td>
<td>197</td>
<td>168</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>11</td>
<td>879</td>
<td>747</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>3</td>
<td>605</td>
<td>479</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>17</td>
<td>1 252</td>
<td>1 061</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>291</td>
<td>218</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>42</td>
<td>3 225</td>
<td>2 674</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo Transitado apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

O motivo pela qual, nesta data, se encontravam mais projetos encerrados do que projetos com execução iniciada deve-se ao facto de existirem.
projetos transitados que encerraram com os valores executados no PRODER, libertando a totalidade da verba transitada.

Analisando o universo de projetos encerrados, verifica-se que 12 projetos foram encerrados libertando a totalidade da Despesa pública transitada o que leva a uma taxa de subexecução desta Operação muito elevada (87%).

Quadro 316: Op. 7.8.4 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (mil euros transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (mil euros transitados)</th>
<th>Valor Libertado (mil euros transitados)</th>
<th>Taxa Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>7</td>
<td>197</td>
<td>168</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>11</td>
<td>879</td>
<td>747</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>3</td>
<td>605</td>
<td>479</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>17</td>
<td>1 252</td>
<td>1 061</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>291</td>
<td>218</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>42</td>
<td>3 225</td>
<td>2 674</td>
<td>20</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo Transitado apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (8 no final de 2018), num total de 166 mil € de despesa pública.

Este montante representa cerca de 5% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Quadro 317: Op. 7.8.4 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>3 225</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada)(mil euros)</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>8</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Op. 7.8.5 – Recursos Genéticos - Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos Florestais

Enquadramento
A Op. 7.8.5 – Recursos Genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais, integrada na Medida COM – Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas (15.0), submedida de apoio à conservação dos recursos genéticos florestais (15.2), destina-se a promover a conservação *ex situ* e *in situ* e o melhoramento dos recursos genéticos florestais.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Apoiar as ações para conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais previstas nos programas de conservação ou de melhoramento genético aprovados pela entidade competente.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Clima.

Implementação da Operação
Esta Operação ainda não se encontra operacionalizada.
AÇÃO. 7.9 – Mosaico Agroflorestal

Esta ação contempla apenas a Operação 7.9.1 que se encontra implementada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação dos pedidos de apoio foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de pagamento no formulário do pedido único em 2015. Em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento.

5.3.1.18 OP. 7.9.1 – Mosaico Agroflorestal

Enquadramento

A Op.7.9.1 – Mosaico agroflorestal, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se a dar resposta à necessidade de, ao nível das zonas onde a floresta assume um predomínio em termos de ocupação do solo, manter mosaicos agroflorestais que ao criarem descontinuidades na ocupação do solo, se afiguram essenciais para contrariar a propagação de incêndios florestais, tendo ainda o benefício da abertura da paisagem e da ocupação humana em territórios de muito baixa densidade.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Manter mosaicos agroflorestais, garantindo a descontinuidade de zonas de floresta;
- Prevenir a propagação de incêndios florestais;
- Prevenir a degradação dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade.
**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Clima.

**Implementação da Operação**

**a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013**


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 469 pedidos de pagamento com uma área total candidatada de 2.954 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

**Quadro 318: Op. 7.9.1 – Distribuição regional dos compromissos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade / Domínio</th>
<th>Compromissos Anuais</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P4</td>
<td>41</td>
<td>212</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>P4</td>
<td>54</td>
<td>281</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>P4</td>
<td></td>
<td>239</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>P4</td>
<td>19</td>
<td>107</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>P4</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>115</td>
<td>602</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região Centro foi a mais representativa com 47% da despesa pública comprometida, num total de 602 mil €.

**b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural**
A Operação 7.9.1 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, foram associados os compromissos de 602 mil € de despesa pública por ano à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 319: Op. 7.9.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio (1)</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
<th>Un. mil euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>523</td>
<td>602</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>523</td>
<td>602</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das Prioridades é apresentado no Anexo 1

Figura 44. Op. 7.9.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 349 mil € de despesa pública e de 296 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rádio entre o fundo pago e o programado) de 73% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos
regionais cerca de 81% da execução concentrou-se na Região do Norte e do Centro.

Quadro 320: Op. 7.9.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Pagos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº desp. FEDER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>237</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>144</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>523</td>
</tr>
</tbody>
</table>

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores específicos de realização, realça-se na caracterização da Operação, que 87% dos seus beneficiários já o foram também do PRODER.

Quadro 321: Op. 7.9.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações paga (acumulado)</th>
<th>Nº jovens Agricultores</th>
<th>Recorreram a serviços de aconselhamento</th>
<th>Que receberam apoio no PRODER</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>337</td>
<td>5</td>
<td>3</td>
<td>289</td>
<td>949</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>144</td>
<td>15</td>
<td>4</td>
<td>133</td>
<td>1 716</td>
<td>916</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>41</td>
<td>1</td>
<td>32</td>
<td>32</td>
<td>704</td>
<td>364</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>523</td>
<td>21</td>
<td>7</td>
<td>455</td>
<td>3 372</td>
<td>1 424</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Relativamente à distribuição regional da área paga verificou-se que 51% da área total paga se encontra na região Centro, conforme o quadro que se apresenta em seguida.
Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 349 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 72% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 42% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 60% situam-se na região do Centro, conforme apresentado no quadro seguinte.

---

### Quadro 322: Op. 7.9.1 – Indicadores de monitorização – Área paga, por região

<table>
<thead>
<tr>
<th>GRUPO DE CULTURA</th>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>CULTURAS TEMPORÁRIAS</td>
<td>711</td>
</tr>
<tr>
<td>PRADOS E PASTAGENS PERMANENTES COM PREDOMINÂNCIA DE VEGETAÇÃO ARBUSTIVA</td>
<td>231</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>942</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Os termos de acumulação foram considerados sendo o valor máximo o valor máximo da área paga por grupo de cultura.

---

### Quadro 323: Op. 7.9.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>602</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (mil euros)</td>
<td>349</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>523</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>3 414</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

### Quadro 324: Op. 7.9.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td>NATURAL TOTAL</td>
<td>NATURAL TOTAL</td>
<td>NATURAL TOTAL</td>
<td>NATURAL TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>6</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>30</td>
<td>53</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>4</td>
<td>13</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>49</td>
<td>113</td>
<td>148</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**AÇÃO. 7.10 – Silvoambientais**

Esta Ação contempla a Operação 7.10.1 e a Operação 7.10.2, que se encontram implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da Ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação dos pedidos de apoio é formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de pagamento no formulário do pedido único. Para a Op.7.10.2 – Manutenção e recuperação de galerias ripícolas, a apresentação dos pedidos de apoio foi formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de pagamento no formulário do pedido único de 2015 e em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento.

### 5.3.1.19  **OP. 7.10.1 – Manutenção de Habitats do Lince-Ibérico**

**Enquadramento**

A Op.7.10.1 – *Manutenção de habitats do lince-ibérico*, integrada na Medida COM – Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas (15), submedida de pagamentos para compromissos silvoambientais (15.1), destina-se a apoiar a contratualização de compromissos silvoambientais que contribuam para a manutenção e promoção do estado de conservação favorável de espécies protegidas, como seja o lince ibérico o qual depende de ecossistemas ou povoamentos florestais, assegurando, por essa via, o cumprimento dos objetivos de conservação e as orientações de gestão.

**Objetivos**

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Responder à necessidade de manter e promover o estado de conservação favorável de espécies protegidas como é o caso do lince ibérico.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:
Implementação da Operação

Esta Operação não foi operacionalizada.

5.3.1.20 OP. 7.10.2 – Manutenção e Recuperação de Galerias Ripícolas

Enquadramento

A Op.7.10.2 – *Manutenção e recuperação de galerias ripícolas*, integrada na Medida COM – Serviços silvoambientais e climáticos econservação das florestas (15), submedida de apoio à conservação dos recursos genéticos florestais (15.2), destina-se a apoiar o reforço das funções protetoras das galerias ripícolas tão importantes para aconservação do recurso água.

Objetivos

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Preservar as funções ecológicas das galerias ripícolas.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.
Registou-se um total de 9 pedidos de pagamento com uma área total candidatada de 51 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

**Quadro 325: Op. 7.10.2 – Distribuição regional dos compromissos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade / Domínio</th>
<th>Compromissos Anuais</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Despesa pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P4</td>
<td>5 4</td>
<td>27 23</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>P4</td>
<td>9 7</td>
<td>43 36</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>P4</td>
<td>0 0</td>
<td>3 2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>P4</td>
<td>15 12</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>P4</td>
<td>11 9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>14 12</td>
<td>98 83</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, incluindo os compromissos transitados, verifica-se que a região Centro foi a mais representativa com 44% da despesa pública comprometida, num total de 98 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.10.2 contribui para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, tendo já em consideração o PU de 2018, foram associados os compromissos de 98 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas.”
c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de 91 mil € de despesa pública e de 77 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 73% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018.
d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram espelhados nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, realça-se na caracterização da Operação que 67% dos beneficiários desta Operação mantêm-se desde o PRODER.

Relativamente às áreas foram pagos 147 ha dos quais 46% localizam-se na região do Algarve, conforme o quadro seguinte.
Quadro 329: Op. 7.10.2 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>REGIÃO / ACUMULADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, num total de 91 mil €.

Quadro 330: Op. 7.10.2 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>98</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (mil euros)</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>147</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 49% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 46% situam-se na região do Centro, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 331: Op. 7.10.2 – Indicadores comuns de realização - NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/ Dominio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulado</td>
<td>Ano</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>9</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>3</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>9</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>7</td>
<td>17</td>
<td>45</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.1.21  OP. 7.11.1 – Investimentos Não Produtivos

Enquadramento

A Operação 7.11.1 – *Investimentos não Produtivos*, integrada na Medida COM – Investimentos em ativos físicos (4.0), submedida de apoio a investimentos não produtivos relacionados com a concretização dos objetivos nos domínios agroambiental e do clima (4.4), destina-se a promover a realização de objetivos agroambientais-climáticos considerados relevantes para a preservação e reforço da biodiversidade e prevenção da erosão no caso da recuperação de muros de pedra posta. Não sendo o objetivo subjacente à realização destes investimentos não produtivos, os mesmos podem ter impacto indireto mas não significativo na rentabilidade das explorações agrícolas.

Objetivos

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Preservar as funções ecológicas das galerias ripícolas;
- Restaurar, valorizar e proteger a biodiversidade em zonas com valores naturais específicos no âmbito da Rede Natura 2000;
- Manter os sistemas tradicionais de culturas permanentes e o património genético vegetal e preservar as paisagens tradicionais da Região Demarcada do Douro.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4A, P4B e P4C;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.
Assim, no final de 2018 existiam 451 projetos transitados da Ação 2.4 – “Intervenções Territoriais Integradas – Investimento não Produtivos” do PRODER, que representam um total de 8.009 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER e da subexecução de projetos encerrados.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Foi aberto um aviso de abertura de candidaturas para esta Operação, no ano de 2015, que decorreu até 31.03.2016. A dotação deste aviso de abertura de candidaturas foi de 13.600 mil € de despesa pública, tendo-se registado a entrada de 1.832 candidaturas associadas a um investimento total de 44.486 mil €. O número de candidaturas diminuiu face a 2017 fruto de desistências.

Este aviso destinava-se a apoiar as seguintes tipologias: “instalação ou recuperação de galerias ripícolas”, “erradicação de espécies invasoras lenhosas” e “recuperação de muros de pedra posta”. Esta última tipologia representou cerca de 99% do total das candidaturas.

No ano de 2017 abriu um segundo aviso de abertura de candidaturas, destinado a apoiar as tipologias: “instalação ou recuperação de galerias ripícolas” e “erradicação de espécies invasoras lenhosas”, com uma dotação de 600 mil € e que encerrou em 29.03.2018. Neste período registaram-se 34 candidaturas com 641 mil € de investimento total.

---

Quadro 332: Op. 7.11.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº de candidatura original</td>
<td>Nº de candidatura original</td>
<td>Nº de candidaturas aprovadas</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1.820</td>
<td>1.820</td>
<td>67</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>20</td>
<td>20</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>24</td>
<td>24</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>468</td>
<td>468</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1.866</td>
<td>1.866</td>
<td>79</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Un.: mil euros
Até ao final de 2018 foram analisadas e decididas todas as candidaturas entradas num total de 1.866 candidaturas (das quais 1.125 sem dotação), com uma taxa de aprovação de 35%.

A distribuição regional das candidaturas aprovadas mostra que a região do Norte domina (fruto da tipologia de candidatura dominante) quer em termos de investimento, representando 98% do total do investimento submetido, quer em termos de número de candidaturas aprovadas, com cerca de 97% do universo aprovado nesta Operação.

Quadro 333: Op. 7.11.1 – Distribuição regional dos projetos aprovados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>638</td>
<td>17 303</td>
<td>15 443</td>
<td>13 127</td>
<td>11 158</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5</td>
<td>103</td>
<td>42</td>
<td>36</td>
<td>30</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>10</td>
<td>9</td>
<td>8</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>16</td>
<td>329</td>
<td>184</td>
<td>157</td>
<td>133</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>660</td>
<td>17 745</td>
<td>15 679</td>
<td>13 327</td>
<td>11 327</td>
</tr>
</tbody>
</table>


ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total aprovado, verifica-se que 83% se encontram no escalão de investimento inferior aos 50 mil €, conforme quadro seguinte.

Quadro 334: Op. 7.11.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 50 mil euros</td>
<td>551</td>
<td>10 455</td>
<td>9 452</td>
<td>8 034</td>
<td>6 828</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 50 mil e &lt; 100 mil euros</td>
<td>106</td>
<td>6 947</td>
<td>5 989</td>
<td>5 091</td>
<td>4 327</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 100 mil e &lt; 200 mil euros</td>
<td>3</td>
<td>344</td>
<td>238</td>
<td>202</td>
<td>172</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 200 mil e &lt; 500 mil euros</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 500 mil euros</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>660</td>
<td>17 745</td>
<td>15 679</td>
<td>13 327</td>
<td>11 327</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A tipologia de investimento “Recuperação de muros de pedra posta” representou 97% do investimento total aprovado.

Quadro 335: Op. 7.11.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Continente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Recuperação de muros de pedra posta</td>
<td>97,2%</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,2%</td>
<td>97%</td>
</tr>
<tr>
<td>Instalação ou recuperação de galerias ripícolas</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,3%</td>
<td>0,1%</td>
<td>1,9%</td>
<td>0,1%</td>
<td>2,4%</td>
</tr>
<tr>
<td>Erradicação de espécies invasoras lenhosas</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,1%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Total regional (%)                             | 98%   | 1%     | 0%     | 2%       | 100%    |
| Total regional (mil euros)                     | 17 303| 103    | 10     | 329      | 17 745  |

A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi o do “Produtor individual” que representou 76% do investimento aprovado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 336: Op. 7.11.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto (mil euros)</th>
<th>Acumulado %</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Produtor Individual</td>
<td>528</td>
<td>13 530</td>
<td>76%</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedades</td>
<td>88</td>
<td>3 258</td>
<td>18%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>44</td>
<td>957</td>
<td>5%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>660</td>
<td>17 745</td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.11.1 contribui para vários domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme apresentado no quadro seguinte.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção considerado como o mais relevante para a Operação a execução dos compromissos assumidos na Ação 2.4 – “Intervenções Territoriais Integradas – Investimento não Produtivos” do anterior período de programação. Na Operação em causa o domínio ao qual
foram associados os compromissos transitados, referentes a projetos da tipologia “Recuperação de muros de pedra posta”, que no fim de 2018 ascendem a 8.009 mil € de despesa pública foi o P4A – “Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias”.

Quadro 337: Op. 7.11.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P4, verifica-se que os projetos na região Norte concentram cerca de 97% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção (P4) uma taxa de compromisso de 96%.

Figura 46: Op. 7.11.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

41 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de 14.114 mil € de despesa pública e 12.766 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que a grande maioria dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 65% face ao programado.

Quadro 338: Op. 7.11.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 075</td>
<td>18 549</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>16</td>
<td>136</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>11</td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>2</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 104</td>
<td>18 807</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Do universo de projetos contratados, cerca de 66% iniciou a execução e 72% encontrou-se encerrado, 98% dos quais na região Norte.

Quadro 339: Op. 7.11.1 – Distribuição regional dos projetos c/execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 075</td>
<td>18 549</td>
<td>711</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>16</td>
<td>136</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>11</td>
<td>74</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>2</td>
<td>21</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 104</td>
<td>18 807</td>
<td>727</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.
Analisando o universo de projetos encerrados, dos quais 56% são projetos transitados do quadro comunitário anterior, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 13%, assumindo esta o valor maior (28%) na região do Alentejo.

Quadro 340: Op. 7.11.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incluindo transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (incluindo transitados)</th>
<th>Valor Libertado (incluindo transitados)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>N°</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1 075</td>
<td>20 922</td>
<td>18 549</td>
<td>778</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>16</td>
<td>185</td>
<td>163</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>11</td>
<td>87</td>
<td>74</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>26</td>
<td>26</td>
<td>21</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 104</td>
<td>21 221</td>
<td>18 807</td>
<td>793</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte. Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (739 no final de 2018), num total de 14.034 mil € de despesa pública. Este montante representa cerca de 63% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Quadro 341: Op. 7.11.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil €)</td>
<td>21 336</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução iniciada) (mil €)</td>
<td>14 034</td>
</tr>
<tr>
<td>Operações apoiadas (nº)</td>
<td>727</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil €)</td>
<td>15 165</td>
</tr>
</tbody>
</table>
AÇÃO. 7.12 – Apoio Agroambiental à Apicultura

Esta Ação contempla apenas a Operação 7.12.1 que se encontra implementada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação dos pedidos de apoio é formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de pagamento no formulário do pedido único de 2015. Em 2018 foi formalizado o 4.º pedido de pagamento.

5.3.1.22 OP. 7.12.1 – Apoio Agroambiental à Apicultura

Enquadramento
A Op.7.12.1 – Apoio agroambiental à apicultura, integrada na Medida COM – Agroambiente e clima (10), submedida de pagamento para compromissos agroambiente clima (10.1), destina-se a assegurar a manutenção de uma atividade tradicional e com uma relevância particular na manutenção da biodiversidade e o importante efeito polinizador das abelhas nos sistemas agrícolas tradicionais, predominantes nas zonas de montanha e de grande riqueza ambiental, e na flora silvestre associada.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivo:

➤ Assegurar a manutenção da biodiversidade e da conservação da flora dado que a abelha é o principal agente polinizador.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

➤ P4;
➤ Prioridade horizontal – Ambiente.
Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 29 pedidos de pagamento com uma área total candidatada de 1.389 ha.

Nesta Operação os compromissos são plurianuais, sendo assumidos por um período de até 5 anos, podendo ser prolongado, por decisão da AG, até um máximo de 7 anos.

Quadro 342: Op. 7.12.1 – Distribuição regional dos compromissos

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região Norte foi a mais representativa com 90% da despesa pública comprometida, num total de 60 mil €.

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 7.12.1 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, no âmbito do processo de candidaturas ao PDR2020, foram associados os compromissos de 60 mil € de despesa pública à P4 –
“Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 343: Op. 7.12.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>36</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das Prioridades é apresentado no Anexo I

Figura 47. Op. 7.12.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>% de despesa pública</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Alentejo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>92%</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7%</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2%</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de 39 mil € de despesa pública e de 33 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução global de (rádio entre o fundo pago e o programado) de 52% face ao programado. Esta taxa não é comparável com a registada no relatório anterior uma vez que esta Operação viu a sua dotação reprogramada em 2018. Em termos regionais cerca de 98% da execução concentrou-se na Região do Norte e do Centro.
d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, realça-se na caracterização da Operação que 83% dos beneficiários desta Operação mantêm-se desde o PRODER.

Quadro 345: Op. 7.12.1 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Jovens</th>
<th>Que receberam apoio no PRODER</th>
<th>Membros de AP/OP</th>
<th>Nº de Colónias</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>31</td>
<td>14</td>
<td>25</td>
<td>6</td>
<td>32 262</td>
<td>1 658</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
<td>3</td>
<td>1</td>
<td>6 997</td>
<td>89</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>297</td>
<td>43</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>1 791</td>
<td>50</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>36</td>
<td>17</td>
<td>30</td>
<td>7</td>
<td>39 156</td>
<td>1 791</td>
<td>50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições

Dos indicadores de realização releva-se a despesa pública realizada, num total de 39 mil €.
Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, só cerca de 3% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, conforme apresentado no quadro seguinte.

### Quadro 346: Op. 7.12.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>60</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamentos anuais) (mil euros)</td>
<td>39</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Área física paga (ha)</td>
<td>1 505</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Quadro 347: Op. 7.12.1 – Indicadores comuns de realização - NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>NATURA TOTAL</td>
<td>NATURA TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>0</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>0</td>
<td>10</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.2 M08. PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS FLORESTAIS

5.3.2.1 OP. 8.1.1 – Florestação de Terras Agrícolas e Não Agrícolas

Enquadramento
A Op. 8.1.1 – Florestação de terras agrícolas e não agrícolas, integrada na Medida COM – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (8.0), submedida de apoio aos custos de florestação e criação de zonas arborizadas (8.1), destina-se a promover a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, melhorando os ecossistemas através da constituição de zonas arborizadas com espécies bem adaptadas às condições locais que contribuam para o aumento da capacidade de sequestro de carbono e para proteção dos recursos naturais (solo, da água, do ar e da biodiversidade). Esta Operação prevê, igualmente, o pagamento de um prémio anual por hectare para cobrir os custos da perda de rendimentos agrícolas e de manutenção em florestação e criação de zonas arborizadas.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Apoio à instalação de florestas em terras agrícolas. Manutenção das áreas florestadas através de prémio de manutenção (10 anos) e por perda de rendimento agrícola, até 10 anos;
- Apoio à instalação de florestas em terras não agrícolas. Manutenção das áreas florestadas através de prémio de manutenção, até 10 anos;
- Apoio à elaboração de Planos de Gestão Florestal para explorações individuais, para ZIF e para áreas agrupadas.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- PSE;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 existiam 136 projetos transitados da Ação 2.3.2 – “Ordenamento e reconversão dos povoamentos” do PRODER, no montante de 2.752 mil € de despesa pública e Prémios transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER, que representam um total de 134.435 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

No ano de 2018 foi aberto o segundo aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 12.11.2018 e 11.01.2019 com uma dotação colocada a concurso de 9.000 mil € de despesa pública. Até ao final de 2018 encontravam-se submetidas 1.134 candidaturas a esta Operação das quais apenas 2 diziam respeito ao segundo aviso de abertura de candidaturas.

Quadro 348: Op. 8.1.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>300 1 932</td>
<td>300 9 279</td>
<td>63 601 57 1 721</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>301 1 459</td>
<td>259 6 411</td>
<td>71 214 35 1 039 2 074</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>10 54</td>
<td>10 353</td>
<td>0 0 0 0</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>438 2 496</td>
<td>437 19 481</td>
<td>0 26 60 3 110 6 460</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>83 664</td>
<td>85 1 929</td>
<td>0 204 3 92 175</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 134 6 605</td>
<td>1 131 27 452</td>
<td>151 1 096 157 7 961 13 819</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*Investimento Elegível não inclui prémios

De todas as candidaturas submetidas foram analisadas 1.131 candidaturas (99,7% das candidaturas apresentadas) e destas foram decididas 1.129 candidaturas com uma taxa de aprovação de 14%.

O número de projetos aprovados era, à data de 31.12.2018, de 157 projetos com um investimento elegível de 7.961 mil € e um apoio de 13.819 mil € (que inclui os prémios por perda de rendimento e à manutenção).
ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento elegível, verifica-se que 35% se encontram no escalão de investimento ≥10 mil € e ≤30 mil €, conforme quadro seguinte.

Quadro 349: Op. 8.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Projetos Aprovados (sem Prémios)</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 10 mil euros</td>
<td></td>
<td>28</td>
<td>167</td>
<td>128</td>
<td>108</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 10 mil e &lt; 30 mil euros</td>
<td></td>
<td>55</td>
<td>1 004</td>
<td>765</td>
<td>644</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 30 mil e &lt; 50 mil euros</td>
<td></td>
<td>22</td>
<td>863</td>
<td>667</td>
<td>566</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 50 mil e &lt; 100 mil euros</td>
<td></td>
<td>31</td>
<td>2 198</td>
<td>1 731</td>
<td>1 472</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 100 mil euros</td>
<td></td>
<td>21</td>
<td>3 729</td>
<td>3 046</td>
<td>2 589</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>157</td>
<td>7 961</td>
<td>6 337</td>
<td>5 379</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de investimento “Instalação de povoamentos florestais em terras não agrícolas” passou a ser a mais representativa com 57% do investimento aprovado e localizou-se majoritariamente na região do Norte.

Quadro 350: Op. 8.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de investimento</th>
<th>Região</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Continente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Instalação de povoamentos florestais em terras agrícolas</td>
<td></td>
<td>2,5%</td>
<td>6,4%</td>
<td>30,1%</td>
<td>0,8%</td>
<td>40%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Instalação de povoamentos florestais em terras não agrícolas</td>
<td></td>
<td>42,7%</td>
<td>6,0%</td>
<td>1,2%</td>
<td>0,1%</td>
<td>3%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>47%</td>
<td>13%</td>
<td>39%</td>
<td>1%</td>
<td>100%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>3 721</td>
<td>1 039</td>
<td>3 109</td>
<td>92</td>
<td>7 961</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi a das “Órgãos de administração de baldios e suas associações - Administração Privada” que representou 42% do investimento elegível.
Em termos de espécies previstas nos projetos aprovados verifica-se que o “sobreiro” (*quercus suber*) representa 62% da área total apoiada. O “pinheiro manso” aparece em segundo lugar com 30% da área total aprovada.

Em termos regionais, o Alentejo representa 50% da área total.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 8.1.1 contribui apenas para um domínio de incidência do desenvolvimento rural (P5E), conforme anteriormente referido.

Uma vez que esta Operação contempla prémios por perda de rendimento e à manutenção a maioria dos compromissos assumidos para efeitos do exercício de monitorização, apresentado neste documento, contemplam prémios que foram adotados no anterior quadro de financiamento do desenvolvimento rural.

Assim, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a
137.187 mil € de despesa pública (inclui prémios) à P5E – “Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura”.

**Quadro 353: Operação 8.1.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio**

Em termos de distribuição regional da despesa pública (não inclui prémios) alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se que 82% da despesa pública comprometida (excluindo os prémios transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER) até 31.12.2018 se concentra nas regiões do Alentejo (39%) e do Norte (43%), num total que ascende a 9.089 mil €.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação (incluindo os prémios) permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^\text{(42)}\) de 93%.

---

**Figura 48. Op. 8.1.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio**

(excluindo os prémios transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER)

\(^{42}\text{Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.}\)
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, incluindo os prémios transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER, foi de 110.450 mil € de despesa pública e 95.869 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 69% face ao programado. Do total de despesa pública paga, cerca de 97% (86.300 mil €) diz respeito ao pagamento de prémios transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER.

Em termos regionais cerca de 71% da execução (excluindo os prémios transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER) concentrou-se nas Regiões Alentejo (50%) e do Norte (21%).

Quadro 354: Operação 8.1.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago a) (inclui transitados – investimento)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>80</td>
<td>4 024</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>64</td>
<td>2 726</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>124</td>
<td>7 681</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>13</td>
<td>839</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>282</td>
<td>15 280</td>
</tr>
</tbody>
</table>

b) Exclui os prémios do PDR2020 e transitados do PRODER, RURIS, da medida 3 do AGRO e do PO CENTRO AIBT

Quadro 355: Operação 8.1.1 – Montantes pagos relativos a prémios por perda de rendimento comprometidos em anteriores programas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação das medidas transitadas</th>
<th>Beneficiários a apoiados (nº)</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>REG 2328/91</td>
<td>12</td>
<td>538</td>
<td>478</td>
</tr>
<tr>
<td>REG 2080/92</td>
<td>3 385</td>
<td>64 669</td>
<td>59 456</td>
</tr>
<tr>
<td>RURIS/FTA</td>
<td>2 745</td>
<td>33 659</td>
<td>29 844</td>
</tr>
<tr>
<td>PRODER</td>
<td>424</td>
<td>7 005</td>
<td>6 950</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>6 566</td>
<td>105 872</td>
<td>91 736</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Do universo de projetos contratados, 160 projetos iniciaram a sua execução e cerca de 52% encontram-se encerrados, 51% dos quais na região do Alentejo.

Quadro 356: Op. 8.1.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser maioritariamente constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 58%.

Quadro 357: Op. 8.1.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada e de

Página 376
prémios transitados do RURIS, da medida 3 do AGRO, do PO CENTRO AIBT e do PRODER pagos, num total de 109.553 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 67% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P5E.

Quadro 358: Operação 8.1.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida</td>
<td>151 006</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução + prémio) (mil €)</td>
<td>109 553</td>
</tr>
<tr>
<td>da qual, Prémios por perda de rendimento</td>
<td>105 872</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº explorações/Beneficiários apoiados</td>
<td>6 723</td>
</tr>
<tr>
<td>dos quais, Beneficiários de prémios por perda de rendimento</td>
<td>6 566</td>
</tr>
<tr>
<td>Área Total - Instalação (ha)</td>
<td>3 720</td>
</tr>
<tr>
<td>Área Total - Prémio por perda de rendimento (ha)</td>
<td>112 981</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa, associado ao domínio P5E, que pretende aferir o contributo da área agrícola e florestal para o sequestro ou conservação do carbono. A meta definida para este indicador global é de 0,56%, contribuindo para a sua concretização diversas operações do PDR2020.

O contributo da Operação 8.1.1 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 0,24% (meta indicativa). Desta forma, os 3.766 ha apoiados para florestação/ arborização de terras agrícolas e não agrícolas permitem registar, a 31.12.2018, um progresso de 22%, face à meta indicativa definida.

Quadro 359: Operação 8.1.1 – Indicador comum de resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% Área no âmbito do sequestro ou conservação do carbono - (1)</td>
<td>0,05%</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta indicativa - (2)</td>
<td>0,24%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa - (1)/(2)</td>
<td>22%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.2.2 OP. 8.1.2 – Instalação de Sistemas Agroflorestais

Enquadramento
A Op. 8.1.2 – *Instalação de sistemas agroflorestais*, integrada na Medida COM – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (8.0), submedida de apoio aos custos de implantação/manutenção de sistemas agroflorestais (8.2), destina-se a promover a criação de sistemas agroflorestais, nomeadamente montados, sistemas que combinam a silvicultura com práticas de agricultura extensiva, reconhecidos pela sua importância para a manutenção da biodiversidade e pela sua adaptação às áreas com elevada suscetibilidade à desertificação.

Objetivos
Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Apoio à instalação de sistemas agroflorestais de caráter extensivo, com recurso a espécies bem adaptadas às condições locais;
- Manutenção através de um prémio de manutenção até 5 anos;
- Apoio à elaboração de Planos de Gestão Florestal para explorações individuais, para ZIF e para áreas agrupadas.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P5E;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 existia apenas 1 projeto transitado da Ação 2.3.2 – “Ordenamento e reconversão dos povoamentos” do PRODER que representa um total de 342 € de despesa pública.
b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

No ano de 2018 foi aberto o segundo aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 02.05.2018 e 14.08.2018, com uma dotação de 2.500 mil € de despesa pública. Foram submetidas 22 candidaturas a esta Operação (registou-se uma desistência no ano de 2018). Em termos globais existem ativas 112 candidaturas a esta Operação.

Quadro 360: Op. 8.1.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e aprovadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>21</td>
<td>141</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>39</td>
<td>366</td>
<td>39</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>51</td>
<td>2 229</td>
<td>51</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>3</td>
<td>54</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>112</td>
<td>2 790</td>
<td>112</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No final de 2018 encontravam-se analisadas todas as candidaturas e destas foram decididas 107 candidaturas, das quais 34 foram decididas sem dotação. A taxa de aprovação de 32%.

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que na região do Alentejo encontram-se 76% do total destes projetos. Em termos de investimento a distribuição regional é idêntica, concentrando-se cerca de 89% na região do Alentejo, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 361: Op. 8.1.2 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Aprovados (inclui prémios)</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento elegível</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>7</td>
<td>102</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>26</td>
<td>1 577</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>34</td>
<td>1 767</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Do total de candidaturas aprovadas foram contratadas 27 candidaturas (79% do total das aprovadas) no âmbito desta Operação, das quais 15 foram em 2018.

ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escala de investimento elegível, verifica-se que 53% dos projetos se encontram nos escalões de investimento ≤10 mil € e €≤10 mil € e ≥30 mil €, conforme quadro seguinte.

Quadro 362: Op. 8.1.2 – Distribuição dos projetos aprovados por escala de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 10 mil euros</td>
<td>13</td>
<td>60</td>
<td>47</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 10 mil e &lt; 30 mil euros</td>
<td>5</td>
<td>83</td>
<td>66</td>
<td>56</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 30 mil e &lt; 50 mil euros</td>
<td>2</td>
<td>91</td>
<td>73</td>
<td>62</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 50 mil e &lt; 100 mil euros</td>
<td>8</td>
<td>663</td>
<td>530</td>
<td>444</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 100 mil euros</td>
<td>6</td>
<td>870</td>
<td>696</td>
<td>592</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>34</strong></td>
<td><strong>1 767</strong></td>
<td><strong>1 412</strong></td>
<td><strong>1 193</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de investimento “imateriais”, composta essencialmente pela elaboração e acompanhamento do projeto e outros estudos prévios, representou 4,3% do investimento elegível e localizou-se majoritariamente na região do Alentejo.

Quadro 363: Op. 8.1.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Continente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Bosques e cortinas de abrigo</td>
<td></td>
<td></td>
<td>0,2%</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,2%</td>
</tr>
<tr>
<td>Materiais</td>
<td>0,2%</td>
<td>3,8%</td>
<td>0,2%</td>
<td>4,3%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Infraestruturas</td>
<td>0,1%</td>
<td></td>
<td>0,1%</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Instalação de povoamentos</td>
<td>1,5%</td>
<td></td>
<td>1,5%</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Sistemas silvopastoris</td>
<td>3,9%</td>
<td>85,2%</td>
<td>4,7%</td>
<td>93,9%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total regional (%)</strong></td>
<td>6%</td>
<td>89%</td>
<td>5%</td>
<td>100%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total regional (mil euros)</strong></td>
<td>102</td>
<td>1 577</td>
<td>88</td>
<td>1 767</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi "pessoas Singulares" que representou 53% do investimento elegível.

Quadro 364: Op. 8.1.2 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento elegível (Mil euros)</th>
<th>%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Entidades gestoras das zonas de intervenção florestal (ZIP)</td>
<td>1</td>
<td>3</td>
<td>0,2%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras Pessoas coletivas Privadas</td>
<td>13</td>
<td>833</td>
<td>47%</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoas singulares</td>
<td>20</td>
<td>930</td>
<td>53%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>34</strong></td>
<td><strong>1 767</strong></td>
<td><strong>100%</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 8.1.2 contribui apenas para um domínio de incidência do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Nesta Operação os compromissos assumidos para efeitos do exercício de monitorização, apresentado neste documento, contemplam também aqueles que foram adotados no anterior quadro de financiamento do desenvolvimento rural.

Assim, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, foi associado o compromisso transitado de 342 € de Despesa pública, assumido na região Norte, à P5E – "Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura".

Quadro 365: Operação 8.1.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1</td>
<td>0,342</td>
<td>0,342</td>
<td>34</td>
<td>1 767</td>
<td>2 551</td>
<td>2 158</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se 89% da despesa
pública comprometida até 31.12.2018 concentra-se na região do Alentejo, num total que ascende a 1.262 mil €.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\textsuperscript{43} de 35%.

Figura 49. Op. 8.1.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

d) Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 238 mil € de despesa pública e 202 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos revelam uma taxa de execução residual (rácio entre o fundo pago e o programado) de 4% face ao programado.

\textsuperscript{43} Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Do universo de projetos contratados, 11 projetos iniciaram a sua execução e cerca de 7% encontram-se encerrados.

**Quadro 367: Op. 8.1.2 – Distribuição regional dos projetos c/ execução iniciada e dos encerrados**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>1</td>
<td>0,342</td>
<td>0,342</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>2</td>
<td>100</td>
<td>85</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>24</td>
<td>1 789</td>
<td>1 521</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>104</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>28</td>
<td>1 994</td>
<td>1 684</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Exclui os prémios do pdr2020 e transitados da RURIS, da medida 3 do AGRO e do PO CENTRO AIBT e do PRODER

* Fundo Transitado apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

**e) Indicadores de acompanhamento do Programa**

Uma vez que a Operação 8.1.2 não apresenta ainda decisões no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013, de 17 de dezembro, apenas é possível apresentar informação relativa ao projeto transitado que entretanto encerrou no PDR2020.

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que,
para a presente Operação, integrava no final de 2018 um projeto (transitado do anterior período de programação), num total de 238 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 4,3% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P5E.

Quadro 368: Op. 8.1.2 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>2 552</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução + prémio) (mil euros)</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº explorações/Beneficiários apoiados</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>Área Total (ha)</td>
<td>416</td>
</tr>
<tr>
<td>% Área no âmbito do sequestro ou conservação do carbono - (1)</td>
<td>17,5%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa - (1)/(2)</td>
<td>17,5%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa, associado ao domínio P5E, que pretende aferir o contributo da área agrícola e florestal para o sequestro ou conservação do carbono. A meta definida para este indicador global é de 0,03%, contribuindo para a sua concretização diversas operações do PDR2020.

O contributo da Operação 8.1.2 para prossecução daquela meta está quantificado em cerca 0,03% (meta indicativa). Desta forma, os 416 ha apoiados para a instalação de sistemas agroflorestais permitem registar, a 31.12.2018, um progresso de 17,5%, face à meta indicativa definida.

Quadro 369: Op. 8.1.2 – Indicador comum de resultado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PSE</td>
</tr>
<tr>
<td>% Área no âmbito do sequestro ou conservação do carbono - (1)</td>
<td>0,01%</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta indicativa - (2)</td>
<td>0,03%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta indicativa - (1)/(2)</td>
<td>17,5%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.2.3 OP. 8.1.3 – Prevenção da Floresta Contra Agentes Bióticos e Abióticos

Enquadramento

A Op. 8.1.3 – *Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos*, integrada na Medida COM – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (8.0), submedida de apoio à prevenção dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos (8.3), destina-se a promover a prevenção e defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos, incluindo sinalização de infraestruturas e a prevenção contra agentes bióticos e instalação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, incluindo sinalização de infraestruturas.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

Nas intervenções ao nível das explorações florestais e agroflorestais:

- Agentes bióticos - apoio aos custos decorrente de operações fitossanitárias e de controlo de invasoras lenhosas;

- Agentes abióticos - apoio aos custos decorrentes de operações silvícolas, instalação e manutenção de infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios como, caminhos, corta fogos e outras redes, de forma a criar descontinuidades verticais e horizontais, bem como instalação e manutenção de sinalização de infraestruturas de DFCI.

Intervenção com escala territorial relevante:

- Agentes bióticos – implementação e manutenção de um sistema de monitorização de pragas e doenças, ações de prevenção e controlo, de acordo com as orientações do Programa Operacional de Sanidade Florestal e tendo ainda em conta a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.

- Agentes abióticos - instalação de redes e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, de acordo com os Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI) ou Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF), bem como instalação e manutenção de sinalização de infraestruturas de DFCI. Investimento a efetuar apenas em áreas identificadas pelas entidades competentes para o efeito.
Apoio à elaboração de Planos de Gestão Florestal ou de instrumento equivalente para explorações individuais, para ZIF e para áreas agrupadas.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

**Implementação da Operação**

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 foram apurados 407 projetos transitados da subação 2.3.1.1 – "Defesa da floresta contra incêndios" e da subação 2.3.3.1 – "Proteção contra agentes bióticos nocivos" do PRODER que representam um total de 27.171 mil € de despesa pública. Este valor diminuiu face a 2016 fruto de projetos cancelados e da subexecução de projetos encerrados em 2018.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

No ano de 2015 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas no qual se registou um total de 1.956 candidaturas. Este aviso de abertura de candidaturas foi, em 2016, objeto de inquérito por parte da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), entidade a quem compete o controlo, auditoria e fiscalização para as áreas compreendidas na missão e atribuições do Ministério da Agricultura, da Floresta e do Desenvolvimento Rural. Do relatório produzido, e com força de Lei, resultou a nulidade do referido aviso de abertura de candidaturas.

Em 2016 decorreu o segundo aviso de abertura de candidaturas e em 2018 decorreu o terceiro aviso de abertura de candidaturas, entre 16.01.2018 e...
02.04.2018, com uma dotação de 17.000 mil € ao qual se apresentaram 280 candidaturas. No total desta Operação encontram-se 2.041 candidaturas ativas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região Centro é a mais representativa em termos de número de candidaturas com cerca de 40%, apesar de em termos de investimento total ser a região do Alentejo que concentra cerca de 47% do total proposto.

Quadro 370: Op. 8.1.3 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>448</td>
<td>52 821</td>
<td>446</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>815</td>
<td>132 289</td>
<td>815</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>26</td>
<td>3 410</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>689</td>
<td>179 913</td>
<td>689</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>63</td>
<td>18 184</td>
<td>63</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2 041</td>
<td>386 616</td>
<td>2 039</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No final de 2018 encontravam-se 2.039 candidaturas analisadas e destas 1.936 encontravam-se decididas. Foram aprovadas 368 candidaturas o que representa uma taxa de aprovação de 19%. Do total de candidaturas decididas 1.302 candidaturas não foram aprovadas por falta de dotação.

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que na região do Alentejo encontram-se 41% do total destes projetos logo seguida da região do Centro com 35%. Em termos de investimento a distribuição regional é idêntica, concentrando-se cerca de 52% na região do Alentejo e 30% na região Centro.
A 31.12.2018 tinham sido contratados 343 projetos (93% do total dos aprovados) no âmbito desta Operação.

ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que 85% se encontram nos escalões de investimento inferiores aos 300 mil €, conforme quadro seguinte.

Quadro 372: Op. 8.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 100 mil euros</td>
<td>178</td>
<td>10 033</td>
<td>6 122</td>
<td>5 612</td>
<td>4 636</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 100 mil e &lt; 200 mil euros</td>
<td>97</td>
<td>13 511</td>
<td>8 615</td>
<td>7 846</td>
<td>6 501</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 200 mil e &lt; 300 mil euros</td>
<td>38</td>
<td>9 009</td>
<td>5 740</td>
<td>5 165</td>
<td>4 212</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 300 mil e &lt; 400 mil euros</td>
<td>15</td>
<td>5 212</td>
<td>3 047</td>
<td>2 775</td>
<td>2 319</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 400 mil euros</td>
<td>40</td>
<td>43 954</td>
<td>18 059</td>
<td>16 650</td>
<td>13 671</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>368</td>
<td>81 809</td>
<td>41 583</td>
<td>38 049</td>
<td>31 339</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de intervenção "Prevenção contra agentes abióticos" é a tipologia de intervenção mais representativa com 57% do investimento total proposto e a região com maior peso passou a ser a do Alentejo, com 52%, logo seguida do Centro (30%).
Quadro 373: Op. 8.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de intervenção

Quanto à tipologia de beneficiários regista-se a predominância da tipologia "Entidades gestoras das zonas de intervenção florestal (ZIF)" com 36% dos projetos aprovados e 48% do investimento, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 374: Op. 8.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 8.1.3 contribui apenas para um domínio de incidência P4 do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Os compromissos assumidos para efeitos do exercício de monitorização, apresentado neste documento, contemplam também aqueles que foram adotados no anterior quadro de financiamento do desenvolvimento rural.

Assim, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 27.171 mil € de despesa pública à P4B – “Melhoria da gestão da água, assim como dos adubos e dos pesticidas”.

______________________________
Página 389
Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se que a região do Alentejo absorveu cerca de 57% da despesa pública comprometida até 31.12.2018, num total que ascende a 37.392 mil €.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso de 67%.

d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 31.362 mil € de despesa pública e 27.884 mil € de...
comparticipação FEADER. Estes pagamentos revelam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 34% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 91% da execução concentrou-se nas Regiões Alentejo (58%) e do Centro (33%). Regista-se um equilíbrio entre todas as regiões, no que se refere ao peso dos projetos contratados com pagamentos, variando este entre 61% no Norte e 84% na região do Algarve.

Quadro 376: Op. 8.1.3 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>59</td>
<td>2 383</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>253</td>
<td>16 857</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>12</td>
<td>1 014</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>389</td>
<td>38 075</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>37</td>
<td>3 438</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>750</td>
<td>61 767</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

Do universo de projetos contratados, 558 projetos iniciaram a sua execução e cerca de 58% encontram-se encerrados, 51% dos quais na região do Alentejo.

Quadro 377: Op. 8.1.3 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>59</td>
<td>2 383</td>
<td>2 028</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>253</td>
<td>16 857</td>
<td>14 815</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>12</td>
<td>1 014</td>
<td>706</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>389</td>
<td>38 075</td>
<td>33 332</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>37</td>
<td>3 438</td>
<td>2 227</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>750</td>
<td>61 767</td>
<td>53 108</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser maioritariamente (87%) constituído por projetos aprovados ao abrigo do
Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 27%, assumindo esta o valor maior (40%) na região do Lisboa.

Quadro 378: Op. 8.1.3 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incluído transitado)</th>
<th>Projetos Encerrados (incluído transitado)</th>
<th>Valor Libertado (incluído transitado)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>59</td>
<td>2 383</td>
<td>983</td>
<td>31</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>253</td>
<td>16 857</td>
<td>8 736</td>
<td>163</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>12</td>
<td>1 014</td>
<td>727</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>389</td>
<td>38 075</td>
<td>33 332</td>
<td>220</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>37</td>
<td>3 438</td>
<td>2 227</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>750</td>
<td>41 767</td>
<td>33 108</td>
<td>452</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e que se encontram refletidos no quadro seguinte. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com a sua execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 cerca de 490 projetos (incluindo os transitados do anterior período de programação), num total de 30.877 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 32% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

Quadro 379: Op. 8.1.3 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção P4</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>65 220</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>30 877</td>
</tr>
<tr>
<td>Explorações/Beneficiários apoiados (nº)</td>
<td>490</td>
</tr>
<tr>
<td>Área Total (ha)</td>
<td>128 163</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.2.4 OP. 8.1.4 – Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou Acontecimentos Catastróficos

**Enquadramento**

A Op. 8.1.4 – Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos, integrada na Medida COM – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (8.0), submedida de apoio à reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos (8.4), destina-se a apoiar ao nível das explorações florestais e agroflorestais o restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos e a apoiar ao nível de intervenções com escala territorial relevante ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais, ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, em áreas identificadas pelas entidades competentes promover a criação de sistemas agroflorestais, nomeadamente montados, sistemas que combinam a silvicultura com práticas de agricultura extensiva, reconhecidos pela sua importância para a manutenção da biodiversidade e pela sua adaptação às áreas com elevada suscetibilidade à desertificação.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- **Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais:**
  - Restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos e recuperação de infraestruturas de proteção e sinalização danificadas.

- **Intervenção com escala territorial relevante:**
  - Ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, contaminação/assoreamento das linhas de água e de diminuição da biodiversidade, em áreas identificadas pelas entidades competentes.

- **Apoio à elaboração de Planos de Gestão Florestal ou de instrumento equivalente para explorações individuais, para ZIF e para áreas agrupadas.**
Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim existem 73 projetos transitados da Subação 2.3.1.2 – “Minimização riscos bióticos após incêndios” e da Ação 2.3.2 – “Ordenamento e reconversão dos povoamentos” do PRODER que representam um total de 4.087 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

No ano de 2018 foram abertos sete avisos de abertura de candidaturas que decorreram entre 02.05.2018 e 14.08.2018 (dois avisos de abertura de candidaturas), entre 30.08.2018 e 12.10.2018 e entre 16.11.2018 e 31.01.2019 (quatro avisos de abertura de candidaturas) com uma dotação total de 41.500 mil €.

A dotação total colocada a concurso, nesta Operação, foi de 130.885 mil € de despesa pública.

Até ao final de 2018 tinham sido submetidas um total de 638 candidaturas, associadas a um investimento total proposto de 117.203 mil €.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Centro continua a liderar quer em termos de investimento proposto, representando cerca de 48% do total do investimento submetido, quer em termos de número de candidaturas apresentadas, com cerca de 45% do universo proposto a esta Operação.
Até ao final de 2018 foram analisadas 636 candidaturas (99,6% das candidaturas entradas) e destas foram decididas 631 candidaturas, das quais 37 foram decididas sem dotação. A taxa de aprovação foi de 80%.

Analisando a distribuição regional dos projetos aprovados conclui-se que a região Centro passou a ser a mais representativa com 47% do total destes projetos logo seguida das regiões do Norte e Alentejo com 33% e 16%, respetivamente. Em termos de investimento a distribuição regional é idêntica, concentrando-se cerca de 51% na região do Centro, e a região do Norte e Alentejo com 24% e 19%, respetivamente.

Das 505 candidaturas aprovadas foram contratadas 479, ou seja 94,8% do universo aprovado.
ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que 80% se encontram no escalão de investimento inferior aos 300 mil €, conforme quadro seguinte.

Quadro 382: Op. 8.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>U$ mil euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
</tr>
<tr>
<td>&lt; 300 mil euros</td>
<td>406</td>
<td>42 381</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 300 mil e &lt; 500 mil euros</td>
<td>49</td>
<td>18 764</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 500 mil e &lt; 1.000 mil euros</td>
<td>37</td>
<td>24 103</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 1.000 mil e &lt; 2.000 mil euros</td>
<td>12</td>
<td>16 536</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 2.000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>2 103</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>505</td>
<td>103 888</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de investimento “Estabilização de emergência” é a mais representativa com 69% do investimento aprovado seguida da tipologia “Restabelecimento floresta afetada agentes bióticos nocivos” com 14% do total do investimento aprovado.

Quadro 383: Op. 8.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento

| Rubrica de investimento          | Norte | Centro | Lisboa | Alentejo | Algarve | Total regional (%)
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Restabelecimento floresta</td>
<td>4%</td>
<td>2%</td>
<td>6%</td>
<td>1%</td>
<td>13%</td>
<td>13%</td>
</tr>
<tr>
<td>afetada agente abiótico</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Restabelecimento floresta</td>
<td>0,1%</td>
<td>1,6%</td>
<td>2,1%</td>
<td>14%</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>afetada agentes bióticos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>nocivos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Estabilização de emergência</td>
<td>10%</td>
<td>40%</td>
<td>0,7%</td>
<td>0,7%</td>
<td>69%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Materias</td>
<td>1%</td>
<td>1%</td>
<td>0,4%</td>
<td>0,1%</td>
<td>3%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Controlo de erosão</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>0,9%</td>
<td>0,9%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Infraestruturas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>0,1%</td>
<td>0,3%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>24%</td>
<td>51%</td>
<td>19%</td>
<td>5%</td>
<td>100%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>25 215</td>
<td>53 362</td>
<td>19 946</td>
<td>5 366</td>
<td>103 880</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi o dos “Organismos da administração local e associações intermunicipais” que representou 54% do investimento aprovado, conforme quadro que se apresenta em seguida.
c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 8.1.4 contribui apenas para o domínio de incidência P4 do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Os compromissos assumidos para efeitos do exercício de monitorização, apresentado neste documento são, para além dos projetos aprovados no âmbito do Regulamento nº 1305/2013, os que foram adotados no anterior quadro de financiamento do desenvolvimento rural.

Assim, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 4.087 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”.

Quadro 385: Operação 8.1.4 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P44</td>
<td>73</td>
<td>4.087</td>
</tr>
<tr>
<td>P4B</td>
<td>505</td>
<td>103.888</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>73</td>
<td>4.087</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural, verifica-se que a região do Centro...
absorveu 54% da despesa pública comprometida até 31.12.2018, num total que ascende a 33.532 mil €.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^{45}\) de 59%.

**Figura 51. Op. 8.1.4 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio**

![Diagrama de distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio](image)

\(\text{d) Execução financeira}\)

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 14.171 mil € de despesa pública e 12.201 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos revelam uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 14% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 47% da execução registou-se na região do Alentejo. Em termos relativos é a região do Algarve que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (89%), seguida da região Alentejo com 83% dos projetos contratados já com pagamentos.

\(^{45}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Quadro 386: Operação 8.1.4 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>174</td>
<td>13 145</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>259</td>
<td>31 408</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>62</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>89</td>
<td>11 244</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>28</td>
<td>2 596</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>552</td>
<td>58 455</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

Do universo de projetos contratados até 31.12.2018 cerca de 36% iniciaram a sua execução e 6% dos projetos foram encerrados.

Quadro 387: Op. 8.1.4 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>174</td>
<td>13 145</td>
<td>11 189</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>259</td>
<td>31 408</td>
<td>26 743</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>62</td>
<td>42</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>89</td>
<td>11 244</td>
<td>9 707</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>28</td>
<td>2 596</td>
<td>1 829</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>552</td>
<td>58 455</td>
<td>49 510</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser 50% constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 16%, assumindo esta o valor maior (38%) na região de Lisboa.
**e) Indicadores de acompanhamento do Programa**

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização que se encontram refletidos no quadro seguinte. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018, 120 projetos, num total de 7.605 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 2% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

**Quadro 389: Op. 8.1.4 – Indicadores comuns de realização**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Índice de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil €)</td>
<td>62 638</td>
<td>105 718</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil €)</td>
<td>12 256</td>
<td>105 718</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº explorações/Beneficiários apoiados</td>
<td>155</td>
<td>159</td>
</tr>
<tr>
<td>Área total (ha)</td>
<td>54 938</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.2.5 OP. 8.1.5 – Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas

Enquadramento

A Op. 8.1.5 – Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas, integrada na Medida COM – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (8.0), submedida de apoio aos investimentos para a melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais (8.5), destina-se a apoiar a adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas e a apoiar a reabilitação de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em más condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercíneas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecologicamente desajustadas.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais:
  - Adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas.

- Intervenção com escala territorial relevante:
  - Reabilitação de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em más condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercíneas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecologicamente desajustadas.
Apoio à elaboração de Planos de Gestão Florestal ou de instrumento equivalente para explorações individuais, para ZIF e para áreas agrupadas.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P4 e P5E;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

**Implementação da Operação**

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 encontravam-se apurados 254 projetos transitados da Subação 2.3.3.1 – “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais” e da Ação 2.3.3.2 – “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” do PRODER que representam um total de 6.901 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER e da subexecução dos projetos encerrados.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

No ano de 2018 foram abertos mais cinco avisos de abertura de candidaturas, os dois primeiros iniciaram-se a 31.07.2018 e os três últimos a 29.08.2018 tendo terminado todos a 11.01.2019. A dotação colocada a concurso destes avisos de abertura de candidaturas foi de 36.000 mil € de despesa pública. Cada um destes períodos destinava-se ao apoio a investimento de todas as tipologias ao nível de todas as explorações florestais com escala territorial relevante em cada uma das regiões - NUTSII.

Registaram-se 455 candidaturas nestes cinco períodos, associadas a um investimento total proposto de 21.031 mil €.
A análise da distribuição regional de todas as candidaturas apresentadas a concurso mostra que as regiões do Alentejo e do Centro partilham cerca de 75% do investimento proposto e 71% das candidaturas apresentadas.

Quadro 390: Op. 8.1.5 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

Até ao final de 2018 foram analisadas 2.253 candidaturas (83% das candidaturas entradas) e destas foram decididas 2.249 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 18%. Foram decididas 1.352 candidaturas sem dotação.

Analisando a distribuição regional do investimento aprovado, conclui-se que as regiões do Alentejo e do Centro representam 75% do total destes projetos e 81% do investimento aprovado.

Quadro 391: Op. 8.1.5 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas

Até ao final de 2018 foram analisadas 2.253 candidaturas (83% das candidaturas entradas) e destas foram decididas 2.249 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 18%. Foram decididas 1.352 candidaturas sem dotação.

Analisando a distribuição regional do investimento aprovado, conclui-se que as regiões do Alentejo e do Centro representam 75% do total destes projetos e 81% do investimento aprovado.

Do total de projetos aprovados foram contratados 381 projetos, associados a uma despesa pública total de 37.027 mil €.
ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que 91% se encontram no escalão de investimento inferior aos 300 mil €, conforme quadro seguinte.

Quadro 392: Op. 8.1.5 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 300 mil euros</td>
<td>365</td>
<td>30 289</td>
<td>30 491</td>
<td>26 912</td>
<td>22 532</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 300 mil e &lt; 500 mil euros</td>
<td>16</td>
<td>6 097</td>
<td>5 324</td>
<td>4 670</td>
<td>3 904</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 500 mil euros e &lt; 1.000 mil euros</td>
<td>15</td>
<td>10 248</td>
<td>5 818</td>
<td>5 228</td>
<td>4 312</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 1.000 mil e &lt; 2.000 mil euros</td>
<td>4</td>
<td>5 698</td>
<td>2 326</td>
<td>2 117</td>
<td>1 799</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 2.000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>3 104</td>
<td>627</td>
<td>627</td>
<td>395</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>401</td>
<td>55 436</td>
<td>44 587</td>
<td>39 554</td>
<td>32 943</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de investimento “Melhoria da Resiliência do Valor Ambiental das Florestas” é a mais representativa com 97% do investimento aprovado.

Quadro 393: Op. 8.1.5 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Continente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Materiais</td>
<td>0,6%</td>
<td>0,9%</td>
<td>0,02%</td>
<td>1,6%</td>
<td>0,2%</td>
<td>3%</td>
</tr>
<tr>
<td>Melhoria da Resiliência do Valor Ambiental das Florestas</td>
<td>5,5%</td>
<td>25,1%</td>
<td>0,7%</td>
<td>53,6%</td>
<td>11,7%</td>
<td>97%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>6%</td>
<td>28%</td>
<td>1%</td>
<td>52%</td>
<td>12%</td>
<td>100%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>3 417</td>
<td>14 403</td>
<td>404</td>
<td>30 580</td>
<td>6 632</td>
<td>55 436</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi o das "Pessoas Coletivas privadas” que em conjunto com o das “Entidades Gestoras de ZIF” representou 65% do investimento aprovado, conforme quadro que se apresenta em seguida.
c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 8.1.5 contribui para dois domínios de incidência do desenvolvimento rural (P4 e P5E), conforme anteriormente referido.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, optou-se por atribuir ao domínio de intervenção considerado como a mais relevante a execução dos compromissos assumidos na Subação 2.3.3.1 – “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais” e na Ação 2.3.3.2 – “Reconversão de povoações com fins ambientais”. Na Operação em causa o domínio de intervenção ao qual foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 6.901 mil € de despesa pública foi o P4A - “Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias”.

Quadro 395: Op. 8.1.5 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P4A</td>
<td>254</td>
<td>6 901</td>
</tr>
<tr>
<td>P4BC</td>
<td>234</td>
<td>44 590</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>122</td>
<td>10 689</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>401</td>
<td>55 436</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do Desenvolvimento Rural P4, verifica-se que a região do Alentejo concentra 55% da despesa pública comprometida, num total que ascende a 25.530 mil €.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o domínio de intervenção (P4) uma taxa de compromisso de 104%.

Figura 52. Op. 8.1.5 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

**d) Execução financeira**

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 15.317 mil € de despesa pública e de 13.283 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos permitem aferir uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 18% face ao programado.

Em termos regionais a região Centro lidera a execução com cerca de 53% da despesa pública realizada e 57% dos projetos pagos até ao final de 2018. Em termos relativos é a região Centro que apresenta pagamentos no maior

---

46 Rádio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
número de projetos contratados (83%), e a região Norte a que apresenta no menor número (36%).

Quadro 396: Op. 8.1.5 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>73</td>
<td>4 021</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>303</td>
<td>12 745</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>9</td>
<td>371</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>206</td>
<td>23 579</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>44</td>
<td>3 212</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>635</td>
<td>43 928</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do universo de projetos contratados cerca de 64% iniciaram a sua execução e 51% encontram-se encerrados, dos quais 68% na região Centro.

Quadro 397: Op. 8.1.5 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada</th>
<th>Projetos Encerrados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>73</td>
<td>4 021</td>
<td>3 439</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>303</td>
<td>12 745</td>
<td>11 241</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>9</td>
<td>371</td>
<td>205</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>206</td>
<td>23 579</td>
<td>20 065</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>44</td>
<td>3 212</td>
<td>2 024</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>635</td>
<td>43 928</td>
<td>36 975</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser maioritariamente (79%) constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 18%, assumindo esta o valor maior (32%) na região de Lisboa.
e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018, 404 projetos num total de 14.644 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 33% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P4.

**Quadro 398: Op. 8.1.5 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (exclui transitados)</th>
<th>% Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
<td>Nº Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>73</td>
<td>4 021</td>
<td>3 459</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>303</td>
<td>12 745</td>
<td>11 241</td>
<td>219</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>9</td>
<td>371</td>
<td>205</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>206</td>
<td>23 579</td>
<td>20 065</td>
<td>60</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>44</td>
<td>3 212</td>
<td>2 024</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>635</td>
<td>43 928</td>
<td>36 975</td>
<td>321</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

**Quadro 399: Op. 8.1.5 – Indicadores comuns de realização**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th>P4</th>
<th>P4A</th>
<th>P4B</th>
<th>P4C</th>
<th>P5E</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>Meta</td>
<td>% Meta</td>
<td>Acumulado</td>
<td>Meta</td>
<td>% Meta</td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil €)</td>
<td>46 456</td>
<td>44 500</td>
<td>104%</td>
<td>44 194</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil €)</td>
<td>14 644</td>
<td>44 500</td>
<td>33%</td>
<td>44 194</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>% de Operações</td>
<td>10 725</td>
<td>48 070</td>
<td>33%</td>
<td>473</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total</td>
<td>6 670</td>
<td>26 629</td>
<td>20%</td>
<td>14 881</td>
<td>44 715</td>
<td>33%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th>P4A</th>
<th>P4B</th>
<th>P4C</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>Meta</td>
<td>% Meta</td>
<td>Acumulado</td>
<td>Meta</td>
</tr>
<tr>
<td>% Área florestal contribuindo para a biodiversidade</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,78%</td>
<td>25%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>% Área florestal contribuindo para a melhoria da gestão de água</td>
<td>0,4%</td>
<td>1,3%</td>
<td>33%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>% Área florestal contribuindo para a melhoria do solo</td>
<td>0,4%</td>
<td>1,3%</td>
<td>33%</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.2.6 OP. 8.1.6 – Melhoria do Valor Económico das Florestas

Enquadramento

A Op. 8.1.6 – *Melhoria do valor económico das florestas*, integrada na Medida COM – Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (8.0), submedida de apoio aos investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais (8.6), destina-se a apoiar a adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas e a apoiar a reabilitação de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em má condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercíneas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecologicamente desajustadas.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Promoção de ações que visem aumentar o valor económico e a competitividade dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos, apoiando sistemas que assegurem a harmonização da produção com a manutenção da biodiversidade e salvaguarda de valores ambientais, tendo em conta os princípios da gestão florestal sustentável. Incluem-se nesta ação incentivos à produção de plantas desde que destinados às necessidades da própria exploração florestal;

- O apoio à recuperação de povoamentos em manifesta subprodução, através da sua substituição por plantas melhor adaptadas às condições locais. Através da utilização de novas tecnologias que assegurem o sucesso da rearborização, ou ainda através da relocalização geográfica do povoamento em estação adequada, apoiando-se o arranque de espécies implantadas em locais desadequados.
Apoio à elaboração de Planos de Gestão Florestal ou de instrumento equivalente para explorações individuais, para ZIF e para áreas agrupadas.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, no final de 2018 encontravam-se apurados 230 projetos transitados da ação 1.3.1 – “Melhoria produtiva dos povoamentos” do PRODER que representam um total de 6.916 mil € de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão
No ano de 2018 não foram abertos avisos de abertura de candidaturas. A dotação total colocada a concurso foi de 23.000 mil € de despesa pública e foram submetidas 687 candidaturas a esta Operação.

Tal como já referido em relatórios anteriores a análise da distribuição regional do total das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Alentejo lidera quer em termos de investimento quer do total de candidaturas apresentadas (58% do total).
Até ao final de 2018 foram analisadas 680 candidaturas (99% das candidaturas entradas) e destas foram decididas 541 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 77%.

Analisando a distribuição regional do investimento aprovado, conclui-se que as regiões do Alentejo e do Centro representam 93% do total destes projetos e 95% do investimento aprovado.

Do total de projetos aprovados foram contratados 428 projetos, associados a uma despesa pública total de 12.263 mil €. O motivo pela qual, a 31.12.2018, se encontravam mais projetos contratados do que aprovados deve-se ao facto de existirem desistências/rescisões de projetos com pagamentos cujo contrato só pode ser rescindido após a recuperação dessas verbas.
ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento total proposto, verifica-se que 96% se encontram no escalão de investimento inferior aos 300 mil €, conforme quadro seguinte.

Quadro 402: Op. 8.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 300 mil euros</td>
<td>396</td>
<td>28 183</td>
<td>19 258</td>
<td>8 471</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 300 mil e &lt; 500 mil euros</td>
<td>11</td>
<td>3 889</td>
<td>2 681</td>
<td>1 179</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 500 mil euros e &lt; 1.000 mil euros</td>
<td>5</td>
<td>3 103</td>
<td>1 887</td>
<td>824</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 1.000 mil e &lt; 2.000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>1 282</td>
<td>1 161</td>
<td>465</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 2.000 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>2 140</td>
<td>1 593</td>
<td>638</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>414</td>
<td>38 597</td>
<td>26 580</td>
<td>11 577</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de investimento “Melhoria do valor económico da floresta” é a mais representativa com 56% do investimento aprovado.

Quadro 403: Op. 8.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Continente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Melhoria do Valor Económico da Floresta</td>
<td>0,1%</td>
<td>10,0%</td>
<td>0,6%</td>
<td>43,4%</td>
<td>1,5%</td>
<td>56%</td>
</tr>
<tr>
<td>Imateriais</td>
<td>0,004%</td>
<td>0,8%</td>
<td>0,1%</td>
<td>2,4%</td>
<td>0,6%</td>
<td>4%</td>
</tr>
<tr>
<td>Certificação da Gestão Florestal Sustentável</td>
<td>0,04%</td>
<td></td>
<td>0,9%</td>
<td></td>
<td></td>
<td>1%</td>
</tr>
<tr>
<td>Recuperação de Pov. Subprodução</td>
<td>10,7%</td>
<td>0,8%</td>
<td>26,1%</td>
<td>1,8%</td>
<td></td>
<td>39%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>0,1%</td>
<td>22%</td>
<td>1%</td>
<td>73%</td>
<td>4%</td>
<td>100%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>46</td>
<td>8 337</td>
<td>574</td>
<td>28 147</td>
<td>1 493</td>
<td>38 597</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi o das “Pessoas Coletivas privadas” representou 70% do investimento aprovado, conforme quadro que se apresenta em seguida.
c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 8.1.6 contribui para um domínio de incidência do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 6.807 mil € de despesa pública à P2A – “Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola”, conforme quadro que se apresenta em seguida.

De forma idêntica ao verificado no universo de candidaturas apresentadas, em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural, a região do Alentejo concentra cerca de 75% da despesa pública comprometida até 31.12.2018, num total que ascende a 13.848 mil €, e cerca de 64% do universo de projetos.
O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^{47}\) de 43%.

**Figura 53. Op. 8.1.6 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio**

\(^{47}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.

d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, referentes maioritariamente a projetos transitados, foi de 10.716 mil € de despesa pública e de 9.496 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos permitem aferir uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 26% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 76% da execução e 68% do número de projetos pagos concentraram-se na região do Alentejo. Em termos relativos é a região do Algarve que apresenta pagamentos no maior número de projetos contratados (83%), seguida da região do Alentejo com 75% dos projetos contratados já com pagamentos.
Quadro 406: Op. 8.1.6 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>20</td>
<td>175</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>164</td>
<td>3 558</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>16</td>
<td>358</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>429</td>
<td>14 331</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>29</td>
<td>756</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>658</td>
<td>19 179</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

Do universo de projetos contratados, cerca de 72% iniciaram a sua execução e 48% encontram-se encerrados, 86% dos quais nas regiões Centro e Alentejo.

Quadro 407: Op. 8.1.6 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>20</td>
<td>175</td>
<td>159</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>164</td>
<td>3 558</td>
<td>3 101</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>16</td>
<td>358</td>
<td>218</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>429</td>
<td>14 331</td>
<td>12 547</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>29</td>
<td>756</td>
<td>535</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>658</td>
<td>19 179</td>
<td>16 559</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser majoritariamente (70%) constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 30%.
Quadro 408: Op. 8.1.6 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Ñº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER*</th>
<th>Ñº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Ñº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>20</td>
<td>175</td>
<td>159</td>
<td>18</td>
<td>169</td>
<td>154</td>
<td>47</td>
<td>43</td>
<td>22%</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>164</td>
<td>3 558</td>
<td>3 101</td>
<td>69</td>
<td>1 228</td>
<td>1 121</td>
<td>461</td>
<td>428</td>
<td>27%</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>16</td>
<td>358</td>
<td>218</td>
<td>6</td>
<td>76</td>
<td>68</td>
<td>31</td>
<td>29</td>
<td>29%</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>429</td>
<td>14 331</td>
<td>12 547</td>
<td>206</td>
<td>5 846</td>
<td>5 341</td>
<td>2 820</td>
<td>2 620</td>
<td>33%</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>29</td>
<td>756</td>
<td>535</td>
<td>20</td>
<td>434</td>
<td>331</td>
<td>28</td>
<td>22</td>
<td>6%</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>658</td>
<td>19 179</td>
<td>16 559</td>
<td>319</td>
<td>7 755</td>
<td>7 014</td>
<td>3 387</td>
<td>3 142</td>
<td>30%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

**e) Indicadores de acompanhamento do Programa**

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e que se encontram refletidos no quadro seguinte. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 cerca de 477 projetos (inclui transitados do anterior período de programação), num total de 10.716 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 25% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A.

Quadro 409: Op. 8.1.6 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>18 384</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>10 716</td>
</tr>
<tr>
<td>N.º de Operações</td>
<td>477</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil euros)</td>
<td>16 627</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.3.2.7 OP. 8.2.1 – Gestão de Recursos Cinegéticos

Enquadramento
A Op. 8.2.1 – *Gestão de Recursos cinegéticos*, integrada na Medida COM – Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais (7.0), submedida de apoio a investimentos na criação, aperfeiçoamento ou expansão dos serviços básicos locais para a população rural, inclusivamente nos domínios do lazer e da cultura, e infraestruturas conexas (7.4), destina-se a apoiar investimentos na criação, melhoria ou desenvolvimento dos serviços básicos locais para a população rural.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Apoiar projetos destinados à melhoria do ordenamento dos recursos cinegéticos em espaços florestais, que correspondam a intervenções com escala territorial relevante, através da preservação e melhoria de habitats e de infraestruturas que promovam a utilização pública sustentável desses espaços e a prossecução dos objetivos de diversificação e melhoria da qualidade dos serviços prestados na área do lazer e do turismo, designadamente nos sítios Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas conexas com a atividade cinegética.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Desta forma, no final de 2018 existiam 14 projetos transitados da Ação 1.3.2 – “Gestão multifuncional” do PRODER, que representam um total de 289 mil
€ de despesa pública. Este valor foi revisto face ao indicado no REA 2017, fruto de reanálises de projetos executados no PRODER.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

No ano de 2018 foi aberto o segundo aviso de abertura de candidaturas com uma dotação total de 1.000 mil € de despesa pública ao qual foram submetidas 19 candidaturas associadas a um investimento total de 255 mil €.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Alentejo lidera quer em termos de investimento, representando 47% do total do investimento submetido, quer em termos de número de candidaturas apresentadas, com cerca de 41% do universo proposto a esta Operação.

Quadro 410: Op. 8.2.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>40</td>
<td>2 340</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>27</td>
<td>1 290</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>56</td>
<td>3 505</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>15</td>
<td>468</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>138</td>
<td>7 613</td>
<td>119</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até ao final de 2018 encontravam-se analisadas 119 candidaturas (86% das candidaturas entradas) e destas foram decididas 118 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 61%.

Analisando a distribuição regional do investimento aprovado, conclui-se que, tal como no universo das candidaturas apresentadas, os projetos aprovados localizam-se nas regiões do Norte e do Alentejo representam 78% do total destes projetos.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 8.2.1 contribui apenas para um domínio de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 289 mil € de despesa pública à P6B – “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do Desenvolvimento Rural, verifica-se que a região do Alentejo concentrou cerca de 50% da despesa pública comprometida até 31.12.2018, num total que ascende a 1.015 mil €. Na região Lisboa não se registou nenhum projeto aprovado ou transitado do anterior quadro de financiamento para o PDR2020.
O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^{48}\) de 54%.

**Figura 54. Op. 8.2.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio**

\[\text{Algarve} \quad 8\% \quad \text{Alentejo} \quad 50\% \quad \text{Lisboa} \quad 17\% \quad \text{Centro} \quad 25\% \quad \text{Norte} \quad 0\% \]

\(d)\) **Execução financeira**

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de 419 mil € de despesa pública e 371 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos permitem apurar uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 12% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 75% da execução concentrou-se nas Regiões Centro (23%) e Alentejo (52%).

**Quadro 413: Op. 8.2.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>23</td>
<td>382</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5</td>
<td>139</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>34</td>
<td>920</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>11</td>
<td>153</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>73</td>
<td>1.595</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo de Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

48 Rábio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
O universo de projetos contratados, cerca de 29% iniciaram a sua execução e 23% encontram-se encerrados, 65% dos quais nas regiões Alentejo e Algarve.

Quadro 414: Op. 8.2.1 – Distribuição regional dos projetos c/ execução iniciada\(^*\) e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>23</td>
<td>382</td>
<td>327</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5</td>
<td>139</td>
<td>133</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>34</td>
<td>920</td>
<td>797</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>11</td>
<td>153</td>
<td>99</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>73</td>
<td>1 595</td>
<td>1 355</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, que a 31.12.2018 continua a ser majoritariamente (82%) constituído por projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 44%, assumindo esta o valor maior (56%) na região do Alentejo.

Quadro 415: Op. 8.2.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (inclui transitados)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>23</td>
<td>382</td>
<td>327</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5</td>
<td>139</td>
<td>133</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>34</td>
<td>920</td>
<td>797</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>11</td>
<td>153</td>
<td>99</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>73</td>
<td>1 595</td>
<td>1 355</td>
<td>17</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

\(^{49}\) O universo dos projetos com execução iniciada inclui o universo dos projetos encerrados.
e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Uma vez que a Operação 8.2.1 não apresenta ainda decisões no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013, de 17 de dezembro, apenas é possível apresentar informação relativa aos projetos transitados.

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização que se encontram refletidos no quadro seguinte. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 eram 21 projetos (transitados do anterior período de programação), num total de 419 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 11% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P6B.

Quadro 416: Op. 8.2.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>P6B</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>2 042</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>419</td>
</tr>
<tr>
<td>N.º de Operações</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>População abrangida pelos serviços e infraestruturas</td>
<td>n.d</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil euros)</td>
<td>443</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Domínios de intervenção</th>
<th>P6B</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>Meta</td>
</tr>
<tr>
<td>3 784</td>
<td>54%</td>
</tr>
<tr>
<td>319</td>
<td>11%</td>
</tr>
<tr>
<td>92</td>
<td>23%</td>
</tr>
<tr>
<td>n.d</td>
<td>954</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*P6B: Domínios de intervenção*
5.3.2.8 OP. 8.2.2 – Gestão de Recursos Aquícolas

**Enquadramento**

A Op. 8.2.2 – *Gestão de recursos aquícolas*, integrada na Medida COM – Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais (7.0), submedida de apoio a investimentos na criação, aperfeiçoamento ou expansão dos serviços básicos locais para a população rural, inclusive nos domínios do lazer e da cultura, e infraestruturas conexas (7.4), destina-se a apoiar investimentos na criação, melhoria ou desenvolvimento dos serviços básicos locais para a população rural.

**Objetivos**

Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Apoiar projetos destinados à melhoria do ordenamento dos recursos dulçaquiícolas em espaços florestais, que correspondam a intervenções com escala territorial relevante, através da preservação e melhoria de habitats e de infraestruturas que promovam a utilização sustentável desses espaços e a prossecução dos objetivos de diversificação de atividades e melhoria dos espaços de pesca desportiva, designadamente nos sítios Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas conexas com a atividade da pesca.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e clima.

**Implementação da Operação**

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Para esta Operação não transitaram projetos aprovados ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro de 2013.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

Esta Operação ainda não foi operacionalizada no PDR2020.
5.3.3 M09. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS

Esta medida contempla três operações, a Operação 9.0.1, a Operação 9.0.2 e a Operação 9.0.3. Todas estas operações se encontram implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos da regulamentação nacional, a gestão e execução destas operações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento da ação em apreço são apresentados no âmbito do Pedido Único (PU). A apresentação dos pedidos de apoio é formalizada conjuntamente com a apresentação do pedido de pagamento no formulário do pedido único.

Esta medida, por dificuldades na obtenção da informação, é apresentada neste relatório com a repartição regional referente ao território das DRAPS em vez das NUTS 2 como as restantes medidas. Quanto aos indicadores de monitorização respeitantes à Operação, detetou-se a existência, em anos anteriores, de um erro na contabilização dos indicadores da obtenção da informação sobre JA e sobre os beneficiários que recorrem a serviços de aconselhamento, que foi agora corrigido.

5.3.3.1 OP. 9.0.1 – Zonas de Montanha

Enquadramento
A Op.9.0.1 – Zonas de Montanha, integrada na Medida COM – Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas (13.0), submedida de pagamentos compensatórios em zonas de montanha (13.1), destina-se a contribuir para uma utilização continuada das superfícies agrícolas nas zonas de montanha, compensando os agricultores pelos custos adicionais e perdas de rendimentos decorrentes das limitações à produção agrícola na zona em causa.
Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Compensar parcialmente os agricultores pelos custos adicionais e perda de rendimentos resultantes das condicionantes naturais inerentes ao exercício da atividade agrícola nas zonas desfavorecidas;
- Contribuir para a manutenção da paisagem rural e a promoção de sistemas agrícolas sustentáveis;
- Promover o desenvolvimento económico das zonas rurais e a coesão territorial, combatendo a desertificação das zonas desfavorecidas.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A, P4, P5E e P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR 2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação, no PU de 2014.

Assim, foram apurados compromissos referentes a 89.510 explorações que transitaram da ação 2.1.1 – “Manutenção da Atividade Agrícola fora da Rede Natura” e da ação 2.1.2 – “Manutenção da Atividade Agrícola em Rede Natura” do PRODER, com uma área total de 515.888 ha e que representam um total de 95.491 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 96.750 candidaturas com uma área total sobre compromisso de 647.729 ha.

A dotação indicada pela AG, para a campanha de 2018, foi de 87.781 mil €.

Quadro 417: Op. 9.0.1 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Acumulados</th>
<th>Despesa pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2A</td>
<td>109 423</td>
<td>96 123</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>72 174</td>
<td>63 418</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>90 218</td>
<td>79 272</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>90 218</td>
<td>79 272</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>2A</td>
<td>33 537</td>
<td>29 446</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>22 032</td>
<td>19 353</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>27 540</td>
<td>24 192</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>27 540</td>
<td>24 192</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>2A</td>
<td>242</td>
<td>211</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>374</td>
<td>326</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>303</td>
<td>264</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>303</td>
<td>264</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>2A</td>
<td>2 214</td>
<td>1 902</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>1 470</td>
<td>1 263</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>1 837</td>
<td>1 579</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>1 837</td>
<td>1 579</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2A</td>
<td>6 789</td>
<td>5 342</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>4 507</td>
<td>3 547</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>5 634</td>
<td>4 434</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>5 634</td>
<td>4 434</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>503 834</td>
<td>440 412</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, tal como já referido em relatórios anteriores a região do Norte permanece com 72% do total da despesa pública comprometida, num total que ascende a 503.834 mil €.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 9.0.1 contribui para quatro domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, no âmbito do processo de candidaturas ao PDR2020, no final do ano de 2018 e após o processo de rateio, tendo em conta as dotações alocadas a este ano, foram associados os compromissos de 152.347 mil € de despesa.
pública à P2A – “Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola”, 100.425 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”, 125.531 mil € de despesa pública à P5E – “Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura” e 125.531 mil € de despesa pública à P6B – “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

Quadro 418: Op. 9.0.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Acumulados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>109 168</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>109 168</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>109 168</td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>109 168</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>109 168</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das Prioridades é apresentado no Anexo I

Figura 55. Op. 9.0.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 443.220 mil € de despesa pública e 399.615 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que grande parte dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro, cujo nível de contribuição FEADER é de 100%. Estes pagamentos permitem apurar uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 84% face ao programado. Em termos regionais, cerca de 72% da execução concentrou-se na região do Norte.

Quadro 419: Op. 9.0.1 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>Desp. FEADER</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>Desp. FEADER</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>Desp. FEADER</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>Desp. FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>78</td>
<td>96 913</td>
<td>65 491</td>
<td>79 367</td>
<td>71 870</td>
<td>79 366</td>
<td>71 869</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>46</td>
<td>29 857</td>
<td>19 444</td>
<td>24 306</td>
<td>22 001</td>
<td>24 306</td>
<td>22 001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>11</td>
<td>321</td>
<td>187</td>
<td>299</td>
<td>233</td>
<td>299</td>
<td>233</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>945</td>
<td>1 628</td>
<td>1 080</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4 176</td>
<td>4 929</td>
<td>4 929</td>
<td>4 929</td>
<td>4 929</td>
<td>4 929</td>
<td>4 929</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>109</td>
<td>168</td>
<td>120 902</td>
<td>88 301</td>
<td>79 632</td>
<td>110 380</td>
<td>99 544</td>
<td>110 379</td>
<td>99 543</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*Não inclui Juros Finais s/Dividas em Ajudas FEADER

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para esta Operação foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, e analisando a caracterização da Operação verifica-se que, tendo em consideração a alteração de pressupostos já referida anteriormente, apenas 4% são JA e 1,5% dos beneficiários recorreram aos Serviços de Aconselhamento Agrícola. Quanto aos beneficiários desta Operação que recebem apoios desta natureza desde o PRODER, registou-se uma baixa de 3 p.p. comparativamente aos dados de 2017, passando a representar 77% do total.
Do total da área paga, no período 2014/2018, 753.307 ha, 65% localiza-se no Norte (menos 1 p.p. que em 2017), conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Dos indicadores comuns de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 443.220 mil euros de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 77% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P2A, 76 % para os domínios de intervenção P5E e P6B e 120% para o domínio de intervenção P4.
Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 16% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 67% situam-se na região Norte, conforme apresentado no quadro seguinte.
5.3.3.2 OP. 9.0.2 – Zonas, que Não as de Montanha, Sujeitas a Condicionantes Naturais Significativas

**Enquadramento**

A Op.9.0.2 – *Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas*, integrada na Medida COM – Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas (13.0), submedida de pagamentos compensatórios para zonas, que não as zonas de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas (13.2), destina-se contribuir para uma utilização continuada das superfícies agrícolas nas zonas, que não as de montanha, que apresentem condições naturais significativas, compensando os agricultores pelos custos adicionais e perdas de rendimentos decorrentes das limitações à produção agrícola nas zonas em causa.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Compensar parcialmente os agricultores pelos custos adicionais e perda de rendimentos resultantes das condicionantes naturais inerentes ao exercício da atividade agrícola nas zonas desfavorecidas;
- Contribuir para a manutenção da paisagem rural e a promoção de sistemas agrícolas sustentáveis;
- Promover o desenvolvimento económico das zonas rurais e a coesão territorial, combatendo a desertificação das zonas desfavorecidas.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A, P4, P5E e P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

**Implementação da Operação**

a) *Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)*

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR 2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação, no PU de 2014.
Assim, foram apurados compromissos referentes a 18.798 explorações que transitem da ação 2.1.1 – “Manutenção da Atividade Agrícola fora da Rede Natura” e da ação 2.1.2 – “Manutenção da Atividade Agrícola em Rede Natura” do PRODER, com uma área total de 305.714 ha e que representam um total de 15.542 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.

Registou-se um total de 25.984 candidaturas com uma área total sobre compromisso de 945.043 ha.

A dotação indicada pela AG, para a campanha de 2018, foi de 26.138 mil €.

---

**Quadro 424: Op. 9.0.2 – Distribuição regional dos compromissos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Prioridade / Domínio</th>
<th>Compromissos Acumulados</th>
<th>Despesa pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>2A</td>
<td>52</td>
<td>45</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>35</td>
<td>30</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>44</td>
<td>37</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>44</td>
<td>37</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>2A</td>
<td>5 029</td>
<td>4 408</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>3 291</td>
<td>2 887</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>4 114</td>
<td>3 609</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>4 114</td>
<td>3 609</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>2A</td>
<td>2 016</td>
<td>1 705</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>1 335</td>
<td>1 130</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>1 669</td>
<td>1 412</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>1 669</td>
<td>1 412</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2A</td>
<td>36 803</td>
<td>31 805</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>24 378</td>
<td>21 070</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5E</td>
<td>30 473</td>
<td>26 337</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6B</td>
<td>30 473</td>
<td>26 337</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td>145 964</td>
<td>126 209</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---
Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, tal como já registado anteriormente a região do Alentejo absorveu 84% da despesa pública comprometida, num total que ascende a 122.127 mil €.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 9.0.2 contribui para quatro domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, no âmbito do processo de candidaturas ao PDR2020, foram associados os compromissos de 44.027 mil € de despesa pública à P2A – “Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola”, 29.125 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”, 36.406 mil € de despesa pública à P5E – “Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura” e 36.406 mil € de despesa pública à P6B – “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

Quadro 425: Op. 9.0.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Acumulados</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td></td>
<td>30 276</td>
<td>44 027</td>
<td>38 065</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td></td>
<td>30 276</td>
<td>29 125</td>
<td>25 184</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td></td>
<td>30 276</td>
<td>36 406</td>
<td>31 480</td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td></td>
<td>30 276</td>
<td>36 406</td>
<td>31 480</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td></td>
<td>30 276</td>
<td>145 964</td>
<td>126 209</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das Prioridades é apresentado no Anexo I.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 123.432 mil € de despesa pública e 110.678 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que grande parte dos pagamentos foi realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro. Estes pagamentos permitem apurar uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 63% face ao programado. Em termos regionais, cerca de 84% da execução concentrou-se na região do Alentejo.

Quadro 426: Op. 9.0.2 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Projeto Pagos</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>P2A</td>
<td>72</td>
<td>19</td>
<td>34</td>
<td>8</td>
<td>26</td>
<td>26</td>
<td>28</td>
<td>32</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>P4</td>
<td>5654</td>
<td>4318</td>
<td>3915</td>
<td>2817</td>
<td>2558</td>
<td>3522</td>
<td>3198</td>
<td>3522</td>
<td>3198</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>P5E</td>
<td>1774</td>
<td>1678</td>
<td>1476</td>
<td>1476</td>
<td>976</td>
<td>1388</td>
<td>1221</td>
<td>1388</td>
<td>1221</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>P6B</td>
<td>22661</td>
<td>31127</td>
<td>27891</td>
<td>20594</td>
<td>18460</td>
<td>25743</td>
<td>23076</td>
<td>25743</td>
<td>23076</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td>115</td>
<td>106</td>
<td>89</td>
<td>71</td>
<td>60</td>
<td>88</td>
<td>74</td>
<td>88</td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>30276</td>
<td>37268</td>
<td>33406</td>
<td>24618</td>
<td>22077</td>
<td>30773</td>
<td>27598</td>
<td>30773</td>
<td>27597</td>
</tr>
</tbody>
</table>

e) Indicadores de acompanhamento do Programa
Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, e analisando a caracterização da Operação verifica-se que, tendo em consideração a alteração de pressupostos já referida anteriormente, o peso dos JA no total dos beneficiários é de 6%, regista-se uma baixa de 4 p.p. na representatividade dos beneficiários desta Operação que recebem apoios desta natureza desde o PRODER, comparativamente com os dados de 2017, passando a representar 68% do total.

Quadro 427: Op. 9.0.2 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURE (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL</td>
<td>Jovens Agricultores</td>
<td>Recorrem a serviços de aconselhamento</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>72</td>
<td>11</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5 654</td>
<td>292</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>1 774</td>
<td>119</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>22 661</td>
<td>1 365</td>
<td>145</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>115</td>
<td>6</td>
<td>83</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>30 276</td>
<td>1 793</td>
<td>179</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Do total da área paga, entre 2014 e 2018, 1.113.969 ha, o Alentejo continua a representar 87% do total da área apoiada, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 428: Op. 9.0.2 – Indicadores específicos de realização – Áreas pagas por região

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>LVT</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>1 813</td>
<td>85 106</td>
<td>52 359</td>
<td>971 294</td>
<td>3 397</td>
<td>1 113 969</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1 813</td>
<td>85 106</td>
<td>52 359</td>
<td>971 294</td>
<td>3 397</td>
<td>1 113 969</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.
Dos indicadores comuns de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 123.432 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 61% do total de despesa pública programada para cada um dos domínios de intervenção para o qual contribui (P2A, P4, P5E e P6B).

Relativamente ao indicador da área paga releva-se que o desempenho apurado no final de 2018 ultrapassa em cerca de 298% a meta estabelecida para cada domínio de intervenção, o que sugere a necessidade de uma redefinição da meta deste indicador.

Quadro 429: Op. 9.0.2 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicator de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P2A</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>44 027</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamento anual) (mil euros)</td>
<td>37 268</td>
</tr>
<tr>
<td>N.º de beneficiários</td>
<td>30 276</td>
</tr>
<tr>
<td>Área paga (ha)</td>
<td>134 191</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, mantém-se o peso das áreas integradas na rede NATURA em cerca de 22%, e destes, cerca de 96% situam-se na região do Alentejo, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 430: Op. 9.0.2 – Indicadores comuns de realização – NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pagamento</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>51</td>
<td>130</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>136</td>
<td>1 827</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>20</td>
<td>1 274</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>5 313</td>
<td>21 621</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>35</td>
<td>76</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>5 507</td>
<td>25 659</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Un. mil euros**
**5.3.3.3 OP. 9.0.3 – Zonas Sujeitas a Condicionantes Específicas**

**Enquadramento**

A Op.9.0.3 – *Zonas sujeitas a condicionantes específicas*, integrada na Medida COM – Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas (13.0), submedida de pagamentos compensatórios outras zonas afetadas por condicionantes específicas (13.2), destina-se contribuir para uma utilização continuada das superfícies agrícolas em zonas sujeitas a condicionantes específicas, compensando os agricultores pelos custos adicionais e perdas de rendimentos decorrentes das limitações à produção agrícola nas zonas em causa.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Compensar parcialmente os agricultores pelos custos adicionais e perda de rendimentos resultantes das condicionantes naturais inerentes ao exercício da atividade agrícola nas zonas desfavorecidas;
- Contribuir para a manutenção da paisagem rural e a promoção de sistemas agrícolas sustentáveis;
- Promover o desenvolvimento económico das zonas rurais e a coesão territorial, combatendo a desertificação das zonas desfavorecidas.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P2A, P4, P5E e P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente.

**Implementação da Operação**

a) **Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013**


No ano de 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas que decorreu entre 15.02.2018 e 11.05.2018.
Registou-se um total de 1.810 candidaturas com uma área total sobre compromisso de 7.185 ha.

A dotação indicada pela AG, para a campanha de 2018, foi de 528 mil \( \varepsilon \).

Quadro 431: Op. 9.0.3 – Distribuição regional dos compromissos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Acumulados</th>
<th>Despesa pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>588</td>
<td>500</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>392</td>
<td>333</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>490</td>
<td>416</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>490</td>
<td>416</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>211</td>
<td>179</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>141</td>
<td>120</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>176</td>
<td>149</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>176</td>
<td>149</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>2.673</strong></td>
<td><strong>2.272</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de distribuição regional da despesa pública comprometida, verifica-se que a região do Centro absorveu 73% da despesa pública comprometida, num total que ascende a 1.959 mil \( \varepsilon \).

b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 9.0.3 contribui para quatro domínios de intervenção do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Assim, no âmbito do processo de candidaturas ao PDR2020, foram associados os compromissos de 802 mil \( \varepsilon \) de despesa pública à P2A – “Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola”,
535 mil € de despesa pública à P4 – “Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas”, 668 mil € de despesa pública à P5E – “Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura” e 668 mil € de despesa pública à P6B – “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

Quadro 432: Op. 9.0.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Compromissos Acumulados</th>
<th>Nº</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>2 084</td>
<td>802</td>
<td>682</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>2 084</td>
<td>535</td>
<td>455</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>2 084</td>
<td>668</td>
<td>568</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>2 084</td>
<td>668</td>
<td>568</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2 084</td>
<td>2 673</td>
<td>2 274</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das Prioridades é apresentado no Anexo I

Figura 57. Op. 9.0.3 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

C) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 2.174 mil € de despesa pública e 1.920 mil € de comparticipação FEADER, uma vez que grande parte dos pagamentos foi
realizada com recurso à dotação adicional, nos termos do artigo 59º, n.º 4, alínea f), do Regulamento n.º 1305/2013 de 17 de dezembro. Estes pagamentos permitem apurar uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 45% face ao programado. Em termos regionais, cerca de 73% da execução concentrou-se na região do Centro.

Quadro 433: Op. 9.0.3 – Distribuição regional dos projetos pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Nº despesas</th>
<th>P2A</th>
<th>P4</th>
<th>P5E</th>
<th>P6B</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1 469</td>
<td>479</td>
<td>423</td>
<td>319</td>
<td>282</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>608</td>
<td>170</td>
<td>150</td>
<td>114</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2 084</td>
<td>652</td>
<td>576</td>
<td>435</td>
<td>384</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização, de resultado e de monitorização que se encontram refletidos nos quadros seguintes.

Dos indicadores de monitorização, tendo em consideração a alteração de pressupostos já referida anteriormente, realça-se na caracterização da Operação que apenas 3% são JA e 61% dos beneficiários beneficiaram de apoios PRODER.

Quadro 434: Op. 9.0.3 – Indicadores de monitorização – Caracterização da Operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Nº explorações pagas (acumulado)</th>
<th>Jovens Agricultores</th>
<th>Área sobre compromisso (ha)</th>
<th>Área sobre compromisso NATURA (ha)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>TOTAL 3</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>1 469</td>
<td>43</td>
<td>1 045</td>
<td>6 081</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>608</td>
<td>22</td>
<td>212</td>
<td>2 501</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2 084</td>
<td>66</td>
<td>1 262</td>
<td>8 613</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.
Do total da área paga, 8.520 ha, 70% localiza-se no Centro, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

**Quadro 435: Op. 9.0.3 – Indicadores de monitorização – Áreas pagas por região**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>LVT</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ha</td>
<td>16</td>
<td>5.997</td>
<td>2.495</td>
<td>13</td>
<td></td>
<td>8.520</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: Em termos acumulados foram considerados valores sem repetições.

Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo dos pedidos de pagamento, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018 um total de 2.174 mil euros de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 44% do total de despesa pública programada para os domínios de intervenção para o qual contribui (P2A, P4, P5E e P6B).

**Quadro 436: Op. 9.0.3 – Indicadores comuns de realização**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>P2A</th>
<th>P4</th>
<th>P5E</th>
<th>P6B</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>802</td>
<td>1.484</td>
<td>536</td>
<td>668</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.484</td>
<td>536</td>
<td>668</td>
<td>668</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (pagamento anual) (mil euros)</td>
<td>652</td>
<td>1.484</td>
<td>536</td>
<td>668</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.484</td>
<td>536</td>
<td>668</td>
<td>668</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>2.084</td>
<td>2.084</td>
<td>2.084</td>
<td>2.084</td>
</tr>
<tr>
<td>Área paga (ha)</td>
<td>2.136</td>
<td>2.136</td>
<td>2.136</td>
<td>2.136</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do total da despesa pública realizada no âmbito desta Operação até 31.12.2018, cerca de 40% foi alocada a áreas integradas na rede NATURA, e destes, cerca de 68% situam-se na região Centro, conforme apresentado no quadro seguinte.
Quadro 437: Op. 9.0.3 – Indicadores comuns de realização – NATURA

<table>
<thead>
<tr>
<th>DRAP</th>
<th>Despesa pública paga</th>
<th>FEADER pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td>Acumulada</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>NATURA</td>
<td>TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>0</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>134</td>
<td>371</td>
</tr>
<tr>
<td>LVT</td>
<td>65</td>
<td>142</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>0</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>200</td>
<td>515</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.4  A4. DESENVOLVIMENTO LOCAL

5.4.1  M10. LEADER

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária, conhecido como abordagem LEADER no caso do FEADER, é uma forma de abordagem de desenvolvimento territorial integrado apoiada por um ou vários instrumentos políticos programados que financiam a execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) selecionadas e que pode ser financiada pelos vários Fundos Europeus Estruturais e de Investimento através dos respetivos Programas Operacionais.

As EDL correspondem a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, promovidas pelas comunidades locais, através dos grupos de ação local (GAL) que são parcerias compostas por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados e incidindo em territórios sub-regionais específicos tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, a ligação em rede e a cooperação.

5.4.1.1 OP. 10.1.1 – Preparação e Reforço das Capacidades, Formação e Ligação em Rede dos GAL

Enquadramento
A Op. 10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL, integrada na Medida COM – Apoio ao desenvolvimento local LEADER (desenvolvimento local de base comunitária) (19.0), submedida de apoio preparatório (19.1), destina-se a apoiar os custos preparatórios da preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

➢ Apoio aos custos de preparação, que cobrem a criação de capacidades, a formação e a ligação em rede com vista à preparação e execução de uma estratégia de desenvolvimento local de base comunitária;
Prioridades
Construi para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

Esta Operação foi operacionalizada e fechada no ano de 2016, pelo que se mantém toda a informação prestada no Relatório de Execução de 2017.

Assim, no ano de 2016 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas com uma dotação de 1.350 mil € de despesa pública. Foram submetidas 54 candidaturas com um custo total de 1.350 mil €.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso, que está relacionada com a distribuição regional dos GAL, mostra que a região do Centro é a mais representativa quer em número de candidaturas quer em investimento (43% do total).

Quadro 438: Op. 10.1.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>16</td>
<td>400</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>23</td>
<td>575</td>
<td>23</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>50</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>10</td>
<td>250</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>3</td>
<td>75</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>54</td>
<td>1.350</td>
<td>54</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No final de 2018 todas as candidaturas se encontravam analisadas, decididas, contratadas e pagas.
b) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.1.1 contribui apenas para um domínio de incidência do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Os compromissos assumidos para efeitos do exercício de monitorização, apresentado neste documento, contemplam todos os compromissos assumidos.

### Quadro 440: Op. 10.1.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio (1)</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>54</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>54</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
<td>1 350</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.

c) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 1.350 mil € de despesa pública e 1.350 mil € de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 100% face ao programado.

Em termos regionais cerca de 72% da execução concentrou-se nas Regiões Norte e do Centro.

O apoio pago assumiu a forma de subvenção não reembolsável, na modalidade de custos simplificados, no montante fixo de 25 000 € por GAL.

Quadro 441: Op. 10.1.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº  Desp. pública FEADER</td>
<td>Nº  Desp. pública FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>16  400 360</td>
<td>16  400 400</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>23  575 518</td>
<td>23  575 575</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2   50 40</td>
<td>2   50 50</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>10  250 225</td>
<td>10  250 250</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>3   75 68</td>
<td>3   75 75</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>54  1 350 1 210</td>
<td>54  1 350 1 350</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Todo o universo de projetos contratados encontra-se encerrado.

d) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é
apurado tendo por base o universo de projetos encerrados, que, para a presente Operação, integrava no final de 2016, 54 projetos, num total de 1.350 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 100% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P6B.

Tendo sido aprovados 54 Grupos de Ação Local (GAL), mais 7 GAL para além dos 47 inicialmente previstos, estima-se que a população abrangida pela intervenção destas estruturas é de 4.874.295. Este universo ultrapassa em cerca de 31% a meta inicialmente estabelecida de 3.734.564, conforme informação apresentada no quadro seguinte.

**Quadro 442: Op. 10.1.1 – Indicadores comuns de realização**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>1.350</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução iniciada) (mil euros)</td>
<td>1.350</td>
</tr>
<tr>
<td>Operações apoiadas (nº)</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>Beneficiários (nº)</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>População abrangida pelos GAL (nº)</td>
<td>4.874.295</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Em termos de indicadores de resultado, a Operação em análise contribui para o indicador global do Programa, associado ao domínio P6B, que pretende aferir o universo da população rural que se encontra abrangida pelas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). A meta definida para este indicador global é de 73%, contribuindo para a sua concretização apenas a Operação 10.1.1.

**Quadro 443: Op. 10.1.1 – Indicadores comuns de resultado**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>% População rural abrangida pelas Estratégias de Desenvolvimento Local - (1)</td>
<td>95%</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta - (2)</td>
<td>73%</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta - (1)/(2)</td>
<td>131%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.4.1.2 OP. 10.2.1 – Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local

**Enquadramento**
A Op. 10.2.1 – Implementação das estratégias de desenvolvimento local, integrada na Medida COM – Apoio ao desenvolvimento local LEADER (desenvolvimento local de base comunitária) (19.0), submedida de apoio à execução de operações abrangidas pela estratégia de desenvolvimento local de base comunitária (19.2), destina-se a dar resposta em simultâneo às necessidades de desenvolvimento local e ao contributo específico que o sector agrícola e agroindustrial pode dar ao nível de intervenções de pequena dimensão com objetivos específicos de cariz local.

**Objetivos**
Esta Operação tem como objetivo apoiar a realização das seguintes operações, integradas em estratégias de desenvolvimento local, a implementar por grupos de ação local, selecionadas e aprovadas no âmbito de prévio procedimento concursal:

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas;
- Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- Diversificação de atividades na exploração agrícola;
- Cadeias curtas e mercados locais;
- Promoção de produtos locais de qualidade;
- Renovação de aldeias.

**Prioridades**
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

**Implementação da Operação**
a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) visa especialmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho.

A operacionalização do DLBC foi concretizada através de duas fases distintas:

- a primeira fase onde se efetuou a pré-qualificação das parcerias e respetivas linhas estratégias macro e territórios, que reúnam as condições adequadas à submissão de uma EDL;
- a segunda fase, para as parcerias pré-qualificadas, a onde foi efetuada a submissão de EDL completas para financiamento por parte dos PO e PDR2020.

A primeira fase de pré-qualificação de parcerias iniciou-se em 2014 com a abertura de um concurso, plurifundo, que decorreu entre 16.11.2014 e 15.02.2015. Neste concurso foram apurados 54 DLBC Rurais.

A segunda fase foi operacionalizada através da abertura de um concurso, que decorreu entre 26.06.2015 e 27.07.2015, onde foi colocado a concurso 95% do montante disponível para a ação 10.2, sobre a qual o mesmo se reporta, tendo o remanescente (6.982.630€), sido reservado para futura atribuição como reserva de desempenho, premiando os GAL com melhor desempenho. Foram assim aprovados 54 GAL.

No ano de 2016 os Grupos de Ação Local iniciaram a operacionalização desta Operação abrindo concursos referentes às diferentes tipologias desta Operação.

No âmbito desta ação transitaram 19 projetos do PRODER com uma despesa pública associada de 673 mil €.

As EDL incorporam as seguintes tipologias: Operação 10.2.1.1 “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, 10.2.1.2 “Pequenos investimentos na transformação e comercialização”, 10.2.1.3 “Diversificação de atividades na exploração”, 10.2.1.4 “Cadeias curtas e mercados locais”. 10.2.1.5 “Promoção de produtos de qualidade locais” e 10.2.1.6 “Renovação de aldeias”, cuja execução será apresentada nos pontos seguintes.
Até ao final de 2018, foram operacionalizadas, pelos GAL, todas as Operações que fazem parte da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) sendo que apenas no caso das três últimas Operações não foram operacionalizadas em 2018 por todos os GAL.

Até final de 2018 foram abertos 538 avisos de abertura de candidaturas com uma dotação associada de 161 milhões €. Concorreram 6.001 candidaturas e destas foram aprovadas 32% das candidaturas apresentadas e destas já se encontram contratadas 87% (1.652 candidaturas).

A Operação 10.2.1.1 “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas” foi a que contribuiu para este desempenho representando 74% quer das candidaturas apresentadas quer das contratadas.

Neste ponto apresenta-se uma síntese da execução das EDL/Operações, em cada um dos GAL.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Grupos de Acção Local</th>
<th>Programação ELD</th>
<th>Concessão</th>
<th>Consequências Ordem</th>
<th>Consequências Apuradas</th>
<th>Consequências Contadas (mil euros)</th>
<th>Valores Pagos (mil euros)</th>
</tr>
</thead>
</table>
Quadro 445: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.1 (por GAL)
mil euros
Operação 10.2.1.1

Grupos de Acção
Local

Programação ELD

Concursos

300

320

4

529

32

1 240

26

1 028

261

209

26

1 005

272

218

10

61

49

AD ELO

450

405

2

834

98

2 302

75

1 658

661

595

47

1 024

412

371

29

216

194

ADAE

382

344

2

558

8

264

6

184

65

59

6

184

65

59

3

18

16

ADD

444

400

2

571

80

2 128

34

884

304

274

34

896

314

282

12

80

72

ADDLAP

724

652

2

696

39

1 226

5

228

60

54

6

275

78

70

4

29

26

ADER-AL
ADERE 2020
(VICENTINA)
ADERES

1 496

1 635

4

3 400

117

3 942

85

2 848

1 044

923

72

2 380

871

768

27

207

187

289

839

2

380

12

407

4

135

36

32

4

135

36

32

-

-

-

260

260

3

511

12

356

9

243

88

79

9

234

86

77

-

-

-

ADER-SOUSA

456

234

2

652

27

1 021

6

200

58

52

6

200

58

52

-

-

-

ADIBER

364

410

1

218

11

283

1

15

5

5

1

15

5

5

-

-

-

ADICES

500

328

3

1 394

32

1 019

18

557

207

186

11

346

128

115

3

31

ADIRN

505

450

2

600

29

1 082

4

175

60

54

4

175

60

54

1

6

5

ADL

705

454

3

1 425

67

2 371

13

375

122

110

13

375

122

110

9

56

51

ADRACES

863

905

2

650

53

1 841

18

655

257

232

21

745

295

266

13

117

105

ADRAT

625

777

2

1 135

132

4 485

41

1 445

563

507

38

1 351

529

476

15

112

101

ADREPES

656

563

2

839

69

1 787

57

1 481

470

376

48

1 194

377

301

3

14

11

1 095

525

2

1 000

123

3 803

58

1 795

611

549

30

949

291

261

17

121

109

ADRIMAG

665

986

2

861

60

1 876

15

479

125

113

7

215

61

55

-

-

ADRIMINHO

375

598

2

433

106

2 261

22

484

152

137

22

484

152

137

15

80

72

ADRITEM

514

338

2

676

16

631

13

503

176

159

13

503

176

159

5

13

12

ADRUSE

585

462

2

521

46

1 258

22

644

244

219

14

412

159

144

6

45

40

ALTO OESTE

695

626

2

688

79

2 901

16

564

196

176

16

564

196

176

5

30

27

APRODER

1 065

959

3

1 250

46

1 631

23

668

243

219

22

541

209

188

4

36

32

ATAHCA

1 000

900

2

1 232

115

4 070

29

1 179

389

350

30

1 180

388

349

20

228

205

AVEIRO NORTE

457

412

2

479

9

336

2

88

33

29

-

-

-

-

AVEIRO SUL

503

453

2

668

45

1 498

7

215

72

65

9

255

87

78

4

29

26

AXX1

656

527

3

952

52

1 773

32

1 137

446

401

20

723

282

253

13

164

148
62

ADRIL

Despesa
Pública

FEADER

N.º

-

Investimento
Proposto

-

Despesa
Pública

Valores Pagos

A2S

N.º

Investimento
Proposto

Candidaturas Contratadas

FEADER

N.º

Investimento
Proposto

Candidaturas Aprovadas

Despesa
Pública

N.º

Dotacção
(DP)

Candidaturas
Entradas

FEADER

N.º

-

-

Despesa
Pública

FEADER

28

BAIXO OESTE

1 250

590

2

1 060

60

2 649

10

376

137

123

10

376

137

123

11

69

BEIRA DOURO

1 033

1 125

2

925

219

6 945

27

767

244

220

23

635

207

186

2

10

9

CHARNECA

901

930

2

570

33

840

18

602

187

168

18

602

187

168

5

41

37

COIMBRA MAIS FUTURO

450

811

2

600

37

1 215

21

627

224

202

13

354

115

104

3

30

27

CORANE

859

405

2

1 287

196

6 161

44

1 468

449

404

42

1 385

424

382

13

76

68

1 251

773

1

790

183

5 657

44

1 633

588

529

30

1 086

374

337

1

11

10

927

1 126

2

927

106

3 730

24

936

239

215

22

871

224

201

2

12

11

DOURO HISTÓRICO

1 273

834

2

1 289

557

13 697

84

1 795

641

577

88

1 872

669

602

39

244

219

DOURO SUPERIOR

DESTEQUE
DOLMEN

1 420

1 146

2

1 511

264

8 453

88

2 911

1 042

938

81

2 684

993

894

34

223

201

DUECEIRA

285

1 278

3

544

24

699

9

280

94

85

3

126

43

38

3

26

24

ESDIME

900

257

4

1 340

53

1 940

24

974

376

339

23

932

356

321

7

55

IN LOCO

290

810

2

290

60

2 054

18

692

167

150

11

443

102

92

LEADERSOR

946

261

2

800

43

1 531

22

845

338

304

17

609

243

219

5

61

55

LITORAL RURAL

729

851

2

1 023

36

1 458

29

1 064

422

380

28

1 023

402

362

16

182

164

38

247

222

-

-

MONTE

-

-

50
-

2 222

836

3

1 575

168

5 276

50

1 372

500

450

51

1 394

509

458

PINHAIS DO ZÊZERE

268

2 000

2

385

24

633

2

28

9

9

2

28

9

9

PINHAL MAIOR

338

241

2

304

58

1 530

12

405

139

125

11

363

121

109

5

51

1 048

421

2

1 400

95

2 911

13

312

116

105

12

276

104

93

3

5

5

468

304

2

468

91

3 005

13

441

165

149

13

441

165

149

5

46

42

68

441

397

-

-

PRÓ RAIA
PROBASTO
RAIA HISTÓRICA

-

46

1 026

943

2

1 103

289

7 325

82

2 208

670

603

83

2 232

678

610

ROTA DO GUADIANA

758

924

2

700

68

2 131

14

434

155

140

11

348

118

106

RUDE

350

682

2

351

55

1 622

21

642

231

208

21

642

231

208

3

21

19

SOL DO AVE

855

315

2

847

73

2 425

48

1 568

499

449

45

1 515

485

437

10

86

77

TAGUS

350

770

3

655

21

647

13

441

184

165

10

325

131

118

5

36

32

TERRAS BAIXO GUADIANA

347

315

2

360

39

1 336

27

843

278

250

16

502

160

144

8

26

24

TERRAS DE SICO

261

312

2

238

37

936

5

198

68

61

5

198

68

61

3

19

17

TERRAS DENTRO

933

100

4

1 300

42

1 334

12

442

125

113

11

356

116

104

4

12

11

38 369

35 120

44 172

15 235

13 622

37 981

13 080

11 690

511

3 723

3 343

TOTAL

122

45 795

4 446

135 927

1 415

Página 452

1 229

-


### Quadro 446: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.2 (por GAL)

#### Programação EDL

<table>
<thead>
<tr>
<th>FEADER</th>
<th>Cotação</th>
<th>Candidaturas Aprovadas</th>
<th>Candidaturas Contratadas</th>
<th>Valores Pagos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>GEE</td>
<td>300</td>
<td>320</td>
<td>486</td>
<td>126</td>
</tr>
<tr>
<td>ADE</td>
<td>450</td>
<td>405</td>
<td>270</td>
<td>320</td>
</tr>
<tr>
<td>AD</td>
<td>382</td>
<td>344</td>
<td>277</td>
<td>630</td>
</tr>
<tr>
<td>ADO</td>
<td>484</td>
<td>430</td>
<td>293</td>
<td>260</td>
</tr>
<tr>
<td>ADL</td>
<td>724</td>
<td>625</td>
<td>477</td>
<td>366</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER-AL</td>
<td>1,496</td>
<td>1,635</td>
<td>1,010</td>
<td>308</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER-20 VINCENDA</td>
<td>289</td>
<td>839</td>
<td>373</td>
<td>424</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>270</td>
<td>260</td>
<td>1,058</td>
<td>326</td>
</tr>
<tr>
<td>ADES</td>
<td>456</td>
<td>334</td>
<td>579</td>
<td>961</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>364</td>
<td>410</td>
<td>418</td>
<td>2,197</td>
</tr>
<tr>
<td>ADD</td>
<td>520</td>
<td>328</td>
<td>1,054</td>
<td>750</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>505</td>
<td>470</td>
<td>925</td>
<td>1,651</td>
</tr>
<tr>
<td>AD</td>
<td>705</td>
<td>454</td>
<td>784</td>
<td>1,577</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>863</td>
<td>905</td>
<td>605</td>
<td>3,090</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>625</td>
<td>777</td>
<td>1,701</td>
<td>5,224</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>656</td>
<td>653</td>
<td>896</td>
<td>1,906</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>1,065</td>
<td>525</td>
<td>436</td>
<td>1,255</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>665</td>
<td>905</td>
<td>906</td>
<td>1,322</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>287</td>
<td>658</td>
<td>1,158</td>
<td>4,287</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>514</td>
<td>334</td>
<td>1,022</td>
<td>711</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>585</td>
<td>462</td>
<td>952</td>
<td>2,028</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>695</td>
<td>626</td>
<td>238</td>
<td>1,684</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>1,005</td>
<td>959</td>
<td>911</td>
<td>2,961</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>1,008</td>
<td>900</td>
<td>705</td>
<td>1,159</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>457</td>
<td>412</td>
<td>1,118</td>
<td>1,185</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>503</td>
<td>453</td>
<td>1,504</td>
<td>3,988</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>656</td>
<td>527</td>
<td>416</td>
<td>1,648</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>1,250</td>
<td>500</td>
<td>158</td>
<td>966</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>1,033</td>
<td>1,125</td>
<td>330</td>
<td>2,781</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>912</td>
<td>889</td>
<td>1,505</td>
<td>5,911</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>1,273</td>
<td>834</td>
<td>538</td>
<td>2,470</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>420</td>
<td>1,146</td>
<td>220</td>
<td>3,268</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>265</td>
<td>278</td>
<td>918</td>
<td>4,437</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>900</td>
<td>267</td>
<td>862</td>
<td>2,147</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>290</td>
<td>810</td>
<td>1,880</td>
<td>1,526</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>946</td>
<td>261</td>
<td>928</td>
<td>1,468</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>720</td>
<td>531</td>
<td>391</td>
<td>2,892</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>2,222</td>
<td>436</td>
<td>1,153</td>
<td>4,659</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>268</td>
<td>2,000</td>
<td>410</td>
<td>493</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>338</td>
<td>241</td>
<td>978</td>
<td>2,988</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>1,448</td>
<td>621</td>
<td>555</td>
<td>3,901</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>468</td>
<td>304</td>
<td>1,110</td>
<td>2,249</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>1,326</td>
<td>943</td>
<td>775</td>
<td>3,814</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>758</td>
<td>924</td>
<td>910</td>
<td>4,007</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>350</td>
<td>602</td>
<td>752</td>
<td>2,832</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>855</td>
<td>315</td>
<td>621</td>
<td>974</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>350</td>
<td>770</td>
<td>845</td>
<td>1,226</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>347</td>
<td>353</td>
<td>992</td>
<td>4,452</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>261</td>
<td>312</td>
<td>946</td>
<td>1,543</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER</td>
<td>933</td>
<td>100</td>
<td>995</td>
<td>1,126</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**TOTAL**

38 369 | 35 232 | 121 497 | 648 109 233 | 247 45 506 | 14 026 | 5 1547 | 220 40 617 | 12 586 | 11 242 | 95 3 142 | 2 810

**NOTA:**

**Página 453**
### Quadro 447: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.3 (por GAL)

#### Grupos de Acção Local

<table>
<thead>
<tr>
<th>Programa de EDL</th>
<th>Concorrência</th>
<th>Candidaturas Aprovadas</th>
<th>Candidaturas Concluídas</th>
<th>Valores Pagos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>FEADER</td>
<td>Nº</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Tabela de Candidaturas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Grupos de Acção Local</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº. D.</th>
<th>Candidaturas Solicitadas</th>
<th>Candidaturas Aprovadas</th>
<th>Candidaturas Concluídas</th>
<th>Valores Pagos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Tabela de Valores Pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Grupos de Acção Local</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº. D.</th>
<th>Candidaturas Solicitadas</th>
<th>Candidaturas Aprovadas</th>
<th>Candidaturas Concluídas</th>
<th>Valores Pagos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Grupos de Ação Local</td>
<td>Programação EDL</td>
<td>Concessos</td>
<td>Candidaturas Aprovadas</td>
<td>Candidaturas Contratadas</td>
<td>Valores Pagos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>-----------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-------------------------</td>
<td>--------------</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa Pública</td>
<td>FEADER</td>
<td>N.º</td>
<td>Despesa Pública</td>
<td>FEADER</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AS5</td>
<td>300</td>
<td>320</td>
<td>460</td>
<td>32</td>
<td>342</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-ELDO</td>
<td>450</td>
<td>405</td>
<td>760</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-AL</td>
<td>382</td>
<td>344</td>
<td>628</td>
<td>2 373</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ADO</td>
<td>444</td>
<td>450</td>
<td>310</td>
<td>3 524</td>
<td>524 182</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ADO-AL</td>
<td>724</td>
<td>652</td>
<td>336</td>
<td>3 572</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ADO-AL</td>
<td>1,496</td>
<td>1,635</td>
<td>230</td>
<td>2 178</td>
<td>178 45 41</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ADO-AL</td>
<td>289</td>
<td>839</td>
<td>150</td>
<td>1 192</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>260</td>
<td>260</td>
<td>204</td>
<td>1 195</td>
<td>195 71</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>456</td>
<td>234</td>
<td>171</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>364</td>
<td>410</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>500</td>
<td>328</td>
<td>822</td>
<td>1 182</td>
<td>182 68 81</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>501</td>
<td>450</td>
<td>1226</td>
<td>3 479</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>703</td>
<td>454</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>663</td>
<td>965</td>
<td>210</td>
<td>4 198</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>625</td>
<td>777</td>
<td>2514</td>
<td>7 910</td>
<td>156 78 70</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>656</td>
<td>563</td>
<td>2591</td>
<td>2 358</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>1,699</td>
<td>523</td>
<td>1275</td>
<td>4 740</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>665</td>
<td>866</td>
<td>2755</td>
<td>3 313</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>375</td>
<td>593</td>
<td>0</td>
<td>200</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>514</td>
<td>338</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>585</td>
<td>283</td>
<td>142</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>695</td>
<td>626</td>
<td>3432</td>
<td>1 199</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>1,060</td>
<td>959</td>
<td>2211</td>
<td>2 255</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>1,000</td>
<td>900</td>
<td>1175</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>457</td>
<td>412</td>
<td>125</td>
<td>1 40</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>503</td>
<td>452</td>
<td>125</td>
<td>1 69</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>656</td>
<td>527</td>
<td>1180</td>
<td>8 356</td>
<td>296 104 94</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>1,250</td>
<td>590</td>
<td>3542</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AD-DOLORES</td>
<td>1,033</td>
<td>1,125</td>
<td>1152</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>901</td>
<td>630</td>
<td>2260</td>
<td>1 44</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>450</td>
<td>811</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>659</td>
<td>405</td>
<td>1223</td>
<td>1 81</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>1,251</td>
<td>773</td>
<td>1234</td>
<td>3 173</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>927</td>
<td>1,283</td>
<td>253</td>
<td>2 137</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>1,273</td>
<td>834</td>
<td>1196</td>
<td>3 411</td>
<td>411 196 176</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>1,420</td>
<td>1,146</td>
<td>200</td>
<td>2 174</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>285</td>
<td>1,278</td>
<td>178</td>
<td>2 169</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>900</td>
<td>257</td>
<td>331</td>
<td>6 242</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>290</td>
<td>810</td>
<td>325</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>946</td>
<td>261</td>
<td>181</td>
<td>1 110</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>729</td>
<td>851</td>
<td>0</td>
<td>3 749</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>2,222</td>
<td>836</td>
<td>2351</td>
<td>12 124</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>2,268</td>
<td>2,000</td>
<td>1 932</td>
<td>2 134</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>338</td>
<td>241</td>
<td>207</td>
<td>1 179</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>1,048</td>
<td>421</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>468</td>
<td>304</td>
<td>1 174</td>
<td>1 107</td>
<td>107 43 39</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>1,020</td>
<td>943</td>
<td>0</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>758</td>
<td>924</td>
<td>2 327</td>
<td>2 299</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>350</td>
<td>682</td>
<td>210</td>
<td>3 273</td>
<td>80 40 36</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>855</td>
<td>315</td>
<td>1 276</td>
<td>1 23</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>350</td>
<td>770</td>
<td>2 405</td>
<td>1 99</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>347</td>
<td>315</td>
<td>1 180</td>
<td>2 97 1</td>
<td>50 25 22</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>261</td>
<td>312</td>
<td>2 800</td>
<td>1 161</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CACHOEIRA</td>
<td>933</td>
<td>100</td>
<td>1 169</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>3387</td>
<td>3450</td>
<td>340</td>
<td>4 174</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| m€ eura |
Quadro 449: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.5 (por GAL)
mil euros
Operação 10.2.1.5

Grupos de Acção Local Programação ELD
Despesa
Pública

Candidaturas
Entradas

Concursos

Dotacção
FEADER N.º
(DP)

N.º

Candidaturas Aprovadas

Investimento
Proposto

A2S

300

320

1

100

AD ELO

450

405

1

315

-

-

-

-

-

ADAE

382

344

1

153

-

-

-

-

ADD

444

400

2

400

-

-

-

ADDLAP

724

652

1

336

-

-

ADER-AL

1 496

1 635

2

563

-

ADERE 2020 (VIC ENTINA)

289

839

1

36

ADERES

260

260

2

ADER-SOUSA

456

234

ADIBER

364

ADICES

Despesa
Pública

FEADER

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

204

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

1

171

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

410

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

500

328

2

167

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADIRN

505

450

1

87

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADL

705

454

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADRACES

863

905

1

155

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADRAT

625

777

1

396

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADREPES

656

563

2

521

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

1 095

525

1

200

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADRIMAG

665

986

1

254

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADRIMINHO

375

598

2

300

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADRITEM

514

338

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ADRUSE

585

462

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ALTO OESTE

695

626

1

325

284

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

APRODER

1 065

959

2

264

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ATAHC A

1 000

900

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

AVEIRO NORTE

457

412

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

AVEIRO SUL

503

453

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

AXX1

656

527

1

262

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

BAIXO OESTE

1 250

590

1

330

240

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

BEIRA DOURO

1 033

1 125

1

300

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

CHARNECA

901

930

2

188

282

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

COIMBRA MAIS FUTURO

450

811

1

160

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

CORANE

859

405

1

290

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

1 251

773

1

234

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

927

1 126

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

DOURO HISTÓRIC O

1 273

834

1

182

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

DOURO SUPERIOR

1 420

1 146

1

210

1

13

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

DUEC EIRA

285

1 278

1

178

1

13

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ESDIME

900

257

2

302

1

70

-

-

-

IN LOC O

290

810

2

216

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

LEADERSOR

946

261

1

181

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

LITORAL RURAL

729

851

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

2 222

836

3

900

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

PINHAIS DO ZÊZERE

268

2 000

1

133

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

PINHAL MAIOR

338

241

1

289

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

PRÓ RAIA

1 048

421

0

0

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

PROBASTO

468

304

1

242

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

1 026

943

1

84

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

ROTA DO GUADIANA

758

924

1

164

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

RUDE

350

682

2

591

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

SOL DO AVE

855

315

1

161

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

TAGUS

350

770

1

200

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

TERRAS BAIXO GUADIANA

347

315

2

294

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

TERRAS DE SIC O

261

312

2

426

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

TERRAS DENTRO

933

100

1

254

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

38 369

35 120

59

11 718

41

36

29

26

0

0

DOLMEN

MONTE

RAIA HISTÓRIC A

TOTAL

2

1
1

65

2

26

1

13

83

1 166

1

2

70

106

Página 456

10

N.º
-

1

13

FEADER
-

54

36

N.º

Valores Pagos

-

1

1

FEADER

Investimento Despesa
Proposto
Pública
-

DESTEQUE

36

Candidaturas Contratadas

-

ADRIL

1

N.º

Investimento Despesa
Proposto
Pública

29

26

1

1

70

70

29

26

0


### Quadro 450: Op. 10.2.1 – Execução das EDL – Operação 10.2.1.6 (por GAL)

#### Grupos de Acção Local

<table>
<thead>
<tr>
<th>Grupos de Acção Local</th>
<th>Programação EL</th>
<th>Concurso</th>
<th>Candidaturas Entradas</th>
<th>Candidaturas Aprovadas</th>
<th>Candidaturas Concluídas (incluindo canceladas)</th>
<th>Valores Pagos (incluindo canceladas)</th>
</tr>
</thead>
</table>
### Quadro 451: Op. 10.2.1 – Distribuição por GAL dos projetos com execução iniciada, encerrados e valor libertado

#### Grupos de Acção Local

<table>
<thead>
<tr>
<th>Grupos de Acção Local</th>
<th>Operação 10.2.1</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Projetos Contratados</td>
<td>Projetos C/Execução Iniciada</td>
<td>Projetos Encerrados</td>
<td>Valor Libertado</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(inclui transitados)</td>
<td>(inclui transitados)</td>
<td>(inclui transitados)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>FEADER N.º</td>
<td>Despesa Pública</td>
<td>FEADER N.º</td>
<td>Despesa Pública</td>
<td>FEADER N.º</td>
<td>Despesa Pública</td>
</tr>
<tr>
<td>ASZ</td>
<td>40</td>
<td>931</td>
<td>745</td>
<td>14</td>
<td>176</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>AD ELO</td>
<td>64</td>
<td>1325</td>
<td>192</td>
<td>37</td>
<td>322</td>
<td>470</td>
</tr>
<tr>
<td>ADAE</td>
<td>10</td>
<td>266</td>
<td>239</td>
<td>3</td>
<td>18</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>ADD</td>
<td>47</td>
<td>195</td>
<td>1075</td>
<td>15</td>
<td>261</td>
<td>235</td>
</tr>
<tr>
<td>ADOLAP</td>
<td>14</td>
<td>445</td>
<td>401</td>
<td>3</td>
<td>29</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER-AL</td>
<td>92</td>
<td>1706</td>
<td>1519</td>
<td>40</td>
<td>383</td>
<td>344</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER 2020 (VINCENTINA)</td>
<td>7</td>
<td>195</td>
<td>176</td>
<td>2</td>
<td>60</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>ADERES</td>
<td>15</td>
<td>258</td>
<td>232</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>ADER-SOUSA</td>
<td>14</td>
<td>545</td>
<td>491</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>ADIBER</td>
<td>1</td>
<td>5</td>
<td>5</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>ADVES</td>
<td>17</td>
<td>494</td>
<td>425</td>
<td>5</td>
<td>51</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>ADREN</td>
<td>11</td>
<td>511</td>
<td>460</td>
<td>5</td>
<td>157</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>ADL</td>
<td>31</td>
<td>1181</td>
<td>1063</td>
<td>12</td>
<td>142</td>
<td>128</td>
</tr>
<tr>
<td>ADROCES</td>
<td>28</td>
<td>704</td>
<td>633</td>
<td>14</td>
<td>143</td>
<td>129</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRT</td>
<td>48</td>
<td>1241</td>
<td>1117</td>
<td>18</td>
<td>207</td>
<td>186</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRIRES</td>
<td>61</td>
<td>1256</td>
<td>1065</td>
<td>5</td>
<td>232</td>
<td>107</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRI</td>
<td>40</td>
<td>855</td>
<td>769</td>
<td>24</td>
<td>296</td>
<td>266</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRIAMG</td>
<td>12</td>
<td>234</td>
<td>211</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRI MINHO</td>
<td>29</td>
<td>672</td>
<td>605</td>
<td>16</td>
<td>97</td>
<td>87</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRI TEM</td>
<td>16</td>
<td>374</td>
<td>337</td>
<td>6</td>
<td>29</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>ADRIUSE</td>
<td>25</td>
<td>894</td>
<td>791</td>
<td>9</td>
<td>173</td>
<td>156</td>
</tr>
<tr>
<td>ALTO OESTE</td>
<td>17</td>
<td>282</td>
<td>254</td>
<td>6</td>
<td>45</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>APRODER</td>
<td>31</td>
<td>763</td>
<td>686</td>
<td>7</td>
<td>70</td>
<td>63</td>
</tr>
<tr>
<td>ATANCA</td>
<td>37</td>
<td>882</td>
<td>794</td>
<td>23</td>
<td>337</td>
<td>303</td>
</tr>
<tr>
<td>AVEIRO NORTE</td>
<td>3</td>
<td>170</td>
<td>153</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>AVEIRO SUL</td>
<td>11</td>
<td>260</td>
<td>234</td>
<td>4</td>
<td>29</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>AXI</td>
<td>29</td>
<td>785</td>
<td>707</td>
<td>17</td>
<td>436</td>
<td>303</td>
</tr>
<tr>
<td>BAIXO OESTE</td>
<td>17</td>
<td>423</td>
<td>380</td>
<td>13</td>
<td>126</td>
<td>113</td>
</tr>
<tr>
<td>BEIRA DOURO</td>
<td>28</td>
<td>654</td>
<td>588</td>
<td>2</td>
<td>10</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>CHARNECA</td>
<td>31</td>
<td>909</td>
<td>818</td>
<td>8</td>
<td>131</td>
<td>118</td>
</tr>
<tr>
<td>COIMBRA MAIS FUTURO</td>
<td>15</td>
<td>222</td>
<td>200</td>
<td>3</td>
<td>30</td>
<td>27</td>
</tr>
<tr>
<td>CORANE</td>
<td>54</td>
<td>1257</td>
<td>1131</td>
<td>15</td>
<td>160</td>
<td>144</td>
</tr>
<tr>
<td>DESTEME</td>
<td>34</td>
<td>612</td>
<td>551</td>
<td>7</td>
<td>27</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>DOUMEN</td>
<td>27</td>
<td>458</td>
<td>412</td>
<td>2</td>
<td>12</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>DOURO HISTÓRICO</td>
<td>100</td>
<td>1574</td>
<td>1417</td>
<td>44</td>
<td>448</td>
<td>403</td>
</tr>
<tr>
<td>DOURO SUPERIOR</td>
<td>84</td>
<td>1239</td>
<td>1115</td>
<td>34</td>
<td>223</td>
<td>201</td>
</tr>
<tr>
<td>DUECEREA</td>
<td>6</td>
<td>214</td>
<td>192</td>
<td>6</td>
<td>90</td>
<td>81</td>
</tr>
<tr>
<td>ESSORNE</td>
<td>37</td>
<td>1088</td>
<td>979</td>
<td>13</td>
<td>325</td>
<td>292</td>
</tr>
<tr>
<td>IN LOCO</td>
<td>15</td>
<td>258</td>
<td>232</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>LEADERDOR</td>
<td>33</td>
<td>1129</td>
<td>1061</td>
<td>12</td>
<td>274</td>
<td>247</td>
</tr>
<tr>
<td>LITORAL RURAL</td>
<td>33</td>
<td>768</td>
<td>691</td>
<td>20</td>
<td>299</td>
<td>269</td>
</tr>
<tr>
<td>MONTE</td>
<td>72</td>
<td>1665</td>
<td>1499</td>
<td>45</td>
<td>504</td>
<td>454</td>
</tr>
<tr>
<td>PINHAE DO ZÉERZE</td>
<td>4</td>
<td>67</td>
<td>60</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>PINHAL MAIOR</td>
<td>26</td>
<td>657</td>
<td>591</td>
<td>10</td>
<td>188</td>
<td>160</td>
</tr>
<tr>
<td>PRÓ BAJA</td>
<td>19</td>
<td>381</td>
<td>243</td>
<td>4</td>
<td>11</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>PROBASTO</td>
<td>18</td>
<td>419</td>
<td>377</td>
<td>5</td>
<td>46</td>
<td>42</td>
</tr>
<tr>
<td>RAIA HISTÓRICA</td>
<td>100</td>
<td>1711</td>
<td>1540</td>
<td>77</td>
<td>731</td>
<td>658</td>
</tr>
<tr>
<td>ROTA DO GUADIANA</td>
<td>17</td>
<td>548</td>
<td>493</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>RUDE</td>
<td>33</td>
<td>975</td>
<td>878</td>
<td>4</td>
<td>77</td>
<td>69</td>
</tr>
<tr>
<td>SOL DO AVE</td>
<td>48</td>
<td>640</td>
<td>576</td>
<td>10</td>
<td>86</td>
<td>77</td>
</tr>
<tr>
<td>TAGUS</td>
<td>21</td>
<td>668</td>
<td>602</td>
<td>9</td>
<td>172</td>
<td>155</td>
</tr>
<tr>
<td>TERRAS BAIXO GUADIANA</td>
<td>22</td>
<td>522</td>
<td>470</td>
<td>10</td>
<td>187</td>
<td>168</td>
</tr>
<tr>
<td>TERRAS DE SICO</td>
<td>12</td>
<td>465</td>
<td>418</td>
<td>6</td>
<td>114</td>
<td>103</td>
</tr>
<tr>
<td>TERRAS DENTRO</td>
<td>16</td>
<td>393</td>
<td>354</td>
<td>6</td>
<td>62</td>
<td>55</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**TOTAL**

1 672 38 335 34 253 646 8 125 7 281 254 3 678 3 294 91 81
b) Indicadores de acompanhamento do Programa

No âmbito do processo de transição para o PDR2020, existem compromissos no domínio de intervenção P6B referentes a valores aprovados nas ações 3.1.2 – “Criação e Desenvolvimento de Microempresas” e 3.2.2 – “Serviços básicos para a população rural” do anterior período de Programação, cujo montante ascende a 673 mil € de despesa pública.

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização que se encontram refletidos no quadro seguinte. Dos indicadores de realização, releva-se a despesa pública realizada, tendo por base o universo de projetos com execução iniciada (648 no final de 2018), num total de 8.125 mil € de despesa pública.

Quadro 452: Op. 10.2.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>43 988</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>8 125</td>
</tr>
<tr>
<td>Projetos apoiados (nº)</td>
<td>645</td>
</tr>
<tr>
<td>Explorações/beneficiários apoiados (nº)</td>
<td>638</td>
</tr>
<tr>
<td>População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas (nº)</td>
<td>4 874 295</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de resultado</th>
<th>Domínio de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>Empregos criados através de projetos LEADER apoiados</td>
<td>510</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta - (2)</td>
<td>1 594</td>
</tr>
<tr>
<td>% da meta - (1)/(2)</td>
<td>32%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Op. 10.2.1.1 – Implementação das estratégias de desenvolvimento local - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas

Objetivos
Apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas até um máximo de 25.000 € de apoio por beneficiário.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Não se registou transição, para esta Operação, de projetos aprovados no anterior período de programação, ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, e o Regulamento Delegado n.º 807/2014, de 31 de julho.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão
Em 2018 foram abertos 27 concursos em 27 GAL com uma dotação total de 9.417 mil €.
A dotação total colocada a concurso até ao final de 2018 foi de 45.795 mil € de despesa pública. O total de candidaturas a esta Operação foi de 4.446 candidaturas.
A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Norte é a mais representativa, quer em número de candidaturas, quer em montante de investimento proposto, concentrando 51% e 50% do total, respectivamente.
Quadro 453: Op. 10.2.1.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

Até ao final de 2018 foram analisadas 3.208 candidaturas (72% das candidaturas entradas) e destas foram decididas 2.201 candidaturas, das quais apenas 1 candidatura foi decidida sem dotação, elevando-se a taxa de aprovação de 64%.

Em termos de distribuição regional verifica-se que a região do Norte e Centro concentram 70% e 69% respetivamente dos projetos aprovados e do investimento proposto.

Quadro 454: Op. 10.2.1.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas


ii. Caracterização do investimento
Analisando a distribuição dos 1.415 projetos aprovados por escalão de investimento verifica-se que a maioria dos projetos aprovados (61%) se encontram no escalão entre os 25 mil € e os 50 mil € de investimento.

Quadro 455: Op. 10.2.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 25 mil euros</td>
<td>491</td>
<td>6 769</td>
<td>5 103</td>
<td>2 514</td>
<td>2 248</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 25 mil e &lt; 50 mil euros</td>
<td>870</td>
<td>34 140</td>
<td>23 898</td>
<td>11 832</td>
<td>10 586</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 50 mil euros</td>
<td>54</td>
<td>3 264</td>
<td>1 814</td>
<td>888</td>
<td>788</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 415</td>
<td>44 172</td>
<td>30 815</td>
<td>15 235</td>
<td>13 622</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto à rubrica de investimento verifica-se que a mais representativa é a das “Máquinas e equipamentos” com 59% do total do investimento, conforme quadro apresentado em seguida.

Quadro 456: Op. 10.2.1.1 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Região</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Total regional (%)</th>
<th>Total regional (mil euros)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Animais</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,3%</td>
<td>42%</td>
<td>18 507</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>8,4%</td>
<td>4,5%</td>
<td>1,2%</td>
<td>5,2%</td>
<td>1,0%</td>
<td>20%</td>
<td>27%</td>
<td>11 788</td>
</tr>
<tr>
<td>Plantações investimentos</td>
<td>9,3%</td>
<td>4,8%</td>
<td>1,0%</td>
<td>2,4%</td>
<td>0,9%</td>
<td>18%</td>
<td>6%</td>
<td>2 509</td>
</tr>
<tr>
<td>Máquinas e Equipamentos</td>
<td>23,2%</td>
<td>16,8%</td>
<td>3,5%</td>
<td>13,6%</td>
<td>1,6%</td>
<td>59%</td>
<td>22%</td>
<td>9 757</td>
</tr>
<tr>
<td>Imateriais</td>
<td>0,9%</td>
<td>0,4%</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,5%</td>
<td>0,1%</td>
<td>2%</td>
<td>4%</td>
<td>1 611</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos não elegíveis</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,4%</td>
<td>0,4%</td>
<td>0,4%</td>
<td>4%</td>
<td>4%</td>
<td>44 172</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados continua a ser a das “Pessoas singulares” que representou 75% (vs. 82% em 2017) do total de beneficiários apoiados.
c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.2.1.1 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B – “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B, verifica-se que os projetos aprovados na região do Norte e Centro concentram 69% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^{50}\) de 18%.

\(^{50}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) **Execução financeira**

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 3.723 mil € de despesa pública e 3.343 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 10% face ao programado.

**Quadro 459: Op. 10.2.1.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>516</td>
<td>5 580</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>350</td>
<td>3 541</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>74</td>
<td>649</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>258</td>
<td>3 012</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>31</td>
<td>298</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>1 229</td>
<td>13 080</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do universo de projetos contratados tinham iniciado a sua execução 511 projetos e apenas 18% encontram-se encerrados, a maioria na região do Centro.
Analisando o universo de projetos encerrados, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de apenas 2%, assumindo esta o valor maior (7%) na região de Lisboa.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018, 513 projetos, num total de 3.723 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 10% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P6B.
Quadro 462: Op. 10.2.1.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>P6B</th>
<th>Meta</th>
<th>% Meta</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>15 235</td>
<td>39 139</td>
<td>39%</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>3 723</td>
<td>39 139</td>
<td>10%</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>511</td>
<td>3 547</td>
<td>14%</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>505</td>
<td>3 547</td>
<td>14%</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil euros)</td>
<td>7 606</td>
<td>78 807</td>
<td>10%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Op. 10.2.1.2 – Implementação das estratégias de desenvolvimento local - Pequenos investimentos na transformação e comercialização

**Objetivos**

Apoio a pequenos investimentos através da criação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas que envolvam investimentos tangíveis e intangíveis de pequena dimensão até um máximo 200.000 € de investimento destinados a melhorar o desempenho competitivo das unidades agroindustriais, garantindo simultaneamente a sustentabilidade ambiental das atividades económicas.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

**Implementação da Operação**

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Não se registou transição, para esta Operação, de projetos aprovados no anterior período de programação, ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020,
Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, e o Regulamento Delegado n.º 807/2014, de 31 de julho.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Em 2018 foram abertos concursos em 34 GAL, num total de 36 concursos.

A dotação total colocada a concurso em 2018 com uma dotação de 13.693 mil € de despesa pública. Em termos acumulados foram abertos 121 concursos com uma dotação total de 40.497 mil € de despesa pública, aos quais concorreram 648 candidaturas.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Centro é a mais representativa, quer em número de candidaturas, quer em montante de investimento proposto, concentrando ambos 36% do total.

Quadro 463: Op. 10.2.1.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>224</td>
<td>37 537</td>
<td>194</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>235</td>
<td>39 005</td>
<td>206</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>21</td>
<td>4 823</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>147</td>
<td>24 497</td>
<td>124</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>21</td>
<td>3 471</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>648</td>
<td>109 333</td>
<td>562</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até ao final de 2018 foram analisadas 562 candidaturas (87% das candidaturas entradas) e destas foram decididas 427 candidaturas, das quais 17 candidaturas estão sem dotação, com uma taxa de aprovação de 58%.

Em termos de distribuição regional verifica-se que a região do Centro e Alentejo concentram 64% e 62% respetivamente dos projetos aprovados e do investimento proposto.

ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos 247 projetos aprovados por escalão de investimento verifica-se que no escalão entre os 200 mil € e os 300 mil € se concentram 49% dos projetos aprovados, o que, em termos de investimento total, corresponde a cerca de 64% do investimento total.

Quanto à rubrica de investimento verifica-se que a mais representativa é a dos “Materiais” com 91% do total do investimento, conforme quadro apresentado em seguida.
A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi o das “Sociedades” que representou 72% do total dos beneficiários apoiados.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.2.1.2 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B - "Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais".
Quadro 468: Op. 10.2.1.2 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Domínio</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>Un. mil euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento Proposto</td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>247</td>
<td>45 006</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>247</td>
<td>45 006</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das prioridades é apresentado no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B, verifica-se que os projetos aprovados na região do Centro e Alentejo concentram 65% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso$^{51}$ de 46%.

Figura 60: Op. 10.2.1.2 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

(d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 3.142 mil € de despesa pública e 2.810 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de

---

$^{51}$ Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 10% face ao programado.

Quadro 469: Op. 10.2.1.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>45</td>
<td>2 726</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>82</td>
<td>4 655</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>16</td>
<td>857</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>71</td>
<td>4 025</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>6</td>
<td>323</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>220</td>
<td>12 586</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do universo de projetos contratados tinham iniciado a sua execução 95 projetos e destes 23 projetos encontravam-se encerrados no final de 2018.

Quadro 470: Op. 10.2.1.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada</th>
<th>Projetos Encerrados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>45</td>
<td>2 726</td>
<td>2 453</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>82</td>
<td>4 655</td>
<td>4 190</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>16</td>
<td>857</td>
<td>686</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>71</td>
<td>4 025</td>
<td>3 622</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>6</td>
<td>323</td>
<td>290</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>220</td>
<td>12 586</td>
<td>11 242</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Analisando o universo de projetos encerrados, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de apenas 1%.
Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018, 95 projetos, num total de 3.142 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 10% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P6B.

Quadro 472: Op. 10.2.1.2 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>Meta</td>
</tr>
<tr>
<td>14 036</td>
<td>30 781</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>3 142</td>
<td>30 781</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>95</td>
<td>530</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>94</td>
<td>530</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil euros)</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>7 300</td>
<td>69 164</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Op. 10.2.1.3 – Implementação das estratégias de desenvolvimento local - Diversificação de atividades na exploração

Objetivos

Investimentos na diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas até um máximo 200.000 € de investimento.

Prioridades

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

Implementação da Operação

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro e o Regulamento Delegado n.º 807/2014, de 31 de julho, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação.

Assim, foi apurado 1 projeto transitado da subação 3.1.2 – “Criação e desenvolvimento de microempresas” do PRODER que representa um total de 130 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão

Em 2018 foram abertos concursos em 29 GAL, num total de 30 concursos.

Em termos acumulados foram abertos 100 concursos com uma dotação 35.120 mil € de despesa pública ao qual se apresentaram 593 candidaturas.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Norte e do Alentejo são as mais representativas, quer em número de candidaturas (49% e 23%, respetivamente), quer em montante de investimento proposto, concentrando 52% e 23% do total do investimento proposto.
Até ao final de 2018 foram analisadas 453 candidaturas (76% das candidaturas entradas) e destas foram decididas 370 candidaturas, das quais 8 candidaturas estão sem dotação, com uma taxa de aprovação de 42%.

Em termos de distribuição regional verifica-se que a região do Norte e Alentejo concentram 64% e 66% respectivamente dos projetos aprovados e do investimento proposto.


ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos 155 projetos aprovados por escalão de investimento verifica-se que no escalão entre os 200 mil € e os 300 mil € se concentram 57% dos projetos aprovados, o que, em termos de investimento total, corresponde a cerca de 71% do investimento total.
Quadro 475: Op. 10.2.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Escalão de Investimento</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento Elegível</th>
<th>Desp. Pública</th>
<th>FEDER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 50 mil euros</td>
<td>8</td>
<td>240</td>
<td>186</td>
<td>87</td>
<td>76</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 50 mil e &lt; 100 mil euros</td>
<td>17</td>
<td>1 345</td>
<td>1 032</td>
<td>467</td>
<td>418</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 100 mil e &lt; 200 mil euros</td>
<td>41</td>
<td>6 421</td>
<td>4 885</td>
<td>2 360</td>
<td>2 118</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 200 mil e &lt; 300 mil euros</td>
<td>88</td>
<td>19 951</td>
<td>15 475</td>
<td>7 709</td>
<td>6 875</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 300 mil euros</td>
<td>1</td>
<td>306</td>
<td>172</td>
<td>86</td>
<td>77</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>155</td>
<td><strong>28 263</strong></td>
<td><strong>21 750</strong></td>
<td><strong>10 708</strong></td>
<td><strong>9 565</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto à rubrica de investimento verifica-se que a mais representativa é a dos “Materiais” com 95% do total do investimento, conforme quadro apresentado em seguida.

Quadro 476: Op. 10.2.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de Investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Total Regional (%)</th>
<th>Total Regional (mil euros)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Bens e serviços técnicos</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,1%</td>
<td>0,7%</td>
<td>1%</td>
<td>10 276 6 923 1 837 8 304 923</td>
</tr>
<tr>
<td>Materiais</td>
<td>34,9%</td>
<td>23,0%</td>
<td>6,2%</td>
<td>28,3%</td>
<td>2,4%</td>
<td>95%</td>
<td>28 263</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos não elegíveis</td>
<td>0,02%</td>
<td>0,5%</td>
<td>0,02%</td>
<td>0,3%</td>
<td>0,0%</td>
<td>1%</td>
<td>10 276 6 923 1 837 8 304 923</td>
</tr>
<tr>
<td>Imateriais</td>
<td>1,2%</td>
<td>1,0%</td>
<td>0,2%</td>
<td>0,7%</td>
<td>0,2%</td>
<td>3%</td>
<td>10 276 6 923 1 837 8 304 923</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total regional (%)</strong></td>
<td>36%</td>
<td>24%</td>
<td>6%</td>
<td>29%</td>
<td>3%</td>
<td>100%</td>
<td>10 276 6 923 1 837 8 304 923</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total regional (mil euros)</strong></td>
<td>10 276</td>
<td>6 923</td>
<td>1 837</td>
<td>8 304</td>
<td>923</td>
<td>28 263</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi o das “Sociedades” que representou 54% do total de beneficiários apoiados.

Quadro 477: Op. 10.2.1.3 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de Beneficiário</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto Mil euros</th>
<th>%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pessoa Singular</td>
<td>65</td>
<td>12 239</td>
<td>43%</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedades</td>
<td>85</td>
<td>15 139</td>
<td>54%</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>5</td>
<td>886</td>
<td>3%</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>155</td>
<td><strong>28 263</strong></td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Página 475
c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.2.1.3 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B - "Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais".

Os compromissos assumidos para efeitos do exercício de monitorização, apresentado neste documento, contemplam também aqueles que foram adotados no anterior quadro de financiamento do desenvolvimento rural.

Assim, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 130 mil € de despesa pública à P6B.

Quadro 478: Op. 10.2.1.3 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio (1)</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>1</td>
<td>130</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1</td>
<td>130</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição dos prioridades é apresentada no Anexo I.

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B, verifica-se que os projetos aprovados na região do Norte e do Alentejo concentram 69% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso52 de 32%.

52 Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
d) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 1.056 mil € de despesa pública e 946 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) residual de 3% face ao programado.

Quadro 479: Op. 10.2.1.3 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>43</td>
<td>3 325</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>36</td>
<td>2 400</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>11</td>
<td>792</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>40</td>
<td>2 418</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>5</td>
<td>296</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>135</td>
<td>9 221</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo do Transitado apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Do universo de projetos contratados tinham iniciado a sua execução 25 projetos sendo que 3 deles encerraram.
Analisando o universo de projetos encerrados, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 0%.

Quadro 481: Op. 10.2.1.3 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (inclui transitados)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>Nº: 36, Desp. pública: 2 400, FEADER*: 2 160</td>
<td>Nº: 9, Desp. pública: 305, FEADER*: 275</td>
<td>Nº: 2, Desp. pública: 51, FEADER*: 46</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>Nº: 11, Desp. pública: 792, FEADER*: 634</td>
<td>Nº: 1, Desp. pública: 50, FEADER*: 40</td>
<td>Nº: 1, Desp. pública: 79, FEADER*: 71</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>Nº: 40, Desp. pública: 2 418, FEADER*: 2 176</td>
<td>Nº: 8, Desp. pública: 345, FEADER*: 310</td>
<td>Nº: 3, Desp. pública: 125, FEADER*: 113</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>Nº: 5, Desp. pública: 296, FEADER*: 267</td>
<td>Nº: 1, Desp. pública: 79, FEADER*: 71</td>
<td>Nº: 0, Desp. pública: 0, FEADER*: 0</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transferidos apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

** Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018, 25 projetos, num total de 961 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 3% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P6B.
Quadro 482: Op. 10.2.1.3 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>10 838</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>961</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil euros)</td>
<td>1 966</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Op. 10.2.1.4 – Implementação das estratégias de desenvolvimento local - Cadeias curtas e mercados locais

**Objetivos**

Criação de circuitos curtos / cadeias curtas de distribuição / comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação referentes a áreas de proteção da natureza.

**Prioridades**

Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

**Implementação da Operação**

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)

Não se registou transição, para esta Operação, de projetos aprovados no anterior período de programação, ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, e o Regulamento Delegado n.º 807/2014, de 31 de julho.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão
Em 2018 foram abertos concursos em 25 GAL, num total de 26 concursos (não houve concursos abertos em anos anteriores).

A dotação total colocada a concurso foi de 14.087 mil € de despesa pública. O total de candidaturas a esta Operação foi de 99 candidaturas.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Alentejo é a mais representativa, em número de candidaturas com 36% do total de candidaturas e que a região Centro é a mais representativa em montante de investimento proposto, concentrando 40% do total.

Quadro 483: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas apresentadas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>25</td>
<td>2 857</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>32</td>
<td>4 058</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>5</td>
<td>708</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>36</td>
<td>2 330</td>
<td>24</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>192</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>99</td>
<td>10 137</td>
<td>56</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até ao final de 2018, foram analisadas 57% das candidaturas entradas num total de 56 candidaturas, e destas foram decididas 36 candidaturas, com uma taxa de aprovação de 61%.

Em termos de distribuição regional verifica-se que a região do Alentejo concentra 45% dos projetos aprovados e a região Centro 45% do investimento proposto.

ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos 22 projetos aprovados por escalão de investimento verifica-se que no escalão abaixo dos 50 mil € se concentram 41% dos projetos aprovados.

Quanto à rubrica de investimento verifica-se que a mais representativa é a dos “Materiais” com 86% do total do investimento, conforme quadro apresentado em seguida.
A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi o das “Pessoas Singulares” que representou 71% do total de beneficiários apoiados.

Quadro 487: Op. 10.2.1.4 – Distribuição dos projetos aprovados por tipologia de beneficiário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia de beneficiário</th>
<th>Acumulado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoa Singular</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Sociedades</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>22</td>
</tr>
</tbody>
</table>

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.2.1.4 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B - “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

Quadro 488: Op. 10.2.1.4 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>22</td>
<td>2 178</td>
<td>1 702</td>
<td>851</td>
<td>766</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>22</td>
<td>2 178</td>
<td>1 702</td>
<td>851</td>
<td>766</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descrição das prioridades é apresentado no Anexo I.
Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B, verifica-se que os projetos aprovados na região do Norte e Centro concentram 80% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^53\) de 5%.

**Figura 62: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio**

**d) Execução financeira**

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 131 mil € de despesa pública e 118 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 1% face ao programado.

**Quadro 489: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>147</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>6</td>
<td>318</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>99</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>13</td>
<td>564</td>
</tr>
</tbody>
</table>

\(^{53}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Do universo de projetos contratados apenas 1 tinham iniciado a sua execução, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 490: Op. 10.2.1.4 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada</th>
<th>Projetos Encerrados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>147</td>
<td>133</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>6</td>
<td>318</td>
<td>286</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>4</td>
<td>99</td>
<td>89</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>99</td>
<td>89</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>99</td>
<td>89</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>13</td>
<td>564</td>
<td>508</td>
</tr>
</tbody>
</table>

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrava no final de 2018, apenas 1 projeto, num total de 19 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante representa cerca de 0,1% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P6B.

Quadro 491: Op. 10.2.1.4 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>851 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>19 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>1 326</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>1 326</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil euros)</td>
<td>38 31</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Op. 10.2.1.5 – Implementação das estratégias de desenvolvimento local - Promoção de produtos de qualidade local

**Objetivos**
Promoção de produtos de qualidade certificada e produtos locais, incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação referentes a áreas de proteção da natureza.

**Prioridades**
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:
- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

**Implementação da Operação**

a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Não se registou transição, para esta Operação, de projetos aprovados no anterior período de programação, ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, e o Regulamento Delegado n.º 807/2014, de 31 de julho.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

i. Processo de decisão
Em 2018 foram abertos concursos em 26 GAL, num total de 28 concursos.

A dotação total colocada a concurso foi de 12.054 mil € de despesa pública. O total de candidaturas a esta Operação foi apenas de 13 candidaturas.

A análise da distribuição regional das candidaturas apresentadas a concurso mostra que a região do Centro é a mais representativa, quer em número de candidaturas 38% do total, quer em montante de investimento proposto, concentrando 51% do total do investimento proposto.
Até ao final de 2018, foram analisadas 5 candidaturas, e destas foram decididas 2 uma da região de Lisboa e outra do Alentejo.


c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.2.1.5 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B - "Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais".

Quadro 493: Op. 10.2.1.5 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>2</td>
<td>106</td>
<td>83</td>
<td>41</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2</td>
<td>106</td>
<td>83</td>
<td>41</td>
<td>36</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das prioridades é apresentado no Anexo I.
O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^\text{54}\) de 0,3%.

**Figura 63:** Op. 10.2.1.5 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio

\[\text{d) Execução financeira}\]

No final de 2018, não existiam pagamentos nesta Operação.

---

\(^{54}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Op. 10.2.1.6 – Implementação das estratégias de desenvolvimento local - Renovação de aldeias

Objetivos
Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais (paisagístico e ambiental, incluindo ações de sensibilização).

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:
- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação. Assim, existem 19 projetos transitados da Ação 3.2.2 – “Serviços básicos para a população rural” do PRODER, que representam um total de 557 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013
i. Processo de decisão
Em 2018 foram abertos 27 concursos em 26 GAL, num total de 5.938 mil € de despesa pública.

Em termos acumulados, a dotação total colocada a concurso foi de 14.132 mil € de despesa pública. O total de candidaturas a esta Operação foi de 202 candidaturas.
Até ao final de 2018 foram analisadas 121 candidaturas e destas decididas 90, com uma taxa de aprovação de 64%.

Em termos de distribuição regional verifica-se que a região do Centro é a mais representativa com 59% do total das candidaturas aprovadas e 58% do investimento total proposto.


ii. Caracterização do investimento

Analisando a distribuição dos 58 projetos aprovados por escalão de investimento verifica-se que a distribuição dos projetos aprovados se encontra muito equilibrada nos vários escalões até os 200 mil € de investimento, conforme se pode verificar no quadro seguinte.
Quadro 496: Op. 10.2.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por escalão de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipologia</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>&lt; 50 mil euros</td>
<td>16</td>
<td>450</td>
<td>404</td>
<td>202</td>
<td>182</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 50 mil e &lt; 100 mil euros</td>
<td>15</td>
<td>1 181</td>
<td>1 069</td>
<td>535</td>
<td>479</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 100 mil euros e &lt; 150 mil euros</td>
<td>11</td>
<td>1 306</td>
<td>1 127</td>
<td>564</td>
<td>507</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 150 mil e &lt; 200 mil euros</td>
<td>16</td>
<td>2 916</td>
<td>2 257</td>
<td>1 129</td>
<td>1 016</td>
</tr>
<tr>
<td>≥ 200 mil euros</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>58</td>
<td>5 853</td>
<td>4 856</td>
<td>2 429</td>
<td>2 184</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto à rubrica de investimento verifica-se que a mais representativa é a das “Materiais” com 95% do total do investimento, conforme quadro apresentado em seguida.

Quadro 497: Op. 10.2.1.6 – Distribuição dos projetos aprovados por rubrica de investimento

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rubrica de investimento</th>
<th>Norte</th>
<th>Centro</th>
<th>Lisboa</th>
<th>Alentejo</th>
<th>Algarve</th>
<th>Continente</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Materiais</td>
<td>13,5%</td>
<td>54,6%</td>
<td>0,9%</td>
<td>25,3%</td>
<td>1,1%</td>
<td>95%</td>
</tr>
<tr>
<td>Imateriais</td>
<td>0,7%</td>
<td>3,3%</td>
<td>0,0%</td>
<td>0,6%</td>
<td>0,0%</td>
<td>5%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (%)</td>
<td>14%</td>
<td>58%</td>
<td>1%</td>
<td>26%</td>
<td>1%</td>
<td>100%</td>
</tr>
<tr>
<td>Total regional (mil euros)</td>
<td>832</td>
<td>3 387</td>
<td>52</td>
<td>1 516</td>
<td>67</td>
<td>5 853</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A tipologia de beneficiários com mais representatividade nos projetos aprovados foi a das “Pessoas singulares” que representou 83% do total de beneficiários apoiados.
c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.2.1.6 contribui para o domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B - "Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais".

Nesta Operação, os compromissos assumidos para efeitos do exercício de monitorização, apresentado neste documento, contemplam também aqueles que foram adotados no anterior quadro de financiamento do desenvolvimento rural.

Assim, no âmbito do processo de transição para o PDR2020, na Operação em causa foram associados os compromissos transitados, que no fim de 2018 ascendem a 557 mil € de despesa pública na prioridade P6B.

Quadro 499: Op. 10.2.1.6 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B, verifica-se que os projetos na região do Centro concentram cerca de 51% da despesa pública comprometida e os da região Alentejo cerca de 29%.
O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\textsuperscript{55} de 23%.

**Figura 64: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio**

**d) Execução financeira**

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 435 mil € de despesa pública e 392 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) residual de 3% face ao programado.

**Quadro 500: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pago (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>11</td>
<td>476</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>40</td>
<td>1 483</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>21</td>
<td>833</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>33</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>74</td>
<td>2 845</td>
</tr>
</tbody>
</table>

\* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

\textsuperscript{55} Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Do universo de projetos contratados tinham iniciado a sua execução 13 projetos e destes 6 encerraram.

Quadro 501: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos C/Execução Iniciada (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>11</td>
<td>476 429</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>40</td>
<td>1 483 1 335</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>19</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>21</td>
<td>833 749</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>33</td>
<td>30</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>74</td>
<td>2 845 2 558</td>
<td>13</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Tramitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

Analisando o universo de projetos encerrados, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 13%.

Quadro 502: Op. 10.2.1.6 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Projetos Encerrados (inclui transitados)</th>
<th>Valor Libertado (inclui transitados)</th>
<th>Tx Subexecução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER*</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>11</td>
<td>476 429</td>
<td>1</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>40</td>
<td>1 483 1 335</td>
<td>4</td>
<td>129</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>19</td>
<td>16</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>21</td>
<td>833 749</td>
<td>1</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>1</td>
<td>33</td>
<td>30</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>74</td>
<td>2 845 2 558</td>
<td>6</td>
<td>217</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Tramitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Para a Operação em apreço foram definidos os indicadores de realização e de resultado que se encontram refletidos nos quadros seguintes. Dos indicadores de realização, realça-se o da despesa pública realizada, o qual é apurado tendo por base o universo de projetos com execução iniciada, que, para a presente Operação, integrou no final de 2018, 13 projetos, num total de 280 mil € de despesa pública. Em termos de desempenho este montante
representa cerca de 2% do total de despesa pública programada para o domínio de intervenção P6B.

Quadro 503: Op. 10.2.1.6 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil €)</td>
<td>2 986</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil €)</td>
<td>280</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de beneficiários</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil €)</td>
<td>472</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.4.1.3 OP. 10.3.1 – Cooperação Interterritorial e Transnacional dos Grupos de Ação Local

Enquadramento
A Op. 10.3.1 – Cooperação interterritorial e transnacional dos grupos de ação local, integrada na Medida COM – Apoio ao desenvolvimento local LEADER (desenvolvimento local de base comunitária) (19.0), submedida de preparação e execução das ações de cooperação do grupo de ação local (19.3), destina-se a apoiar a cooperação entre os GAL.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Preparação e execução de Projetos de cooperação, quer no interior de um Estado-Membro (tipologia - cooperação interterritorial) quer entre territórios de vários Estados-Membros ou com territórios de países terceiros (tipologia - cooperação transnacional).

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação. Assim, existem 2 projetos transitados da Ação 3.4 – “Cooperação Leader” do PRODER, que representam um total de 19 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013
i. Processo de decisão
Foram submetidas 180 candidaturas a esta Operação com um investimento total de 5.727 mil €.

No que diz respeito à tipologia, 56 candidaturas referem-se à preparação de projetos de cooperação e 124 candidaturas ao desenvolvimento do projeto de cooperação. Importa ainda referir que estas últimas correspondem a 25 projetos de cooperação, 18 parcerias e 7 individuais, e em relação à abrangência territorial da cooperação, correspondem a 6 projetos de cooperação interterritorial e 19 projetos de cooperação transnacional.

Quadro 504: Op. 10.3.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

Das 180 candidaturas foram analisadas 19% das candidaturas não se tendo registado decisões até ao final de 2018.

As 34 candidaturas analisadas referem-se à tipologia de preparação de projetos de cooperação.

Esta distribuição regional das candidaturas apresentadas é coerente com o número de GAL reconhecidos por região e uma leitura mais fina, revela ainda que 9 das 18 parcerias envolvem GAL de uma só região.

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.3.1 contribui para um domínio de incidência do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.
O total de despesa pública comprometida nesta Operação, que no final de 2018 dizia respeito apenas a compromissos transitados, permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^56\) de 0,2%.

d) Execução financeira

No final de 201, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, foi de 10 mil € de despesa pública e de 9 mil € de FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução residual (rádio entre o fundo pago e o programado) de 0,1% face ao programado.

Dos 2 projetos contratados um deles tinha iniciado a sua execução e simultaneamente tinha encerrado.

---

\(^{56}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte.

Quadro 508: Op. 10.3.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos com execução) (mil euros)</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimento total (mil euros)</td>
<td>10</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.4.1.4 OP. 10.4.1 – Custos de Funcionamento e Animação

Enquadramento
A Op. 10.4.1 – *Custos de funcionamento e animação*, integrada na Medida COM – Apoio ao desenvolvimento local LEADER (desenvolvimento local de base comunitária) (19.0), submedida de apoio aos custos de funcionamento e de animação (19.4), destina-se a apoiar os custos de funcionamento e de animação suportados pelos GAL.

Objetivos
Esta Operação tem o seguinte objetivo:

- Apoiar o desempenho das funções dos GAL relativas à implementação da estratégia de desenvolvimento local.

Prioridades
Contribui para as seguintes prioridades/domínios:

- P6B;
- Prioridade horizontal – Ambiente e Inovação.

Implementação da Operação
a) Projetos aprovados ao abrigo do Regulamento n.º 1698/2005 (transitados)
Ao abrigo das regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o PRODER e o PDR2020, Regulamento n.º 1310/2013, de 17 de dezembro, transitaram para esta Operação projetos aprovados no anterior período de programação. Assim, existe 1 projeto transitado da Ação 3.5 – "Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação" do PRODER, que representam um total de 212 mil € de despesa pública.

b) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013
Tal como já referido em relatórios anteriores, no ano de 2015 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas com uma dotação total de 52.000 mil € de despesa pública e foram submetidas 54 candidaturas com um investimento total proposto de 51.805 mil €.
Quadro 509: Op. 10.4.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

Foram analisadas, aprovadas e contratadas todas as candidaturas.

Quadro 510: Op. 10.4.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas

c) Contribuição para as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural

A Operação 10.4.1 contribui para um domínio de incidência do desenvolvimento rural, conforme anteriormente referido.

Quadro 511: Op. 10.4.1 – Distribuição dos compromissos por prioridade/domínio

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Domínio</th>
<th>Projetos Transitados</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>P6B</td>
<td>1</td>
<td>212</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1</td>
<td>212</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Em termos de distribuição regional da despesa pública alocada ao domínio de intervenção do desenvolvimento rural P6B, as regiões Centro e Norte concentram cerca de 70% da despesa pública comprometida.

O total de despesa pública comprometida nesta Operação permite apurar para o respetivo domínio de intervenção uma taxa de compromisso\(^57\) de 95%.

---

**Figura 65: Op. 10.4.1 – Distribuição regional da despesa pública por prioridade/domínio**

---

**d) Execução financeira**

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação, referentes a projetos encerrados, foi de 25.189 mil € de despesa pública e de 22.593 mil € de FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 46% face ao programado.

---

\(^{57}\) Rácio entre a despesa pública comprometida e a dotação programada para cada domínio de intervenção.
Do universo de projetos contratados tinham iniciado a sua execução 54 projetos sendo que nenhum deles encerrou.

Quadro 513: Op. 10.4.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (incluindo transitados)</th>
<th>Total Pago (incluindo transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>17</td>
<td>17 254</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>23</td>
<td>19 412</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>2</td>
<td>1 820</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>10</td>
<td>11 113</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>3</td>
<td>2 404</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>55</td>
<td>52 002</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da operação.

e) Indicadores de acompanhamento do Programa

Assim, para esta Operação foram definidos os indicadores de realização que se encontram espelhados no quadro seguinte.

Quadro 514: Op. 10.4.1 – Indicadores comuns de realização

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Domínios de intervenção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Despesa pública comprometida (mil euros)</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>52 002</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>54 630</td>
</tr>
<tr>
<td>% Meta</td>
<td>95%</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)</td>
<td>P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>Acumulado</td>
<td>25 189</td>
</tr>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>54 630</td>
</tr>
<tr>
<td>% Meta</td>
<td>46%</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de operações apoiadas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>100%</td>
</tr>
</tbody>
</table>
5.5 REFORMA ANTECIPADA

Enquadramento

A medida “Reforma Antecipada” não foi implementada no PDR2020 pelo que não existem novos compromissos. A realização que se verifica resulta dos pedidos aprovados no Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS e que transitaram para o PDR2020 num total que ascende a 730 mil euros de despesa pública.

No quadro seguinte verifica-se que no ano de 2018 não se registaram pagamentos pelo que, em termos acumulados, mantém-se o apoio a 176 beneficiários, com cerca de 670 mil euros de despesa pública e 569 mil euros de fundo, representando uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 78% face ao programado.

Quadro 515: Reforma Antecipada – Compromissos transitados e execução

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação</th>
<th>COMPROMISSOS</th>
<th>PAGAMENTOS</th>
<th>PAGAMENTOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Até 2020</td>
<td>2018</td>
<td>Acumulado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Beneficiários apoiados (nº)</td>
<td>Apoio total (mil euros)</td>
<td>FEADER (mil euros)</td>
</tr>
<tr>
<td>Reforma antecipada - RA (RURIS)</td>
<td>191</td>
<td>730</td>
<td>620</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>191</td>
<td>730</td>
<td>620</td>
</tr>
</tbody>
</table>
6 PROGRESSOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO

6.1 ALTERAÇÕES AO PLANO DE AVALIAÇÃO

O Plano de Avaliação do PDR2020 tem como objetivo assegurar que sejam realizadas as atividades de avaliação adequadas e que estão disponíveis os recursos suficientes e apropriados, designadamente, para o acompanhamento do Programa através dos seus relatórios de execução anuais (REA), em particular para o REA a apresentar em 2019, e para assegurar que a informação necessária para fins de avaliação está disponível no momento certo e no formato adequado.

Até à data não foram efetuadas quaisquer alterações ao Plano de Avaliação definido inicialmente no PDR2020.

Para garantir o objetivo do Plano de Avaliação estão previstas 3 fases:

- **Preparação da avaliação (fase de estruturação)**, que tem como objetivo identificar a informação necessária para uma adequada avaliação do Programa e promover as diligências necessárias para a sua obtenção. Esta fase é reavaliada com base nos resultados da avaliação de 2017 e 2019;

- **Implementação da avaliação (fase de observação)**, esta fase tem como objetivo a observação da evolução do Programa relativamente aos objetivos definidos bem como das tendências de contexto. A informação sobre não beneficiários ou outra que permita criar grupos de controlo é recolhida e armazenada. Esta fase prolonga-se por toda a duração do Programa;

- **Implementação da avaliação (fase de avaliação e análise)**, que tem como objetivo proceder à análise e avaliação do Programa e produzir conclusões e recomendações sobre o seu desenho e implementação, por forma a melhorar a sua performance. O próximo momento de reporte será a avaliação 2019 e a avaliação *ex post*. 
6.2 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS

Em 2018 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Conclusão do trabalho de elaboração das fichas dos indicadores obrigatórios e de monitorização com a identificação de toda a informação relevante (nomeadamente, a sua definição, o organismo responsável pela sua recolha e a metodologia de recolha).

  - Elaboração do programa do concurso e do caderno de encargos para a aquisição de serviços com vista à realização da Avaliação de 2019 ao PDR2020;
  - Lançamento do concurso público para aquisição de serviços, ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos;
  - Análise das propostas e contratação, em 10 de agosto de 2018, do agrupamento de empresas constituído pela Atthis Consulting e pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE);
  - Acompanhamento da equipa de avaliadores, tratamento e fornecimento da informação disponível na AG para a realização dos trabalhos de avaliação previstos no caderno de encargos – até ao final de 2018 foi já entregue um Relatório Preliminar com a descrição detalhada da metodologia e ferramentas necessárias para as análises quantitativas e qualitativas a desenvolver no âmbito dos trabalhos de avaliação, identificando a lógica de intervenção, os indicadores comuns a mobilizar e, quando justificado, os indicadores adicionais para elaboração da resposta a cada uma das questões de avaliação (no total de 23). No
início de 2019 as respostas às questões de avaliação foram entregues encontrando-se as mesmas no Anexo V do presente relatório.

- Tratamento e fornecimento da informação relativa aos indicadores constantes da “Declaração Ambiental” do PDR2020, no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para reporte, via Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

- Participação nas reuniões da Rede de Monitorização e Avaliação do PT2020 (RMA), que tem por objetivos promover o desenvolvimento das atividades de monitorização e avaliação e o intercâmbio de experiências e boas práticas entre os membros da rede, constituídos pelos organismos de coordenação técnica dos FEEI e as AG dos programas operacionais, coordenados pela AD&C.

- No âmbito do Plano Global de Avaliação (PGA PT2020), que é o documento orientador da avaliação do Portugal 2020 e que tem por missão contribuir para a boa gestão e utilização dos FEEI, reforçando a sua orientação para resultados e garantindo também a qualidade na prestação de contas, o PDR2020 fez parte das seguintes avaliações a decorrer em 2018:
  - “Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento”, lançada e coordenada pela AD&C;
  - “Avaliação da aplicação de custos simplificados”, lançada e coordenada pela AD&C.

- Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) rurais e urbanas, prevista na alínea g) do nº 3 do artigo 34º do Regulamento nº 1303/2013, de 17 de dezembro, e na alínea c) do artigo 8º da Portaria nº 418/2015, de 10 de dezembro. Esta avaliação intercalar é da responsabilidade dos beneficiários da Ação 10.4 - “Funcionamento e animação”, conforme contrato assinado entre a AG e cada GAL, e tem como referência os dados acumulados a 31 de dezembro de 2018.

Foi elaborado um documento orientador de apoio às avaliações ou autoavaliações a efetuar pelos Grupos de Ação Local (GAL), relativo à operacionalização e primeiros resultados das estratégias de desenvolvimento local rurais e urbanas. A sua elaboração contou com a colaboração de todos os PO financiadores (cinco PO Regionais do Continente e PDR2020), no âmbito da Rede de Monitorização e avaliação do Portugal 2020.
O documento pretendeu definir as linhas comuns de avaliação que os GAL (rurais e urbanos) deveriam seguir nesses exercícios, disponibilizando uma matriz comum a todas as EDL e a todos os PO financiadores.

Neste contexto, os GAL comprometeram-se a elaborar relatórios de avaliação da estratégia e dos primeiros resultados da sua implementação. Estes relatórios incluem a seguinte informação:

- Identificação da área de intervenção da EDL, incluindo a composição da parceria;
- Informação sobre a EDL (evolução do território de intervenção, identificação dos beneficiários ou de outros grupos-alvo, objetivos e prioridades da estratégia, sua coerência e pertinência, disposições de gestão e de acompanhamento);
- Execução da EDL (contributos das operações para o cumprimento dos objetivos da estratégia, participação dos parceiros na execução da EDL, aplicação da metodologia LEADER através do mecanismo de execução da EDL, adequação da programação dos diversos programas financiadores face à dinâmica de implementação da EDL, indicadores financeiros e físicos por operação);
- Questões de avaliação (relativas às operações, à execução das EDL, aos objetivos da política do território);
- Apresentação de outras avaliações temáticas relevantes para a avaliação da estratégia dos GAL;
- Conclusões, incluindo análise dos fatores de sucesso e insucesso da EDL, e recomendações baseadas nos resultados da avaliação.

Participação no Workshop “Avaliação dos resultados e impactos dos PDR em 2019”, realizado a 11 de dezembro e organizado pela Comissão de Coordenação Nacional do FEADER (CCN) em articulação com o European Evaluation Helpdesk for Rural Development, tendo em vista um entendimento comum sobre as respostas às questões de avaliação a serem relatadas no REA em 2019; a análise e discussão dos modelos e diretrizes descritas nas Guidelines “Assessing RDP achievements and impacts in 2019”; a identificação das ações necessárias para melhorar a avaliação futura dos impactos dos PDR e as necessidades de apoio (por exemplo, capacitação).
A AG dispõe de uma base de dados com toda a informação regularmente utilizada para o acompanhamento e avaliação do Programa. Esta base de dados contém informação, retirada do SIPDR2020, de todo o circuito de decisão, desde a apresentação de uma candidatura até ao envio para contratação, bem como a informação relativa aos projetos transitados ao abrigo do Regulamento nº 1310/2013, de 17 de dezembro.

Nela constam parte dos dados relativos aos diferentes indicadores obrigatórios e de monitorização (de realização, de resultado e de objetivo), bem como a informação utilizada para o seu cálculo:

- Informação estatística relativa a indicadores de contexto;
- Informação recolhida nos formulários de candidatura;
- Tratamento da informação recolhida nos relatórios de encerramento das medidas transitadas do PRODER, com vista ao cálculo dos indicadores de resultado.

Relativamente aos dados residentes no SIIFAP (medidas de superfície, prémios das medidas florestais, medida de seguros e recolha de indicadores das restantes medidas em sede de último pedido de pagamento), a informação é obtida através do envio de ficheiros Excel pelo OP.

Toda a informação residente na AG está disponível para a equipa de avaliadores do PDR2020.
6.4 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO CONCLUÍDAS

Até 2018 estavam concluídas as seguintes atividades de avaliação:

- Primeiro momento de avaliação previsto no anexo VII, ponto 7 do Regulamento de Execução nº 808/2014 de 17 de julho (Avaliação ao PDR2020 a apresentar em 2017), que teve como foco a avaliação dos resultados do Programa através da resposta às Questões de Avaliação Comuns (QAC). Em síntese, a equipa de avaliadores recomendou a estabilização de um plano de monitorização, a implementar até 2023, de modo a que em sede de posteriores avaliações se possa dispor de informação quantitativa e possam ser estimados efeitos líquidos das Operações. Esse plano deve incluir a definição de indicadores bem como a implementação das diligências necessárias junto dos organismos detentores da informação no sentido de assegurar a sua disponibilização (naturalmente sujeita a acordo de confidencialidade).

- No âmbito do Plano Global de Avaliação (PGA PT2020) a “Avaliação ex ante dos instrumentos financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para o apoio direto às empresas (Lote 1)”, coordenada pela AD&C e de autoria da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados;

6.5 ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO EMPREENDIDAS RELACIONADAS COM A DIVULGAÇÃO DAS CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO

Os resultados da avaliação ao PDR2020, reportados quer através dos relatórios de avaliação quer através dos relatórios de execução anuais, são divulgados no Centro de Informação disponível no site do Programa:

7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E EFICÁCIA DO PROGRAMA

7.1 MEDIDAS TOMADAS PELA AG E PELO CA

7.1.1 INFORMAÇÃO SOBRE AUDITORIA E CONTROLO

❖ Sistemas de controlo

A AG PDR2020, através das atividades de controlo desenvolvidas pelo Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo (STAC), procura assegurar que os projetos aprovados possuem a conformidade técnica e documental em concordância com a legislação comunitária e nacional, normas e orientações técnicas do Programa, bem como com demais legislação aplicável, dentro das competências definidas no nº 3 do artigo 125º do Regulamento nº 1303/2013 de 20 de dezembro. Estas competências estão inseridas no âmbito das atividades desenvolvidas no sistema de gestão e controlo interno que visa minimizar o risco de prejuízo financeiro para a União, tal como previsto no nº 2 do artigo 58º do Regulamento nº 1306/2013 de 17 de dezembro.

Com esta atividade de controlo é possível assegurar uma monitorização contínua da aplicação dos procedimentos, desenvolvida pelas entidades responsáveis pela análise, DRAP e GAL, permitindo emitir alertas e efetuar ajustamentos e correções de forma atempada antes da assunção de qualquer compromisso financeiro no âmbito do FEADER.

De acordo com as normas estabelecidas para o efeito (Norma Transversal/11/2015), o Controlo de Qualidade aos projetos é efetuado em dois momentos do Circuito de Aprovação: após a análise inicial (após estado “Despacho”), e após a audiência de interessados (resultante da comunicação da análise ao promotor e que antecede a “Decisão do Gestor”).

Em cada Aviso de cada Ação/Operação, para efeitos de controlo, é considerado o universo das candidaturas submetidas e ativas (com análise integral), independentemente do parecer técnico a emitir ser “Favorável” ou “Desfavorável”, sendo efetuada uma amostragem aleatória de pelo menos 5%.

O Controlo de Qualidade é executado ao longo do ano, acompanhando o ritmo de conclusão das análises técnicas, pelas entidades responsáveis pela análise.
Controlo de qualidade - DRAP e ST

Em 2018 foram efetuados 223 controlos aos projetos analisados pelas Direções Regionais e Secretariado Técnico (ST) da AG, cujos resultados podem ser analisados de forma agregada e com maior detalhe e acuidade no Relatório de Controlo de Qualidade de 2018 elaborado pelo STAC. O controlo de qualidade incidiu sobre 32 Avisos / 17 Operações, tendo sido detetadas insuficiências em 45% dos 223 projetos controlados, com a seguinte distribuição:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Operações</th>
<th>Projetos controlados</th>
<th>% de insuf.</th>
<th>Principal insuficiência</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.1.4 Ações de informação</td>
<td>1</td>
<td>0%</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>3.1.1 / 3.1.2 Investimentos nas explorações agrícolas/jovens agricultores</td>
<td>35</td>
<td>57%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.).</td>
</tr>
<tr>
<td>3.2.1 Investimentos nas explorações agrícolas</td>
<td>34</td>
<td>53%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.) / Coerência técnica.</td>
</tr>
<tr>
<td>3.2.2 Pequenos investimentos na exploração agrícola</td>
<td>37</td>
<td>57%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.).</td>
</tr>
<tr>
<td>3.3.1 Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas</td>
<td>8</td>
<td>63%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.).</td>
</tr>
<tr>
<td>3.4.1 Desenvolvimento do regado eficiente</td>
<td>1</td>
<td>0%</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>3.4.2 Melhoria da eficiência dos regados existentes</td>
<td>11</td>
<td>27%</td>
<td>Critérios de seleção.</td>
</tr>
<tr>
<td>4.0.2 Investimento em produtos florestais não identificados como agrícolas no A1 do TFUE</td>
<td>3</td>
<td>67%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.) e existência de orçamentos válidos e comparáveis (descritivo técnico) / Controlo cruzado / Elegibilidade do promotor (limites de enquadramento e autonomia).</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1.1 Criação de agupamentos e organizações de produtores</td>
<td>1</td>
<td>0%</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>6.2.2 Restabelecimento do potencial produtivo</td>
<td>54</td>
<td>37%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.).</td>
</tr>
<tr>
<td>7.8.4 Recursos genéticos - Conservação e melhoria de recursos genéticos vegetais</td>
<td>2</td>
<td>0%</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>8.1.1 Florestação de terras agrícolas e não-agrícolas</td>
<td>6</td>
<td>17%</td>
<td>Elegibilidade dos investimentos.</td>
</tr>
<tr>
<td>8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos</td>
<td>1</td>
<td>100%</td>
<td>Coerência técnica.</td>
</tr>
<tr>
<td>8.1.4 Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos</td>
<td>13</td>
<td>31%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.) e justificação da redução / Coerência técnica / Condicionantes.</td>
</tr>
<tr>
<td>8.1.5 Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas</td>
<td>8</td>
<td>25%</td>
<td>Coerência técnica.</td>
</tr>
<tr>
<td>8.2.1 Gestão de recursos cinegéticos</td>
<td>5</td>
<td>20%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.).</td>
</tr>
<tr>
<td>20.2 Assistência técnica - RRN</td>
<td>3</td>
<td>100%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc.) / Condicionantes elegibilidade do promotor (condições legais para a atividade) e operação (enquadrar nos objetivos da Portaria).</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Totais | 223 | 45% |

Em termos comparativos com o ano de 2017, a taxa de devolução aumentou 10 p.p. em 2018, sendo o ano no qual se registou um aumento significativo do
controlo administrativo dos pedidos de pagamento, por parte dos técnicos analistas, que tiveram assim que conciliar as duas tarefas. No entanto, continua-se a verificar que a esmagadora maioria das situações observadas em sede de controlo de qualidade são colmatadas em sede de reanálise.

Quanto à tipologia de erros mais frequentes em 2018, manteve-se a tendência registada em anos anteriores, sendo o procedimento da avaliação da razoabilidade dos custos o motivo mais relevante e que motivou cerca de 32% das devoluções.

Dentro deste procedimento, as insuficiências observadas incidiram sobre:

- Número de orçamentos apresentados (menos de 3 propostas para valores acima de 5.000€) – 7%;
- Qualidade dos orçamentos apresentados (orçamentos pouco detalhados, equipamentos com características não comparáveis, com possíveis conflitos de interesses entre os vários fornecedores propostos, etc.) – 12%;
- Fundamentação das reduções aplicadas pelos técnicos analistas (fraca pista de controlo) – 9%;
- Avaliação da razoabilidade (necessidade de validação de orçamentos com valor mais baixo ou comparação correta com os valores de referência, sempre que aplicável) – 72%.

Para permitir o enquadramento destes resultados, foi possível observar que os técnicos analistas, em sede da análise inicial, já tinham reduzido o investimento elegível proposto em cerca de 16%, evidenciando de forma substantiva que realizam uma avaliação da razoabilidade/elegibilidade dos custos propostos pelos beneficiários.

Tendo como objetivo auxiliar na identificação dos pontos mais fracos que estavam a ser observados em sede de controlo de qualidade, foi mantida a comunicação mensal dos resultados às entidades analistas, para possibilitar o seu acompanhamento, e possível mitigação, da forma mais atempada.

Controlo de qualidade – GAL
Todos os GAL dispõem da mesma ferramenta de análise assente no sistema de informação do PDR2020 e que inclui todos os elementos de análise e documentos de suporte aos projetos. Deste modo, o trabalho de controlo de qualidade efetuado sobre 5% de cada Aviso fica mais agilizado pois existe, à priori, uma uniformização de procedimentos de análise e uma sistematização da informação, assim como uma melhor rastreabilidade do processo de análise e decisão. A selecção aleatória foi efetuada de acordo com o procedimento de controlo de qualidade aplicável a todas as entidades analistas (Norma Transversal/11/2015).

Em 2018 foram controlados 172 projetos e devolvidos 63 com insuficiências para reanálise (37%), com a seguinte distribuição por Operação:

**Quadro 517: Auditoria e controlo – Insuficiências GAL**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Operações</th>
<th>Projetos controlados</th>
<th>% de insul.</th>
<th>Principal insuficiência</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>10.2.1.1 Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas</td>
<td>59</td>
<td>34%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc) / Condicionantes.</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização</td>
<td>31</td>
<td>45%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc).</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração</td>
<td>30</td>
<td>47%</td>
<td>Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc) / Coerência económica.</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.1.4 Cadeias curtas e mercados locais</td>
<td>26</td>
<td>23%</td>
<td>Condicionantes / Coerência técnica, económica e financeira.</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.1.5 Promoção de produtos de qualidade locais</td>
<td>5</td>
<td>20%</td>
<td>Elegibilidade do promotor, da operação e dos investimentos / Razoabilidade dos custos - Avaliação da razoabilidade (tabelas de ref., etc).</td>
</tr>
<tr>
<td>10.2.1.6 Renovação de aldeias</td>
<td>21</td>
<td>38%</td>
<td>Condicionantes / Elegibilidade da operação.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Totais</strong></td>
<td><strong>172</strong></td>
<td><strong>37%</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Face ao ano anterior, verifica-se uma descida relevante na taxa de devolução de 10 p.p. Estes resultados têm sido acompanhados de forma cuidada e atenta, no sentido de avaliar a existência de erros sistemáticos dentro de cada GAL. No entanto, continua-se a registar a ocorrência dos mesmos tipos de insuficiências, já identificadas para as restantes entidades analistas (DRAP), isto é, insuficiências no âmbito da avaliação da razoabilidade dos custos, critério que possui alguma complexidade de avaliação e peso administrativo na sua verificação.

Com o objetivo de reduzir o nível destes resultados em termos da devolução dos projetos para reanálise, foram realizadas 30 sessões de formação - "formação prática em contexto de trabalho" (180 h), acompanhando em tempo real as análises técnicas de projetos, ultrapassando as possíveis dificuldades que estão a
ser observadas, e divulgando boas práticas. Estas sessões foram dirigidas aos técnicos analistas das DRAP (68 participantes) e dos 54 GAL (122 participantes).

**Auditorias - comunitárias / nacionais**

Em termos da atividade de controlo regulamentar, foram realizados os trabalhos de Certificação de Contas do OP no âmbito do Regulamento nº 908/2014, de 6 de agosto, pela autoridade competente e de auditoria, a IGF. Na sequência dos seus planos anuais de controlos, foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, previstos no Regulamento nº 809/2014, de 17 de junho, nomeadamente, o controlo *in loco* e o controlo *ex post*, realizados pelo IFAP e IGAMAOT (Inspeção-Geral de Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), respetivamente.

Em 2018 foram realizadas auditorias, promovidas pelas seguintes entidades responsáveis:

- **Tribunal de Contas Europeu (TCE):**
  - Desertificação na UE (de 26 de fevereiro a 2 de março) - Procº 2-2018-TCE-Audit - Auditoria de resultados com base na visita a 5 Estados-Membros (Portugal, Chipre, Itália, Roménia e Espanha), para avaliar se o risco de desertificação na UE pode ser combatido de forma eficaz e eficiente. Para o efeito foram objeto de visita no local alguns projetos relacionados com a desertificação e que foram cofinanciados pela UE, nomeadamente através do FEADER.
  - Declaração de fiabilidade relativa ao exercício de 2018 (SOA 2018) DAS 2018 - Auditoria financeira incidindo sobre o cumprimento das condições legais, administrativas, financeiras factuais referentes ao apoio ao desenvolvimento rural efetuado pelo FEADER, compreendendo a declaração de despesas do período de 16 de outubro a 31 de dezembro de 2017, abrangendo as medidas COM 4, 8, 10 e 13 + VITIS.

- **Comissão Europeia (DG AGRI- Direção H.4. Fiabilidade e Auditoria – Desenvolvimento Rural):**
  - Inq. RD2-2018-001-PT – Auditoria administrativa que tem como principal objetivo verificar se os sistemas de gestão, controlo e reduções aplicados em Portugal Continental, cumprem as disposições da legislação pertinente

- Inq. RD3-2018-002-PT – Auditoria administrativa que incidiu sobre o sistema de gestão, controlo e sanções da M5 “Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas” (Operação 6.2.2) e da M17 “Gestão dos riscos” (Operação 6.1.1) do PDR2020.

### 7.1.2 INFORMAÇÃO SOBRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A AG do PDR2020 é responsável pela gestão de toda a informação associada às candidaturas ao Programa durante o seu ciclo de vida, desde a submissão até ao encerramento, dispor de sistemas de informação (SI) para a sua operacionalização e gestão que garantam o trabalho integrado de todos os intervenientes.

O OP do Programa é responsável pelos pagamentos do apoio aprovado para cada candidatura, dispor de um sistema de informação próprio para suportar a sua atividade - o SIIFAP. A AG e o OP estão articulados quer ao nível operacional, quer ao nível dos SI, tendo em atenção a sua partilha de responsabilidades.

O SI de suporte à AG é o SIPDR2020 - Sistema de Informação do PDR2020. O SIPDR2020 é um sistema crítico, em constante evolução, com obrigatoriedade de elevada disponibilidade e salvaguarda da informação. Tem ainda que cumprir os requisitos definidos pelos organismos de auditoria e controlo nacionais e internacionais, o que obriga a que exista uma infraestrutura física robusta, complexa e com alta disponibilidade.
A AG optou pela contratualização externa de toda a infraestrutura física de suporte ao PDR2020, tendo a mesma sido contratada a uma empresa prestadora de serviços de **hosting**, certificada pela ISO/IEC 27001.

**Estrutura e principais componentes do SIPDR2020**

O SIPDR2020 é composto por várias componentes, das quais se destacam:

O **frontoffice**, chamado Balcão do Beneficiário (BB) é disponibilizado para os beneficiários do PDR2020. É através do BB que os beneficiários e/ou as respetivas entidades consultoras interagem com os serviços. As candidaturas são submetidas através do BB e é também através deste que é efetuado todo o acompanhamento das mesmas. Na ótica da desmaterialização dos processos, todos as interações entre beneficiários e serviços são efetuadas através deste balcão, como por exemplo:

- Submissão de candidaturas;
- Resposta a pedidos de esclarecimentos;
- Apresentação de pronúncia em sede de audiência dos interessados;
- Validação das condicionantes pré-contratuais;
- Conhecimento da decisão;
- Pedidos de apoio e suporte;
- Apresentação de pedidos de alteração;
- Acompanhamento de candidaturas;
- Submissão de documentos.

O **backoffice** é de acesso restrito às entidades de gestão, análise e acompanhamento do PDR2020. É no backoffice que são efetuadas todas as tarefas de operacionalização do Programa desde a sua submissão, passando pelo processo de análise, até à sua decisão e respetivo envio para o OP. Este é composto por vários módulos dos quais se destacam:

- Distribuição de candidaturas;
- Análise de candidaturas;
- Controlo de qualidade;
- Pronúncia dos interessados (audiência prévia);
- Hierarquização e decisão de candidaturas;
- Análise de pedidos de alteração;
Gestão de reclamações;
Gestão de tabelas de referência/dados.

O Portal do PDR2020 é o principal canal de difusão de informação da AG para o seu público-alvo e o público em geral. Foi desenvolvido pela equipa da Área do Sistema de Informação com recurso a tecnologias open-source. Na sua base está um gestor de conteúdos que permite à equipa de comunicação da AG gerir os conteúdos do portal com completa autonomia.

A Interoperabilidade é um módulo que inclui as funcionalidades de interação com outros SI, em particular com o do OP (SIIFAP).

_workflow de uma candidatura_

Cada candidatura submetida ao PDR2020 tem o seu próprio ciclo de vida, que vai desde a sua submissão até ao seu encerramento. Dependendo de várias circunstâncias, o workflow de uma candidatura aprovada passará, por norma, pelas seguintes fases:

- Submissão;
- Liberação para análise;
- Distribuição para análise;
- Análise de valia (aplicável a alguns anúncios);
- Análise da candidatura;
- Circuito de despacho da análise;
- Controlo de qualidade (caso tenha sido selecionada);
- Audiência dos interessados;
- Hierarquização (apenas para candidaturas com parecer favorável);
- Decisão;
- Comunicação da decisão;
- Resposta às condicionantes ao termo de aceitação (caso existam);
- Envio para o OP para emissão do termo de aceitação;
- Emissão de termo de aceitação (OP);
- Execução do projeto – pedidos de pagamento (OP);
- Pedido de alteração (PALT);
- Encerramento (OP);
- Gestão de reclamações.
Transição de candidaturas do PRODER para o PDR2020

Na sequência da transição de projetos do anterior período de programação, foi desenvolvido um procedimento para adaptação das mesmas ao SIPDR2020.

Transição de candidaturas entre anúncios no PDR2020

Tendo em consideração que:

- em vários anúncios do PDR2020 foram decididas bastantes candidaturas sem dotação;
- o regime de aplicação em vigor à data dos respetivos anúncios previa a transição dessas candidaturas para os anúncios seguintes;
- os regimes de aplicação de algumas medidas foram alterados e os anúncios seguintes tiveram novas regras, em particular no que diz respeito ao apuramento da VGO (Valia Global da Operação),

foi necessário desenvolver vários mecanismos para suportar o processo de transição de candidaturas entre anúncios.

Este processo de transição teve um peso bastante relevante nas tarefas da Área do Sistema de Informação, uma vez que que implicou a transferência total dos dados apresentados para os formulários dos novos anúncios, que são naturalmente adaptados às regras da transição, o que na prática se traduz num formulário à medida da transição. No período de 2018 foram desenvolvidos 8 formulários de transferência e foram transferidas 1.575 candidaturas.

Principais desenvolvimentos do ano de 2018

Dando sequência à operacionalização prevista no calendário de abertura de anúncios de 2018, e à análise e decisão das candidaturas rececionadas, foram efetuados diversos desenvolvimentos no SIPDR2020 que se podem agrupam em:

- Formulários de candidatura;
- *Workflow* da candidatura;
- Modelos de análise;
- Processo de decisão;
- Envios para contratação;
- Controlo de prazos legais;
- Alteração de candidaturas (pedidos de alteração);
Relatórios anuais de execução dos GAL;
Integração de pagamentos do Organismo Pagador;
Monitorização da execução das ações de formação – Operação 2.1.1.

**Formulários de candidatura**


Para além dos formulários para dar suporte à abertura dos anúncios, foram ainda operacionalizados os formulários de suporte à transferência de candidaturas entre anúncios e todo o workflow associado (notificação e submissão) conforme já referido no ponto anterior.

Os formulários permitiram a submissão de 7.286 candidaturas e de 4.232 pedidos de alteração.

**Workflow da candidatura**

O workflow das candidaturas foi ajustado com vista a permitir, para todos os anúncios, a realização de uma hierarquização provisória automática, apurando-se a VGO de cada candidatura o que permite o encaminhamento das mesmas para as fases seguintes do seu ciclo de vida: análise integral se tiver dotação, audiência prévia de valia se não tiver dotação ou audiência prévia de indeferimento se tiver VGO inferior a 10, não sendo necessária a análise integral de todas as candidaturas mas apenas das que têm uma VGO que permite a atribuição de apoio face à dotação de cada anúncio. Este procedimento permite agilizar o processo de análise dos anúncios.

Foram ainda operacionalizados os envios de candidaturas dos anúncios com primeiras decisões em 2018, bem como dos pedidos de alteração.

**Modelos de análise**

À semelhança dos formulários, os modelos de análise são os principais desenvolvimentos da equipa da Área do Sistema de Informação, ocupando mais de 50% dos recursos da área. No ano de 2018 foram operacionalizados os modelos de análise para dar suporte à análise das candidaturas submetidas.

**Processo de decisão**

Em 2018 deu-se continuidade ao processo de decisão, tendo sido efetuados os ajustes necessários decorrentes da normal operacionalização das medidas e das alterações regulamentares que ocorreram. Foram efetuadas 14.570 decisões, das quais 5.730 aprovações de candidaturas, 7.207 candidaturas sem dotação e 1.633 decisões desfavoráveis.

Foram ainda decididos 3.286 pedidos de alteração, dos quais 2.983 favoráveis e 303 desfavoráveis.

**Envios para contratação**

No que respeita aos envios para contratação, em 2018 deu-se continuidade ao processo de envio para o OP, tendo sido efetuados 7.531 envios para contratação dos quais 5.337 relativos e decisões iniciais de aprovação e 2.194 de decisões de pedidos de alteração.

A operacionalização do envio de cada uma das medidas/avisos é efetuada em estreita colaboração com o OP, sendo produzida em articulação entre os dois organismos uma especificação final que é depois operacionalizada, quer no sistema de informação do OP (SIIFAP), quer no SIPDR2020. Os dados são posteriormente enviados via webservice do SIPDR2020 para o SIIFAP, para efeitos de emissão do termo de aceitação ou alteração ao termo de aceitação e dos pagamentos dos respetivos apoios.

**Monitorização de prazos (Operaçao Limpeza)**

Em 2018 deu-se continuidade aos trabalhos relativos à monitorização dos prazos de execução. Os prazos a monitorizar são os seguintes: assinatura do termo de aceitação, cumprimento das condicionantes ao termo de aceitação, titularidade do parcelário, início da execução dos investimentos e conclusão da execução dos investimentos.
Quando se verifica que um prazo não é cumprido, esta evidência é registada no módulo, efetuada uma audiência dos interessados e caso o incumprimento seja ultrapassado o projeto segue o seu circuito normal. Caso o incumprimento não seja ultrapassado a decisão do projeto é anulada sendo o compromisso financeiro associado libertado.

Em 2018 foi operacionalizado o controlo dos incumprimentos: titularidade do parcelário e início da execução dos investimentos.

Foram efetuados 2.193 controlos de prazos: 188 da caducidade do termo, 192 das condicionantes ao termo de aceitação, 91 da titularidade do parcelário e 1.722 do prazo de início da execução dos investimentos.

Deste procedimento resultou a anulação de 916 decisões de aprovação de candidaturas, distribuídas da seguinte forma: 122 da caducidade do termo, 113 das condicionantes ao termo de aceitação, 57 da titularidade do parcelário e 624 do prazo de início da execução dos investimentos.

**Pedidos de alteração**

Em 2018 prosseguiu a operacionalização dos **pedidos de alteração** das candidaturas. Os pedidos de alteração estão divididos em 3 tipos: datas, físico-financeiros e titularidade.

Os pedidos de alteração têm um circuito em tudo semelhante a uma candidatura, ou seja: submissão, distribuição, análise, decisão e envio para o OP das respetivas alterações, quando aplicável.

Foram operacionalizados os pedidos de alteração de datas para 9 Medidas e físico-financeiros para 1 Medida. Foram igualmente operacionalizados os processos de análise dos pedidos de alteração.

Os formulários disponíveis em 2018 permitiram a submissão de 4.232 pedidos de alteração no ano, com a seguinte distribuição: 3.040 de datas, 1.078 físico-financeiros e 114 de titularidade. Destes, 305 foram posteriormente cancelados pelos beneficiários.

Os modelos de análise disponíveis em 2018 permitiram a análise de 3.643 pedidos de alteração no ano, com a seguinte distribuição: 2.483 de datas, 1.041 físico-financeiros e 119 de titularidade.

Em 2018 foram decididos 3.334 pedidos de alteração dos quais 3.022 favoráveis e 312 desfavoráveis. Os pedidos de alteração aprovados
distribuem-se da seguinte forma: 2.365 de datas, 844 físico-financeiros e 125 de titularidade.

Dos pedidos de alteração decididos foram enviados 2.194 ao OP no ano 2018 com a seguinte distribuição: 1.411 de datas, 563 físico-financeiros e 220 de titularidade.

A diferença entre a aprovação dos pedidos de alteração e o envio dos mesmos ao Organismo Pagador decorre de situações que ocorrem, principalmente a existência de controlos administrativos de pedidos de pagamento (CAD/PP) em curso.

**Relatórios anuais dos GAL**

Foi disponibilizado um módulo para suporte à elaboração dos relatórios anuais dos GAL e respetiva submissão e validação. O módulo consiste na disponibilização de um conjunto de informação para cada GAL em formato de ficheiros excel para inclusão nos respetivos relatórios. Adicionalmente suporta a submissão dos relatórios e o respetivo processo de validação. Suportado neste módulo foram elaborados e submetidos em 2018 os relatórios dos 54 GAL.

**Integração de pagamentos do Organismo Pagador**

Foi operacionalizada a integração da informação proveniente do Organismo Pagador sobre os projetos contratados incluindo a evolução dos contratos e a informação relativa aos pagamentos. A informação é carregada de forma diária para todos os projetos permitindo assim acompanhar a evolução da execução dos projetos bem como o controlo dos prazos legais. Esta informação é ainda utilizada para a operacionalização dos pedidos de alteração.

**Monitorização da execução das ações de formação – Operação 2.1.1**

Foi desenvolvida uma funcionalidade que permite a submissão e validação da realização das ações de formação aprovadas no âmbito da Operação 2.1.1. Esta funcionalidade tem os seguintes pressupostos:

- Submissão da ação para realização com a respetiva lista de formandos;
- Aprovação da realização da ação;
• Carregamento do resultado da ação (avaliações e relatórios).

❖ Sistema de suporte à decisão

Em 2018 foi adjudicado o desenvolvimento de um Sistema de Suporte à Decisão (SSD) baseado num sistema de Business Intelligence (BI), para que com um acesso simples e rápido seja possível ter uma visão transversal de toda a informação do PDR2020.

Durante o ano a Área do Sistema de Informação coordenou o desenvolvimento do SSD em articulação com a Área de Monitorização e Avaliação, prevendo-se a entrada em funcionamento do SSD em produção no ano de 2019, disponibilizando-se, assim, mais uma forma de acesso à informação do PDR2020.

❖ Criação e desenvolvimento de uma aplicação (APP) para mobilidade

No âmbito da implementação de uma medida de modernização administrativa prevista no quadro do programa simplex, foi iniciado o processo de criação e desenvolvimento de uma aplicação (APP) para mobilidade (smartphones e tablets). Pretende-se com esta aplicação disponibilizar mais um interface para os utilizadores do PDR2020 (beneficiários e consultores) em complemento do FrontOffice já existente.

❖ Segurança da informação e RGPD

Durante o ano de 2018, a AG desenvolveu trabalhos relevantes no âmbito da segurança da informação e do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) o Regulamento nº 2016/679, de 27 de abril.


No âmbito do Sistema de Gestão de Segurança da Informação do PDR2020 (SGSI), foi ainda dado seguimento às recomendações dos auditores, tendo o SGSI
sido consolidado de acordo com a Norma ISO/IEC 27001/2013, consubstanciado
na atualização de diversos normativos relativos a políticas, procedimentos e
registos. Estes trabalhos envolveram todas as equipas do Secretariado Técnico da
AG PDR2020 e foram coordenados pela Área do Sistema de Informação
juntamente com o responsável do comité de segurança da informação e contaram
com o apoio de uma consultora externa contratada para o efeito.

❖ **Apoio e suporte**

Área do Sistema de Informação garantiu todo o suporte à área operacional do
STPDR2020 nas atividades associadas aos sistemas de informação, sendo para o
efeito respeitada a metodologia de trabalho definida, quer relativa ao registo e
acompanhamento de ocorrências, através da plataforma de gestão utilizada para
o efeito, quer à entrada em produção de novas funcionalidades ou ajustamentos
decorrentes de alterações efetuadas, como sejam carregamentos de dados,
indicadores, mapas de monitorização, circuitos decisórios, notificações eletrónicas,
integração de *webservices* e análise SIG (Sistema de Informação Geográfica).

A equipa da Área do Sistema de Informação participa, em conjunto com as áreas
financeira e jurídica, nos procedimentos de aquisição referentes a serviços e
equipamentos relacionados com a área dos sistemas de informação.
7.2 CONSTRANGIMENTOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA E MEDIDAS CORRETIVAS

7.2.1 MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS / OPERAÇÕES

✧ Medidas de apoio à capacitação e divulgação – Ação 2.1

Procedeu-se à alteração do regime de aplicação da Portaria nº 145/2016 de 17 de maio, após ter sido identificada a necessidade de uma maior disponibilidade temporal para as entidades formadoras divulgarem e organizarem as ações de formação, bem como de otimizar os vários recursos de formação disponibilizados no território nacional nas várias áreas do conhecimento. Estas áreas integram a formação já aprovada e as respetivas condições de realização, importando, assim, adequar o período de execução dos planos de formação, permitindo que possam ser concretizados durante quatro anos.

✧ Medidas de apoio ao aconselhamento – Ação 2.2

Na sequência da aprovação de adoção de medidas de simplificação através da alteração de diversos regulamentos comunitários (Omnibus Regulation), incluindo a alteração do regulamento nº 1305/2013, procedeu-se à alteração da legislação nacional no que diz respeito à Ação 2.2 “Aconselhamento”, para que os concursos por abrir relativos à Operação 2.2.2 “Apoio à criação de serviços de aconselhamento” e Operação 2.2.3 “Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras de serviços de aconselhamento”, estivessem fora da aplicação do regime dos mercados públicos.

Os referidos concursos foram abertos de acordo com as regras transversais do Programa e decididos de acordo com a aplicação de critérios de seleção após consulta à Comissão de Acompanhamento.

✧ Medidas de apoio à agricultura, agroindústrias e florestas

Em 2018 continuou a registar-se uma forte dinâmica do setor traduzida numa elevada apresentação de projetos de investimento aos sucessivos concursos que foram abertos.
Tratando-se de uma situação muito positiva, porque traduz a dinâmica do setor e o seu contributo para o reforço da economia nacional, não pode deixar de referir-se que, atendendo ao elevado nível de compromissos do Programa, este fato continuou a provocar alguns constrangimentos, particularmente nas medidas de apoio à agricultura e agroindústrias, em que a procura continua a ser substancialmente superior à dotação disponível em cada concurso. Esta situação levou a que um elevado número de projetos não fossem aprovados por falta de dotação, apesar de poderem obter um parecer técnico favorável, tendo transitado entre anúncios.

Ao nível da gestão do Programa, esta situação introduz fatores acrescidos de complexidade, na medida em que conduz a um elevado nível de contestações em sede de audiências prévias e de reclamações de decisão, sendo necessária uma elevada alocação de recursos para análise técnica e jurídica das reclamações. Neste sentido, foram alocados recursos humanos adicionais, nomeadamente jurídicos, por períodos determinados, por forma a desbloquear com maior celeridade as situações pendentes.

Tendo em conta o anteriormente exposto e atento o elevado nível de compromissos do Programa foi revogado o artigo 16º da Portaria nº 230/2014, de 11 de novembro, na sua redação atual, que permitia a transição das candidaturas entre anúncios.

Paralelamente, houve também a necessidade da criação de uma nova Operação – 3.1.2 – “Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola” uma vez que se constatou que 97% dos jovens que se candidataram ao prémio de primeira instalação recorreram ao apoio ao investimento para dar resposta à concretização dos investimentos previstos no seu Plano Empresarial.

Ao nível da abertura dos avisos, estabeleceram-se dotações específicas por setor na Operação 3.1.2 e na Operação 3.2.1. Tendo sido analisado o comportamento por setor face aos critérios de seleção e a relação entre as candidaturas aprovadas e as candidaturas decididas sem dotação foi identificado que o sistema não era equitativo em termos setoriais (os setores de fruticultura e de olivicultura respondiam melhor aos critérios de seleção absorvendo 62 % da dotação do aviso quando, na soma de todos os projetos com VGO acima de 10, estes setores apenas representam 38% dos projetos aprovados, no aviso que serviu de referência).

Para minorar estes constrangimentos foram alocadas dotações específicas, devidamente fundamentadas, por forma a que, para critérios de seleção gerais e
idênticos, cada setor concorresse apenas com os da mesma tipologia, ultrapassando os efeitos dos critérios de seleção não serem específicos.

Em 2018 foram igualmente iniciados os trabalhos técnicos entre o Estado Português, a Comissão Europeia e o Fundo Europeu de Investimentos, com vista à identificação da tipologia de ajudas sobre a forma de instrumentos financeiros a aplicar no âmbito do PDR2020, que potenciem os recursos financeiros ao dispor do setor, nomeadamente na área dos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização de produtos agrícolas.

Proseguiu o acompanhamento detalhado e exigente da monitorização da execução dos projetos de todas as Operações do PDR2020, conforme detalhado no ponto 6, por forma a serem identificadas as situações em que os beneficiários não reúnem condições de executar os investimentos aprovados, libertando assim recursos para novos projetos.

❖ Fatores conjunturais relacionados com os incêndios e alterações climáticas adversas

O ano de 2018 foi marcado, em termos de fatores conjunturais com impacto no PDR2020, pelos incêndios ocorridos no verão, bem como situações climáticas catastróficas (furacões e tornados) o que implicou a adoção de diversas medidas de apoio ao setor com vista à minimização dos seus impactos negativos.

Foram abertos avisos específicos e adotadas medidas legislativas de exceção no âmbito da operacionalização de algumas Operações.

Na Operação 6.2.2, foi aberto um aviso específico para o apoio ao restabelecimento do potencial produtivo agrícola afetado pelos incêndios nos municípios de Monchique, Portimão, Silves e Odemira; um aviso específico para o apoio ao restabelecimento do potencial produtivo agrícola afetado pelo tornado que atingiu a zona costeira de Esposende; e outro aviso para o apoio ao restabelecimento do potencial produtivo agrícola afetado pela depressão pós-tropical associada ao furacão Leslie, atingindo, principalmente, a região centro do país, com uma dotação colocada a concurso de 23 milhões €. No âmbito destes avisos, foram apresentadas cerca de 825 candidaturas no montante de 30.269 milhões € de investimento.
Medidas de apoio à agricultura e recursos naturais: Medida 7
Operações integradas no Pedido Único

No âmbito da Medida 7 “Agricultura e recursos naturais”, face à situação já identificada, de compromissos plurianuais assumidos em 2015 superiores à dotação programada, manteve-se a situação de impossibilidade de apresentação de novas candidaturas no âmbito do Pedido Único de 2018 (com exceção de situações pontuais para JA no âmbito da Operação 7.8.1 “Manutenção de raças autóctones em risco” e das operações com compromissos anuais), bem como, para os compromissos já existentes, a impossibilidade de serem apresentados aumentos de áreas ou o aumento do número de animais sob compromisso.

A título excepcional foi permitido no âmbito desta Medida, através da publicação da Portaria nº 91/2018 de 2 de abril, que beneficiários que se viram impedidos de candidatar determinada área por a mesma se encontrar sujeita a emparcelamento ou intervenção fundiária similar ou por se encontrar em curso execução de empreitada no âmbito de aproveitamentos hidroagricolas, pudessem proceder ao aumento da área objeto de apoio.

Foi ainda prevista a possibilidade de adoção de medidas excecionais nas situações de seca extrema ou severa reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes em diversas operações da Medida 7 – Agricultura e recursos Naturais e da Medida 9 – Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, nomeadamente ao nível do encabeçamento mínimo por superfície forrageira e da possibilidade de aceitar aumentos de efetivo pecuário, para reposição do efetivo reduzido na sequência de situações de seca extrema ou severa.

Atento ao nível de compromissos, que em determinadas Operações excedeu o valor programado, no âmbito da reprogramação do PDR2020, foi necessário proceder à reafecção de recursos financeiros entre Operações da Medida 7, bem como de outras Operações do Programa, com vista a assegurar os pagamentos no âmbito do Pedido Único de 2018. Esta reafecção será maioritariamente reposta nos anos subsequentes, por forma a assegurar os compromissos já assumidos ou a dotação inicial programada, tendo em conta, nomeadamente, o aumento da contrapartida nacional do PDR2020 a partir de 2019 e até 2020 e anos seguintes, aprovado através da Resolução de Conselho de Ministros nº 84-H/2016, de 30 de dezembro.
Abordagem LEADER - Medida 10

Com a plena operacionalização da Medida 10 “LEADER”, verificaram-se alguns constrangimentos na adequação de certos aspetos regulamentares que não se adequavam às necessidades dos atores ou das economias locais, nomeadamente na Operação 10.2.1.4 “Cadeias curtas e mercados locais”, traduzidos na baixa procura ou número elevado de candidaturas com parecer desfavorável, assim como na Operação 10.2.1.5 “Promoção de produtos de qualidade locais”, com um número muito reduzido de operadores a candidatarem-se, quer por a taxa de apoio ser relativamente baixa, quer pela dificuldade dos próprios beneficiários, normalmente associações, que não dispõe de recursos financeiros para executarem as operações.

Tendo em vista a adequação das operações às realidades locais, foram incluídas na última reprogramação do Programa, um conjunto de propostas que visam estimular a procura, através do aumento das taxas de cofinanciamento e das tipologias de elegibilidade de despesas.

Ao nível do Controlo de Qualidade, continuou a verificar-se uma taxa de erro nas análises acima do desejável, pelo que se reforçaram as ações de formação e divulgação de procedimentos, com enfoque nas áreas mais sensíveis e que levam a uma maior taxa de erro, nomeadamente a razoabilidade dos custos e a introdução das condicionantes adequadas a cada operação.

Manteve-se a tendência de envio de projetos para análise ao ST do PDR2020, devido às situações de conflito de interesses previstas no nº 2 do artigo 53º da Portaria nº 152/2016, em particular na Operação 10.2.1.6 “Renovação de aldeias”, onde existem concursos em que a maioria das candidaturas foram enviadas para análise nos serviços da AG, causando um constrangimento ao nível dos recursos humanos e atribuição de tarefas. Perante esse cenário foi solicitado aos GAL que criassem membros suplentes nos seus Órgãos de Gestão, de forma a atenuar os conflitos de interesse e assim manter nos GAL a análise dos pedidos de apoio.

No decurso de 2018, foram efetuadas 238 análises de confirmação de concursos, em cumprimento do disposto no nº 7 do artigo 53º da Portaria nº 152/2016, sendo 28 deles reconfirmações de projetos que foram devolvidos para reanálise dos GAL por se terem detetado incoerências no processo de análise.
Face ao número de ocorrências, manteve-se um acompanhamento aos GAL, quer telefónico quer através de ações de esclarecimento dos técnicos, promovidos pela Área de Desenvolvimento Local e pelo Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo.

Foi celebrado um Protocolo de colaboração entre a Autoridade de Gestão do PDR 2020 e a Federação Minha Terra a 3 de dezembro de 2018, com o objetivo reforçar os mecanismos de monitorização e acompanhamento dos GAL, com vista a assegurar uma gestão eficiente dos recursos financeiros alocados, nomeadamente ao nível do ritmo de execução e da qualidade das tarefas inerentes ao DLBC.

7.2.2 **MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS - "OPERAÇÃO LIMPEZA"**

O elevado número de candidaturas apresentadas no âmbito do PDR2020 e o valor elevado de compromissos transitados do anterior período de programação (PRODER), deu origem a uma taxa de compromissos global bastante elevada e à falta de dotação, nalgumas medidas, para a totalidade dos projetos que reúnem condições de aprovação.

Neste contexto, revela-se de grande importância a monitorização da execução dos projetos por forma a serem identificadas as situações em que os beneficiários não reúnem condições de executar os investimentos aprovados e, assim, transferir os respetivos compromissos, para assegurar o objetivo do pleno aproveitamento do envelope financeiro do Programa.

Durante o ano de 2018 esta monitorização incidiu quer no encerramento dos projetos transitados do PRODER, quer nos projetos aprovados no atual período de programação (PDR2020).

✧ **Monitorização dos projetos transitados do PRODER**

O universo de projetos transitados do PRODER (exclui medidas SIGC), no final de 2018, ascende a 9.031 projetos transitados, representando 551.965 mil € de
despesa pública, já deduzido da verba liberta pelos projetos desistidos e pelos projetos encerrados por valor inferior ao aprovado.

O número de projetos transitados encerrados era de 8.341 projetos, libertando um valor de despesa pública de 168 milhões €.

O número total de projetos transitados, desistidos após a sua transição ascendeu, em dezembro de 2018, a 1.310 projetos, libertando um valor de despesa pública de 83.328 mil €.

**Libertação de verbas por desistência de projetos**

A taxa de desistências foi, assim, de 13%, quer em número de projetos, quer em termos de despesa pública (figura 66) e refere-se majoritariamente (45%) a investimento jovem, em termos de número de projetos. Em termos de despesa pública são as medidas de apoio ao investimento agrícola e agroindustrial e apoio aos JA (Operações 3.2.1 e 3.1.1) as mais representativas com 74% do total da despesa pública libertada pelos projetos desistidos (figura 67).

**Figura 66: Monitorização de projetos - Projetos transitados**

![Gráfico de pizza mostrando percentuais de projetos transitados e desistidos](image)
Libertação de verbas por incumprimento dos prazos de conclusão dos projetos

Em 2018 foi dada continuidade à vertente da “operação limpeza” direcionada para a monitorização do cumprimento dos prazos de conclusão dos projetos.

Nas situações em que os beneficiários não tiveram condições para executar integralmente os investimentos nos prazos aprovados, ou mesmo nos que lhes foram concedidos a título excepcional, as situações foram avaliadas casuisticamente, podendo dar origem ao encerramento do projeto por montante inferior ao aprovado inicialmente, no caso de se constatar que não ficam prejudicados de forma substantiva, os objetivos previstos no projeto aprovado. No entanto, verificou-se em alguns casos que os investimentos realizados pelos beneficiários não permitiam assegurar o cumprimento dos objetivos do projeto, sendo necessário proceder à resolução contratual do mesmo, com a consequente devolução das verbas recebidas.

A despesa pública executada no conjunto dos projetos encerrados é de cerca de 301.796 mil €, montante que representa 45% da despesa pública total aprovada transitada.
No conjunto de projetos encerrados verificou-se uma subexecução de cerca de 168 milhões €, montante que à semelhança do libertado por desistência de projetos foi creditado de imediato nas respetivas operações, para ser reutilizado noutros projetos apoiados pelo Programa.

As medidas de apoio ao regadio foram responsáveis por 36% do montante total libertado e as medidas de apoio ao investimento nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização foram responsáveis por 32% do montante total de despesa pública libertada.
Monitorização dos projetos aprovados ao abrigo do PDR2020

Incumprimento do prazo de submissão do termo de aceitação (TA)

De acordo com o estabelecido pelo artigo 21º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação do PDR2020, a aceitação do apoio é efetuada mediante submissão eletrónica e autenticação do termo de aceitação (TA), dispondo o beneficiário de 30 dias úteis para tal a contar da data da notificação da decisão, sob pena de caducidade da decisão de aprovação da candidatura, salvo motivo justificado não imputável ao beneficiário e aceite pela AG.

A partir do segundo semestre de 2017, foram identificados, com uma periodicidade mensal, os projetos cujos beneficiários foram notificados pelo IFAP a propósito da disponibilização do TA para efeito de submissão, e que não o fizeram no prazo estabelecido nem apresentaram motivo justificativo que não lhes seja imputável. Estes beneficiários foram notificados da caducidade da decisão de aprovação, após pronúncia em audiência de interessados, através do Balcão do Beneficiário do PDR2020, e as verbas que lhes estavam afetas foram libertadas para outros projetos.

No ano de 2018 foi dada continuidade a este processo de monitorização de projetos. Até ao final do ano, o total de projetos anulados por caducidade da decisão de aprovação ascendia a 404 representando cerca de 11.755 mil € de despesa pública. Só em 2018 foram anulados por caducidade da decisão deaprovação 128 projetos, representando cerca de 3.790 mil €

Cerca de 54% dos projetos anulados por caducidade da decisão em 2018, tinham sido aprovados nas Operações de apoio ao investimento na exploração agrícola (Operações 3.1.1, 3.2.1, 3.2.2 e 10.2.1.1). Os projetos florestais representaram cerca de 18% do total de projetos anulados por caducidade da decisão.
Foi no investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas (Operação 3.3.1) que se verificou o maior volume de verbas libertadas, cerca de 1.108 mil € de despesa pública, representando 29% do total.

O maior número de projetos anulados foi registado nos pequenos investimentos na exploração agrícola (Operação 3.2.2), com 37 projetos, ou seja, cerca de 29% do número total dos projetos anulados., o que em termos de despesa pública corresponde a uma libertação de 204 mil €, cerca de 5% do montante total libertado. Os projetos das medidas florestais libertaram 950 mil €, representando 25% da verba total libertada em 2018.
**Incumprimento das condicionantes estabelecidas no TA**

No final de 2017 foi iniciado o processo de monitorização de projetos aprovados ao abrigo do PDR2020, que não reúnem as condições necessárias à emissão do TA, por incumprimento das condicionantes estabelecidas para esta fase.

Os beneficiários que não comprovaram o cumprimento das condicionantes estabelecidas ao TA, no prazo estabelecido pela notificação da decisão de aprovação da candidatura, foram notificados em sede de audiência prévia tendo sido informados da intenção de anulação da decisão. No caso de os beneficiários não terem apresentado pronuncia ou, tendo apresentado, a mesma não permitir comprovar o cumprimento das condicionantes, foi proferida a decisão de anulação da aprovação.

No ano de 2018, foram anulados 330 projetos por incumprimento das condicionantes ao TA, representando cerca de 14.292 mil €.

Cerca de 72% dos projetos anulados em 2018, por incumprimento das condicionantes ao TA, tinham sido aprovados nas operações de apoio ao investimento na exploração agrícola (3.1.1, 3.2.1, 3.2.2) e cerca de 13% nas operações florestais.

**Figura 72: Monitorização de projetos – N.º Projetos anulados por incumprimento das condicionantes estabelecidas no TA - 2018**

Foi no investimento na exploração agrícola associado à instalação de JA (Operação 3.2.1/3.1.1) que se verificou o maior montante de verbas libertadas, cerca de 10.668 mil € de despesa pública, representando cerca de 75% do montante total.
Incumprimento da comprovação da titularidade da exploração

A partir do segundo semestre de 2018 foi iniciado o processo de monitorização de projetos, aprovados ao abrigo do PDR2020, que não comprovaram, previamente à submissão do termo de aceitação (TA), a titularidade da exploração através do registo no Sistema de Identificação Parcelar.

No seguimento da decisão de aprovação os beneficiários que não comprovarem a titularidade da exploração agrícola são notificados da necessidade de proceder à retificação do parcelário, sendo informados de que a candidatura só poderá ser enviada para efeito de disponibilização do TA, após a referida retificação.

No caso de se manter o incumprimento da comprovação da titularidade da exploração agrícola, os beneficiários são notificados, em sede de audiência prévia, da intenção da Gestora de anular a decisão de aprovação.

Não tendo os beneficiários apresentado pronuncia, ou tendo apresentado e a mesma não permitir comprovar o registo no Sistema de Identificação Parcelar, é proferida a decisão de anulação da aprovação.

Durante o ano de 2018 foram anulados 45 projetos por incumprimento da titularidade da exploração agrícola, representando cerca de 2.840 mil € de despesa pública.
Cerca de 49% dos projetos anulados em 2018, por incumprimento da comprovação da titularidade da exploração, tinham sido aprovados no âmbito da Operação relativa ao investimento na exploração agrícola associado à instalação de JA (3.2.1/3.1.1). Foi nesta Operação que se verificou o maior montante de verbas libertadas, cerca de 2.449 mil € de despesa pública, representando cerca de 86% do montante total.
8 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE PUBLICIDADE DO PROGRAMA

8.1 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL

8.1.1 BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DA RRN

A Rede Rural Nacional (RRN) foi criada pelo Decreto-Lei 137/2014, de 12 de setembro, que definiu o modelo da governação dos instrumentos de programação financiados pelos FEEI para o período 2014-2020, nos termos do disposto no artigo 54º do Regulamento nº 1305/2013, de 17 de dezembro, no âmbito do desenvolvimento rural.

Tem como objetivos estratégicos:

- Aumento da participação das partes interessadas na execução do desenvolvimento rural;
- Melhoria da qualidade da execução dos programas de desenvolvimento rural;
- Informação do público em geral e dos potenciais beneficiários sobre a política de desenvolvimento rural e as possibilidades de financiamento;
- Fomento da inovação na agricultura, na produção alimentar, nas florestas e nas zonas rurais.

A concretização da RRN é efetuada através das 4 Áreas de Intervenção previstas no seu Plano de Ação:

- **AI.1** – Funcionamento da RRN;
- **AI.2** – Divulgação e informação tendo em vista a execução dos PDR;
- **AI.3** – Divulgação de informação e facilitação de processos para acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento rural;
- **AI.4** – Observação da agricultura e dos territórios rurais.
A RRN é uma rede aberta às organizações envolvidas no desenvolvimento rural à escala nacional, regional e local abrangendo a totalidade do território. Integra um número elevado de organizações de natureza pública e privada com atividade em vários domínios do desenvolvimento rural.

No ano de 2018 foram abertos 4 novos avisos, um de cada Área de Intervenção, conforme informação infra:

(Student will type the remaining text here containing information on the areas of intervention and their respective details)
Área de intervenção 3 – Divulgação de informação e facilitação de processos para acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento rural

- De 9 de fevereiro a 23 de março de 2018 foi aberto um aviso com uma dotação total de 1.500 mil €, relativo a 4 áreas temáticas prioritárias:
  - Circuitos curtos agroalimentares (CCA);
  - Valorização da floresta – Gestão florestal;
  - Produção sustentável no âmbito das alterações climáticas (PFAC);
  - Avaliação e divulgação dos resultados das políticas de desenvolvimento rural (PRODER e PDR2020) (PDR),

- Foram apresentadas 88 candidaturas, relativas a 20 projetos de parcerias, a que corresponde um investimento total proposto de 1.944 mil €;

- Após a análise das operações, foi necessário reforçar o concurso em aproximadamente 44 mil € e redistribuir as verbas pelas áreas temáticas, reforçando as que tiveram mais procura e aprovações em detrimento das que não tiveram tanta procura. Assim, foram aprovados 75 projetos, a que correspondem 16 parcerias num total de 1.544 mil € de apoio, conforme quadro seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Dotação inicial</th>
<th>Candidaturas submetidas</th>
<th>Candidaturas aprovadas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Projetos</td>
<td>Invest.</td>
</tr>
<tr>
<td>300</td>
<td>8</td>
<td>295</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Área de intervenção 4 – Observação da agricultura e dos territórios rurais

- De 6 de agosto a 15 de outubro de 2018 foi aberto um aviso com uma dotação de 1.000 mil € relativo aos Centros de Competência;
- Foram apresentadas 20 candidaturas, com um investimento proposto de 1.024 mil €;
- As análises estavam em curso no final de 2018, sendo expectável o seu término no 1º trimestre de 2019.

8.1.2 BALANÇO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação da RRN para o período 2014-2020 foi apresentado pela ETA ao Conselho de Coordenação (CC) que emitiu parecer vinculativo favorável, tendo o mesmo sido homologado pela gestora do PDR2020 a 20 de janeiro de 2016.

Neste âmbito, o PDR2020 apoia as atividades previstas no Plano de Ação da RRN nas seguintes áreas de intervenção:

---

59 O CC integra a Comissão de Coordenação Nacional do FEADER (CCN) prevista no artigo 15º do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, e é constituído pelo Diretor-geral do GPP, enquanto presidente da CCN, que preside; o Coordenador Nacional da Rede Rural (CNRR); um representante de cada um dos órgãos de gestão dos PDR do Continente, dos Açores e da Madeira; e um representante do OP do FEADER.
- Funcionamento da RRN;
- Divulgação e informação, tendo em vista a execução dos PDR;
- Divulgação de informação e facilitação de processos para acompanhamento e avaliação dos PDR;
- Observação da agricultura e dos territórios rurais.

Assim, o trabalho da RRN é dinamizado e desenvolvido, pela ETA e/ou pelos membros que fazem parte da rede, de acordo com o Plano de Ação e respetivas áreas de intervenção, através de atividades e projetos enquadrados em Planos de Atividades para um ou mais anos.


- Dinamizar o trabalho em rede e promoção da partilha e divulgação de informação e conhecimento;
- Apoiar a Abordagem LEADER/DLBC e a Inovação;
- Promover a partilha e divulgação de informação e conhecimento.
8.2 FUNCIONAMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PROGRAMA

8.2.1 OP. 20.1 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (EXCETO RRN)

Enquadramento

A Op. 20.1 - Assistência Técnica, integrada na Medida COM – Assistência Técnica (20.0), submedida de apoio à assistência técnica (exceto RRN) (20.1), destina-se a apoiar as atividades relacionadas com a implementação do PDR2020.

Objetivos

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Atividades de preparação e coordenação;
- Ações de gestão, acompanhamento e avaliação;
- Ações de controlo e execução;
- Ações de informação, comunicação e divulgação;
- Ações para a redução de encargos administrativos para os beneficiários, incluindo sistemas de informação para o intercâmbio de dados;
- Ações para reforço da capacidade das entidades envolvidas na execução do PDR 2020;
- Ações desenvolvidas pela Comissão de Coordenação Nacional (CCN) do FEADER;
- Ações integradas nos planos de atividades das Estruturas Locais de Apoio criadas no âmbito da Medida 7 “Agricultura e recursos naturais”.

Implementação da Operação

a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013

Em termos acumulados, a dotação colocada a concurso até à data ascende a 84.172 mil € de despesa pública. Esta verba inclui:

- O apoio ao funcionamento da assistência técnica (que não RRN);
- O apoio ao funcionamento das Estruturas Locais de Apoio (ELA).

Em 2018 foi aberto um aviso de abertura de candidaturas destinado ao funcionamento da assistência técnica (que não RRN) que decorreu entre 13
de setembro e 3 de outubro de 2018. Foram submetidas 7 candidaturas com um investimento total proposto de 20.384 mil €, relativo às 5 DRAP, ao IFAP e à AG.

No total, para esta Operação foram já submetidas 70 candidaturas que representam um investimento proposto de 105.228 mil €. Destas candidaturas apresentadas, 64 foram decididas favoravelmente e correspondem a uma despesa pública de 68.088 mil €.

Quadro 521: Op. 20.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas - TOTAL

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>19</td>
<td>16 310</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>5</td>
<td>4 273</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>10</td>
<td>73 112</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>31</td>
<td>9 321</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>5</td>
<td>2 212</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>70</td>
<td>105 228</td>
<td>64</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tendo em conta a particularidade desta ação, apresenta-se, nos quadros seguintes a distribuição das candidaturas aprovadas, por promotor, na assistência técnica (que não RRN).

Quadro 522: Op. 20.1 – Distribuição regional das candidaturas aprovadas - AT (que não RRN)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento proposto</th>
<th>Investimento elegível</th>
<th>Desp. pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DRAPN</td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>13 350</td>
<td>10 217</td>
<td>10 217</td>
<td>8 684</td>
</tr>
<tr>
<td>DRAPC</td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>3 278</td>
<td>2 911</td>
<td>2 911</td>
<td>2 474</td>
</tr>
<tr>
<td>DRAPLV</td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>4 416</td>
<td>4 298</td>
<td>4 298</td>
<td>3 654</td>
</tr>
<tr>
<td>DRAPAL</td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>2 483</td>
<td>2 423</td>
<td>2 423</td>
<td>2 060</td>
</tr>
<tr>
<td>DRAPALG</td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>1 673</td>
<td>1 531</td>
<td>1 531</td>
<td>1 180</td>
</tr>
<tr>
<td>IFAP</td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>36 232</td>
<td>20 025</td>
<td>20 025</td>
<td>14 754</td>
</tr>
<tr>
<td>AG PDR2020</td>
<td></td>
<td>5</td>
<td>28 775</td>
<td>26 103</td>
<td>26 103</td>
<td>19 535</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>29</td>
<td>90 207</td>
<td>67 508</td>
<td>67 508</td>
<td>52 342</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Analisando apenas a AT das ELAS verifica-se que foram submetidas 35 candidaturas que representam um investimento proposto de 602 mil €. Destas candidaturas apresentadas, todas foram decididas favoravelmente e correspondem a uma despesa pública de 580 mil €, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 523: Op. 20.1 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas - ELAS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Nº</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Investimento proposto</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>14</td>
<td>257</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>14</td>
<td>285</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>21</td>
<td>346</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>21</td>
<td>346</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>21</td>
<td>346</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>55</td>
<td>602</td>
<td>55</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Até ao final de 2018 foram contratados no total 64 projetos com uma despesa pública associada de 68.088 mil €, conforme quadro seguinte. Deste universo de contratados, 35 projetos pertenciam às ELAS com uma despesa pública associada de 580 mil €.

b) Execução financeira

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação era de 32.498 mil € de despesa pública e 25.448 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 38% face ao programado.
Quadro 524: Op. 20.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos - TOTAL

No final de 2018, o montante total dos pagamentos acumulados das ELAS era de 89 mil € de despesa pública e 76 mil € de comparticipação FEADER, conforme quadro que se apresenta em seguida.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>18</td>
<td>10 468</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>4</td>
<td>2 911</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>9</td>
<td>46 128</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>29</td>
<td>7 051</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>4</td>
<td>1 531</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>64</td>
<td>68 088</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 525: Op. 20.1 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos - ELAS

Do universo de projetos contratados 34% iniciaram a sua execução e 7% encontram-se encerrados, conforme quadro que se apresenta em seguida.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>14</td>
<td>251</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>21</td>
<td>329</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>35</td>
<td>580</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Do universo de projetos contratados 34% iniciaram a sua execução e 7% encontram-se encerrados, conforme quadro que se apresenta em seguida.
Quadro 526: Op. 20.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados - TOTAL

Analisando o universo de projetos encerrados, verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 30%, assumindo esta o valor maior (68%) na região do Norte.

Quadro 527: Op. 20.1 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados – TOTAL

Analisando apenas o universo dos projetos das ELAS verifica-se que do total de projetos contratados 34% iniciaram a sua execução e apenas 1 encontrou-se encerrado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 528: Op. 20.1 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados - ELAS
8.2.2 **OP. 20.2 - REDE RURAL**

**Enquadramento**

A Op. 20.2 - Rede Rural, integrada na Medida COM – Assistência Técnica (20.0), submedida apoio à implementação e funcionamento da RRN (20.2), destina-se a apoiar as atividades relacionadas com a implementação do PDR 2020.

**Objetivos**

Esta Operação tem os seguintes objetivos:

- Apoiar as atividades relacionadas com o desenvolvimento do PDR2020, nomeadamente promoção e reforço do trabalho em rede e reforço da capacidade administrativa e técnica das entidades responsáveis pela execução do Programa por forma a garantir condições para uma eficaz e competente operacionalização do mesmo.

Esta Operação tem 4 Áreas de Intervenção (AI):

- **AI 1 - Funcionamento da RRN**;
- **AI 2 - Divulgação e informação tendo em vista a execução dos PDR**;
- **AI 3 - Divulgação de informação e facilitação de processos tendo em vista o acompanhamento e avaliação dos PDR**;
- **AI 4 - Observação da agricultura e dos territórios rurais**.

**Implementação da Operação**

Na Operação 20.2 – “Rede Rural” iniciou-se a operacionalização com a abertura de 4 avisos de abertura de candidaturas.

**a) Projetos no âmbito do Regulamento n.º 1305/2013**

Em termos acumulados, a dotação colocada a concurso até à data ascende a 6.600 mil € de despesa pública, assim distribuída: AI1 com 1.800 mil €, AI2 com 800 mil €, AI3 com 1.500 mil € e AI4 com 2.500 mil €.

No total, para esta Operação (código 20.2) foram já submetidas 343 candidaturas que representam um investimento proposto de 10.290 mil €.
Destas candidaturas apresentadas, 197 foram decididas favoravelmente e correspondem a uma despesa pública de 5.141 mil €.

Quadro 529: Op. 20.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Nº</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>80</td>
<td>80</td>
<td>1 983</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>84</td>
<td>80</td>
<td>1 920</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>88</td>
<td>67</td>
<td>3 316</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>79</td>
<td>70</td>
<td>2 668</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>32</td>
<td>32</td>
<td>3 688</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>343</td>
<td>326</td>
<td>10 290</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No final de 2018 estavam contratados 134 projetos da RRN com uma despesa pública associada de 3.888 mil €.

Analisando por Área de Intervenção registou-se, na AI1, um total de 16 candidaturas com um investimento total de 1.580 mil €. Esta AI tem por fim dotar financeiramente a Estrutura Técnica de Animação da Rede Rural Nacional com vista a implementação do respetivo plano anual de atividades. Todas as candidaturas foram analisadas e decididas, conforme quadro que se apresenta de seguida. De acordo com o objetivo desta AI, à entidade gestora da RRN, Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, foi atribuído um montante de apoio de 1.161 mil euros (75% do total do apoio).

Quadro 530: Op. 20.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas – AI1

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Nº</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>64</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td>35</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>3</td>
<td>3</td>
<td>1 191</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
<td>221</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>2</td>
<td>69</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>16</td>
<td>16</td>
<td>1 580</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Todas as candidaturas da AI1 foram contratadas representando uma despesa pública total de 1.543 mil €.

Quanto à AI2 registaram-se 63 candidaturas com um investimento total de 995 mil €. Todas estas candidaturas foram analisadas e decididas tendo sido aprovadas 62 candidaturas com um apoio de 773 mil €.

Todas candidaturas aprovadas dizem respeito a duas parcerias, ambas lideradas pela Federação Minha Terra.

Quadro 531: Op. 20.2 – Distribuição regional das candidaturas apresentadas, analisadas e decididas – AI2

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento proposto</td>
<td>Nº</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td></td>
<td>14</td>
<td>85</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td></td>
<td>8</td>
<td>179</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td></td>
<td>8</td>
<td>227</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td></td>
<td>6</td>
<td>253</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td>27</td>
<td>252</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>63</td>
<td>995</td>
<td>63</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nesta área de Intervenção foram contratadas 61 candidaturas com uma despesa pública total associada de 771 mil €.

A AI3 teve pela primeira vez em 2018 um aviso de abertura de candidaturas que esteve aberto de 09.02.2018 a 23.03.2018 com uma dotação de 1.500 mil €. Foram submetidas 88 candidaturas com um total de investimento proposto de 1.963 mil €. Todas as candidaturas encontravam-se analisadas no final de 2018 e destas 66 encontravam-se decididas, conforme quadro que se apresenta em seguida.
As candidaturas foram apresentadas por áreas temáticas prioritárias de âmbito setorial, regional ou nacional: “Circuitos Curtos Agroalimentares” (34 candidaturas, tendo sido todas decidadas favoravelmente com uma despesa pública de 490 mil euros), “Valorização da Floresta – Gestão Florestal” (24 candidaturas tendo sido decidadas favoravelmente 20, com uma despesa pública de 380 mil euros), “Produção Sustentável no Âmbito das Alterações Climáticas” (22 candidaturas, não tendo sido decida nenhuma em 2018) e “Avaliação e Divulgação dos Resultados das Políticas de Desenvolvimento Rural” (8 candidaturas, tendo sido todas decidadas favoravelmente com uma despesa pública de 380 mil euros).

Relativamente à AI4 decorreu um segundo aviso de abertura de candidaturas em 2018, entre 06.08.2018 e 15.10.2018, tendo-se registado a entrada de 20 candidaturas com um investimento total de 1.025 mil €.

Estas 20 candidaturas envolveram os Centros de Competências reconhecidos ou as entidades por ele designadas os quais representam o setor Florestal e Agroalimentar na área da Inovação Agrícola e Rural.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>12</td>
<td>12</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>27</td>
<td>27</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>31</td>
<td>31</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>18</td>
<td>18</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>88</td>
<td>88</td>
<td>88</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas entradas</th>
<th>Candidaturas analisadas</th>
<th>Candidaturas decididas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>148</td>
<td>148</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>536</td>
<td>536</td>
<td>311</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>879</td>
<td>879</td>
<td>605</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>400</td>
<td>400</td>
<td>277</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
<td>276</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1.963</td>
<td>1.963</td>
<td>1.282</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Un.: mil euros
Do total de 176 candidaturas entradas, foram analisadas 159 candidaturas e decididas 61 candidaturas, tendo sido aprovadas 11 parcerias, respeitante a 57 candidaturas, com um apoio de 1.574 mil €. Estas parcerias têm como objetivo identificar as necessidades de inovação em diferentes territórios, setores e fileiras bem como das políticas mais adequadas à promoção da inovação.

Todas as candidaturas aprovadas da AI4 foram contratadas com uma despesa pública total associada de 1.574 mil €.

b) Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 1.198 mil € de despesa pública e 899 mil € de comparticipação FEADER. Estes pagamentos representam uma taxa de execução (rádio entre o fundo pago e o programado) de 9% face ao programado.

Quadro 534: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>41</td>
<td>734</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>19</td>
<td>346</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>18</td>
<td>1 698</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>27</td>
<td>869</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>29</td>
<td>241</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>134</td>
<td>3 888</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Do universo de projetos contratados, apenas 22% iniciaram a sua execução, num total de 30 projetos.

Quadro 535: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos com execução iniciada e dos encerrados

Analisando o universo de projetos encerrados verifica-se que a taxa de subexecução desta Operação é de 17%.

Quadro 536: Op. 20.2 – Distribuição regional dos encerrados e dos valores libertados

Analisando por Área de Intervenção verifica-se que na AI1 o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 820 mil € de despesa pública e 578 mil € de comparticipação FEADER, conforme quadro que se apresenta em seguida.
Quadro 537: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos – AI1

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>63</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>2</td>
<td>34</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>3</td>
<td>1161</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>6</td>
<td>217</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>2</td>
<td>69</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>16</td>
<td>1543</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Na AI2 o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 56 mil € de despesa pública e 48 mil € de comparticipação FEADER.

Quadro 538: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos – AI2

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>13</td>
<td>75</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>7</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>8</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>6</td>
<td>249</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>27</td>
<td>172</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>61</td>
<td>771</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Na AI4 o montante total dos pagamentos acumulados nesta Operação foi de 321 mil € de despesa pública e 273 mil € de comparticipação FEADER.

Quadro 539: Op. 20.2 – Distribuição regional dos projetos contratados e pagos – AI4

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>25</td>
<td>596</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>10</td>
<td>262</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>7</td>
<td>312</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>15</td>
<td>403</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>57</td>
<td>1574</td>
</tr>
</tbody>
</table>
8.3 MEDIDAS DE PUBLICIDADE DO PROGRAMA

8.3.1 ESTRATÉGIA DA AUTORIDADE DE GESTÃO

A comunicação, a informação e a transparência na atuação são fundamentais na estratégia global de proximidade com o cidadão europeu no âmbito das políticas comunitárias para o desenvolvimento rural.

No caso específico do PDR2020, a comunicação constitui um importante contributo para a perceção pública da importância do FEADER enquanto instrumento financeiro essencial de apoio ao crescimento do setor agroflorestal, ao desenvolvimento do país, e de estímulo à inovação e competitividade.

Neste sentido, a AG desenvolve um conjunto de ações ajustadas a cada fase do tempo de vida útil do Programa, tendo como fio condutor os seguintes objetivos, estabelecidos na sua “Estratégia de Informação e Publicidade PDR2020”:

- Consolidar a imagem institucional do PDR2020;
- Divulgar o PDR2020, respetivas atualizações e primeiros resultados da sua implementação;
- Aumentar a perceção positiva sobre a aplicação do FEADER em Portugal;
- Incrementar a proximidade, duradoura, com os beneficiários;
- Prestar esclarecimentos sobre os apoios disponíveis aos potenciais beneficiários de projetos, com clareza, detalhe e atualidade;
- Acompanhar, informando, os beneficiários do PDR2020 na execução do seu projeto;
- Zelar pelo cumprimento das obrigações dos beneficiários no que diz respeito à publicitação do financiamento dos seus investimentos e sensibilizá-los para a importância desta divulgação.

Comunicação online

O site do PDR2020 foi desenvolvido internamente pela AG e constitui o meio privilegiado de divulgação sobre o Programa, devido à rapidez, facilidade e baixo custo de acesso à informação proporcionados pela internet. É uma ferramenta dinâmica, sendo objeto de constantes melhorias e permanente atualização, de modo a prestar um serviço de qualidade aos beneficiários e ao público em geral. Mantem, contudo, a mesma estrutura de menus dedicados à apresentação do Programa e à sua arquitetura, à legislação nacional e comunitária e demais normativos de suporte à submissão de candidaturas.
Apoio técnico aos beneficiários

O Contact Center do PDR2020 tem sido a principal plataforma de comunicação e de apoio técnico aos beneficiários. Os beneficiários expõem as suas dúvidas, apresentam sugestões ou resolvem problemas de submissão de candidaturas, por telefone ou através de e-mail. Contudo, a partir de novembro de 2018, este apoio técnico foi reestruturado passando a realizar-se exclusivamente através de e-mail.

No decorrer do ano de 2018, foram recebidos 7.727 e-mails dos quais 5.750 foram respondidos, o que se materializou numa taxa de resposta de 74%. Importa referir que nem todas as solicitações requerem resposta, pelo que a taxa supra poderá estar subestimada. Com efeito, uma parte significativa das solicitações requerem prestação de esclarecimentos e, outra parte, apenas requer acolhimento de sugestões, sem que haja lugar, necessariamente, a resposta por parte dos serviços.

Por outro lado, intensificou-se o atendimento presencial por marcação, que atingiu 145 atendimentos no ano de 2018.

Espaço mediático
O serviço de *clipping* é prestado pela CISION, empresa responsável pela recolha, monitorização e análise de meios de comunicação social. A determinação do potencial mediático do PDR2020 foi realizada através da análise da informação veiculada na imprensa, televisão, rádio, meios *online* e redes sociais.

Em 2018, o PDR2020 foi mencionado em 3.518 notícias, 541 das quais publicações em redes sociais, cujo enfoque incidiu sobre projetos financiados, mas também na atuação da AG. Este desempenho representou um valor monetário acumulado superior a 23 milhões € de *net affect* (efeito líquido da comunicação junto do público, tendo em conta a favorabilidade mediática), com uma média anual de favorabilidade de 4 numa escala de 1 a 5, em que 4 é positivo. Mereceram destaque temas como: “Apoios às vítimas dos incêndios”; “Governo abre concursos para atrair jovens para o setor agrícola” e “Portugal executou quase metade do plano de desenvolvimento rural”.

✈ Eventos e relações públicas

Em 2018, o Programa esteve mais uma vez presente, com *stand* próprio, nas duas principais feiras nacionais dedicadas à agricultura, desenvolvimento rural e floresta: a OVIBEJA, que decorreu em Beja de 27 de abril a 1 de maio de 2018 e a Feira Nacional de Agricultura, que se realizou em Santarém entre os dias 2 e 10 de junho de 2018.

Em termos acumulados o PDR2020 já participou em 171 eventos públicos de divulgação.

✈ Materiais de comunicação

Em 2018 foram editados mais 4 boletins informativos e um vídeo sobre o desempenho do Programa. Em termos acumulados, até ao final de 2018, o PDR2020 já contabilizou 30 produtos de divulgação.

Os boletins informativos têm como objetivo apresentar um balanço financeiro do PDR2020 e são de periodicidade trimestral. Cada boletim apresenta um *flash* relativo a um determinado tema, destacando-se em 2018:

➤ Jovens agricultores
Grupos operacionais
Florestas
Abordagem LEADER

Comunicação publicitária

A publicidade é o meio privilegiado de divulgação de abertura de candidaturas, promovendo o acesso eficaz à informação sobre o Programa.

Até ao final de 2018 já tinham sido efetuadas, no total, 145 inserções publicitárias na imprensa escrita nacional e regional e emitido 1 spot de rádio de 15” (num total de 1.974 emissões).

Participação na Rede de Comunicação Portugal 2020

A AG PDR2020 faz parte da Rede de Comunicação Portugal 2020, tendo participado na 11ª Reunião desta plataforma de partilha de informação e boas práticas entre todos os responsáveis pela comunicação dos FEEI, realizada a 8 de fevereiro de 2018.
8.3.2 **ESTRATÉGIA DOS GRUPOS DE AÇÃO LOCAL**

A publicitação no âmbito da Medida 10 “LEADER” é uma matéria que compete quase exclusivamente aos Grupos de Ação Local (GAL), de acordo com as suas obrigações definidas na candidatura à Operação 10.4.1 “Custos de funcionamento e animação” - artigo 8º, alínea f), da Portaria nº 418/2015 de 10 de dezembro.

Para esse efeito, os GAL utilizam os próprios sites para disponibilizar informação sobre a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL); calendários de abertura de concursos para apresentação de pedidos de apoio; formulários de pedidos de apoio e auxiliares de preenchimento. Esta informação é potenciada pelo site do PDR2020, onde a informação referente ao LEADER se encontra individualizada, assim como pelo site da Federação Minha Terra (os 54 GAL do Continente são seus associados), quer através de notícias, quer através das ligações específicas a cada GAL.

Os GAL utilizam ainda outros meios para publicitarem o seu trabalho e dinamizarem os territórios de intervenção, como por exemplo:

- a organização e/ou participação em eventos locais, através de stands próprios onde contactam os potenciais investidores;
- a organização e/ou participação em seminários e workshops temáticos, nos quais apresentam as suas estratégias locais de desenvolvimento e as medidas mais importantes para a concretização dos objetivos definidos;
- newsletters próprias.

Relativamente ao material de divulgação, informação, comunicação ou sensibilização, os projetos apoiados no âmbito da Medida 10 deverão incluir, nos produtos de divulgação, o logo LEADER, para além dos logos do PDR2020, do Portugal 2020 e da União Europeia, conforme definido na Orientação Técnica Geral (OTG) nº 4/2015 “Guia de informação e comunicação para beneficiários”. Esta OTG define igualmente, para operações com apoio público superior a 50 mil €, que os projetos financiados pelo LEADER, bem como os próprios GAL, deverão colocar nas suas instalações uma placa explicativa do projeto que realce o apoio financeiro da União Europeia.
9 IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 5, 7 E 8 DO REGULAMENTO Nº 1303/2013

9.1 PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E NÃO DESCRIMINAÇÃO (ARTIGO 7º DO REGULAMENTO Nº 1303/2013)

O PDR2020 incorporou as disposições do artigo 7º do Regulamento nº 1303/2013, de 17 de dezembro, uma vez que na sua elaboração e execução foram tidas em consideração medidas relativas à promoção da igualdade entre homens e mulheres e não discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. A atenuação destas desigualdades é uma preocupação constante do Programa, nomeadamente, através das seguintes medidas:

❖ Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se as condições para mobilizar a sua participação;

❖ Envolvimento das organizações representativas das mulheres em meio rural no processo de consulta a agentes económicos e sociais;

❖ Criação de condições mais propícias a uma cidadania ativa e participativa, independentemente do gênero, nas medidas disponibilizadas pelo Programa;

❖ Integração dos resultados obtidos através dos indicadores específicos no processo de acompanhamento e avaliação, permitindo a aferição dos objetivos transversais a atingir;

❖ Salvaguardar a participação equitativa na Comissão de Acompanhamento do Programa.
O PDR2020 assegurou, através do controlo administrativo e do controlo in loco, o cumprimento das regras relativas à preservação, proteção e melhoria do ambiente, tal como estabelecido no artigo 11º e no nº 1 do artigo 191º do TFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), em consonância com o princípio do desenvolvimento sustentável e com o objetivo da UE de preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente.

Acresce que os beneficiários de ações enquadradas no âmbito dos objetivos relativos ao ambiente e à atenuação e adaptação das alterações climáticas comprometeram-se a respeitar as exigências da política da UE nestes domínios baseando-se nos princípios da precaução e da ação preventiva, da correção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente e do poluidor-pagador.

9.3 PAPEL DOS PARCEIROS NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (ARTIGO 5º DO REGULAMENTO Nº 1303/2013)

O Acordo de Parceria assinado entre Portugal e a Comissão Europeia estrutura as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no período de programação 2014-2020 (vide: Decreto-Lei 159/2014, 27 outubro). Os fundos estruturais serão o instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento nacional e à correção das assimetrias regionais que ainda persistem. Integram o Acordo de Parceria (AP) os três Fundos da Política de Coesão60, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). O modelo de governação do AP está organizado em 2 níveis de coordenação: política e técnica. A respetiva arquitetura institucional encontra-se espelhada na figura seguinte.

---

60 Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC).
Relativamente ao PDR2020, o Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro estabelece o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), incluindo o FEADER e respetivos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR), para o período de programação 2014-2020.

Assim, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 59/2014, de 30 de outubro, que criou a Autoridade de Gestão (AG) do PDR2020, estrutura de missão encarregue da execução e gestão deste Programa. Esta é constituída por um Gestor, coadjuvado por dois gestores-adjuntos, uma Comissão de Gestão e um Secretariado Técnico.

O modelo de governação do PDR2020 inclui, assim, uma AG, um Organismo Pagador (OP), uma Autoridade de Certificação (AC) e uma Comissão de Acompanhamento (CA). O Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), acreditado nos termos do artigo 7º do Regulamento nº 1306/2013, de 17 de dezembro, é o OP para o PDR2020. A AC é a Inspeção-Geral de Finanças (IGF),
estando as suas competências previstas no Decreto-Lei nº 323/2007, de 28 de setembro.


Todos estes organismos são dotados dos recursos humanos adequados ao exercício das suas atribuções no âmbito do PDR.

Quanto à Comissão de Acompanhamento do PDR2020, compete-lhe verificar a execução do Programa e os progressos alcançados na consecução dos objetivos. Para isso, a CA analisa todas as questões que afetam o desempenho do Programa tendo em conta os dados financeiros, os indicadores comuns e os específicos, incluindo os progressos em relação às metas definidas no quadro de desempenho.

Assim, os membros da CA podem fazer observações à AG sobre a execução do Programa e a sua avaliação, nomeadamente, através de:
Emissão de parecer em caso de alteração técnica do Programa proposta pela AG;

Exame das atividades e das realizações ligadas aos progressos registados na execução do plano de avaliação do Programa;

Análise e aprovação dos relatórios de execução anuais, antes do seu envio à Comissão Europeia.

Fazem parte da CA, presidida pela Gestora do PDR2020, os organismos públicos e privados competentes previstos nos Despachos n° 1613/2015, de 10 de fevereiro, e n° 8893/2015, de 11 de agosto:

- Direções Regionais de Agricultura e Pescas
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)
- Inspeção-Geral de Finanças (IGF)
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do MAFDR
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP)
- Associação das Mulheres Agricultoras de Portugal (AMAP)
- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR)
- Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
- Confederação Nacional de Agricultura (CNA)
- Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI)
- Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal (CNJ)
- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA)
- Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares (FIPA)
- Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
- FORESTIS - Associação Florestal de Portugal
- Comissão Europeia (CE)
E ainda, a título consultivo:

- Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores - PRORURAL+
- Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira - PRODERAM 2020
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)
- Instituto da Vinha e do Vinho (IVV)
- Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
10 PROGRESSOS ALCANÇADOS NA ABORDAGEM INTEGRADA

O princípio da complementaridade dos fundos comunitários, consagrado pela União Europeia para o atual período de programação, veio permitir uma melhor utilização conjunta dos fundos para objetivos comuns decorrentes da Estratégia Europa 2020.

Os resultados que se prevê atingir com a execução do PDR2020 nos seus vários domínios de intervenção, poderão ser potenciados através da utilização complementar de outros recursos provenientes quer do financiamento do 1º Pilar da PAC, quer de outros Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), designadamente no âmbito da abordagem LEADER (DLBC plurifundo) e da transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais.

Se, por um lado, esta complementaridade assegura uma eficiente utilização dos recursos financeiros disponíveis, por outro exige, em simultâneo, a eliminação dos riscos de sobreposição de financiamentos.

A dimensão territorial da Política de Coesão e da Estratégia Europa 2020 no período 2014-2020, consagrada no Acordo de Parceria, é concretizada através das abordagens integradas de desenvolvimento territorial (AIDT), ou abordagens territoriais integradas, as quais deverão ser implementadas em coerência com o quadro nacional das políticas de desenvolvimento territorial e urbano. As AIDT constituem os instrumentos estratégicos e de programação previstos no Regulamento Geral dos Fundos, contemplando, designadamente, os seguintes instrumentos:

- Investimentos Territoriais Integrados (ITI), concretizados em Portugal através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), ancorados em Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial promovidas pelas Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas;
- Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Estas abordagens caracterizam-se pela possibilidade de utilização de forma integrada de diferentes instrumentos de política financiados por diferentes FEEI, potenciando assim o uso da escala territorial de intervenção como um dos
mecanismos de maior racionalidade e eficiência na integração de políticas e, consequentemente, de Fundos.

O modelo de Governação dos FEEI, contemplado no Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, estabeleceu as regras para as abordagens territoriais integradas, a concretizar nos termos previstos no Título IV.

10.1 COMPLEMENTARIDADE COM O FINANCIAMENTO DOS FEEI E OUTROS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO E NACIONAIS, E COM O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI)

Relativamente aos FEEI, foram identificadas áreas de complementaridade que poderão potenciar os resultados passíveis de atingir através dos apoios previstos no PDR2020. Tal requer, para além da implementação de um modelo de governação adequado, a delimitação de fronteiras de elegibilidade entre fundos que garantam a sua complementaridade e impeçam a sua sobreposição, tal como previsto no Acordo de Parceria.

O modelo de governação adotado no âmbito do Portugal 2020 assenta numa arquitetura institucional multinível em razão das competências, de onde se destaca, ao nível da operacionalização da complementaridade entre fundos, os organismos de coordenação técnica, quer ao nível do PT2020 (AD&C), quer ao nível do FEADER (a Comissão de Coordenação Nacional - CCN FEADER), sem prejuízo da necessária articulação com os restantes organismos do modelo de governação, nomeadamente o organismo de certificação (IGF).

Neste âmbito, foram realizadas reuniões e obtidas clarificações e pareceres em matéria de complementaridade e delimitação entre fundos, através de articulação entre a CCN FEADER e a AD&C, em articulação com o PDR2020 e os programas operacionais ou temáticos do PT2020, sempre que pertinente. São exemplos de áreas abordadas, a delimitação de fronteiras de elegibilidades entre o FEADER e o FEDER em matéria de agroindústria (PDR2020 / COMPETE2020), a complementaridade FEDER / FSE em matéria de formação (PDR2020 / POISE / COMPETE2020) ou a articulação em matéria de defesa da floresta contra incêndios (PDR2020 / PO SEUR).
Ao nível da monitorização e avaliação também estão estabelecidos mecanismos de articulação ao nível do Acordo de Parceria /Portugal 2020, que permitem dispor de informação e avaliações nomeadamente sobre a operacionalização das abordagens integradas.

10.1.1 COMPLEMENTARIDADE COM O FINANCIAMENTO DOS FEEEI

❖ Transferência de conhecimento e capacitação técnica dos ativos do setor agrícola, alimentar e florestal

Em matéria de transferência de conhecimento e capacitação técnica dos ativos do setor agrícola, alimentar e florestal, a complementaridade com outras fontes de financiamento, designadamente com o FSE, obriga a que se potencie de forma concertada o apoio dos vários instrumentos de política para a capacitação dos agentes do setor, em função das suas especificidades, através de operações ajustadas no conteúdo e no modo de operacionalização. Desta forma, o PDR2020 abrange operações mais dirigidas, essencialmente, para a aquisição dos conhecimentos necessários à concretização de projetos de investimento apresentados para financiamento do FEADER.

No âmbito do FEADER foram abertos 3 avisos com uma dotação total de 7.750 mil € de despesa pública. Do total das candidaturas submetidas encontram-se já contratadas 87 candidaturas com um apoio total de 6.688 mil €.
No âmbito do FSE, o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) e o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) apoiam ações de formação que abrangem os agentes/formação no setor agrícola e florestal. Estas ações de formação complementam a formação apoiada pela Operação 2.1.1 “Ações de formação”, do PDR2020, permitindo dar cumprimento à qualificação dos jovens agricultores em 1ª instalação (Operação 3.1.1 “Jovens agricultores”), bem como são um importante instrumento para elevar o nível de qualificação geral dos agentes do setor.

No que diz respeito ao COMPETE 2020, a Portaria 57-A/2015, de 27 de fevereiro na sua redacção atual (RECI), estabelece o regulamento com as regras aplicáveis ao cofinanciamento, pelo FEDER e pelo FSE, de operações no domínio da competitividade e internacionalização, quer no âmbito do sistema de incentivos às empresas, quer no âmbito do sistema de apoio à modernização e capacitação da administração pública, quer no âmbito do sistema de apoio à investigação científica e tecnológica, quer ainda no âmbito do sistema de apoio a ações coletivas, no período de programação.

Neste âmbito, são apoiadas ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das PME, incluindo as intervenções formativas para empresas, organizadas com recurso à metodologia de formação-ação na modalidade de candidatura “projetos conjuntos”, na tipologia de investimento “Qualificação das PME”. Os avisos enquadram-se na prioridade de investimento 8.v “Adaptação à mudança dos trabalhadores”, das empresas e dos empresários, do Eixo 3 do COMPETE 2020.
Até 31 de dezembro de 2018 foram abertos dois avisos, com uma dotação total de 8.500 mil € de FSE. Foram aprovadas 65 candidaturas com um custo total de 4.027 mil € e um apoio FSE de 3.563 mil €.

Quadro 543: Transferência de conhecimento e capacitação técnica dos ativos do setor agrícola, alimentar e florestal – Eixo 3 do COMPETE2020

As áreas temáticas colocadas a concurso foram: Gestão agrícola; Uso eficiente da água, eficiência energética; Marca – Marketing, certificação da gestão florestal sustentável, Segurança e higiene no trabalho agrícola; Mecanização agrícola; Agricultura biológica; e Produção e proteção integradas.

No que diz respeito ao POISE, a Portaria nº 97-A/2015, de 30 de março na sua atual redação, estabelece o regulamento específico do domínio da inclusão social e emprego.

Neste âmbito foi já aberto aviso para a tipologia 1.08 “Formação modular para empregados e desempregados”, onde se candidataram entidades que se propuseram realizar formação modular para os ativos do sector agrícola, alimentar e florestal.

Os avisos enquadram-se na prioridade de investimento 8.v “Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários”, do Eixo 1 do POISE.

No âmbito dos 2 concursos da tipologia 1.08, foi efetuada a seguinte execução, relativa ao setor agrícola, alimentar e florestal:
Quadro 544: Transferência de conhecimento e capacitação técnica dos ativos do setor agrícola, alimentar e florestal - Eixo 1 do POISE

Un.: mil euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Total executado (setor agrícola alimentar e florestal)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº de operações aprovadas</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: AG POISE

Transformação e comercialização de produtos agrícolas

Ao nível da transformação e comercialização de produtos florestais, foi publicada em 2016 a Orientação Técnica (OT) nº 2/2016 “Regulamento específico competitividade e inovação – delimitação de fundos FEDER e FEADER, no âmbito do apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas”, de 4 de abril. A regra geral de delimitação da aplicação dos fundos é a seguinte:

i. O financiamento é assegurado pelos Fundos da Política de Coesão se o investimento total for superior a 4 milhões €, exceto quando:
   - Desenvolvidos em explorações agrícolas (quando a matéria prima provem maioritariamente da própria exploração), ou
   - Desenvolvidos por organizações de produtores.

ii. O financiamento é assegurado pelo FEADER (PDR2020) se o investimento total for igual ou inferior a 4 milhões €, e/ou se os projetos forem desenvolvidos em explorações agrícolas (quando a matéria prima provem maioritariamente da própria exploração), e/ou por organizações de produtores.

Em 2018 foi produzida a Orientação Técnica nº 10/2018 “Regulamento específico competitividade e inovação – investimento total – fundo de maneio

As orientações acima referidas foram elaboradas sob a coordenação da AD&C e da CCNFEADER, em articulação com os programas financiadores.

**No âmbito do FEADER**, foram abertos 6 avisos com uma dotação total de 157.000 mil € de despesa pública. Do total das candidaturas submetidas encontram-se já aprovadas 367 candidaturas com um apoio total de 127.429 mil €. A estes valores deve ser acrescentado o valor de projetos que transitaram do PRODER no montante de 63.046 mil € de despesa pública. Em termos de execução verifica-se que se encontra executado 53% do valor total contratado (incluindo transitados).

Quadro 545: Transformação e comercialização de produtos agrícolas - Operação 3.2.1 do PDR2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Projetos Contratados (inclui transitados)</th>
<th>Total Pagos ** (inclui transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>231</td>
<td>52 269</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>220</td>
<td>66 102</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>33</td>
<td>8 772</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>173</td>
<td>63 481</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>17</td>
<td>2 196</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>674</strong></td>
<td><strong>192 820</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fundo dos Transitados apurado com base no taxa média de cofinanciamento da Operação.
** No ano de 2018 registou-se nesta Operação um acerto da conta anual.

**No âmbito do COMPETE 2020** foram apresentadas candidaturas relativas a 6 avisos ao Sistema de Incentivos “Inovação produtiva”, abertos para as prioridades PI 1.2 “Inovação produtiva não PME”, PI 3.3 “Inovação produtiva PME” e PI 8.5 “Formação”.

Foram aprovados 11 projetos com investimento superior a 4 milhões €, com CAE’s elegíveis à Operação do PDR2020 3.3.1 “Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas”, com um montante de incentivo total de 53.768 mil €.
Quadro 546: Transformação e comercialização de produtos agrícolas - Sistema de Incentivos “Inovação produtiva” do COMPETE 2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Elegível total</th>
<th>Incentivo total</th>
<th>Execução</th>
<th>Pagamentos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>4</td>
<td>38 199</td>
<td>20 430</td>
<td>13 863</td>
<td>8 563</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>3</td>
<td>17 280</td>
<td>9 260</td>
<td>3 996</td>
<td>2 047</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>4</td>
<td>39 558</td>
<td>24 078</td>
<td>7 876</td>
<td>5 107</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>11</td>
<td>95 037</td>
<td>53 768</td>
<td>25 735</td>
<td>15 716</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: AG COMPETE 2020

Foram apoiados projetos em diversas CAE’s, com destaque para as CAE relativas à fabricação de produtos à base de carne; preparação e conservação de frutos e produtos hortícolas por outros processos; e descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis, com 64% dos projetos aprovados e 76% do incentivo.

A possibilidade de apoio à agroindústria é ainda completado com outras áreas de apoio direto ou indireto do COMPETE 2020, não elegíveis no âmbito do PDR2020, de onde se destaca o Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Empresarial, o Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME ou o Sistema de Apoio a Ações Coletivas.

 выполнение и коммерциализация продукции сельскохозяйственных отраслей

Таблица 546: Переработка и коммерциализация продукции сельского хозяйства - Система стимулирования “Инновационная продуктивность” COMPETE 2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Регион</th>
<th>№</th>
<th>Стимулируемый общий</th>
<th>Стимулируемый</th>
<th>Средства</th>
<th>Платежи</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Север</td>
<td>4</td>
<td>38 199</td>
<td>20 430</td>
<td>13 863</td>
<td>8 563</td>
</tr>
<tr>
<td>Центр</td>
<td>3</td>
<td>17 280</td>
<td>9 260</td>
<td>3 996</td>
<td>2 047</td>
</tr>
<tr>
<td>Алентей</td>
<td>4</td>
<td>39 558</td>
<td>24 078</td>
<td>7 876</td>
<td>5 107</td>
</tr>
<tr>
<td>ВСЕГО</td>
<td>11</td>
<td>95 037</td>
<td>53 768</td>
<td>25 735</td>
<td>15 716</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Источник: AG COMPETE 2020

Финансировались проекты в различных CAE, с особой значимостью для CAE, связанных с производством продуктов на основе мяса; приготовлением и консервацией плодов и овощей путем других процессов; и удалением и переработкой плодов с толстой скорлупой едимыми, с 64% одобренных проектов и 76% стимулирования.

Возможность поддержки агроиндустрии также дополняется другими областями поддержки, нелегальными в рамках PDR2020, из которых особенно выделяется Система стимулирования исследований и инноваций, Система стимулирования квалификации и国际化 SME или Система поддержки коллективных действий.

Transformação e comercialização de produtos florestais

A nível da transformação e comercialização de produtos florestais, foi publicada em 2016 a Orientação Técnica (OT) nº 2/2016 “Regulamento específico competitividade e inovação – delimitação de fundos FEDER e FEADER, no âmbito do apoio à transformação e comercialização de produtos florestais”, de 4 de março. A regra geral de delimitação da aplicação dos fundos é a seguinte:

i. O financiamento é assegurado pelos Fundos da Política de Coesão se o investimento total for superior a 4 milhões €, exceto quando:

- Desenvolvidos em explorações agrícolas (quando a matéria prima provem maioritariamente da própria exploração), ou
- Desenvolvidos por organizações de produtores.

ii. O financiamento é assegurado pelo FEADER (PDR2020) se o investimento total for igual ou inferior a 4 milhões €, e/ou se os projetos forem desenvolvidos em explorações agrícolas (quando a matéria-prima provem majoritariamente da própria exploração), e/ou por organizações de produtores.

O PDR2020 separa o apoio ao investimento em produtos florestais (total do investimento igual ou inferior a 4 milhões €) em duas operações:

- Operação 4.0.1 “Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no anexo I do Tratado” (cortiça, pinha/pinhão e produtos silvestres, designadamente, cogumelos selvagens);
- Operação 4.0.2 “Investimentos em produtos florestais não identificados no anexo I do Tratado” (madeira, resina e gomas e respetivas operações complementares).

No âmbito do FEADER foram abertos 2 avisos à Operação 4.0.1 com uma dotação total de 12.000 mil € de despesa pública. Do total das candidaturas submetidas encontram-se já aprovadas 5 candidaturas com um apoio total de 2.035 mil €. A estes valores deve ser acrescentado o valor de projetos que transitaram do PRODER no montante de 63.046 mil € de despesa pública. Em termos de execução verifica-se que se encontra executado 58% do valor total contratado (incluindo transitados).
Na Operação 4.0.2 foram abertos 2 avisos, com uma dotação de 18.000 mil € de despesa pública. No âmbito destes avisos foram aprovadas 88 candidaturas das quais 76 encontram-se já contratadas o que, somando às candidaturas do PRODER, totaliza 132 projetos com 16.665 mil € de despesa pública aprovada. No final do ano registaram-se 7.848 mil € de despesa pública executada, respeitante a 101 projetos, o que representa 47% da despesa contratada para esta operação (incluindo transitados).

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.

* Fundo dos Transitados apurado com base na taxa média de cofinanciamento da Operação.
No âmbito do COMPETE 2020 foram apresentadas candidaturas relativas a 5 avisos ao Sistema de Incentivos “Inovação produtiva”, abertos para as prioridades PI 1.2 “Inovação produtiva não PME”, PI 3.3 “Inovação produtiva PME” e PI 8.5 “Formação”.

Foram aprovados 10 projetos com investimento superior a 4 milhões € no setor da transformação florestal, com um montante de investimento elegível total de 80.320 mil € e de incentivo de 44.639 mil €.

Quadro 549: Transformação e comercialização de produtos florestais - Sistema de Incentivos “Inovação produtiva” do COMPETE 2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Nº</th>
<th>Elegível total</th>
<th>Incentivo</th>
<th>Execução</th>
<th>Pagamentos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>3</td>
<td>21 975</td>
<td>9.849</td>
<td>11 257</td>
<td>5 179</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>6</td>
<td>53 098</td>
<td>31 903</td>
<td>6 508</td>
<td>5 727</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1</td>
<td>5 247</td>
<td>2 886</td>
<td>3 716</td>
<td>2 135</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>10</td>
<td>80 320</td>
<td>44 639</td>
<td>21 481</td>
<td>13 041</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: AG COMPETE 2020

Foram apoiados projetos em diversos setores, com destaque para as CAE relativas à serração de madeira e fabricação de outros produtos de cortiça, com 80% dos projetos e 87% do investimento elegível total.

Defesa da floresta contra incêndios

Na área da defesa da floresta contra incêndios salienta-se a complementaridade entre o FEADER e o Fundo de Coesão (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - PO SEUR) no que diz respeito à instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios e acessos a pontos de água, em que este último Fundo apoia os investimentos em terrenos dos domínios público e privado e baldios sob administração pública central e local e empresas dos setores empresariais do Estado ou local, visando uma maior eficácia de atuação.

No âmbito do FEADER foram abertos 2 avisos, o primeiro destinava-se à prevenção contra agentes bióticos e abióticos e o segundo destinava-se apenas
a prevenção contra agentes abióticos, com uma dotação total de 53.000 mil € de despesa pública. Do total das candidaturas submetidas encontram-se já aprovadas 201 candidaturas com um apoio total de 18.938 mil €. A estes valores deve ser acrescentado o valor de projetos que transitaram do PRODER o que leva a um montante total de 19.439 mil € de despesa pública contratada. Em termos de execução verifica-se que se encontra executado 37% do valor total contratado (incluindo transitados).

Quadro 550: Defesa da floresta contra incêndios - Operação 8.1.3 do PDR2020

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Cand. contr. (incl. transitados)</th>
<th>Projetos com Execução Iniciada (incl. transitados)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento Elegível</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>47</td>
<td>2 172</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>215</td>
<td>12 543</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>1</td>
<td>35</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>21</td>
<td>3 570</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>12</td>
<td>1 681</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>296</strong></td>
<td><strong>20 002</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

No âmbito do Fundo de Coesão (PO SEUR), operacionalizado através do regulamento específico sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, aprovado pela Portaria nº 57-B/2015, de 27 de fevereiro na sua redação atual, prevê-se, no Eixo 2 “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos”, enquadrado na prioridade de investimento (PI) 5ii “Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes”, apoios no domínio das “Redes de defesa da floresta contra incêndios.”

Neste domínio foram abertos diversos avisos pelo PO SEUR, que visam contribuir para a diminuição das vulnerabilidades territoriais no domínio da redução dos incêndios florestais, através do reforço da instalação das redes de defesa da floresta contra incêndios, em terreno não privado, visando a diminuição da carga de combustível e de acesso a pontos de água, complementado assim os apoios do FEADER nesta área.
Foram aprovados até abril de 2019, 32 projetos, com uma despesa pública de 8.365 mil € e 7.336 mil € do Fundo de Coesão, dos quais encontram-se encerrados 45% dos projetos:

Quadro 551: Defesa da floresta contra incêndios – Eixo 2 do PO SEUR

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>Candidaturas contratadas</th>
<th>Despesa pública</th>
<th>Fundo de coesão</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>19</td>
<td>4.077</td>
<td>3.599</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>10</td>
<td>1.546</td>
<td>1.368</td>
</tr>
<tr>
<td>Lisboa</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>1</td>
<td>73</td>
<td>63</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Várias NUTSII (Norte, Centro, Alentejo Algarve)</td>
<td>2</td>
<td>2.669</td>
<td>2.306</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>32</td>
<td>8.365</td>
<td>7.336</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Dados AG POSEUR - 30 abril 2019.

❖ Rede Natura 2000

Os investimentos tendentes à consolidação da informação de base, sistemas de indicadores e instalação de estruturas de governação dos planos de gestão dos sítios da Rede Natura 2000 terão resposta no âmbito do PO SEUR. No que diz respeito à gestão, deverão ainda ser apoiados por este Programa os investimentos de recuperação de habitats naturais dos territórios da Rede Natura 2000 cujo estado de conservação favorável não depende de gestão agroflorestal específica, ou não esteja sob pressão ou ameaça de atividades florestais ou agrícolas. Para além da gestão dos sítios associada ao planeamento e ordenamento do território, de natureza fortemente regulamentar, a parte mais relevante da gestão ativa da Rede Natura 2000 assentará, contudo, no apoio do PDR2020 à gestão dos ecossistemas agrícolas e florestais e nas medidas de ecologização do 1º Pilar.

No âmbito do PDR2020 foram criadas as Operações 7.3.1 “Pagamentos Natura” e 7.3.2 “Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental”.

Estas duas operações destinam-se a apoiar o conjunto das áreas classificadas no âmbito da implementação das diretivas “aves e habitats”, e que estão

Na Operação 7.3.1 já foram apoiados 7.477 beneficiários com um apoio total de 39.831 mil € dos quais já se encontra executado cerca de 77%.

**Quadro 552: Rede Natura 2000 - Operação 7.3.1 do PDR2020**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Dominio</th>
<th>Compromissos Acumulados</th>
<th>Total pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>7 477</td>
<td>39 831</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>7 477</td>
<td>39 831</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das Prioridades é apresentado no Anexo I

Na operação 7.3.2 já foram apoiados 1.236 beneficiários com um apoio total de 22.700 mil € dos quais já se encontra executado cerca de 66%.

**Quadro 553: Rede Natura 2000 - Operação 7.3.2 do PDR2020**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/ Dominio</th>
<th>Compromissos Plurianuais (5 anos)</th>
<th>Total pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Desp. pública</td>
</tr>
<tr>
<td>P4</td>
<td>1 236</td>
<td>22 700</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1 236</td>
<td>22 700</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Descritivo das Prioridades é apresentado no Anexo I

Os apoios do PDR2020 incluem ainda diversos outros apoios em matéria de medidas agroambientais e florestais, e de manutenção da atividade agrícola em zona desfavorecida, com incidência em áreas da Rede Natura 2000 que, não visando em exclusivo a recuperação e manutenção de valores naturais protegidos no âmbito da Rede Natura 2000, visam a gestão eficiente e proteção
de recursos, como o solo, a biodiversidade, os recursos energéticos ou o combate à desertificação.


Foram abertos até 30 de abril de 2019 24 avisos, aprovadas 69 operações, a que corresponde um investimento total de 31 milhões € e 26 milhões € de fundo de coesão, estando executado 7 milhões € de fundo de coesão.

**Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)**

A aprovação dos PDCT decorreu de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas, (CIM) sob a responsabilidade de uma Comissão, constituída por representantes das AG dos Programas Operacionais (PO), das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Direções Regionais de Agricultura e Pescas, Comissão de Coordenação Nacional do FEADER, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão e peritos externos à Administração Pública.

O processo de seleção, iniciado por convite, envolveu duas fases. Na 1ª fase foi avaliada a coerência e qualidade dos PDCT e na 2ª fase foram negociados os termos, ou seja, a razoabilidade dos investimentos, os compromissos face às metas e resultados, bem como a capacidade de concretização.
Os PCDT aprovados envolveram um montante de 1.154 milhões €, dos quais 676 milhões € referentes ao cofinanciamento pelo FEDER, 414 milhões € referentes ao cofinanciamento pelo FSE, 13,5 milhões € referentes ao cofinanciamento pelo Fundo de Coesão e 50,1 milhões € de cofinanciamento pelo FEADER. O FEADER é financiado pelo PDR2020, o FEDER e o FSE são financiados pelos respetivos PO Regionais do Continente e o Fundo de Coesão é financiado pelo PO SEUR.

O FEADER participa em 17 PDCT, correspondentes a um compromisso total de 58,9 milhões € de despesa pública e 50,1 milhões € de FEADER, para as Operações 3.4.2 “Melhoria da eficiência dos regadios existentes” e 3.4.3 “Drenagem e estruturação fundiária” do PDR2020.

Quadro 554: PDCT – Contratualização por operação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Operações</th>
<th>Programação</th>
<th>Un.: mil euros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>3.4.2 Melhoria da eficiência dos regadios existentes</td>
<td>34 629</td>
<td>29 435</td>
</tr>
<tr>
<td>3.4.3 Drenagem e estruturação fundiária</td>
<td>24 273</td>
<td>20 632</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>58 902</td>
<td>50 067</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Na operação 3.4.2 “Melhoria da eficiência dos regadios existentes” foram contratadas duas tipologias de intervenção: “Segurança nas barragens” e “Regadios tradicionais” e na operação 3.4.3 “Drenagem e estruturação fundiária” foram contratadas as seguintes tipologias: “Estruturação fundiária” e “Drenagem e defesa”, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 555: PDCT – Contratualização por tipologia

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>CIM</th>
<th>Segurança Barragens</th>
<th>Regadios Tradicionais</th>
<th>Estruturação Fundiária</th>
<th>Drenagem e Defesa</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>NORTE</td>
<td>ALTO MINHO</td>
<td>1 189</td>
<td>878</td>
<td>952</td>
<td>2 144</td>
<td>3 291</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ALTO TÂNGIDA</td>
<td>4 1 080</td>
<td>1 262</td>
<td>1 002</td>
<td>2 264</td>
<td>3 466</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ALVIT</td>
<td>706</td>
<td>597</td>
<td>780</td>
<td>1 584</td>
<td>2 364</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ALVITAL</td>
<td>993</td>
<td>830</td>
<td>993</td>
<td>1 823</td>
<td>2 816</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SAVADO</td>
<td>930</td>
<td>766</td>
<td>930</td>
<td>1 796</td>
<td>2 726</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SÁO JOÃO</td>
<td>275</td>
<td>244</td>
<td>275</td>
<td>523</td>
<td>801</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SÁO MIGUEL E SOUSA</td>
<td>1 082</td>
<td>2 543</td>
<td>2 543</td>
<td>4 086</td>
<td>6 629</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES</td>
<td>2 202</td>
<td>468</td>
<td>2 295</td>
<td>4 591</td>
<td>7 082</td>
</tr>
<tr>
<td>CENTRO</td>
<td>ÁGUA</td>
<td>1 429</td>
<td>364</td>
<td>105</td>
<td>634</td>
<td>2 228</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BEIRA BAIXA</td>
<td>2 215</td>
<td>215</td>
<td>221</td>
<td>447</td>
<td>683</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BEIRA CENTRAL</td>
<td>1 201</td>
<td>171</td>
<td>108</td>
<td>380</td>
<td>580</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BEIRA AIRES</td>
<td>3 409</td>
<td>1 000</td>
<td>1 000</td>
<td>2 009</td>
<td>3 409</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BEIRAS E SERRA DA ESTREL</td>
<td>2 402</td>
<td>1 402</td>
<td>2 804</td>
<td>5 608</td>
<td>8 416</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TRás-os-MONTES E ALTO douro</td>
<td>3 411</td>
<td>349</td>
<td>855</td>
<td>1 275</td>
<td>2 262</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>SÁLES DE LAVRAS</td>
<td>7 500</td>
<td>901</td>
<td>900</td>
<td>2 331</td>
<td>2 594</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BEIRA DO TEJO</td>
<td>1 308</td>
<td>206</td>
<td>104</td>
<td>414</td>
<td>1 028</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>BEIRA DE AVEIRO</td>
<td>5 383</td>
<td>3 374</td>
<td>657</td>
<td>1 044</td>
<td>2 002</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TÂMega ALTO</td>
<td>26 11 828</td>
<td>10 654</td>
<td>8 195</td>
<td>22 821</td>
<td>35 642</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TÂMega ALTO/LÂMIA</td>
<td>2 106</td>
<td>228</td>
<td>2 334</td>
<td>2 334</td>
<td>4 668</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TÂMega ALTO/MIRA</td>
<td>2 838</td>
<td>1 302</td>
<td>1 536</td>
<td>3 040</td>
<td>5 380</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TÂMega ALTO/TEJO</td>
<td>2 838</td>
<td>1 302</td>
<td>1 536</td>
<td>3 040</td>
<td>5 380</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Página 582
De acordo com o modelo legal instituído, a análise destas candidaturas está cometida à AG, sendo as prioridades de investimento, referenciadas nos PDCT, definidas no anúncio de abertura de submissão das candidaturas, através dos critérios de seleção.

Analisando a operacionalização destas tipologias no âmbito do FEADER verifica-se que no final de 2018 todas se encontravam operacionalizadas.

Foi colocado a concurso até ao fim de 2018 a totalidade do montante de despesa pública contratualizada no âmbito dos PDCT.

Até 31 de dezembro de 2018 foram aprovados 168 projetos, num montante de 51.744 mil € de despesa pública, o que representa 88% do montante programado nos pactos.

No caso da tipologia da “Segurança nas barragens” foram aprovados e contratados 26 projetos no âmbito dos PDCT num total de 9.505 mil € de despesa pública e 8.079 mil € de FEADER. Nesta tipologia registaram-se pagamentos em 10 projetos mas em todos eles se tratava de pedidos de adiantamento pelo que não existem ainda projetos com execução iniciada, conforme quadro apresentado de seguida.

Quadro 556: PDCT – Operacionalização da tipologia “Segurança nas barragens”

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código</th>
<th>Nome</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Elegível</th>
<th>Despesa Pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Elegível</th>
<th>Despesa Pública</th>
<th>FEADER</th>
<th>Nº</th>
<th>Investimento Elegível</th>
<th>Despesa Pública</th>
<th>FEADER</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Alto Tâmega</td>
<td>4</td>
<td>1 323</td>
<td>1 323</td>
<td>1 125</td>
<td>4</td>
<td>1 323</td>
<td>1 125</td>
<td>3</td>
<td>210</td>
<td>179</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Douro</td>
<td>1</td>
<td>275</td>
<td>275</td>
<td>234</td>
<td>1</td>
<td>275</td>
<td>234</td>
<td>1</td>
<td>55</td>
<td>47</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Torres de Trás-os-Montes</td>
<td>6</td>
<td>2 365</td>
<td>2 365</td>
<td>2 010</td>
<td>6</td>
<td>2 365</td>
<td>2 010</td>
<td>4</td>
<td>216</td>
<td>184</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Baixa Beira</td>
<td>2</td>
<td>206</td>
<td>206</td>
<td>175</td>
<td>2</td>
<td>206</td>
<td>175</td>
<td>1</td>
<td>8</td>
<td>7</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Extremadura</td>
<td>3</td>
<td>171</td>
<td>171</td>
<td>149</td>
<td>3</td>
<td>171</td>
<td>149</td>
<td>1</td>
<td>134</td>
<td>114</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Médio Tejo</td>
<td>1</td>
<td>267</td>
<td>267</td>
<td>227</td>
<td>1</td>
<td>267</td>
<td>227</td>
<td>1</td>
<td>134</td>
<td>114</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Região de Aveiro</td>
<td>1</td>
<td>365</td>
<td>365</td>
<td>310</td>
<td>1</td>
<td>365</td>
<td>310</td>
<td>1</td>
<td>134</td>
<td>114</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Região de Coimbra</td>
<td>1</td>
<td>158</td>
<td>158</td>
<td>134</td>
<td>1</td>
<td>158</td>
<td>134</td>
<td>1</td>
<td>134</td>
<td>114</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Viseu Dão Lafões</td>
<td>2</td>
<td>423</td>
<td>423</td>
<td>380</td>
<td>2</td>
<td>423</td>
<td>380</td>
<td>2</td>
<td>134</td>
<td>114</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Alto Alentejo</td>
<td>5</td>
<td>3 952</td>
<td>3 952</td>
<td>3 359</td>
<td>5</td>
<td>3 952</td>
<td>3 359</td>
<td>5</td>
<td>134</td>
<td>114</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>26</td>
<td>9 505</td>
<td>9 505</td>
<td>8 079</td>
<td>26</td>
<td>9 505</td>
<td>8 079</td>
<td>26</td>
<td>823</td>
<td>530</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quanto à tipologia de “Regadios tradicionais” foram aprovados 139 projetos com um apoio de 17.822 mil € de despesa pública e 15.149 mil € de FEADER. Destes, encontravam-se contratados no final de 2018, 87 projetos com um apoio de 9.846 mil € de despesa pública e 8.369 mil € de FEADER. Os 2 projetos que tiveram pagamentos já iniciaram a sua execução.
previsto foi aprovado e contratado tendo já iniciado a sua execução. Quanto à tipologia da “Drenagem e defesa”, o projeto que se encontrava conforme quadro que se apresenta em seguida.

No caso da tipologia “Estruturação fundiária”, foram aprovados e contratados os 2 projetos previstos embora ainda não tenham iniciado a sua execução conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quanto à tipologia da “Drenagem e defesa”, o projeto que se encontrava previsto foi aprovado e contratado tendo já iniciado a sua execução.

Quadro 557: PDCT – Operacionalização da tipologia “Regadios tradicionais”

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>CIM</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Nº</td>
<td>Investimento Proposto</td>
<td>Despesa Exc.</td>
<td>FEADER</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Alto Minho</td>
<td>29</td>
<td>7 613</td>
<td>1 627</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alto Tâmega</td>
<td>34</td>
<td>4 320</td>
<td>4 081</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Área Metropolitana do Porto</td>
<td>7</td>
<td>127</td>
<td>127</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Ave</td>
<td>9</td>
<td>1 226</td>
<td>1 113</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Cávado</td>
<td>9</td>
<td>882</td>
<td>882</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Desea</td>
<td>9</td>
<td>1 780</td>
<td>1 780</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Tâmega e Suares</td>
<td>15</td>
<td>1 737</td>
<td>1 638</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Terra de Trás-os-Montes</td>
<td>14</td>
<td>2 046</td>
<td>1 902</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Beira Baixa</td>
<td>2</td>
<td>382</td>
<td>382</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Beira e Serra da Estrada</td>
<td>4</td>
<td>533</td>
<td>431</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Média Tejo</td>
<td>2</td>
<td>228</td>
<td>228</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Região de Aveiro</td>
<td>9</td>
<td>4 252</td>
<td>4 252</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Região de Coimbra</td>
<td>10</td>
<td>7 700</td>
<td>7 650</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Região de Leiria</td>
<td>1</td>
<td>760</td>
<td>760</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Vila do Conde</td>
<td>1</td>
<td>378</td>
<td>378</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Alto Alentejo</td>
<td>1</td>
<td>24</td>
<td>24</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>129</td>
<td>18 491</td>
<td>17 822</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 558: PDCT – Operacionalização da tipologia “Estruturação fundiária”

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>CIM</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>Alto Minho</td>
<td>1</td>
<td>4 968</td>
<td>3 591</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Leiria do Tejo</td>
<td>1</td>
<td>5 000</td>
<td>5 000</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>9 968</td>
<td>8 591</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Quadro 559: PDCT – Operacionalização da tipologia “Drenagem e defesa”

<table>
<thead>
<tr>
<th>Região</th>
<th>CIM</th>
<th>Projetos Aprovados</th>
<th>Projetos Contratados</th>
<th>Total Pago</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>Região de Aveiro</td>
<td>1</td>
<td>14 700</td>
<td>14 609</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>14 700</td>
<td>14 609</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os apoios mobilizados através dos fundos da coesão enquadram-se nas seguintes prioridades:

- **FEDER**
  2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos
  4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas
  6.3 - Património natural e cultural
  8.8 - Promoção de microempreendedorismo
  9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde
  10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário

- **FSE**
  8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas
  9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis
  9.4 - Serviços e redes de intervenção social e de saúde
  10.1 - Redução do abandono escolar

- **Fundo de Coesão**
  5.1 - Adaptação às alterações climáticas
  5.2 - Planeamento e gestão de riscos
  6.1 - Resíduos

**Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)**

No âmbito do DLBC - conhecido como abordagem LEADER no caso do FEADER - foi identificada a oportunidade e ficou prevista no Acordo de Parceria a possibilidade de potenciar o impacto das futuras Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), através da complementaridade dos apoios dos
vários fundos comunitários disponíveis (FEADER, FEAMP, FEDER e FSE) e dos respetivos programas financiadores. No âmbito do Portugal 2020 foram implementadas estratégias DLBC Rurais (cofinanciamento FEADER, FEDER e FSE), urbanas (cofinanciamento FEDER e FSE) e costeiras (cofinanciamento FEDER, FSE e FEAMP).

O DLBC visa especialmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho.

A operacionalização do DLBC foi concretizada através de duas fases distintas:

- **A primeira fase** onde se efetuou a pré-qualificação das parcerias e respetivas linhas estratégias macro e territórios, que reúnam as condições adequadas à submissão de uma EDL, teve início em 2014;

- **A segunda fase**, para as parcerias pré-qualificadas, onde foi efetuada a submissão de EDL completas para financiamento por parte dos PO Regionais do Continente e PDR2020, num concurso que decorreu em 2015 onde foi colocado a concurso 95% do montante disponível para a Ação 10.2, sobre a qual o mesmo se reporta, tendo o remanescente (6.982,63 mil €), sido reservado para futura atribuição como reserva de desempenho, premiando os GAL com melhor desempenho.

- Foram assim aprovados 54 GAL Rurais, com um montante de 130 milhões € de FEADER, 57 milhões € de FSE e 55 milhões € de FEDER, consubstanciado numa contratualização entre as Autoridades de Gestão dos programas financiadores e os respetivos GAL.

As EDL correspondem a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, promovidas pelas comunidades locais, através dos grupos de ação local (GAL) e incidindo em territórios sub-regionais específicos tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, a ligação em rede e a cooperação.

Os apoios do FSE e do FEDER no âmbito das DLBC Rurais incidiram respetivamente nas prioridades de investimento PI 9.6 “Estratégias de desenvolvimento local” lideradas pelas comunidades locais e PI 9.10 “Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária”. Neste contexto, foi operacionalizado o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (S12E), que pretende, nomeadamente,
estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego em territórios de baixa densidade e por essa via promover o desenvolvimento e a coesão económica e social do país.

Os apoios no âmbito do FEADER contribuem para a prioridade P6 “Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”, e abrangem as tipologias relativas a regimes simplificados de apoios às explorações agrícolas e agroindústria, diversificação de atividades na exploração agrícola, cadeias curtas e mercados locais, promoção de produtos de qualidade locais e renovação de aldeias.

No ponto 5.4.1.2 do presente relatório é feito um ponto de situação, à data de 31 de dezembro de 2018, da implementação das estratégias de desenvolvimento local no âmbito da Operação 10.2 do PDR2020.

10.1.2 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO E NACIONAIS, E COM O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI)

Plano Nacional de Regadios

O apoio às infraestruturas coletivas na área do regadio no âmbito da abordagem estratégica nacional do Plano Nacional de Regadios (PNRegadios) são potenciados pelo apoio complementar do FEADER, através do PDR2020 e o empréstimo efetuado ao Estado Português pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e pelo Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), no montante de 280 milhões €.

Reforça-se, assim, o investimento previsto no âmbito do PDR2020, nomeadamente pela diversificação das fontes de financiamento, promovendo a expansão, reabilitação e modernização dos regadios existentes e a criação de novas áreas regadas, com potencial de ligação às existentes, com o objetivo de promover o regadio e outras infraestruturas coletivas, numa ótica de sustentabilidade, contribuindo para a adaptação às alterações climáticas, o combate à desertificação e a utilização mais eficiente dos recursos.
Aperto ao investimento agrícola e agroindustrial através de instrumentos financeiros

Em 2018 procedeu-se a uma reprogramação do PDR2020 com vista à operacionalização do apoio ao investimento em explorações agrícolas e agroindústrias através de instrumentos financeiros, em resposta a uma necessidade identificada na avaliação ex-ante do Programa e aos elevados níveis de compromisso registados nos apoios a estas áreas no âmbito do PDR2020, tendo afetado uma contribuição financeira de 20,1 milhões € para a constituição do instrumento de garantia de carteira – Linha de Crédito Garantida.

Neste contexto, foram estabelecidas negociações em 2018 com o Fundo Europeu de Investimentos (FEI), situação que se consubstanciou, já em 2019, na assinatura de um Acordo de Financiamento, acrescido do fato que o FEI e a Comissão Europeia vieram a decidir um financiamento adicional através do Plano Juncker (FEIE), permitindo assim que o montante total agregado da carteira de crédito garantido para o setor atinja cerca de 190 milhões de €.

10.2 COMPLEMENTARIDADE COM O FINANCIAMENTO DO 1º PILAR DA PAC

A arquitetura da PAC, baseada em dois pilares, contribui para diversos objetivos comuns que exigem, por um lado, uma maior coordenação dos seus instrumentos e, por outro, uma maior promoção da sua eficácia.

Pagamentos Diretos

Os pagamentos diretos são o principal instrumento de financiamento do 1º Pilar da PAC, apresentando para o período 2014-2020 importantes alterações na sua aplicação decorrentes da reforma verificada e com várias áreas de relação com o PDR2020. São de destacar as seguintes relações:

- O Pagamento Base será de aplicação transversal a grande parte dos agricultores portugueses e, portanto, a grande parte dos beneficiários do PDR2020, apresentando uma importante complementaridade com as medidas de gestão de risco do PDR2020, e com a Medida 9 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”. Esta complementaridade poderá ter uma influência positiva na decisão de investimento por parte
dos agricultores ou de instalação por parte de jovens agricultores, podendo potenciar a execução destas medidas.

Na campanha de 2015 a 2018 foram apoiados 99.830 beneficiários do Regime de Pagamento Base (RPB) do 1º pilar da PAC (beneficiários distinto, acumulados no período) que, a confirmar-se a influência positiva nas medidas de investimento, poderá ter contribuído para a forte procura ocorridas nestas medidas de investimento do PDR2020.

- **O Pagamento Verde** ("greening") tem um efeito transversal de proteção do ambiente sendo complementar das operações da Medida 7 “Agricultura e recursos naturais” do PDR2020.

  No âmbito do 1º pilar, as práticas agrícolas benéficas para o clima e ambiente são as seguintes: diversificação de culturas; manutenção dos prados permanentes; detenção de uma superfície de interesse ecológico.

  Na campanha de 2015 a 2018 foram apoiados 99.462 beneficiários do *greening* (beneficiários distintos, acumulados no período), contribuindo assim para a complementaridade entre este apoio do 1º pilar e as medidas agroambientais do PDR2020.

- **O Apoio aos Jovens agricultores**, no âmbito do regime de pagamento base, constitui um claro complemento da Operação 3.1.1 “Jovens agricultores” do PDR2020, aumentando o nível de rendimento garantido dos jovens agricultores e reforçando, assim, a sua capacidade de fazer face aos primeiros anos de atividade e de cumprimento do plano de atividade que esta operação prevê.

  Na campanha de 2015 a 2018 foram apoiados 5.056 jovens (beneficiários distintos, acumulados no período) no âmbito dos apoios do 1º pilar da PAC, complementando assim os apoios à instalação do jovem agricultor no âmbito da Operação 3.1.1 do PDR2020.

- **As Ajudas à pequena agricultura** contribuem, de forma bastante simplificada, para a manutenção da atividade agrícola de pequenos agricultores, sendo complementar de apoios do PDR2020, nomeadamente no âmbito da Medida 9 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, ou de algumas ações da Medida 7 “Agricultura e recursos naturais” (culturas permanentes tradicionais, pastoreio extensivo, mosaico
agroflorestal), ou mesmo do apoio a pequenos investimentos enquadrado na abordagem LEADER.

Na campanha de 2015 a 2018 foram apoiados 77.076 beneficiários (beneficiários distintos, acumulados no período), complementando assim os apoios do PDR2020.

- **Os Pagamentos à pecuária extensiva** (vacas aleitantes, ovinos e caprinos) apresentam clara complementaridade com a ação do PDR2020 para apoio ao pastoreio extensivo (Ação 7.7) e contribuindo, de forma coerente, para a manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris e efetivos animais. Neste sentido, servem também de complemento à Medida 9 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” na prossecução dos seus objetivos.

Na campanha de 2015 a 2018 foram apoiados 19.991 beneficiários (beneficiários distintos, acumulados no período), no regime de apoio de vacas aleitantes e 22.263 no regime de apoio ovinos e caprinos, complementando os apoios do PDR2020 acima identificados.

- **Organização Comum de Mercado Única**

As disposições específicas previstas no regulamento da Organização Comum dos Mercados Agrícolas (OCM Única – Regulamento (UE) nº 1308/2013 de 17 de dezembro) apresentam várias áreas de complementaridade com os apoios financiados pelo 2º Pilar da PAC (desenvolvimento rural), cuja intervenção é necessário demarcar. Neste contexto, passam a ser elegíveis no PDR2020 investimentos apresentados por organizações deprodutores, independentemente da tipologia das ações aprovadas nos programas operacionais das mesmas, no pressuposto do cumprimento integral das condições de elegibilidade das operações, nomeadamente a existência de coerência técnica e económica bem como a verificação da condição de inexistência de duplo financiamento para esse investimento.

Neste contexto, não terão apoios do PDR2020 os seguintes investimentos:

- Reestruturação da vinha, investimentos nas explorações e na transformação e comercialização apoiados pelos Programas Operacionais e
apresentados pelas organizações de produtores do setor das frutas e hortícolas;

➢ Investimentos de comercialização, repovoamento e transumância apoiados pelo Programa Apícola Nacional.

De igual forma, e ainda no que se refere aos apoios previstos pela OCM, também não terão enquadramento no PDR2020 os apoios que vierem a ser veiculados no âmbito da concentração da oferta e os apoios veiculados no âmbito da gestão de crises.
ANEXOS
### ANEXO I – Prioridades / Domínios de incidência

<table>
<thead>
<tr>
<th>P1</th>
<th>Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P1A</td>
<td>Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais.</td>
</tr>
<tr>
<td>P1B</td>
<td>Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a inovação, inclusive na perspetiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais</td>
</tr>
<tr>
<td>P1C</td>
<td>Incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos setores agrícola e florestal</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>P2</th>
<th>Aumentar a competitividade e a viabilidade das explorações agrícolas, todos os tipos de agricultura, em todas as regiões, e promover tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola</td>
</tr>
<tr>
<td>P2B</td>
<td>Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola, em particular, da renovação geracional</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>P3</th>
<th>Promover a organização da cadeia alimentar, incluindo a transformação e comercialização dos produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P3A</td>
<td>Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acrescimento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais</td>
</tr>
<tr>
<td>P3B</td>
<td>Apoio à prevenção e à gestão de riscos nas explorações agrícolas</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>P4</th>
<th>Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P4A</td>
<td>Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas «Natura 2000», e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de EVN, bem como do estado das paisagens europeias</td>
</tr>
<tr>
<td>P4B</td>
<td>Melhoria da gestão da água, dos adubos e dos pesticidas</td>
</tr>
<tr>
<td>P4C</td>
<td>Prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>P5</th>
<th>Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a passagem para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P5A</td>
<td>Aumento da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola</td>
</tr>
<tr>
<td>P5B</td>
<td>Aumento da eficiência na utilização da energia no setor agrícola e na indústria alimentar</td>
</tr>
<tr>
<td>P5C</td>
<td>Facilitação do fornecimento e a utilização de fontes de energia renováveis, de subprodutos, resíduos e desperdícios, e de outras matérias primas não alimentares, para promover a bioeconomia</td>
</tr>
<tr>
<td>P5E</td>
<td>Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>P6</th>
<th>Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>P6A</td>
<td>Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais</td>
</tr>
</tbody>
</table>


<table>
<thead>
<tr>
<th>Medida COM</th>
<th>SubMedida COM / Operação PDR2020</th>
<th>Legislação de implementação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>M311</td>
<td>1.1 2.1.1 Ações de formação</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 343/2016 de 17 de maio</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.1.4 Ações de informação</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 25/2016 de 3 de junho</td>
</tr>
<tr>
<td>M312</td>
<td>2.1 2.2.1 Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal</td>
<td>Declaração de Retificação 40/2018 de 12 de dezembro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 343/2016 de 17 de maio</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.2.2 Apoio à criação de serviços de aconselhamento</td>
<td>Declaração de Retificação 40/2018 de 12 de dezembro Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 343/2016 de 17 de maio</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.2.3 Apoio à formação de conselheiros das entidades prestadoras do serviço de aconselhamento</td>
<td>Declaração de Retificação 40/2018 de 12 de dezembro</td>
</tr>
<tr>
<td>M312</td>
<td>3.1.2 Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 225/2018 de 6 de agosto Portaria 118/2018 de 30 de abril</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.1.3 Investimento de jovens Agricultores na exploração agrícola apoiado por um instrumento financeiro</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 225/2018 de 6 de agosto</td>
</tr>
<tr>
<td>M313</td>
<td>4.1 3.1.1 Investimento na exploração agrícola</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 266/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 22/2015 de 5 de fevereiro Portaria 230/2014 de 11 de novembro</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.2.2 Pequeno investimento na exploração agrícola</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 34/2018 de 24 de janeiro Portaria 213-A/2017 de 19 de julho Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 207/2015 de 13 de abril</td>
</tr>
<tr>
<td>M314</td>
<td>3.1.1 Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 266/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 344/2017 de 31 de maio Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 230/2014 de 11 de novembro</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.2.2 Pequeno investimento em transformação e comercialização de produtos agrícolas</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 34/2018 de 24 de janeiro Portaria 213-A/2017 de 19 de julho Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 207/2015 de 13 de abril</td>
</tr>
<tr>
<td>M314</td>
<td>3.3.1 Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas apoiado por um instrumento financeiro</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 266/2018 de 11 de julho Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 344/2017 de 31 de maio Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 230/2014 de 11 de novembro</td>
</tr>
<tr>
<td>2.4.1</td>
<td>4.1.1 Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 61-A/2018 de 28 de fevereiro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 250/2016 de 25 de maio</td>
</tr>
<tr>
<td>4.3</td>
<td>4.3.1 Desenvolvimento do regadio eficiente</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro Portaria 220/2016 de 26 de agosto</td>
</tr>
<tr>
<td>4.3</td>
<td>4.3.2 Melhoria da eficiência dos regados existentes</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro Portaria 240/2016 de 15 de setembro Portaria 212/2015 de 10 de julho</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida COM</td>
<td>SubMedida COM / Operação PDR2020</td>
<td>Legislação de implementação</td>
</tr>
<tr>
<td>------------</td>
<td>----------------------------------</td>
<td>-----------------------------</td>
</tr>
</tbody>
</table>
| M04 4.3    | 3.4.3 Drenagem e estruturação fundiária | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 266/2017 de 10 de março  
Portaria 229/2016 de 26 de agosto |
| M04 4.4    | 7.11.1 Investimentos não produtivos | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 249/2016 de 15 de setembro  
Despacho 1039/2016 de 17 de agosto  
Declaração de Retificação 47-B/2015 de 26 de outubro  
Portaria 261/2015 de 27 de agosto  
Despacho 1930/2015 de 24 de agosto |
| M05 5.1    | 6.2.1 Prevenção de calamidades e catástrofes naturais | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 249/2016 de 15 de setembro  
Despacho 1039/2016 de 17 de agosto  
Declaração de Retificação 47-B/2015 de 26 de outubro  
Portaria 261/2015 de 27 de agosto  
Despacho 1930/2015 de 24 de agosto |
| M05 5.2    | 6.2.2 Restabelecimento do potencial produtivo | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 10179-A/2018 de 31 de outubro  
Portaria 270/2018 de 28 de setembro  
Portaria 212-R/2018 de 30 de agosto  
Portaria 249/2018 de 11 de julho  
Portaria 249-A/2018 de 28 de março  
Despacho 2079-A/2018 de 14 de março  
Despacho 797-A/2018 de 15 de março  
Portaria 76-A/2018 de 12 de março  
Portaria 51-A/2018 de 19 de fevereiro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 9/2018 de 5 de janeiro  
Portaria 371-A/2017 de 14 de dezembro  
Portaria 334-B/2017 de 6 de dezembro  
Lei 118/2017 de 21 de novembro  
Declaração de Retificação 400-B/A/2017 de 21 de novembro  
Despacho 1989-B/2017 de 15 de novembro  
Despacho 1973-B/2017 de 20 de novembro  
Portaria 341-A/2017 de 9 de novembro  
Despacho 8681-A/2017 de 6 de outubro  
Declaração de Retificação 102/2017 de 6 de outubro  
Portaria 295/2017 de 2 de outubro  
Despacho 7127-B/2017 de 17 de agosto  
Portaria 300/2017 de 23 de agosto  
Despacho 3497/2017 de 15 de abril  
Despacho 3159-A/2017 de 31 de janeiro  
Despacho 1409-A/2016 de 5 de dezembro  
Despacho 1491-A/2016 de 30 de novembro  
Despacho 13880-B/2016 de 21 de novembro  
Despacho 13004-B/2016 de 14 de novembro  
Despacho 13113/B/2016 de 6 de outubro  
Despacho 10803-A/2016 de 1 de setembro  
Despacho 5126/2016 de 15 de abril  
Despacho 4531/2016 de 4 de abril  
Portaria 56/2016 de 28 de março  
Portaria 190/2016 de 6 de junho  |
| M06 6.1    | 3.1.1 Inverse agricultores | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 283/2017 de 25 de setembro  
Declaração de Retificação 23-A/2017 de 9 de março  
Portaria 85-A/2017 de 24 de fevereiro  
Portaria 2/A/2017 de 2 de janeiro  
Portaria 249/2016 de 15 de setembro  
Portaria 31/2016 de 12 de fevereiro  |
| M07 7.6    | 8.2.1 Gestão de recursos cinegéticos | Declaração de Retificação 40/2018 de 12 de dezembro  
Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 249/2016 de 15 de setembro  
Portaria 388/2016 de 13 de julho  |
| M07 8.2.2 | Gestão de recursos aquacultura | Declaração de Retificação 40/2018 de 12 de dezembro  
Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 249/2016 de 15 de setembro  
Portaria 288/2016 de 13 de julho  |
<table>
<thead>
<tr>
<th>Medida COM</th>
<th>SubMedida COM / Operação PDR2020</th>
<th>Legislação de implementação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>8.1</td>
<td>8.1.1 Florestação terrenos agrícolas e não-agrícolas</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro&lt;br&gt;Portaria 205/2018 de 11 de julho&lt;br&gt;Portaria 111-A/2018 de 27 de abril&lt;br&gt;Portaria 89/2018 de 29 de março&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 249/2016 de 15 de setembro&lt;br&gt;Portaria 394/2015 de 3 de novembro&lt;br&gt;Portaria 274/2015 de 8 de setembro</td>
</tr>
<tr>
<td>8.2</td>
<td>8.1.2 Instalação de sistemas agroflorestais</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro&lt;br&gt;Portaria 205/2018 de 11 de julho&lt;br&gt;Portaria 111-A/2018 de 27 de abril&lt;br&gt;Portaria 89/2018 de 29 de março&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 25/2017 de 13 de janeiro&lt;br&gt;Portaria 249/2016 de 15 de setembro&lt;br&gt;Portaria 394/2015 de 3 de novembro&lt;br&gt;Portaria 274/2015 de 8 de setembro</td>
</tr>
<tr>
<td>8.3</td>
<td>8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro&lt;br&gt;Portaria 237/B/2018 de 28 de agosto&lt;br&gt;Declaração de Retificação 30/2018 de 6 de setembro&lt;br&gt;Portaria 111-A/2018 de 27 de abril&lt;br&gt;Portaria 105-A/2018 de 18 de abril&lt;br&gt;Declaração de Retificação 5/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 15-C/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 249/2016 de 15 de setembro&lt;br&gt;Portaria 233/2016 de 29 de agosto&lt;br&gt;Portaria 134/2015 de 18 de maio&lt;br&gt;Portaria 22/2015 de 5 de fevereiro</td>
</tr>
<tr>
<td>8.4</td>
<td>8.1.4 Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro&lt;br&gt;Decreto-Lei 70/2018 de 30 de agosto&lt;br&gt;Portaria 237/B/2018 de 28 de agosto&lt;br&gt;Declaração de Retificação 30/2018 de 6 de setembro&lt;br&gt;Portaria 111-A/2018 de 27 de abril&lt;br&gt;Portaria 105-A/2018 de 18 de abril&lt;br&gt;Declaração de Retificação 5/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 15-C/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 249/2016 de 15 de setembro&lt;br&gt;Portaria 233/2016 de 29 de agosto&lt;br&gt;Portaria 134/2015 de 18 de maio&lt;br&gt;Portaria 22/2015 de 5 de fevereiro</td>
</tr>
<tr>
<td>8.5</td>
<td>8.1.5 Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro&lt;br&gt;Portaria 205/2018 de 11 de julho&lt;br&gt;Portaria 111-A/2018 de 27 de abril&lt;br&gt;Portaria 89/2018 de 29 de março&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 249/2016 de 15 de setembro&lt;br&gt;Portaria 394/2015 de 3 de novembro&lt;br&gt;Portaria 274/2015 de 8 de setembro</td>
</tr>
<tr>
<td>8.6</td>
<td>8.1.6 Melhoria do valor económico das florestas</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro&lt;br&gt;Portaria 205/2018 de 11 de julho&lt;br&gt;Portaria 111-A/2018 de 27 de abril&lt;br&gt;Portaria 89/2018 de 29 de março&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 249/2016 de 15 de setembro&lt;br&gt;Portaria 374/2015 de 8 de setembro&lt;br&gt;Portaria 274/2015 de 8 de setembro</td>
</tr>
<tr>
<td>4.0.2</td>
<td>Valorização dos recursos florestais</td>
<td>Portaria 303/2018 de 26 de novembro&lt;br&gt;Portaria 205/2018 de 11 de julho&lt;br&gt;Portaria 111-A/2018 de 27 de abril&lt;br&gt;Portaria 89/2018 de 29 de março&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 249/2016 de 15 de setembro&lt;br&gt;Portaria 374/2015 de 8 de setembro&lt;br&gt;Portaria 274/2015 de 8 de setembro</td>
</tr>
<tr>
<td>9.1</td>
<td>5.1.1 Criação de agrupamentos e organizações de produtores</td>
<td>Portaria 254-A/2016 de 26 de setembro&lt;br&gt;Portaria 46/2016 de 12 de fevereiro</td>
</tr>
<tr>
<td>7.2.1</td>
<td>Produção integrada</td>
<td>Portaria 344/2018 de 21 de maio&lt;br&gt;Portaria 95/2018 de 2 de abril&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 334-A/2016 de 28 de dezembro&lt;br&gt;Portaria 4/2016 de 18 de janeiro&lt;br&gt;Portaria 374/2015 de 20 de outubro&lt;br&gt;Portaria 274/B/2015 de 8 de junho&lt;br&gt;Portaria 354-A/2015 de 27 de maio&lt;br&gt;Portaria 135/2015 de 27 de maio&lt;br&gt;Portaria 25/2015 de 9 de fevereiro&lt;br&gt;Decreto-Lei 156/2009 de 24 de setembro</td>
</tr>
<tr>
<td>7.3.2</td>
<td>Pagamentos Rede Natura - Aposos zonais de carácter agroambiental</td>
<td>Portaria 344/2018 de 21 de maio&lt;br&gt;Portaria 95/2018 de 2 de abril&lt;br&gt;Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro&lt;br&gt;Portaria 334-A/2016 de 28 de dezembro&lt;br&gt;Despacho 1036/2016 de 17 de agosto&lt;br&gt;Portaria 4/2016 de 18 de janeiro&lt;br&gt;Portaria 374/2015 de 20 de outubro&lt;br&gt;Despacho 1569/2015 de 24 de agosto&lt;br&gt;Declaração de Retificação 24/2015 de 9 de junho&lt;br&gt;Portaria 135-9/2015 de 8 de junho&lt;br&gt;Portaria 354-A/2015 de 27 de maio&lt;br&gt;Portaria 35/2015 de 25 de maio&lt;br&gt;Portaria 52/2015 de 22 de fevereiro</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida COM</td>
<td>SubMedida COM / Operação PDR2020</td>
<td>Legislação de implementação</td>
</tr>
<tr>
<td>------------</td>
<td>----------------------------------</td>
<td>-----------------------------</td>
</tr>
</tbody>
</table>
| 7.4.1      | Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.4.2      | Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.5.1      | Uso eficiente da água | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.6.1      | Culturas permanentes tradicionais | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.6.2      | Culturas permanentes tradicionais - Douro Vinhateiro | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.7.1      | Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de lamarins de alto valor natural | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.7.2      | Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-forestais sob montado | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.7.3      | Pastoreio extensivo - Apoio à proteção do lobo-ibérico | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.8.1      | Recursos genéticos - Manutenção de raças autóctones em risco | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
| 7.9.1      | Mosaico agroflorestal | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
Portaria 352/2015 de 13 de outubro  
Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
Portaria 50/2015 de 25 de Fevereiro |
<table>
<thead>
<tr>
<th>Medida COM</th>
<th>SubMedida COM / Operação PDR2020</th>
<th>Legislação de implementação</th>
</tr>
</thead>
</table>
| 10.1       | 7.12.1 Apoio agroambiental à agricultura | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
                        Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
                        Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
                        Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
                        Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
                        Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
                        Portaria 50/2015 de 25 de fevereiro |
| 10.2       | 7.8.3 Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais | Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
                        Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
                        Portaria 240/2016 de 15 de setembro  
                        Portaria 170/2016 de 16 de junho  
                        Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
                        Declaração de Retificação 42/2015 de 22 de setembro  
                        Portaria 268/2015 de 1 de setembro |
|            | 7.8.4 Recursos genéticos - Conservação e melhoramento de recursos genéticos vegetais | Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
                        Portaria 264/2017 de 25 de maio  
                        Portaria 4/2016 de 18 de janeiro |
| 11.1       | 7.1.1 Conversão para agricultura biológica | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
                        Portaria 91/2018 de 2 de abril  
                        Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
                        Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
                        Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
                        Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
                        Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
                        Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
                        Portaria 25/2015 de 9 de fevereiro |
| 11.2       | 7.1.2 Manutenção em agricultura biológica | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
                        Portaria 91/2018 de 2 de abril  
                        Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
                        Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
                        Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
                        Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
                        Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
                        Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
                        Portaria 25/2015 de 9 de fevereiro |
| 12.1       | 7.1.1 Pagamentos Rede Natura - Pagamento natura | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
                        Portaria 91/2018 de 2 de abril  
                        Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
                        Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
                        Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
                        Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
                        Portaria 173-B/2015 de 8 de junho  
                        Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
                        Portaria 25/2015 de 9 de fevereiro  
                        Portaria 268/2015 de 1 de setembro  
                        Portaria 4/2016 de 18 de janeiro |
| 13.1       | 9.0.1 Zonas de montanha | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
                        Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
                        Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
                        Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
                        Portaria 24/2015 de 9 de fevereiro  
                        Portaria 22/2015 de 5 de fevereiro |
| 13.2       | 9.0.2 Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
                        Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
                        Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
                        Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
                        Portaria 24/2015 de 9 de fevereiro  
                        Portaria 22/2015 de 5 de fevereiro |
| 13.3       | 9.0.3 Zonas sujeitas a condicionantes específicas | Portaria 144/2018 de 21 de maio  
                        Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
                        Portaria 338-A/2016 de 28 de dezembro  
                        Portaria 374/2015 de 20 de outubro  
                        Portaria 24/2015 de 9 de fevereiro  
                        Portaria 22/2015 de 5 de fevereiro |
| 15.1       | 7.10.1 Manutenção de habitats do lince-ibérico | - |
| 15.2       | 7.10.2 Manutenção e recuperação de galerias ripícolas | Portaria 4/2016 de 18 de janeiro  
                        Portaria 53/2015 de 25 de fevereiro  
                        Portaria 268/2015 de 1 de setembro  
                        Portaria 154-A/2015 de 27 de maio  
                        Portaria 50/2015 de 25 de fevereiro |
<p>| 15.2       | 7.8.5 Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais | - |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th>Medida COM</th>
<th>SubMedida COM / Operação PDR2020</th>
<th>Legislação de implementação</th>
</tr>
</thead>
</table>
| M16 | 16.1 1.0.1 Grupos operacionais | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 55/2018 de 22 de fevereiro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 249/2016 de 15 de setembro  
Portaria 223/2016 de 9 de novembro  
Portaria 324/2015 de 1 de outubro |
| | 16.4 5.2.1 Interprofissionais | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 249/2016 de 15 de setembro  
Portaria 381/2015 de 23 de outubro |
| M17 | 17.1 6.1.1 Seguros | Portaria 46/2018 de 12 de dezembro  
Portaria 286-B/2016 de 9 de novembro  
Portaria 272/2016 de 20 de junho  
Decreto-Lei 162/2015 de 14 de agosto  
Portaria 28/2015 de 2 de fevereiro |
| | 17.2 6.3.1 Fundo mutualista de calamidades | - |
| M19 | 19.1 10.1.1 Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL | Portaria 245/2015 de 14 de agosto |
| | 19.2 10.2.1 Implementação das estratégias de desenvolvimento local | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 218/2017 de 28 de julho  
Portaria 249/2016 de 15 de setembro  
Portaria 252/2016 de 25 de maio |
| | 19.3 10.3.1 Cooperação interterritorial e transnacional dos grupos de ação local | Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro  
Portaria 252/2017 de 7 de agosto  
Portaria 313-A/2016 de 12 de dezembro |
| | 19.4 10.4.1 Custos de funcionamento e animação | Declaração de Retificação 40/2018 de 12 de dezembro  
Portaria 303/2018 de 26 de novembro  
Portaria 124/2016 de 4 de maio  
Portaria 418/2015 de 10 de dezembro |
| M20 | Assistência técnica - Outros | Portaria 208/2015 de 14 de abril |
| | Rede Rural Nacional (RRN) | Portaria 157/2016 de 7 de junho  
Portaria 212/2015 de 17 de julho |
| M19 | Reforma antecipada | - |
# ANEXO III – Indicadores de monitorização financeira

<table>
<thead>
<tr>
<th>Medidas COM</th>
<th>2A</th>
<th>2B</th>
<th>3A</th>
<th>3B</th>
<th>P4</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Despesa</td>
<td>FEADER</td>
<td>Despesa</td>
<td>FEADER</td>
<td>Despesa</td>
</tr>
<tr>
<td>01 Conhecimento</td>
<td>2 765</td>
<td>2 388</td>
<td></td>
<td></td>
<td>511</td>
</tr>
<tr>
<td>02 Serviços de aconselhamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td>885</td>
<td>835</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>04 Investimentos em ativos físicos</td>
<td>416 900</td>
<td>364 803</td>
<td></td>
<td>9 406</td>
<td>7 855</td>
</tr>
<tr>
<td>05 Restabelecimento do potencial agrícola</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>9 831</td>
<td>8 526</td>
</tr>
<tr>
<td>06 Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas</td>
<td></td>
<td></td>
<td>65 796</td>
<td>59 602</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>07 Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>08 Investimentos nas zonas florestais</td>
<td>18 430</td>
<td>16 291</td>
<td></td>
<td>133</td>
<td>113</td>
</tr>
<tr>
<td>09 Agrupamentos e organizações de produtores</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10 Agroambiente e clima</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>471 340</td>
</tr>
<tr>
<td>11 Agricultura biológica</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>102 695</td>
</tr>
<tr>
<td>12 Natura 2000 e Diretiva-Quadro da Água</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>30 475</td>
</tr>
<tr>
<td>13 Zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes</td>
<td>172 084</td>
<td>154 882</td>
<td></td>
<td>113 352</td>
<td>102 092</td>
</tr>
<tr>
<td>15 Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>91</td>
<td>77</td>
</tr>
<tr>
<td>16 Cooperação</td>
<td>10 421</td>
<td>9 367</td>
<td></td>
<td>1 031</td>
<td>895</td>
</tr>
<tr>
<td>17 Gestão de riscos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>34 081</td>
</tr>
<tr>
<td>19 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>20 Assistência técnica Estados-Membros</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>97 113 - Reforma antecipada</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td>620 600</td>
<td>547 731</td>
<td>66 681</td>
<td>60 437</td>
<td>10 570</td>
</tr>
<tr>
<td>Medidas COM</td>
<td>SA</td>
<td>5B</td>
<td>5C</td>
<td>5E</td>
<td>6B</td>
</tr>
<tr>
<td>-------------</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
</tr>
<tr>
<td>01 Conhecimento</td>
<td>73</td>
<td>65</td>
<td>21</td>
<td>18</td>
<td>730</td>
</tr>
<tr>
<td>02 Serviços de aconselhamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>04 Investimentos em ativos físicos</td>
<td>66 426</td>
<td>58 163</td>
<td>19 242</td>
<td>16 232</td>
<td>6 004</td>
</tr>
<tr>
<td>05 Restabelecimento do potencial agrícola</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>06 Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>07 Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>08 Investimentos nas zonas florestais</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>09 Agrupamentos e organizações de produtores</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10 Agroambiente e clima</td>
<td>7 587</td>
<td>6 421</td>
<td>6 702</td>
<td>5 872</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>11 Agricultura biológica</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>12 Natura 2000 e Diretiva-Quadro da Água</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>13 Zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>15 Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>16 Cooperação</td>
<td>286</td>
<td>257</td>
<td>52</td>
<td>45</td>
<td>180</td>
</tr>
<tr>
<td>17 Gestão de riscos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>19 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>20 Assistência técnica Estados-Membros</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>97 113 - Reforma antecipada</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>74 373</td>
<td>64 905</td>
<td>19 315</td>
<td>16 295</td>
<td>6 184</td>
</tr>
</tbody>
</table>
ANEXO IV – Tabelas de indicadores comuns
<table>
<thead>
<tr>
<th>Código</th>
<th>Descrição</th>
<th>Despesa comprometida ANUAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>31.3.4</td>
<td>Assistência técnica</td>
<td>208 850 103,10</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.5</td>
<td>Processamento de dados</td>
<td>1 383 260,73</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.6</td>
<td>Engenharia e design</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.7</td>
<td>Manutenção de equipamentos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.8</td>
<td>Desenvolvimento de software</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.9</td>
<td>Formação de pessoal</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.1</td>
<td>Desenvolvimento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.2</td>
<td>Implementação de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.3</td>
<td>Aquisição de bens e serviços</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.4</td>
<td>Desempenho</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.5</td>
<td>Avaliação de desempenho</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.6</td>
<td>Gerenciamento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.7</td>
<td>Avaliação de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.8</td>
<td>Desenvolvimento de bens e serviços</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.9</td>
<td>Desenvolvimento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Tabela A: Despesa comprometida - ANUAL**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código</th>
<th>Descrição</th>
<th>Despesa comprometida ANUAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>31.3.1</td>
<td>Assistência técnica</td>
<td>208 850 103,10</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.2</td>
<td>Processamento de dados</td>
<td>1 383 260,73</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.3</td>
<td>Engenharia e design</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.4</td>
<td>Manutenção de equipamentos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.5</td>
<td>Desenvolvimento de software</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.6</td>
<td>Formação de pessoal</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.7</td>
<td>Desenvolvimento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.8</td>
<td>Implementação de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.9</td>
<td>Aquisição de bens e serviços</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.1</td>
<td>Desempenho</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.2</td>
<td>Avaliação de desempenho</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.3</td>
<td>Gerenciamento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.4</td>
<td>Avaliação de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.5</td>
<td>Desenvolvimento de bens e serviços</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.6</td>
<td>Desenvolvimento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Tabela B: Despesa comprometida - ANUAL**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código</th>
<th>Descrição</th>
<th>Despesa comprometida ANUAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>31.3.1</td>
<td>Assistência técnica</td>
<td>208 850 103,10</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.2</td>
<td>Processamento de dados</td>
<td>1 383 260,73</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.3</td>
<td>Engenharia e design</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.4</td>
<td>Manutenção de equipamentos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.5</td>
<td>Desenvolvimento de software</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.6</td>
<td>Formação de pessoal</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.7</td>
<td>Desenvolvimento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.8</td>
<td>Implementação de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.3.9</td>
<td>Aquisição de bens e serviços</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.1</td>
<td>Desempenho</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.2</td>
<td>Avaliação de desempenho</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.3</td>
<td>Gerenciamento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.4</td>
<td>Avaliação de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.5</td>
<td>Desenvolvimento de bens e serviços</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>31.4.6</td>
<td>Desenvolvimento de projetos</td>
<td>1 429 570,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Código</td>
<td>Descrição</td>
<td>Implant.</td>
</tr>
<tr>
<td>-------</td>
<td>-----------</td>
<td>---------</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1</td>
<td>Valorização dos recursos</td>
<td>8.2.5</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2</td>
<td>Melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais</td>
<td>8.2.6</td>
</tr>
<tr>
<td>1.3</td>
<td>Restabelecimento da floresta danificada</td>
<td>8.2.7</td>
</tr>
<tr>
<td>1.4</td>
<td>Investimentos não produtivos</td>
<td>8.2.8</td>
</tr>
<tr>
<td>1.5</td>
<td>Melhoria da eficiência dos serviços de aconselhamento e comercialização de produtos agrícolas</td>
<td>6.2.1</td>
</tr>
<tr>
<td>1.6</td>
<td>Prevenção de calamidades e desastres</td>
<td>6.2.3</td>
</tr>
<tr>
<td>1.7</td>
<td>Investimentos em produtos e comercialização de produtos agrícolas</td>
<td>6.2.5</td>
</tr>
<tr>
<td>1.8</td>
<td>Pequeno Investimento em infraestruturas de exploração agrícola</td>
<td>6.2.7</td>
</tr>
<tr>
<td>1.9</td>
<td>Formação de conselheiros das explorações agrícolas</td>
<td>6.2.9</td>
</tr>
<tr>
<td>1.10</td>
<td>Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola</td>
<td>6.2.11</td>
</tr>
<tr>
<td>1.11</td>
<td>Ações de informação e sensibilização</td>
<td>6.2.13</td>
</tr>
<tr>
<td>1.12</td>
<td>Nº de parceiros dos grupos PEI</td>
<td>6.2.15</td>
</tr>
<tr>
<td>1.13</td>
<td>Despesa pública total PEI (€)</td>
<td>6.2.17</td>
</tr>
<tr>
<td>1.14</td>
<td>Nº de grupos PEI apoiados (16.1)</td>
<td>6.2.19</td>
</tr>
<tr>
<td>1.15</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.21</td>
</tr>
<tr>
<td>1.16</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.23</td>
</tr>
<tr>
<td>1.17</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.25</td>
</tr>
<tr>
<td>1.18</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.27</td>
</tr>
<tr>
<td>1.19</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.29</td>
</tr>
<tr>
<td>1.20</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.31</td>
</tr>
<tr>
<td>1.21</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.33</td>
</tr>
<tr>
<td>1.22</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.35</td>
</tr>
<tr>
<td>1.23</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.37</td>
</tr>
<tr>
<td>1.24</td>
<td>Despesa pública total  (€)</td>
<td>6.2.39</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Página 606**
### Tabela B2.1 - Resultados LEADER alcançadas (REA) - ACUMULADO

Em euros

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cod submedida</th>
<th>Código submedida</th>
<th>Descrição</th>
<th>Dimensão</th>
<th>Prioridade</th>
<th>Despesa pública realizada acumulada</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>19.1</td>
<td>10.1.1</td>
<td>Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL</td>
<td>Despesa pública total para:</td>
<td>P6</td>
<td>1 350 000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>apoio à preparação de EDL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>kit de arranque Leader</td>
</tr>
<tr>
<td>19.2</td>
<td>10.2.1</td>
<td>Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local</td>
<td>Despesa pública total - apoio à execução de operações abrangidas pela estratégia de desenvolvimento local da base comunitária</td>
<td>P6</td>
<td>7 826 372,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>com base na Prioridade dominante - P2A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>com base na Prioridade dominante - P3A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>com base na Prioridade dominante - P6B</td>
</tr>
<tr>
<td>19.3</td>
<td>10.3.1</td>
<td>Cooperação interterritorial e transnacional dos Grupos de Ação Local</td>
<td>Despesa pública total para:</td>
<td>P6</td>
<td>10 309</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>apoio técnico preparatório para a cooperação</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>apo para a cooperação interterritorial (projetos)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>apo para a cooperação transnacional (projetos)</td>
</tr>
<tr>
<td>19.4</td>
<td>10.4.1</td>
<td>Custos de Funcionamento e animação</td>
<td>Despesa pública total para:</td>
<td>P6</td>
<td>25 189 443</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>apoio aos custos de funcionamento da EDL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>apoio aos custos de animação da EDL</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Tabela B2.2 - Resultados LEADER alcançadas (REA) - ACUMULADO

Em euros

| Cod submedida | Código submedida | Descrição | Indicadores de realização | P2A | P3B | P3A | P4A | P4B | P4C | P5A | P5B | P5C | P5E | P6B | Total |
|---------------|------------------|-----------|---------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|-------|
| 19.1          | 10.1.1           | Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL | Nº de ME e selecionados | 54 | 54 |
|               |                  |           | nº de ME selecionados pelo GAL | 6 789 356 | 6 835 356 |
|               |                  |           | nº de ME participantes | 54 | 54 |
|               |                  |           | nº de projeto por tipo de promotor | 642 | 642 |
|               |                  |           | ONG's | 12 | 12 |
|               |                  |           | GAL's | 631 | 631 |
|               |                  |           | organismos públicos | 12 | 12 |
|               |                  |           | PME's | 2 | 2 |
|               |                  |           | outros | 0 | 0 |
|               |                  |           | total | 8 124 867,11 | 8 124 867,11 |
| 19.2          | 10.2.1           | Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local | Despesa pública total para: | P6 | 1 350 000 |
|               |                  |           | apoio à execução de operações abrangidas pela estratégia de desenvolvimento local da base comunitária | 1 350 000,00 | 1 350 000,00 |
| 19.3          | 10.3.1           | Cooperação interterritorial e transnacional dos Grupos de Ação Local | Despesa pública total para: | P6 | 10 308 |
|               |                  |           | apo para a cooperação interterritorial (projetos) | 10 308,54 | 10 308,54 |
| 19.4          | 10.4.1           | Custos de Funcionamento e animação | Despesa pública total para: | P6 | 25 189 442,67 |
|               |                  |           | apoio aos custos de funcionamento da EDL | 25 189 442,67 | 25 189 442,67 |

Página 607
Tabela B2.3 - Monitorização da assistência técnica (REA) - ACUMULADO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Assistência técnica (Art. 51-54)</th>
<th>Total</th>
<th>dos quais focados na partilha e disseminação dos resultados dos processos de monitorização e avaliação</th>
<th>dos quais destinados aos conselheiros e/ou serviços de apoio à inovação</th>
<th>dos quais destinados aos GAL incluindo apoio à cooperação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>20.1 e 20.2 nº de instrumentos de comunicação RRN (por tipo)</td>
<td>175</td>
<td>13</td>
<td>46</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>nº de eventos organizados pela RRN</td>
<td>10</td>
<td>6</td>
<td>4</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>nº de publicações: panfletos, newsletters, revistas, iniciada publicações online</td>
<td>48</td>
<td>3</td>
<td>29</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>nº de outros instrumentos (website, media...)</td>
<td>21</td>
<td>4</td>
<td>13</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>nº de exemplos de projetos resultantes e disseminados via RRN</td>
<td>87</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>nº de intercâmbios analíticos e temáticos criados com o apoio da RRN</td>
<td>76</td>
<td>8</td>
<td>35</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>grupos de trabalho terciários</td>
<td>32</td>
<td>3</td>
<td>13</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>consultas com os stakeholders</td>
<td>27</td>
<td>1</td>
<td>16</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>outros (formações, foruns online...)</td>
<td>22</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de actividades REDR nas quais a RRN participou</td>
<td>49</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>em que a RRN teve uma participação activa</td>
<td>16</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa pública total - apoio para assistência técnica</td>
<td>1 014 296,41</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>dos quais despesas relacionadas ao apoio à criação e funcionamento RRN</td>
<td>704 623,17</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>20.1 e 20.3 Despesa pública total</td>
<td>28 680 484,74</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>custos administrativos (pessoal, materiais...)</td>
<td>28 680 484,74</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>outros custos (formações, website...)</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>


Página 608
<table>
<thead>
<tr>
<th>Código operação PDR2020</th>
<th>2020</th>
<th>2021</th>
<th>2022</th>
<th>2023</th>
<th>2024</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>7.1.1 Manutenção de habitats do lince-ibérico</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.2 Manutenção em agricultura biológica</td>
<td>2 384 808,89</td>
<td>2 384 808,89</td>
<td>2 384 808,89</td>
<td>2 384 808,89</td>
<td>2 384 808,89</td>
<td>2 384 808,89</td>
</tr>
<tr>
<td>7.1.3 Manutenção de alto valor natural dos lameiros, e florestas de caracter agroambiental</td>
<td>874 512,61</td>
<td>874 512,61</td>
<td>874 512,61</td>
<td>874 512,61</td>
<td>874 512,61</td>
<td>874 512,61</td>
</tr>
<tr>
<td>7.2.1 Produção Integrada</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
</tr>
<tr>
<td>7.3.2 Culturas permanentes tradicionais</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.4.2 Pastoreio extensivo - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob condrção ecológicas</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
<td>50 455,01</td>
</tr>
<tr>
<td>7.5.1 Uso eficiente da água</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
<td>3 199,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.6.1 Culturas permanentes tradicionais</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
</tr>
<tr>
<td>7.6.2 Culturas permanentes tradicionais</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
<td>95 448</td>
</tr>
<tr>
<td>7.7.1 Manutenção e recuperação de galerias e ribócolas</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
</tr>
<tr>
<td>7.7.2 Manutenção e recuperação de galerias e ribócolas</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
<td>14 648,80</td>
</tr>
<tr>
<td>7.8.2 Manutenção da rede de proteção de espécies em geral</td>
<td>203 720,48</td>
<td>203 720,48</td>
<td>203 720,48</td>
<td>203 720,48</td>
<td>203 720,48</td>
<td>203 720,48</td>
</tr>
<tr>
<td>7.9.1 Mosaico agroflorestal</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
</tr>
<tr>
<td>7.9.2 Mosaico agroflorestal</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
<td>2 779</td>
</tr>
<tr>
<td>7.10.1 Manutenção de habitats do lince-ibérico</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
</tr>
<tr>
<td>7.10.2 Manutenção de habitats do lince-ibérico</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
</tr>
<tr>
<td>7.11.1 Manutenção de habitats do lince-ibérico</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
</tr>
<tr>
<td>7.11.2 Manutenção de habitats do lince-ibérico</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
<td>3 502 416,92</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Total Budget (€):**

- 2020: 2 518 404,44
- 2021: 2 518 404,44
- 2022: 2 518 404,44
- 2023: 2 518 404,44
- 2024: 2 518 404,44
- Total: 10 553 617,76

---

**Indicadores de realização:**

- Indicadores de realização em número de explorações apoiadas: 95 448
- Indicadores de realização em número de contratos apoiados: 3 502 416,92
- Indicadores de realização em número de explorações participantes em agrupamentos: 95 448
- Indicadores de realização em número de agrupamentos: 3 502 416,92
- Indicadores de realização em número de explorações em agrupamentos de participantes: 95 448
- Indicadores de realização em número de operações (criação de agrupamentos de participantes): 3 502 416,92
- Indicadores de realização em número de operações (criação de agrupamentos de participantes) por hectare para cobrir os custos de manutenção dos sistemas agro-silvo-pastoris: 95 448
- Indicadores de realização em número de explorações por hectare para cobrir os custos da perda de rendimentos: 95 448
- Indicadores de realização em número de explorações por hectare para cobrir os custos de manutenção em florestação e criação de zonas sujeitas a condicionantes: 95 448

---

**Conservação e melhoramento de recursos genéticos:**

- Recursos genéticos - Manutenção de variações vegetais tradicionais: 50 455,01
- Recursos genéticos – Utilização de raças autóctones em risco: 50 455,01
- Recursos genéticos – Manutenção de variações vegetais tradicionais: 50 455,01
- Recursos genéticos – Utilização de raças autóctones em risco: 50 455,01

---

**Conservação do solo:**

- Enrelvamento das margens das estruturas de entrelinha de culturas permanentes: 14 648,80
- Enrelvamento das margens das estruturas de entrelinha de culturas permanentes: 14 648,80

---

**Pagamentos Rede Natura:**

- Pagamentos Rede Natura - Pagamento por exploração de espécies nativas: 203 720,48
- Pagamentos Rede Natura - Pagamento por exploração de espécies nativas: 203 720,48

---

**Pastoreio extensivo:**

- Apoio à proteção do lobo - ibérico: 203 720,48
- Apoio à proteção do lobo - ibérico: 203 720,48
### Tabela B4 - Despesa pública das operações com prioridades secundárias - ACUMULADO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Prioridade/Área Focus</th>
<th>Despesa Pública (programada)</th>
<th>Despesa Pública (executada)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>P1</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>80 493 658,92</td>
<td>4 067 278,72</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>1 302 016 787,99</td>
<td>89 771 634,94</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>P2</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>143 943 945,23</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>32 754 832,51</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>P3</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>382 379 520,78</td>
<td>9 494 677,58</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>64 102 025,04</td>
<td>23 112 709,17</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>29 593 225,02</td>
<td>4 228 089,41</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>P4</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>1 198 916 281,74</td>
<td>7 153 205,50</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>1 198 916 281,74</td>
<td>4 937 382,34</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>1 198 916 281,74</td>
<td>8 088 383,08</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Tabela C: Desagregação por género e idade

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cod submedida CDM</th>
<th>Legendas</th>
<th>Descrição PDR2020</th>
<th>Indicadores de realização</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>INV-PHY (17)</strong></td>
<td>3.1.1 Jovens agricultores</td>
<td>INVESTIMENTO NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA</td>
<td>PDR</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº de explorações com apoio ao investimento em explorações agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>idade &lt;=40 anos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Homens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mulheres</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>idade &gt;40 anos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Homens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mulheres</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>outros não individuais</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>BUS-DEV (59)</strong></td>
<td>4.1</td>
<td>INV-PHY (17)</td>
<td>Pequenos investimentos nas explorações agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº de explorações com apoio ao investimento em explorações agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>idade &lt;=40 anos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Homens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mulheres</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>idade &gt;40 anos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Homens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mulheres</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>outros não individuais</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>INV-PHY (17)</strong></td>
<td>3.1.1 Jovens agricultores</td>
<td>INVESTIMENTO NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA</td>
<td>Nº de beneficiários (explorações)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>idade &lt;=40 anos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Homens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mulheres</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>idade &gt;40 anos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Homens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Mulheres</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>outros não individuais</td>
</tr>
<tr>
<td>Tabela C: Desagregação por tipo de área</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Coluna X</strong></td>
<td><strong>Coluna Y</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Data não regulada a condicionante</strong></td>
<td>Data regulada a condicionante</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Colunas</strong></td>
<td><strong>Descrição</strong></td>
<td><strong>Descrição PDR2020</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Tabela D: Progresso na consecução das metas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Domínio</th>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Operações PDR</th>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Execução (total + acumulado)</th>
<th>Meta</th>
<th>Indicador de realização</th>
<th>Execução (total + acumulado)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>PA8</strong></td>
<td>Domínio público</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Indicador 1.1</td>
<td>Meta: 11.4</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Processo</td>
<td>Núcleo de Coincidação</td>
<td>operações PDR</td>
<td>indicador de resultados</td>
<td>indicador de resultados</td>
<td>cod</td>
<td>indicador de resultados</td>
<td>valor</td>
</tr>
<tr>
<td>----------</td>
<td>----------------------</td>
<td>---------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----</td>
<td>------------------------</td>
<td>-------</td>
</tr>
<tr>
<td>P1A</td>
<td>P4A</td>
<td>nº de empregos (ETC) homens</td>
<td>nº empregados</td>
<td>59 421 937,20</td>
<td>15 445 300,81</td>
<td>P1A</td>
<td>nº de empregados</td>
</tr>
<tr>
<td>P1B</td>
<td>P4B</td>
<td>nº de participantes</td>
<td>nº de participantes</td>
<td>25 626</td>
<td>2 794</td>
<td>P1B</td>
<td>nº de participantes</td>
</tr>
<tr>
<td>P1C</td>
<td>P4C</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>7 271</td>
<td>4 961</td>
<td>P1C</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td>P2A</td>
<td>P5A</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>7 271</td>
<td>4 961</td>
<td>P2A</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td>P2B</td>
<td>P5B</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>7 271</td>
<td>4 961</td>
<td>P2B</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td>P3A</td>
<td>P6A</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>7 271</td>
<td>4 961</td>
<td>P3A</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
</tr>
<tr>
<td>P3B</td>
<td>P6B</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
<td>7 271</td>
<td>4 961</td>
<td>P3B</td>
<td>nº de explorações agrícolas</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Table D: Progresso na consecução das metas**
Tabela E: Monitorização das medidas transitórias - ANUAL

<table>
<thead>
<tr>
<th>Artigo</th>
<th>Código COM</th>
<th>Código Reg 1698/2005</th>
<th>Despesa pública total (acumulada)</th>
<th>Despesa pública total (do ano) - COM</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>14</td>
<td>1</td>
<td>331,111</td>
<td>505 873</td>
<td>48 223</td>
</tr>
<tr>
<td>15</td>
<td>2</td>
<td>114,115</td>
<td>884 769</td>
<td>136 459</td>
</tr>
<tr>
<td>16</td>
<td>3</td>
<td>132,133</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>4</td>
<td>216,121,125,123</td>
<td>280 068 285</td>
<td>38 135 272</td>
</tr>
<tr>
<td>18</td>
<td>5</td>
<td>126</td>
<td>1 325 987</td>
<td>4 996</td>
</tr>
<tr>
<td>19</td>
<td>6</td>
<td>112,141,311,312,313</td>
<td>8 611 043</td>
<td>287 473</td>
</tr>
<tr>
<td>20</td>
<td>7</td>
<td>321,322,323</td>
<td>289 162</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>21</td>
<td>8</td>
<td>221,222,223,226,227,122,123</td>
<td>151 749 665</td>
<td>21 618 557</td>
</tr>
<tr>
<td>27</td>
<td>9</td>
<td>142</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>28</td>
<td>10</td>
<td>214</td>
<td>4 878 537</td>
<td>486 344</td>
</tr>
<tr>
<td>29</td>
<td>11</td>
<td>214</td>
<td>522 199</td>
<td>79 134</td>
</tr>
<tr>
<td>30</td>
<td>12</td>
<td>213,224</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>31</td>
<td>13</td>
<td>211,212</td>
<td>111 027 617</td>
<td>153 535</td>
</tr>
<tr>
<td>33</td>
<td>14</td>
<td>215</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>34</td>
<td>15</td>
<td>225</td>
<td>51 544</td>
<td>15 778</td>
</tr>
<tr>
<td>35</td>
<td>16</td>
<td>124</td>
<td>9 703 001</td>
<td>2 322 615</td>
</tr>
<tr>
<td>32 (CPR)</td>
<td>19</td>
<td>411,412,413,421,431</td>
<td>77 702</td>
<td>112 253</td>
</tr>
<tr>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>Medidas descontinuadas</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>113</td>
<td>669 854</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>131</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
ANEXO V – RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Q1 | Domínio de incidência 1A: Em que medida apoiamos as intervenções do PDR a inovação, a cooperação e o desenvolvimento e da base de conhecimentos nas zonas rurais?

RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Os projetos PDR têm sido inovadores e baseiam-se em conhecimentos desenvolvidos
- Variedade de parceiros envolvidos em grupos operacionais PEI
- Agricultores que beneficiaram dos serviços de aconselhamento
- Os projetos PDR promovem o desenvolvimento da base de conhecimento

A inovação constitui um dos três objetivos transversais da política de desenvolvimento rural, sendo em consonância um objetivo transversal do PDR2020 "aumentar a capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal".

No final de 2018, os níveis de execução das diferentes Operações com contributo para este Domínio de Incidência eram ainda reduzidos (taxa de execução de apenas 18,5% da dotação programada para as operações com contributo para este Domínio de Incidência), refletindo-se num reduzido nível de cumprimento da meta definida (0,37% de despesa pública executada para as medidas ‘transferência de conhecimentos & ação de informação’, ‘serviços de aconselhamento’ e ‘cooperação’ na despesa total do PDR face a uma meta de 1,97%). Salienta-se, neste contexto, que face aos níveis de aprovação o alcance da meta não parece comprometido, uma vez que a despesa pública aprovada com estas medidas era de 1,43% face a uma meta de 1,97%.

No domínio do contributo do PDR2020 para a cooperação e a inovação destaca-se, assim, o papel dos apoios contemplados na Operação 1.0.1 "Grupos Operacionais", os quais registaram uma adesão bastante positiva, abrangendo um conjunto diversificado de entidades que em parceria promovem a investigação e a inovação nos diversos domínios temáticos relevantes do PDR, conforme evidenciado na resposta à QA3. Estes apoios são importantes não só para estimular a I&D, a inovação e a produção de conhecimento e estimular o surgimento de novos ou melhorados produtos e serviços ambientalmente mais sustentáveis, como para promover o trabalho conjunto, a cooperação e a transferência de conhecimento entre os diversos stakeholders.

Ao nível da promoção do conhecimento destaca-se, ainda, os apoios disponibilizados pelo PDR relativos a ações de formação e informação, os quais contemplam, através do conjunto de projetos aprovados um conjunto significativo de ações de formação e atividades de informação e disseminação de conhecimento relevantes para melhorar o desempenho dos ativos no setor, designadamente nos domínios da competitividade, da organização da produção, do ambiente e clima, e do desenvolvimento dos territórios rurais. No âmbito destas ações é de referir a diversidade de entidades apoiadas, de sectores abrangidos e de domínios cobertos, os quais visam não só promover a melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e florestais e a sua modernização, como também restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura, promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos sectores agrícola, alimentar e florestal. Estes projetos têm um importante contributo para melhorar a articulação e a adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores e o acesso dos produtores à informação técnica relevante, reforçando o seu conhecimento e a sua capacidade para desenvolverem a sua atividade de forma mais competitiva.

Os serviços de aconselhamento tem, igualmente, um papel importante na promoção do conhecimento e da inovação, centrando-se os apoios disponibilizados, por um lado, no estímulo à utilização de serviços de aconselhamento por parte dos produtores agrícolas e florestais, contribuindo desta forma para reforçar o seu conhecimento e por esta via para melhorar o desempenho económico e ambiental das explorações, e por outro, no reforço das condições materiais e técnicas das entidades associativas e de prestação de serviços de forma a potenciar a criação de uma rede nacional de excelência de apoio ao sector.

Em síntese, e não obstante os baixos níveis de execução registados no final de 2018, patentes nos valores do indicador de resultado deste Domínio de Incidência, considera-se que PDR2020 tem um elevado potencial para estimular e promover a inovação, a cooperação e a base de conhecimento das zonas rurais, nomeadamente tendo em consideração o nível de aprovação existente e o perfil de projetos aprovados.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1:** A apreciação efetuada, com as limitações descritas, em particular por se basear num conjunto ainda reduzido de projetos em execução, permite constatar que o PDR2020 face ao nível de aprovação e ao perfil de projetos apoiados tem potencial para contribuir para a inovação, a cooperação e o desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais, ainda que nesta fase, não existam evidências objetivas desse contributo.

- **R1:** Monitorização da real capacidade de execução dos projetos e se necessário, adotar uma gestão flexível dentro do quadro regulamentar vigente com a abertura de novos avisos e/ou transferência de verbas de Operações com menor procura para as outras que se encontrem com uma dotação insuficiente.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com a inovação, a cooperação e o desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais;
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023 e consulta de informação de projetos específicos, tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre as operações apoiadas, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020.
Q2 | DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA 1B: EM QUE MEDIDA REFORÇARAM AS INTERVENÇÕES DO PDR AS LIGAÇÕES ENTRE A AGRICULTURA, A PRODUÇÃO ALIMENTAR, A SILVICULTURA, A INVESTIGAÇÃO E A INOVAÇÃO, INCLUSIVAMENTE NA PERSPETIVA DO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO E DO DESEMPENHO AMBIENTAL?

RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Tem sido estabelecida uma colaboração a longo prazo entre as entidades no domínio da produção alimentar e da silvicultura e as instituições de investigação e inovação.
- Têm sido implementadas operações de cooperação entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, na perspetiva de uma melhor gestão e desempenho ambiental.

A Operação 1.0.1 “Grupos operacionais”, apresentava no final de 2018 um nível de compromisso próximo da dotação programada, no entanto, a taxa de execução era de apenas 24%, resultando sobretudo de projetos transitados do anterior período de programação. Ainda assim, as metas definidas encontravam-se já ultrapassadas.

Neste sentido, a resposta a esta questão de avaliação centra-se em grande medida na análise dos projetos transitados da Medida 4.1 – “Cooperação para a inovação” do anterior período de programação incluídos na Operação 1.0.1 “Grupos operacionais”. Neste âmbito foram apoiadas 60 iniciativas de cooperação, envolvendo cerca de 350 entidades parceiras, entre empresas, produtores, organismos de investigação e associações, cooperativas e Direções Regionais de Agricultura e Pescas.

O perfil de projetos apoiados evidencia uma grande diversidade quer em termos de áreas sectoriais abrangidas, quer de tipo de inovação praticada, abrangendo um conjunto diversificado de áreas sectoriais agrícolas e agroalimentares (p. ex., fruta, hortícolas, carne, cereais, oleaginosas e proteaginosas, flores, vinha, olival, pecuária, azeite, vinho). Trata-se de projetos centrados no desenvolvimento da inovação e na incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, através de práticas de cooperação entre os diversos agentes das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias, aumentando a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as atividades produtivas, salientando-se seguinte perfil de resultados:

- Resultados diretos da inovação de produtos, processos e tecnologias apoiadas, através do incremento de ganhos de eficiência e de valor ou obtenção de produtos novos ou diferenciados, aumentando a capacidade competitiva das empresas apoiadas e a melhoria das condições de valorização de mercado dos produtos agrícolas e pecuários;
- Reforço e promoção de uma cultura de inovação dentro das empresas do sector agrícola e agroalimentar e de colaboração entre o tecido empresarial e as entidades do sistema científico e tecnológico, potenciando a cooperação, a disseminação e a transferência de melhores práticas.

No âmbito do apoio específico ao funcionamento de Grupos Operacionais (não obstante os níveis ainda reduzidos de projetos com execução iniciada, derivado em grande medida do facto de se tratem de projetos plurianuais) é de referir a adesão bastante positiva que conduziu a que, no final de 2018, existisse um nível de compromisso próximo dos 100%, com 954 operações aprovadas correspondentes a 113 parcerias, a que acrescem mais 503 operações (cerca de 60 parcerias) com parecer favorável, mas que não foram contratadas por falta de dotação orçamental.

Salienta-se a diversidade dos Grupos Operacionais constituídos, os quais abrangem uma grande heterogeneidade de entidades parceiras (incluindo universidade e outros entidades de investigação, produtores agrícolas e empresas de transformação, associações cooperativas, entidades públicas, ...), assim como de atividades do complexo agrícola, florestal e agroalimentar e de áreas temáticas, cobrindo os vários Domínios de Incidência do PDR2020.

Esta dinâmica evidencia o reconhecimento crescente por parte dos diferentes atores da importância da colaboração e do trabalho conjunto em áreas chave para a competitividade e modernização do sector e para a melhoria do seu desempenho ambiental, sendo um estímulo importante para o desenvolvimento de iniciativas inovadoras e para a incorporação da inovação pelos agentes das fileiras produtivas, tendo um perfil de objetivos que vai ao encontro dos objetivos da M16 e do PDR2020, sendo no entanto ainda prematuro a avaliação pronunciar-se sobre os resultados efetivos dos mesmos.

61. Pomóideas e prunóideas, cerealicultura, leguminosas, produtos hortícolas, frutas, frutos de casca rija/frutos secos, pequenos frutos, plantas aromáticas, viticultura, arroz, olivicultura, bovinicultura, carne de suino, avicultura, ovino e caprino, cunicultura, Leite e produtos lácteos, cortiça, pinha e pinhão, resina, material lenhoso, biomassa florestal, cortiça).
Em síntese, a concretização de resultados pelo conjunto dos projetos apoiados deverá contribuir para aumentar a competitividade do sector agrícola e agroalimentar e melhorar o seu desempenho ambiental através do reforço da cooperação, da inovação e do I&D de áreas determinantes para a sua crescente afirmação nos mercados.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** A apreciação efetuada, com as limitações descritas não permite, ainda, objetivamente concluir sobre a eficácia das Operações contempladas no PDR2020 para a Prioridade 1B, ainda que se considere que os projetos apoiados possam ter um contributo efetivo para reforçar as ligações entre a agricultura, a produção alimentar, a silvicultura, a investigação e a inovação, com contributo na gestão, competitividade e desempenho ambiental das explorações.

- **R1:** Monitorização da real capacidade de execução dos projetos e se necessário, adotar uma gestão flexível dentro do quadro regulamentar vigente com a abertura de novos avisos e/ou transferência de verbas de Operações com menor procura para outras que se encontrem com uma dotação insuficiente.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com a investigação, a inovação, a cooperação e o desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais;
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023 e consulta de informação de projetos específicos, tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre as operações apoiadas, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020.
RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Aumentou o número de população rural que finalizou a aprendizagem ao longo da vida e a formação profissional nos setores agrícola e florestal

Com o objetivo de contribuir para a aprendizagem ao longo da vida e a formação profissional nos setores agrícola e florestal, o PDR2020 consagrou na Operação 2.1.1 “Ações de formação” um conjunto de apoios à formação, complementares aos desenvolvidos no FSE, direcionados para cobrir áreas não cobertas pelos apoios deste fundo. Neste sentido, as ações previstas no PDR2020 abrangem, por um lado ações de formação base, de caráter mais generalista, que têm como público-alvo jovens agricultores com projeto de instalação aprovado ao abrigo do PDR2020 ou do programa ProDeR, e por outro, ações de formação específica, de caráter especializado, capacitando para a intervenção em condições mais concretas de contexto produtivo, direcionadas a ativos do setor.

Não obstante a existência de um conjunto significativo de ações de formação aprovadas (86 projetos correspondendo a cerca de 70% da dotação), dirigidas quer a jovens agricultores, quer a ativos do sector e abrangendo os diversos Domínios de incidência onde esta Operação foi considerada, no final de 2018, apenas 5 projetos se encontravam em execução. Esta situação condiciona uma análise do efetivo contributo dos projetos para a qualificação e melhoria das competências dos ativos do setor, nomeadamente em termos das áreas cobertas pelos apoios e da sua correspondência com as necessidades dos ativos, destacando-se os baixos níveis de cumprimento das metas definidas para os indicadores de realização e resultado.

Relativamente à Operação 2.1.4 "Ações de informação" existia no final de 2018 um número razoável de projetos em execução (taxa de execução de 38%), ainda que a sua maioria se refira a projetos transitados do anterior período de programação. Estes projetos têm como principal objetivo disseminar informação técnica, económica e organizacional relevante para o sector agrícola, agroalimentar e florestal, e desta forma contribuir para melhorar o desempenho dos ativos no setor, designadamente nos domínios da competitividade, da organização da produção, do ambiente e clima, e do desenvolvimento dos territórios rurais.

Nas ações apoiadas destaca-se a diversidade de entidades apoiadas e de sectores abrangidos e os domínios cobertos pelas ações a desenvolver abrangendo não só o desempenho económico das explorações agrícolas e florestais e a sua modernização como também a preservação e melhoria dos ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura e a utilização eficiente dos recursos e a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas. Estes projetos têm um importante contributo para maior articulação e adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores e o acesso dos produtores à informação técnica relevante, reforçando o seu conhecimento e a sua capacidade para desenvolverem a sua atividade de forma mais competitiva e promovendo maior articulação e adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores.

Em síntese, considera-se que face ao conjunto de projetos aprovados o PDR2020 tem potencial para contribuir para a aprendizagem ao longo da vida e a formação profissional nos setores agrícola e floresta, reforçando as suas competências e conhecimentos essenciais para a competitividade e sustentabilidade destes sectores.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** Elevados níveis de compromisso nas Operações 2.1.1. e 2.1.4 que evidenciam uma dinâmica de adesão bastante positiva a estas Operações sendo expectável que venham a ter um importante papel na aprendizagem ao longo da vida e a formação profissional contribuindo para a capacitação e o reforço de competências nos sectores agrícolas, agroalimentar e florestal.

- **R1.** Monitorização da real capacidade de execução dos projetos e se necessário, adotar uma gestão flexível dentro do quadro regulamentar vigente com transferência de verbas de Operações com menor procura para as outras que se encontrem com uma dotação insuficiente.
MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com a aprendizagem ao longo da vida e a formação profissional nos setores agrícola e floresta;
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023 e consulta de informação de projetos específicos, tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre as operações apoiadas, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020.
RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- As explorações apoiadas foram modernizadas e reestruturadas
- A produção agrícola por unidade de trabalho nas explorações agrícolas apoiadas aumentou

A P2A representa 31% da dotação do programa e o conjunto das operações nelas inscritas visam a melhoria do desempenho económico das explorações/empresas por via do apoio ao investimento na reestruturação e modernização das mesmas. Face à dotação orçamental das operações que contribuem para este objetivo, é esperado que sejam as operações 3.2.1 “Investimento na exploração agrícola” (46,6% da dotação da P2A) e 3.3.1 (13,5% da dotação da P2A) os principais contribuintes para a concretização desse objetivo. Do ponto de vista da dinâmica de operacionalização ressalta da análise efetuada que as taxas de compromisso, em particular, no âmbito da M4 são, em regra, bastante elevadas atingindo no caso da Operação 3.2.1, uma das operações mais representativas na P2A em termos de dotação financeira, cerca de 90% e de uma taxa de compromisso de 49%. Estes elementos se, por um lado, refletem uma forte adesão do setor aos apoios à modernização e reestruturação, por outro lado colocam a exigência de uma monitorização atenta da capacidade de execução desses mesmos projetos junto dos promotores – tal como tem vindo a ser desenvolvido pela AG. Os resultados obtidos acompanham esse bom desempenho tal como expresso na taxa de cumprimento da meta do indicador de resultado (R4/T4), que é superior a 100%. A leitura deste indicador revela que, face aos recursos disponíveis e metas definidas em sede de programação, os resultados superam o esperado em termos dos objetivos traçados. Esta leitura evidencia ainda que a dotação financeira alocada ao objetivo da modernização das explorações apenas permite apoiar uma percentagem muito baixa das explorações agrícolas existentes em Portugal. Sem prejuízo do bom desempenho referido para a operação 3.2.1, importa destacar que operações 3.4.1 “Desenvolvimento do regadio eficiente” e 3.4.2 “Melhoria da eficiência dos regadios existentes”, ambas visando o regadio, e portanto, a disponibilidade de água, factor crítico para a agricultura no nosso país, não apresentam execução à data de 31.12.2018. O Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação do Pilar II (Desenvolvimento Rural) da PAC 2014-2020 prevê a estimativa da variação da produção agrícola nas explorações apoiadas (€/UTA) como indicador de resultado complementar (RC2). O valor estimado, na forma da variação do rácio VABpb/UTA na situação pré-projecto e no ano cruzeiro, contempla apenas a operação 3.2.1 e foi obtido com base na informação submetida pelo promotor em sede de candidatura (dados previsionais) e residente no SIPDR2020. As estimativas não contemplam novas instalações/plantações nem projetos onde o campo “UTA” não se encontrava preenchido, tendo-se assim estimado a variação média com base num universo de 980 projetos. Com base no atrás descrito foi estimada uma variação bruta de +55%. Em termos líquidos, e pese embora não ter sido possível usar uma abordagem contra factual – pelos motivos explicitados na secção metodológica do Relatório de Avaliação de 2019 ao PDR2020 (documento autónomo enquanto produto da Avaliação), foi possível identificar que, na ausência do programa, algum do investimento apoiado, e que está na origem da variação apurada, não teria sido realizado. Da inquirição aos beneficiários da operação 3.2.1, através de questionário administrado online, 30% dos respondentes afirmam que na ausência do programa teriam feito até 50% do investimento, 12% teria investido entre 51% e 99% e 36% dos inquiridos teriam feito o investimento na totalidade sem o apoio de que beneficiaram. Por fim, 23% declararam que não teriam investido sem o apoio de que beneficiaram. Pese embora não seja possível apresentar uma estimativa quantitativa líquida verifica-se que o apoio concedido contribui para o da criação de valor por unidade de trabalho, tendo sido em alguns casos (23%) decisivo para a tomada de decisão relativa ao montante investido.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** O apoio concedido contribui para o da criação de valor por unidade de trabalho (+55% com base nos pressupostos acima descritos) e, desse modo, representa um contributo positivo para a melhoria do desempenho económico e aumento da competitividade das explorações agrícolas apoiadas. Sem prejuízo deste bom desempenho face aos objetivos da Prioridade 2A, apreciação em grande medida apoiada no desempenho da operação 3.2.1, importa referir que a disponibilidade de água (e a facilitação do acesso à água) é, reconhecidamente, um fator determinante para o aumento da competitividade da agricultura portuguesa e, nesse sentido, a avaliação identifica como constrangimento ao cumprimento do objetivo de modernização e restruturação a ausência de execução das operações 3.4.1 e 3.4.2, bem como, a facilitação do aconselhamento agrícola e florestal, que manifestamente não foi conseguido.

- **C2.** A estimativa dos indicadores de resultado complementar é fortemente condicionada pelo facto de o pedido de apoio apresentado pelo promotor não ser enquadrado na situação operacional/técnica e económica financeira da exploração. Esta opção de gestão inviabiliza a possibilidade de análises específicas necessárias à estimativa dos indicadores de resultado complementar, no caso presente o indicador IRC02, em particular, a obtenção de estimativas líquidas assentes na definição de um contra factual.

- **R1.** Como referido acima a Avaliação reconhece o esforço de monitorização contínua desenvolvida pela Autoridade gestão, no sentido de assegurar a real capacidade do promotor em executar o investimento proposto (e o apoio) contratado. Esse esforço deve ter continuidade no sentido de assegurar que a dotação pública é efetivamente canalizada para o sector. A monitorização contínua, deve também, face ao ciclo de vida do programa, incidir sobre os níveis de execução residuais que se verificam nas operações acima identificadas. As opções de gestão a tomar devem contemplar mecanismos de facilitação da adesão, dentro do quadro regulamentar em vigor, ou revelando-se a falta de procura pelos apoios em causa sistémica, proceder à transferência das dotações orçamentais em causa para operações com elevada procura por parte dos agentes do sector.

- **R2.** A natureza da informação solicitada ao promotor em sede de candidatura, em particular o devido enquadramento do investimento para o qual é solicitado o apoio na situação económico-financeira e orientação técnica da exploração, deve ser considerada no futuro, num quadro que não obstaculize a adesão dos agentes, mas que, simultaneamente, assegure que o efeito e o impacto da injeção de capital público no sector são passíveis de serem quantificados.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (modernização e reestruturação das explorações no contexto da competitividade empresarial do sector agrícola);
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020, face às metas 2023;
- Inquirição a beneficiários PDR2020 por meio de questionário administrado on-line;
- Análise estatística

**ESTIMATIVA DO INDICADOR DE RESULTADO COMPLEMENTAR “VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO POR UNIDADE DE TRABALHO - RC2”**


- Valor Bruto e Valor Líquido -

Todos os indicadores de resultado complementar (RC) devem ser calculados como valores brutos. O indicador de resultado complementar R2 “variação da produção agrícola nas explorações apoiadas/UTA (unidade de trabalho anual) deve também ser calculado em termos líquidos por via de uma abordagem contrafactual. Os restantes indicadores complementares R13, R14, R15, R18 e R19, podem ser apresentados, como valores líquidos, caso seja possível.

- Contribuições Primárias e Secundárias -
No que diz respeito às contribuições secundárias, em relação ao reporte e quantificação dos resultados, em particular através da quantificação dos indicadores de resultado complementar e questões de avaliação relevantes (Anexo VII, ponto 7 do Regulamento (EU) Nº 808/2014), os avaliadores poderão tomar-las em consideração (se possível, não é obrigatório) no cálculo/apreciação das estimativas dos indicadores de resultado complementar de uma determinada Área Foco.

b) Limitações, Procedimentos e Pressupostos na estimativa do indicador RC2

A equipa de avaliação desenvolveu todas as diligências para que a abordagem contrafactual fosse utilizada na estimativa do indicador, tendo a esse respeito tido a melhor colaboração institucional, das entidades detentoras de informação e/ou micro-dados necessários a essa abordagem. Em particular, avaliou-se em estreita colaboração com a Autoridade de Gestão e o Gabinete de Política e Planeamento, entidade responsável de gestão da RICA (Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas) o potencial desta base de dados para efeitos de estabelecimento de um grupo representativo de não beneficiários do PDR2020 - que representariam a situação contrafactual. Essa informação seria enquadrada numa abordagem metodológica assente no método da dupla diferença (DID) com recurso a técnicas emparelhamento de dados (propensity score matching). A utilização da RICA e desta abordagem não foi possível porque: a) a RICA é uma amostra representativa da agricultura portuguesa e não necessariamente representativa dos agricultores portugueses não aderentes ao PDR2020; o último reporte da RICA, disponível à data da presente avaliação é 2017 – ainda que dados provisórios – pelo que a comparação com dados de ano cruzeiro a ocorrer num horizonte temporal futuro não são possíveis; b) esta dificuldade resulta precisamente de o momento em que ocorre a avaliação permitir unicamente a utilização de dados previsionais para a estimativa do indicador; c) os planos de investimento apresentados pelos promotores não têm enquadramento na orientação técnica e situação económico-financeira da exploração; d) o historial económico-financeiro da exploração anterior ao pedido de apoio não é conhecido em pelo menos dois anos, sendo assim, impossível, validar o pressuposto de igualdade de tendências de investimento antes do apoio – condição de validade para aplicação do método DID.

Face ao exposto a estimativa do indicador de resultado foi produzida na forma de variação do rácio VABpb/UTA, isto é, na variação entre o rácio na situação pré-projecto e no ano cruzeiro, e assente na informação constante do pedido de apoio da operação 3.2.1 (P2A). O valor apresentado é a variação média. Para o efeito considerou-se que toda a produção física é vendida. Não foram considerados outros proveitos ou outros custos, pelo facto de essa informação não constar do plano de rentabilidade apresentado pelo promotor. Como se disse acima o enquadramento do investimento na contabilidade da exploração não é conhecido. As estimativas produzidas não contemplam novas plantações/novas instalações (pelas razões decorrentes do anteriormente exposto e da própria formulação do indicador). Projetos transitados não puderam ser considerados.

A estimativa assim produzida foi enquadrada nos resultados obtidos por inquirição aos beneficiários da operação 3.2.1., naquilo que diz respeito ao efeito do programa nos resultados obtidos.
Q5 | DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA 2B: EM QUE MEDIDA APOIARAM AS INTERVENÇÕES DO PDR A ENTRADA DE AGRICULTORES DEVIDAMENTE QUALIFICADOS NO SETOR AGRÍCOLA, EM PARTICULAR, A RENOVAÇÃO DAS GERAÇÕES?

RESPONSA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O PDR contribui para a renovação geracional (em termos etários e de qualificações)

A Operação com maior representatividade em termos de envelope financeiro da P2B é a Operação 3.1.1 “Jovens Agricultores” (prémio) e, nesse sentido, espera-se que a renovação geracional com a entrada de jovens com qualificações adequadas seja, assim, em grande medida, promovida por esta Operação. A implementação do programa veio também a evidenciar que a instalação dos jovens agricultores (JA) era, na maioria dos casos (97%), acompanhada de investimentos também eles alavancados pelo programa, situação que foi devidamente atendida pela AG. Na sequência da aprovação do pedido de reprogramação de março de 2018 - Decisão C (2018) 3653 – foi criada a operação 3.1.2 “Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola” com verbas inicialmente alocadas à operação 3.1.1. Esta alteração resulou da evidência de que a maioria dos prémios para primeira instalação de jovens agricultores (3.1.1) eram acompanhados de um plano de investimentos e correspondente pedido de apoio no âmbito da operação 3.2.1, o que, se por um lado, justifica a necessidade de assegurar uma dotação própria, por outro pode ser visto como um indicador da durabilidade da instalação. Esta reprogramação reforça assim o contributo do programa na dinâmica de renovação do sector.

Sobre a dinâmica de execução e sinergias entre as operações na operacionalização do objetivo de renovação geracional, a análise das taxas de execução e compromisso, bem como o desempenho traduzido nos indicadores definidos em sede de programação, revela que 3.529 JA tinham projetos em execução à data de 31.12.2018, sendo o rácio entre estas explorações cuja gestão passa a ser assumida por um JA e o total de explorações do Continente (278.110) de 1,27% - indicador R3/T5. Este valor compara com a meta de 2,72%, traduzindo-se num cumprimento do objetivo ainda inferior a 50%. A taxa de compromisso à data de 31.12.2018, assegurada que seja a sua execução, permitirá o cumprimento da meta definida para o indicador de resultado. Sobre o contributo da Operação 2.2.2 “Criação de serviços de aconselhamento” para os objetivos da prioridade P2B, para além da necessidade de aumentar a sua execução (que se cifrava em 38% a 31.12.2018), importa assegurar que estes serviços são direcionados a JA, caso contrário, o seu contributo para os objetivos da Prioridade será reduzido ou mesmo ser nulo. A atenção à execução desta operação deve ser redobrada pelo facto de todos os projetos com execução iniciada serem projetos que transitaram do período de programação anterior. Como nota relevante para o cumprimento do objetivo que a P2B encerra, destaca-se a exigência regulamentar ao nível da obrigatoriedade de obtenção de qualificação quando esta não existe no momento da candidatura. Face ao exposto, conclui-se que a sinergia esperada entre as operações inscritas na P2B, que tem por objetivo a renovação geracional, existe e pode vir a ser refletida nas metas estabelecidas, assegurada que seja a execução das operações nela inscritas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- C1. A lógica de intervenção definida para a concretização do objetivo da renovação geracional é revalidada e o pleno alcance dos objetivos dessa estratégia está apenas condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas em sede de programação.

- R1. Assegurar a execução dos montantes comprometidos e dinamizar a implementação da operação 2.2.2 "Criação de serviços de aconselhamento".

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (entrada de agricultores devidamente qualificados no setor agrícola/ renovação geracional);
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDPR2020, face às metas 2023;
RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Implementação de sistemas de qualidade por parte dos produtores primários tem aumentado
- A participação dos produtores primários em esquemas de circuitos curtos, grupo de produtores orientados para a qualidade e organizações interprofissionais aumentou

A Operação 3.3.1. “Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas” é aquela com um maior envelope financeiro neste Domínio de Incidência (P3A) e a que regista a melhor maior taxa de execução (45%), sendo portanto no âmbito desta Operação que se espera um maior contributo para uma melhor integração na cadeia agroalimentar por meio de regimes de qualidade, acrescentando valor aos produtos agrícolas e promovendo mercados locais e cadeias de abastecimento curtas, agrupamentos de produtores e organizações interprofissionais. Neste âmbito refira-se que os 16 projetos em execução, representam cerca de metade da metade definida em termos de operações a apoiar, no entanto, e uma vez que os 21 projetos aprovados absorvem a totalidade da dotação programada o alcance da meta definida em termos de número de operações a apoiar encontra-se comprometido.

Os projetos em execução referem-se na sua maioria ao sector das frutas e produtos hortícolas, localizam-se na região Centro e centravam-se, sobretudo, no reforço da capacidade de integração e criação de valor na cadeia agroalimentar através da melhoria das condições de transporte, acondicionamento e armazenagem e distribuição dos produtos.

A Operação 5.2.1 “Interprofissionais”, apesar de ter uma expressão financeira muito reduzida, conta um nível de compromisso de 100% (2 projetos aprovados) e uma taxa de execução de 44% com um projeto em execução. De referir, que esta é a única operação com execução a contribuir para o indicador de resultado definido “% de explorações agrícolas apoiadas em regimes de qualidade, mercados locais e cadeias curtas, agrupamentos/organizações de produtores”, o qual apresenta uma taxa de cumprimento da meta de 73%.

Nim final de 2018 existia ainda neste Domínio de Incidência um projeto em execução na operação 4.0.2 “Investimentos em produtos florestais não identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado” e seis operações relativas a 4 Grupos PEI na Operação 1.0.1 “Grupos operacionais” com níveis de execução reduzidos e portanto, com contributo ainda reduzido para este Domínio de Incidência. De referir, igualmente, que a operação 5.1.1 “Criação de agrupamentos e organizações de produtores” tinha 9 projetos aprovados, mas sem execução financeira e que a operação 2.2.1 “Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal” não tinha projetos enquadrados neste Domínio de Incidência.

Em síntese, constata-se que o PDR2020 está a apoiar projetos com um potencial contributo para a melhoria da integração dos produtores na cadeia agroalimentar por meio de regimes de qualidade, sobretudo através do apoio a investimentos na melhoria das condições de transporte, armazenamento e distribuição dos produtos, criando desta forma uma maior capacidade de criação de valor e integração na cadeia agroalimentar.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- C1. Os níveis de execução da maioria das Operações incluídas neste domínio de incidência condicionaram a análise do contributo do PDR2020 para a melhoria da integração dos produtores na cadeia agroalimentar. Ainda assim, destaca-se o contributo dos apoios sobretudo para a criação de valor dos produtos agrícolas, e ainda que de forma residual para a promoção de organizações interprofissionais.
- R1. Rever a meta de realização relativa ao número de operações a apoiar da Operação 3.3.1 “Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas”.
- R2. Verificar se se mantém a pertinência da inclusão da Operação 2.2.1 “Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal” neste domínio de incidência, na medida em que até ao momento nenhum dos projetos aprovados nesta Operação foi considerado na P3A.
• R3. Monitorizar os níveis de adesão das diferentes Operações e as necessidades de financiamento que venham a surgir e, se necessário, adotar uma gestão flexível dentro do quadro regulamentar vigente com transferência de verbas de Operações com menor procura.

MÉTODOS APLICADOS

• Análise documental;
• Revisão crítica de literatura dirigida aos aspectos de avaliação em análise;
• Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
• Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020, face às metas 2023.
RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

• Aumento da participação de explorações agrícolas em esquemas de prevenção e gestão de risco

As atividades agrícolas são expostas a diversas condições adversas, sendo desenvolvidas sob riscos elevados nomeadamente os associados à irregularidade das condições climáticas, com a existência de fenómenos climatéricos extremos, cada vez mais frequentes devido às alterações climáticas, e à ocorrência de incêndios. Deste modo, a implementação de mecanismos de gestão do risco torna-se um elemento chave na estabilidade financeira e viabilidade das explorações agrícolas e na atratividade desta atividade.

Neste contexto, o PDR2020 contemplou um conjunto de apoios orientados para a prevenção e a gestão dos riscos nas explorações agrícolas, sendo que no final de 2018, apenas as Operações 6.1.1 “Seguros” e 6.2.2 “Restabelecimento do potencial produtivo” tinham execução, sendo a resposta a esta questão de avaliação centrada apenas nessas Operações.

Relativamente à Operação 6.1.1 “Seguros” trata-se de uma área de apoio que não estava contemplada no anterior período de programação e que visa promover a contratação de seguros de colheitas, de animais e de plantas que cubram as perdas resultantes de um fenómeno climático adverso, de uma doença dos animais ou das plantas, de uma praga, ou de acidentes ambientais. Este instrumento permite a partilha do risco associado à prática agrícola e garante alguma estabilidade financeira para os agricultores, essencial para a viabilidade das explorações assim como para a sua atratividade e sustentabilidade.

A adesão a esta Operação foi bastante positiva face às expectativas da programação, sendo que o final de 2018 existiam 4.402 aderentes (beneficiários distintos) a esta Operação, valor que já ultrapassa a meta definida de apoio a 2.161 beneficiários/explorações (taxa de execução de 204%), com uma taxa de execução financeira de cerca de 70% da dotação disponível. É de referir que a maioria dos aderentes beneficiou do apoio de comparticipação do prémio de seguro em mais do que um ano, observando-se uma tendência de aumento dos agricultores abrangidos de ano para ano passando de cerca de 2.000 em 2014 para quase 3.000 em 2018. A área segura anualmente tem acompanhado esta evolução, atingindo os 85 mil hectares. De referir, ainda, que a majoração da taxa de apoio de projetos de investimento associados a instrumentos de gestão do risco (seguro de colheitas ou investimento em medidas de prevenção) tem igualmente um efeito de incentivo à adesão dos agricultores a instrumentos de prevenção e gestão de riscos.

A análise da informação disponibilizada sobre o perfil de apólices apoiadas permite concluir pela existência de uma maior prevalência de apólices de grupo (cerca de 2/3 dos aderentes e 88% os prémios totais). Em termos territoriais, destaca-se a região do Alentejo que concentra quase metade dos aderentes apoiados, ainda que em termos de despesa pública, absorva apenas 27% dos pagamentos, a região Norte e Centro absorve a maior proporção dos pagamentos efetuados (cerca de 1/3 cada uma), mas os aderentes são em maior número na região Centro. Nas regiões de Lisboa e do Algarve os apoios têm um peso menos significativo, o que se justifica pela menor área e explorações que abrangem. No tipo de culturas abrangidas pelas apólices apoiadas, existe uma distribuição equilibrada entre as culturas temporárias e as culturas permanentes em termos de número de aderentes, ainda que os apoios concedidos sejam mais elevados para as culturas permanentes, o que está associado com os valores dos prémios de cada tipo de cultura.

A Operação 6.2.2 “Restabelecimento do potencial produtivo” é uma medida imprescindível para apoiar a reconstituição ou reposição das condições de produção das explorações agrícolas afetadas por calamidades naturais, acidentes climáticos adversos ou eventos catastróficos por forma a criar condições para o seu regresso a uma atividade normal. Neste âmbito, no final de 2018 os níveis de execução registados resultam quer de compromissos transitados do anterior período de programação, quer de novos projetos associados a concurso relativos fenómenos climáticos adversos e acontecimentos catastróficos, como a precipitação extraordinária em certas zonas das regiões Centro e Norte verificada em fevereiro de 2016, o conjunto de incêndios deflagrados entre junho e outubro, em diversas zonas das regiões Norte e Centro, em 2017, o tornado no sotavento Algarvio, os incêndios em Monchique, Portimão, Silves e Odemira e a depressão pós-tropical associada ao furacão Leslie, registados em 2018. Neste âmbito destes concursos foram apoiadas 1.395 operações com uma despesa pública de quase 10 milhões de euros, observando-se uma taxa de compromisso de 38% e de execução de 29%. Trata-se de apoios de importância inquestionável para a reposição de fatores de produção, e, portanto, com um importante contributo em termos competitividade do setor. Considera-se, no entanto, que deve ter um caráter complementar a outros instrumentos de prevenção e gestão de riscos, quer os seguros, que poderão permitir cobrir parte das perdas existentes, quer intervenções enquadradas na Operação 6.2.1 “Prevenção de calamidades e catástrofes naturais”, a qual, no entanto, não se encontrava, ainda operacionalizada no final de 2018.
Em síntese, considera-se que os apoios concedidos pelo PDR2020 têm tido um contributo positivo para a prevenção e a gestão dos riscos nas explorações agrícolas, derivado sobretudo do estímulo à contratação de seguros por parte dos produtores agrícolas decisivos na gestão dos riscos nas explorações agrícolas, o que permitiu que os apoios abrangessem cerca de 1,58% das explorações e 2% da SAU recenseadas em 2009, valor que ultrapassa a meta definida de 0,89% de explorações agrícolas que participam em regimes de gestão de risco (R7/T7).

**CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

- **C1.** O PDR2020 contempla um conjunto de Operações complementares relevantes para apoiar e estimular quer a prevenção de riscos, quer a sua gestão, quer ainda, a minimização de efeitos decorrentes de situações excecionais. Neste âmbito e tendo em consideração as medidas operacionalizadas, até ao final de 2018, destaca-se os apoios para restabelecer o potencial produtivo das principais zonas afetadas por fenómenos climatéricos adversos e outras catástrofes e a adesão bastante positiva aos seguros, importante instrumento de gestão de riscos, essencial para assegurar a estabilidade económica e competitividade das explorações agrícolas.

- **R1.** Agilizar a dinâmica de operacionalização das Operações incluídas neste domínio de incidência, em particular a Operação 6.2.1 "Prevenção de calamidades e catástrofes naturais".

- **R2.** Verificar se se mantém a pertinência da inclusão da Operação 2.2.1 "Fornecimento do serviço de aconselhamento agrícola e florestal" neste domínio de incidência, na medida em que até ao momento nenhum dos projetos aprovados nesta Operação foi considerado na P3B.

- **R3.** Monitorizar os níveis de adesão das diferentes Operações e as necessidades de financiamento que venham a surgir, e, se necessário, adotar uma gestão flexível dentro do quadro regulamentar vigente com transferência de verbas de Operações com menor procura para as outras que se encontrem com uma dotação insuficiente.

**MÉTODOS APLICADOS**

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (prevenção e gestão de riscos);
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020, face às metas 2023.
A questão em apreço remete para a avaliação do contributo das operações inscritas na Prioridade nos seguintes domínios: a) restauro, preservação e melhoria da biodiversidade incluindo nas áreas Natura 2000, áreas sujeitas a condicionantes naturais ou outras de áreas de elevado valor natural e b) estado da paisagem europeia. Os dois domínios de análise estão interligados pois, a paisagem rural, resulta da interação entre o Homem e o meio ambiente, podendo essa interacção ser de diferentes níveis de intensidade no que diz respeito à utilização dos fatores de produção. Como referido por Strohbach (2015) 63, é importante entender as áreas de elevado valor natural (EVN) como sistemas sócio-ecológicos, estabelecidos num dado contexto socioeconómico, cultural e ambiental, que, assim, reclamam a ação humana como determinante do seu estabelecimento e manutenção. O abandono e a intensificação são, com frequência, as principais ameaças à manutenção destes sistemas de baixa intensidade (Keenleyside et al 2014)64.

O conjunto das operações inscritas na Prioridade P4A atua sob ambas as dimensões favorecendo, por um lado, a prática agrícola de baixa intensidade (M10), frequentemente associada a níveis de biodiversidade mais elevados e, por outro lado, favorecendo a manutenção da presença humana (M9) em territórios onde a manutenção de uma população rural viável é cada vez mais um desafio.

No que diz respeito à avaliação do efeito das operações inscritas nesta Prioridade, que se apresenta de seguida, importa referir que a não atualização, por parte do Estado Membro, dos indicadores de Contexto/Impacto Comuns “Índice de Aves das terras agrícolas” e a “Áreas de Elevado Valor Natural” 65 não permite a adoção de abordagens de natureza quantitativa para elaboração da resposta.

Assim, optou-se por uma abordagem de natureza qualitativa que visou, em primeiro lugar, evidenciar a relação e sobreposição espacial entre os territórios definidos como as zonas desfavorecidas, sistemas de elevado valor natural e a Rede Natura. Em segundo lugar, realizou-se, com base na natureza dos compromissos e na incidência territorial de cada uma, uma análise crítica do efeito esperado de cada uma das operações para a preservação da biodiversidade - medido pelo seu potencial de manutenção ou expansão das áreas de elevado valor natural. O resultado dessa análise matricial permitiu identificar: a) um cluster de operações com contributo claramente positivo para a preservação da biodiversidade sendo que a magnitude desse contributo na manutenção ou expansão das áreas de elevado valor natural (agrícolas ou florestais) depende essencialmente dos níveis de adesão (7.3.1, 8.1.5, 9.0.1, 9.0.2, 9.0.3, 7.3.2, 7.6.1, 7.6.2, 7.7.1, 7.7.2 e 8.1.2 – esta última operação contribui secundariamente para os objetivos em apreço); b) um outro cluster cujo efeito (positivo ou negativo) depende das culturas e/ou espécies a apoiar (7.2.1, 7.1.1 e 7.1.2) e, por fim, c) um cluster cujo efeito se considera positivo mas atuando por via indireta (7.7.3, 7.8.1, 7.9.1, 7.12.1, 7.8.3 e 7.8.4). De forma isolada surge a operação 3.2.1 pois reconhece-se o potencial efeito da intensificação agrícola como uma ameaça à preservação das áreas de elevado valor natural. As duas abordagens de natureza qualitativa, no essencial, validam uma lógica de intervenção cujo impacto na preservação da biodiversidade foi favorecido pelos níveis de execução física e financeira. A taxa de cumprimento das metas dos indicadores R6/T8 e R7/T9, superior a 100% em ambos os casos, reflete essa execução.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** O PDR2020, no âmbito da P4A, contempla um conjunto de Operações com expectável efeito positivo na conservação da biodiversidade e da paisagem rural. Os níveis de execução e compromisso das Operações, bem como, o cumprimento das metas dos indicadores de resultado R6/T8 e R7/T9 indicam a sua atratividade dentro do universo de beneficiários e que o potencial de intervenção definido em sede de programação foi atingido.

- **C1.** Os efeitos do programa sobre a biodiversidade e paisagem não são imediatos e, como tal, o potencial das iniciativas, no atual ciclo de vida do programa, com vista à identificação e quantificação dos seus efeitos nestas duas dimensões de avaliação,
por via de métricas convencionais de biodiversidade (abundância ou riqueza específica) ou paisagem (fragmentação), deve ser encarada com reservas.

- **R1.** A adequada monitorização dos efeitos do Programa relativamente ao seu efeito sobre a biodiversidade e a paisagem é condicionada pelo facto de os indicadores Índice de Aves Comuns e Áreas de Elevado Valor Natural não serem sistematicamente atualizados pelo Estado Membro. Sem o estabelecimento de um plano de monitorização futuro a avaliação do efeito do programa na manutenção das áreas de elevado natural pode ficar comprometida, incluindo em sede de avaliação Ex-post.

**MÉTODOS APLICADOS**

- Análise documental;
- Revisão de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (biodiversidade e paisagem);
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações face às metas 20203, em particular face ao objetivo de preservação da biodiversidade e da paisagem no território alvo;
- A não atualização, por parte do Estado Membro dos indicadores de Contexto/Impacto “Índice de Aves das terras agrícolas” e “Agricultura de elevado valor natural”, não permitem abordagens de natureza quantitativa. Por esta razão, recorreu-se a análise matricial qualitativa nos termos descritos no ponto seguinte;
- Análise matricial com vista à avaliação qualitativa do efeito do conjunto de Operações nos indicadores “área de elevado valor natural agrícola e florestal”, com recurso a suporte bibliográfico e opinião de especialistas.
Q9 | Domínio de Incidência 4B: Em que medida apoiamos as intervenções do PDR o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos, incluindo a da utilização de fertilizantes e pesticidas?

Resposta à questão de avaliação

Critérios de avaliação

- A qualidade da água foi melhorada

A avaliação do efeito do PDR2020 na melhoria da qualidade da água, objetivo da Prioridade P4B, desenvolveu-se em torno da análise do efeito potencial dos compromissos aos quais os beneficiários ficam vinculados e da apreciação do progresso no cumprimento das metas dos indicadores de resultado definidos para a Prioridade. O exercício desenvolvido identificou sinergias relevantes entre os compromissos estabelecidos para o conjunto das operações inscritas na Prioridade e a melhoria da qualidade da água, bem como, entre estes e o aumento da eficiência na sua utilização. A meta definida em sede de programação para os indicadores de resultado R8/T9 e R9/T11 foi tomada como o potencial máximo de intervenção do programa neste domínio.

O contributo da operação 7.5.1 "Uso eficiente da água", operação nuclear para a concretização do objetivo de aumento da eficiência do consumo do uso da água, é detalhado na resposta à Q 11 (P5A). Sem prejuízo dessa análise, importa referir aqui o forte contributo da Operação para um uso eficiente da água, em particular, atendendo às condições edáfico-climáticas de Portugal Continental. A água, enquanto recurso escasso, é condição de competitividade para a agricultura portuguesa. Por fim, importa referir, que a Operação 7.5.1 é um incentivo, no sentido da certificação do regante e da atividade do regadio, com as vantagens inerentes. É, ainda, reconhecido que as Operações no âmbito das M1 e M2 podem ter um contributo decisivo na implementação e adoção do plano de fertilização e do plano de rega.

O indicador R8/T10 (terras agrícolas) ultrapassou largamente a meta prevista ao contrário do que se verificou com o indicador R9/T11 (terras florestais).

Face ao exposto, conclui-se que o PDR2020 teve um contributo positivo nas dimensões analisadas (qualidade e eficiência do uso de água) sendo que, por via da subexecução das medidas florestais, não atingiu o potencial máximo de atuação.

Conclusões e recomendações

- C1. Em termos do efeito do programa na melhoria e gestão da água, o impacto do PDR2020 foi avaliado com base no expectável efeito dos compromissos a que os beneficiários ficam obrigados e na taxa de cumprimento da meta dos indicadores de resultado associados. Constatou-se que o PDR2020 teve um contributo positivo nas dimensões analisadas (qualidade água e eficiência do uso de água) sendo que, por via da subexecução das medidas florestais não atingiu o potencial máximo de atuação.

- R1. Assegurar que as metas previstas no caso das medidas florestais com baixa execução são atingidas de modo a potenciar o efeito do programa na melhoria da qualidade da água.

Métodos aplicados

- Análise documental;
- Revisão de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (gestão de recursos hídricos);
- Análise de arquitetura do Programa e sua intervenção lógica no âmbito do Domínio de Incidência;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações face às metas 2023 e considerando o objetivo de gestão dos recursos hídricos num quadro de sustentabilidade e competitividade da exploração.
Q10 | Domínio de Incidência 4C: Em que medida apoiaram as intervenções do PDR a melhoria da gestão dos solos?

Resposta à questão de avaliação

Critérios de avaliação

- A gestão dos solos, incluindo a prevenção da erosão, melhorou nas áreas apoiadas pelo PDR

A erosão dos solos, ainda que um fenômeno natural, é fortemente influenciada pelas práticas agrícolas que, em conjugação com as condições edafoclimáticas dominantes, podem determinar a ocorrência de taxas de erosão com potencial de redução da capacidade produtiva do solo. A ocorrência de fenómenos erosivos em Portugal Continental, e em particular, em áreas cultivadas, está bem documentada. Tal como descrito em GPP (sem data), a avaliação experimental da erosão é extremamente trabalhosa, onerosa e requer uma série longa de resultados correspondentes a diferentes tipos de solos, climas e de condições topográficas e de uso do solo, para se obterem valores da taxa de erosão fidedignos para uma determinada região. Em conformidade, o recurso a modelação não se apresentou como viável no horizonte temporal em que decorre a avaliação.

Os indicadores de resultado definidos para a P4C assumem a natureza de área contratada sujeita a compromissos de boas práticas de gestão do solo, nada permitindo concluir sobre a evolução da qualidade do solo no decorrer do compromisso em termos biofísicos. Importa assim definir um indicador (proxy) que permita inferir sobre a condição dos solos e o efeito das operações na mesma. A este respeito é sugerido, em linha com a literatura, o teor de matéria orgânica no solo. As conclusões e recomendações da Avaliação de 2017 já realçavam a necessidade de se estabelecer um plano de monitorização, a implementar até 2023, de modo a que em sede de posteriores avaliações se possa dispor de informação quantitativa e possam ser estimados efeitos líquidos das operações.

Não se dispor de informação quantitativa que permita avaliar o efeito das operações listadas importa inferir sobre a natureza dos compromissos e das obrigações dos beneficiários face ao objetivo de política em apreço (preservação do solo) e discuti-lo no conjunto das operações acima listadas, contribuintes para os objetivos da P4C. A existência de um efeito positivo entre os compromissos definidos para essas operações e a melhoria da qualidade dos solos, por via da prevenção da erosão e melhoria da sua gestão, foi validada com recurso a análise matricial, revisão de literatura e consulta de especialistas.

A meta definida para os indicadores R10/T12 (erras agrícolas) e R11/T13 (erras florestais) em sede de programação é tomada como o potencial máximo de intervenção do programa neste domínio. O indicador R10/T12 (erras agrícolas) ultrapassou largamente a meta prevista ao contrário do que se verificou com o indicador R9/T11 (erras florestais).

Face ao exposto, conclui-se que o PDR2020 teve um contributo positivo nas dimensões analisadas que pode ser melhorado por via do aumento da execução.

Conclusões e recomendações

- C1. Com as limitações decorrentes da abordagem adotada conclui-se que o PDR2020 teve um contributo positivo nas dimensões analisadas, que pode ser melhorado por via do aumento da execução das intervenções integradas na formulação do indicador de resultado R9/T11.

- R1. Estabelecer um plano de monitorização da evolução do teor de matéria orgânica nas áreas apoiadas.

Métodos aplicados

- Análise documental;
- Revisão de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos);
- Análise de arquitetura do Programa e sua intervenção lógica no âmbito do Domínio de Incidência.

Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de operações face às metas 2023 e considerando o objetivo de prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos.


A avaliação dos resultados alcançados no âmbito da P5A, cujo objetivo visa a melhoria da eficiência do consumo de água no setor agrícola é dominada pela análise do desempenho das operações 3.2.1 “Investimento na exploração agrícola” e 7.5.1 “Uso eficiente da água” que são, conjuntamente com a operação 3.4.1 “Desenvolvimento do regadio eficiente”, aquelas que apresentam taxas de execução financeira significativas, respectivamente 21%, 35% e 77%. São também estas as operações que mais contribuem para a formulação do indicador de resultado R12/T14 (% de superfície regada convertida para sistemas de irrigação mais eficientes), cuja taxa de cumprimento era, à data de 31.12.2018, cerca de 3 vezes a meta estabelecida. O Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação do Pilar II (Desenvolvimento Rural) da PAC 2014-2020 prevê a estimativa da variação da eficiência do consumo de água nos projetos apoiamos como indicador de resultado complementar (RC13). A estimativa apurada deste indicador, não contempla a Operação 3.4.1, uma vez que, os seus objetivos são a infraestruturação coletiva - naturalmente concorrentes para a eficiência coletiva do consumo de água, mas cujo efeito é indireto, sendo na prática um investimento facilitador do acesso a água e à boa gestão do seu consumo. Por esta razão a estimativa do indicador RC13 incidiu, assim, na avaliação do contributo das operações 3.2.1 e 7.5.1 para a eficiência do consumo de água 68. A avaliação do aumento da eficiência no consumo de água foi efetuada de forma diferenciada, sendo a variação em ambos casos reportada em m3/ha. O apuramento por quantidade física produzida (tal como sugerido nas fichas dos indicadores complementares de resultado)69 não foi possível face ao perfil de informação disponível. No caso da operação 3.2.1 o apuramento do indicador foi feito a partir da informação extraída do SIPDR2020 considerando todos os projetos com execução no âmbito da P5A. No caso da operação 7.5.1 a informação necessária foi recolhida por inquirição através de questionário administrado online e dirigido a todos os beneficiários da operação. Com base nesta abordagem foi estimada uma redução média do consumo de água, nos projetos apoiamos na operação 3.2.1 atribuídos à P5A, de 122m3/ha, o que equivale uma redução média de 4% face ao valor reportado na situação pré-investimento. Este valor é inferior (em 1 ponto percentual) face ao esperado quando é feita a imputação à P5A. Este valor foi apurado considerando 194 das 808 parcelas apoiamos (valor agregado dos 128 projetos que foram devolvidos pelo Sistema de Informação). A exclusão de um elevado número de parcelas ficou a dever-se a uma das seguintes situações: a) 608 parcelas foram excluídas da análise, ora por constituir nova plantações (279) ora por não apresentarem qualquer reporte do consumo de água (329) ou b) 6 parcelas foram posteriormente excluídas da análise por reportarem um aumento anormal (superior a 70%) do consumo de água, sem aumento da área apoiamos em regadio. No caso da operação 7.5.1, a redução média do consumo de água foi de 523m3/ha, a que equivale uma variação de 9% face à situação pré-apoio. Esta estimativa assenta nas repostas de 94 beneficiários que foram consideradas válidas (foram rececionadas 178 repostas). Este desfasamento resultou dos mecanismos de validação das respostas adotados, tendo sido excluídas as respostas que configuram uma das seguintes situações: a) novas plantações, pelo que não se consegue estimar a variação no consumo de água, b) preenchimento dos campos correspondentes ao consumo de água com “0” (não reportaram consumo de água) ou c) reporte de valores de consumo de água que fogem à análise de sensibilidade efetuada com base em valores de consumo de água tabelados70. Como melhor alternativa disponível para apuramento do efeito líquido do apoio, no caso da operação 7.5.1, e visto que a abordagem contrafactual não foi possível, pelas razões apresentadas na correspondente secção metodológica do Relatório de Avaliação de 2019 ao PDR2020, foi perguntado ao conjunto dos beneficiários inquiridos como avaliavam o contributo do apoio recebido para os resultados alcançados relativamente ao consumo de água. Verificou-se que 21% dos 94 beneficiários, cujas respostas se consideraram válidas, afirmaram que decididamente não teriam alcançado o mesmo resultado na ausência do apoio e que 47% consideram que provavelmente não teriam alcançado os mesmos resultados. O potencial peso morto do apoio é expresso nas respostas de 6% de beneficiários que afirmam que decididamente teriam alcançado os mesmos resultados em regadio e nos 26% que afirmam que provavelmente teriam alcançado os mesmos resultados. Assim, é possível afirmar que a redução do consumo de água nas áreas apoiamas no âmbito da 3.2.1 e 7.5.1, inscritas na P5A, permitiram uma redução de consumo de água entre 4% e 9%. Pese embora o peso morto tenha sido avaliado de forma qualitativa, este efeito foi identificado e tem um peso considerável já que 36% dos beneficiários consideram que, com maior ou menor grau de certeza, teriam alcançado os mesmos resultados relativos ao consumo de água.
CONCLUSÕES E RECOMendaÇÕES

- **C1.** A redução do consumo de água nas áreas apoiadas no âmbito da Operação 3.2.1 e da 7.5.1, inscritas na PSA, permitiram uma redução de consumo de água entre 4% e 9%. Pese embora o peso morto tenha sido avaliado de forma qualitativa este efeito foi identificado e tem um peso, embora não quantificável, significativo já que 36% dos beneficiários consideram que teriam alcançado os mesmos resultados relativos ao consumo de água, com maior ou menor grau de certeza.

- **R1.** Os formulários do pedido de apoio devem contemplar mecanismos de preenchimento automático, por exemplo: área regada 7 ha de milho, o campo consumo de água previsto não pode permitir a simplesmente a inserção de números, pois nuns casos o promotor insere o consumo por hectare, noutros o consumo de água total e, noutros ainda, não é possível descortinar qual a referência dos valores. Uma forma de abordar a situação poderia ser inserir um campo de consumo de água por hectare e o volume de água a ser consumido ser preenchido automaticamente.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (eficiência no consumo de água na agricultura);
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020, face às metas 2023;
- Inquirição a beneficiários PDR2020 por meio de questionário administrado on-line.
- Análise estatística

**ESTIMATIVA DO INDICADOR DE RESULTADO COMPLEMENTAR “AUMENTO DA EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA NA AGRICULTURA EM PROJETOS APOIADOS PELO PDR – RC13 “**


- Valor Bruto e Valor Líquido -
Todos os indicadores de resultado complementar (RC) devem ser calculados como valores brutos. O indicador de resultado complementar R2 “variação da produção agrícola nas explorações apoiadas/UTA (unidade de trabalho anual) deve também ser calculado em termos líquidos por via de uma abordagem contrafactual. Os restantes indicadores complementares R13, R14, R15, R18 e R19, podem ser apresentados, como valores líquidos, caso seja possível.

- Contribuições Primárias e Secundárias -
No que diz respeito às contribuições secundárias, em relação ao reporte e quantificação dos resultados, em particular através da quantificação dos indicadores de resultado complementar e questões de avaliação relevantes (Anexo VII, ponto 7 do Regulamento (EU) Nº 808/2014), os avaliadores poderão tomá-las em consideração (se possível, não é obrigatório) no cálculo/apreciação das estimativas dos indicadores de resultado complementar de uma determinada Área Foco.

b) Limitações, Procedimentos e Pressupostos na estimativa do indicador RC13

As principais limitações na estimativa do indicador decorrem do perfil de dados disponíveis e a definição de grupos de controlo. As limitações que se colocaram ao uso da informação da RICA para efeito de avaliação das políticas de desenvolvimento rural foram amplamente descritas na secção metodológica da Q4 (P2A). Para a situação presente (RC13) a principal limitação decorre da não representatividade da amostra para a constituição de um grupo controlo de não aderentes ao PDR2020. A impossibilidade de definição de um grupo controlo limitou o recurso a abordagens alerçadas na definição de um contrafactual, que por esta razão não foram prosseguidas. Recorreu-se, assim, à informação constante do Pedido de Apoio relativa aos consumos de água na situação pré-projecto e ano cruzeiro (Operação 3.2.1 – PSA; projetos com execução iniciada; informação residente no SIPDR2020) e à informação recolhida junto dos beneficiários (operação 7.5.1) por via de questionário administrado on-line. Em qualquer dos casos os valores de consumo de água foram contabilizados em m³/ha e o aumento da eficiência do consumo de água como a variação média deste rácio.
Q12 | DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA 5B: EM QUE MEDIDA CONTRIBUÍRAM AS INTERVENÇÕES DO PDR PARA O AUMENTO DA EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DA ENERGIA NO SETOR AGRÍCOLA E NA INDÚSTRIA ALIMENTAR?

RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- A Eficiência na utilização da energia no setor agrícola e na indústria alimentar aumentou por via do apoio do PDR

A Prioridade 5B visa o aumento da eficiência do consumo de energia, representando o envelope financeiro disponível para a concretização desse objetivo, 1,53% da dotação financeira do programa.

Face à dotação orçamental das operações que contribuem para o objetivo inscrito na 5B é esperado que sejam as operações 3.2.1 “Investimento na exploração agrícola” e 3.3.1 “Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas” os principais contribuintes para a concretização desse objetivo. Para ambas as Operações a prioridade principal é a P2A sendo a atribuição dos projetos de qualquer uma das Operações à 5B sujeito a regras relacionadas com a natureza dos investimentos propostos. Ambas as operações apresentam, no âmbito da prioridade em causa, uma taxa de execução modesta, 36% e 15%, respectivamente. Tal é igualmente patente na taxa de cumprimento da meta do indicador de resultado R15/T15, que é de cerca de 26%. O Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação do Pilar II (Desenvolvimento Rural) da PAC 2014-2020 prevê a estimativa da variação da eficiência energética nos projetos apoiados como indicador de resultado complementar (IRC14)72.

Decorre naturalmente do acima dito, que o esforço de recolha de informação para a estimativa deste indicador se centravas nas operações 3.2.1 e 3.3.1, enquanto Operações com contribuição primária para o objetivo de aumento da eficiência no consumo de energia73. Dado que no formulário de candidatura não é recolhida informação sobre a variação do consumo energético, isto é, qual a redução do consumo energético que o apoio a conceder vai permitir obter, optou-se pela inquirição como método de recolha de informação através de questionário administrado online74. No caso da Operação 3.2.1 o contributo do investimento apoiado na melhoria da eficiência energética foi identificado no conjunto das dimensões ambientais traduzidas nos indicadores de impacto ambiental comuns. Quando impelidos a classificar o contributo dos seus investimentos com o apoio do PDR2020, no domínio da eficiência energética, verificou-se que (N=877), 60% dos beneficiários afirmaram que o seu investimento contribuiu para o aumento da eficiência energética, 3% reportaram diminuição da eficiência e 37% afirmaram que o investimento foi neutro relativamente a esta variável. No que diz respeito à operação 3.3.1, e sendo que a estimativa quantitativa efetuada do indicador RC14 é baseada apenas na amostra de beneficiários desta operação que responderam ao questionário (N=66), foi possível apurar um aumento de médio de eficiência energética de 16,9%.

Se no cômputo global das respostas de beneficiários da Operação 3.3.1 se apurou esse valor, no conjunto dos beneficiários que identificaram o seu investimento em eficiência energética como representando 30 ou 50% do investimento elegível (valor variável em função do Aviso) esse valor foi de 30% (N=15). A incerteza associada a esta última estimativa é atenuada pelo facto de a amostra representar cerca de 90% do universo dos beneficiários. O impacto do investimento apoiado no âmbito desta prioridade é analisado em detalhe na Q24 (objetivos da estratégia EU 2020; aumento de 20% na eficiência energética) e Q27 (competitividade). Sem prejuízo dessa análise que se apresenta adiante neste documento, e como apreciação geral dos resultados obtidos, resulta que face à atual taxa de compromisso o contributo potencial máximo expectável (espehado nos recursos alocados e nas metas estabelecidas para os indicadores de resultado) possa vir a ser atingido, assegurada que seja a monitorização da execução dos projetos aprovados.

71 De acordo com as regras definidas pela AG (versão Agosto 2017) a atribuição da Prioridade 5B obedece ao seguinte: no caso da Operação 3.2.1 a candidatura apresenta investimentos elegíveis nas rubricas relacionadas com a eficiência energética, devidamente classificadas na tabela de rubricas de investimento – sem montante mínimo requerido e no caso da Operação 3.3.1, um ratio de 50% entre o investimento elegível em eficiência energética e o total era a condição para atribuição da 5B a um determinado projeto.

72 Este indicador não visa capturar a produção de energia renovável que é contabilizada separadamente na PSC.

73 É, no entanto, também indiscutível que, secundariamente, estas operações podem igualmente ter um contributo relevante nesta dimensão, dado que, o critério de atribuição da Prioridade aos projetos assenta na proporcionalidade do investimento elegível em eficiência energética face ao investimento elegível total. Assim, todos os beneficiários de ambas as operações foram inquiridos com respeito ao contributo do apoio para o aumento da eficiência energética tal como descrito no texto.

74 Os projetos transitados do anterior período de programação não integraram a amostragem realizada, desde logo, pela impossibilidade de separar, e identificar, o contributo dos diferentes períodos de programação na variação do consumo de energia.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

• C1. O contributo do programa para o aumento da eficiência energética foi positivo. No caso da operação 3.3.1 foi estimado, com base em inquirição de beneficiários, um aumento da eficiência energética médio de 30%.

• R1. Recolha de informação em sede de candidatura relativa ao consumo de energia na situação pré-projecto e após a realização do investimento de modo a assegurar o perfil de informação necessário à avaliação do efeito do programa no domínio da eficiência energética.

MÉTODOS APLICADOS

• Análise documental;
• Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (eficiência da utilização de energia no sector agrícola e na indústria alimentar);
• Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
• Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020, face às metas 2023;
• Inquirição a beneficiários PDR2020 por meio de questionário administrado on-line;
• Análise estatística

ESTIMATIVA DO INDICADOR DE RESULTADO COMPLEMENTAR "AUMENTO DA EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DA ENERGIA NA AGRICULTURA E NA INDÚSTRIA ALIMENTAR, EM PROJETOS APOIADOS POR PDR – RC14"


- Valor Bruto e Valor Líquido -

Todos os indicadores de resultado complementar (RC) devem ser calculados como valores brutos. O indicador de resultado complementar R2 "variação da produção agrícola nas explorações apoia/des/UTA (unidade de trabalho anual) deve também ser calculado em termos líquidos por via de uma abordagem contrafactual. Os restantes indicadores complementares R13, R14, R15, R18 e R19, podem ser apresentados, como valores líquidos, caso seja possível.

- Contribuições Primárias e Secundárias -

No que diz respeito às contribuições secundárias, em relação ao reporte e quantificação dos resultados, em particular através da quantificação dos indicadores de resultado complementar e questões de avaliação relevantes (Anexo VII, ponto 7 do Regulamento (EU) Nº 808/2014), os avaliadores poderão toma-las em consideração (se possível, não é obrigatório) no cálculo/apreciação das estimativas dos indicadores de resultado complementar de uma determinada Área Foco.

b) Limitações, Procedimentos e Pressupostos na estimativa do indicador RC14

As principais limitações na estimativa do indicador decorrem do perfil de dados disponíveis e da definição de grupos de controlo. As limitações que se colocaram ao uso da informação da RICA para efeito de avaliação das políticas de desenvolvimento rural foram amplamente descritas na secção metodológica da Q4 (P2A). Para a situação presente (RC14) a principal limitação decorre da não representatividade da amostra para a constituição de um grupo controlo de não aderentes ao PDR2020. A impossibilidade de definição de um grupo controlo limitou o recurso a abordagens alçadas na definição de um contrafactual, que por esta razão não foram prosseguidas. Sendo que a informação recolhida em sede de pedido de apoio não contempla a caracterização dos consumos energéticos na situação pré-projecto e ano cruzeiro, nem qualquer outro elemento do qual tal se pudesse inferir, recorreu-se a informação recolhida junto dos beneficiários (operação 3.2.1 e 3.3.1) por via de questionário administrado on-line. O indicador foi estimado na forma de variação média da eficiência energética.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

são alcançados.

exploração/empresa - em particular pela redução da emissão de gases com efeito de estufa. Deve assim ser dada continuidade ao

peso elevado na estrutura de custos das explorações/empresas, o fomento da produção de energia renovável é um fator de aumento

em produção de energia renovável é patente nas taxas de compromisso à data de 31.12.2018. Sendo que o custo da energia tem um

beneficiários alvo. Não é, por esta razão, possível apresentar a estimativa da produção de energia renovável nos projetos apoiados

âmbito dos beneficiários de apoio para a produção de energia renovável foi nula, resultado que reflete também o reduzido número de

perspetiva do beneficiário face ao que teria sido a sua dinâmica de investimento no domínio da produção de energias renováveis na

Faces a ação orçamental das operações que contribuem para o objetivo inscrito na PSC, é esperado que sejam as Operações 3.2.1

"Investimento na exploração agrícola" e 3.3.1 "Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas" os principais

contribuintes para a concretização desse objetivo. Para ambas as operações a prioridade principal é a P2A sendo a atribuição dos

projetos de qualquer uma das operações à PSC sujeito a regras relacionadas com a natureza dos investimentos propostos. Ambas

as operações apresentam, no âmbito da prioridade em causa, uma taxa de execução modesta, 14% e 30%, respectivamente. Tal é

igualmente patente na taxa de cumprimento da meta do indicador de resultado R15/T16, que é de cerca de 13%. O Quadro Comum

de Acompanhamento e Avaliação do Pilar II (Desenvolvimento Rural) da PAC 2014-2020 prevê a contabilização da produção de energia

renovável produzida na exploração/empresa apoiadas como indicador de resultado complementar (RC15).

Decorre do acima exposto, que o esforço de recolha de informação para a estimativa deste indicador se centrou nas operações 3.2.1

e 3.3.1, enquanto operações com contribuição primária para o objetivo da PSC76. Dado que no formulário de candidatura não é

recolhida informação sobre o consumo e origem da energia consumida, optou-se pela inquirição a beneficiários como método de

recolha de informação através de questionário administrado online. Subjacente à elaboração do questionário estiveram, por um

lado, a obtenção de informação relativa aos consumos energéticos da exploração/empresa (na situação antes do investimento e uma

vez concluído o investimento), e por outro lado, capturar a representatividade da energia renovável, produzida em resultado do apoio,

no consumo energético total da exploração/empresa. Sendo que a estimativa líquida do efeito do indicador RC15, embora não sendo

obrigatória, se considera relevante no contexto da avaliação, foi ainda incluída uma questão adicional com vista à caracterização da

perspetiva do beneficiário face ao que teria sido a sua dinâmica de investimento no domínio da produção de energias renováveis na

ausência do programa. Pese embora a boa taxa de resposta global do questionário administrado pela Equipa de Avaliação, cerca de

30% do total de beneficiários a quem se endereçou o mesmo submeteram com sucesso as suas respostas, a taxa de resposta no

âmbito dei beneficiários, na produção de energia renovável foi nula, resultado que reflete também o reduzido número de

beneficiários alvo. Não é, por esta razão, possível apresentar a estimativa da produção de energia renovável nos projetos apoiados

com base neste esforço de amostragem. Assim, o interesse do sector no apoio do programa e na realização de investimentos em

produção de energia renovável é patente nas taxas de compromisso à data de 31.12.2018. Sendo que o custo da energia tem um

peso elevado na estrutura de custos das explorações/empresas, o fomento da produção de energia renovável é um factor de aumento

da competitividade, por via da redução de custos de produção, e naturalmente, por via da melhoria do desempenho ambiental da

exploração/empresa - em particular pela redução da emissão de gases com efeito de estufa. Deve assim ser dada continuidade ao

esforço de monitorização da capacidade de execução dos investimentos contratados no sentido de garantir que os objetivos previstos

são alcançados.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

• C1. A pertinência dos objetivos da PSC na competitividade das explorações/empresas é revalidada, seja por via da redução dos

custos que o consumo energético representa, seja pela melhoria do desempenho ambiental.

---

76 De acordo com as regras definidas pela AG (versão Agosto 2017), em ambos os casos, a candidatura é imputada à PSC se apresenta investimentos elegíveis nas rubricas relativas a energias renováveis, devidamente classificadas na tabela de rubricas de investimento, e estas correspondem a um consumo de mais de 30% de energia na exploração agrícola/empresa.

77 É, no entanto, indiscutível que, secundariamente, estas operações podem igualmente ter um contributo relevante numa dimensão, dado que, o critério de atribuição da Prioridade aos projetos assenta na proporcionalidade do investimento elegível em eficiência energética face ao investimento elegível total. Assim, todos os beneficiários de ambas as operações foram inquiridos com respeito ao contributo do apoio para o aumento da eficiência energética tal como descrito no texto.

78 Os projetos transitados do anterior período de programação não integraram a amostragem realizada, desde logo, pela impossibilidade de separar, e identificar, o contributo dos diferentes períodos de programação na variação do consumo de energia.

C2. A baixa taxa de resposta ao questionário administrado aos beneficiários da operação 3.3.1 não permite apresentar a estimativa do indicador de resultado complementar RC15.

R1. Dar continuidade ao esforço de monitorização da capacidade de os promotores executarem o investimento contratado na medida em que os compromissos assumidos são elevados e, a não realização desse investimento, compromete a consecução dos objetivos da Prioridade.

R2. Ponderar a inclusão nos pedidos de apoio de informação relativa à representatividade do consumo de energia renovável no consumo energético total da exploração para onde o investimento é canalizado de modo a facilitar a compreensão do efeito do apoio em termos de produção e fornecimento de energia renovável.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (produção de energia renovável no sector);
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020, face às metas 2023;
- Inquirição a beneficiários PDR2020 por meio de questionário administrado on-line;
- ESTIMATIVA DO INDICADOR DE RESULTADO COMPLEMENTAR "ENERGIA RENOVÁVEL PRODUZIDA A PARTIR DE PROJETOS APOIADOS – RC15"


  - Valor Bruto e Valor Líquido -

Todos os indicadores de resultado complementar (RC) devem ser calculados como valores brutos. O indicador de resultado complementar R2 "variação da produção agrícola nas explorações apoiadas/UTA (unidade de trabalho anual) deve também ser calculado em termos líquidos por via de uma abordagem contrafactual. Os restantes indicadores complementares R13, R14, R15, R18 e R19, podem ser apresentados, como valores líquidos, caso seja possível.

- Contribuições Primárias e Secundárias -

  No que diz respeito às contribuições secundárias, em relação ao reporte e quantificação dos resultados, em particular através da quantificação dos indicadores de resultado complementar e questões de avaliação relevantes (Anexo VII, ponto 7 do Regulamento (EU) Nº 808/2014), os avaliadores poderão tomá-las em consideração (se possível, não é obrigatório) no cálculo/apreciação das estimativas dos indicadores de resultado complementar de uma determinada Área Foco.

b) Limitações, Procedimentos e Pressupostos na estimativa do indicador RC15

A principal limitação na estimativa do indicador foi o facto de não ser recolhida em sede de candidatura qualquer informação relativa ao uso e fornecimento de energias renováveis que permita comparar a evolução do desempenho do promotor neste domínio na sequência da realização do investimento apoiado. Essa dificuldade foi identificada para as operações com maior peso financeiro na prioridade (3.2.1 e 3.3.1). Face a este constrangimento optou-se por inquirição aos beneficiários por questionário administrado on-line. Ainda que esta tipologia de inquirição tenha resultado em boas taxas de resposta em geral, no caso particular, a taxa de resposta foi nula, facto que a Equipa de Avaliação associa ao pequeno número de projetos com execução iniciada no âmbito das operações 3.2.1 e 3.3.1 atribuídos à P5C, 56 e 8 respetivamente.
Q15 | DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA SE: EM QUE MEDIDA APOIARAM AS INTERVENÇÕES DO PDR A CONSERVAÇÃO E O SEQUESTRO DE CARBONO NA AGRICULTURA E NA SILVICULTURA?

RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- A conservação e o sequestro de carbono na agricultura e silvicultura aumentaram bem como a área sob contrato de gestão com vista à promoção do sequestro de carbono

Conforme descrito na secção metodológica do Relatório de Avaliação de 2019 ao PDR2020, uma análise do contributo do PDR2020, no seu todo, e em termos quantitativos, para o sequestro de carbono exige o conhecimento da dinâmica de ocupação cultural e florestal promovida, uma vez que esta estimativa deve ser feita em balanço. Não obstante, a lógica de intervenção do programa remete, e na ausência de melhor informação, para uma análise da dinâmica de execução das operações inscritas nesta prioridade e do seu desempenho face ao potencial de intervenção expectável nesta dimensão ambiental – expresso nas metas definidas em sede de programação.

Uma análise centrada na dotação orçamental das Operações contribuintes para o objetivo do sequestro de carbono nas terras agrícolas e florestais, conjugada com os níveis de execução (e compromisso das mesmas) destaca o forte peso da Operação 8.1.1 “Florestação de terras agrícolas e florestais” relativamente à dotação do domínio de incidência P5E (39% da dotação da P5E) e a operação 9.0.1 “Manutenção da atividade Agrícola em Zonas de Montanha” que representam cerca de 35%.

Sobre o papel da floresta no sequestro de carbono, várias práticas florestais, sobre as quais o PDR2020 atua diretamente, favorecendo-as, tem reconhecido valor no sequestro e fixação de carbono, a saber (Myriam et al 2011): a) A arborização: plantio de árvores em terrenos que antes tinham outros usos (por exemplo terrenos agrícolas abandonados); b) A reflorestação: restabelecimento de áreas florestais destruídas, por exemplo, após incêndio florestal severo; c) A preservação florestal: proteção de áreas florestais através de poda e limpeza, evitando emissões de CO2 e contribuindo para a conservação do carbono armazenado; d) A gestão florestal: alteração das práticas florestais de produção de madeira para aumentar o sequestro ao longo do tempo. Assim, o contributo da Operação 8.1.1 para o sequestro de carbono é expectável e o seu efeito coadjuvado pelas restantes Operações que favorecem as práticas florestais acima descritas.

Sobre a M9, em particular relativamente à Operação 9.0.1, importa referir que o seu contributo para o sequestro de carbono, ainda que favorecido pelo compromisso de respeito pelas boas práticas agrícolas, tem sido identificado como significativo, mas de uma forma indireta por via da diminuição do risco de incêndio. Na verdade, diversos autores, e também a avaliação intercalar e Ex-post do ProDeR (relembra-se que a M9 é, no essencial, uma medida de continuidade face ao quadro anterior) relacionam o abandono da prática agrícola com o aumento da ocorrência de ignições. A suscetibilidade das zonas desfavorecidas de montanha aos incêndios florestais deve-se (e.g., Pereira et al, 2006; Mateus, 2012) ao abandono agrícola e consequente alteração das práticas de gestão do combustível e do mosaico agroflorestal que tornavam a paisagem mais resistente aos incêndios florestais. Neste sentido a promover a continuidade da prática agrícola e as características do mosaico da paisagem a Operação 9.0.1 contribui para a redução do risco de incêndio e neste sentido para o sequestro de carbono armazenado na biomassa vegetal.

Ainda que com menor expressão orçamental, mas com elevada execução, as Operações 7.4.1 “Conservação do solo - Sementeira direta ou mobilização na linha” e 7.4.2 “Conservação do solo - Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes” têm um contributo expectável sobre o sequestro de carbono uma vez que o solo é um importante sumidouro de carbono. Neste sentido importa realçar a forte sinergia entre o domínio P5E e o domínio P4C (prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos).

O desempenho do programa neste domínio de intervenção é medido por referência à área contratada (indicador R20/T19), cujo valor (0,39%) à data de 31.12.2018 era ainda inferior à meta estabelecida.

Face ao exposto e, no sentido de maximizar o potencial de intervenção do PDR2020 para o sequestro de carbono importa dinamizar as operações da M8, em particular as operações 8.1.2 “Instalação de sistemas agroflorestais” e 8.1.5 “Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas”, uma vez que, como exposto atrás, as medidas preconizadas tem um potencial de promoção do sequestro de carbono por diferentes vias.

---

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** Não obstante a natureza qualitativa da análise desenvolvida a Avaliação conclui que existe sinergia entre a natureza e tipologia dos compromissos das operações inscritas na Prioridade 5E relativamente ao objetivo de conservação e sequestro de carbono na agricultura.

- **R1.** Agilizar a dinâmica das Operações contribuintes para o domínio P5E com baixa taxa de compromisso e execução em particular 8.1.2 e 8.1.5. As opções de gestão a tomar devem contemplar mecanismos de facilitação da adesão, dentro do quadro regulamentar em vigor, ou revelando-se a falta de procura pelos apoios em causa sistêmica, proceder à transferência das dotações orçamentais em causa para operações com elevada procura por parte dos agentes do sector.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (sequestro de carbono na agricultura e silvicultura);
- Análise de arquitetura do Programa e sua intervenção lógica no âmbito do Domínio de Incidência;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações face às metas 2023 e considerando o objetivo da conservação e sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura.
Q17 | DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA 6B: EM QUE MEDIDA APOIARAM AS INTERVENÇÕES DO PDR O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS?

RESPONSA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

• Aumento da cobertura de território rural e população dos GAL
• Promoção de iniciativas de cooperação com outros territórios rurais
• Criação de oportunidades de emprego através das estratégias de desenvolvimento local
• Promoção do ordenamento dos recursos cinegéticos em espaços florestais e desta forma diversificação e melhoria da qualidade dos serviços prestados na área do lazer e do turismo

Os territórios rurais, de uma forma geral, são espaços com uma baixa densidade populacional, uma forte tendência de envelhecimento e com um tecido socioeconómico frágil e fortemente assente numa atividade agrícola de pequena dimensão, estando cada vez mais desertificados e envelhecidos.

Neste contexto, o PDR2020 mobilizou para a Prioridade P6B um conjunto de Operações as quais assentam em apoios não só para a implementação de estratégias locais de desenvolvimento integradas no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), mas também para a promoção do ordenamento dos recursos cinegéticos em espaços florestais, para a manutenção da paisagem rural e conservação e promoção de sistemas agrícolas sustentáveis nos espaços rurais e para a formação e inovação.

A integração do Desenvolvimento Local de Base Comunitária no PDR2020 através da Medida 10 LEADER, corresponde à operationalização do definido no Regulamento (UE) 1305/2013 e no Acordo de Parceria e tem como principal objetivo constituir-se como um instrumento de resposta de base local, apoiando a diversificação das atividades económicas e oportunidades de emprego, os mercados locais e as cadeias de abastecimento, assim como a preservação e valorização dos recursos naturais e da paisagem e património locais, domínios imprescindíveis para a manutenção das populações e a revitalização dos territórios alvo de intervenção.

Em consonância com o definido no enquadramento regulamentar os apoios a conceder através da Medida LEADER assentam no prévio reconhecimento de Grupos de Ação Local (GAL), constituídos por representantes dos principais atores do território, nos domínios relevantes, os quais de forma concertada e tendo em consideração as potencialidades dos recursos locais e as principais necessidades definiram uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL). Neste contexto, é de referir, que no atual período de programação, e conforme previsto no Acordo de Parceria, as Estratégias de Desenvolvimento Local mobilizam não só os apoios do FEADER, mas também os do FEDER e FSE, sendo financiadas, igualmente pelos PO Regionais.

O processo de reconhecimento dos GAL foi desenvolvido em duas fases: uma primeira fase de pré-qualificação das parcerias, territórios e macro estratégias de desenvolvimento; e uma segunda fase, onde as parcerias pré-qualificadas foram convidadas a apresentar a EDL completa para financiamento por parte do PDR2020 e PO Regionais, com base num conjunto de Operações/tipologias de Intervenção pré-definidas, e com pouca margem para adaptação às realidades e necessidades específicas dos territórios de intervenção.

Neste processo de seleção foram reconhecidos 54 DLBC Rurais, mais 7 dos que os previstos pelo Programa e existentes no ProDeR, o que permitiu aumentar a incidência territorial da abordagem LEADER, assim como a população abrangida por EDL, sendo a meta inicialmente definida ultrapassada em cerca de 31%. É de referir, que neste período de programação para além da existência de novos GAL em territórios que não eram abrangidos pelo LEADER foi dada a possibilidade de serem integradas freguesias contíguas não rurais nos territórios de intervenção o que poderá contribuir para induzir uma maior coesão territorial e sustentabilidade económica e social das zonas rurais de mais baixa densidade pelas sinergias e complementaridades que podem ser potenciadas, reforçando as ligações económicas e sociais já existentes. No final de 2018 todos os pagamentos relativos à Operação Preparação e Reforço das Capacidades, Formação e Ligarcação em Rede dos GAL tinham sido efetuados, assim como, se encontravam contratados os Custos de Funcionamento e Animação (10.4.1) com os 54 GAL, com uma taxa de compromisso de 95% e de execução de cerca de 1/3 da dotação para esta Operação.

Para a implementação Estratégias de Desenvolvimento Local, no âmbito do PDR2020, foi mobilizando um conjunto de Operações complementares com incidência em diferentes fases relacionadas com a produção agrícola:

Produção agrícola e apoio aos produtores agrícolas (Operação 10.2.1.1 "Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas"; 10.2.1.3 "Diversificação de atividades na exploração");

Transformação (10.2.1.2 "Pequenos investimentos na transformação e comercialização")
Comercialização (10.2.1.2 "Pequenos investimentos na transformação e comercialização"; 10.2.1.4 "Cadeias curtas e mercados locais"; 10.2.1.5 "Promoção de produtos de qualidade locais").

Acréscimo operação 10.2.1.6 "Renovação de aldeias que visa o apoio à preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, paisagísticos e ambientais locais".

Estas Operações traduzem uma alteração face aos apoios tradicionalmente atribuídos aos GAL, existindo uma orientação do PDR2020 para as atividades relacionadas com diferentes fases da cadeia de produção agrícola (onde não existia experiência anterior), sendo os outros apoios (p.e., diversificação da economia local, inclusão social preservação e valorização do património) financiados pelo FSE e FEDER, através do PO Regionais.

Não obstante a operacionalização das EDL e o lançamento dos primeiros avisos ainda no 2º semestre de 2016, no final de 2018, os níveis de compromisso e execução eram ainda relativamente reduzidos (respetivamente 28,2% e 5,3% da dotação programada). Esta situação deriva sobretudo das alterações no tipo de apoios FEADER previstos para a implementação das EDL, que implicou um processo de aprendizagem por parte dos GAL e da AG (com prejuízo, numa fase inicial) nos tempos de decisão e aprovação das candidaturas, e de desajustamentos em algumas Operações, refletindo-se numa adesão residual por parte dos potenciais beneficiários (caso das operações 10.2.1.4 e 10.2.1.5 e inicialmente da operação 10.2.1.1). Face à experiência entretanto adquirida e às alterações regulamentares introduzidas e previstas para promover uma maior adequação dos apoios à realidade dos territórios espera-se que as dificuldades de implementação sejam ultrapassadas e que os níveis de implementação das EDL melhorem significativamente em 2019.

Os reduzidos níveis de execução refletem-se no indicador de resultado Empregos criados através de projetos LEADER, estando apenas prevista a criação de 510 empregos, valor inferior à meta definida de 1.594.

Nos projetos em execução destacam-se as Operações "Pequenos investimentos na transformação e comercialização", "Pequenos investimentos nas explorações agrícolas" e a "Diversificação de atividades na exploração". Os projetos apoiados nestas Operações, conforme evidenciado nos Relatórios de Alterações das EDL, elaborados pelo GAL, têm um contributo positivo para: (i) promover a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores apoiados; (ii) incentivar a diversificação de atividades nas explorações agrícolas; e (iii) reforçar a modernização e capacitação das empresas de transformação e de comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente os produtos locais. De referir a importância do financiamento para a realização destes investimentos e a sua importância para os territórios rurais.

Complementarmente, ao apoio para o financiamento de projetos, as EDL integram uma vertente de cooperação. Neste sentido, a Operação 10.3.1 – "Cooperação interterritorial e transnacional" foi direcionada para potenciar a valorização dos territórios envolvidos e para promover a inovação e criatividade, permitindo não só conhecer e estabelecer redes e parcerias com outras realidades (assentes nas complementaridades ou diversidades e heterogeneidades), como também o intercâmbio, disseminação e transferência de experiências e de saber-fazer ou a conjugação e otimização de recursos. Fruto da necessidade de dar prioridade à operacionalização das EDL, o primeiro concurso desta Operação apenas foi lançado no final de 2017, não existindo ainda aprovações no final de 2018.

O trabalho de proximidade e o envolvimento dos atores locais e da população em geral é um dos elementos identitários da Abordagem LEADER. Neste âmbito é de referir que a generalidade das parcerias que constituem os GAL são representativas dos territórios de intervenção, abrangendo os principais atores dos respetivos territórios e refletindo a sua diversidade socioeconómica e cultural, incluindo nomeadamente municípios, juntas de freguesia, outras entidades públicas, associações de agricultores, produtores e de outros agentes económicos, cooperativas, organizações do setor social, cultural, desportivo e recreativo.

No que se refere às atividades de animação e de divulgação dos apoios da EDL, os GAL, ainda que com intensidades diferenciadas, procuram desenvolver iniciativas para promover o envolvimento dos parceiros e das comunidades rurais na implementação da EDL, observando-se, no entanto, uma diminuição do seu papel enquanto animadores locais, devido nomeadamente ao aumento da complexidade e carga burocrática dos procedimentos de análise e aprovação de pedidos de apoio e pedidos de pagamento, que implicam a necessidade de reforço da afetação das equipas técnicas a essas atividades em detrimento da animação, acompanhamento e divulgação. Neste âmbito, refira-se que o modelo de articulação funcional adotado e o facto de as EDL terem um financiamento plurifundos (FEADER, FEDER e FSE), com necessidade de articulação com as AG do PDR2020 e dos respetivo PO Regionais, tem contribuído para uma perda de autonomia dos GAL (nomeadamente nos processos de análise e decisão das candidaturas) e para a complexificação e burocratização dos procedimentos associados à operacionalização das EDL. Esta situação tem conduzido a que os GAL estejam cada vez mais condicionados e limitados no seu papel de agentes de desenvolvimento dos territórios, um dos pilares da Abordagem LEADER, com prejuízo para a sua capacidade de gerar valor acrescentado para os territórios. De salientar o trabalho conjunto que os GAL têm desenvolvido com a AG do PDR2020 de forma a ultrapassar algumas das condicionantes e limitações existentes à implementação das EDL, existindo um balanço positivo desta articulação.

Em síntese, e não obstante as condicionantes apresentadas, a avaliação considera que a Abordagem LEADER continuou a ser um importante instrumento para o desenvolvimento dos territórios rurais, com valor acrescentado face a outros instrumentos de
financiamento, destacando-se nomeadamente a proximidade dos GAL aos agentes do território e o reconhecimento da sua importância pelos atores e comunidade em geral. Neste contexto, e pensando, sobretudo, no próximo período de programação era importante fomentar plataformas de discussão com o objetivo de alcançar um entendimento comum sobre a Abordagem LEADER e o seu potencial de resposta às necessidades específicas dos territórios rurais.

Para além do LEADER o PDR2020 contemplou outras Operações na P6B. A Operação 8.2.1 “Gestão de recursos cinegéticos”, contava, no final de 2018, com uma taxa de execução de apenas 11%, com 17 projectos encerrados (majoritariamente transitados do anterior período de programação) e 4 projetos com execução iniciada. Estes projetos visavam quer o ordenamento do território, quer a diversificação de actividades e de competitividade de muitas áreas predominantemente florestais, quer ainda a diversificação e melhoria da qualidade dos serviços prestados na área do lazer e do turismo em espaços rurais e são promovidos essencialmente por entidades gestoras de zonas de caça e de caça turística. Estes apoios têm um contributo importante para a utilização pública sustentável dos espaços florestais, através do seu ordenamento, da melhoria dos habitas e da criação de infraestruturas que permitem o seu usufruto valorizando e aproveitando economicamente os recursos do território.

Os apoios à manutenção das actividades agrícolas em zonas desfavorecidas (Operações 9.0.1, 9.0.2, e 9.0.3) assentam numa lógica de compensações dos agricultores pelo baixo rendimento e baixa atratividade destas zonas e funcionam como pagamentos para que a atividade agrícola seja mantida (diminuição do risco de abandono), no pressuposto de que a sua continuidade proporciona múltiplos serviços ambientais e sociais, contribuindo para a manutenção da paisagem rural e a conservação e promoção de sistemas agrícolas sustentáveis nos espaços rurais. Estes apoios revelam níveis de adesão elevados sobretudo nas regiões Norte e Centro (com cerca de 470 mil hectares apoiados e 141 mil beneficiários). Para além dos efeitos ambientais diretos decorrentes da continuidade da prática agrícola nas regiões abrangidas e da manutenção da identidade paisagística estes apoios potenciam também efeitos sociais relevantes, constituindo um complemento ao rendimento dos agricultores, essencial para melhorar o nível de vida das populações rurais.

De referir, ainda, a existência de um Grupo Operacional apoiado neste domínio de incidência, o qual foca-se na preservação genética e valorização da carne dos animais de uma raça bovina autóctone como fator diferenciador e potenciado do desenvolvimento do território.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** A Integração da M10 LEADER no PDR2020 permite dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos GAL ao longo das últimas décadas, na implementação de estratégias de desenvolvimento local definidas pelos atores locais com base nas necessidades e no potencial de desenvolvimento de cada território. Contudo, o modelo de implementação adotado no atual período de programação condiciona o papel do PDR2020 e da Abordagem LEADER no desenvolvimento dos territórios rurais.

- **C2.** No final de 2018 os níveis de compromisso e execução das diversas operações associadas à implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local eram ainda reduzidos, mas com potencial contributo para o desenvolvimento dos territórios rurais.

- **C3.** A Operação 8.2.1 tem um contributo positivo para os territórios rurais, sobretudo, através da valorização de áreas florestais como meio de afirmação da identidade e de diversificação económica dos territórios.

- **C4.** Os apoios à manutenção das actividades agrícolas em zonas desfavorecidas têm um contributo positivo para a permanência da atividade agrícola em territórios rurais com condições particularmente adversas, e desta forma, permitem a manutenção da paisagem rural e a conservação e promoção de sistemas agrícolas sustentáveis nos espaços rurais, assim como, geram rendimentos adicionais para os produtores, essenciais para a sua permanência nos territórios rurais.

- **R1.** Monitorizar o processo de implementação e execução das EDL, de forma a identificar dinâmicas de absorção de recursos diferenciadas quer por parte dos GAL, quer ao nível das Operações previstas e proceder a ajustamentos se necessário.

- **R2.** Promover plataformas de discussão com o objetivo de alcançar um entendimento comum sobre a abordagem LEADER e o seu potencial de resposta às necessidades específicas do território de intervenção, nomeadamente tendo em vista, o próximo período de programação.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com o desenvolvimento das zonas rurais e o LEADER e a análise da arquitetura do Programa e da sua intervenção lógica, relacionada com o desenvolvimento das zonas rurais.
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Entrevistas.
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023 e consulta de informação de projetos específicos, tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre as operações apoiadas, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020.
Q19 | EM QUE MEDIDA REFORÇARAM AS SINERGIAS ENTRE PRIORIDADES E DOMÍNIOS DE INCIDÊNCIA E EFICÁCIA DO PDR?

RESPONSA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Sinergias e efeito transversal do programa

A resposta a esta questão assenta, sobretudo, numa análise de toda a lógica de intervenção do Programa e dos contributos das Operações de forma a inferir sobre sinergias (e trade-offs) potenciais entre as várias Prioridades/Domínios de Incidência.

Neste âmbito, a Avaliação destaca a complexa cadeia de programação definida, onde muitas das Operações contempladas pelo PDR2020 têm um contributo primário definido para várias Prioridades/Domínios de Incidência, o que induz a que na maioria das Prioridades/Domínios de Incidência exista uma grande diversidade de Operações com contributos primários. Se por um lado esta cadeia de programação dirige a dotação do Programa para diferentes Prioridades (por exemplo, admitindo a possibilidade de um projeto de investimento apoiado no âmbito da Operação 3.2.1 “Investimento na exploração agrícola” poder ser atribuído à P5B ou P5C), evidenciando o traço de uma visão global de competitividade assente no uso eficiente dos recursos naturais, por outro lado, obriga a uma gestão exigente condicionada não apenas pela dotação orçamental das Operações mas também pela dotação orçamental das Prioridades. Em termos avaliativos denota-se que, pese embora essa cadeia de programação e os seus potenciais benefícios, com frequência os indicadores de resultado comuns integram na sua formulação apenas um subconjunto de medidas (considere-se, por exemplo, o Domínio de Incidência P5E que, apesar de incluir como contribuinte primário a M9, representativa do ponto de vista do seu peso orçamental na dotação da Prioridade, cerca de 30%, não é de todo contribuinte para o indicador de resultado T19).

Não obstante as considerações acima elencadas, o PDR2020 poderá potenciar a criação de sinergias várias, entre Operações e entre Prioridades resultando este efeito dos seguintes elementos de análise:

- A procura de equilíbrio orçamental entre os apoios para as vertentes económicas, ambiental e social do Programa, com a conjugação em várias Prioridades/Domínios de Incidência de apoios direcionados quer para a vertente ambiental, quer a económica ou social;
- O esforço de atribuição de Prioridades/ Domínios de Incidência às Operações do PDR e aos projetos tendo em consideração os principais domínios de investimento, objetivos específicos e resultados a alcançar;
- P2A conjuga Operações direcionadas para o apoio ao investimento, com outras mais imateriais como a Cooperação e Inovação, a formação e os serviços de aconselhamento;
- P2B contempla quer o apoio à instalação de jovens agricultores, quer os serviços de aconselhamento direcionados para os jovens agricultores;
- P3 reforça em particular a P2A e P2B ao apoiar a abordagem de fileira e cooperação de escala e introduz um fator de controlo de risco (seguros);
- P4 abrange os apoios de natureza mais ambiental, conjugados com apoios ao investimento, à cooperação e inovação e à formação;
- PSA integra quer apoios a infraestruturas coletivas, como o regadio, quer apoios à cooperação, formação e aconselhamento relacionados com a eficiência no uso da água;
- PSB conjuga apoio ao investimento e nas infraestruturas coletivas, com o apoio para a Cooperação e Inovação, a formação e os serviços de aconselhamento;
- PSC integra apoio ao investimento em domínios para a competitividade das explorações como é o caso da eficiência energética;
- PSE contempla apoios de natureza mais ambiental, compostos com outros relacionados com a informação, aconselhamento e cooperação;
- A P6B conjuga os apoios integrados na abordagem LEADER, com apoios à formação, cooperação, manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas e gestão das atividades cinegéticas e aquícolas.

Como referido anteriormente, efeitos antagónicos podem surgir entre Prioridades, destacando-se a dicotomia intensificação/extensificação expressa em particular pelas Prioridades P2 e P4. O cômputo global dos efeitos resultantes dos projetos apoiados são amplamente dependentes, por um lado da sua expressão territorial e, por outro, do tipo de cultura e prática agrícola envolvida.

Face ao exposto, e tendo como base os resultados disponíveis, a avaliação conclui, pela existência de fortes sinergias entre as Prioridades e Domínios de Incidência, ressalvando contudo, que esta apreciação não pode ser ainda validada com base em resultados, dado o estágio diferenciado de níveis de compromisso e execução entre Operações, Prioridades e Domínios de Incidência.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** A avaliação conclui pela existência de fortes sinergias entre as Prioridades e Domínios de Incidência, ressalvando contudo, que esta apreciação não pode ser ainda validada com base em resultados, dado o estágio diferenciado de níveis de compromisso e execução entre Operações, Prioridades e Domínios de Incidência.

- **R1.** Acompanhar a adesão e execução de projetos nos diferentes Domínios de Incidência, em particular no âmbito das M1 e M2 que, sendo transversais são, por essa mesma razão, um elemento criador de sinergias entre as várias Prioridades.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica
Q20 | EM QUE MEDIDA CONTRIBUIU A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS FIXADOS NO ARTIGO 59 DO REGULAMENTO (EU) Nº 1303/2013 E NO ARTIGO 51, Nº 2, DO REGULAMENTO (EU) Nº 1305/2013?

RESPONDA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Foram reforçadas as capacidades institucionais e administrativas para a gestão eficaz do PDR
- PDR comunicado ao público e informação divulgada

A Operação 20.1 “Assistência Técnica”, integrada na Medida COM – Assistência Técnica (20.0), submedida de apoio à assistência técnica (exceto RRN) (20.1), destina-se a apoiar as atividades relacionadas com a implementação do PDR2020, designadamente as seguintes:

- Atividades de preparação e coordenação;
- Ações de gestão, acompanhamento e avaliação;
- Ações de controlo e execução;
- Ações de informação, comunicação e divulgação;
- Ações para a redução de encargos administrativos para os beneficiários, incluindo sistemas de informação para o intercâmbio de dados;
- Ações para reforço da capacidade das entidades envolvidas na execução do PDR2020;
- Ações desenvolvidas pela Comissão de Coordenação Nacional (CCN) do FEADER;
- Ações integradas nos planos de atividades das Estruturas Locais de Apoio criadas no âmbito da Medida 7 “Agricultura e recursos naturais”.

Ao nível do reforço das capacidades institucionais e administrativas para uma gestão eficaz do PDR2020, a avaliação considera que, de uma forma geral, os atuais meios técnicos e humanos afetos à assistência técnica são adequados, dotando o Programa de capacidades institucionais e administrativas para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas, não obstante o período transitório que decorreu entre o anterior e o atual período de programação, onde ocorreram alguns estrangulamentos nos recursos humanos disponíveis, derivado da necessidade de se efetuarem novos procedimentos de contratação pública para recrutamento de recursos humanos. De referir a este respeito, a perceção da existência de um esforço contínuo de formação e informação dos seus técnicos, quer através de sessões informais, quer através de formatos mais formais como reuniões e ações de formação destinadas à capacitação dos técnicos para um cada vez maior desempenho das suas tarefas.

Nos primeiros anos de vigência do PDR2020 registou-se um esforço acentuado da gestão no processo de análise e decisão de pedidos de apoio, dada a elevada procura registada pelas medidas do Programa, nomeadamente na área do investimento (dobro do registado no anterior período de programação), que conduziu numa fase inicial, inevitavelmente, a atrasos nos prazos de análise dos pedidos de apoio. De referir, igualmente, o esforço inicial desenvolvido para a operacionalização das diversas Operações do Programa, sendo que, no final de 2016, 96% da dotação total do Programa já se encontrava operacionalizada, correspondendo a 78% das Operações previstas.

Em termos de monitorização destaca-se a atenção que é dada aos projetos sem execução financeira, de forma a conseguir a libertação de verbas de projetos aprovados que não têm condições para ser executados para o apoio a novos investimentos nas medidas com maior adesão.

Quanto ao sistema de informação (SI), a AG do PDR2020 é responsável pela gestão de toda a informação associada as candidaturas durante o seu ciclo de vida, desde a submissão até ao encerramento, tendo sido definido e implementado o SiPDR2020, o qual assegura o processo de submissão de candidaturas e respetivo circuito de decisão e envio ao Organismo Pagador (IFAP), permitindo desta forma a articulação da AG com os beneficiários, com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas, com os Grupos de Ação Local (GAL) e com o Organismo Pagador. Foram introduzidas diversas alterações/ajustamentos de forma a tornar este sistema mais eficaz e eficiente, trabalho que permanecerá ao longo da vigência do Programa.

O Organismo Pagador dispõe de um sistema de informação (SIIFAP) para suportar a sua atividade, nomeadamente os pagamentos do apoio aprovado para cada candidatura. No âmbito da articulação entre sistemas foram desenvolvidos vários mecanismos de interoperabilidade para troca de informação automática entre o SiPDR2020 e o SIIFAP, ainda assim, importa aprofundar esta integração dos SI. Estes SI desempenham um papel crucial na gestão do PDR2020, designadamente ao proporcionar elementos enriquecidos para a monitorização e para a avaliação e, assim, para apoiar a tomada de decisão.
No domínio da comunicação, principal elemento para potenciar a perceção pública da importância do FEADER enquanto instrumento financeiro essencial de apoio ao crescimento do setor agroflorestal, ao desenvolvimento do país, e de estímulo à inovação e competitividade, a AG tem desenvolvido um conjunto de ações ajustadas a cada fase do tempo de vida útil do Programa, tendo como fio condutor os seguintes objetivos, estabelecidos na sua “Estratégia de Informação e Publicidade PDR2020:

- Consolidar a imagem institucional do PDR2020;
- Divulgar o PDR2020, respetivas atualizações e primeiros resultados da sua implementação;
- Aumentar a perceção positiva sobre a aplicação do FEADER em Portugal;
- Incrementar a proximidade, duradoura, com os beneficiários;
- Prestar esclarecimentos sobre os apoios disponíveis aos potenciais beneficiários de projetos, com clareza, detalhe e atualidade;
- Acompanhar, informando, os beneficiários do PDR2020 na execução do seu projeto;
- Zelar pelo cumprimento das obrigações dos beneficiários no que diz respeito à publicitação do financiamento dos seus investimentos e sensibilizá-los para a importância desta divulgação.

Neste sentido, destaca-se, na fase inicial do Programa, o desenvolvimento, de diversas iniciativas tendo em vista a divulgação e esclarecimento de dúvidas sobre o PDR2020 e os apoios disponibilizados, e sobre a instrução de candidaturas e o novo sistema de informação, assim como, a elaboração do Plano de Comunicação e a criação da identidade gráfica do Programa, e numa fase posterior, a publicação de informação relativa a monitorização financeira mensal e à divulgação dos resultados atingidos.

Como principais meios de comunicação mobilizados pela AG, destaca-se o portal oficial do PDR2020, o qual permite de forma rápida, fácil e a baixo custo disponibilizar um conjunto de informação relevante sobre o Programa, estando em permanente atualização e objeto de constantes melhorias, o qual tem registado um volume significativo de sessões, utilizadores e visualizações de páginas.

De referir, também a publicação, desde setembro de 2017, de boletins informativos de periodicidade trimestral, os quais para além de apresentarem um balanço financeiro do PDR2020, incluem um flash relativo a um determinado tema, tendo já sido abordadas as seguintes temáticas: Regadio, Ações de formação, Jovens agricultores; Grupos operacionais; Florestas; Abordagem LEADER.

O Contact Center do PDR2020, o constitui a principal plataforma de comunicação e de apoio técnico aos beneficiários, sendo através deste meio que os beneficiários expõem as suas dúvidas, apresentam sugestões ou resolvem problemas de submissão de candidaturas. Até novembro de 2018 a plataforma funcionou por telefone e email, mas a partir dessa data o apoio técnico foi reestruturado passando a realizar-se exclusivamente através de e-mail.

### Indicadores das ações de comunicação do PDR2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Eventos e relações públicas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Participação em eventos públicos de Divulgação (acumulado)</td>
</tr>
<tr>
<td>171, incluindo a participação anual, com stand próprio, nas principais feiras nacionais dedicadas à agricultura, desenvolvimento rural e floresta (OVIBEJA, e Feira Nacional de Agricultura)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Apoio técnico aos beneficiários</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Emails recebidos (2018)</td>
</tr>
<tr>
<td>7.727</td>
</tr>
<tr>
<td>Emails respondidos (2018)</td>
</tr>
<tr>
<td>5.750</td>
</tr>
<tr>
<td>Atendimento presencial por marcação (2018)</td>
</tr>
<tr>
<td>145</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Publicidade e Comunicação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sessões (2018)</td>
</tr>
<tr>
<td>1.893.431</td>
</tr>
<tr>
<td>Utilizadores (inclu novos e frequentes) (2018)</td>
</tr>
<tr>
<td>606.373</td>
</tr>
<tr>
<td>Visualização de página (2018)</td>
</tr>
<tr>
<td>5.358</td>
</tr>
<tr>
<td>Material de Comunicação</td>
</tr>
<tr>
<td>Boletins informativos (acumulado)</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Vídeos</td>
</tr>
<tr>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros produtos de comunicação</td>
</tr>
<tr>
<td>23</td>
</tr>
<tr>
<td>Comunicação publicitária</td>
</tr>
<tr>
<td>Inserções publicitárias na imprensa escrita nacional e regional</td>
</tr>
<tr>
<td>145</td>
</tr>
<tr>
<td>Spot de rádio</td>
</tr>
<tr>
<td>1 de 15&quot; [num total de 1.974 emissões]</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: AG

O perfil de ações que foi desenvolvido no âmbito do Plano de Comunicação refletiu uma tipologia alargada de meios de informação e divulgação, permitindo alcançar os diversos stakeholders, nomeadamente, agricultores e produtores florestais, empresas de comercialização e transformação de produtos agrícolas e florestais, associações e outras organizações do setor agroflorestal, instituições públicas com intervenção no setor, agentes de desenvolvimento rural e a população em geral.

Neste âmbito é de referir a participação da AG na Rede de Comunicação Portugal 2020, o que permite a partilha de informação e boas práticas entre todos os responsáveis pela comunicação que integram os FEEI.
Nas atividades de avaliação destaca-se articulação que existiu entre a Equipa de Avaliação e a AG tendo em vista a disponibilização da informação necessária para o desenvolvimento quer da avaliação realizada em 2017, quer em 2019.

De uma forma geral, considera-se que a assistência técnica tem contribuindo para que a AG do PDR2020 desempenhe de forma mais eficaz e eficiente as suas funções e atribuições.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** A Assistência Técnica assume um papel imprescindível na implementação e gestão do Programa, existindo uma avaliação positiva do desempenho de gestão técnica, administrativa e financeira da AG.

- **R1.** Continuar a divulgação dos apoios e dos resultados alcançados com a implementação do PDR2020.

- **R2.** Monitorizar os níveis de adesão das diferentes Operações e as necessidades de financiamento que venham a surgir, e, se necessário, adotar uma gestão flexível dentro do quadro regulamentar e arquitetura programática.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Análise de conteúdos do website do PDR2020;
- Avaliação das funcionalidades do SIPDR2020.
- Reuniões com responsáveis da AG.
RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O número e a tipologia de partes interessadas envolvidas na implementação do PDR aumentaram;
- Melhoria da qualidade da implementação do PDR 2020, através das atividades da RRN;
- Fomento da inovação na agricultura, na silvicultura, na produção alimentar e nas zonas rurais.

A resposta a esta Questão tem por base os elementos obrigatórios definidos no art.º 54.2 do Regulamento de apoio ao FEADER e as prioridades definidas a nível nacional e regional, e pretende, desta forma, averiguar de que forma as atividades desenvolvidas pela RRN contribuíram para os seus objetivos:

- Aumentar a participação das partes interessadas na execução do desenvolvimento rural;
- Melhorar a qualidade da execução dos programas de desenvolvimento rural;
- Informar o público em geral e os potenciais beneficiários sobre a política de desenvolvimento rural e as possibilidades de financiamento;
- Fomentar a inovação na agricultura, na produção alimentar, nas florestas e nas zonas rurais.

O PDR 2020, através da Medida do Funcionamento da Rede Rural Nacional, juntamente com o PRODERAM 2020 e PRORURAL +, são responsáveis por assegurar o financiamento da Rede Rural Nacional, cuja entidade gestora é a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e o funcionamento é assegurado por uma estrutura de animação central (Estrutura Técnica de Animação) com núcleos regionais nas Direções Regionais de Agricultura e Pescas e nas Secretarias Regionais nas Regiões Autónomas. As atividades da RRN são enquadradas em áreas de intervenção e inscritas num Plano de Atividades (Planos de Atividade da RRN (2016, 2017-2018 e 2019-2020), podendo ser promovidas pela estrutura técnica da RRN e/ou pelos seus membros, quando sejam entidades públicas ou privadas coletivas sem fins lucrativos.

Conforme definido as atividades da RRN encontram-se estruturadas nas seguintes áreas de intervenção:

- A1.2. “Divulgação e Informação tendo em vista a execução do Programa de Desenvolvimento Rural”
- A1.3. “Divulgação de informação e facilitação de processos para acompanhamento e avaliação das políticas de Desenvolvimento Rural”
- A1.4. “Observação da Agricultura e dos Territórios Rurais”

O PDR2020, sendo o maior Programa de desenvolvimento rural do País, é o principal financiador da Rede Rural Nacional, contando com uma dotação programada de 12.503 mil €. No final de 2018, encontravam-se aprovadas 197 candidaturas, correspondendo a uma despesa pública de 5.141 mil € (taxa de compromisso de 41%).

A Área de Intervenção A1.1. “Funcionamento da RRN” visa dotar a Estrutura Técnica de Animação da Rede Rural Nacional e os núcleos regionais das Direções Regionais de Agricultura e Pescas de recursos financeiros para o seu funcionamento tendo em vistas as atividades necessárias para a implementação e operacionalização do Plano Anual de Atividades da RRN. Neste âmbito foram aprovadas 16 candidaturas que tinham associado um montante de despesa pública de 1.500 mil euros. Estes projetos destinam-se a financiar as atividades previstas no plano de atividades incluindo por exemplo:

- Elaboração e execução do plano de comunicação da RRN;
- Criação, o desenvolvimento e a atualização do sítio da RRN na Internet;
- Funcionamento da Bolsa de Iniciativas dos Grupos Operacionais;
- Sistematização e divulgação de informação no âmbito das áreas de intervenção da RRN;
- Articulação da atividade da RRN com a REDR, a rede PEI-AGRI, as redes rurais dos outros Estados-Membros e outros parceiros internacionais;
- Organização e divulgação de eventos e sessões de debate sobre temas relevantes para o desenvolvimento rural;
- Dinamização do trabalho em rede, no apoio à abordagem LEADER/DLBC e à Inovação e na promoção da partilha e divulgação de informação e conhecimento dos pontos focais das DRAP.
Na A1.2. “Divulgação e Informação” tendo em vista a execução do Programa de Desenvolvimento Rural, foram aprovados 2 projetos em Parceria liderados pela Federação Minha Terra, envolvendo um total de 62 candidaturas e uma despesa pública de 773 mil €:

- Projeto “LEADER e DLBC em Portugal e na Europa” liderado pela FMT, em parceria com 7 GAL, garantindo a cobertura de todas as NUTII do Continente, que visa apoiar a implementação das EDL/GAL, incluindo atividades de qualificação e ligação em rede destinadas aos GAL; apoio à cooperação e a interação com outras entidades com intervenção no desenvolvimento local a nível nacional e europeu,
- Projeto “REDE LEADER 2020: Qualificar, Cooperar, Comunicar” liderado pela Federação Minha Terra, (FMT) numa parceria com os 54 GAL e com a DGADR/RRN. Este projeto tem como objetivos, qualificar as equipas técnicas e capitalizar a experiência e o trabalho desenvolvido pelos Grupos de Ação Local (GAL), abrangendo ações de capacitação p.e., sobre instrumentos e metodologias de monitorização e avaliação das EDL, troca de experiências DLBC, cooperação LEADER.

Relativamente à A13. “Divulgação de informação” e facilitação de processos para acompanhamento e avaliação das políticas de Desenvolvimento Rural o processo de abertura de candidaturas apenas ocorreu em 2018, estando aprovadas 62 candidaturas com uma despesa pública assaoda de 773 mil euros. Estas candidaturas encontram-se estruturas em áreas temáticas prioritárias de âmbito setorial, regional ou nacional, designadamente:

- “Circuitos Curtos Agroalimentares” (34 candidaturas aprovadas com uma despesa pública de 490 mil euros);
- “Valorização da Floresta – Gestão Florestal” (20 candidaturas aprovadas, com uma despesa pública de 380 mil euros);
- “Produção Sustentável no Âmbito das Alterações Climáticas” (22 candidaturas em análise);
- “Avaliação e Divulgação dos Resultados das Políticas de Desenvolvimento Rural” (8 candidaturas, tendo sido todas decididas favoravelmente com uma despesa pública de 380 mil euros).

A A1.4. "Observação da Agricultura e dos Territórios Rurais" contava no final de 2018 contava com 11 parcerias aprovadas, abrangendo 57 entidades, com um apoio de 1.574 mil €, as quais visam o desenvolvimento de projetos orientados para identificar necessidades de inovação em diferentes territórios, setores e fileiras bem como das políticas mais adequadas à promoção da inovação.

O quadro seguinte apresenta um conjunto de indicadores das atividades desenvolvidas pela RRN, sendo ilustrativo da sua dinâmica.

### Indicadores de monitorização da assistência Técnica

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Total</th>
<th>dos quais focados na partilha e disseminação dos resultados do processo de monitorização e avaliação</th>
<th>dos quais destinados aos conselheiros e/ou serviços de apoio à inovação</th>
<th>dos quais destinados aos GAL incluindo apoio à cooperação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nº de instrumentos de comunicação RRN (por tipo)</td>
<td>175</td>
<td>13</td>
<td>46</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de eventos organizados pela RRN</td>
<td>19</td>
<td>6</td>
<td>4</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de publicações: panfletos, newsletters, revistas...incluindo publicações online</td>
<td>48</td>
<td>3</td>
<td>29</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de outros instrumentos (website, media...)</td>
<td>21</td>
<td>4</td>
<td>13</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de exemplos de projetos recolhidos e disseminados via RRN</td>
<td>87</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de intercâmbios analíticos e temáticos criados com o apoio da RRN</td>
<td>70</td>
<td>8</td>
<td>33</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>Grupos de trabalho temáticos</td>
<td>21</td>
<td>3</td>
<td>13</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Consultas com os stakeholders</td>
<td>27</td>
<td>1</td>
<td>18</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros (formações, foruns online...)</td>
<td>22</td>
<td>4</td>
<td>2</td>
<td>16</td>
</tr>
<tr>
<td>Nº de atividades REDR nas quais a RRN participou</td>
<td>49</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>em que a RRN teve uma Participação ativa</td>
<td>16</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: AG PDR2020.

Em síntese, face ao perfil de projetos que aprovados no âmbito da RRN e às atividades que tem vindo a ser desenvolvidas considera-se que de uma forma geral, está a cumprir os seus objetivos, nomeadamente no que se refere à capacitação dos beneficiários e a sua sensibilização para a importância da avaliação, ao envolvimento de um número crescente de stakeholders, à divulgação e disseminação de informação e conhecimento, junto dos potenciais beneficiários e da comunidade em geral e ao fomento da inovação na agricultura, na silvicultura, na produção alimentar e nas zonas rurais.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** A Avaliação considera que de uma forma geral as atividades desenvolvidas no âmbito da RRN estão a cumprir os objetivos previstos a nível nacional e comunitário.

- **R1.** Monitorizar os níveis de execução das candidaturas apoiadas de forma a assegurar que a dotação prevista para a RRN é executada, procedendo a ajustamentos entre Áreas de intervenção se necessário.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023 e consulta de informação de projetos específicos, tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre as operações apoiadas, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020.
RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- A taxa de emprego da população rural com idade entre 20 e 64 anos aumentou

A resposta a esta questão visa perceber o contributo do PDR2020 para a consecução do grande objetivo da Estratégia UE 2020 de aumento da taxa de emprego da população com idade entre 20 e 64 anos para pelo menos 75%.

Neste contexto, refere-se que Portugal registou, nos últimos anos, uma evolução positiva no seu mercado de emprego, visível no crescimento da taxa de emprego, mais acentuado nos territórios urbanos do que nos territórios rurais, onde os níveis são sempre abaixo do valor nacional (crescimento de 62,8% para 65,3%). Se se considerar apenas o grupo etário dos 20-64 anos, observa-se igualmente uma evolução positiva, atingindo-se em 2018 a meta europeia dos 75%.

Tabela: Taxa de emprego por grau de urbanização do local de residência

<table>
<thead>
<tr>
<th>Taxa de emprego 15-64 anos por grau de urbanização</th>
<th>2012</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Portugal</td>
<td>50,8</td>
<td>55,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Predominantemente urbanas</td>
<td>50,4</td>
<td>55,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Medianamente urbanas</td>
<td>53,4</td>
<td>53,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Predominantemente rurais</td>
<td>49,6</td>
<td>51,4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tabela: Taxa de emprego 20-64 anos por Região

<table>
<thead>
<tr>
<th>Taxa de emprego 20-64 anos por Reião</th>
<th>2012</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Continente</td>
<td>66,5</td>
<td>75,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Norte</td>
<td>65,2</td>
<td>73,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro</td>
<td>69,5</td>
<td>76,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Área Metropolitana de Lisboa</td>
<td>65,9</td>
<td>77,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Alentejo</td>
<td>65,7</td>
<td>74,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Algarve</td>
<td>66,6</td>
<td>77,8</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Tendo em consideração o desenho do PDR2020 e a sua arquitetura funcional, foi identificada a M10 LEADER, nomeadamente as Operações associadas à Implementação das estratégias de desenvolvimento local (10.2.1), como aquela com uma maior relevância para a criação de emprego, sendo a única que contempla indicadores de resultado explícitos e quantificados relativos à criação de emprego, ainda que se considere que as medidas de apoio ao investimento possam ter, igualmente, efeitos na criação de postos de trabalho.

De referir, contudo, que a meta definida para a criação de postos de trabalho pelo Programa é de 1.594 postos de trabalho, valor residual no contexto nacional, onde existiram mais cerca de 350 mil pessoas empregadas dos 20-64 anos, entre 2012 e 2018. Apesar deste contributo residual e dos níveis de execução existentes (5,3% na Operação 10.2.1) considera-se que o Programa tem potencial para atingir os objetivos de emprego a que se propôs, na medida em que os projetos em execução preveem já a criação 510 postos de trabalho (32% da meta).

Em síntese, no contexto nacional, o contributo do Programa para a criação de emprego mesmo nos territórios rurais é residual, existindo um conjunto de outros fatores relacionados sobretudo com a dinâmica socioeconómica dos territórios, associada sobretudo ao crescimento dos sectores do comércio e serviços e do turismo, que têm determinado esta evolução. Ainda assim, a um nível micro, das pessoas que através de projetos apoiados pelo PDR2020 encontram uma possibilidade de integração no mercado de trabalho, e dos próprios territórios onde isto ocorre, este contributo é bastante positivo. Acrescem os efeitos positivos que os apoios também têm na manutenção do emprego em muitas situações, ou seja, sem os apoios do PDR2020, não só estes postos de trabalho não teriam sido criados, como teria existido uma perda de postos de trabalho, ampliando, desta forma, os efeitos do Programa na criação de oportunidades de emprego.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- C1. O contributo do Programa para a criação de emprego no contexto nacional é residual, no entanto, tem um contributo positivo a um nível individual das pessoas que através dos projetos apoiados pelo PDR2020 encontram uma possibilidade de integração no mercado de trabalho, e dos próprios territórios onde isto ocorre. Acrescem os efeitos positivos que os apoios também têm na manutenção do emprego.

- R1. Monitorizar a capacidade de criação de emprego do PDR2020 de forma a assegurar o cumprimento da meta definida.

- R2. Monitorizar a concretização efetiva dos postos de trabalho previstos em candidatura.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com o desenvolvimento sócio económico das zonas rurais, incluindo a criação de emprego;
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020;
- Análise de informação das estatísticas oficiais, tendo em vista o cálculo do indicador de impacto;
- Entrevista com a AG do PDR 2020.

METODOLOGIA ESPECÍFICA DE CÁLCULO DO INDICADOR DE IMPACTO I.14 TAXA DE EMPREGO RURAL, I15. GRAU DE POBREZA RURAL E I16. PIB PER CAPITA RURAL

- a) Medidas com Contribuição Primária e Secundária

A análise será desenvolvida tendo por base as medidas com contribuição primária, ainda que tenha em consideração o desempenho global do PDR.

- b) Desenho Experimental

A Unidade de Análise: para o cálculo destes indicadores é o nível macro de incidência do PDR, ou seja, as áreas predominantemente rurais, do Continente.

Limitações dos dados disponíveis:

No caso do emprego, as abordagens privilegiadas para o cálculo do Indicador, no Documento de Orientação, preveem a existência de informação disponível sobre a taxa de emprego ao nível das NUT III ou ao nível das freguesias (Unidades Administrativas Locais de nível 2 - freguesias em Portugal). No entanto, a informação disponível sobre o emprego em Portugal apenas é desagregada ao nível das NUT II o que inviabiliza a utilização desses modelos.

Acresce que as principais medidas com contribuição para estes indicadores apresentam níveis de execução relativamente reduzidos, salienta-se neste âmbito a Medida 10 LEADER.

Neste sentido, será apresentado o valor do indicador bruto constantes nas estatísticas oficiais relativo à taxa de emprego rural e para análise do contributo do PDR foi mobilizada a abordagem de avaliação baseada na teoria. A Avaliação Baseada na Teoria foi utilizada para identificar porque é que a mudança ocorreu e como é que a intervenção causou essa mudança, ou seja, neste caso concreto identificar os motivos que conduziram à evolução da taxa de emprego nas zonas rurais e de forma o PDR poderá ter contribuído para essa evolução.

Para esta abordagem a Avaliação suportou-se quer na análise documental, estatística e dados do SI e na análise dos relatórios de Avaliação dos GAL.

- c) Análise de sensibilidade aos resultados

---

82 Conforme consta do Documento de Orientação82 as estreitas relações conceptuais, as ligações com o mesmo objetivo geral da PAC, com as áreas prioritárias de desenvolvimento rural e com os domínios de incidência justificam que a avaliação dos indicadores de impacto socioeconómico da PAC (I.14, I.15, I.16) recorrem a uma abordagem metodológica comum. Neste sentido a abordagem adotada é a mesma.


Q23 | EM QUE MEDIDA CONTRIBUIU O PDR PARA A CONSECUÇÃO DO GRANDE OBJETIVO DA ESTRATÉGIA UE 2020 DE INVESTIMENTO DE 3% DO PIB DA UE EM INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO?

RESPONSA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O investimento em I&D aumentou

A resposta a esta questão de avaliação pretende contribuir para se ter uma visão global de nível de investimentos do PDR2020 em matéria de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e inovação, em relação à situação global de investimento em I&D e inovação no País, e do seu potencial contributo para o grande objetivo da UE de aumentar o investimento em I&D para 3% do seu PIB, integrado na prioridade da Estratégia Europa 2020: Crescimento inteligente- estimular uma economia mais competitiva baseada no conhecimento e inovação.

Em termos de enquadramento, importa referir que Portugal registou nos últimos anos uma ligeira tendência de diminuição (em recuperação) relativamente às despesas em I&D face ao PIB, que passou de 1,38% em 2012 para 1,28% em 2016, recuperando em 2017 para os 1,32%. Este valor é bastante inferior ao da média dos países da UE-28 (2,07% em 2017) a qual tem evidenciado uma tendência de crescimento, assistindo-se assim a um afastamento dos valores europeus neste período. Estes valores encontram-se muito acima da meta estabelecida para a UE e para Portugal, de 3,0%, para 2020 que exige a Portugal a realização dos esforços adequados para fomentar o investimento em I&D, especialmente por parte das empresas.

No caso do sector agrícola esta tendência não se tem verificado, existindo nos últimos anos um reconhecimento crescente da importância das atividades de I&D, com as estatísticas a evidenciarem um crescimento nas despesas em I&D relacionadas com o objetivo socioeconómico "agricultura", que resulta do crescimento deste tipo de investimento por parte do sector empresas (crescimento de 50% entre 2012 e 2017), observando-se um desinvestimento por parte do sector público - estado e ensino superior - (decrescimo de 9%). As despesas em I&D relacionadas com a agricultura ascenderam assim a 92.744,45 mil € em 2017. De referir, igualmente que as empresas com CAE relacionadas com a agricultura, produção animal, caça, silvicultura e exploração florestal registaram um aumento de 144% entre 2013 e 2016 nas despesas em I&D.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores da despesa em I&amp;D</th>
<th>2012</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>% de despesa em I&amp;D no PIB</td>
<td>1,38%</td>
<td>1,32%</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa em investigação e desenvolvimento por objetivo socio-económico &quot;agricultura&quot;</td>
<td>91.136,1 mil de euros</td>
<td>92.744,5 mil de euros</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa em investigação e desenvolvimento das empresas com investigação e desenvolvimento da CAE Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e exploração florestal</td>
<td>5.561 mil de euros (2013)</td>
<td>8.703,6 mil de euros (2016)</td>
</tr>
<tr>
<td>PDR- Despesas com inovação</td>
<td>Dotação programada 80.494 mil euros</td>
<td>Dotação por executar até 2023: cerca de 16.000 €/ano</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: MCTES/GPEARI, Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional; AG PDR2020

Tendo em consideração a arquitetura do PDR2020, as principais Medidas a contribuir para este grande Objetivo Europeu (crescimento das despesas em I&D), são a Medida 1 - Inovação (artigo 35º) e a Medida 2 - Conhecimento (artigos 14ºe 15º). Estas medidas apresentam uma dotação programada de 80.494 de mil €, representado cerca de 2% da programação financeira do PDR2020 para todo o seu período de vigência. Apesar dos baixos níveis de execução até ao momento (cerca de 150 mil euros), com um contributo residual para os valores registados nas despesas em I&D no sector agrícola, considera-se que o PDR2020 poderá vir a ter um papel importante para induzir nos próximos anos um acréscimo na despesa em I&D neste sector. Veja-se que se se considerar a dotação comprometida ainda por executar, o PDR2020 poderá disponibilizar cerca de 16.000 mil euros ano até 2023, o que corresponde a cerca de 17% do montante de despesa em I&D relacionada com a agricultura registado em 2017.

Neste âmbito é de referir, a importância que os diversos stakeholders atribuíram aos apoios disponibilizados pelo PDR2020 visível na dinâmica de adesão registada na Operação 1.0.1 “Grupos Operacionais”, com a existência de candidaturas de 176 parcerias, envolvendo 1.468 parceiros, das quais foram aprovadas 954 operações correspondentes a 113 parcerias, existindo ainda 503 operações (cerca de 60 parcerias) com parecer favorável, mas que não foram contratadas por falta de dotação orçamental.

Neste sentido, considera-se que o PDR2020 poderá vir a ter um efeito direto relevante no investimento em I&D relacionado com o sector agrícola, agroalimentar e florestal, contribuindo desta forma para o objetivo europeu de crescimento das despesas em I&D.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** A avaliação conclui que o PDR2020 poderá vir a ter um efeito direto relevante no investimento em I&D relacionado com o sector agrícola, agroalimentar e florestal, contribuindo desta forma para o objetivo europeu de crescimento das despesas em I&D.

- **R1.** Acompanhar a adesão e execução de projetos das M1 e M2 assegurando que cumprem os objetivos a que o Programa se propôs contribuindo desta forma para o este objetivo europeu e nacional.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com a inovação e a investigação.
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020;
- Análise de informação das estatísticas oficiais tendo em vista obter informação sobre as despesas em I&D, nomeadamente as relacionadas com o sector agrícola, e o seu peso na dotação do PDR2020.
Q24 | EM QUE MEDIDA CONTRIBUÍU O PDR PARA A ATENUAÇÃO E A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, E PARA A CONSECUÇÃO DO GRANDE OBJETIVO DA ESTRATÉGIA UE 2020 DE REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA EM, PELO MENOS, 20% RELATIVAMENTE AOS NÍVEIS DE 1990, OU EM 30%, SE AS CONDIÇÕES O PERMITIREM, DE AUMENTO DA QUOTA-PARTE DAS ENERGIAS DE FONTE RENOVÁVEL NO CONSUMO FINAL DE ENERGIA PARA 20%, E PARA A CONSECUÇÃO DE UM AUMENTO DE 20% NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA?

RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

O PDR2020 não integra a Prioridade 5D – Redução das emissões de gases com efeito de estufa e de amoníaco provenientes da agricultura. O contributo do programa para o aumento da eficiência energética e aumento da quota-parte das energias de fonte renovável no consumo final de energia é abordado na Q28 no âmbito do contributo do programa para a ação climática.
Q25 | EM QUE MEDIDA CONTRIBUIU O PDR PARA A CONSECUÇÃO DO GRANDE OBJETIVO DA ESTRATÉGIA UE 2020 DE REDUÇÃO DO NÚMERO DE EUROPEUS QUE VIVEMABAIXO DO LÍMITE DE POBREZA NACIONAL?

RESPONSA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

• O número de pessoas que vivem abaixo da taxa de pobreza nacional decresceu

O PDR2020 contemplou nos seus objetivos estratégicos a "Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural", privilegiando a Abordagem LEADER como um instrumento para dar resposta ao desenvolvimento das zonas rurais, constituídas majoritariamente por um tecido agrícola de pequena dimensão e caráter familiar associada a baixos níveis de rendimento, e por uma população em processo acentuado de envelhecimento. Desta forma, o Programa através do apoio à diversificação, nomeadamente pela criação de microempresas e empregos locais, pela dinamização de atividades conexas à agricultura, pretendia viabilizar a atividade agrícola e gerar outras oportunidades para, complementarmente ou em alternativa à agricultura, dinamizar a atividade no meio rural, fixando as populações e promovendo a inclusão social e o amortecimento da pobreza. Adicionalmente, os apoios contemplados em outras medidas relacionadas com a modernização e melhoria do desempenho económico de explorações agrícolas, florestais e agroindustriais potencialmente contribuem também para a geração de rendimento e melhoria das suas condições de vida.

A integração destes apoios no PDR é particularmente importante quando se constata que a taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais), apesar de ter diminuído nos anos mais recentes, em 2017 ainda era de 17,3% (em 2012 era de 18,7%), sendo a proporção de população em risco de pobreza ou exclusão social mais elevada nas áreas pouco povoadas, 26,3%, face a uma valor de 19,8% para áreas medianamente povoadas e de 20% para áreas densamente povoadas.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Taxa de risco de pobreza</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais)</td>
</tr>
<tr>
<td>População residente em risco de pobreza ou exclusão social (%) por Grau de urbanização</td>
</tr>
<tr>
<td>Áreas densamente povoadas</td>
</tr>
<tr>
<td>Áreas medianamente povoadas</td>
</tr>
<tr>
<td>Áreas pouco povoadas</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

Neste contexto, considera-se que os apoios do PDR2020, nomeadamente os direcionados para o desenvolvimento rural e para o apoio à manutenção da atividade agrícola, têm um contributo positivo para os pequenos agricultores e para o desenvolvimento das zonas rurais, importantes elementos para atenuar o risco de pobreza e exclusão social, sendo que sem estes apoios a situação nos territórios rurais seria ainda mais grave.

Os níveis atuais de implementação do Programa (nomeadamente no âmbito das Operações integradas na abordagem LEADER) e a complexidade subjacente aos fenómenos de pobreza e exclusão social não permitem uma aferição objetiva deste contributo. Ainda assim, a Avaliação considera que o PDR2020 tem um contributo para a diminuição da pobreza, ainda que de pequena escala, face à natureza e dimensão deste problema a nível nacional, destacando-se o seu efeito positivo nomeadamente por via de:

• Criação de condições de viabilidade económica da atividade agrícola e de pequena transformação;
• Melhoria dos rendimentos obtidos com a atividade agrícola e de pequena transformação;
• Criação de atividades conexas à atividade agrícola e de novas oportunidades de emprego;
• Modernização e melhoria do desempenho económico de explorações agrícolas, florestais e agroindustriais, proporcionando condições para uma melhor remuneração do trabalho;
• Apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho através do apoio à sua instalação como agricultores.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** Os níveis atuais de implementação do Programa (nomeadamente no âmbito das Operações integradas na Abordagem LEADER) e a complexidade subjacente aos fenómenos de pobreza e exclusão social não permitem uma aferição objetiva do contributo do PDR para o Objetivo de redução do número de Europeus que vivem abaixo do limiar de pobreza nacional, ainda assim, a uma escala individual/local, é expectável que os apoios tenham um efeito positivo.

- **R1.** Monitorizar o processo de implementação e execução das diferentes Operações, nomeadamente das incluídas nas EDL, de forma a assegurar que o potencial contributo do Programa para a redução da pobreza, ainda que reduzido, é concretizado.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com o desenvolvimento sócio económico das zonas rurais, incluindo a redução da pobreza;
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020;
- Análise de informação das estatísticas oficiais, tendo em vista o cálculo do indicador de impacto;
- Entrevista.

**METODOLOGIA ESPECIFICA DE CÁLCULO DO INDICADOR DE IMPACTO**

1.4 TAXA DE EMPREGO RURAL

1.5 GRAU DE POBREZA RURAL

1.6 PIB PER CAPITA RURAL

a) Medidas com Contribuição Primária e Secundária

A análise será desenvolvida tendo por base as medidas com contribuição primária, ainda que tenha em consideração o desempenho global do PDR.

b) Desenho Experimental

A Unidade de Análise: para o cálculo destes indicadores é o nível macro de incidência do PDR, ou seja, as áreas predominantemente rurais, do Continente.

Limitações dos dados disponíveis: As abordagens privilegiadas para o cálculo do Indicador da pobreza, preveem a existência de informação disponível sobre o Grau de pobreza ao nível das NUT III ou ao nível das freguesias (Unidades Administrativas Locais de nível 2 - freguesias em Portugal)\(^8^5\). No entanto, as estatísticas oficiais apenas disponibilizam dados agregados para Portugal.

Acresce que as principais medidas com contribuição para estes indicadores apresentam níveis de execução relativamente reduzidos, salienta-se neste âmbito a Medida 10 LEADER.

Neste sentido, será apresentado o valor do indicador bruto constantes nas estatísticas oficiais relativo ao Grau de pobreza rural e para análise do contributo do PDR foi mobilizada a abordagem de avaliação baseada na teoria.

A Avaliação Baseada na Teoria foi utilizada para identificar porque é que a mudança ocorreu e como é que a intervenção causou essa mudança, ou seja, neste caso concreto identificar os motivos que conduziram à evolução da taxa de pobreza nas zonas rurais e de forma o PDR poderá ter contribuído para essa evolução.

Para esta abordagem a Avaliação suportou-se quer na análise documental, estatística e dados do SI e na análise dos relatórios de Avaliação dos GAL.

c) Análise de sensibilidade aos resultados

---

A resposta à questão de avaliação, tal como esta se encontra formulada, é limitada, por um lado, pelo facto de os indicadores de Contexto “Índice de Aves das terras agrícolas” e “Áreas de Elevado Valor Natural” – igualmente indicadores comuns de impacto para o domínio da biodiversidade - não terem sido quantificados na situação de partida e, por outro lado, o facto de o conceito de serviços de ecossistema remeter para uma abordagem de avaliação que não é contemplada no CMEF – pese embora a relevância que tal teria em termos de desenho e avaliação de políticas e programas - e que, por essa razão, não é aqui desenvolvida. Sem prejuízo da ressalva, o bom funcionamento ecológico, ou o seu restauro, é a condição primeira para assegurar o fluxo potencial de benefícios que o complexo agroflorestal providencia à sociedade, tais como, regulação da quantidade e qualidade da água disponível para os seus múltiplos fins, sequestro de carbono, evitação da erosão. Por sua vez essa capacidade de fornecer serviços de ecossistema é fortemente determinada por parâmetros de biodiversidade. O índice de Aves Comum e as Áreas de Elevado Valor Natural são usados como métricas de biodiversidade no contexto da avaliação da PAC. Como dito acima, Portugal não dispõe de informação que permita traçar uma trajetória da sua variação temporal e, assim, inferir sobre o efeito do PDR2020 nessa evolução. Não obstante a contribuição do PDR2020 para o objetivo da preservação da biodiversidade, nas suas diferentes dimensões, pode, em primeiro lugar, ser inferida a partir da validação da lógica de intervenção e, em segundo lugar, recorrendo à análise das realizações e resultados alcançados face às metas estabelecidas em sede de programação - e que refletem o potencial máximo de intervenção do programa.

Sobre o primeiro aspeto, importa dizer que, embora com enfoques e intensidades diferentes, o conjunto de operações em apreço tem o potencial de favorecer a preservação da biodiversidade, tal como exposto na resposta à Q8 (P4A) onde se revalidou a lógica de intervenção do PDR2020 com vista à preservação da biodiversidade. Sobre o segundo aspeto, sendo que a taxa de cumprimento da meta dos indicadores R6/T8 e R7/T9 era, à data de 31.12.2018, superior a 100%, em ambos os casos, considera-se que o PDR2020 teve um contributo para a preservação da biodiversidade alinhado com o previsto em sede de programação.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- C1. A lógica de intervenção do PDR2020 com vista à preservação da biodiversidade é revalidada e, sendo que, a taxa de cumprimento da meta dos indicadores R6/T8 e R7/T9 é superior a 100% em ambos os casos, considera-se que o PDR2020 teve um contributo positivo e alinhado com o previsto em sede de programação no tocante à preservação da biodiversidade.

- R1. A adequada monitorização dos efeitos do Programa relativamente ao seu efeito sobre a biodiversidade e a paisagem é condicionada pelo facto de os indicadores Índice de Aves Comuns e Áreas de Elevado Valor Natural não serem sistematicamente atualizados pelo Estado Membro. Sem o estabelecimento de um plano de monitorização futuro, relativamente a estes dois indicadores, a avaliação do efeito do programa na preservação da biodiversidade pode ficar comprometida, nomeadamente em sede de avaliação Ex-post.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (conservação da biodiversidade e serviços de ecossistema e seu restauro);
- Análise de arquitetura do Programa e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020, face às metas 2023.
- ESTIMATIVA DOS INDICADORES DE IMPACTO I.08 E I.09
  a) Limitações, Pressupostos e Procedimentos na estimativa dos indicadores

---

86 Common Monitoring and evaluation Framework
87 Serviços de ecossistema são os benefícios fornecidos pelos ecossistemas, incluindo os agro-ecossistemas, e que incluem outros benefícios que não a produção de alimento e fibra - Marta-Pedroso et al. (2018) One Ecosystem 3: e26722. https://doi.org/10.3897/oneeco.3.e26722
88 Estas dimensões ambientais são exploradas na Q28.
Como limitação principal foi identificada a não atualização, por parte do Estado Membro dos indicadores de Contexto/Impacto “Índice de Aves das terras agrícolas” e “Agricultura de elevado valor natural” o que não permite abordagens de natureza quantitativa. Por esta razão, recorreu-se a análise matricial qualitativa nos termos descritos no ponto seguinte. Sem prejuízo do exposto, importa dizer que os efeitos sobre a biodiversidade e paisagem não são imediatos e, como tal, nesta fase a sua quantificação não permitiria inferir alterações em métricas convencionais de biodiversidade (abundância ou riqueza específica) ou paisagem (fragmentação). A equipa de avaliação recorreu assim a análise matricial com vista à avaliação qualitativa do efeito do conjunto de Operações nos indicadores “área de elevado valor natural agrícola e florestal”, com recurso a suporte bibliográfico e opinião de especialistas. Os clusters identificados são apresentados na resposta à Q8. Esta análise matricial foi ainda complementada com uma análise de sobreposição espacial das áreas apoiadas no âmbito da M9 e o mapa de elevado valor natural produzido para Portugal produzido em 2006. Portugal, à semelhança dos restantes Estados Membros, estabeleceu uma metodologia para monitorização destas áreas que no essencial permite conhecer a evolução da sua extensão. Não existe qualquer atualização posterior a 2006 das áreas identificadas com base nessa metodologia. [http://www.gpp.pt/imagens/Agricultura/Estatisticas_e_Analises/Indicadores_AgroAmb/HNV_PRRN.pdf]. O objetivo foi enfatizar a sinergia entre os as Medidas e os territórios designados como de elevado valor natural e como zonas desfavorecidas por elas visados.
A resposta remete naturalmente para uma análise do efeito do investimento apoiado na competitividade\(^9\) do sector agrícola medida através de 3 indicadores de impacto comuns, a saber: Rendimento empresarial agrícola, Rendimento Agrícola e Produtividade total dos fatores na agricultura. Estes indicadores são simultaneamente indicadores de contexto e de impacto. Como descrito abaixo a evolução da competitividade não pode ser isolada no domínio do apoio ao investimento uma vez que outras medidas, e de acordo com a própria lógica de intervenção do próprio PDR2020, concorrerem para essas sinergias (por exemplo no domínio do desempenho e sustentabilidade ambiental das explorações, ou ainda pelas intervenções ao longo da cadeia de produção e comercialização).

A variação destes indicadores ao longo do tempo (desde a operacionalização do programa) traduz o efeito de diferentes fatores, muito deles completamente independentes do programa. A leitura da variação dos indicadores mobilizados para a avaliação, se estimados com base nos agregados nacionais que as contas económicas da agricultura permitem extrair, tem, assim, importância reduzida na avaliação do impacto do programa. Na melhor das situações essa variação enquadra as alterações de contexto económico durante a vigência do programa. A estimativa dos indicadores e da sua variação líquida foi assim estimada a partir de micro dados (sem prejuízo do enquadramento dado à leitura dessa variação na dinâmica e contexto sectorial). Tal como descrito em detalhe na secção metodológica do Relatório de Avaliação de 2019 ao PDR2020, as estimativas apresentadas seguem a formulação constante das fichas de indicadores, elaboradas pela DG-AGRI\(^10\) e resultam da melhor aproximação possível da informação constante da rentabilidade previsional apresentada nos pedidos de apoio.

Um impacto positivo na evolução destes indicadores à escala micro é expectável e, desde logo assegurado, pelos critérios de seleção e determinação da VGO e VAL das operações e pela arquitetura do programa e lógica de intervenção aliada a uma execução física e financeira a corresponder ao potencial de intervenção do programa. O desafio do avaliador é, pois, estimar o contributo do PDR2020, através do apoio ao investimento, para a evolução observada nos indicadores referidos e, em que medida o investimento apoiado pelo programa teria sido efetuado pelos beneficiários do programa na ausência deste, seja, na sua totalidade ou parcialmente. De forma intuitiva este desafio conduz a uma abordagem que permita controlar o efeito do programa, isto é o que teria acontecido na sua ausência à escala micro e macro com as limitações acima descritas. A abordagem mais expedita de aproximar este contrafactual é pois pelo via da comparação do comportamento dos agentes no período de vigência do programa, isto é, comparar, agentes (com perfil económico, financeiro, estrutural e de orientação produtiva semelhantes) que aderiram ao programa e agentes que não aderiram ao programa identificando assim a diferença líquida, aquela que teria acontecido mesmo na ausência do programa, nas variáveis de interesse, desde logo o montante investido e o rendimento desse investimento. A definição de um grupo controlo representativo foi tentada numa fase inicial a partir da RICA. A utilização desta base de informação contabiliística não se revelou adequada por várias razões, que em nada diminuem a sua utilidade para o fim que foi concebida, mas revelam simplesmente que a sua utilização para a avaliação das políticas de desenvolvimento rural tem condicionantes, desde logo, a representatividade dos beneficiários (incluindo os jovens agricultores), o facto de a agroindústria não estar contemplada nesta rede de informação contabilística e, o facto de o promotor não enquadrar o investimento apoiado na contabilidade da exploração, do que resultam sérias limitações à comparabilidade da informação e indicadores\(^11\).

Sobre as estimativas produzidas sobre o efeito do PDR2020 na competitividade medido pela variação dos 3 indicadores de impacto comum, Rendimento Empresarial Agrícola, Rendimento Agrícola e Produtividade Total dos Fatores na agricultura, importa providenciar as clarificações que se apresentam de seguida.

O indicador Rendimento Empresarial Agrícola (1.01) não pode ser contabilizado ao nível do beneficiário pois a informação necessária para a sua estimativa (UTA não assalariada) não consta do formulário de submissão, principal fonte de informação utilizada para as estimativas do impacto do PDR2020. As mesmas limitações de informação impediram também a estimativa do indicador Produtividade

---

\(^9\) Pode ser entendida como a capacidade de um produto, de uma empresa ou economia para manter ou aumentar as suas quotas de mercado, ou de outra forma, vencer a concorrência. Ainda que exista uma correlação dista entre a competitividade e a produtividade, embora não seja suficiente uma empresa deter uma elevada produtividade para ser competitiva nos mercados mais exigentes. A competitividade resulta da mobilização de opções de gestão variadas, entre outras, a garantia de qualidade e diferenciação do produto, marketing, e características do mercado onde o produto é colocado.


Documentário disponível em: \(\text{https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR16_01/SR_FARMERS_PT.pdf}\)
Total dos Fatores (I.03). Relativamente ao indicador, Rendimento Agrícola (I.02) importa salientar que todas as estimativas apresentadas são enviesadas pelos constrangimentos já expostos atrás (informação e análise económica financeira restrita ao investimento apoiado – sem enquadramento na contabilidade global da exploração onde o investimento é realizado), o facto de as análises de rentabilidade compreenderem o período de vida do investimento até ao ano cruzeiro e não a vida útil do investimento (note-se a título exemplificativo que as amortizações representam um custo fixo elevado nas empresas agrícolas e que perdura para além do ano cruzeiro) e, por último, a sua estimativa é restrita aos projetos apoiados no âmbito da operação 3.2.1 (P2A) e exclui os projetos transitados do período anterior de programação. Os resultados obtidos contemplam o Rendimento Agrícola (I.02) e o Investimento como indicador de impacto adicional, ambos reportados em valores médios. Relativamente ao Rendimento Agrícola, a variação média estimada à escala micro foi de 38% (41329 €/UTA). Este valor é muito superior à média do sector pelas razões atrás descritas, pelo que, a sua leitura em termos absolutos deve ser enquadrada nesses constrangimentos.

O peso morto do PDR2020 foi estimado para o montante investido, tendo por base uma amostra de 877 beneficiários da operação 3.2.1. Para esta amostra foi apurado, que na ausência do programa, teriam investido 40,15% do investimento que realizaram com o apoio do PDR2020. Extrapolando esta estimativa para o universo dos beneficiários conclui-se que o PDR2020 (operação 3.2.1 – P2A) permitiu uma injeção líquida no sector de 323 989 815 €.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

• C1. O programa tem um efeito positivo no rendimento agrícola das explorações apoiadas sendo a médio prazo esperado que esse impacto se traduza a nível sectorial. Foi identificado um peso morto, com base na inquirição de promotores de aproximadamente 36%, quando o montante investido é tomado como referência.

• R1. As estimativas do impacto do programa no desempenho quer das explorações, quer a nível sectorial, beneficiariam do enquadramento do investimento no desempenho económico-financeiro das explorações. Essa opção deve ser ponderada no futuro.

MÉTODOS APLICADOS

• Análise documental;

• Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (competitividade empresarial ao nível da empresa – nível micro- e do sector agrícola –nível macro);

• Análise de arquitetura do Programa e sua intervenção lógica;

• Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020;

• Inquirição a beneficiários PDR2020 por meio de questionário administrado on-line;

• Análise estatística;

• ESTIMATIVA DOS INDICADORES DE IMPACTO I.01, I.02, I.03 e INVESTIMENTO (INDICADOR ADICIONAL)

  a) Limitações, Pressupostos e Procedimentos na estimativa dos indicadores

As principais limitações à estimativa dos indicadores são as reportadas na Q4 e que repetem aqui. A equipa de avaliação desenvolveu todas as diligências para que a abordagem contrafactual fosse utilizada na estimativa dos indicadores, tendo a esse respeito tido a melhor colaboração institucional, das entidades detentoras de informação e/ou micro-dados necessários a essa abordagem. Em particular, avaliou-se em estreita colaboração com a Autoridade de Gestão e o Gabinete de Política e Planeamento, entidade responsável de gestão da RICA (Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas) o potencial desta base de dados para efeitos de estabelecimento de um grupo representativo de não beneficiários do PDR2020 - que representariam a situação contrafactual. Essa informação seria enquadrada numa abordagem metodológica assente no método da dupla diferença (DID) com recurso a técnicas emparelhamento de dados (propensity score matching). A utilização da RICA e desta abordagem não foi possível porque: a) a RICA é uma amostra representativa da agricultura portuguesa e não necessariamente representativa dos agricultores portugueses não aderentes ao PDR2020; o último reporte da RICA, disponível à data da presente avaliação é 2017 – ainda que dados provisórios – pelo que a comparação com dados de ano cruzeiro a ocorrer num horizonte temporal futuro não são possíveis; b) esta dificuldade resulta precisamente de o momento em que ocorre a avaliação permitir unicamente a utilização de dados previsionais para a estimativa do indicador; c) os planos de investimento apresentados pelos promotores não têm enquadramento na orientação técnica e situação económico-financeira da exploração; d) o historial económico-financeiro da exploração anterior ao pedido de apoio não é conhecido em pelo menos dois anos, sendo assim, impossível, validar o pressuposto de igualdade de tendências de investimento antes do apoio – condição de validade para aplicação do método DID.
No que diz respeito às estimativas conseguidas, importa providenciar as clarificações que se apresentam de seguida. O indicador Rendimento empresarial agrícola (I.01) não pode ser contabilizado ao nível do beneficiário pois a informação necessária para a sua estimativa (UTA não assalariada) não consta do formulário de submissão, principal fonte de informação utilizada para as estimativas do impacto do PDR2020. As mesmas limitações de informação impediram também a estimativa do indicador produtividade total dos fatores (I.03). Relativamente ao indicador, rendimento agrícola (I.02) importa salientar que todas as estimativas apresentadas são enviesadas pelos constrangimentos já expostos atrás (informação e análise económica financeira restrita ao investimento apoiado – sem enquadramento na contabilidade global da exploração onde o investimento é realizado), o facto de as análises de rentabilidade compreenderem o período de vida do investimento até ao ano cruzeiro e não a vida útil do investimento (note-se a título exemplificativo que as amortizações representam um custo fixo elevado nas empresas agrícolas e que perdura para além do ano cruzeiro) e, por último, a sua estimativa é restrita aos projetos apoiados no âmbito da operação 3.2.1 (P2A) e exclui os projetos transitados do período anterior de programação.
Q28 | EM QUE MEDIDA CONTRIBUIU O PDR PARA O OBJETIVO DA PAC DE GARANTIR A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E AS AÇÕES CLIMÁTICAS?

RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- A gestão sustentável dos recursos naturais e atenuação das alterações climáticas foram facilitadas pelo PDR

A questão de avaliação remete para uma apreciação global do efeito do PDR2020 na gestão dos recursos naturais, numa perspetiva de avaliar o efeito do programa na utilização sustentável dos mesmos, e para a ação climática, isto é, de que forma o PDR2020 contribuiu para prevenir alterações climáticas, objetivo consagrado na estratégia EU 2020, com metas muito bem definidas no que diz respeito à emissão de gases com efeito de estufa (redução de 20% a 30%), à quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo total (aumento de 20%) e à eficiência energética (aumento de 20%).

No que diz respeito à ação climática, e uma vez o programa não integra a Prioridade PSD – Redução das emissões de gases com efeito de estufa e de amoníaco provenientes da agricultura, a atuação do programa no domínio da ação climática surge por via das intervenções inscritas na Prioridade PSB (Aumento da eficiência na utilização da energia no setor agrícola e na indústria alimentar) e PSC (Facilitação do fornecimento e a utilização de fontes de energia renováveis, de subprodutos, resíduos e desperdícios, e de outras matérias-primas não alimentares, para promover a bioeconomia).

Ambas as prioridades têm um indicador de resultado complementar associado, RC14 e RC15, respetivamente, tendo ambos sido avaliados com base em inquirição aos beneficiários. As estimativas do indicador RC14 foram produzidas considerando o universo de beneficiários da operação 3.2.1 “Investimento na exploração agrícola” e 3.3.1 “Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas”. No caso da operação 3.2.1, 60% dos respondentes (N=877) afirmaram que o seu investimento contribuiu para o aumento da eficiência energética, 3% reportaram diminuição da eficiência e 37% afirmaram que o investimento foi neutro relativamente a esta variável. No que diz respeito à operação 3.3.1, e com base numa amostra de 66 beneficiários, foi possível apurar um aumento médio de eficiência energética de 16,9% após a realização do investimento. Relativamente ao indicador RC15, pese embora a boa taxa de resposta global do questionário administrado pela Equipa de Avaliação, cerca de 30% do total de beneficiários a quem se endereçou o mesmo submeteram com sucesso as suas respostas, a taxa de resposta no âmbito dos beneficiários de apoio para a produção de energia renovável foi nula, resultado que reflete também o reduzido número de beneficiários alvo. Não foi, por esta razão, possível apresentar uma estimativa efetiva da produção de energia renovável nos projetos apoiaos com base neste esforço de amostragem. Ainda assim, o interesse do sector no apoio do programa e na realização de investimentos em produção de energia renovável é patente nas taxas de compromisso à data de 31.12.2018 (embora não refletidas ainda na taxa de execução). Sendo que o custo da energia tem um peso elevado na estrutura de custos das explorações/empresas, o fomento da produção de energia renovável é um fator de aumento da competitividade, por via da redução de custos de produção, e naturalmente, por via da melhoria do desempenho ambiental da exploração/empresa.

No que diz respeito ao efeito do programa na gestão sustentável dos recursos naturais destacam-se as intervenções inscritas nas Prioridades P4B (Melhoria da gestão da água, dos adubos e dos pesticidas), P4C (Prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos) e P5A (Aumento da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola). No caso da P5A, foi estimada uma redução média do consumo de água, nos projetos apoiaos na operação 3.2.1 atribuídos esta prioridade, de 122m³/ha, o que equivale uma redução média de 4% face ao valor reportado na situação pré-investimento. No caso da operação 7.5.1 “Uso eficiente da água”, a redução média do consumo de água foi de 523m³/ha, a que equivale uma variação de 9% face à situação pré-apoio. Em termos do efeito do programa na melhoria e gestão da água, o impacto do PDR2020 foi avaliado com base no expectável efeito dos compromissos a que os beneficiários ficam obrigados e na taxa de cumprimento da meta do indicador de resultado associado, que é tomado como o potencial máximo de intervenção do programa neste domínio.

O mesmo procedimento foi usado para avaliação do efeito do programa na prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos. No caso da prioridade P4B, o indicador R8/T10 (terras agrícolas) ultrapassou largamente a meta ao contrário do que se verificou com o indicador R9/T11 (terras florestais). Relativamente à P4C também o indicador associado T12 (terras agrícolas) tem uma taxa de cumprimento superior a 100%, ao contrário do que se verifica com o indicador relativo às terras florestais (T13).

Face ao exposto, conclui-se que o PDR2020 teve um contributo positivo nas dimensões analisadas (utilização água, qualidade água e solo) sendo que, por via da subexecução das medidas florestais não atingiu o potencial máximo de utilização.
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** O PDR2020 teve um contributo positivo nas dimensões analisadas (alterações climáticas, utilização água, qualidade água e solo). O potencial máximo de atuação do programa nos domínios da água e do solo é afetado negativamente pela subexecução das medidas florestais no âmbito da P4B e P4C. No domínio da atenuação das alterações climáticas o contributo do PDR foi conseguido por via do aumento da eficiência energética (P5C).

- **R2.** Assegurar a execução das medidas florestais no âmbito da P4B e P4C e modo a potenciar a concretização do potencial de atuação do programa. As opções de gestão a tomar devem contemplar mecanismos de facilitação da adesão, dentro do quadro regulamentar em vigor, ou revelando-se a falta de procura pelos apoios em causa sistémica, proceder à transferência das dotações orçamentais em causa para operações com elevada procura por parte dos agentes do sector.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos de avaliação em análise (competitividade empresarial ao nível da empresa – nível micro- e do sector agrícola – nível macro);
- Análise de arquitetura do Programa e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020;
- Inquirição a beneficiários PDR2020 por meio de questionário administrado on-line;
- Análise estatística.

ESTIMATIVA DOS INDICADORES DE IMPACTO I.10, I.11, I.12 e I.13

a) Limitações, Pressupostos e Procedimentos na estimativa dos indicadores

Como limitação principal foi identificada a não quantificação da situação de partida por parte do Estado Membro, nem a atualização dos seus valores, o que não permite abordagens de natureza quantitativa. Assim, a estimativa do impacto nas dimensões ambientais traduzidas nos indicadores baseou-se numa apreciação qualitativa assente na análise lógica de intervenção do programa e natureza dos compromissos no âmbito das prioridades P4A (Q8), P4B (Q9), P4C (Q10) e P5A (Q11). Mais substanciou-se essa análise qualitativa com as estimativas obtidas para os indicadores de resultado complementar RC13, RC14 e RC15 – na alguns casos semi-quantitativas.
RESPONSA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- O PIB per capita rural aumentou
- O grau de pobreza rural diminuiu
- A taxa de emprego rural aumentou

Em consonância com o objetivo da PAC de “Consecução de um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, incluindo a criação e a manutenção de emprego” o PDR2020 definiu como um dos seus Objetivos Estratégicos a “Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural”, privilegiando a Abordagem LEADER como um instrumento para dar resposta às necessidades identificadas de:

- Diversificação da atividade económica, nomeadamente pelo aproveitamento de áreas de negócio relacionadas com a agricultura, como sejam o turismo rural e os produtos de qualidade de base local, cuja comercialização em mercados locais e promoção de cadeias curtas;
- Criação de condições de viabilidade da pequena agricultura e unidades de transformação, como sejam o apoio aos investimentos de pequena dimensão, mas também aos mercados locais e cadeias curtas;
- Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais, particularmente importante face à tendência crescente de desertificação das zonas rurais associada ao envelhecimento da população rural, criando respostas às necessidades de restauração, preservação e valorização dos recursos naturais, paisagem e património local.

Neste sentido, num contexto onde as Estratégias de Desenvolvimento Local foram definidas numa lógica plurifundos, mobilizando apoios do FSE e FEDER através dos PO REGIONAIS, o PDR2020 direcionou os apoios do LEADER para o desenvolvimento de territórios rurais, em processo acentuado de envelhecimento e maioritariamente constituídos por um tecido agrícola de pequena dimensão e caráter familiar associada a baixos níveis de rendimento, para atividades relacionadas com as diferentes fases da cadeia de produção agrícola, nomeadamente a pequena produção e transformação a comercialização através de cadeias curta e mercados locais.

Em termos globais, e tendo em consideração a informação estatística disponível, os territórios rurais têm evidenciado, nos últimos anos, uma evolução positiva em diversos indicadores estatísticos como a taxa de emprego, o PIB per capita ou a taxa de risco de pobreza, beneficiando do contexto de desenvolvimento económico que o País tem vivido. Ainda assim, persistem diversidades e fragilidades permanecendo os fenómenos de envelhecimento e de dificuldade em fixar e atrair população.

Neste contexto, e não obstante a reduzida dimensão dos apoios do PDR2020, para fazer face à complexidade associada a um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, os apoios disponibilizados pelo PDR2020, nomeadamente no âmbito da Medida 10 “Abordagem LEADER”, constituem-se como um instrumento importante para o desenvolvimento dos territórios rurais, nomeadamente nos contextos territoriais de incidência dos projetos financiados, permitindo o apoio a projetos que dificilmente teriam enquadramento em outros instrumentos de financiamento, e que são importantes para manter a população nos territórios rurais, nomeadamente através da viabilização da atividade agrícola, da melhoria dos rendimentos dos agricultores, da criação de alternativas ou complementos a esta atividade, contribuindo desta forma para a dinamização da economia local e criação de emprego.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- **C1.** Os apoios disponibilizados pelo PDR2020, nomeadamente no âmbito da Medida 10 “Abordagem LEADER”, constituem-se como um instrumento importante para o desenvolvimento dos territórios rurais, nomeadamente nos contextos territoriais de incidência dos projetos financiados, permitindo o apoio a projetos que dificilmente teriam enquadramento em outros instrumentos de financiamento, e que são importantes para manter a população nos territórios rurais.

- **R1.** Monitorizar o processo de implementação e execução das diferentes Operações, nomeadamente das incluídas nas EDL, de forma a identificar dinâmicas de absorção de recursos diferenciadas quer por parte dos GAL, quer ao nível das Operações previstas e proceder a ajustamentos se necessários de forma a assegurar que os recursos previstos para o
desenvolvimento rural são efetivamente utilizados, nomeadamente por parte dos territórios com maior dinâmica de procura.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com o desenvolvimento territorial equilibrado, desenvolvimento das zonas rurais, emprego e a pobreza em contextos rurais;
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020;
- Análise de informação das estatísticas oficiais, tendo em vista o cálculo do indicador de impacto;
- Entrevista com a AG do PDR 2020.

METODOLOGIA ESPECIFICA DE CÁLCULO DO INDICADOR DE IMPACTO I.14 TAXA DE EMPREGO RURAL, I15. GRAU DE POBREZA RURAL E I16. PIB PER CAPITA RURAL

a) Medidas com Contribuição Primária e Secundária

A análise será desenvolvida tendo por base as medidas com contribuição primária, ainda que tenha em consideração o desempenho global do PDR.

b) Desenho Experimental

A Unidade de Análise: para o cálculo destes indicadores é o nível macro de incidência do PDR, ou seja, as áreas predominantemente rurais, do Continente.

Limitações dos dados disponíveis: As abordagens privilegiadas para o cálculo do Indicador da pobreza, preveem a existência de informação disponível sobre o Grau de pobreza ao nível das NUT III ou ao nível das freguesias (Unidades Administrativas Locais de nível 2 - freguesias em Portugal)\(^{92}\). No entanto, as estatísticas oficiais não disponibilizam dados com esse nível de desagregação. P.e., no caso do PIB per capita só existe por NUTIII.

 Acresce que as principais medidas com contribuição para estes indicadores apresentam níveis de execução relativamente reduzidos, salienta-se neste âmbito a Medida 10 LEADER.

Neste sentido, será apresentado o valor do indicador bruto constantes nas estatísticas oficiais relativo ao Grau de pobreza rural e para análise do contributo do PDR foi mobilizada a abordagem de avaliação baseada na teoria.

A Avaliação Baseada na Teoria foi utilizada para identificar porque é que a mudança ocorreu e como é que a intervenção causou essa mudança, ou seja, neste caso concreto identificar os motivos que conduziram à evolução da taxa de pobreza nas zonas rurais e de forma o PDR poderá ter contribuído para essa evolução.

Para esta abordagem a Avaliação suportou-se quer na análise documental, estatística e dados do SI e na análise dos relatórios de Avaliação dos GAL.

c) Análise de sensibilidade aos resultados

--

Q30 | EM QUE MEDIDA CONTRIBUIU O PDR PARA A PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO?

RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Reforço da capacidade de inovação
- Melhoria do fluxo de informação entre os diferentes agentes no sistema de inovação em que ocorreu a mudança
- Criação de um ambiente propício à inovação: o PDR tem ações estruturadas que apoiaram as mudanças para as quais contribuiu; o PDR proporcionou oportunidades de formação e intercâmbio de práticas inovadoras.

O contributo do PDR2020 para a promoção da inovação deve ser afirmando na perspetiva da sua capacidade de fomentar a inovação no âmbito de um sistema de inovação em zonas rurais cultivando ideias inovadoras, reforçando as capacidades de inovação num espirito de colaboração e criando um ambiente propício à inovação.

Neste entendimento, e face aos atuais níveis de execução nas Operações com maior contributo para a promoção da inovação, que impedem a sua aferição efetiva, considera-se que o PDR2020 tem um efeito potencialmente positivo para a inovação nomeadamente através:

- Do apoio à introdução de novos produtos, processos ou técnicas inovadoras nas empresas agrícolas de agro-transformação de produção florestal e da melhoria do seu desempenho ambiental através dos apoios diretos ao investimento.
- Na disseminação de informação e conhecimento relevante para o setor, facilitando o acesso dos produtores a informação técnica relevante, reforçando o seu conhecimento e a sua capacidade para desenvolverem a atividade de forma mais competitiva e promovendo uma maior articulação e adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores.
- No estímulo à cooperação e transferência de conhecimento entre entidades do sistema científico e tecnológico a as empresas do sector, nomeadamente através dos apoios ao funcionamento de Grupos Operacionais. A este respeito refira-se que tradicionalmente e até há poucos anos a I&D sobre o sector encontrava-se muito associada às universidades e a outras entidades públicas, com uma fraca disseminação e capacidade de transferência junto do tecido produtivo. Este paradigma tem-se alterado de forma substancial, nos anos mais recentes, com as empresas, conforme já mencionado na QCA23 a terem um papel cada vez mais ativo na I&D e na inovação. Os apoios disponibilizados no anterior período de programação na medida 4.1. “Cooperação para a Inovação” e os apoios existentes no PDR2020, são um importante estímulo para esta maior ligação entre os diversos stakeholders, promovendo a I&D de forma colaborativa e um ambiente propício à inovação.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- C1. A Avaliação considera que o PDR2020 tem um efeito potencialmente positivo para fomentar a inovação no âmbito de um sistema de inovação em zonas rurais cultivando ideias inovadoras, reforçando as capacidades de inovação num espirito de colaboração e criando um ambiente propício à inovação.
- R1. Acompanhar a adesão e execução de projetos assegurando que o potencial de inovação do Programa é concretizado.

MÉTODOS APLICADOS

- Análise documental;
- Revisão crítica de literatura dirigida aos aspetos relacionados com a inovação e a investigação, a cooperação e o desenvolvimento e da base de conhecimentos nas zonas rurais;
- Análise de arquitetura do Programa/Prioridade e sua intervenção lógica;
- Análise crítica da dinâmica de execução (física e financeira) do conjunto de Operações nomeadamente face às metas de 2023, por meio de consulta à base de dados SIPDR2020;
- Análise de informação das estatísticas oficiais tendo em vista obter uma atualização do contexto de implementação do Programa nomeadamente nas dimensões mais relevantes relacionadas com a inovação, a cooperação e o desenvolvimento do conhecimento nas zonas rurais.
### QUADRO 561 INDICADORES RESULTADO COMPLEMENTAR COMUNS

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>R2: Variação da produção agrícola por unidade de trabalho anual EUR/UTA (VALOR BRUTO); P2A</td>
<td>N/A</td>
<td>55%</td>
<td>N/A</td>
<td>N/A</td>
<td>55%</td>
<td>Estimado como a variação do rácio VAR/B/U TA na situação pré-projecto e no ano cruzeiro, contempla apenas a operação 3.2.1 e foi obtido com base na informação submetida pelo promotor em sede de candidatura (dados previsionais) e residente no SUPDR. As estimativas não contemplam novas instalações/plantações nem projetos onde não o campo UTAS não se encontrava preenchido.</td>
</tr>
<tr>
<td>R2: Variação da produção agrícola por unidade de trabalho anual EUR/UTA (VALOR LIQUIDO); P2A</td>
<td>N/A</td>
<td>55%</td>
<td>N/A</td>
<td>N/A</td>
<td>55%</td>
<td>Valor bruto (repetição) e descrição qualitativa obtida por inquirição, relativa ao potencial peso morto. Operação 3.2.1 (N=444), 30% dos respondentes afirmaram que na ausência do programa teriam feito até 50% do investimento, 12% teria investido entre 51% e 99% e 36% dos inquiridos teriam feito o investimento na totalidade sem o apoio de que beneficiaram. 23% declararam que não teriam investido sem o apoio. Ver secção metodológica Q4 (P2A) para limitações de definição de um contrafactual.</td>
</tr>
<tr>
<td>P1.2: Aumento da eficiência da utilização da água para fins agrícolas nas áreas apoiadas; PSA</td>
<td>N/A</td>
<td>6,5%</td>
<td>N/A</td>
<td>N/A</td>
<td>6,5%</td>
<td>Operação 3.2.1 (P5A) base da estimativa: 128 projetos; verificou-se uma redução de 122m³/ha, o que equivale uma redução média de 4% face ao valor reportado na situação pré-investimento. Operação 7.5.1 (N=94). Com base na resposta ao questionário dirigido a beneficiários à redução média do consumo de água foi de 523m³/ha, a que equivale uma variação de 9% face à situação pré-apoio. O valor apresentado em [3] é a média do intervalo de variação estimado: 4%-9%.</td>
</tr>
<tr>
<td>P1.4: Aumento da eficiência da energia na agricultura e agroindústria nos projetos apoiados; PSB</td>
<td>N/A</td>
<td>16,9%</td>
<td>N/A</td>
<td>N/A</td>
<td>16,9%</td>
<td>Operação 3.2.1 (N=477), 60% dos beneficiários amostrados por questãoário afirmaram que o seu investimento contribuiu para o aumento da eficiência energética, 3% reportaram diminuição da eficiência e 37% afirmaram que o investimento foi neutro relativamente a esta variável. Operação 3.3.1 (N=66) foi possível apurar, por questãoário, um aumento de médio de eficiência energética de 16,9%. Operação 3.3.1 (P5B); (N=15) 30%. O valor apresentado em [3] é o mínimo do intervalo estimado: 16,9%-30%.</td>
</tr>
<tr>
<td>R15: Energia renovável produzida nos projetos apoiados; PAC</td>
<td>N/A</td>
<td>---</td>
<td>N/A</td>
<td>N/A</td>
<td>---</td>
<td>A taxa de resposta ao questionário dirigido aos beneficiários de apoio para a produção de energia renovável foi nula - resultado que reflete também o reduzido número de beneficiários do. Não é, por esta razão, possível apresentar a estimativa da produção de energia renovável nos projetos apoiados com base neste esforço de amostragem.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### QUADRO 562 INDICADORES IMPACTO COMUNS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação do indicador do impacto</th>
<th>Unidade</th>
<th>Valor do indicador</th>
<th>Contribuição PDR</th>
<th>Valor indicador (pós-2020)</th>
<th>Observações</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td></td>
<td>Ano</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2. Rendimento agrícola / total</td>
<td>EUR/UTA</td>
<td>4.991</td>
<td>+38%</td>
<td>n.d</td>
<td>Foi estimada uma variação média de +38% entre a situação pré-investimento e a analyzes do ano cruzeiro (não inclui novas plantações nem novas instalações). Estimativa efetuada com dados provisionais constantes do pedido de apoio 3.2.1 (i.e., não mede o efeito ao nível do desempenho da exploração). Não foram estimados efeitos líquidos; impacto positivo suportado pela estimativa do indicador de impacto adicional &quot;investimento&quot; (líquido de peso morto). Ver Tabela Indicadores Adicionais e Espécíficos.</td>
</tr>
<tr>
<td>9. Emissões de gases com efeito de estufa geradas pela agricultura / total da agricultura (CH4 e N2O emissões/remoções dos solos)</td>
<td>1000 t de equivalente de CO2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>11. Agricultura de EVN / total</td>
<td>% da SAU total</td>
<td>51,8</td>
<td>+</td>
<td>n.d</td>
<td>Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Apreciação do impacto baseada na revalidação da lógica de intervenção, natureza dos compromissos e taxa de cumprimento da meta dos indicadores de resultado da P4C e PSA, em particular o indicador de resultado complementar RC13.</td>
</tr>
<tr>
<td>12. Captação de água na agricultura / total</td>
<td>1000 m³</td>
<td>341230,8</td>
<td>-</td>
<td>n.d</td>
<td>Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Apreciação do impacto baseada na natureza dos compromissos e taxa de cumprimento da meta dos indicadores de resultado da P4C e PSA, em particular o indicador de resultado complementar RC13.</td>
</tr>
<tr>
<td>13. Qualidade da água / Potencial excesso de azoto em terras agrícolas</td>
<td>kg N/ha/ano</td>
<td>13,5</td>
<td>+</td>
<td>n.d</td>
<td>Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Apreciação do impacto baseada na natureza dos compromissos e taxa de cumprimento da meta dos indicadores de resultado da P4C (R8/79 e R5/711), sendo que o aumento ao nível de intervenção do programa, na melhoria da qualidade da água, é refletida na meta destes indicadores.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
| 14. Qualidade da água / Potencial excesso de nitrogênio em terras agrícolas | kg P/ha/ano | 4                  | +                 | n.d                        | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Apreciação do impacto baseada na natureza dos compromissos e taxa de cumprimento da meta dos indicadores de resultado da P4C (R8/79 e R5/711), sendo que o

---

59 Valor submetido pelo Estado Membro em sede de programação dado que não foram introduzidas alterações no SFC relativas a novos dados eventualmente disponíveis nas estatísticas nacionais, ou outras, oficiais.  
60 Refer-se a estimativa quantitativa ou qualitativa do contributo do PDR relativamente à dimensão expresa no indicador. Quando a abordagem utilizada (e a informação disponível) permitiu identificar o contributo do PDR em termos líquidos tal é explicitado mencionado na coluna "observações". Sem outra referência a contribuição do PDR refere-se a uma estimativa bruta do contributo do PDR.  
61 Valor disponível pelo estado membro no âmbito do Relatório Anual DG-AGRI ou se existente em estatísticas oficiais – INE ou EUROSTAT – com desagregação para “Continente”, nas mesmas unidades.  
62 O PDR2020 não contempla a PSD e por esta razão a emissão de gases com efeito de estufa gerada pela agricultura não foi avaliada.
14. Taxa de emprego / * rural (escassamente povoada) (15-64 anos)

| Designação do Indicador de Impacto | Unidade | Valor do Indicador Atualizado¹ | Contribuição PDR² | Valor Indicador (pós-2014) | Ano | Ano | Observações
|-----------------------------------|---------|-------------------------------|--------------------|-----------------------------|-----|-----|----------------
| 11. Qualidade da água / Nitratos em água doce - águas superficiais: Qualidade elevada | % sítios de monitorização | 85,7 | 2010 | ? | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Não é possível avaliar com grau de incerteza aceitável pois tal obriga a informação espacializada, não disponibilizada. Em qualquer circunstância, o estabelecimento de um contrafactual seria um desafio difícil de ultrapassar dado o elevado número de variáveis que influenciam a lixiviação.
| 11. Qualidade da água / Nitratos em água doce - águas superficiais: Qualidade moderada | % sítios de monitorização | 14,3 | 2010 | ? | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Não é possível avaliar com grau de incerteza aceitável pois tal obriga a informação espacializada, não disponibilizada. Em qualquer circunstância, o estabelecimento de um contrafactual seria um desafio difícil de ultrapassar dado o elevado número de variáveis que influenciam a lixiviação.
| 11. Qualidade da água / Nitratos em água doce - águas superficiais: Qualidade mediocre | % sítios de monitorização | 0 | 2010 | ? | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Não é possível avaliar com grau de incerteza aceitável pois tal obriga a informação espacializada, não disponibilizada. Em qualquer circunstância, o estabelecimento de um contrafactual seria um desafio difícil de ultrapassar dado o elevado número de variáveis que influenciam a lixiviação.
| 11. Qualidade da água / Nitratos em água doce - águas subterrâneas: Qualidade elevada | % sítios de monitorização | 76,2 | 2010 | ? | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Não é possível avaliar com grau de incerteza aceitável pois tal obriga a informação espacializada, não disponibilizada. Em qualquer circunstância, o estabelecimento de um contrafactual seria um desafio difícil de ultrapassar dado o elevado número de variáveis que influenciam a lixiviação.
| 11. Qualidade da água / Nitratos em água doce - águas subterrâneas: Qualidade moderada | % sítios de monitorização | 14,1 | 2010 | ? | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Não é possível avaliar com grau de incerteza aceitável pois tal obriga a informação espacializada, não disponibilizada. Em qualquer circunstância, o estabelecimento de um contrafactual seria um desafio difícil de ultrapassar dado o elevado número de variáveis que influenciam a lixiviação.
| 11. Qualidade da água / Nitratos em água doce - águas subterrâneas: Qualidade mediocre | % sítios de monitorização | 9,8 | 2010 | ? | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28. Não é possível avaliar com grau de incerteza aceitável pois tal obriga a informação espacializada, não disponibilizada. Em qualquer circunstância, o estabelecimento de um contrafactual seria um desafio difícil de ultrapassar dado o elevado número de variáveis que influenciam a lixiviação.
| 12. Matéria orgânica do solo em terras aráveis / Tonal estimado de teor de carbono orgânico | mega toneladas | 17,8 | 2009 | = | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28 donde se inferiu um impacto positivo.
| 12. Matéria orgânica do solo em terras aráveis / Teor médio de carbono orgânico | g kg | 10,6 | 2009 | = | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28 donde se inferiu um impacto positivo.
| 13. Erosão dos solos pela água / taxa de perda de solos pela erosão provocada pela água | Toneladas/ha/ano | 7,6 | 2006 | = | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28 donde se inferiu um impacto positivo.
| 13. Erosão dos solos pela água / superfície agrícola afetada | % de terras agrícolas | 18,6 | 2006-2007 | = | n.d | Avaliação qualitativa de impacto efetuada conforme descrito na Q28 donde se inferiu um impacto positivo.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação do Indicador de Impacto</th>
<th>Unidade</th>
<th>Valor do Indicador Atualizado*</th>
<th>Contribuição PDR**</th>
<th>Valor indicador (pós-2014)***</th>
<th>Observações (máx. 500 caracteres)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Nota</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>15. Taxa de pobreza / total</td>
<td>% da população total</td>
<td>24,4</td>
<td>+</td>
<td>26,6</td>
<td>A avaliação qualitativa de impacto conforme descrito na Q25 donde se referiu um contributo positivo. Os níveis atuais de implementação do Programa no âmbito das Operações integradas na abordagem LEADER e a complexidade dos fenômenos de pobreza e exclusão social não permitem uma aferição objetiva do contributo do PDR para este indicador. Ainda assim, a uma escala individual/local, é expectável que os apoios tenham um efeito positivo.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>15. Taxa de pobreza / * rural (escassamente povoados)</td>
<td>% da população total</td>
<td>27,4</td>
<td>+</td>
<td>30</td>
<td>A avaliação qualitativa de impacto conforme descrito na Q25 donde se referiu um contributo positivo. Os níveis atuais de implementação do Programa no âmbito das Operações integradas na abordagem LEADER e a complexidade dos fenômenos de pobreza e exclusão social não permitem uma aferição objetiva do contributo do PDR para este indicador. Ainda assim, a uma escala individual/local, é expectável que os apoios tenham um efeito positivo.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>16. PIB per capita / * rural</td>
<td>Índice PPC (UE-27 = 100)</td>
<td>65,3</td>
<td>+</td>
<td>64</td>
<td>A avaliação qualitativa de impacto conforme descrito na Q29 donde se referiu um contributo positivo. Tendo em consideração os resultados esperados do PDR2020 ao nível p.e. da viabilização da atividade agrícola, da melhoria dos rendimentos dos agricultores, da criação de alternativas ou complementos à atividade agrícola, da dinamização das economias locais e da criação de emprego considera-se que os apoios contribuem de forma positiva, ainda que residual, para este indicador.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**QUADRO 563 INDICADORES DE IMPACTO ADICIONAL**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicador Tipo</th>
<th>Código</th>
<th>Nome do indicador</th>
<th>Domínio de incidência</th>
<th>unidade</th>
<th>Valor do Indicador (valor líquido)</th>
<th>Observações (máx. 500 car)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Impacto Adicional</td>
<td>N/A</td>
<td>Investimento</td>
<td>N/A</td>
<td>EUR</td>
<td>323 989 815 €</td>
<td>Estimativa quantitativa líquida: o valor médio de investimento na ausência do programa, com base nas respostas de 877 beneficiários da operação 3.2.1 teria sido 40,15% do investimento proposto.</td>
</tr>
</tbody>
</table>